



socio
logias
plurais

2023 | V. 9, N. 1

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia

Universidade Federal do Paraná

ISSN 2316-9249

Universidade Federal do Paraná
Reitor: Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca
Vice-Reitoria: Profª. Drª. Graciela Bolzón de Muniz

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Coordenadora: Profª. Drª. Simone Meucci
Vice-Coordenadora: Prof. Dr. Jaime Santos Júnior

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Diretora: Prof. Dr. João Frederico Rickli
Vice-Diretor: Prof. Dr. Rodrigo Rodriguez Tavares

Apoio
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR
e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior (CAPES)

SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR.
Campus Reitoria, Curitiba, v. 9, n. 1, jan. 2023. Semestral. ISSN: 2316-9249.

Comissão Editorial Executiva

Bhranda Patricia dos Santos, Dédallo Neves, Eduardo Russo Ramos, Henrique da Costa Valério Quagliato, Lucas Camargo Gomes, Lucas Pinheiro Maciel Cioni, Mariana Gonçalves Felipe e Talita Cristine Rugeri.

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Augusto Michelato Ghizelini (UFES), Profª. Drª. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar), Prof. Dr. Antônio Fernandes Nascimento Junior (UFLA), Profª. Drª. Carolina Cravero (UNR), Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCar), Profª. Drª. Gisele Rocha Cortes (UFPB), Prof. Dr. João Feres Júnior (UERJ), Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar), Prof. Dr. Josnei Di Carlo (UFPR/UFSC), Profª. Drª. Larissa Maves Pelucio Silva (UNESP), Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP), Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza (UFPR), Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro (UNIFESP), Profª. Drª. Rosane Rosa (UFMS), Prof. Dr. Ruy Braga (USP), Profª. Drª. Simone Meucci (UFPR), Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCar), Profª. Drª. Vânia Penha Lopes (Bloomfield College), Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior (UFPR), Prof. Me. George Gomes Coutinho (UFF) e Profª. Ma. Paula Grechinski (UNICENTRO).

Diagramação

Dédallo Neves, Eduardo Russo Ramos, Lucas Pinheiro Maciel Cioni e Talita Cristine Rugeri

Capa

Comissão Executiva Editorial

Crédito de Imagem

Helen Vieira

Endereço Sociologias Plurais

Coordenação Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rua General Carneiro, 460, 9º andar, Ed. D. Pedro I, Curitiba - PR
revistas.ufpr.br/sciplr | facebook.com/SociologiasPluraisUFPR
sociologiasplurais@gmail.com | @sociologiasplurais

SUMÁRIO

Apresentação

Henrique da Costa Valério Quagliato

7

Artigos

A complexidade e o enigma do Primeiro Comando da Capital: uma análise do surgimento sócio-histórico da facção

Eduardo Armando Medina Dyna

13

A meritocracia como modo de vida: uma análise crítica à luz da tradição marxista

Ederson Duda da Silva

33

Estranhando o familiar: uma experiência com saúde mental

Antônio César Camargo Miranda

63

Espaço Graduação

O campo analítico positivista em “As Regras do Método Sociológico” de Durkheim

Mateus Alves

83

Fenômeno religioso em Maranguape-CE: uma análise a partir da realidade educacional no município

Antonia Mariana de Andrade Ramos

109

A Lady de Shalott também é brasileira: uma análise socioantropológica sobre o poema “The Lady of Shalott” como registro na denúncia da violência psicológica contra a mulher

Lucas Pinheiro Tenório Farias

128

XII Seminário Nacional Sociologia & Política

A esperança como tema: emoções, experiências e reflexões sobre a organização do 12º Seminário nacional de Sociologia & Política

Bruno Zavataro

Cláudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

Eduardo da Silva

Fernanda Ribas Bohler

Maurício Priess da Costa

Priscila Costa Pedroso

Thassio Moreno

150

A criminalização do aborto provocado pela mulher gestante ou com o seu consentimento: uma análise feminista de dados da Segurança Pública em Minas Gerais

Clara Frota Wardi

162

Condições e relações de trabalho no setor público no contexto da pandemia da Covid-19

Zélia Freiburger

Kelen Aparecida da Silva Bernardo

179

A luta pela afirmação política das frações de classe economicamente dominantes: um estudo sobre a Associação Comercial do Paraná e seus presidentes de 1890 a 1946

Natália Cristina Granato

195

Fatores para entender a demanda e o acesso às vagas do ensino superior no Paraná entre as décadas de 2000 e 2010

Maria Tarcisa Silva Bega

Viviane Vidal Pereira dos Santos

213

Docentes no contexto da pandemia de Covid-19: reflexões sobre o ensino de sociologia e as condições de trabalho remoto

Lislaine Mara da Silva Guimarães

Maria Tarcisa Silva Bega

230

Estratégias de atuação da ultradireita na América Latina: o Comitê Cívico pró Santa Cruz boliviano

Juliana Magalhães de Castro

246

A questão racial no trabalhismo varguista: apontamentos para a compreensão da integração do negro no trabalho

Pedro Rodrigo de Souza

259

Quais são as contribuições da teoria de Lucien Goldmann hoje?

Aline Ferreira

276

O papel das comissões de acompanhamento nas relações de integração vertical: representatividade de pequenos agricultores frente a grandes agroindústrias

Guilherme Bolognini Tavares

291

É melhor evitar do que remediar? Apontamentos sobre as lógicas de aceitação dos problemas e de evitamento do conflitos no contexto de migração irregular brasileira na Bélgica

Bruno Zavataro

304

“A cidade é falada”: um estudo das representações oficiais sobre as Areninhas em Fortaleza

Guilherme Custódio da Cunha Filho

Wellington Ricardo Nogueira Maciel

329

A infância (des)conectada da “cidade modelo”: o ensino remoto emergencial e a segregação espacial na cidade de Curitiba

Marcelo Nogueira de Souza

Maria Tarcisa Silva Bega

Lislaine Mara da Silva Guimarães

344

Militarização e milicianização da Segurança Pública no Rio de Janeiro

Carlos Henrique Aguiar Serra

Luís Antônio Francisco de Souza

360

Repressão estatal preventiva, letalidade policial e legitimação institucional na Grande Curitiba (2017-2018)

Murillo Amboni Schio

Vyctor Grotti

375

Entre o crime e a doença: as representações sociais do usuário de drogas durante a Ditadura Militar Brasileira a partir das páginas da *Folha de S. Paulo*

Júlio César Rigoni Filho

Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski

392

O judaísmo rabínico e o princípio de compaixão com os animais: dados do trabalho de campo

Marta F. Topel

410

Colonialidade, capitalismo racial e modernidade: a centralidade e a invisibilidade do Haiti

Ana Paula Ricardo da Silva

426

Performances possíveis nas batalhas de poesia contemporâneas: voz, corpo e memória

Kelly Yara de Souza Mendonça

439

Teses e Dissertações defendidas no Departamento de Sociologia da UFPR em 2022

451

Nominata de pareceristas

484

SUMÁRIO

Apresentação

Henrique da Costa Valério Quagliato

7

Artigos

A complexidade e o enigma do Primeiro Comando da Capital: uma análise do surgimento sócio-histórico da facção

Eduardo Armando Medina Dyna

13

A meritocracia como modo de vida: uma análise crítica à luz da tradição marxista

Ederson Duda da Silva

33

Estranhando o familiar: uma experiência com saúde mental

Antônio César Camargo Miranda

63

Espaço Graduação

O campo analítico positivista em “As Regras do Método Sociológico” de Durkheim

Mateus Alves

83

Fenômeno religioso em Maranguape-CE: uma análise a partir da realidade educacional no município

Antonia Mariana de Andrade Ramos

109

A Lady de Shalott também é brasileira: uma análise socioantropológica sobre o poema “The Lady of Shalott” como registro na denúncia da violência psicológica contra a mulher

Lucas Pinheiro Tenório Farias

128

XII Seminário Nacional Sociologia & Política

A esperança como tema: emoções, experiências e reflexões sobre a organização do 12º Seminário nacional de Sociologia & Política

Bruno Zavataro

Cláudia Rejane Schavarinski Almeida Santos

Eduardo da Silva

Fernanda Ribas Bohler

Maurício Priess da Costa

Priscila Costa Pedroso

Thassio Moreno

144

A criminalização do aborto provocado pela mulher gestante ou com o seu consentimento: uma análise feminista de dados da Segurança Pública em Minas Gerais

Clara Frota Wardi

156

Condições e relações de trabalho no setor público no contexto da pandemia da Covid-19

Zélia Freiburger

Kelen Aparecida da Silva Bernardo

173

A luta pela afirmação política das frações de classe economicamente dominantes: um estudo sobre a Associação Comercial do Paraná e seus presidentes de 1890 a 1946

Natália Cristina Granato

189

Fatores para entender a demanda e o acesso às vagas do ensino superior no Paraná entre as décadas de 2000 e 2010

Maria Tarcisa Silva Bega

Viviane Vidal Pereira dos Santos

207

Docentes no contexto da pandemia de Covid-19: reflexões sobre o ensino de sociologia e as condições de trabalho remoto

Lislaine Mara da Silva Guimarães

Maria Tarcisa Silva Bega

224

Estratégias de atuação da ultradireita na América Latina: o Comitê Cívico pró Santa Cruz boliviano

Juliana Magalhães de Castro

240

A questão racial no trabalhismo varguista: apontamentos para a compreensão da integração do negro no trabalho

Pedro Rodrigo de Souza

253

Quais são as contribuições da teoria de Lucien Goldmann hoje?

Aline Ferreira

270

O papel das comissões de acompanhamento nas relações de integração vertical: representatividade de pequenos agricultores frente a grandes agroindústrias

Guilherme Bolognini Tavares

285

É melhor evitar do que remediar? Apontamentos sobre as lógicas de aceitação dos problemas e de evitamento do conflitos no contexto de migração irregular brasileira na Bélgica

Bruno Zavataro

298

“A cidade é falada”: um estudo das representações oficiais sobre as Areninhas em Fortaleza

Guilherme Custódio da Cunha Filho

Wellington Ricardo Nogueira Maciel

323

A infância (des)conectada da “cidade modelo”: o ensino remoto emergencial e a segregação espacial na cidade de Curitiba

Marcelo Nogueira de Souza

Maria Tarcisa Silva Bega

Lislaine Mara da Silva Guimarães

338

Militarização e milicianização da Segurança Pública no Rio de Janeiro

Carlos Henrique Aguiar Serra

Luís Antônio Francisco de Souza

354

Repressão estatal preventiva, letalidade policial e legitimação institucional na Grande Curitiba (2017-2018)

Murillo Amboni Schio

Vyctor Grotti

369

Entre o crime e a doença: as representações sociais do usuário de drogas durante a Ditadura Militar Brasileira a partir das páginas da *Folha de S. Paulo*

Júlio César Rigoni Filho

Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski

386

O judaísmo rabínico e o princípio de compaixão com os animais: dados do trabalho de campo

Marta F. Topel

404

Colonialidade, capitalismo racial e modernidade: a centralidade e a invisibilidade do Haiti

Ana Paula Ricardo da Silva

420

Performances possíveis nas batalhas de poesia contemporâneas: voz, corpo e memória

Kelly Yara de Souza Mendonça

433

Teses e Dissertações defendidas no Departamento de Sociologia da UFPR em 2022

445

Nominata de pareceristas

478

APRESENTAÇÃO

Em janeiro de 2023, o periódico discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, a Revista Sociologias Plurais, chega orgulhosamente à publicação do primeiro número de seu nono volume. Nesta edição, estão presentes 24 artigos de 29 autoras e autores que se dividem em alunas e alunos da graduação, pós-graduação e também de doutoras e doutores que lecionam ou realizam pós-doutorado na área das Ciências Sociais brasileiras. Ao todo, estão representadas 12 instituições de ensino superior das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste brasileiros - além de setores técnicos e educacionais vinculados à burocracia estatal. Além dos textos publicados a partir do processo de avaliação por pares aplicado a submissões de nossa chamada semestral, também compõem o presente tomo os melhores trabalhos apresentados e debatidos no 12º *Seminário Nacional de Sociologia & Política*, realizado em Junho de 2022, sob organização do corpo discente do PPGSOCIO-UFPR.

Por conta disso, esta edição contará com duas apresentações. Uma delas será dedicada a tratar do número de forma geral, detendo-se sobre os detalhes dos artigos presentes nas seções *Artigos* e *Espaço Graduação*. Uma segunda abertura, que dará início à seção *Seminário Nacional de Sociologia & Política* - elaborada por sua própria Comissão Organizadora - apresentará os melhores textos escolhidos pelas coordenações de cada um dos Grupos de Trabalho do evento e refletirá sobre a experiência de realização desse importante encontro da Sociologia nacional, que começa, aos poucos, a retomar seu caráter presencial após o estabelecimento das medidas de controle da Covid-19 no Brasil.

A título de registro, é importante ressaltar que a publicação deste tomo ocorre em meio a um período de grandes mudanças no Brasil. Trazendo consigo um novo ciclo presidencial, o ano de 2023 é marcado por uma intensa efervescência que faz surgir, ao mesmo tempo, motivos para o entusiasmo progressista e preocupantes embates dentro de um campo que podemos chamar, sem risco de exagero, de disputas em torno da estabilização da democracia brasileira. Em um único mês vimos os ritos que consolidam a posse de um novo presidente da República e uma violenta tentativa de golpe que deixou os principais patrimônios dos poderes executivo, legislativo e judiciário completamente depredados; vimos a criação de novos ministérios dedicados a retomar

debates centrais para as origens histórica das desigualdades estruturais do país enquanto descobrimos um drástico sucateamento do aparelho estatal, ligado ao abandono das camadas mais vulneráveis do país. Os exemplos se multiplicam. Há poucos meses, nós, estudantes de Pós-Graduação de todo o país, tivemos de, mais uma vez, ocupar as ruas para receber as bolsas que pagam nossas contas mais básicas. Agora, discutimos de forma alvissareira o reajuste dos valores recebidos mensalmente por bolsistas que constroem a ciência nacional. O Brasil contemporâneo passa por tempos mercuriais, marcados por rompantes de esperança e drásticos lembretes de que a estabilidade de nosso país ainda não está completamente consolidada.

A seção *Artigos* abre o presente número, contando com quatro trabalhos que tratam de temas que vão desde teoria social e seu impacto sobre as noções do cotidiano até segurança pública, passando por relatos metodológicos e reflexões sobre experiências de pesquisa de campo.

O texto que abre a seção é escrito por Eduardo Armando Medina Dyna (Unesp - Marília). *A complexidade e o enigma do Primeiro Comando da Capital (PCC): Uma análise do surgimento sócio histórico da facção* nos traz ao Brasil do final do século XX para que, através de uma discussão da literatura especializada, possamos entender as facetas do debate em torno da criação da organização, no começo da década de 1990. Retomando importantes contribuições como as de Karina Biondi e Gabriel Feltran, o autor oferece uma retomada comparativa focada sobre o momento da fundação do PCC - objeto ainda envolto por complexas condições de coleta de relatos. Assim, a busca pelo que Dyna chama de um "universo rizomático" desenvolvido em torno da entidade pretende registrar a forma como esse debate se coloca no âmbito acadêmico.

O segundo texto da seção, escrito por Ederson Duda da Silva (Unifesp - Guarulhos), se debruça criticamente sobre uma ideia que ainda tem bastante impacto na forma como a sociedade brasileira discute destinos individuais e sucesso financeiro. *A meritocracia como modo de vida: uma análise crítica à luz da tradição marxista* pretende, à luz da literatura contemporânea construída a partir do modelo analítico de Marx, o autor retoma as possibilidades de avaliar a narrativa do mérito como fator

determinante nas condições de vida dentro do capitalismo e ao longo de seu desenvolvimento. Visitando textos clássicos e outros trabalhos que têm circulado mais recentemente no debate acadêmico nacional, o artigo recupera críticas ao conceito de meritocracia que respondiam à teoria liberal do fim do século XIX e também às reelaborações dessas visões no regime que no final do século seguinte, viria a ser conhecido como neoliberalismo.

Por fim, o artigo seguinte se debruça sobre as minúcias do processo de construção de um objeto de pesquisa ao longo de uma investigação pensada à luz da observação participante. Elaborado em grande diálogo com a Antropologia, *Estranhando o familiar, uma experiência com saúde mental* remonta a elaboração de sentidos da pesquisa, construídos por meio de um trabalho de campo e da escrita etnográfica. Fazendo do procedimento metodológico um lugar de análise em si mesmo, Antônio César Camargo Miranda (UFPR) retoma caminho através do qual foi possível, através do estranhamento do que lhe era próximo, elaborar uma investigação a respeito de um dos postos do Centro de Atenção Psicossocial em Curitiba.

A seção seguinte, dedicada aos trabalhos que vêm de alunas e alunos da graduação, se inicia com *O Campo Analítico Positivista em “As Regras do Método Sociológico” de Durkheim*, escrito por Mateus Alves (UFG). Neste esforço analítico, o autor recupera as complexidades da discussão a respeito do consenso em torno de uma metodologia durkheimiana. Elencando algumas revisões tardias da obra durkheimiana, como as de Florestan Fernandes, Michael Löwy e, principalmente, Nildo Viana, o texto pretende analisar essa importante obra do autor francês à luz de uma teoria da episteme que localize os pressupostos de seus postulados dentro das correntes de pensamento em voga na Europa da época.

O texto seguinte se dedica a estudar as permanências e transformações presentes em processos de laicização em uma pequena escola do interior do Ceará a partir das ferramentas analíticas oferecidas pela sociologia fenomenológica. *Fenômeno religioso em Maranguape - CE: uma análise a partir da realidade educacional no município*, escrito por Antonia Mariana de Andrade Ramos (UECE), trata da relação entre modernização e mudanças na forma como as religiosidades se expressam na cena pública. Fazendo uso de contribuições como as de Albert Schutz e Peter Berger, a autora acompanha a trajetória de uma escola municipal de Maranguape e analisando as

maneiras pelas quais o fenômeno religioso se apresenta diferentemente ao longo das mudanças administrativas, espaciais e sociais que transpassam décadas à medida que novos alunos e alunas interagem entre si, com o espaço escolar e suas tradições de sociabilidade.

Por fim, a seção *Espaço Graduação* se encerra com *A Lady de Shalott também é brasileira: uma análise socioantropológica sobre o poema “The Lady of Shalott” como registro na denúncia da violência psicológica contra a mulher*, de Lucas Pinheiro Tenório Farias (UFC). Analisando o registro poético do autor inglês Alfred Tennyson, o artigo pretende criar um paralelo entre as violências sofridas pelas mulheres do século XIX e as mulheres da atualidade. Contudo, para além da análise propriamente temática, Farias também apresenta uma recuperação sobre como a forma poética musicalizada, que pode funcionar como importante instrumento de transmissão cultural, permitindo a construção de um saber crítico que pode circular oralmente entre gerações e manter-se presente em vista de tradições conservadoras a respeito das mulheres ao longo da modernidade ocidental.

A seção seguinte é aberta pela atenciosa apresentação elaborada pela Comissão Organizadora do 12º *Seminário Nacional de Sociologia & Política* da UFPR, formada por Bruno Zavataro, Cláudia Rejane Schavarinski Almeida Santos, Eduardo da Silva, Fernanda Ribas Bohler, Maurício Priess da Costa, Priscila Costa Pedroso e Thassio Moreno. Além de contar com uma apresentação dos melhores textos do evento, selecionados a partir de cada um dos 18 Grupos de Trabalho para compor este número, o texto ainda apresenta os dados que marcam o amplo perfil daquelas e daqueles que atenderam o *Seminário*. Através desse trabalho nota-se que, por exemplo, o encontro mobilizou mais de 205 instituições de ensino e pesquisa e contou com participantes de 28 cidades de todas as regiões do Brasil, o que denota sua importância no cenário nacional das Ciências Sociais construída ao longo de mais de uma década de realização. Sem sombra de dúvida, para a *Revista Sociologias Plurais*, é uma honra ceder espaço para registrar e celebrar a história de um esforço tão significativo de construção de conhecimento científico rigorosa e criticamente orientado para a transformação social e debate sobre as questões que transpassam o Brasil contemporâneos. Não sem motivo, o título da apresentação da seção é *A esperança como tema: emoções, experiências e reflexões sobre a organização do 12º Seminário Nacional de Sociologia & Política*.

Antes de encerrar esta já demorada apresentação, faz-se necessário demarcar o triste acontecimento que se avizinha à publicação desta edição de nosso periódico. Docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, assim como a Comissão Editorial Executiva da Revista Sociologias Plurais, lamentam profundamente o falecimento de Bruno Zavataro no último 22 de janeiro. Apesar de possuir mestrado na Université Libre de Bruxelles, Bruno passou boa parte de seus anos de formação em nossa universidade. Na UFPR, se formou bacharel em Direito e Ciências Sociais, tendo mais tarde se especializado em Sociologia Política. E, por isso, era conhecido e apreciado entre nós. Desde 2021, percorria um promissor projeto de pesquisa de doutorado a respeito da situação de migrantes brasileiros residindo na Bélgica em situação de estadia irregular. A seção dedicada aos textos do *Seminário Nacional* conta com um de seus textos, escolhido como melhor trabalho do Grupo de Trabalho *Migrações Internacionais, Fronteiras e Novas Diásporas*. Encorajamos a leitura para que se faça ver o rigor, comprometimento e capacidade analítica de nosso estimado colega. Além de um bom intelectual, Bruno era um bom rapaz. Gentil, inteligente, proativo e profundamente astuto. Em nosso luto partilhado, desejamos forças à sua família e aos seus amigos. Sentiremos sua falta. Este número é dedicado à sua memória.

Dando continuidade ao esforço de divulgação da ampla e comprometida contribuição científica promovida pelas alunas e alunos que compõem a comunidade acadêmica da qual fazemos parte, o presente volume conta com a lista de dissertações e teses defendidas em 2022 por estudantes da Pós-graduação pelo Programa de Sociologia da UFPR. Compõe também este número a lista dos pareceristas que contribuíram gentilmente com uma leitura atenta, analisando e auxiliando na seleção dos trabalhos apresentados.

A Comissão Executiva Editorial da Revista Sociologias Plurais agradece a leitura de todas, todos e todes e espera contribuir com a artesanaria de uma Sociologia rigorosa e comprometida com o esforço de pensar o Brasil.

Henrique da Costa Valério Quagliato
Comissão Editorial Executiva

ARTIGOS

A complexidade e o enigma do Primeiro Comando da Capital: uma análise do surgimento sócio-histórico da facção

Eduardo Armando Medina Dyna¹

Recebido em agosto de 2022

Aceito em dezembro de 2022

RESUMO

A sociedade brasileira nas últimas décadas foi perpassada por graves problemas sobre a segurança pública e a questão das cidades urbanas, designando novas complicações sobre violência, insegurança e criminalidade na vida cotidiana do povo brasileiro, surgindo a partir da década de 1980 e 1990, as denominadas organizações criminosas, facções oriundas das atividades ilegais e do sistema prisional, em especial, a organização Primeiro Comando da Capital (PCC). Desta forma, o objetivo deste artigo é investigar a construção do surgimento do PCC, averiguando sua origem e seus elementos complexos das atuações políticas, econômicas, simbólicas, culturais, sociais e institucionais. O intuito é compreender esse primeiro momento de criação da facção, indo além da visão estereotipada e opaca. Foi utilizado o método qualitativo, através de uma revisão bibliográfica sobre as principais referências teóricas e especialistas sobre o objeto de pesquisa. O Primeiro Comando da Capital, surgido em 1993 em uma cadeia no interior do estado de São Paulo, é atualmente, a maior facção do Brasil, estando presente em todo território nacional e também em regiões da América Latina, tornando-se um objeto complexo e místico na opinião pública, nos discursos governamentais e no âmbito acadêmico.

Palavras-chave: Primeiro Comando da Capital (PCC); sociologia da violência; crime organizado; segurança pública; crime.

The complexity and enigma of the First Capital Command (pcc): an analysis of the faction's socio-historical emergence

ABSTRACT

In recent decades, Brazilian society has been plagued by serious problems regarding public security and the issue of urban cities, creating new complications regarding violence, insecurity and criminality in the daily lives of the Brazilian people. As of the 1980s and 1990s, the so-called criminal organizations, factions originating from illegal activities and the prison system, in particular the First Command of the Capital, emerged. The objective of this article is to investigate the construction of the emergence of the First Command of the Capital, investigating its origin and its complex elements of political, economic, symbolic, cultural, social and institutional actions. The intention is to understand this first moment of the creation

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista - campus de Marília. Pós-graduando em Políticas Públicas e Projetos Sociais no SENAC/SP. Marília-SP/Brasil. Pesquisador do Observatório de Segurança Pública (UNESP). Bolsista CAPES-DS. E-mail: eduardo.dyna@unesp.br.

of the faction, going beyond the stereotypical and opaque vision. The qualitative method was used, through a bibliographical review of the main theoretical references and specialists on the object of research. The First Capital Command, created in 1993 in a prison in the interior of the state of São Paulo, is currently the largest faction in Brazil, being present in the entire national territory and also in regions of Latin America, becoming a complex and mystic object in public opinion, governmental discourses and academic sphere.

Keywords: First Capital Command (PCC); sociology of violence; organized crime; public security; crime.

La complejidad y el enigma del Primer Comando Capital (pcc): un análisis de la emergencia socio-histórica de la facción

RESUMEN

En las últimas décadas, la sociedad brasileña se ha visto asolada por graves problemas en relación con la seguridad pública y la cuestión de las ciudades urbanas, creando nuevas complicaciones en relación con la violencia, la inseguridad y la criminalidad en la vida cotidiana de los brasileños. De esta forma, el objetivo de este artículo es indagar en la construcción del surgimiento del Primer Comando de la Capital, investigando su origen y complejos elementos de acción política, económica, simbólica, cultural, social e institucional. La intención es comprender este primer momento de la creación de la facción, superando la visión estereotipada y opaca. Se utilizó el método cualitativo a través de una revisión bibliográfica de las principales referencias teóricas y de especialistas sobre el objeto de investigación. El Primer Comando Capital, establecido en 1993 en una prisión del interior del estado de São Paulo, es actualmente la mayor facción de Brasil, estando presente en todo el territorio nacional, así como en regiones de América Latina, convirtiéndose en un objeto complejo y místico en la opinión pública, los discursos gubernamentales y los círculos académicos.

Palabras-clave: Primer Comando Capital (PCC); sociología de la violencia; crimen organizado; seguridad pública; delincuencia.

Nas últimas décadas, um dos temas que foi aprofundado no debate na opinião pública, nas esferas eleitorais, no âmbito acadêmico e, mais recentemente, nas mídias sociais e nas plataformas da internet foi o campo da segurança pública. Os diferentes problemas relacionados aos tipos de violências, criminalidade, corrupção, repressão policial, encarceramento em massa, medo e, principalmente, ao crime organizado, tornaram-se a norma desde a década de 1990 nas metrópoles urbanas, estabelecendo uma relação direta entre os problemas da segurança pública e os novos desdobramentos das cidades brasileiras (SILVA, 2020).

Essas contradições, com consequências sociais e humanitários, são oriundas de um complexo conjunto de questões históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais como,

por exemplo, a extrema desigualdade social, a concentração de renda e terra, a pauperização do mundo do trabalho, a violência sistêmica e estatal, a ausência de políticas públicas sociais para as classes populares e uma condição digna para os trabalhadores, fator que perdura na história brasileira.

No período transitório do regime ditatorial para o regime democrático, o campo da segurança pública produziu um paradoxo interessante. Com o fim da ditadura civil-militar (1964–1985) e com a nova fase de liberdades políticas e de organização, avolumou-se uma crescente onda de violência, criminalidade e a criação e organização do crime, denominado pela opinião pública e as esferas policiais e judiciária de “crime organizado”, mas também de codinomes nativos entre os próprios membros do nicho como “Facção”, “Organização”, “Comando”, “Irmandade”, “Família” e “Partido”².

Na década de 1980 foi criado na prisão “Instituto Penal Cândido Mendes”, em Ilha Grande, em Angra dos Reis (RJ), o Comando Vermelho (CV), a primeira facção que foi consolidada e conhecida pela sociedade e que produziu novos dilemas para a criminalidade nacional e para o campo da segurança pública, fruto de uma nova organização política, uma expansão para fora das prisões cariocas, um estabelecimento nos morros e novos caminhos de uma economia ilícita (AMORIM, 2003).

Na década de 1990, na cadeia de Taubaté, no interior de São Paulo, foi criada a organização Primeiro Comando da Capital (PCC), facção que foi inspirada no CV do Rio de Janeiro, mas também adaptada às demandas da realidade da criminalidade e da realidade paulista, expandindo nacionalmente e internacionalmente, tornando-se uma das maiores facções da América Latina atualmente.

O PCC, ao contrário do CV, conseguiu uma estabilidade e expansão maior em sua história, criando e configurando o mundo do crime (FELTRAN, 2007) em São Paulo e

² Para uma melhor adaptação dos termos e diluir os discursos de senso comum, será utilizado os codinomes nativos supracitados. A problemática do termo “crime organizado” foi discutido por Adorno (2019), Silva (2010), Telles e Hirata (2007), em que os autores apresentam os limites e fragilidades do termo crime organizado, sendo empregado para cada autor e seus referenciais teóricos metodológicos, outros tipos de conceituações, para concretizar a análise sobre este objeto no campo da segurança pública.

gerando relações de legitimidade com sua presença e ações em suas bases mais próximas, isto é, as populações das prisões e das periferias³ no estado de São Paulo.

Em 2022, o PCC fez 29 anos de história, marcado com muitas fases e rupturas internas e externas, fazendo do seu surgimento inicial uma criação singular, mas pouco informada na vida acadêmica e na sociedade. As questões simbólicas e culturais foram um elo importante para criar uma mistificação em torno da irmandade, reproduzida pelos discursos midiáticos e pela narrativa oral de indivíduos que acompanharam o nascimento da facção. Além disso, as reivindicações políticas e a organização interna são traços que não são muito conhecidos pelo público, algo determinante para compreender o PCC em outras faces, para além daquela criminal.

O objetivo deste artigo é analisar o surgimento e os primeiros desdobramentos da organização Primeiro Comando da Capital, focando nos seus integrantes, ritos, organização política, estatuto e ações na década de 1990. O intuito é compreender e visar uma nova historiografia do objeto referido, compreendendo e visando questões simbólicas, culturais, políticas, econômicas e organizacionais do próprio PCC.

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, através de uma revisão bibliográfica das principais referências acadêmicas e jornalísticas sobre os temas do crime organizado, segurança pública e do Primeiro Comando da Capital.

Como se trata de um fenômeno que tem uma intensa rede de sociabilidade e debates públicos, nunca houve uma historiografia oficial, isto é, não há uma centralização de uma história escrita por uma diretriz própria dos integrantes, mas sim, narrativas de indivíduos que vivenciaram esse surgimento de formas diferentes, criando experiências e visões distintas, gerando por muito tempo disputas internas de uma história oficial do nascimento do PCC, como mostra Biondi (2018).

³ Há de fato uma presença do PCC em várias regiões periféricas do estado de São Paulo, mas não é possível afirmar que a organização está presente em todas as periferias via seus membros e aproximados. O que há nesses locais, é o cumprimento de normas, condutas e a administração de conflitos cotidianos oriundos da organização, algo que Dias (2011), Biondi (2018) e Ruotti (2016) desenvolvem em suas obras. Assim, a obediência e legitimidade das populações com os preceitos do PCC criam uma relação complexa e profunda, tornando a facção como uma ética normalizada em leis, como observa os pesquisadores na entrevista Feltran *et al.*, (2010).

Partiremos do princípio dos trabalhos dos pesquisadores que desenvolveram uma bibliografia sobre o tema e conseguiram colher as diversas narrativas a fim de produzir uma análise histórica sobre o surgimento do PCC. Por esse meio, aparecerão versões/narrativas contadas por posições distintas sobre o fenômeno PCC, devido à metodologia de entrevistas com pessoas diferentes que os investigadores do tema realizaram. Não será entendido que existe na bibliografia consultada uma história verdadeira e outra falsa, mas pontos de vistas diferentes sobre o mesmo fenômeno social.

Quando se pensa no surgimento do Primeiro Comando da Capital, é preciso considerá-lo como um longo processo no âmbito da segurança pública paulista que envolve os detentos em cárcere e as ações do próprio governo do estado de São Paulo da época. A importância de romper com os discursos da mídia, da polícia e das alas conservadoras da sociedade sobre a criação do PCC é o primeiro passo para ultrapassar a aparência do senso comum a fim de ver a essência dos fatos, através de uma nova metodologia analítica (FOUCAULT, 1991).

O surgimento através do futebol

Os acontecimentos da segurança pública na década de 1980 e início da década seguinte foram as razões para a criação da facção paulista. Segundo os autores Biondi (2018), Biondi e Marques (2010), Dias (2011), Feltran (2018), Jozino (2017) e Manso e Dias (2018), a criação do Primeiro Comando da Capital aconteceu oficialmente em 31 de agosto de 1993, na Casa de Custódia em Taubaté, conhecida como “Piranhão”, sob autoria de oito detentos.

Os oito criadores da maior organização dos presos do Brasil foram: Misael Aparecido da Silva, com o apelido de Miza⁴; César Augusto Roriz Silva, com o codinome de Cesinha; José Márcio Felício, apelidado de Geleirão; Wander Eduardo Ferreira, denominado

⁴ No “mundo do crime” é comum utilizar codinomes, apelidos ou “vulgos” como se fossem apelidos herdados de suas condições naturais (ser magro, gordo, alto, baixo etc.), de suas habilidades profissionais (professor, doutor, médico), de seu lugar de origem (nomes de estados, cidades e bairros) ou apelidados por outras pessoas e características.

de Eduardo Cara Gorda; Antônio Carlos Roberto da Paixão, com seu sobrenome Paixão como codinome; Isaías Moreira do Nascimento, o Isaías Esquisito; Ademar dos Santos, o Dafé, e Antônio Carlos dos Santos, conhecido como Bicho Feio (JOZINO, 2017).

Outros cofundadores⁵ que obtiveram poder e prestígio foram Idemir Ambrózio, mais conhecido como Sombra, e Marcos Willians Herbas Camacho, apelidado como Marcola ou Playboy, ambos tiveram um papel fundamental na organização nesses primeiros anos, difundindo os ideais e batizando novos membros em outras cadeias paulistas.

Durante os primeiros anos de vida do PCC, houve uma forte disputa interna para decidir sobre todas as esferas de atuação e de organização, causando confrontos, ataques e mortes. Assim, por causa da pandemia de covid-19 no Brasil, José Márcio Felício, vulgo Geleião⁶, que estava preso há quase 40 anos e estava em unidade prisional federal morreu em decorrência da doença, sendo o último fundador morto (JOZINO, 2021). Os outros sete fundadores do PCC foram assassinados, cometeram suicídio ou morreram por alguma doença em cárcere nos anos iniciais do comando na década de 1990 (JOZINO, 2017).

O estopim que surgiu o PCC foi uma aliança de oito detentos para resistir às punições dos agentes de segurança pública do “Piranhão”, após um conflito que resultou em mortes durante uma partida de futebol entre o “comando caipira” contra o “comando da capital” (DIAS, 2011, p. 166-167).

O comando caipira era o time de futebol dos presos que vieram da região do interior de São Paulo, em especial, nos arredores do Vale do Paraíba e no centro-oeste paulista. Enquanto o comando da capital era o time de futebol dos detentos que vieram da capital paulista ou da região metropolitana (JOZINO, 2017). Nessa peleja, com a vitória do time do comando da capital, houve uma briga generalizada, segundo Jozino (2017, p. 24), Cesinha matou 2 detentos na partida, inaugurando os dois primeiros assassinatos do Piranhão.

⁵ Segundo a obra de Jozino (2017), Sombra e Marcola não participaram do pacto que fundou a organização, uma vez que eles estavam em sua cela e não assistiram à partida de futebol. Mas como tinha amizade com os fundadores e uma boa articulação no “mundo do crime” eles foram considerados como cofundadores.

⁶ Quando estava vivo e excluído de sua liberdade, Geleião estava jurado de morte pela própria facção que ele criou, por causa das mudanças da estrutura da cúpula interna do PCC e de acusações que são contra os preceitos éticos da conduta do crime no começo dos anos 2000 (JOZINO, 2021).

Dias (2011, p. 167) relata uma versão diferente, no jogo de futebol entre os times caipira e da capital, houve uma confusão com provocações de ambos e de suas torcidas. Geleirão matou seu rival de uma forma macabra, quebrando o pescoço de seu adversário e tentando arrancar sua cabeça, após isso, outro jogador do comando da capital matou seu adversário e, posteriormente, os guardas da unidade separaram o tumulto.

Após a intervenção das forças de segurança da Casa de Custódia, devido à violência no jogo de futebol, os recém-fundadores já prevendo uma forte punição por parte do diretor e dos agentes penitenciários, fizeram um pacto mútuo de resistência contra a violência que era exercida pela direção do Piranhão. Segundo Dias (2011), essa aliança iria além dos castigos que os presos tomariam, transformando aquele fato em uma rede de solidariedade entre os membros contra as mazelas que a população carcerária sofria.

Os oito presos do time da capital, responsáveis pelos assassinatos, sabendo que seriam severamente punidos pela administração prisional, selaram um pacto: “Quem ofender um de nós ofenderá a todos – somos o time do PCC, os fundadores do Primeiro Comando da Capital.” Criaram assim um código de autoproteção: “Na nossa união ninguém mexe” (DIAS, 2011, p. 167).

Temendo a violência da penitenciária contra os presos, essa aliança não foi algo surpreendente, mas sim um efeito das políticas de segurança pública do Estado e, principalmente, da posição do diretor do Piranhão da época (SILVESTRE, 2018). O diretor José Ismael Pedrosa já era uma figura conhecida pelos presos e que estava presente nos noticiários paulistas, o então gestor, foi o diretor responsável pelo massacre do Carandiru em 1992. Essa tragédia foi o estopim para que o governador Luiz Antônio Fleury transferisse o então diretor do Carandiru para a Casa de Custódia de Taubaté em 1993.

A transferência para o Piranhão trouxe o aumento da violência, punições e arbitrariedades que Pedrosa permitia, causando um sentimento de ódio e revolta dos presos com a figura dele. Por isso, não é estranho associar o nascimento do Primeiro Comando da Capital à figura de Luiz Antônio Fleury e José Ismael Pedrosa. As ações das políticas de Estado e das penitenciárias trouxeram como reação o surgimento do próprio PCC.

Os relatos e falas dos membros e parentes próximos do comando trazido pela obra de Jozino (2017) evidenciam o papel das autoridades estatais no fenômeno PCC, demonstrando como foi uma relação de causa e efeito do Estado por meio de suas políticas a sociedade prisional (JOZINO, 2017, p. 26):

Não demorou muito, o Sombra foi mandado de volta para o Piranhão.
Como lembra Débora, seu marido teria afirmado para o diretor:
- O PCC foi fundado por nove pessoas. Oito presos e o senhor!
Para ele, o diretor geral da Penitenciária de Taubaté era o principal responsável pela linha dura no presídio. Além disso, Sombra bem o sabia, quando do Massacre do Carandiru, era Ismael Pedrosa o diretor geral da casa de detenção.

Nesse primeiro momento, os próprios componentes da irmandade já enxergavam o papel do Estado na própria realização da organização. Na citação de Jozino (2017), Sombra questiona o diretor e argumenta que, no total, foram nove fundadores do grupo, somando os oito detentos mais José Pedrosa. Portanto, este carregou o peso por ser o responsável do massacre do Carandiru em 1992 e o diretor da cadeia que originou a maior facção de presos do Brasil, em 1993.

Após a volta do período de punições em razão da partida de futebol, os presos agora intitulados como integrantes do Primeiro Comando da Capital começam a configurar concretamente a sua organização. A aparição de símbolos que representaria de uma forma velada, mas inteligente a presença do comando foi desenvolvida, o melhor exemplo disso foi o codinome 15-3-3 para citar o nome do comando. Essa numeração teve inspiração no Alfabeto Congo utilizado pelo CV do Rio de Janeiro nas décadas de 1970 e 1980.

A numeração 15-3-3 nada mais é do que as letras P, C, C numeradas pelo alfabeto brasileiro⁷. Mizael também criou o logotipo para evidenciar a formação do PCC. O símbolo da filosofia oriental do *Tao* foi escolhido para representar, com o *Yin Yang* simbolizando o equilíbrio das coisas que deveriam estar presentes no grupo (JOZINO, 2017, p. 24-25). Algumas vestimentas foram criadas com os símbolos e signos do PCC, representadas pelo

⁷ Neste caso o alfabeto na década de 1990 não tinha as letras oficiais: K, W e Y. O alfabeto Congo hoje teria outra numeração.

1533, *Yin Yang* e até o rosto do revolucionário argentino Ernesto “Che” Guevara, em alusão aos ideais revolucionários que os integrantes detinham para combater o sistema penal (JOZINO, 2017, p. 25).

O primeiro estatuto do partido

A inovação jurídica e política desse grupo, foi a elaboração, feita a caneta e papel, de 17 artigos bem definidos de um estatuto político produzido por Mizael, Sombra e outros detentos na própria penitenciária (JOZINO, 2017, p. 24). O objetivo era que todos os membros seguissem as determinações de cada artigo do estatuto para terem coesão política dentro da organização, a fim de chegar nas finalidades do grupo, isto é, combater as mazelas do sistema penitenciário paulista para auxiliar os membros do PCC e suas famílias aos seus direitos básicos (BIONDI, 2017, p. 49; DIAS, 2011, p. 168).

Já era conhecido entre as cadeias paulistas o estatuto do partido do crime, porém, só no ano de 1997 veio à tona para opinião pública este documento, o que foi desmentido pelas autoridades do governo paulista. Muitos pesquisadores apontam que a construção das normas e da ética da organização foram produzidas de maneira coletiva, elaborando as reivindicações da população carcerária e instituindo o complexo jurídico-político e ético que foi sendo transformado e disseminado ao longo dos 29 anos da organização do PCC (FELTRAN, *et al.*, 2010).

A partir deste ponto serão analisados os artigos do primeiro estatuto do Primeiro Comando da Capital, levando em consideração o contexto da época e visando o olhar sociológico e político no documento (JOZINO, 2017, p. 27):

1. Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido
2. A Luta pela liberdade, justiça e paz
3. A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro das prisões
4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate
5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.

Nesses primeiros artigos estão expostos os ideais e bandeiras políticas que todos os componentes devem seguir. O discurso produzido pelo comando, que deve ser colocado em prática, é pautado contra a desigualdade social, as injustiças e a opressão que a população carcerária vivia na época e a solidariedade entre os filiados da organização, seja aqueles que estão cumprindo pena ou aqueles que estão livres nas ruas. Essa ajuda mútua ocorria através de uma contribuição financeira ou algum trabalho em prol da irmandade, havia as tarefas de cunho econômico e de ordem política. Desde o início, existia uma centralização hierárquica da estrutura política do PCC para evitar possíveis rachas dentro do partido e manter a unidade política para que houvesse coesão interna:

6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à todos os seus integrantes para que não venham a sofrerem nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
7. Aquele que estiver em Liberdade "bem estruturado" mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenados à morte sem perdão
8. Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo à serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja assalto, estupro e extorsão dentro do Sistema.
9. O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade e o interesse como ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.
10. Todo integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido (sic) (JOZINO, 2017, p. 27-28).

Outros dois pontos cruciais e extremamente fortes na execução interna do grupo são as disciplinas e as punições. A ideia inicial do artigo 6 é que o Primeiro Comando da Capital esteja acima de qualquer forma de interesses individuais que não busque o coletivo. Caso ocorra qualquer tentativa de captar algo do partido (influência política ou riqueza econômica), ausentar-se de suas funções para benefício próprio, mentir nas instâncias de discussão, decisão ou de atuação, traição ou qualquer forma de quebrar a aliança com o PCC e seus membros, o mesmo sofrerá as mais severas punições.

Essa relação de disciplina e punição não foi uma invenção do PCC, mas uma complexa técnica social que Foucault (2014) trabalha em sua obra. Portanto, a gestão dos corpos e suas punições é um fenômeno reproduzido pela facção, através do forte poder disciplinar dentro das prisões, algo interessante de se observar, visto que a própria estrutura prisional já é composta pelo poder disciplinar e a gestão dos corpos, mas a singularidade do caso do PCC é a dupla gestão biopolítica dos corpos e seus poderes disciplinares entre o Estado e o PCC assumindo com a população prisional (FOUCAULT, 2014).

Destarte, houve com o surgimento e expansão da organização, uma transição na gestão disciplinar dentro das prisões, com o fim dos assassinatos entre os presos – sem o aval da facção – e de brigas generalizadas, o fim do consumo de crack, a proibição de violência sexual entre os próprios detentos e a reivindicação, que obteve sucesso, das visitas íntimas para os presos e uma nova jurisdição e ética promovida pelos ideais do grupo, fator que construiu uma estabilidade e hegemonia nas prisões em que o PCC coordena, como citado na entrevista dos pesquisadores:

São muitas e conhecidas as mudanças que ocorreram nas prisões após o nascimento do PCC: diminuição no número de homicídios e das agressões entre prisioneiros, fim do consumo de crack e dos abusos sexuais, não se vende mais espaço na cela, não se troca favor com agentes penitenciários em benefício próprio em detrimento de outros, não se fala palavrões. Mas é importante lembrar que essas mudanças não são frutos de leis, decretos ou imposições. Suas propostas nascem de amplos debates e são expandidas e adotadas paulatina e assistematicamente, não sem resistências e diferenciações na condução dessas políticas (FELTRAN, *et. al.*, 2010, p. 1).

A moralidade é outro ponto presente nas redes de sociabilidade do PCC. Como o fenômeno tem alguns valores, que são seguidos e incluídos na sua realidade, aumentando essas teias sociais direcionadas pela supervisão do PCC. O artigo 8 é o resultado dessa relação de rede de sociabilidade conectado pela disciplina e punição. O bom exemplo que os membros devem ter, causam uma relação de legitimidade e aprovação moral de terceiros a partir das diretrizes do PCC, gerando mais poder e disciplina a serem seguidos pela influência da irmandade.

A proibição de ações consideradas “imorais”, dentro do próprio sistema e território que o PCC estava se inserindo na época, como os assaltos entre os próprios presos, os estupros que eram práticas recorrentes nas cadeias e as extorsões de presos com mais poder do que outros, deveriam ser encerradas.

Antes da existência do grupo, os casos de estupros entre os presos eram considerados normais, pois não havia naquela época visitas íntimas e o ato de estuprar era uma forma de agressão e de mostrar seu poder diante da hierarquia da prisão. Os agressores eram denominados como “malandrões”, indivíduos que carregavam um poder simbólico e esbanjavam através da violência e dominação contra presos mais novos e de aparência feminina (DIAS, 2011, p. 203).

O artigo 8, em ocasião foi bem colocado no discurso e na prática contra os estupros, transformando-o em uma nova cultura política dentro dos territórios que o PCC dominou nos primeiros anos, como Dias mostra em sua obra: “Como parte do discurso que pregava a união e a solidariedade estava a proibição da violência sexual, corriqueira até aquele momento” (DIAS, 2011, p. 204).

O artigo 10, no primeiro estatuto, remete a obediência de cada função em sua estrutura disciplinar. A configuração política era formada por uma estrutura inicial de tipo piramidal, garantindo o “direito” dos componentes a falarem e julgarem algo a favor do partido, mas a decisão final e poder estaria concentrado nas mãos dos fundadores. Dessa maneira, na divisão interna da estrutura do PCC, havia os que mandavam, fundadores que foram apelidados de “generais” e os que obedeciam, todo o componente que era apelidado de “soldado”.

Destarte, nessa época havia uma divisão do trabalho entre generais e soldados, os que ordenam e os que cumprem, como a autora destaca: “Tratava-se de uma relação de poder com forte componente hierárquico, sem qualquer pretensão – ou necessidade – de mascarar tais elementos, como fica evidente pelos termos utilizados [...] posições hierárquicas (soldado, general etc.)” (DIAS, 2011, p. 220).

Seguindo com os pontos do estatuto:

11. O Primeiro Comando da Capital PCC fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto a "Liberdade, a Justiça e Paz".
12. O partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la.
13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiças, opressão, torturas, massacres nas prisões.
14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozes (JOZINO, 2017, p. 28).

O famoso lema “Paz, Justiça e Liberdade” (PJJ), originado pelo Comando Vermelho, foi utilizado pelo PCC para representar seus ideais e lutas políticas. A unidade e a disciplina como já tratado neste estatuto inicial, são feitos para a manutenção da organização no intuito de combater as injustiças, evitar novos massacres como o de 1992 no Carandiru e lutar pelos direitos básicos dos presos que não eram atendidos. Por consequência, a disciplina e punição são os instrumentos sólidos para que a relação de poder entre os generais e os soldados seja estável, a fim de evitar rachas dentro da organização, pois se os presos não estivessem unidos por uma causa comum, o sistema prisional manteria o *status quo*.

O artigo 14 era um objetivo simbólico e ao mesmo tempo prático. A desativação da Casa de Custódia de Taubaté era um sonho para os membros do PCC, pois foi onde tudo começou e surgiu a fama de ser uma das cadeias mais violentas de São Paulo. Denunciar os crimes de José Pedrosa e livrar os cárceres da tortura iam além do valor simbólico, transformando em uma meta a ser alcançada (JOZINO, 2017).

16. Partindo do Comando Central da Capital do QG do Estado, as diretrizes de ações organizadas simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.
17. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do estado e

conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV iremos revolucionar o país dentro das prisões e nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangu I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros.

Conhecemos nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido.

LIBERDADE! JUSTIÇA! E PAZ!

O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV

UNIDOS VENCEREMOS (JOZINO, 2017, p. 28)

Os dois últimos artigos remetem à centralização através de um Quartel General e suas esferas organizativas e a aliança com o CV. A consolidação do Primeiro Comando da Capital, em São Paulo, e do Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, ocasionou uma herança organizacional desses grupos e forjou uma nova construção da criminalidade e dos sujeitos que estão nesse universo, atrelando a sua luta coletivamente em vez de individualmente, fabricando novas organizações a partir da década de 2000 por todo o Brasil⁸ (FELTRAN, 2018; MANSO; DIAS, 2018). O próprio PCC, desde sua origem, tinha como plano uma união entre as organizações de presos contra os inimigos do Estado, esse primeiro estatuto visava uma coligação nacional entre o PCC e CV como aponta o 17º artigo.

Essa coligação entre os partidos dos presos de São Paulo e do Rio de Janeiro almejava a fortificação dos seus próprios núcleos locais, isto é, instalar em suas próprias bases estaduais e depois um plano de conquista a nível nacional. Essa consolidação era a propagação dos ideais de ambos, principalmente por Paz, Justiça e Liberdade das massas carcerárias de todo Brasil e revolucioná-las ao ponto de enfrentar o Estado brasileiro. Além da desativação do Piranhão, também foi acoplada a desativação da penitenciária carioca Bangu I, onde estava grande parte da cúpula do CV na época.

⁸ Atualmente, há dezenas de facções espalhadas por todas as unidades federativas do Brasil, com grupos com poder local, estadual, regional e nacional. Além disso, houve a partir dos anos 2010 a internacionalização dos comandos, como o PCC, que se constituiu como uma organização com bases, influências e contatos com outros grupos em muitos países da América Latina e com conexões em outros continentes (MANSO; DIAS, 2018).

O discurso utilizado, portanto, clamava a união de todos os presos encarcerados e simpatizantes para lutarem contra toda forma de desigualdade, injustiça e opressão. Esse estatuto, para a época, era algo inovador e revolucionário. Aos olhos das autoridades era uma forma organizativa coesa de presos que não queriam mais ficar à mercê do julgamento do sistema penitenciário.

Complexidade simbólica e estrutura política interna

A organização ficou popularmente conhecida por ritos que estão dentro do jogo simbólico, mediante às suas redes de sociabilidade e de interdependência (ELIAS, 2010), princípio que será analisado a partir da visão antropológica. O rito de passagem para adentrar a irmandade se chama “Batismo”. Este sempre esteve presente na história do PCC, modificando-se ao longo do tempo, mas com a mesma função: trazer para o grupo aqueles mais próximos e aptos a se tornarem membros do Primeiro Comando da Capital. Uma conceituação mais clara e objetiva sobre o batismo, é encontrada no livro de Jozino (2017, p. 222): “entrar para o PCC pela indicação de um integrante, jurando fidelidade ao partido”.

Esse processo não era algo simples, segundo Biondi (2018), Jozino (2017) e Dias (2011), o batizado deveria ter um padrinho que indicasse ele ao grupo e que julgasse a sua entrada. O indivíduo que está prestes a se tornar parte do grupo, deveria ter alguma recomendação de um integrante do PCC, assim, ele deveria esperar o convite e, então, começar a preparação para a sua entrada.

Diante disso, haverá uma relação de padrinho e afilhado, o padrinho terá toda a responsabilidade pelo seu afilhado, e caso este último cometa algum erro, é o padrinho que sofrerá as punições até a conclusão desse “ritual de passagem” (DIAS, 2011, p.252-253). Há, portanto, uma relação de interdependência entre o recém-chegado e o integrante deste com o PCC (ELIAS, 2010). Essa rede de laços sociais deve seguir a lealdade, honestidade, confiança e as leis ético-morais da facção.

Caso o afiliado possa cumprir esse primeiro passo, ele entra para a organização. A oficialização do batismo é uma cerimônia que conta com a presença do padrinho, afilhado

e de um terceiro. O novo indivíduo deve jurar lealdade, cumprir o estatuto, ser responsável e ter uma credibilidade com o mundo do crime para se consolidar nesse universo e nas dinâmicas do PCC (BIONDI, 2018, p. 71).

As denominações próprias do universo PCC foram criadas para aumentar o elo entre os membros do grupo. Esses códigos produzem novas teias de interdependência dentro e fora das cadeias, produzindo uma ressignificação do indivíduo quando ocorre o processo de batismo (BIONDI, 2018). É dessa ressignificação que se cria um vocabulário próprio, já tendo influência da realidade do mundo do crime como Feltran (2007) relata minuciosamente em seu texto, formando uma espécie de glossário do crime.

A partir da entrada oficial no Primeiro Comando da Capital, o integrante se torna um “Irmão”⁹. Não importa se o irmão foi batizado dentro ou fora das cadeias, se foi batizado em São Paulo ou em outra unidade federativa, ele sempre será um irmão. Como falado, nesse primeiro momento de criação do PCC, havia uma divisão hierárquica que foi nomeada pela sua divisão do trabalho, os generais eram os fundadores e líderes do partido, os soldados são todos os integrantes da base da facção que cumpriam as ordens de cima (JOZINO, 2017).

Havia também nomes para aqueles que estavam fora da participação direta do comando, contribuindo indiretamente ou que possuíam algum tipo de influência no partido. Aqueles que viviam nas cadeias do PCC, mas não eram irmãos, foram denominados com o título de “Primos” e, diversas vezes eles cumpriam as regras estabelecidos pelo grupo (BIONDI, 2018).

Além dos primos, havia as “Cunhadas” que eram as esposas dos irmãos presos do PCC que cumpriam ao longo da história da organização funções que auxiliavam os interesses da irmandade. Existia do mesmo modo as “primeiras-damas”, esposas dos líderes da facção, mesmo não compondo oficialmente a cúpula, as primeiras-damas tinham bastante poder e respeito dentro e fora das cadeias (JOZINO, 2017).

⁹ A partir desse momento, referenciar-se-á os participantes da organização PCC como “Irmãos”.

Também se apelidava os inimigos de facções rivais como “Coisa”. Os policiais militares, carcereiros ou outro agente de segurança pública de “Verme” (BIONDI, 2018; DIAS, 2011); e quem não estava nesse universo e se intrometia nos interesses ou conversas da organização, era chamado de “Zé Povinho”.

A territorialidade do espaço dominado pela família também tinha codinomes próprios. Os bairros periféricos eram chamados de “quebradas”, entende-se que qualquer indivíduo (esteja ele dentro do mundo do crime ou não) reconhece seu bairro de origem como “sua quebrada”. Este local de pertencimento ultrapassa as barreiras do espaço geográfico trazendo com ele, costumes, hábitos, gírias e a nostalgia de sua criação, tendo orgulho de sua origem, introduzido como uma identidade própria do sujeito e com o local.

Há outros termos no glossário do comando que podem ser encontrados nas mais variadas bibliografias. Por meio disso, a semiótica dentro do universo PCC é ampla e complexa, garantindo uma significação própria que os sujeitos significantes atribuem a determinados significados, ressignificando diversos procedimentos, normas e comportamentos, criando dialetos dentro do mundo da periferia que são incorporados no mundo do crime e inserido nas periferias.

O PCC reconfigurou e transformou o universo simbólico, político e econômico nas prisões e periferias, criando um fenômeno de ressignificação da sociabilidade local com elementos singulares da produção criminal da irmandade, disputando as narrativas contra os discursos da grande mídia, polícia e setores conservadores – que estimulam uma visão estereotipada dos sujeitos atrelados as bases do partido – e criando redes de legitimidade e uma complexa relação com setores do Estado e com as populações periféricas e prisionais.

Por conseguinte, entre 2002 e 2003, o PCC sofreu uma transformação de sua estrutura interna, fruto das disputas e ascensão da ala conduzida por Marcola, reconfigurando a organização política da facção, instituindo elementos mais “democráticos”, com mais participação das camadas “inferiores” nos debates e decisões da organização, diluindo as funções dos generais e diminuindo a distância entre os irmãos de instâncias “superiores” e “inferiores” (JOZINO, 2017; DIAS, 2011). Ademais, foi produzido novos ideais além do PJJ, concebendo os lemas de Igualdade e União para dentro da

organização, além de um novo estatuto atualizado em 2017, caracterizado pelas novas demandas e realidades do PCC.

Considerações finais

A violência, criminalidade e o surgimento de novas organizações que atuam na ilegalidade ganharam os noticiários, os discursos governamentais e parlamentares, as ações repressivas das forças policiais e o amedrontamento da população, perante os problemas apresentados, compõem a realidade brasileira.

A aparição do CV no Rio de Janeiro e do PCC, em São Paulo, corroborou para uma nova realidade e ressignificação do mundo do crime (FELTRAN, 2007), colocando essas organizações atuantes do limbo das práticas do legal e ilegal (TELLES; HIRATA, 2007) e gerando novas demandas e enfoques para a segurança pública brasileira.

O surgimento e os primeiros passos do PCC, através da complexidade dos elementos simbólicos, culturais, políticos, econômicos e institucionais, foi alvo deste trabalho, razão importante para haver uma melhor compreensão do que é esse universo rizomático do Primeiro Comando da Capital, para haver melhores soluções para o esclarecimento da discussão no âmbito acadêmico e na formulação de políticas públicas em prol a segurança pública e a questão urbana para o povo brasileiro.

Referências

ADORNO, Sérgio. Fluxo de operações do crime organizado: questões conceituais e metodológicas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 33-54, 2019.

AMORIM, Carlos. **CV-PCC: a irmandade do crime**. Editora Record, 2003.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. Editora Terceiro Nome, 2018.

BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. **Memória e historicidade em dois" comandos" prisionais**. Lua Nova, n. 79, p. 39-70, 2010.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador 2**. Zahar, 2010.

FELTRAN, Gabriel et al. **16 perguntas sobre o PCC**. Crimes no Brasil (blog), Estadão (São Paulo), January, v. 23, 2010.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos**: uma história do PCC. Editora Companhia das Letras, 2018.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Revista temáticas**, v. 30, p. 11-50, 2007.

FOUCAULT, Michel. Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, v. 7, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

JOZINO, Josmar. **Cobras e lagartos**: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras: quem manda e quem obedece no partido do crime. Editora Objetiva, 2017.

JOZINO, Josmar. Uol. **Fundador, Geleição foi expulso do PCC, delatou e ficou preso por 41 anos**. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/josmar-jozino/2021/05/10/covid-19-mata-geleiao-fundador-do-pcc-e-tambem-glauro-o-enteado-dele.htm>. Acesso em: 19 set. 2022.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. Editora Todavia SA, 2018.

SILVA, Luiz Antonio Machado. **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Mórula Editorial, 2020.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Violência urbana”, segurança pública e favelas-o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno Crh**, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

SILVESTRE, Giane. **Controle do crime e seus operadores**: política e segurança pública em São Paulo. Annablume Editora, 2018.

RUOTTI, Caren. **Pretensão de legitimidade do PCC**: justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo. 2016. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. **Cidade e práticas urbanas:** nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Estudos Avançados [online]. 2007, v. 21, n. 61, p. 173-191.

A meritocracia como modo de vida: uma análise crítica à luz da tradição marxista¹

Ederson Duda da Silva²

Recebido em agosto de 2022

Aceito em dezembro de 2022

RESUMO

O presente artigo tem como intuito realizar uma análise crítica da noção de meritocracia. No espaço disponível, pretende-se apontar para os limites de entender a meritocracia ora como um valor intrínseco ao capitalismo e a democracia, ora restrita ao momento ideológico. Nesse sentido, buscaremos relacionar a forma social da meritocracia com os processos de subordinação do trabalho pelo capital, cuja finalidade estaria na necessidade da valorização do valor. Defende-se que, por englobar diferentes momentos da vida social, a meritocracia deve ser apreendida como um modo de vida na medida em que, em seu percurso histórico e social, tem incidido sobre a reprodução social dos trabalhadores e as relações sociais de produção, cuja finalidade estaria na radicalização dos processos de exploração e dominação do capital sobre o trabalho, tendo na atual noção de empreendedorismo uma de suas formas de representação social.

Palavras-chave: meritocracia; modo de vida; empreendedorismo; neoliberalismo; capital humano.

Meritocracy as a way of life: a critical analysis in light of the Marxist tradition

ABSTRACT

This article aims to carry out a critical analysis of the notion of meritocracy. In the available space, it is intended to point out the limits of understanding meritocracy, sometimes as an intrinsic value to capitalism and democracy, sometimes restricted to the ideological moment. In this sense, we will seek to relate the social form of meritocracy with the processes of subordination of work by capital, whose purpose would be in the need to value value. It is argued that, as it encompasses different moments of social life, meritocracy must be understood as a way of life insofar as, in its historical and social course, it has affected the social reproduction of workers and the social relations of production, whose purpose would be the radicalization of the processes of exploitation and domination of capital over work, having in the notion of entrepreneurship one of its forms of social representation.

Keywords: meritocracy; lifestyle; entrepreneurship; neoliberalism; human capital.

La meritocracia como forma de vida: un análisis crítico a la luz de la tradición marxista

¹ O presente artigo é o resultado de investigações relacionadas à minha dissertação de mestrado, apresentada à Unifesp/Guarulhos no segundo semestre de 2022 e contou com apoio financeiro concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (Processo nº 2019/24468-4).

² Doutorando em Ciência Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. São Paulo/SP – Brasil. Contato: dudadasilvae@gmail.com.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo realizar un análisis crítico de la noción de meritocracia. En el espacio disponible, se pretende señalar los límites de entender la meritocracia a veces como un valor intrínseco al capitalismo y la democracia, a veces restringida al momento ideológico. En este sentido, buscaremos relacionar la forma social de la meritocracia con los procesos de subordinación del trabajo al capital, cuyo fin estaría en la necesidad de valorizar. Se argumenta que, al abarcar diferentes momentos de la vida social, la meritocracia debe ser entendida como una forma de vida en la medida en que, en su recorrido histórico y social, ha afectado la reproducción social de los trabajadores y las relaciones sociales de producción, cuyo fin sería la radicalización de los procesos de explotación y dominación del capital sobre el trabajo, teniendo en la noción de emprendedorismo una de sus formas de representación social.

Palabras clave: meritocracia; modo de vida; emprendedorismo; neoliberalismo; capital humano

Introdução

Nas sociedades capitalistas, cada vez mais as noções de mobilidade social, ascensão social e a liberdade econômica estão associadas à ideia de “meritocracia”. Para alguns autores, por exemplo, o sucesso de cada indivíduo no capitalismo depende do grau de liberdade meritória existente em cada sociedade (MILL, 2000; SCHUMPETER, 1997; HAYEK, 1973; 1987; FRIEDMAN, 1977; MISES, 1987). Para outros, os próprios fundamentos das sociedades democráticas seriam tributários dos valores meritocráticos (PIKETTY, 2014), já que a meritocracia seria um atributo que possibilitaria o aperfeiçoamento da competitividade, do avanço tecnológico e da qualificação individual por meio do investimento em “capital humano” (MILANOVIC, 2020; PIKETTY, 2014).

Nessa perspectiva, a meritocracia tende a ser compreendida como algo imanente ao modo de produção capitalista e a própria humanidade, consistindo em nada mais nada menos do que um atributo individual e, com isso, acaba-se naturalizando as próprias contradições tipicamente capitalistas.

Outro caminho que se apresenta seria a meritocracia como uma ideologia. Ou seja, a “ideologia meritocrática”, que teria como característica a superioridade do trabalho não manual sobre o trabalho manual, seria uma “criação dos capitalistas” e teria como função acirrar a disputa política mediante o conflito de “dons e méritos”, da valorização distintiva que cada classe social tende a ser capaz de adquirir através do

tempo (SAES, 1977; CAVALCANTE, 2015; 2018). Desse modo, a “ideologia meritocrática” passaria a ter um papel fundamental para a análise das classes sociais (em especial para o estudo das classes médias) nas sociedades capitalistas, já que ela seria uma representação “funcional” das práticas de distinção social nas relações sociais (SAES, 1979; CAVALCANTE, 2015; 2018).

Aqui, todavia, a meritocracia surge como uma instância autônoma da relação entre o capital e o trabalho, reduzindo à análise das relações sociais ao momento ideológico, perdendo de vista, assim, a totalidade e complexidade do desenvolvimento capitalista e a sua necessidade de transformar as formas sociais em busca da autovalorização do capital.

Um exame crítico da noção de meritocracia surge como uma necessidade de pesquisa diante do seu impacto, nas sociedades capitalistas contemporâneas, sobre as relações sociais de produção. A nosso ver, a meritocracia, tal como tem se apresentado, ora um valor intrínseco ao capitalismo e a democracia, ora restrita ao momento ideológico, carrega em si limites teóricos e conceituais que devem ser problematizados, principalmente para à análise no que diz respeito à relação entre capital-trabalho, e da luta de classes em si. Nesse sentido, uma devida caracterização e problematização da noção de meritocracia nos parece significativo para o entendimento da formação do sujeito empreendedor de si mesmo (ABÍLIO, 2019; AMORIM; MODA; MEVIS, 2021a), por exemplo. Pretendemos, por conseguinte, realizar uma análise crítica que procure indicar e diagnosticar em que medida a noção de meritocracia, no seu percurso histórico e social, tem incidido sobre a reprodução social dos/as trabalhadores/as e as relações sociais de produção.

A primeira vista, nos parece que os aspectos valorativos da meritocracia, que surgem como um componente central para o fortalecimento da lógica da valorização do valor, representado pelo sujeito “esforçado” e “dedicado”, tem como objetivo moldar os trabalhadores às formas de acumulação de capital na fase neoliberal do capitalismo. Com isso, buscaremos sustentar que, atrelado à ideia de “capital humano”, a meritocracia tem sido uma forma social utilizada pelo capital como condição do trabalhador coletivo se inserir no mercado de trabalho mediante sua subordinação à lógica do sujeito econômico ativo, ou um autogerenciamento produtivo constante

(ABÍLIO, 2019; AMORIM; MODA; MEVIS, 2021a). Defende-se, portanto, que antes de ser entendida como uma ideologia “criada” pelas classes capitalistas, de modo a tornar mais “funcional” as práticas de distinção social, ou mesmo como algo imanente às relações sociais, que teria como característica potencializar a liberdade e a mobilidade social dos indivíduos, a meritocracia, na atualidade do capitalismo, tende a radicalizar os processos de exploração e dominação do capital sobre o trabalho, uma vez que o capital passa a intensificar a apropriação do tempo socialmente necessário à reprodução do trabalhador coletivo para além do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, subordinando o/a trabalhador/a a totalidade da lógica de re-produção do capital. Portanto, buscaremos sustentar que a meritocracia deve ser apreendida como um modo de vida (GRAMSCI, 1999), já que, em se tratando de uma forma histórica e social tipicamente capitalista, o modo de vida meritocrático tende a estruturar a atuação e a representação dos sujeitos na totalidade da vida social. Um modo de vida que seria constituído e estimulado por intermédio de diferentes níveis hegemônicos e aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 1999; FROSINI, 2013). Assim sendo, a meritocracia, como um modo de vida, estruturaria o modo de ser e atuar dos/as trabalhadores nas sociedades capitalistas contemporâneas, impactando, direta e indiretamente, as relações sociais e a luta de classes.

Pretendemos examinar os aspectos histórico-sociais da constituição da meritocracia mediante uma problematização classista, realizando uma análise crítica à luz da tradição marxista (MARX, 2011; 2013; GRAMSCI, 1999). Nos limites de tempo e espaço estabelecidos para este artigo, buscaremos realizar uma explicação da meritocracia incluindo o próprio estudo das atualizações do capitalismo, o que implica apreender a meritocracia em seu desenvolvimento histórico-social e das transformações da relação entre o capital e o trabalho, descrevendo, assim, a sua forma de apresentação e representação na vida social.

O artigo está dividido em três seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. A primeira busca contextualizar e caracterizar a meritocracia, tal como conhecemos hoje, procurando descrever e examiná-la como uma forma social tipicamente capitalista. Em seguida, realizaremos uma discussão, cuja perspectiva sócio-histórica, nos permitirá examinar as transformações da forma social do valor

como uma mediação necessária para o desenvolvimento da meritocracia como um modo de vida. Por fim, a terceira seção pretende analisar a relação entre a meritocracia e o “capital humano”, investigando, principalmente, os aspectos de sua representação na fase neoliberal do capitalismo, o que, nos parece, muito tem contribuindo para a formação da noção de empreendedorismo.

A assim chamada meritocracia

Partirmos da premissa de que o modo de produção capitalista pressupõe, ao mesmo tempo, um determinado modo de vida (MARX; ENGELS, 2007; MARX, 2011). À vista disso, passamos a apreender a organização do capital não limitado ao momento da produção (MARX, 2013; 2017; ROSDOLSKY, 2011; GRESPAN, 2019). O capital, antes, deve ser explicado em seu processo social total como “‘um todo artístico’, uma ‘totalidade’ resultante das ‘articulações dialéticas’ entre suas partes” (GRESPAN, 2019, p. 32-33; ROSDOLSKY, 2011).

Nesse sentido, os diferentes momentos de como o capital se apresenta e se representa socialmente (GRESPAN, 2019), nas relações sociais e relações de produção, tende a modificar e condicionar as práticas sociais dos sujeitos, na medida em que as dinâmicas e as atualizações sócio-históricas da forma capital penetram a totalidade própria da existência desses sujeitos, metamorfoseando suas características sociais mais elementares, ao mesmo tempo em que subordina-as à lógica do capital e a sua necessidade de valorizar a si mesmo continuamente, ainda que de maneira contraditória. Esse processo pressupõe que os indivíduos *se estranhem* (LUKÁCS, 2013; FORTES, 2014) cada vez mais diante do trabalho que se aliena (MARX, 2011; 2013; NETTO, 1981). A vida social passa a ser a de um cotidiano *administrado* pela “racionalidade” própria do capitalismo. Com isso, todos os espaços da vida social acabam sendo afetados em sua totalidade. As esferas de autonomia (como a família, o erotismo, o ócio recreativo, o lazer) passam a ser corroídas e transformas pela lógica da *valorização-realização* do capital, pois o “tempo é tudo, o homem não é mais nada; quando muito, ele é a carcaça do tempo [já que não se] trata mais de qualidade, [a] quantidade decide tudo” (MARX, 2011, p. 61). Portanto, a cada nova atualização do

capital o caráter de *coisa* que as relações sociais adquirem nesse modo de produção, mediante a relação com a forma mercadoria, assume o caráter das objetivações e subjetivações humanas - das próprias relações sociais. Diante disso, a vida social nas sociedades capitalistas tende a se apresentar cada vez mais de forma fetichizada e fragmentada (MARX, 2013).

A noção de meritocracia, por exemplo, nos parece ser uma forma social que tem sido constantemente atualizada pelo capital, de modo a constituir um modo de vida típico às suas necessidades de re-produção. Todavia, a meritocracia tem sido apresentada na realidade capitalística ora como se fosse uma forma natural das relações sociais, algo imanente à humanidade, ora como uma “justificação de mundo³” e/ou “funcional” ao capitalismo democrático⁴. Ora, se a coleção e acumulação de mercadorias seria o que caracteriza o modo de produção capitalista, a meritocracia, na fase neoliberal do capitalismo, tende a assumir uma das formas sociais que busca dar sentido e legitimar os processos de subordinação do trabalho ao capital. Nesse sentido, o sucesso e aceitação social da meritocracia advém do próprio sucesso e aceitação do capital, de sua expansão, ampliação e complexificação através do tempo e de cada sociedade em particular. Assim sendo, antes mesmo que uma mera gramática discursiva ou racionalidade (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016; SALGADO, 2019; BEHÁR, 2019), deveríamos examinar a meritocracia como uma forma histórica-social constituída pelas próprias necessidades do capital, devendo ser explicada, portanto, a partir do próprio desenvolvimento e movimento contraditório desse modo de produção.

O “mito da meritocracia”, nesse sentido, só poderia ser aceitável se entendermos o “mito” não como algo alegórico, fantasioso, uma criação da imaginação social. A aceitação social da meritocracia se constitui no fato de que sua mistificação possui base real, age no real, é carregada de características da nossa realidade social. Mas sua forma social seria, antes, apenas uma aparência dessa realidade, uma ilusão

³ Para Cavalcante, a ideologia meritocrática, ainda que afete todas as classes, possui uma valoração distintiva que é ao mesmo tempo “mais funcionais e orgânicas a uma classe do que outras” (2015, p. 192), o que, por sua vez, forneceria a “justificação de mundo” de uma classe, no seu caso, a das “classes médias”.

⁴ Conforme Piketty (2014) e Milanovic (2020).

necessária para o capital (GIANNOTTI, 1983). Ela assume a expressão dessa realidade e lhe dá sentido, ainda que represente apenas uma parte dessa realidade.

Sob o capitalismo, ainda que de modo aparente, todas as pessoas são iguais e livres para comprar e vender mercadorias (MARX, 2013). Todas as pessoas podem através do seu “mérito” e empenho “subir na vida”, adquirir um bom emprego, uma boa casa para morar, ser chefe de uma grande empresa, etc. Isso, entretanto, desde que se *qualifique*⁵, se dedique e se esforce. Tais fatos, portanto, não deixam de ser uma verdade. O que essa verdade procura incessantemente camuflar, não obstante, diz respeito à origem de nascimento e da renda de cada indivíduo - ou seja, que esses são fatores que poderá determinar os caminhos de cada qual. É certo que os indivíduos podem ter mérito por suas conquistas. Todavia, enquanto uns conseguem “subir na vida pelo elevador”, outros só o fazem por meio de “escadas carregando sacolas” (por vezes muito pesadas). E isso no final da subida poderá nos dizer muito sobre cada processo em particular⁶.

Desse modo, a forma social da meritocracia estaria associada às condições de produção de uma dada sociedade⁷. Ela condiz com o modo de organização da

⁵ Utilizaremos a noção de “qualificação”, no decorrer do texto, de maneira ampla, ou seja, ela não deve ser entendida e reduzida apenas à questão da “qualificação formal”, como cursos, graduação, pós-graduação etc, por exemplo. Qualificação, assim, será utilizada de modo a indicar os processos sociais sob as quais os indivíduos se “qualificam”, ou se “adestrem”, no sentido abordado por Dias (2013), como uma forma de incluir em seu repertório e performance sociais, recursos e aptidões necessárias para que este mesmo indivíduo volte ou permaneça no mercado de trabalho, por exemplo. De outro modo, “qualificação” como estratégias utilizadas pelos trabalhadores para aprimorar aptidões ou adquirir recursos que lhe possibilitem um retorno financeiro e existir no modo de produção capitalista.

⁶ Os trabalhos desenvolvidos por Souza (2010), nesse sentido, podem ser um bom caminho para ilustrar as contradições entre “mérito”, reconhecimento e mobilidade social, na medida em que nos indica que os “batalhadores”, apesar de todo esforço e dedicação, não possuem as mesmas chances de vida em relação às classes dominantes, muito em decorrência da condição de seu “capital cultural primário”. O que, por sua vez, sugere determinações classistas para que uns tenham mais oportunidades e chances de vida do que outros.

⁷ Assim sendo, nos parece, e tal argumento necessitaria de uma investigação aprofundada em outro momento, que a radicalização e o incentivo da meritocracia surge em um contexto histórico em que a “padronização” dos produtos, tal como no período taylor-fordista, passa a ser substituída pela personalização e diferenciação dos produtos. Como aponta Streeck (2013), “ficou claro que, quanto mais o produto chegava perto das preferências específicas do consumidor, mais este estava disposto a pagar – e, de fato, mais estava disposto a trabalhar, e mais estava disposto a tomar dinheiro emprestado para alcançar o poder aquisitivo que lhe permitisse participar do novo modelo de crescimento econômico, com sua transição dos mercados saturados da era fordista para os atuais”, equivalente, assim, “a um gigantesco passo à frente no processo de invasão da vida social pelas ‘forças de mercado’ sob o capitalismo”. Este movimento, de certa forma, teria contribuído para um novo tipo

produção e circulação de mercadorias (o que inclui a forma dinheiro), assim como o modo de apropriação e distribuição da riqueza socialmente produzida. Isto posto, nos parece que a meritocracia buscaria camuflar, na atualidade do capitalismo, a relação entre o trabalho e o capital⁸, tal como a concorrência intercapitalista, bases de sustentação e a essência do modo de produção capitalista (MARX, 2017; MAZZUCHELLI, 1985).

Para Marx, “quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais” (MARX, 2011, p. 41). Ou seja, um determinado modo de produção tem como pressuposto produzir e reproduzir suas próprias “leis”,⁹ suas formas sociais próprias em busca de assegurar e dar sentido a sua existência socialmente. Mas ao criar suas formas sociais o modo de produção capitalista cria, simultaneamente, suas próprias contradições: cria as condições para que os indivíduos possam competir e subir na vida e, ao mesmo tempo, cria as condições para que esses mesmos indivíduos, quando não conseguem subir na vida, sejam os responsáveis pelo seu fracasso e passem a se *qualificar* sempre mais e mais, como exigência *do capital* para que voltem ao mercado de trabalho, mantendo um circuito fechado¹⁰ (DUDA DA SILVA, 2022). Se uma das formas de existir no modo de produção capitalista seria como possuidores de mercadorias, a meritocracia teria como função social legitimar essa existência quando

de socialização, voltada agora para o indivíduo isolado e competitivo, uma forma de socialização baseada na diferenciação e no mérito da conquista.

⁸ Para Piketty (2014), por exemplo, a “contradição fundamental” do capitalismo estaria na distorção da relação da razão capital/renda, ou seja, no retorno de capital, que estaria concentrado nas mãos de poucas pessoas. O baixo retorno de capital acaba gerando níveis de desigualdades que impossibilitam o aviltamento da democracia meritocrática, da liberdade individual e do “justo” desenvolvimento das sociedades. Portanto, em Piketty, haveria uma inversão das contradições presentes na relação entre capital/trabalho, tal como presente em Marx (DUDA DA SILVA, 2022, p. 49-51).

⁹ As leis em Marx devem ser entendidas como “leis tendenciais”, e não necessariamente como formas categóricas e determinísticas (GIANNOTTI, 1966; MAZZUCHELLI, 1985; ROSDOLSKY, 2011)

¹⁰ Birh (2007), analisando o conceito de “capital humano”, corretamente aponta para o fato de que: “Esse cinismo e essa inconsciência contribuem para convencer uns e outros [trabalhadores/as] de que, se estão desempregados ou nas “galés” dos empregos precários, a culpa é deles mesmos: é que eles não têm grande coisa para vender ou não sabem vendê-la corretamente. Encontram-se ocultas no mesmo lance todas as estruturas que presidem à distribuição desigual ou a apropriação não menos desigual dos recursos materiais, sociais, culturais, simbólicos em nossa sociedade, que fazem com que o “capital humano” de um jovem oriundo do contexto popular da “periferia” tenha pouca chance de equivaler ao de um jovem saído de um meio privilegiado”. Vemos, com isso, que o processo de objetivação social está amalgamado ao processo de subjetivação social, criando as condições próprias a cada época histórica.

transfere para os indivíduos a condição de serem os únicos responsáveis pelo processo de comprar e vender, pelo processo de realizar sua própria existência como indivíduos sociais *possuidores de mercadorias* - quer elas sejam do estômago ou do espírito MARX, 2013).

Com isso, a meritocracia deixaria de ser algo a-histórico, natural, que surge de uma necessidade de “justificação de mundo”. Ela, antes, deve ser explicada como uma construção histórica e social, exercendo uma *função* específica para a organização das relações sociais e para a re-produção das sociedades capitalista na contemporaneidade. Sendo assim, entendemos que não basta se voltar para “explicações” que analisem a meritocracia como “‘perturbações’ ideológicas e simbólicas”¹¹ promovidas por uma classe. Se faz preciso avançar, dando a meritocracia outras formas categoriais. É o que buscaremos realizar nas próximas seções.

A meritocracia como um modo de vida

Para os neoliberais, como todos os indivíduos são livres para comprar e vender mercadorias e como esse seria um direito assegurado de maneira irrestrita a todos igualmente, apenas os indivíduos mais esforçados, aqueles que mais se dedicam e se qualificam acabam por ocupar as melhores posições e ocupações sociais (HAYEK, 1973; 1987; FRIEDMAN, 1977). Resumindo: o fato de que determinados indivíduos se *qualifiquem* mais do que outros refletiria na composição salarial de cada qual, pois, se alguns são mais aptos, mais esforçados e econômicos (ascéticos), acumulando e investindo em si mesmo em detrimento de outros, logo, em última instância, estas seriam apenas diferenças de produtividade e investimento individual e não de antagonismos sociais advindos da exploração da força de trabalho pelo capital. Os indivíduos, portanto, seriam os únicos responsáveis pelo seu sucesso ou insucesso econômico e social¹².

¹¹ Ver, por exemplo, a abordagem desenvolvida por Cavalcante (2015, p. 184).

¹² Desse forma, se acompanharmos as formulações de Mises (1987), Hayek (1987) e Friedman (1977), economistas que muito contribuíram para a fundamentação do neoliberalismo, as noções de liberdade e indivíduo econômico, por exemplo, se atualizam e se radicalizam em relação aos economistas clássicos.

Todavia, isso ocorre porque o modo de produção capitalista precisa, a cada nova conjuntura, atualizar o tipo-humano conforme as necessidades das novas formas de produção, subordinando o trabalho ao capital em busca da valorização do valor (MARX, 2013; GRAMSCI, 1999). O processo de desenvolvimento histórico do capital, que se atualiza constantemente, tende a renovar as formas de exploração, subordinação e reprodução social, gerando novos modos de vida (GRAMSCI, 1999; DIAS, 2013) com uma distribuição dos indivíduos segundo as suas próprias relações sociais pré-estabelecidas.

Nesse movimento de atualização capitalista à tecnologia e à educação ganham formas quase simbióticas para a constituição dos sujeitos nas relações de produção¹³ (SCHULTZ, 1973; LÓPEZ-RUIZ, 2008; INVERNIZZI, 2000; AMORIM; MODA; MEVIS, 2021a; AMORIM; MODA; MEVIS, 2021b). Para o pensamento que entende a meritocracia como algo natural, a remuneração de um trabalhador assalariado estaria de acordo com sua capacidade produtiva e sua condição na contribuição da produção da empresa (HAYEK, 1973; 1987). Essa produtividade, entretanto, depende do tipo de qualificação que esse/a trabalhador/a investe em sua formação. O que nos interessa, neste momento, apoiados em Marx (2011; 2013) e Gramsci (1999), é apontar para o fato de que a ampliação-atualização do capitalismo pressupõe na mesma medida a ampliação-atualização da qualificação individual (da qualificação coletiva)¹⁴. Nesse sentido, com o avanço da maquinaria industrial e sua tecnologia o capitalismo necessita e cria um duplo movimento: i) necessita que os/as trabalhadores/as se qualifiquem para poder administrar o avanço complexificado da produção capitalista, criando e sustentando uma divisão social do trabalho que tem como finalidade; ii) ampliar a competição entre os/as trabalhadores/as inseridos/as no processo de

¹³ Conforme Schultz: “A formação de capital pela educação é obviamente relevante para planejar-se com vistas ao planejamento econômico, quando o objetivo for o de conseguir-se uma destinação eficiente de recursos de investimento em concordâncias com as prioridades eleitas pelas taxas relativas de rendimentos em face de oportunidades alternativas de investimentos. Mas os economistas ainda estão longe de mostrar quanto às conexões entre a taxa de rendimento e a teoria do capital e a teoria do crescimento e a mudança técnica” (1973, p. 130-131).

¹⁴ Em Amorim, Moda e Mevis (2021a; 2021b), o advento do empreendedorismo teria na educação empreendedora, mediante uma aprendizagem voltada para a promoção inovadora e disruptiva, um projeto tanto do Estado como do setor empresarial. Esta tarefa seria um atributo submetido aos intelectuais orgânicos, cujo papel estaria na construção da subordinação dos trabalhadores aos interesses do capital. Ver, também, de outro ponto de vista, Invernizzi (2000).

produção ao mesmo tempo em que, como já dito, transfere o sucesso e o insucesso da ascensão social para os/as trabalhadores/as. Essa seria uma das contradições que o capitalismo busca incessantemente eliminar. Pois, se a valorização de maneira infinita do capital só se faz possível mediante a subordinação e exploração constante da força de trabalho geradora do mais-valor, para aumentar seus lucros e rentabilidade o capitalista tem como necessidade fundamental a eliminação do trabalho humano, ou seja, expulsar o trabalho vivo do processo de produção¹⁵ e incrementar cada vez mais o trabalho morto (MARX, 2013). Com isso, o capital pressupõe um movimento que busca eliminar o trabalho vivo da produção ao mesmo tempo em que subsume todas as formas possíveis de *trabalho* ao circuito imanente de sua *valorização-realização* (MARX, 2013; GIANNOTTI, 1983; GRESPAN, 2019).

Marx nos dá algumas dicas para compreender e explicar este processo. Nos capítulos 11, 12 e 13 d’*O Capital*, Livro I, que trata principalmente da produção do mais-valor absoluto e relativo, Marx (2013) nos apresenta como o capital vai crescendo constantemente e ao fazer isso passa a colocar para fora, expulsa aquilo o que lhe é próprio, o trabalho. Na cooperação simples (capítulo 11) todos os/as trabalhadores/as passam a trabalhar juntos, sobre o mesmo ambiente, construindo a figura do trabalhador coletivo, aumentando a produtividade e a produção do mais-valor. Aqui já está presente a separação entre trabalhador/a e produção, que não escolhe o que vai produzir. Na manufatura (capítulo 12) a divisão do trabalho se intensifica, e quem realiza esta mudança é o próprio capital. O trabalho estaria inserido na valorização do valor, mas subordinado ainda de maneira formal ao capital, que cada vez mais aparece como o sujeito da história. Entre a cooperação, passando pela manufatura até chegar à maquinaria e grande indústria (capítulo 13), Marx observa que nesse processo está presente outro processo, o da ampliação do tempo de exploração e dominação do trabalho, tal como o da subsunção real do trabalho pelo capital. Simultaneamente, existe um salto qualitativo na forma da produção, sob a qual o processo de desenvolvimento da maquinaria é marcado por formas de atualização da organização do trabalho que pode ser encontrada, por exemplo, na passagem do tipo-psicofísico

¹⁵ Um dos objetivos deste processo estaria, assim, na dissolução dos antagonismos de classe expressa na relação entre capital e trabalho, onde a hierarquização de “dons” e “méritos” acaba por refletir uma escala de estratificação de renda.

artesão para o especialista, que exige uma maior racionalização da produção e que está localizada externamente, na gerência. Vemos, portanto, uma radicalização da divisão do trabalho que não ocorre mais necessariamente entre os/as trabalhadores/as, mas entre máquinas (produto do trabalho humano passado, mas que se apresenta de forma objetivada e estranhada no presente), gerando um aprofundamento e ampliação na necessidade de qualificação do/a trabalhador/a, cujo intuito está em atender as necessidades do capital - necessidades que mudam (como um processo progressivo e/ou regressivo) a depender da conjuntura.

Junto a este processo de ampliação-atualização das formas de trabalho e de suas formas organizativas vemos o surgimento de um novo consenso baseado numa nova forma de coerção social e do trabalho coletivo, que tem como intuito o aumento da produtividade, da radicalização da exploração e da subordinação do trabalho pelo capital (MARX, 2013; 2017; GRAMSCI, 1999). Como tendência que ocorre em momentos históricos particulares, a subsunção do trabalho pelo capital, mediante processos de consenso e coerção, não acontece apenas internamente ao processo produtivo, mas se apresenta e age também externamente, em sua realização, de maneira objetiva e subjetiva, criando novas formas de relações sociais e de representação da sociabilidade, modificando os modos de vida das classes sociais segundo a necessidade histórica do capital (GRAMSCI, 1999).

Gramsci (1999), em “Americanismo e fordismo”, nos apresenta o processo de atualização-radicalização da mudança psicofísica do/a trabalhador/a, assim como o surgimento de um novo modo de vida sob o capitalismo. Para o autor

a vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo inato, “natural”, mas exige ser adquirido, ao passo que as características urbanas adquiridas são transferidas por herança ou são absorvidas no decorrer da infância e da adolescência. Assim, a baixa natalidade urbana exige um contínuo e relevante gasto com o aprendizado dos novos urbanizados e traz consigo uma permanente modificação da composição sociopolítica da cidade, colocando continuamente em novas bases o problema da hegemonia (GRAMSCI, 1999, p. 251).

Com isso, vemos que para além do fato de o capital precisar atualizar suas formas de subordinação e exploração do trabalho, de modo a aumentar a taxa de

retorno de lucro¹⁶, para que isso possa ocorrer ele pressupõe a modificação dos hábitos sócio-políticos, constituindo novos repertórios que são lidos como “naturais” e que são re-produzidos socialmente em suas diversas instituições privadas e públicas, por meio de aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 1999)¹⁷.

Para que isso se torne possível se faz necessário que a subsunção real do trabalho e a atualização da produção capitalista estejam plenamente desenvolvidas, a ponto de que a experiência do/a trabalhador/a, mediada pelo processo produtivo, apareça como um nexos *natural*, espontâneo, à qual as formas de vida social na circulação de mercadorias ganham cada vez mais uma aparência de solidez de formas de *estranhamento* de vida social (FORTES, 2014). Entretanto, a nosso ver, essas formas “naturais” e “imutáveis” de representações mistificadas do capital só se apresentam na realidade social como “válidas” na medida em que buscam camuflar seu verdadeiro conteúdo, a sua essência histórica, a relação de dominação do trabalho pelo capital.

Mas como essa representação mistificada ocorre? Segundo Marx, mediante a repetição, pelo costume e o hábito da troca de mercadoria, no decorrer do processo histórico-social.

A constante repetição da troca transforma-se num processo social regular, razão pela qual, no decorrer do tempo, ao menos uma parcela dos produtos do trabalho tem de ser intencionalmente produzidas para a troca. Desse momento em diante, confirma-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para a necessidade imediata e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso se aparta de seu valor de troca. Por outro lado, a relação quantitativa na qual elas são trocadas torna-se dependente de sua própria produção. O costume as fixa como grandezas de valor (MARX, 2013, p. 162-163).

O mérito individual, nesse sentido, surge como algo que pode ser atribuído a qualquer indivíduo em qualquer momento histórico porque ele corresponde a

¹⁶ Nos parece que na contemporaneidade do capitalismo, a noção de empreendedorismo, mediante processos de educação empreendedora e investimento em “capital humano”, voltadas para uma representação da sociabilidade baseada no indivíduo diferenciado, dedicado e esforçado, poderia ser caracterizado como o “novo tipo” de trabalhador coletivo relacionado ao modo de vida meritocrático, que “surge” como necessidade de atender os processos atuais de acumulação de capital (ABÍLIO, 2019; AMORIM; MODA; MEVIS, 2021a; ABÍLIO; GROHMANN, 2021).

¹⁷ Como todo “modo de vida se realiza em um conjunto de instituições que” expressa simultaneamente “a relação estrutural-contraditória de dominação”, a “normalidade” criada a partir deste processo possibilita ao mesmo tempo a formulação do que seria o “certo e o que é errado” (DIAS, 2013, p. 51), naturalizando as relações de poder, que permanecem escondidas na aparência da realidade.

qualidades particulares aos indivíduos sociais. Mas o mérito só poderia ser transformado em meritocracia como um modo de vida, uma forma social que age de maneira transversal sobre as classes sociais, por meio de processos de fetichização, numa época histórica determinada: uma época na qual a meritocracia possui a singularidade de uma forma natural cuja qualificação e especialização dos indivíduos não são voltadas para si, mas para o capital. Isso tende a gerar uma oposição em que a qualidade humana de aprimoramento de suas capacidades psicofísicas, que se apresentam como uma necessidade do indivíduo de se auto-realizar socialmente, só se realizam em sua exteriorização e aplicação no processo produtivo para o capital, ou seja, para a *valorização* do valor do capital (MARX, 2011; 2013). Se a existência social dos/as trabalhadores/as no modo de produção capitalista só se realiza no processo de compra e venda de mercadorias, sua qualificação e capacidade de concorrer com outros/as trabalhadores/as só poderia se efetivar mediante o processo de troca capitalista, pois esta estaria subjugada à lógica da re-produção de valor (MARX, 2013).

O processo histórico de racionalização e individuação radical no capitalismo permite o surgimento de um novo tipo-psicofísico humano, ao mesmo tempo em que transforma todas as relações sociais em relações reificadas (NETTO, 1981). Ao subordinar todas as atividades sociais à lógica da valorização do valor, numa ação que combina a deslegitimação dos sindicatos (e organizações coletivas dos/as trabalhadores/as) por intermédio da força da lei e o consenso em torno dos diversos benefícios sociais do modo produção capitalista (HARVEY, 2008), como altos salários e vantagens sociais (*status* e diferenciação social, por exemplo), temos o surgimento de um novo modo de vida, “*colocando continuamente em novas bases o problema da hegemonia*” (GRAMSCI, 1999; DIAS, 2013).

Assim sendo, a meritocracia como um modo de vida ganha legitimação na medida em que a divisão do trabalho se intensifica e a solidariedade entre os/as trabalhadores/as fica cada vez mais corroída, difusa e fragmentada (SENNET, 2005; FRIEDMANN, 1972). Pois, se o desenvolvimento da tecnologia e maquinaria, tal como o aprofundamento da divisão social do trabalho, “possibilitaria” maior tempo livre para que os indivíduos possam se “qualificar” e “aprimorar” a personalidade do gênero humano, sob o capitalismo a diversificação, o desenvolvimento da maquinaria e o

aprimoramento da personalidade humana passam a ser subsumidas ao processo de reprodução do capital, como uma necessidade imanente e contraditória de seu desenvolvimento e existência. Dessa forma, a meritocracia ganha um *qualitativo* de acentuar a divisão do trabalho e a determinabilidade da subordinação do trabalho pelo capital de maneira estranhada.

Gramsci (1999), por exemplo, em sua análise sobre o taylor-fordismo o faz buscando aprendê-lo não apenas como uma técnica de gerenciamento do trabalho necessária ao desenvolvimento da industrialização, mas vê nesse processo uma atualização fundamental do capitalismo como maneira de superar a forma de subordinação e exploração anteriores (o que estaria ligado à organização coletiva dos/as trabalhadores/as através dos sindicatos e organizações coletivas) criando, ao mesmo tempo, um novo tipo-físico humano¹⁸. Ou seja, o taylor-fordismo consistiria numa forma social historicamente determinada e que teve como intuito o surgimento de um modo de vida em que “os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida”, não sendo possível, portanto, “obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro” (GRAMSCI, 1999, p. 266).

O feito da análise de Gramsci consiste em explicar as atualizações do capitalismo como uma síntese de relações de poder, de uma nova relação de dominação que ultrapassa o espaço do trabalho-chão-de-fábrica e se alastra para todas as esferas de existência social, constituindo-se como uma nova hegemonia política.

Desse modo, ao contrário de admitir a existência de uma nova prática social baseada no modelo de racionalidade (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016), que tem como sentido o cálculo racional individual (de tipo weberiano), entendemos que essa “racionalidade” não ocorre mediada pelo fundamento da lógica gnosiológica e epistemológica, mas se opera na realidade capitalística mediante o próprio processo do

¹⁸ De certa maneira, podemos dizer que o taylor-fordismo se apresenta como um momento histórico sob o qual a radicalização e o aprofundamento da exploração e dominação do trabalho pelo capital ocorrem de modo a evitar a queda tendencial da taxa de lucro do capitalista. Nesse sentido, nos parece que, sob o neoliberalismo, a radicalização dos tributos individuais, por meio dos valores meritórios, caracterizados pelo empreendedorismo, por exemplo, seriam um meio do capital atualizar suas formas de valorização do valor e evitar a tendência de queda da taxa de lucro e, ao mesmo tempo, impulsionar a concorrência intercapitalista.

fazer-se do ser social, que a partir da objetificação imediata do trabalho constitui ao mesmo tempo seu momento de subjetivação (MARX; ENGELS, 2007; THOMPSON, 2012). Pois, o indivíduo ao *fazer-se* no trabalho objetivado para atender as necessidades do capital efetiva sua própria existência social, ainda que determinada de maneira contingenciada pelas leis do capital, aumentando sua qualificação e sua diferenciação como trabalhador coletivo.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, a organização industrial-maquinal passa por re-atualizações com o aumento da subsunção real do trabalho que tem na descentralização da produção (sem perder, entretanto, os traços de hierarquização subordinada e centralização do capital), no trabalho por tarefas e parcializado uma das suas características principais (ANTUNES, 2013; AMORIM, 2014; ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021; CASILLI, 2019; CARELLI; BITTENCOURT, 2020). Entendemos que a “prática racional”, seguindo-nos pela fundamentação do modo de vida em Gramsci, nas sociedades capitalistas contemporâneas se apresentaria, assim, mediada pela mudança da forma do trabalho “manual” para o trabalho “não manual”, do trabalho “material” para o trabalho “imaterial” (AMORIM, 2014), por exemplo, exigindo dos/as trabalhadores/as níveis diferenciados de qualificação-especialização, uma outra “consciência do objetivo” e de seu *modo de ser*, e que teria na noção de empreendedorismo e no trabalhador flexível, de certa forma, um “novo tipo” de representante social da forma trabalho¹⁹ sob o capitalismo.

Cada vez mais, para ascender profissional e socialmente, os/as trabalhadores/as precisam aumentar sua qualificação e o “investimento” pessoal em “capital humano”. Aqueles que ascendem profissionalmente e conseguem elevar seus salários ou tornarem-se gerentes, empreendedores, ou até mesmo dono de uma empresa, passam a associar tal fortuna ao seu “mérito” individual, a sua capacidade de

¹⁹ Dialogamos aqui com os estudos de Amorim (2014), sobre os processos do fortalecimento dos trabalhos “não manuais”, por meio do “trabalho imaterial”, tal como Antunes e Filgueiras (2020) e Abílio, Amorim e Grohmann (2021), que discutem as novas formas de gerência científica e o empreendedorismo, principalmente relacionados aos trabalhos informacionais-plataformizados. Nos parece que tais discussões podem se relacionar com o debate agora estabelecido, no sentido de indicar as “práticas sociais” desse “novo tipo” de trabalhador, que carrega em si a lógica do empreendedorismo, mas que teria na constituição de um modo de vida meritório os aspectos necessários para aumentar sua qualificação-especialização de modo a atender as novas formas de trabalho e acumulação de capital na atualidade do capitalismo.

cálculo racional e investimento pessoal²⁰. Ou seja, a meritocracia representaria uma forma social carregada de particularidades de inscrever nas relações sociais a sua marca eminentemente social, mas se apresentando como uma forma natural, que seria a sua *determinação* própria, já que não seria uma ilusão, uma falsidade do real. O “falso” aqui nada mais seria do que “um momento do ‘verdadeiro’ ao mesmo tempo enquanto ‘falso’ e enquanto ‘não-falso’” (LUKÁCS, 1974, p. 13). Ora, na sua “falsidade” a realidade capitalista se apresenta como a realidade das relações sociais sob o capitalismo de forma naturalizada, ou seja, a *determinação* aqui seria puramente fetichizada, pois surge como uma aparência de uma realidade que se apresenta como a expressão de uma realidade puramente capitalista (liberdade econômica), mas que esconde a estrutura interna de seu funcionamento, a relação de exploração e dominação do capital sobre o trabalho.

Dirá Gramsci:

Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu máximo grau, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísico do trabalhador profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao *espaço físico maquinal* (GRAMSCI, 1999, p. 266; grifo nosso).

A novidade aqui não estaria no “cinismo do capitalista” em exigir uma maior produtividade por parte do trabalhador, fato este que ocorre desde pelo menos a cooperação, mas sim na “criação de um novo nexo psicofísico” de trabalhador/a diferente das relações sociais anteriores. A partir de agora se faz preciso que o trabalhador gaste de forma “racional” o dinheiro, a “renda” recebida pela venda da sua força de trabalho, para realizar sua re-produção social e de sua família. Se o alto salário passa a ser um elemento que selecionará os/as trabalhadores/as qualificados e com

²⁰ Nesse sentido, ao contrário do que supunha Gramsci (1999), não necessariamente os altos salários estipulados por Henry Ford seriam uma forma de “proteger” os trabalhadores mais “qualificados” contra as instabilidades do mercado de trabalho e a competição do exército industrial de reserva. Não descartamos que tal movimento possa ocorrer. Todavia, nos parece que outro movimento também se impõe. Ou seja, para os trabalhadores receberem os altos salários surge a necessidade de “qualificação” constante por meio do investimento pessoal. Assim, entendemos que esta seria uma das formas que o capital teria para colocar em competição o conjunto da força de trabalho, deteriorando, simultaneamente, a solidariedade de classe.

condições de se adaptar às novas organizações do trabalho, ele assume também a forma de renda e investimento em outro “capital”, a saber, o “capital humano”.²¹ Assim, além de reproduzir sua energia física caberá ao trabalhador “investir” e se dedicar ao aprimoramento de aptidões, renovar e aumentar suas qualificações e repertórios individuais. Entretanto, se faz preciso notar que “sua qualificação é avaliada precisamente por seu desinteresse intelectual, isto é, por sua ‘mecanização’” (ou seja, pela sua despolitização) (GRAMSCI, 1999, p. 271). O cálculo racional do novo trabalhador exigirá a abdicação, mesmo que aparente, da reflexividade da sua existência e condição no mundo.

Quando o processo de adaptação se completou, verifica-se na realidade que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de completa liberdade. Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico; a memória do ofício, reduzidos a gestos simples e repetidos com ritmo intenso, “aninhou-se” nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre e desimpedido para outras ocupações. Do mesmo modo como caminhamos sem necessidade de refletir sobre todos os movimentos necessários para mover sincronizadamente todas as partes do corpo, de acordo com aquele determinado modo que é necessário para caminhar, assim também ocorreu e continuará a ocorrer na indústria com relação aos gestos fundamentais do ofício; caminhamos automaticamente e, ao mesmo tempo, podemos pensar em tudo o que quisermos. Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem essa dialética presente nos novos métodos industriais. Compreenderam que “gorila amestrado” é uma frase, que o operário “infelizmente” continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, *pensa* mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá *satisfações imediatas*, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamento pouco conformista. *Que uma tal preocupação exista entre os industriais é algo que se deduz de toda uma série de cautelas e iniciativas “educacionais”,* que podem ser encontradas nos livros de Ford e na obra de Philip (GRAMSCI, 1999, p. 272- grifos nossos).

²¹ Birh corretamente aponta para o fato de que: “A isso por fim se acrescenta que falar de capital a propósito de uma simples mercadoria (a força de trabalho) é praticar um sólido fetichismo, no sentido em que Marx utiliza o termo. É deixar acreditar que, sob o pretexto de que o capital é um “valor em processo”, um valor capaz de se conservar e de crescer no curso de um incessante processo cíclico durante o qual ele assume alternadamente a forma de mercadorias e de dinheiro, toda mercadoria (como a força de trabalho) ou toda soma de dinheiro seriam, por si mesmas, capital. Ao mesmo tempo, ocultam-se novamente as condições que, sozinhas, tornam possível o capital: a exploração da força de trabalho sob forma de salariado, a transformação da força de trabalho em mercadoria e seu pressuposto, a expropriação dos trabalhadores, seu despojamento dos meios sociais de produção, que são todavia os frutos acumulados de sua própria exploração” (2007).

Temos, portanto, uma dominação abstrata da vida social *estranhada*. A *mecanização*, o *espaço físico maquinal* não ocorre simplesmente através de uma adaptação a métodos da organização do trabalho, não é simplesmente uma coerção social. O cálculo racional de “investimento e renda” tem de ser também construído socialmente nas formas próprias de uma determinada sociedade, por meio da persuasão e consenso²². Para que seja possível o cálculo racional se generalizar e se universalizar, constituindo-se como um modo de vida, se faz necessário um longo processo que exige mudanças nas condições sociais de re-produção social das classes sociais, ganhando corporeidade mediante o costume, a tradição e os repertórios transmitidos de geração a geração por meio dos diversos aparelhos privados de hegemonia. Sob o neoliberalismo, temos que a passagem da padronização taylorfordista se atualiza em formas diversificadas e individualistas de relações sociais, intensificando a necessidade de atualização do “novo trabalhador” por meio de investimento em seu “capital humano”, tal como tentaremos demonstrar a partir de agora.

Meritocracia e capital humano

Neste momento, para a explicação da meritocracia como um modo de vida, iremos dialogar com Foucault num ponto que entendemos ser fundamental, a saber: o desenvolvimento social da noção de “capital humano”²³. Em sua aula de *14 de março de 1979*, Foucault (2008) realiza uma exegese que tem como intuito analisar o neoliberalismo e seu contexto. O que nos interessa nessa discussão tem a ver com a forma como Foucault nos apresenta o conceito de “capital humano”, pensado

²² Ver, por exemplo, a pesquisa desenvolvida por Klüger (2017) e Behár (2019).

²³ Um dos primeiros a refletir sobre a noção de “capital humano” foi Theodore W. Schultz, durante os anos 1950. Para o autor, “O esclarecimento do conceito de capital humano e a sua identificação mobilizaram as coisas para uma especificação mais completa de mensuração e acumulação de capital moderno. Fez, também, com que nos tornássemos mais conscientes das mudanças que se registraram na qualidade do capital material. Desta forma, o fato de tratar a educação como capital humano nada mais é senão um passo à frente rumo a uma captação consciente de todo o capital. Uma vez neste caminho, pode-se ter a possibilidade de transformar a maioria, se não todos os elementos, da chamada *mudança técnica* em formas de capital até o presente contida da contabilização do capital” (SCHULTZ, 1973, p. 131).

principalmente pelos neoliberais²⁴. Em sua digressão o autor demonstra como os neoliberais²⁵ passam a pensar e a formular a noção de trabalho, radicalizando as discussões realizadas pelos economistas clássicos. Segundo Foucault, para os neoliberais,

o que há que fazer não é em absoluto continuar a crítica de certo modo realista de Marx, criticando o capitalismo real por ter abstraído a realidade do trabalho; é preciso fazer uma crítica teórica da maneira como, no discurso econômico, o próprio trabalho apareceu como abstrato. [...] se os economistas vêem o trabalho de maneira tão abstrata, se eles deixam escapar a especificação, as modulações qualitativas e os efeitos econômicos dessas modulações qualitativas, é, no fundo, porque os economistas clássicos nunca encaram o objeto da economia senão como processos - do capital, do investimento, da máquina, do produto, etc. (FOUCAULT, 2008, p. 305-306).

Ora, o que os neoliberais almejam com essa empreitada seria, nada mais nada menos, realizar uma mudança na epistemologia vigente de modo a criar um campo referencial que discuta a natureza econômica, e suas consequências, no intuito de pautar o comportamento individual e uma nova estrutura psicofísica a partir da racionalidade desse comportamento.

Como aponta Foucault, a economia, para os neoliberais, “já não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, é a análise da *racionalidade interna*, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008, p. 307 – grifo nosso). A grande questão aqui estaria na reflexividade aplicada pelo indivíduo à sua condição de trabalhador coletivo, especificamente, ao seu modo de inserção no mercado de trabalho e nas relações sociais, ou seja, ao seu próprio *ser* como sujeito. O cálculo racional, aplicado nas relações sociais, passa a agir sobre o trabalhador coletivo no sentido de pautar tanto sua conduta social como econômica de modo a tornar-se, a partir de então, “um sujeito econômico ativo”, que encontra em seu *ser*, um capital ativo com condições de se autovalorizar mediante processos de autogerenciamento. Com isso, “do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos”, a forma trabalho

²⁴ Acentuamos, para não perder de vista, que um ponto fulcral para os neoliberais estaria na formulação de uma nova epistemologia de conduta econômica. Esta epistemologia formulada pelos neoliberais teria como estrutura a radicalização da noção de indivíduo e liberdade, na qual a liberdade econômica seria a condição fundamental para a liberdade política (HAYEK, 1973; FRIEDMAN, 2002).

²⁵ Aqui dialogando diretamente com Hayek (1973).

passa a conter um capital, ou seja, “uma aptidão, uma competência” (FOUCAULT, 2008, p. 308), e o trabalhador coletivo se transforma numa “máquina”, um apêndice necessário ao capital, simultaneamente em que se torna “independente”, se autonomizando do processo produtivo em si.

Todavia, como procuramos demonstrar anteriormente, não seria necessariamente por meio de uma gramática discursiva ou de uma mudança epistemológica que os sujeitos internalizam a racionalidade neoliberal, relacionando o investimento em “capital humano” e ascensão social, tal como formulam os neoliberais e como Foucault constrói em sua contra-argumentação (FOUCAULT, 2008). O “cálculo racional” não consistiria em uma instância autônoma e abstrata sob a qual os sujeitos se deparam, assumem para si e aplicam em suas realidades sociais.

Nesse sentido, nos parece que a meritocracia se constitui como um modo de vida na medida em que cada indivíduo incorpora e representa a racionalidade de investimento *em si mesmo* na totalidade da vida social, mediados por suas relações com os diferentes aparelhos privados de hegemonia. Seria então por meio da constituição de consensos, repetidos e ensinados rotineiramente, que a meritocracia passaria a se configurar como um modo de vida, cuja tendência seria o de representar, de maneira naturalizada, as atualizações e a ampliação do capital nas relações sociais e relações de produção na atualidade das sociedades capitalistas.

Ora, no processo de desaparecimento do “caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos”, que não se diferenciam mais, “sendo todos reduzidos a *trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato*” (MARX, 2013, p. 116; grifos nosso). Marx nos apresenta nessa passagem a redução da forma valor ao conteúdo do trabalho, ou seja, a naturalização da forma mercadoria e a abstração do trabalho coletivo como trabalho igual, indissociável.

Seria essa naturalização do conflito entre capital x trabalho nas relações sociais de produção que os neoliberais buscarão reelaborar em sua gramática discursiva. Ou seja, ao não diferenciar o capital e o trabalho, tratando-os como sendo a mesma coisa, um fato econômico racional e natural, tal como presente em Mises já em 1929 e radicalizado posteriormente por Hayek e Friedman a partir dos anos 1970, esse

movimento teria como finalidade a “decomposição do trabalho em capital”, como apontado por Foucault (2008). O cálculo racional do indivíduo encontraria na lógica da “renda do capital” o capital que tende a gerar sua renda futura, como um bom salário ou um bom cargo, por exemplo, se tornando algo indissociável de quem o detém.

A competência do trabalhador coletivo passa a estar agora cada vez mais associada à de uma máquina, “uma máquina que não se pode separar do próprio trabalhador” (FOUCAULT, 2008, p. 309) que se vende na lógica do mercado em busca de um salário-renda, um “capital”, que será reinvestido no “trabalhador-máquina” com o objetivo do trabalhador voltar ao mercado e adquirir uma nova renda, agora aumentada devido ao investimento *em si*. O sucesso de cada indivíduo no retorno do salário-renda vai depender de sua competência, seu “mérito” em conseguir “aplicar” o valor recebido, ao vender sua força de trabalho, em aptidões voltadas “para si”²⁶, se qualificando e se especializando de modo a aumentar o valor venal de seu “capital humano”²⁷ (trabalhador-máquina valorizado).

O “capital humano”²⁸, conforme Foucault, seria “composto [segundo os neoliberais] de elementos que são *elementos inatos* e de outros que são *elementos*

²⁶ Entendemos que um estudo ilustrativo nesse sentido pode ser encontrada em Carelli e Bittencourt (2020), na medida em que apontam para a constante necessidade dos/as trabalhadores/as em “aplicar” novos conhecimentos e aptidões de modo a aumentar sua qualificação e conseguir conquistar mais clientes e, ao mesmo tempo, não ver sua nota, nas plataformas de trabalho, ser rebaixada. Simultaneamente, essa constante necessidade de aprimorar as “aptidões” tende a gerar o acirramento da concorrência entre os/as trabalhadores/as, já que o “outro/a” se apresenta como seu concorrente direto na disputa por uma dada vaga e pela renda oferecida por esta vaga.

²⁷ Seguindo com Foucault (2008, p. 308): “Pois bem, a partir dessa tarefa, como é que eles fazem? Alguém como Schultz, alguém como Becker diz: no fundo, por que é que as pessoas trabalham? Trabalham, é claro, para ter um salário. Ora, o que é um salário? Um salário é simplesmente uma renda. Do ponto de vista do trabalhador, o salário não é o preço de venda da sua força de trabalho, é uma renda. E então os neoliberais americanos se referem à velha definição, que data do início do século XX, de Irving Fisher, que dizia: o que é uma renda? Como se pode definir uma renda? Uma renda é simplesmente o produto ou o rendimento de um capital. E, inversamente, chamar-se-á ‘capital’ tudo o que pode ser, de uma maneira ou de outra, uma fonte de renda futura. Por conseguinte, a partir daí, se se admite que o salário é uma renda, o salário é portanto a renda de um capital. Ora, qual é o capital de que o salário é renda? Pois bem, o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário, de sorte que, visto ao lado do trabalhador, o trabalho não é uma mera mercadoria reduzida por abstração à força de trabalho e ao tempo [durante] o qual ela é utilizada. Decomposto do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos, o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência; como eles dizem: é uma ‘máquina’. E, por outro lado, é uma renda, isto é, um salário ou, melhor ainda, um conjunto de salários; como eles dizem: um fluxo de salários”.

²⁸ O “capital humano”, grosso modo, seria o nível de escolaridade, qualificação e especialização que cada indivíduo consegue agregar ao seu repertório social, atributos que tendem a receber valoração no

adquiridos. Falemos dos elementos inatos. Há os que podem ser chamados de *hereditários* e outros que são *simplesmente inatos*” (FOUCAULT, 2008, p. 312 - grifos nossos). As aptidões sociais sob o capitalismo para os neoliberais seriam condições *inatas*, ou mesmo *hereditárias*, ao ser humano. As aptidões que não são *inatas* ou *hereditárias*, caberia apenas ao “trabalhador-máquina” realizá-las mediante “investimento” em si, qualificando-se de modo a valorizar seu capital humano e gerar uma renda nova. Aqui não haveria escapatória e o circuito se fecha. Se o indivíduo não consegue o “sucesso” através de suas competências *inatas*, ele poderá recorrer ao investimento em si mesmo mediante qualificações para almejar um salário alto, um cargo de gerência ou mesmo ser um empresário. Em um ou em outro caminho será o *indivíduo* o responsável pelo seu “lugar na sociedade”²⁹. Seria nesse sentido que a meritocracia agiria de modo a camuflar o processo de subordinação e exploração do trabalho pelo capital. Atua de modo a produzir estranhamentos sociais vinculados ao processo de produção de valor.

Na sociedade capitalista, sociedade de consumidores de mercadorias, os sujeitos que não são os donos dos meios de produção necessitam, para existirem socialmente, transformar sua força de trabalho em mercadorias (MARX, 2011; 2013). No processo de produção capitalista, a subjetividade dos sujeitos tende a passar constantemente por processos de re-atualização, cuja finalidade estaria em introduzir de maneira quase que contínua as necessidades e capacidades esperadas por uma mercadoria que possa ser comercializável, que tenha um valor venal e que seja apta à valorização do capital - pois, caso não seja será descartada como uma forma não produtiva (MARX, s/d; 2011; GRESPAN, 1999; 2019). A subsunção e atualização das formas de trabalho sob o modo de produção capitalista seriam, simultaneamente, a subsunção e atualização psicofísica dos sujeitos em busca de atender as necessidades

mercado. Ou seja, nessa lógica, àqueles que possuem maior escolaridade e especializações pode obter, no fim do percurso de concorrência entre trabalhadores/as, uma maior gratificação, pois um indivíduo que possui um diploma, por exemplo, tende, segundo a legalidade capitalista, a “valer” mais, já que teve o “mérito” de dedicar tempo investindo em seu capital humano. Com isso, seu maior retorno salarial seria “meritório”, “justificável” diante da competição capitalista.

²⁹ Novamente, referencio o trabalho de Souza (2010) como um estudo que, ao nosso ver (ainda que não concordemos com o todo de sua análise teórica-metodológica), dialoga e poderá reforçar, de maneira empírica, o argumento até aqui levantado.

de valorização do valor do capital, ao passo que atendem às próprias necessidades de existência e sobrevivência social.

A meritocracia deixaria de se apresentar apenas como uma gramática discursiva ou uma "perturbação simbólica" quando passa a atravessar de maneira indistinta todos os sujeitos, agindo na realidade das relações de produção como um modo de vida normatizado, "naturalizado". Os/as trabalhadores/as, para se manterem aptos ao mercado de trabalho, terão que se atualizar para o capital, promovendo "sua própria mercadoria", remodelando a si mesmo, se adaptando a esta nova existência social. Terão que tornar-se "empresários de si mesmos" (ABÍLIO, 2019; ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020; ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021; AMORIM; MODA; MEVIS, 2021a), por exemplo, uma forma social cada vez mais *estranhada*.

Entretanto, cabe pontuar que não necessariamente o processo de crescimento econômico e o aumento da renda entre os indivíduos nas sociedades capitalistas, no decorrer do século XX e início do século XXI, se apresenta como o reflexo da importância do "capital humano" sobre o fator trabalho³⁰. Antes, tal processo seria o reflexo do próprio movimento contraditório de desenvolvimento e complexificação da divisão do trabalho e estratificação social *para* e *do* capital. A meritocracia, como um modo de vida, pressupõe uma divisão do trabalho avançada de modo a possibilitar a autonomização dos indivíduos como forma de cumprir toda uma funcionalidade necessária para a produção-reprodução do capital em seus diferentes momentos de *valorização-reprodução-realização* (MARX, 2017; GRESPAN, 2019). Como um modo de vida operante *da* e *na* realidade concreta dos indivíduos, a meritocracia obscurece as determinações próprias do modo de produção capitalista, apresentado à lógica da "liberdade econômica individual" como a única forma de vida existente possível,

³⁰ Ainda que possamos dizer que os níveis de qualificação tenham tido um significativo aumento no decorrer do século XX, edificando uma "nova civilização" baseada no "capital humano e no mérito" fundada sob os avanços da tecnologia e da educação, caminhos estes que possibilitaram novas formas de trabalho e retorno de renda (PIKETTY, 2014), é preciso frisar, ao mesmo tempo, que mesmo diante deste cenário a desigualdade social e a concentração da riqueza social só tem aumentado. Portanto, Piketty acerta ao apontar o desenvolvimento da qualificação e a "edificando uma nova civilização", com o avanço em tecnologias que carregam como tendência a melhora da vida dos trabalhadores. Todavia, não podemos perder de vista que a sociedade em que vivemos ainda tem como motor de seu desenvolvimento o *valor* que de valoriza. Nesse sentido, as contradições da relação entre o capital e o trabalho, tal como a necessidade de subordinação do trabalho pelo capital, não devem sair de cena.

apresentando os interesses particulares do capital como se este fosse o interesse da sociedade em geral³¹.

Pensando com Antunes, podemos dizer que sob as novas formas de trabalho e suas atualizações, a meritocracia atuaria “no plano ideológico, por meio do culto de um simbolismo e de um ideário fragmentador que se faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e atuação coletiva e social”, na qual os incrementos tecnológicos de gestão do trabalho são constituídos cada vez mais através do incentivo a autonomia, a ação de liderança e a qualificação (ANTUNES, 2000, p. 51-52). Entretanto, se estivermos certos sobre a argumentação até aqui construída, a meritocracia não seria apenas uma mera “participação manipuladora” no processo de “trabalho alienado e estranhado” (ANTUNES, 2000, p. 52). Pois o processo de trabalho alienado e estranhado, que possibilita o desenvolvimento da meritocracia, pressupõe uma factualidade do *fazer-se* do ser social que engloba tanto os processos de objetivação como de subjetivação dos/as trabalhadores/as em sua totalidade na vida social. A meritocracia não poderia ser uma “participação manipuladora” ou uma dádiva de “dons e méritos” simplesmente porque ela se faz mediante um processo *imanente* às práticas dos indivíduos inseridos na re-produção do capital em sua totalidade, sendo apresentada e representada na vida social como uma autonomização do sujeito em relação ao processo produtivo, mas que, contraditoriamente, atende às necessidades da valorização do valor.

Considerações finais

Procurou-se contribuir para o debate sobre a forma da meritocracia na atualidade do capitalismo, indicando que esta estaria relacionada aos processos de subordinação do trabalho necessários para a valorização do valor. Buscou-se defender

³¹ A forma meritocracia está associada à noção de liberdade econômica e propriedade privada, sendo radicalizada pelos neoliberais. A necessidade de construção de formas sociais que dê sentido às relações de produção e sua subsequente relação de desigualdades encontram na meritocracia o seu meio de legitimação. Com o avanço do neoliberalismo a noção de meritocracia ganha uma dimensão ainda maior, nutrida pela noção de liberdade econômica e cálculo racional associada à busca de *status* social mediante a valorização e o esforço individual, cuja expectativa está na ideia de que todo esforço para o capital será recompensado.

que, ainda que a meritocracia possa potencializar a liberdade econômica e a mobilidade social dos indivíduos, antes ela tende a radicalizar e intensificar as dinâmicas de dominação e as formas de exploração do trabalho pelo capital. Essas dinâmicas implicam na negação da contradição entre capital e trabalho, condicionando os/as trabalhadores/as a assumirem cada vez mais o papel de investidores de si mesmos (trabalhador-máquina). Como o sucesso ou insucesso nas sociedades capitalistas só depende do esforço e dedicação individual em aplicar, nos processos de autogerenciamento do “capital humano”, a renda necessária para aprimorar suas capacidades psicofísicas de maneira a assegurar sua permanência ou retorno no mercado de trabalho (renda), a ampliação-atualização da qualificação individual tende a refletir na composição salarial dos indivíduos mais ascéticos e meritórios. Todavia, não necessariamente o investimento em si mesmo poderá representar o retorno no aumento da renda. Ao mesmo tempo, por mais que a renda do/a trabalhador/a possa aumentar em decorrência do investimento em “capital humano”, esse investimento tende a beneficiar, por princípio, em se tratando de sociedades capitalistas, a acumulação de capital. Simultaneamente, como tendência, seu desenvolvimento leva ao acirramento da concorrência e da disputa entre os/as trabalhadores/as, corroendo a solidariedade de classe.

Portanto, o que a análise crítica de tal cenário nos indica previamente consiste no fato de que, antes de ser uma mera “distinção social” ou uma mera prática de “dons e méritos”, a meritocracia se apresenta na realidade capitalista como um modo de vida constituído historicamente, permeando a totalidade da vida social, como forma de atender as atualizações, a ampliação e as necessidades do desenvolvimento do capital. Nesse sentido, nos parece que o empreendedorismo seria uma das formas de representação social desse “novo tipo” de trabalhador coletivo, já que carregara em si os traços de um modo de vida meritocrático, baseado em uma aprendizagem e experiência voltada para a promoção dos aspectos inovadores e disruptivos, caracterizado pelo indivíduo diferenciado, dedicado e esforçado.

Referências

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 41-51, 2019.

ABÍLIO, L. C.; GROHMANN, Rafael. Uberização como apropriação do modo de vida periférico. In: GROHMANN, Rafael (org.). **Os laboratórios do trabalho digital**. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 85-91.

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Revista Sociologias**, n. 57, pp 26-56, mai-ago 2021.

AMORIM, Henrique. **As teorias do trabalho imaterial**: uma reflexão crítica a partir de Marx. Caderno CRH, v. 27, n.70, p. 31-45, 2014.

AMORIM, Henrique; MODO, F. MEVIS, C. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo?. **Caderno C R H**, Salvador, v. 34, p. 1-16, e021018, 2021a.

AMORIM, Henrique; MODA, F.; MEVIS, C. O empreendedorismo não é apenas uma ideologia: a subordinação no trabalho plataformizado. In: LEONE, E. T.; PRONI, M. W. **Facetas do trabalho no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Editora CRV, p. 325-336, 2021b.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos Do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, V.. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, 2020.

BEHÁR, Alexandre Hocheman. Meritocracia enquanto ferramenta ideológica gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. **Revista Organizações & Sociedade** - v. 26, n. 89, p. 249-268, abr./jun. 2019.

BIHR, A. A fraude do conceito de “capital humano”. **Le Monde Diplomatique**, 1 dez. 2007. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-fraude-do-conceito-de-capital-humano/>. Acesso em: 24 março 2022.

CASILLI, A. Da classe virtual aos trabalhadores do clique: a transformação do trabalho em serviço na era das plataformas digitais. **Espirit**, v.14, p. 13-20, 2019.

CARELLI, R; BITTENCOURT, A. NINJAS FAZEM BICO? UM ESTUDO DE PLATAFORMA DE CROWDSOURCING NO BRASIL. **Revista Estudos Institucionais**, v. 6, n. 3, p. 1289-1309, set./dez. 2020

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: **Direita Volver**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média, meritocracia e corrupção. **Crítica marxista**, n.46, p. 103-125, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Edmundo A. **Revolução passiva e modo de vida**: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Sundermann, 2013.

DUDA DA SILVA, Ederson. Classes médias e luta política: o conflito distributivo no centro do debate. **Dissertação (Mestrado)**, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campus Guarulhos – SP: [s.n.], 2022.

FOUCAULT, Michael. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. (aula de 14 de março de 1979).

FORTES, Ronaldo V. Alienação, objetivação e estranhamento na Ontologia de Lukács. **Revista Herramienta**, 2014. Disponível em:< <https://www.herramienta.com.ar/alienao-objetiva-o-e-estranhamento-na-ontologia-de-lukacs>>. Acesso em: 30/03/2022.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Arte Nova, 1977.

FRIEDMANN, G. **O Trabalho em Migalhas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FROSINI, Fabio. Hacia una teoría de la hegemonía In: MODONESI, Massimo (Coordinador), **Horizontes Gramscianos**: Estudios em torno al torno al pensamiento de Antonio Gramsci. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, 2013.

GIANNOTTI, José Arthur. **Trabalho e Reflexão**. Editora brasiliense. São Paulo, 1983.

GIANNOTTI, José Arthur. **Origens da dialética do trabalho**. Difusão européia do livro, São Paulo, 1966.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRESPLAN, J. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo, Boitempo, 2019.

- GRESPLAN, J. **O negativo do capital**. Editora Hucitec, São Paulo, 1999.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo, Editora Loyola, 2008.
- HAYEK, F. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Editora Visão, 1973.
- HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.
- INVERNIZZI, Noela. Qualificação e Novas Formas de Controle da Força de Trabalho no Processo de Reestruturação da Indústria Brasileira: tendências dos últimos vinte anos. In: **Trabalho e Crítica**, (GT Trabalho e Educação da ANPED), nº 2, 2000. pp. 45-61.
- KLÜGER, Elisa. Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. **Tese (Doutorado)** - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia, 2017.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **NOVOS ESTUDOS CEBRAP 80**, março 2008 pp. 127-139.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Publicações escorpião, 1974.
- LUKÁCS, G. Introdução – “O Estranhamento”. In: **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Capítulo VI inédito de O capital**. São Paulo: Moraes, s/d.
- MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, Livro I. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, Livro III. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
- MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo**: o capitalismo e suas crises. Editora: Brasiliense, São Paulo-SP, 1985.
- MILANOVIC, Branko. **Capitalismo sem rivais**: O futuro do sistema que domina o mundo. São Paulo: Toavia, 2020.
- MILL, S. **A liberdade. Utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MISES, L. V. **Uma crítica ao intervencionismo**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Editora Intrínseca, Rio de Janeiro, 2014.
- ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2011.
- SAES, Décio. **Classe média e políticas de classe** (uma nota teórica). Contraponto, n. 2, 1977.
- SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.
- SALGADO, Julia. Microempreendedor individual: ascensão do ethos empreendedor e da noção de "cidadania empresarial" entre trabalhadores informais. **Anais da Anpocs**, 2019.
- SCHULTZ, T. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradutor: Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1997.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora? Belo Horizonte, UFMG Editora, 2010.
- STREECK, Wolfgang. O cidadão como consumidor: Considerações sobre a invasão da política pelo mercado. **Tribuna livre da luta de classes**: Edição 79, Abril, 2013.
- THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

Estranhando o familiar: uma experiência com saúde mental¹

Antônio César Camargo Miranda²

Recebido em julho de 2022

Aceito em janeiro de 2023

RESUMO

A necessidade de formular uma etnografia para conseguir concluir um curso de pós-graduação em Antropologia colocou a necessidade da escolha de um tema e, consequentemente, um objeto de pesquisa. Isso se tornou possível através do entendimento de que era possível transformar o “familiar em exótico”. Na medida em que a pesquisa de campo foi sendo feita, o movimento de “estranhar” o cotidiano e suas relações trouxe a complexidade daquilo que num primeiro momento se apresentava apenas como familiar, mas que de fato acabava contendo um imenso desconhecido. Assim, dos relatos e conversas a respeito de internações por dependência química e alcoolismo ou transtorno mental dentro de minha casa e ao presenciar indivíduos sendo dirigidos ou não para tratamento hospitalar, muitos questionamentos foram sendo formulados. Na tentativa de respondê-los, houve a descoberta de um equipamento de saúde que pretende a promoção de saúde mental de modo que essas pessoas não fiquem reclusas de forma contínua e prolongada - os Centros de Atenção Psicossociais. O objetivo dessa exposição é apresentar, de modo simples e resumido, como essas questões se tornaram um campo de pesquisa e uma possibilidade de experiência etnográfica.

Palavras-chave: objeto de pesquisa; familiar; saúde mental; saúde pública.

Strange the familiar: an experience with mental health

ABSTRACT

The need to elaborate an ethnography in order to complete a graduate course in Anthropology lead us to choose a theme and, consequently, a research object through the understanding that it was possible to turn the “familiar into the exotic”. As the field research was being carried out, the movement of taking everyday life and its relations for its “strangeness” brought complexity to what at first appeared only as familiar, but which in fact ended up containing a great amount of undiscover. Many questions were formulated from reports and conversations about hospitalizations for chemical dependency, alcoholism or mental disorders, and by witnessing individuals being referred or not for treatment, even inside our own homes. In an attempt to answer such questions, we approach a health apparatus intended to promote mental health and prevent prolonged and continuous incarcerations: the Psychosocial Care Centers. The objective of this work is to present, in a simple and summarized way, how these questions and experience became a field of research and a possibility for ethnographic experience.

Keywords: research object; familiar; mental health; public health.

¹ Esse trabalho é fruto de uma comunicação feita na XII Semana de Antropologia e Arqueologia na Universidade Federal do Paraná, em setembro de 2020, em Curitiba, contendo alguns acréscimos e revisões após a apresentação inicial.

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Antropologia Cultural pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Universidade Aberta do Brasil (UEPG – UAB).

Introdução

Ao término de um curso de graduação ou pós-graduação, o aluno que cursa Antropologia é levado a pensar um tema com um objeto de pesquisa para que consiga apresentar um trabalho de conclusão e com isso alcançar o seu almejado diploma. Na busca dessa finalização, já tendo passado por várias aulas sobre teorias antropológicas e discutido importantes questões a respeito do imponderável da vida ou do campo de pesquisa que se apresentasse, como aluno, também precisei então pensar a formulação dessas duas questões – tema e objeto de pesquisa – para realizar meu trabalho final.

A partir do contato de algo que me era *familiar*, surgiu o *insight* da possibilidade de formulá-los. Essa breve comunicação pretende apresentar, de maneira resumida, como o campo da saúde mental então *familiar* mas, como aponta Gilberto Velho³, “não necessariamente conhecido” pela sua proximidade tornou-se um tema de pesquisa. Situações cotidianas que solicitavam vagas de internamento para tratamento de álcool e droga, o caso do “fulano” que “não teve jeito” e foi parar no hospital na tentativa de parar de “beber ou usar drogas”, dentre outras situações que muitas vezes para mim eram fofoca de bairro, acabaram se destacando como algo que poderia ser investigado.

Com a proposta para uma pesquisa etnográfica me foi possível a tentativa constante de “transformar o familiar em exótico e o exótico em familiar”, presente na fórmula apresentada por DaMatta⁴. Nesse movimento duplo, surgiu um objeto de pesquisa, os Centros de Atenção Psicossocial, para relativizar o familiar e conseguir transcendê-lo. Assim, o campo da saúde mental e algumas de suas questões correlatas abriram um campo de pesquisa e um leque de oportunidades de pesquisa a ser trilhado. O objetivo aqui, portanto, é apresentar de modo resumido o dilema de como cheguei a esse tema, conseguindo formular um objeto de pesquisa através do que me

³ VELHO, Gilberto. “Observando o Familiar”. In: Edson Nunes (org.). **A aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 123 – 132.

⁴ DAMATTA, Roberto. “O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues”. In: **Publicações do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional**, 1974.

era *familiar*, ao mesmo tempo em que coloco uma simples reflexão de como eles me proporcionaram e me envolveram em uma etnografia.

Estranhar o familiar

Muitas coisas, lugares e situações cotidianas nos são familiares, mas nem sempre os conhecemos de fato ou captamos, se não todos, pelo menos uma parte dos seus significados. Minha mãe trabalhou mais de trinta anos em um hospital neuropsiquiátrico. Nele eram atendidas pessoas com transtornos mentais e dependência de álcool e drogas. Desde meados dos anos 2000 pelo menos, quando ainda era adolescente, me lembro de muitas pessoas que ligavam na minha casa pedindo ajuda para “arranjar” uma vaga para internar um filho, um neto, um pai, etc, nessa instituição. Além disso, minha tia, assistente social, algumas vezes contava casos de ter que ir buscar algum indivíduo em situação de risco e dependência, para conduzi-lo ao internamento nesse mesmo local. Geralmente casos carregados de violência ou situações problemáticas que exigiam uma investida por parte do poder público nessas situações apresentadas. Não obstante, boatos no bairro ou a respeito de “fulano” que “não teve jeito” e que “foi internado” também fazem parte de minhas memórias relacionadas à dependência química, transtorno mental e internamentos.

O transitar pelas ruas do município onde moro também traz um ambiente que reforça esse contexto. Figuras tidas como comuns podem ser vistas no dia a dia nos mais diversos espaços da cidade. O bêbado que todo mundo conhece e anda na avenida da cidade cercado de cachorros. Ou os loucos que de certa forma tornaram-se figuras caricatas nesse cotidiano popular e que através de vários apelidos que ao serem pronunciados ou escutados já prontamente identificam os indivíduos em questão. Independente muitas vezes do caminho que se toma como pegar um ônibus, entrar em um local de comércio ou passar por um sinaleiro, eles estão lá e chamam a atenção dos transeuntes.

Na maior parte das vezes esses fragmentos do cotidiano podem nos surgir como questões comuns, que em maior ou menor medida, podem nos ser familiares.

Gilberto Velho e Roberto DaMatta⁵ sugerem que ao vivermos dentro de uma sociedade complexa, nós somos levados a aceitar o mundo conforme uma organização prévia e que nos fornece prontamente uma hierarquia com categorias sociais que nos indica os lugares, as falas e os pensamentos a respeito do outro e do funcionamento desse mundo. Assim, formamos os estereótipos e, de certa forma, os alimentamos ou naturalizamos, dando continuidade nas relações de poder e de dominação. Gilberto Velho traduz isso com a ideia de como se ganhássemos um mapa que estabelece o lugar de todas as coisas – quem são os atores, o que eles fazem, quais os seus papéis e onde eles sempre se encontram⁶. São essas noções que nos familiarizam com o cotidiano e as situações que o mundo nos apresenta. Mas obviamente, não é porque temos esse mapa que ele não seja passível de ser reinterpretado e até mesmo questionado. Nem mesmo o fato de ter o mapa nos faz entender princípios e mecanismos que os regulam⁷. Estar anestesiado pela rotina, hábitos e estereótipos não necessariamente nos faz conhecer aquilo que nos é *familiar*.

Tudo isso começaria a fazer um maior sentido e as teorias antropológicas tornar-se-iam um pouco mais claras a respeito do que era “estranhar” esse *familiar* na medida em que tentava ver a complexidade do mundo social e buscar aprofundar as respostas dadas num primeiro momento de modo simples ou raso. O papel do cientista social, e aqui como estudante de antropologia, de iniciar os primeiros movimentos de relativizar o que se apresenta num instante inicial, para então transcendê-lo e tentar colocar-se no lugar do outro⁸ na busca pela alteridade, imprescindível para qualquer estudo antropológico.

No entanto, ultrapassar ou conseguir enxergar esse *familiar* com outros olhos só surgiu quando fui tocado de um modo muito particular. Enquanto dava aulas para turmas de Ensino Médio em uma escola particular, havia um aluno que tinha muitas dificuldades no seu aprendizado. Em uma das reuniões de professores, a coordenação relatou que o caso do menino era o seguinte: os pais eram alcoólatras e há pouco tempo nascera um bebê na família, a irmã do aluno. Quando o menino estava na

⁵ VELHO, op. cit., p.126-127.

⁶ Ibid., p. 127-128.

⁷ Ibid., p. 128.

⁸ Ibid., p. 127.

escola, ele tinha medo do que poderia acontecer a ela enquanto ele estivesse fora de casa a manhã toda por conta dos seus estudos. Diante desse relato, perguntei a um amigo que é assistente social o que poderia ser feito nessa situação. A conversa descortinou uma série de estruturas legais que o Estado brasileiro apresenta para o cuidado de crianças e adolescentes e também a respeito das possibilidades de tratamento para o consumo do álcool.

Resumidamente, uma das possibilidades colocadas por esse assistente social era a de que o Conselho Tutelar da cidade fosse acionado para que a vida dos filhos do casal pudesse ficar em segurança. Além disso, os pais poderiam ser levados ou eles mesmos se dirigirem a um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para tratamento de seu alcoolismo. Diante dessa situação surgiu uma curiosidade que fez com que eu me voltasse a entender como esse aparato funciona e age ou pelo menos pretende fazê-lo.

Esse foi o *insight* que despertou a possibilidade de um tema e objeto de pesquisa para uma etnografia. O imponderável da vida, tantas vezes descrito em sala de aula por diferentes professores antropólogos, no qual situações podem surgir no campo de pesquisa ou até alterar o interesse do pesquisador. A conhecida história da pesquisa de Evans Pritchard que ao ir para a terra Zande não se interessava por bruxaria, mas acabou se “deixando” levar pelos Azande, seu campo de pesquisa, e retornou com uma etnografia a esse respeito⁹. Diferente dos antropólogos que pegaram seus barcos e atravessam distâncias para fazer suas etnografias no final do século XIX e início do XX, a Antropologia passou a investigar as diferenças e experiências humanas também em contextos de maior proximidade física, como os centros urbanos¹⁰. Foi então, a junção desses dois pontos, a possibilidade de uma pesquisa a ser realizada num local próximo e a partir de uma situação que me atingiu de modo muito particular, em uma situação aleatória que se apresentou, a ponto de fazer com que minhas reflexões tomassem novos caminhos, que me levaram a entender que era possível o tal “estranhamento” de algo que a princípio me era *familiar* ou comum, mas dotado de um imenso desconhecido.

⁹ PEIRANO, M. G. S. A favor da etnografia. *Anuário Antropológico*, 17 (1), p. 207.

¹⁰ MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade. IN: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (orgs.) *Na Metrópole* – textos de Antropologia Urbana. p. 3.

Levando em conta o que Peirano diz a respeito da pesquisa de campo que não tem um momento para começar e acabar e que muitos desses são arbitrários¹¹, aqui está um ponto em que a teoria antropológica surtiu um dos seus maiores efeitos. De fato, ao começar a estranhar pude potencializar as perguntas e retomar os eventos, as falas, as conversas a respeito desse universo que era próximo mesmo sem saber o nome pelo qual era denominado, a saúde mental. Assim, foi só a partir desse estranhamento que se abriu um novo olhar, uma nova reflexão e possíveis conexões¹² com vivências e experiências que proporcionaram o fazer a etnografia.

Conseguí então ver que eu tinha um mapa, como colocado por Gilberto Velho, e que muitas das suas explicações eram mesmo como ele descrevera. As perguntas e respostas são fornecidas do modo mais corriqueiro e de forma que nos faça aceitar uma lógica específica. O que é um hospital psiquiátrico? Mais especificamente, o que é esse local no qual minha mãe trabalhou durante tantos anos e que carrega tantas histórias e memórias? E para que ele serve? Um local para tratar, curar e cuidar das pessoas. Mas quem são essas pessoas e o que elas têm para que necessitem ir para lá? Em qual momento da vida elas são destinadas ou inseridas nesses espaços? Os loucos, os drogados e os bêbados, uns para terem onde morar enquanto outros para deixarem suas dependências, nos momentos pelos quais passam a necessitar desse tipo de auxílio. Ir além dessas perguntas e respostas triviais, sempre estranhando, indagando, relativizando, foi aprofundando a formulação de novas perguntas e suas tentativas de respostas. Ou seja, o desconhecido aos poucos foi tornando-se conhecido.

Como Magnani (2009) apresenta, a etnografia em específico produz um conhecimento diferente, que depende de um trabalho paciente e contínuo no qual os fragmentos possam ir se ordenando e perfazendo um significado até mesmo inesperado¹³. No entanto, a reunião desses fragmentos ou a combinação desses dados etnográficos dependem da sensibilidade do pesquisador, sua biografia, as opções teóricas que ele escolheu, o contexto de sua pesquisa e o que ele encontra no campo

¹¹ PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**. 2014, v. 20, n. 42, p. 379.

¹² Ibid., p. 378.

¹³ MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. 2009, v. 15, n. 32, p. 135.

em seu cotidiano de pesquisa¹⁴. Por esses motivos, hoje entendo porque não há como se ensinar pesquisa de campo, mas ela de fato deve ser experienciada pelo pesquisador. Ele é que de alguma forma vai dar sentido aquilo que chamou de objeto de pesquisa e através da etnografia descrevê-lo da melhor forma que puder.

Conhecer o familiar

Tendo então escutado a respeito da existência dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e de modo superficial entendido o que era sua proposta, passei então a buscar respostas mais complexas de como esses centros funcionavam. Morando em um município da Região Metropolitana de Curitiba onde é comum que muitas pessoas se conheçam e, ainda sem ter consciência de imediato, acionei essa rede de sociabilidades dando celeridade ao contato direto com o que seria o campo de pesquisa. Minha mãe, por ter trabalhado no hospital neuropsiquiátrico da cidade, trabalhara anos com a então coordenadora de Saúde Mental do município. Através dela, eu reconhecia que poderia ter maior facilidade de acesso ao campo de pesquisa que imaginava pesquisar. De outro lado, ao saber que o filho de uma amiga do antigo trabalho gostaria de entrar em contato, obtive então acesso a Secretaria de Saúde do município.

Não é impossível que qualquer pessoa e, portanto, pesquisador tenha acesso aos servidores públicos dos diversos equipamentos, de saúde ou outros, existentes ou dos CAPS aqui em questão. Porém, se o campo de pesquisa não tem momento para começar ou terminar, como colocado Peirano (2014), é de conhecimento de que enquanto acadêmicos temos diversos prazos para a elaboração dos trabalhos de conclusão e que esses muitas vezes nos limitam o tempo de pesquisa, reflexão, elaboração da escrita pelas datas de entregas, de modo que a facilitação desse ingresso e contato com os profissionais me poupou um tempo importante. Além disso, as apresentações feitas, da mesma forma, contribuíram com o fato de que alguns profissionais quisessem se disponibilizar para conversar a respeito de suas atividades no CAPS.

¹⁴ PEIRANO, op. cit., p. 209.

Uma vez estado na Secretaria de Saúde, a coordenadora de Saúde Mental me disponibilizou um manual do Ministério da Saúde¹⁵ que explica o que são os CAPS, sua organização e tipos. Juntamente com isso, uma cópia da lei n. 10.216 de 2001¹⁶ que redireciona o modelo assistencial em saúde mental e como o Estado passou a estabelecer proteção, assistência e direitos aos portadores de transtornos mentais. Diante desses materiais, se fez necessário à leitura a respeito da formação desses Centros, o que me levou a história da Reforma Psiquiátrica¹⁷ e a concepção da substituição do modelo hospitalocêntrico para um atendimento que privilegie o contexto no qual o indivíduo continue integrado a sua realidade cultural e social sem ser internado em uma instituição. Ou seja, aqueles taxados de “loucos, bêbados e drogados” diante dessas diretrizes legais e de políticas públicas, passaram a ser cidadãos com plena possibilidade de exercerem direitos e terem acesso à educação, saúde, lazer, trabalho, moradia, dentre outros.

Com esses elementos a bibliografia tornou-se enorme e aquele mapa de fato foi se tornando complexo ao longo do tempo. De Canguilhem¹⁸ a Foucault¹⁹, para repensar o que é a ideia de normal/normalidade e o nascimento dos hospitais psiquiátricos²⁰ e a própria história da loucura²¹, a segregação desses indivíduos considerados problemáticos e perigosos, aos artigos a respeito do entendimento e promoção da saúde mental e do próprio funcionamento dos CAPS²². Assuntos relacionados às

¹⁵ BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde, 2004.

¹⁶ BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF.

¹⁷ TENÓRIO, Fernando. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2002, v. 9 n.1

¹⁸ CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

¹⁹ FOUCAULT, M. A casa dos loucos. In: **Microfísica do poder**. (trad. Roberto Machado) Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 113-128.

²⁰ FOUCAULT, M. O nascimento do Hospital. In: **Microfísica do poder**. (trad. Roberto Machado) Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 99-112.

²¹ FOUCAULT, M. **História da loucura**: na idade clássica. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. Para citar apenas algumas referências das várias possíveis desse autor, mas que foram as que tive contato no período da pesquisa.

²² RAMMINGER, Tatiana & BRITO, Jussara Cruz de. “Cada CAPS é um CAPS”: uma coanálise dos recursos, meios e normas presentes nas atividades dos trabalhadores de saúde mental. **Psicologia Social**, Florianópolis, 2011 v. 23, p. 150-160.

indagações que surgiam e ajudavam a tentar conhecer, aos poucos, melhor o *familiar* e relativizar todo o senso comum que se apresentava cotidianamente.

Porém, foi a pesquisa de campo e o fazer etnográfico que fizeram com que aquele mapa ganhasse cada vez mais sentido. Em contato com os profissionais no CAPS II, voltado ao atendimento de pacientes com transtornos mentais, e no CAPS AD, para atendimento de pacientes que usam prejudicialmente álcool e/ou drogas, os fragmentos que conhecia foram sendo reunidos. Ao conversar com esses profissionais entendi que o que eles chamam de *sofrimento*²³ é o que determina se um indivíduo é inserido para o tratamento em um CAPS ou se ele acaba sendo redirecionado para outros serviços de assistência e/ou saúde – como a Unidade Básica de Saúde, o Programa da Família ou o Centro de Especialidades. O *sofrer* corresponde a fatores individuais e/ou sociais que levam o indivíduo a comportar-se de determinadas maneiras. Cabe ao profissional de saúde que o atende identificar como estão as relações familiares e de trabalho, observando se o indivíduo convive e como ele se dá com os que estão à sua volta. O isolamento ou a tendência ao isolamento, a autonomia de realizar atividades cotidianas como sair de casa, acessar lugares como mercados, bancos, farmácias, áreas de lazer, etc, e dar conta de si como alimentação e higiene, são grandes indicativos de que essa pessoa sofre ou não, qual o seu nível de sofrimento e que já desencadeou ou ainda trará transtornos mentais, depressões, ansiedades, surtos psicóticos, ideação de morte, audição de vozes, perda da crítica de si, dentre outros. No caso da pessoa que acessa o CAPS AD, voltado para álcool e drogas, a análise do *sofrimento* está relacionada com o que ele consome e como o faz. Uma vez que ele esteja em uma situação colocada como dependência, caracterizada por um quadro prolongado em que o indivíduo não consegue mais levar sua vida e sua rotina sem usar

²³ O *sofrimento* aqui é uma categoria de análise através da qual os profissionais de saúde dos CAPS pesquisados acabam por delinear quais sujeitos serão ou não inseridos no tratamento disponibilizado por esse equipamento de saúde. Por não ser objetivo do artigo apresentar em profundidade a etnografia feita, apenas elenco os principais aspectos pelos quais esses profissionais utilizam a ideia de “sofrimento” em seu dia a dia. Para entender as tensões e possíveis problematizações existentes sobre o que é sofrimento e como ele é utilizado, ver MIRANDA, A. C. C. **Marginalizados inclusos:** a proposta de atuação dos Centros de Atenção Psicossocial e seus profissionais. 2016. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) Curso de Antropologia Cultural, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016. p. 4 – 24.

a substância e que apresente danos que interfiram em sua vida social e individual, ele pode ser inserido no tratamento fornecido por esse CAPS.

Através desses primeiros conceitos utilizados pelos profissionais de saúde e a visão do CAPS enquanto equipamento de saúde de não proceder com o internamento para toda e qualquer pessoa de imediato, o *familiar* pôde ser cada vez mais relativizado para ser melhor compreendido. De forma simples, o indivíduo só acaba sendo internado se ele apresenta um *risco* a sua própria vida ou a de outro. Ideações de homicídio ou suicídio, violências contra terceiros ou ainda quebra de objetos, coisas e lugares podem leva-lo a um internamento involuntário, quando o indivíduo se nega a ir para a internação, ou compulsório, quando existem determinações judiciais. Há internamentos de caráter voluntário, quando o indivíduo aceita e autoriza que o levem ou ele mesmo se dirige ao internamento. Esse é mais comum para casos de pacientes em dependência de álcool e drogas, que mesmo fazendo tratamento no CAPS AD de forma intensiva, todos os dias da semana, não conseguem diminuir seu consumo e ter uma mínima abstinência. Porém, em todos esses casos existe uma Central de Regulação de Leitos do Estado que disponibiliza as vagas e para onde esses indivíduos poderão ser encaminhados. Ou seja, é necessário que todo paciente seja encaminhado por um médico clínico ou psiquiátrico para que com isso possa ingressar nesse mecanismo de regulação estatal, o que faz com que ele tenha que ter sido atendido em algum equipamento de saúde – seja Unidade Básica de Saúde ou o próprio CAPS. Conseguir uma vaga pode demorar, principalmente no caso das mulheres e adolescentes, pois o fornecimento do atendimento a este público é muito menor em relação aos homens adultos. Em teoria, e como pude averiguar no campo de pesquisa até então, não há como transpor ou burlar todos esses procedimentos.

Dessa maneira, alguns daqueles fragmentos então, fizeram sentido. Entendendo a lógica de funcionamento do CAPS, seja através do manual, da lei ou da bibliografia que aos poucos consultava, mas sobretudo estando no campo de pesquisa, foi possível desvendar através do contato com os profissionais de saúde o que eles colocavam ser suas rotinas de trabalho. Tudo isso foi sendo somado aquele *familiar* inicial. As pessoas buscavam entrar em contato com a minha mãe para “arranjar” uma vaga de internamento para seu familiar por alguns motivos passíveis de serem

respondidos. Com a pesquisa, observei nitidamente que muitas pessoas desconhecem o que é e como funciona o CAPS – até mesmo profissionais de saúde que estão em outros equipamentos, autoridades judiciais, policiais e administrativas do município. Então, várias dessas pessoas imaginavam que ao acionarem a rede de conhecidos na cidade, elas poderiam ajudá-las e facilitar o processo de conseguir uma vaga rapidamente. Mesmo aquelas que já tinham conhecimento do processo de internamento, insistiam apelando para uma forma de “dar um jeitinho” e conseguir uma vaga de modo menos burocrático e com maior urgência. Lembro-me que as respostas dadas por minha mãe sempre eram as mesmas: “Procure a fulana no CAPS. Vocês têm que dar entrada por lá, não é mais diretamente pelo hospital”.

Em alguns casos a pressa em obter uma vaga para o internamento também se tornou clara. Geralmente o contexto de violência doméstica faz com que a família do indivíduo busque rapidamente essa alternativa por acreditar que só assim a pessoa pode melhorar seu quadro de dependência e/ou agressividade ou pelo menos afastá-los durante um período de tempo de si, da sua casa e dos seus próximos. Os casos se agravam ainda mais quando o risco de vida chega a níveis maiores, como as tentativas de homicídio. Geralmente, como esses internamentos são de caráter involuntário, passei a entender porque minha tia, enquanto assistente social no município e, portanto, como uma agente que representava o poder do Estado, participava das buscas por esses indivíduos para encaminhá-los para o hospital. Por existir risco de vida, as equipes de saúde, às vezes até acompanhadas pela polícia, se dirigem à residência daquele que será levado para o hospital. A presença da ambulância e da viatura de polícia parada na porta de uma casa, na rua tal, é motivo suficiente para que a vizinhança toda fique sabendo e comentando o acontecido. Logo, o “boca a boca” faz o papel de passar as informações daquilo que aconteceu ou não e seus “por quês”, de modo que o assunto atinge grande parte do bairro e para além dele.

No entanto, como apenas uma minoria acaba sendo dirigida para o hospital e também não ficam muito tempo por lá – os homens ficam internados por até no máximo sessenta dias, enquanto que os adolescentes e as mulheres o máximo de quarenta e cinco – o senso comum aponta várias vezes para o fato de que o internamento não funciona. O hospital hoje se pretende como apenas uma parte do

tratamento, não ele por completo. Ou seja, o indivíduo para conseguir “sua melhora” precisará de equipamentos e formas de se manter abstinente ou convivendo com suas questões. Isso implica em não o separar mais da sociedade dentro de um espaço hospitalar, mas que ele possa, enquanto cidadão, ter liberdade de ir e vir, acesso a lazer, trabalho, educação, saúde, etc.

Diante disso, passei a entender alguns dos motivos pelos quais aquelas figuras tratadas como caricatas na cidade continuam transitando pelos espaços públicos. Não é papel do CAPS simplesmente sair inserindo-os no tratamento ou colocando-os em hospitais. Esses indivíduos são caracterizados como cidadãos e dotados de autonomia²⁴. Uma vez que eles conseguem conviver com suas questões e darem conta de si, há liberdade para que transitem nos espaços públicos, mesmo que outras pessoas se sintam incomodadas com isso. Todo esse entendimento está diretamente ligado a “luta antimanicomial” e a Reforma Psiquiátrica que buscaram proporcionar um modelo de atendimento que substituísse o modelo hospitalar, por um no qual essas pessoas pudessem ter acesso a saúde mental sem mais estarem confinadas a um espaço que as impediam de acesso à educação, lazer, moradia, etc, e, muitas vezes, a própria saúde²⁵.

A experiência com a pesquisa de campo e o fazer etnográfico então, proporcionou o que Gilberto Velho coloca:

Acredito que seja possível transcender, em determinados momentos, as limitações de origem do antropólogo e chegar a ver o familiar não necessariamente como exótico mas como uma realidade bem mais complexa do que aquela representada pelos mapas e códigos básicos nacionais e de classe através dos quais fomos socializados. O processo de estranhar o *familiar* torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos e situações (VELHO, 1978, p. 131).

²⁴ Assim como o “sofrimento”, a “autonomia” é uma categoria utilizada pelos profissionais de saúde dos CAPS que identificam quando o indivíduo consegue conviver com suas questões mentais e/ou dependência química. Em resumo, significa para os profissionais que o indivíduo tem discernimento para fazer escolhas, sem prejudicar a si ou outra pessoa, conseguindo fazer o que deseja – estudar, trabalhar, cozinhar, transitar por lugares, dentre outras infinitas possibilidades – de acordo com as suas capacidades. Sobre as discussões e entendimento dos profissionais a respeito do que é a “autonomia”, como ela é desenvolvida, podendo ou não ser alcançada, ver Ibid., p. 1 – 65.

²⁵ TENÓRIO, op. cit., p. 26 -32.

Estranhar esse familiar resultou não só em um trabalho de conclusão de curso²⁶, mas provocou novas leituras a respeito do cotidiano, promovendo contínua reflexão, pensamento e a busca do melhor entendimento da complexidade do mundo social que estou inserido.

Um pouco do campo e seus contextos

Apenas para apresentar rapidamente a experiência do “campo de pesquisa” no qual atuei, faço essa breve colocação do contexto de pesquisa e das possibilidades que consegui desenvolver. Minha primeira busca de conhecimento de um Centro de Atenção Psicossocial, como já apontei, foi por meio do contato com a coordenadora de saúde mental do município, ex-colega de trabalho e amiga de minha mãe. Indo a secretaria de saúde do município, o contato intermediado por minha mãe facilitou em pelo menos duas grandes questões. A primeira, repito, foi a questão do tempo. Tendo livre acesso a essa coordenadora, bastava ser anunciado na secretaria para que ela conseguisse me atender de prontidão, sem necessariamente marcar horários ou simplesmente não me receber. No início, como eram conversas informais e para conhecer o campo de pesquisa, isso deu celeridade aos processos que vieram na pesquisa propriamente dita. Em outros momentos, a facilidade para entrevistas ou em dúvidas específicas, também ajudaram. Além disso, esse tipo de contato de igual modo me ajudou a transitar por um espaço que não ficava restrito ao cotidiano do CAPS e que se mostrou útil para reconhecer dimensões que envolvem esse equipamento de saúde. Por exemplo, em um dia que esperava para a coordenadora me atender, uma moça chegou à Secretaria de Saúde pedindo informações a respeito de como proceder e qual o local apropriado para levar uma pessoa que ela acompanhava e que apresentava sintomas de depressão²⁷. As duas recepcionistas na ocasião, após uma rápida conversa a encaminharam diretamente para o CAPS de tipo II, demonstrando assim um problema que eu exploraria depois nas entrevistas com os profissionais, pois segundo o entendimento destes a entrada do paciente no CAPS deve ser por meio de

²⁶ MIRANDA, op. cit., p. 1 – 65.

²⁷ Ibid., p. 9.

um encaminhamento vindo da Unidade Básica de Saúde (UBS) ou de algum Pronto Atendimento (PA), não diretamente como as atendentes fizeram na ocasião presenciada²⁸.

A segunda questão foi que, por meio da coordenadora de saúde mental, existiu uma maior facilidade de contato e uma boa recepção dos profissionais que se prontificaram a participar da pesquisa. O contato inicial com os profissionais de ambos os CAPS existentes no município, de tipo II e AD, foi em suas respectivas reuniões semanais na qual eles discutiam casos de pacientes, suas rotinas de trabalho e tudo que envolve o Centro de Atenção Psicossocial. Ao ser apresentado pela coordenadora de uma só vez, pude me apresentar e fazer o convite para a pesquisa. Devido a submissão da pesquisa ao comitê de ética de pesquisa que envolvem seres humanos²⁹, optei em entrevistar apenas os profissionais de saúde, devido a preocupação com a duração que o parecer levaria e sua aprovação. Assim, não entrevistando pacientes diretamente, não precisei pedir permissão para ler prontuários, solicitar espaços ou me deslocar até algum lugar que fosse possível conversar e, tendo então que, traçar estratégias para alcançar esses usuários que estariam disponíveis e desejariam participar da pesquisa. Tudo isso, conseqüentemente, poderia levar a despender mais tempo, bem como exigiria um maior fôlego de pesquisa que não conseguiria atingir naquele momento. Cabe rapidamente apenas assinalar que para o pesquisador essas são sempre questões importantes, pois conciliar a vida pessoal e profissional com os estudos e a pesquisa exige um grande esforço, além de dedicação e planejamento. No entanto, o período e a forma pela qual consegui efetuar a pesquisa deu a possibilidade de observar a rotina desse equipamento de saúde, seus usuários e suas atividades.

²⁸ Os profissionais dos CAPS pesquisados se referem a necessidade de “matriciamento” entre os diferentes dispositivos de saúde que existem no município. Basicamente, “matriciar” seriam treinamentos e investidas nos quais os profissionais dos CAPS se dirigem aos outros diversos equipamentos de saúde – UBS, PA, Pronto Socorro, etc – nos quais tiram dúvidas a respeito do cuidado, tratamento, providências e o melhor tipo de contato com pacientes com problemas de saúde mental e que devem ou não ser encaminhados para os CAPS. Esse caso em específico seria um momento de exercer o “matriciamento”, onde as recepcionistas aprenderiam que o “correto” seria encaminhar solicitante da informação para uma UBS e de lá o caso seguiria para o CAPS ou não. Mais detalhes da discussão consultar em Ibid., p. 10 – 11.

²⁹A aprovação da pesquisa consta em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf?jsessionid=8868E2874DAFoCD7DE6DCC33149A6DD5.sserver-plataformabrasil-srvjpdfi31>.

Entre o primeiro contato com a coordenadora de saúde mental e os materiais por ela disponibilizados, pelos quais julgo ter iniciado a investigar o que era o CAPS e sua atuação, a elaboração, tramitação e aprovação do projeto no comitê de ética, até a última entrevista feita com um assistente social do CAPS AD, foram pelo menos oito meses debruçados em torno das questões aqui colocadas. Ao longo desse período, dois meses e meio foram destinados especificamente as entrevistas feitas com três psicólogas, dois enfermeiros, uma assistente social, uma musicoterapeuta, duas terapeutas ocupacionais e um educador físico. Alguns desses profissionais ainda estavam como coordenadores em exercício do CAPS II e AD, que mudaram ao longo da pesquisa, assim como outros profissionais que deixaram de trabalhar nesse equipamento ou no município³⁰. Essas mudanças foram uma das dificuldades encontradas, pois a proposta inicial elaborada era de três conversas com cada um dos profissionais para entender como se davam as etapas de entrada no CAPS, o tratamento proporcionado e o processo da alta do mesmo. No entanto, as saídas de alguns dos entrevistados e a necessidade de angariar novos participantes para suprir as demandas em aberto, foram alongando o processo. Porém, como já colocado, esse impacto foi mitigado na medida em que minha introdução ao campo de pesquisa se deu através da coordenadora de saúde mental, bem como a boa recepção dos profissionais.

Entre visitas a Secretaria de Saúde e aos espaços dos dois CAPS aqui apontados, as entrevistas aconteceram com o agendamento de horários conforme a disponibilidade dos profissionais que se disponibilizaram em participar e os quais eu consegui conversar. Devido aos prazos de entrega do trabalho final, não pude entrevistar todos os que se disponibilizaram. Nos dois meses e meio de entrevistas, mais o período prévio da pesquisa na elaboração do projeto, frequentei esses locais tanto no período da manhã, quanto da tarde e em horários diversos. Isso proporcionou uma maior proximidade do cotidiano dos profissionais, bem como dos usuários, pois ao esperar pelos horários na recepção, entradas e saídas de salas e espaços, pude observar atividades que aconteciam – como rodas de conversa, cultivo da horta, saídas

³⁰ Problemas que descrevi como impactantes tanto no tratamento do paciente como também na administração da política pública e do próprio equipamento de saúde. MIRANDA, op. cit., p. 60 – 63.

e chegadas de passeios, oficinas de pintura e música, confecção e venda de artesanato, dentre outras. Essas situações, atividades ou conversas que presenciava indiretamente, como as na secretaria de saúde que aqui coloquei, faziam parte do meu caderno de campo, como também eram levados os acontecimentos ou questões que não entendia para as conversas com os profissionais para que eles pudessem esclarecer ou discutir os “por quês” daquelas situações presenciadas.

Uma delas, por exemplo, foi a saída dos pacientes do CAPS AD para uma caminhada no parque municipal³¹. Tal atividade fazia parte do tratamento dos usuários, que ao estarem em seus locais de moradia e vivência diária³², estavam sendo estimulados a ocupar esse espaço público, bem como se exercitarem e terem seus momentos de lazer. Enquanto aguardava o horário para realizar uma das entrevistas, o técnico responsável pela recepção explicava que a atividade naquele dia era uma ida ao parque e aqueles que comparecessem receberiam “presença” normalmente. Cheguei ao conhecimento então de que as “presenças e ausências” acabavam tendo papel importante dentro dos prontuários dos pacientes. De um lado, através do controle da frequência se caracterizava se o indivíduo estava aderindo ou não ao tratamento³³, o que impacta diretamente na sua melhora e processo da alta do equipamento. De outro lado, os profissionais relataram que ao utilizarem o prontuário para receber benefícios – seja a busca de isenção tarifária para o transporte público, questões de carga horária em seus empregos ou até mesmo em questões ligadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – a frequência acabava sendo item importante para os usuários e suas relações fora do CAPS³⁴. Assim, esse aspecto exemplificado só foi possível devido a essa possibilidade de transitar por esses espaços de formas e em horários variados.

³¹ Ibid., p. 45 – 46.

³² Tanto o manual do CAPS, quanto a prática dos seus profissionais, colocam a noção de que o tratamento deve ocorrer no “território” do indivíduo. Ou seja, o local onde habita, tem todas as suas vivências e acesso a locais públicos, quanto privados – igrejas, locais de trabalho, comércios, associações, etc. Ibid., p. 2.

³³ Aderir ao tratamento é um critério essencial para que o mesmo possa acontecer. Isso implica no comprometimento de participar das atividades propostas pelo Projeto Terapêutico Individual feito pelo paciente e seu técnico de referência (profissional responsável por acompanhá-lo durante todo o tratamento), comparecer ao CAPS, tomar os medicamentos indicados e se esforçar em tudo aquilo que venha ser solicitado. Ibid., p. 12.

³⁴ Ibid., p. 45 – 46.

A pesquisa então efetuada, foi percorrendo caminhos e momentos que geram dúvidas, pensamentos e reflexões. Tal como Peirano (2014) descreve a respeito de seu processo de cadastro biométrico, no momento em que a autora é despertada pela curiosidade dos motivos pelos quais deixou uma série de informações pessoais, sua foto e suas impressões digitais em um banco de dados da Justiça Eleitoral e, portanto, em posse do Estado brasileiro, para receber um título de eleitor igual ao seu anterior que foi retido, é através da capacidade de explorar as surpresas e os inesperados que a vida proporciona que o “instinto etnográfico” pode ser acionado³⁵. A etnografia então tem a capacidade de inquietar o senso comum e as certezas do nosso cotidiano, as “verdades” que carregamos, impondo a necessidade de observação e refinamento de nossas percepções enquanto pesquisadores³⁶. Nesse caminho, podem ser desvendados muitos outros novos lugares, culturas, pessoas e pensamentos que nos auxiliam a entender o mundo que habitamos³⁷.

Foi desse modo que buscando o exercício de “estranhar” as conversas e relatos sobre dependência química, alcoolismo e transtorno mental, ao experienciar uma possibilidade de encaminhamento de indivíduos para a rede de saúde pública para tratamento de alcoolismo e então descobrir a existência dos Centros de Atenção Psicossocial, que pela primeira vez experienciei a possibilidade de etnografar. A intenção então passou a ser de conhecer esse equipamento de saúde quanto ao que ele se propõe fazer em relação ao usuário do sistema de saúde que acessa a ele e se torna seu paciente ou não. Mas obviamente que com a própria pesquisa e desenvolvendo-se outros olhares a respeito do mapa que ora se ampliava, ora se aproximava, estão ligadas muitas outras várias interfaces de pesquisa que perpassam e se entrelaçam com temas diversos como as de construção e desenho da política pública, aspectos da administração pública, funcionamento da saúde pública, discussões sobre saúde mental, Reforma Psiquiátrica, etc. O intuito aqui foi tão somente relatar uma experiência de pesquisa ligada ao tema de saúde mental e algumas das reflexões que ainda permeiam meus estudos e vivências.

³⁵ PEIRANO, op. cit., p. 378.

³⁶ Ibid., p. 385.

³⁷ Ibid., p. 389.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: as novas fronteiras da reforma psiquiátrica – relatório de gestão 2007-2010**. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental em dados 10**. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde, 2012.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- DAMATTA, R. “O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues”. IN: **Publicações do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional**, 1974.
- FOUCAULT, M. A casa dos loucos. In: **Microfísica do poder**. (trad. Roberto Machado) Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 113-128.
- FOUCAULT, M. **História da loucura: na idade clássica**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- FOUCAULT, M. O nascimento do Hospital. In: **Microfísica do poder**. (trad. Roberto Machado) Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 99-112.
- MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. 2009, v. 15, n. 32, p. 129 -156.
- MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade. IN: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (orgs.) **Na Metrópole – textos de Antropologia Urbana**. p. 1 - 30.
- MIRANDA, A. C. C. **Marginalizados inclusos: a proposta de atuação dos Centros de Atenção Psicossocial e seus profissionais**. 2016. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Especialização) Curso de Antropologia Cultural, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

PEIRANO, M. G. S. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**. 2014, v. 20, n. 42, p. 377-391.

PEIRANO, M. G. S. A favor da etnografia. **Anuário Antropológico**, 17 (1), p. 197-223.

RAMMINGER, T.; BRITO, J. C. de. “Cada CAPS é um CAPS”: uma coanálise dos recursos, meios e normas presentes nas atividades dos trabalhadores de saúde mental. **Psicologia Social**, Florianópolis, 2011 v. 23, p. 150-160.

TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2002, v. 9 n.1

VELHO, G. “Observando o Familiar”. In: Edson Nunes (org.). **A aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 123 – 132.

ESPAÇO GRADUAÇÃO

O campo analítico positivista em “As Regras do Método Sociológico” de Durkheim

Mateus Alves¹

Recebido em agosto de 2022

Aceito em dezembro de 2022

RESUMO

O objetivo do presente artigo é discutir o método sociológico de Émile Durkheim (1858-1917). Em *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim o apresenta através de um conjunto de procedimentos, e são estes procedimentos que analisaremos tendo como fio condutor a teoria da episteme. O método constituído por Durkheim é, por sua vez, resultado de um esforço visando a sistematização da sociologia, o que torna importante compreendê-lo. Ademais, podemos perceber uma falta de consenso por parte dos pesquisadores sobre qual seria realmente o método de Durkheim. Para atingir nosso objetivo, expomos a teoria da episteme na primeira parte; na segunda parte, analisamos o livro *As Regras do Método Sociológico*; e por último, apontamos alguns limites gerados pelo método de Durkheim em suas análises, que é seu antinomismo, anistorismo e reducionismo especificamente positivistas.

Palavras-chave: Durkheim; Episteme; Sociologia Clássica.

The analytical field in Durkheim's “The Rules of Sociological Method”

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the sociological method of Émile Durkheim (1858-1917). In *The Rules of Sociological Method*, Durkheim presents it through a set of procedures, and it is these procedures that we will analyze using the theory of episteme as a guideline. The method constituted by Durkheim is, in turn, the result of an effort aimed at the systematization of sociology, which makes it important to understand. Furthermore, we can see a lack of consensus on the part of researchers about what Durkheim's method really would be. To achieve our objective, we expose the theory of episteme in the first part; in the second part, we analyze the book *The Rules of Sociological Method*; and finally, we point out some limits generated by Durkheim's method in his analyses.

Keywords: Durkheim; Episteme; Classical Sociology.

Introdução

A sociologia é uma ciência particular, isto é, uma forma de saber complexo que possui um foco de estudo específico — a sociedade —, bem como métodos e técnicas de

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: mateus_alves@discente.ufg.br.

pesquisa criados para analisá-la. Como o foco da sociologia é a sociedade (conjunto das relações sociais), o método deve ser submetido àquilo que visa expressar. Por conseguinte, alguns sociológicos se esforçam para constituir alguns procedimentos analíticos que, através deles, tornamo-nos capazes de lidar com a especificidade das relações sociais.

O objetivo do presente artigo é discutir um dos métodos edificados no intuito de analisar a sociedade — o método sociológico de Émile Durkheim (1858-1917). Em *As Regras do Método Sociológico* é onde Durkheim melhor o apresenta através de um conjunto de procedimentos, e são estes procedimentos que analisaremos tendo como fio condutor a teoria da episteme. O método constituído por Durkheim é, por sua vez, resultado de um esforço visando a sistematização da sociologia, o que torna importante compreendê-lo. Ademais, podemos perceber uma falta de consenso por parte dos pesquisadores sobre qual seria realmente o método de Durkheim, uma vez que existem diversas concepções sobre o mesmo, denominando-o como funcionalista (POPE, 1975), estruturalista (SILVEIRA; TRIANA, 2006), funcional-estruturalista, empírico-indutivo (FERNANDES, 1972), naturalista positivista (LÖWY, 2000), nomológico-positivista (VIANA, 2019).

Para atingir nosso objetivo, seguiremos o seguinte percurso: na primeira parte do artigo, apresentaremos de forma sintética a teoria da episteme, porque esta foi a base teórica sobre a qual constituímos a nossa análise, lançando mão de diversos conceitos (episteme, campos mentais, paradigma, positivismo, dentre outros) que merecem serem expostos; na segunda parte, faremos a análise propriamente dita dos procedimentos exprimidos, por Durkheim, em *As Regras do Método Sociológico*. Nesta parte, iremos enfatizar os mecanismos analíticos de Durkheim, bem como o seu campo processual. Na terceira parte, apontaremos alguns limites impostos pelo campo analítico positivista ao pensamento de Durkheim, tais como o seu antinomismo (negação do antagonismo), anistorismo (negação da transformação social radical), e reducionismo (negação da totalidade concreta).

Episteme Burguesa, Campo Analítico e Positivismo

As ideias não surgem do nada, pois elas são produções humanas. No entanto, os seres humanos produzem suas representações, valores, pensamentos etc., de acordo com as relações sociais constituídas por eles. Em vista disso, Marx afirma que a “consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). A consciência, portanto, não é mero reflexo da realidade, como afirmam alguns autores (STÁLIN, 2014); e nem é, inclusive, produto de seres humanos enxergados individualmente e isoladamente, pois a consciência é social. Logo, existe uma vinculação indissociável entre a produção de ideias, pensamentos, representações etc. com as relações sociais constituídas pelos seres humanos. Em cada sociedade haverá valores, representações, sentimentos que correspondem com ela. E isto não é diferente para o saber complexo: a filosofia surge com o modo de produção escravista; a teologia com o modo de produção feudal; as ciências particulares em geral, e o marxismo, por sua vez, surgem com o modo de produção capitalista. Nenhum desses saberes complexos poderia emergir em outra sociedade, porque foram estas que forneceram as condições sociais para a aparição de cada um.

A teoria da episteme (VIANA, 2018) expressa justamente essa particularidade da realidade, que são as determinações formais do pensamento, o que constitui um *modo de pensar*. Portanto, para analisar o método em Durkheim é necessário ter como ponto de partida uma teoria de como ocorre a constituição do pensamento, que é a episteme.

Uma episteme é um modo de constituição de ideias (ideologias, teorias, representações, concepções, crenças, doutrinas etc.), um modo de pensar. Em outras palavras, é um modo de produzir ideias, uma forma de criação cultural. [...] A episteme é uma infraestrutura de pensamento, ou seja, um modo de pensar (ou modo de constituição do pensamento/saber/consciência) que se fundamenta em determinada mentalidade e gera um campo linguístico (composto por um campo lexical e um campo semântico), um campo axiomático e um campo analítico (epistêmicos) que, por sua vez, assume a forma de paradigmas (que geram campos analíticos, axiomáticos e linguísticos paradigmáticos) que criam superestruturas de pensamento, ideologias, doutrinas, métodos etc. (VIANA, 2018, p. 3).

Uma episteme é um modo de pensar constituído socialmente e historicamente, uma determinação formal do pensamento que, uma vez cristalizada e autonomizada, passa a interferir no conteúdo do pensamento. A base real e material de uma episteme é o modo de produção dominante, sociabilidade, mentalidade, interesses de classe, dentre outros. Por isso, o modo de produção feudal gerou um modo de pensar correspondente ao mesmo, assim como ocorreu com o capitalismo. Além disso, podemos perceber que uma episteme gera também *campos mentais*. “Os campos constitutivos do pensamento em seu conjunto formam a episteme” (VIANA, 2018, p. 22), e estes campos são o linguístico, analítico, axiomático e o perceptivo, que se relacionam coerentemente.

O campo linguístico é a estrutura formal de uma episteme composto pelo campo lexical e pelo campo semântico. A expressão campo lexical significa um conjunto coerente de signos que possuem uma estrutura e constitui uma totalidade que tem características próprias e fronteiras delimitadas. O campo semântico é o conjunto coerente de significados que possuem uma estrutura e constitui uma totalidade com características próprias e fronteiras delimitadas. O campo analítico é o que estabelece relações e processo de formação do pensamento. O campo axiomático é o conjunto de valores que constitui a base valorativa de determinado pensamento. O campo perceptivo é o conjunto de fenômenos que, a partir dos demais campos mentais, podem ser percebidos e, por conseguinte, podem ser analisados, captados ou gerados (VIANA, 2018, p. 22).

Cada episteme será composta de forma específica por campos constitutivos do pensamento, e o que determinaria a especificidade de cada episteme² seria as relações sociais, fundamentalmente, o modo de produção dominante. Se Aristóteles “como critério da verdade para os fenômenos relativos à representação dos objetos [...] propôs a sensação, e para as relações éticas [...] propôs a razão” (LAËRTIOS, 2008, p. 136), foi exatamente porque ele se movia no interior de uma episteme — a episteme escravista, que determinou formalmente seu pensamento, legitimando e reforçando o modo de produção escravista. Para compreender totalmente o pensamento de Aristóteles, é fundamental perceber suas fontes formais. Logo, por mais que alguns autores encontrem

² O marxismo, assim como a ciência, surge devido às condições sociais fornecidas pelo capitalismo. A diferença radical entre essas duas epistemes, no entanto, é marcada pelos interesses de classe e mentalidade de duas classes sociais antagônicas: a burguesia e o proletariado. Enquanto a episteme burguesa obviamente corresponde com aos interesses da burguesia, a episteme marxista se apresenta como concorrente à episteme burguesa e corresponde aos interesses de classe do proletariado.

proximidades entre Aristóteles e Durkheim (SILVEIRA; TRIANA, 2006), este último se move no interior de uma outra episteme drasticamente diferente — a episteme burguesa. “A episteme burguesa é a infraestrutura do pensamento burguês” (VIANA, 2018, p. 41), e ela surge com a formação da sociedade capitalista em um longo período histórico após a crise da sociedade feudal. Para compreendermos a episteme burguesa, precisamos explicitar os campos mentais constituídos por ela, ou seja, o axiomático, o linguístico, o analítico e o perceptivo. Contudo, iremos aprofundar apenas no campo analítico por este ser o foco de nossa análise.

O campo axiomático burguês, isto é, a base valorativa da episteme burguesa é constituída por valores inautênticos, pela expulsão dos valores autênticos, “que são expressão da essência humana e todos aqueles que, mesmo não tendo esse caráter, tendem a beneficiar as classes desprivilegiadas ou então explicitar os reais valores da classe dominante” (VIANA, 2018, p. 45). Alguns exemplos de valores que constituem o campo axiomático burguês seriam a neutralidade, objetividade, ciência, mercado, concorrência etc. No entanto, a tendência é a tentativa de expulsar seus valores, ao menos, do plano do discurso.

A episteme burguesa utiliza os seguintes procedimentos em sua busca, sempre malograda, em expurgar os valores: a) exclusão de alguns valores (verdade, revolução etc.); b) substituição de outros (liberdade, que ao invés de ser libertação humana, converte-se em liberdade de mercado, por exemplo); c) alguns valores são implícitos (presentes, mas não declarados como valores: a neutralidade, por exemplo); d) outros são explícitos (estes são bem raros, pois a episteme burguesa visa esconder seus valores); e) e há também os valores ocultos, que não são declarados enquanto tais, mas compõem a formação axiomática da episteme burguesa (MAIA, 2021, p. 21).

O campo linguístico burguês, isto é, o conjunto de signos e significados da episteme burguesa é bastante vasto. Alguns exemplos podem ilustrar alguns deles: sujeito, objeto, conhecimento, neutralidade, objetividade, subjetividade, materialismo, idealismo, racionalismo, irracionalismo, dentre diversos outros³. Estes signos e

³ O leitor poderia dizer que estes termos também podem estar presentes no campo linguístico marxista. No entanto, quando estes termos não são elementos conjunturais, significa ambiguidades de um pensador marxista concreto. A episteme, portanto, é uma abstração e pode ou não se manifestar concretamente, sem ambiguidades, o que é difícil devido a hegemonia burguesa.

significados que constituem o campo linguístico da episteme burguesa são originados através dos interesses e valores da classe burguesa.

Onde podemos encontrar o campo linguístico da episteme burguesa? Podemos encontrá-lo nos signos e significados que revelam suas características essenciais enquanto modo de pensar. Um dos lugares em que isso é mais perceptível é na ideologia do conhecimento [...]. A ideologia burguesa do conhecimento utiliza um conjunto de construtos que são pares antinômicos, como por exemplo: realismo/idealismo; dogmatismo/ceticismo; sujeito/objeto; subjetivismo/objetivismo; racionalismo/empiricismo; monismo/panteísmo; entre inúmeras outras. Esses pares antinômicos são utilizados sob várias formas: para defender um contra o outro (o materialismo contra o idealismo ou vice-versa), para mesclar ambos etc. (VIANA, 2018, p. 53).

O campo perceptivo burguês é constituído por fenômenos que podem ou devem ser percebidos pela episteme burguesa. Este é o campo menos autônomo, pois os outros campos são determinantes dele. Isto é, os outros campos mentais impõem um processo de inclusão de fenômenos que podem ou devem ser percebidos, e exclusão dos fenômenos que são intoleráveis para a perspectiva burguesa.

Algumas exclusões são totais, tal como a historicidade, totalidade etc. outras podem ser exclusões parciais, como o processo de exploração, por exemplo. Pode-se, em algumas concepções, recusar a existência deste processo (exclusão total), em outras, pode-se realizar uma amenização, tornando-a algo eterno, natural etc. (MAIA, 2021, p. 24-25).

O campo analítico da episteme burguesa — o campo que focaremos para analisar Durkheim neste artigo — é aquele que constitui as bases para análise de qualquer fenômeno (no interior da episteme burguesa). Este campo é aquele que “institui o campo perceptivo de análise e um campo linguístico que exclui os demais campos linguísticos, bem como constitui um campo processual e correspondente a um campo axiomático” (VIANA, 2018, p. 33). O campo analítico, portanto, constitui um *corpus* de análise, isto é, qual fenômeno ou conjunto de fenômenos se busca analisar. O que está fora desse *corpus* de análise será excluído da percepção, da análise. Esta expulsão de determinados setores da realidade é efetivada através de três mecanismos analíticos: o mecanismo da definição, o mecanismo da delimitação e o mecanismo da assimilação.

O *mecanismo de definição do campo analítico burguês* é um procedimento de definições que excluem o que é de outras epistemes, tal como o sobrenatural, os valores etc. Aquilo que não é científico significa ser inexistente para o campo perceptivo burguês. O mecanismo de definição analítico realiza uma exclusão absoluta através da definição daquilo que seria seu “objeto de estudo”. Por exemplo,

muitos cientistas dizem que Deus não é um objeto de estudo, nem o amor, nem o inconsciente e o mais-valor. [...] Um cientista pode usar tal mecanismo para dizer que o real é o empírico e que o inconsciente, Deus, amor, mais-valor, não são “empíricos”, logo, não existem ou pelo menos não podem ser provados cientificamente. Amor e Deus são coisas da religião e teologia, inconsciente da psicanálise e mais-valor do marxismo e nenhuma dessas concepções é científica (VIANA, 2018, p. 34).

Já o *mecanismo de delimitação do campo analítico burguês* executa uma exclusão relativa, pois simplesmente aponta que seu campo analítico aborda determinados fenômenos que foram selecionados e o que está fora dele deve ser abordado por outros campos analíticos. Isto é, enquanto o mecanismo de definição exclui totalmente alguns fenômenos, o mecanismo de delimitação é mais generoso e não afirma que tais fenômenos são inexistentes, mas que apenas devem ser abordados por outros campos analíticos. O mecanismo de delimitação é comum quando se trata de ciências particulares (sociologia, antropologia, psicologia etc).

O *mecanismo de assimilação do campo analítico burguês* é um procedimento que busca adaptar concepções externas ou antagônicas ao seu campo analítico. Este mecanismo do campo analítico burguês pode assumir duas formas: a universalização e a hierarquização. Na universalização ocorre a subsunção de tudo que está fora do campo analítico burguês para seu interior. Já a hierarquização é o reconhecimento daquilo que está fora do seu campo analítico, mas hierarquiza em uma “escala” de importância.

O último elemento do campo analítico burguês que gostaríamos de ressaltar é o seu campo processual, o que ficou conhecido como “método”, tais como o positivismo, funcionalismo, estruturalismo, fenomenologia etc. Cada um desses métodos manifesta de forma concreta as características do campo analítico burguês. Isto é, o conjunto desses procedimentos do campo analítico acarreta um reducionismo (negação da totalidade concreta), um antinomismo (não se percebe antagonismos, enxergando

apenas oposições), e em um anistorismo (negação da transformação radical da sociedade). Estes são os elementos fundamentais do campo analítico da episteme burguesa.

A episteme burguesa, no entanto, ainda é algo bastante ampla para analisar o pensamento de Durkheim. Como já dissemos, a episteme burguesa tem como base real o modo de produção capitalista. Ela surge com o modo de produção capitalista, e enquanto este modo de produção existir, a episteme que corresponde a ele existirá, e vale ressaltar que cada um deles (o modo de produção capitalista e a episteme burguesa) se reforçam mutuamente. Assim como o capitalismo manifesta sua existência de diferentes formas ao longo da história (VIANA, 2009), a episteme burguesa também se manifestará de forma específica acompanhando as transformações históricas do capitalismo. A história do capitalismo é a sucessão de regimes de acumulação (VIANA, 2009). Cada um desses regimes de acumulação é marcado pela estabilidade das lutas de classes, que se caracteriza por uma forma de organização do trabalho, uma forma estatal e uma forma de relações internacionais, sempre mantendo a essência do capitalismo, que é a extração de mais-valor pelos burgueses sobre o proletariado.

A mudança de um regime de acumulação para outro implica em transformações mais ou menos profundas no conjunto de toda a sociedade. Há mudanças no processo de exploração da força de trabalho (taylorismo, fordismo, Toyotismo etc.), na forma estatal (Estado liberal, liberal-democrático, integracionista ou de bem-estar social, neoliberal); nas relações internacionais (neocolonialismo, imperialismo, hiperimperialismo etc.). Estas transformações no regime de acumulação modificam os hábitos, as formas de consumo, representações cotidianas, produções culturais em geral, como as ideologias etc. (MAIA, 2021, p. 26).

A episteme burguesa, deste modo, se manifesta concretamente de acordo com as condições sociais fornecidas pelas mutações concretas da sociedade capitalista. As manifestações concretas da episteme burguesa são chamadas de *paradigmas*.

O modo de produção capitalista é a essência/determinação fundamental, que não muda em seus elementos essenciais, e os regimes de acumulação são as manifestações de sua existência, sua forma histórica e concreta, suas mutações. Da mesma forma, a episteme burguesa em sua essência não muda e está contida em todas as manifestações histórico-concretas, que denominamos paradigmas (sendo que em cada regime de acumulação há um paradigma hegemônico), bem como nas ideologias derivadas deles. A episteme burguesa é a

essência/determinação fundamental, que não muda em seus elementos essenciais, e os paradigmas (e mais ainda as ideologias, que são formas de manifestação destes) são sua existência, sua forma histórica e concreta, suas transformações em cada regime de acumulação (VIANA, 2018, p. 71).

Cada regime de acumulação, por sua vez, possui um paradigma hegemônico, isto é, cada manifestação concreta e existencial do capitalismo terá uma manifestação concreta da episteme burguesa que se torna vigente em seu interior (hegemonia global) por conta de sua convergência cultural com o mesmo, tendo outros paradigmas e epistemes concorrentes (hegemonia parcial) a ela. Durkheim produziu suas obras no interior do regime de acumulação intensivo (caracterizado pelo taylorismo, Estado liberal-democrático e imperialismo), no qual o paradigma hegemônico desta época era o *positivismo* que, em nossa visão, determinou formalmente, em grande parte, o pensamento de Durkheim. Assim, torna-se necessário explicitar o que compreendemos por positivismo antes de analisar propriamente o campo analítico de Durkheim. Vários autores tentaram definir o que seria o positivismo. Júnior (1982, p. 16-17) compreende que o positivismo seria

[...] uma filosofia determinista que professa, de um lado, o experimentalismo sistemático e, de outro, considera anticientífico todo estudo das causas finais. Assim, admite que o espírito humano é capaz de atingir verdades positivas ou da ordem experimental, mas não resolve as questões metafísicas, não verificadas pela observação e pela experiência. Como sistema filosófico, busca estabelecer a máxima unidade na explicação de todos os fenômenos universais, estudados sem preocupação alguma das noções metafísicas, consideradas inacessíveis, e pelo emprego exclusivo do método empírico, ou da verificação experimental.

Esta definição traz alguns elementos verdadeiros do positivismo, tais como seu determinismo, enxergar que o ser humano consegue atingir “verdades positivas”, considerar “anticientífico” alguns procedimentos, utilizar do experimentalismo para investigar os fenômenos etc. No entanto, apesar disso, existem diversos equívocos nesta definição: a) confunde o positivismo com uma filosofia. A filosofia é uma outra forma de saber complexo e o positivismo seria um paradigma da episteme burguesa; b) o positivismo não “professa” um “experimentalismo sistemático”. Na verdade, o positivismo admite tanto o experimentalismo quanto o nomologismo, um “racionalismo científico”; c) não existe um “método empírico”, pois o empírico é recorrido para

sustentar uma análise e não é ela em si. Já Löwy (2000, p. 17) traz uma definição mais interessante de positivismo (mesmo que o aborde apenas nas ciências sociais):

O positivismo — em sua figuração “ideal-típica” — está fundamentado num certo número de premissas que estruturam um “sistema” coerente e operacional: 1) A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural. 2) A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como “naturalismo positivista”) e ser estudada pelos mesmos métodos, démarches e processos empregados pelas ciências da natureza. 3) As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos.

A definição de Löwy explicita diversos elementos do positivismo, tais como a importância dada às “leis naturais”, a inspiração das ciências da natureza para investigar a sociedade, a causalidade, a pretensão de neutralidade, descartando as prenoções e preconceitos. No entanto, estas são ainda manifestações concretas do positivismo e não ele em si. Para compreender o que seria o positivismo, é necessário ter em mente que ele é uma manifestação concreta da episteme burguesa. Isto quer dizer que o positivismo recombina elementos da episteme burguesa, constituindo seus próprios campos mentais paradigmáticos. Outrossim, devemos compreender que o positivismo está indissoluvelmente relacionado com às condições sociais que lhe deram razão de ser, isto é, ao regime de acumulação intensivo. O positivismo surge com o regime de acumulação intensivo e, uma vez existindo, o reforça e reproduz. Assim, partimos da concepção que o positivismo é

um paradigma da episteme burguesa, ou seja, uma forma sob a qual ela se manifesta, que gera campos mentais próprios e efetiva os mesmos procedimentos dessa episteme, tornando-se um modo de pensar, um processo mental subjacente, que ganhou repercussão social e se generalizou em determinado momento do desenvolvimento capitalista. Ele é um processo mental subjacente que, além de ser reducionista, anistórico e antinômico, constitui campos mentais específicos, como um determinado campo axiomático (donde a valoração da ciência, da objetividade e da neutralidade, é um de seus elementos), determinado campo analítico (o seu caráter experimental e a experiência como forma de acesso ao empírico, bem como uma concepção de realidade e consciência/ciência pressuposta e o desenvolvimento de métodos de pesquisa) e um campo linguístico (um conjunto de signos e significados são constituídos a partir dessa concepção), que, por sua vez, gera

determinados problemas e respostas, selecionando e constituindo um processo analítico que efetiva uma produção de saber (VIANA, 2018, p. 80).

A partir disso, iremos analisar o campo analítico positivista em “As Regras do Método Sociológico” de Durkheim, demonstrando como ele se manifesta nesta obra concreta. Para isso, é necessário demonstrar os mecanismos analíticos presentes nesta obra (definição, delimitação e assimilação), os procedimentos analíticos que constituem o campo processual de Durkheim, seu reducionismo, antinomismo e anistorismo, bem como o conjunto de signos e significados que emerge a partir do campo analítico.

O método positivista de Durkheim

Neste tópico, analisaremos o livro *As Regras do Método Sociológico* (DURKHEIM, 2014), buscando demonstrar as determinações formais do positivismo sobre seu campo analítico. Neste livro, se manifesta alguns mecanismos do campo analítico (definição, delimitação e assimilação) e, ainda, Durkheim expõe alguns procedimentos para se chegar ao saber. Todo este esforço efetuado por Durkheim foi necessário, uma vez que se desejava sistematizar a sociologia.

Uma série de circunstâncias felizes, entre as quais é justo destacar a iniciativa que criou em nosso favor um curso regular de sociologia na Faculdade de Letras de Bordéus, o qual possibilitou que nos dedicássemos desde cedo ao estudo da ciência social e inclusive fizéssemos dele um objeto de nossas ocupações profissionais, nos fez sair dessas questões demasiado gerais e abordar um certo número de problemas particulares. Assim, fomos levados, pela força mesma das coisas, a elaborar um método que julgamos mais definido, mais exatamente adaptado à natureza particular dos fenômenos sociais. São esses resultados de nossa prática que gostaríamos de expor aqui em conjunto e de submeter a discussão (DURKHEIM, 2014, p. 34).

O primeiro mecanismo que gostaríamos de expor é o da definição. Durkheim define que a sociologia estudará os *atos sociais*. Portanto, no âmbito dos fenômenos sociais, Durkheim realiza uma definição, pois exclui totalmente um conjunto de fenômenos sociais do seu *corpus* de análise, sendo este conjunto de fenômenos inexistentes para ele. Durkheim define que a realidade social é o conjunto de atos sociais. Mas, o que seriam estes atos?

Consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotados de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele. Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; nem com os fenômenos psíquicos, os quais só têm existência na consciência individual e através dela. Esses fatos constituem portanto uma espécie nova, e é eles que deve ser dada e reservada a qualificação de *sociais*. [...] Eles são portanto o domínio próprio da sociologia (DURKHEIM, 2014, p. 3-4).

Os fenômenos sociais que não possuem essas características acima seriam inexistentes, tais como a mentalidade, a práxis, a extração de mais-valor da burguesia sobre o proletariado, dentre milhares de outros fenômenos.

Outro mecanismo do campo analítico efetivado por Durkheim é o de delimitação, pois ele busca diferenciar os fenômenos que farão ou não parte do seu *corpus* de análise. Isto é, ao contrário da definição realizada por Durkheim onde se excluiu totalmente alguns fenômenos, a delimitação aceita a existência de outros fenômenos, no entanto, apenas afirma que estes fenômenos realmente existentes devem constituir o *corpus* de análise de outros campos analíticos⁴. Durkheim efetiva isto ao diferenciar a sociologia da psicologia e da biologia. A psicologia abordaria os fenômenos psíquicos — que emanam da consciência individual e através dela — e a biologia se ocuparia dos fenômenos orgânicos.

Outro mecanismo do campo analítico presente em *Regras do Método Sociológico* é o de assimilação. Podemos perceber este mecanismo quando Durkheim tenta diferenciar o normal do patológico, pois ele adapta uma concepção que advém da biologia para seu próprio campo analítico. Esta assimilação assume a forma de universalização, pois ele esvazia o significado biológico de “patologia”, “saúde”, “doença”, “organismo” etc. e subsume-o à sociologia.

Todo fenômeno sociológico, assim como, de resto, todo fenômeno biológico, é suscetível de assumir formas diferentes conforme os casos, embora permaneça essencialmente ele próprio. Ora, essas formas podem ser de duas espécies. Uma são gerais em toda a extensão da espécie; elas se verificam, se não em todos os

⁴ O leitor poderia dizer que é impossível estudar algo sem realizar delimitações e que este procedimento seria correto. No entanto, existe uma diferença entre delimitar e focalizar. Quando ocorre a delimitação, se recorta a totalidade concreta que envolve o fenômeno estudado. A focalização, por outro lado, apreende um fenômeno relacionando-o com a totalidade concreta em que este se insere.

indivíduos, pelo menos na maior parte deles e, se não se repetem identicamente em todos os casos nos quais se observam, mas variam de um sujeito a outro, essas variações estão compreendidas entre limites muito próximos. Há outras, ao contrário, que são excepcionais; elas não apenas se verificam só na minoria, mas também acontece que, lá mesmo onde elas se produzem, muito frequentemente não duram toda a vida do indivíduo. [...] Estamos, pois, em presença de duas variedades distintas de fenômenos que devem ser designados por termos diferentes. Chamaremos normais os fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou patológicos. [...] Vê-se que um fato só pode ser qualificado de patológico em relação a uma espécie dada. As condições de saúde e da doença não podem ser definidas *in abstracto* e de maneira absoluta. A regra não é contestada em biologia; jamais ocorreu a alguém que o que é normal para um molusco o é também para um vertebrado. Cada espécie tem sua saúde, porque tem seu tipo médio que lhe é próprio, e a saúde das espécies mais baixas não é menor que a das mais elevadas. O mesmo princípio aplica-se à sociologia, embora frequentemente ele seja ignorado aí (DURKHEIM, 2014, p. 58).

O mecanismo de assimilação também está presente sob a forma de hierarquização quando Durkheim aborda a maneira supostamente correta de explicar os fenômenos sociais. Ele afirma que “uma explicação puramente psicológica dos fatos sociais só pode, portanto, deixar escapar tudo o que eles têm de específico, isto é, de social” (DURKHEIM, 2014, p. 108). Assim, a única maneira de explicar os fatos sociais em sua totalidade seria de forma sociológica, concebendo que os fenômenos psíquicos “longe de serem a base da organização coletiva, resultam dela” (DURKHEIM, 2014, p. 109). Para Durkheim, isso não significa que a vida individual não deve ser levada em consideração numa explicação de algum fato social, mas que ela, “pelo menos, pode facilitar sua explicação” (DURKHEIM, 2014, p. 113). Logo, os fenômenos psíquicos são, numa hierarquia explicativa dos fatos sociais, menos importantes do que os próprios fatos sociais⁵, isto é, Durkheim reconheceu a existência dos fenômenos psíquicos, mas o concebe apenas como um possível facilitador da explicação sociológica.

Esses são os três mecanismos analíticos presentes na obra de Durkheim. A definição do “objeto de estudo” da sociologia durkheimiana é os fatos sociais. Este foco de Durkheim gera a necessidade também de delimitação, pois alguns fenômenos existentes devem ser abordados por outras ciências e não pela sociologia. E também

⁵ Esta concepção se distancia da concepção defendida por nós quando afirmamos que existe uma relação entre o processo de vida real e a consciência. Quando afirmamos que a consciência é o ser consciente, não estamos reduzindo o ser humano a um ente passivo que se mobiliza de acordo com a sociedade. Na verdade, a sociedade determina num primeiro momento a consciência do ser humano, mas isto não retira a capacidade dele de transformar as relações sociais.

ocorreu a assimilação de alguns elementos da biologia e da psicologia pela sociologia de Durkheim, sob forma de universalização e hierarquização⁶. Agora, iremos expor o campo processual de Durkheim, isto é, o conjunto de procedimentos que são capazes de, se utilizado como ponto de partida, chegar na explicação dos *atos sociais*. Durkheim expressa o seu campo processual principalmente nos capítulos *Regras Relativas à Observação dos Atos Sociais*, *Regras Relativas à Explicação dos Atos Sociais* e ainda em *Regras Relativas à Administração da Prova*, por isso, focaremos neles.

Em *Regras Relativas à Observação dos Atos Sociais*, Durkheim aponta três regras — que na verdade são algumas premissas — em relação ao início da análise dos atos sociais. Saber o que são atos sociais é algo distinto de saber como analisá-los. Portanto, a primeira etapa da análise é saber como enxergar os atos sociais em geral, diferenciar um fato social do outro e levar em consideração algumas precauções em relação aos atos sociais para garantir a objetividade do pesquisador. As três premissas de Durkheim expressas neste capítulo derivam da característica dos atos sociais de serem *coisas* e, por isso, devem ser tratados como coisas.

Os fenômenos sociais são coisas e devem ser tratados como coisas. Para demonstrar essa proposição não é necessário filosofar sobre sua natureza, discutir as analogias que apresentam com os fenômenos dos reinos inferiores. Basta constatar que eles são o único *datum* oferecido ao sociólogo. É coisa, com efeito, tudo o que é dado, tudo o que se oferece ou, melhor, se impõe à observação. Tratar fenômenos como coisas é tratá-los na qualidade de *data* que constituem o ponto de partida da ciência. [...] É preciso portanto considerar os fenômenos sociais em si mesmos, separados dos sujeitos conscientes que os concebem; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que eles se apresentam a nós. Se essa exterioridade for apenas aparente, a ilusão se dissipará à medida que a ciência avançar e veremos, por assim dizer, o de fora entrar no de dentro. Mas, a solução não pode ser preconcebida e, mesmo que eles não tivessem afinal todos os caracteres intrínsecos da coisa, deve-se primeiro tratá-los como se os tivessem. Essa regra aplica-se, portanto, à realidade social inteira, sem que haja motivos para qualquer exceção (DURKHEIM, 2014, p. 28-29).

⁶ Seria possível afirmar que a hierarquização é necessária dependendo do foco analítico. Por exemplo, a sociologia seria mais importante para explicar a sociedade do que a psicologia. Mas, seria mesmo? A sociologia, descartando os processos psíquicos dos seres humanos, apenas pode apresentar explicações incompletas dos fenômenos sociais como um todo. A hierarquização é, na verdade, um recorte da totalidade concreta. Portanto, deve-se explicar as relações sociais compreendendo as determinações dos processos psíquicos individuais.

Os fatos sociais, além de exercer coerção, são exteriores aos indivíduos. Eles existem independentemente dos indivíduos isolados, logo, devem ser analisados independentemente dos indivíduos. Spencer e Comte, por exemplo, não analisaram, segundo Durkheim, os fatos sociais em si mesmos, mas apenas as noções, as ideias que os seres humanos produziram sobre eles. Entre Spencer e Comte e os fatos sociais existiu uma mediação da consciência humana. Segundo Durkheim, isso seria “ideológico”, não científico, e por este motivo, não seria um procedimento capaz de se chegar à expressão do real, a verdade. Os fatos sociais são dados, se apresentam diretamente para o sociólogo e são estes que devem ser analisados diretamente.

O traço mais importante de uma “coisa” é não ser plástica à vontade: uma cadeira se moverá se for empurrada, mas sua resistência demonstra que ela existe externamente a quem quer a esteja empurrando. O mesmo se aplica aos fatos sociais, ainda que não sejam visíveis de modo com que o é um objeto físico, como a cadeira (GIDDENS, 1981, p. 24).

A partir disso, Durkheim aponta três pressupostos, que são pontos de partida de uma análise: a) “é preciso descartar sistematicamente todas as prenoções” (DURKHEIM, 2014, p. 32); b) “jamais tomar por objeto de pesquisa senão um grupo de fenômenos previamente definidos por certos caracteres exteriores que lhe são comuns, e compreender na mesma pesquisa todos os que correspondem a essa definição” (DURKHEIM, 2014, p. 36). Para Durkheim, a definição do fenômeno a ser estudado deve partir não de conceitos que se formaram sem a ciência, mas da “sensação”. É através dos dados sensíveis disponíveis ao sociólogo que deve ser realizado a primeira definição do fenômeno; c) quando o sociólogo “empreende a exploração uma ordem qualquer de fatos sociais, ele deve esforçar-se em considerá-los por um lado em que estes se apresentem isolados de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2014, p. 46). Estes três procedimentos garantiriam que o sociólogo analisasse os fatos sociais como coisas e, assim, pudesse efetivar uma análise correta sobre eles. Aqui podemos notar o esforço de Durkheim em apontar premissas que garantiriam que o sociólogo seja *neutro* e *objetivo* em sua análise (o que constitui seu campo axiomático, por sua vez).

Estes procedimentos seriam apenas o ponto de partida da análise e não ela em si. No capítulo *Regras Relativas à Explicação dos Fatos Sociais*, Durkheim demonstra o

que seria uma explicação sociológica dos fatos sociais. Assim, Durkheim expõe o “guia” que auxiliará o sociólogo a percorrer o caminho que vai do ponto de partida até o ponto de chegada da análise sem correr “o risco de se extraviar” (DURKHEIM, 2014, p. 101). No entanto, devemos reforçar que a explicação dos fenômenos sociais, segundo Durkheim, é especificamente sociológica, não sendo psicológica, uma vez que se “um fenômeno social é diretamente explicado por um fenômeno psíquico, pode-se ter a certeza de que a explicação é falsa” (DURKHEIM, 2014, p. 106).

Durkheim considera que a explicação dos fenômenos sociais só estará completa quando o sociólogo descobrir a causa que produz o fato social e a função que ele cumpre. A causa que produz um fato social não determina diretamente a sua função, mas sim a determina indiretamente. Diante disso, é preciso separar a investigação da causa da investigação da função, sendo estes dois momentos diferentes da pesquisa. Primeiro, se descobre a causa que produziu o fato social e posteriormente é que se descobre a função de determinado fato social, uma vez que a função consiste em “manter a causa preexistente da qual eles [os fatos sociais] derivam; portanto, descobriremos mais facilmente a primeira [a função] se a segunda [a causa] já for conhecida” (DURKHEIM, 2014, p. 99). Assim, a causa e a função de um fato social são distintas⁷.

A causa determinante de um fato social deve ser buscada entre os fatos sociais antecedentes, e não entre os estados da consciência individual. Por outro lado, concebe-se facilmente que tudo o que precede se aplica tanto à determinação da função quanto à da causa. A função de um fato social não pode ser senão social, isto é, ela consiste na produção de efeitos úteis. [...] A função de um fato social deve sempre ser buscada na relação que ele mantém com algum fim social (DURKHEIM, 2014, p. 112).

A causa de um fato social apenas pode ser um fato social anterior. Já a função de um fato social “refere-se, na expressão de Durkheim, à sua correspondência com as necessidades gerais do organismo social” (GIDDENS, 1981, p. 27). Já no capítulo *Regras Relativas à Administração da Prova*, Durkheim demonstra como podemos saber se um

⁷ Aqueles que qualificam Durkheim como sendo um funcionalista esquecem a importância que ele dava à causa, sendo esta mais importante que a função. E, por esta razão, é possível para alguns pesquisadores afirmarem que “o funcionalismo é tão integrante da sociologia de Durkheim, que esta não pode ser totalmente compreendida à parte do funcionalismo” (POPE, 1975, p. 362). Com certeza, ele inspirou alguns elementos do funcionalismo, mas este surge apenas depois de Durkheim (GIDDENS, 2008; VIANA, 2019).

fato social seria realmente a causa de outro. Ele afirma, primeiramente, que quando o fenômeno pode ser artificialmente produzido pelo pesquisador, o método correto é o da experimentação. No entanto, quando o pesquisador não pode reproduzi-lo, o método correto é o método comparativo (também chamado, por Durkheim, de “método da experimentação indireta”). Assim, como o sociólogo não seria capaz de reproduzir em sua totalidade um fato social, o método comparativo seria “o único que convém à sociologia” (DURKHEIM, 2014, p. 128).

Como vimos anteriormente, um fato social tem como causa apenas um outro fato social e a explicação sociológica se remeteria em expressar a relação de causalidade de fatos sociais. Segundo Durkheim, apenas os filósofos colocaram em dúvida a causalidade. Para o cientista, contudo, “ela não se questiona; ela é suposta pelo método da ciência” (DURKHEIM, 2014, p. 130). Para que exista relações de causalidade, é pressuposto que um mesmo efeito corresponda sempre a uma mesma causa. Durkheim rejeita que exista uma *pluralidade de causas* para um único fato social, pois isto seria a negação do princípio de causalidade.

Mas esse pretenso axioma da pluralidade das causas é uma negação do princípio de causalidade. Certamente, se supusermos com Mill que a causa e o efeito são absolutamente heterogêneos, que não há entre eles nenhuma relação lógica, não há nada de contraditório em admitir que um efeito possa acompanhar ora uma causa, ora outra. Se a relação que une C a A é puramente cronológica, ela não exclui uma outra relação do mesmo gênero que uniria C a B, por exemplo. Mas, se, ao contrário, o vínculo causal tem algo de inteligível, ele não poderia ser indeterminado a esse ponto. Se ele consiste numa relação que resulta da natureza das coisas, um mesmo efeito só pode manter essa relação com uma única causa, pois não pode exprimir mais que uma só natureza (DURKHEIM, 2014, p. 130).

Constatado que um fato social só poderá ser produzido por uma única causa, Durkheim demonstra como podemos investigar e verificar se este ou aquele fenômeno seria realmente a causa de outro. Como afirmamos anteriormente, o método correto para isso seria o método comparativo. No entanto, o método comparativo assume diversas formas, tais como o método dos resíduos, método de concordância, o método de diferença etc. O método mais adequado para a sociologia, segundo Durkheim, é o método comparativo sob a forma *das variações concomitantes*. Este método visa verificar se existe uma relação causal entre dois fenômenos através da comparação de suas

variações ao longo do desenvolvimento deles. Durkheim afirma que “para que dois desenvolvimentos se correspondam, é preciso que haja também uma correspondência nas naturezas que eles manifestam. A concomitância constante é, portanto, por si mesma, uma lei” (DURKHEIM, 2014, p. 133). A maneira correta de proceder em uma investigação utilizando-se do método comparativo na forma das variações concomitantes é a seguinte:

Em primeiro lugar procuraremos saber, com o auxílio da dedução, como um dos dois termos foi capaz de produzir o outro; a seguir, nos esforçaremos por verificar o resultado dessa dedução com o auxílio de experiências, isto é, de novas comparações. Se a dedução é possível e a verificação bem-sucedida, poderemos considerar a prova como feita. Se, ao contrário, não percebemos entre esses fatos nenhum vínculo direto, sobretudo se a hipótese de semelhante vínculo contradiz leis já demonstradas, sairemos em busca de um terceiro fenômeno dos quais os dois outros dependam igualmente ou que tenha podido servir de intermediário entre eles (DURKHEIM, 2014, p. 134-135)⁸.

Durkheim também se atenta para a necessidade do rigor na pesquisa dos fatos sociais, se utilizando deste método.

Mas esse método só produz os resultados que comporta se for praticado com rigor. Nada se prova quando, como acontece com frequência, apenas se mostra, por exemplos mais ou menos numerosos, que, nesses casos esparsos, os fatos variaram como previa a hipótese. Dessas concordâncias esporádicas e fragmentárias não se pode tirar nenhuma conclusão geral. Ilustrar uma ideia não é demonstrá-la. O que é preciso é comparar, não variações isoladas, mas séries de variações, regularmente constituídas, cujos termos se ligam uns aos outros por uma gradação tão contínua quanto possível e que, ademais, tenham uma extensão suficiente. Pois as variações de um fenômeno só permitem induzir sua lei se elas exprimem claramente a maneira como ele se desenvolve em circunstâncias dadas. Ora, para tanto é preciso que haja entre elas a mesma sequência que entre os momentos diversos de uma mesma evolução natural e, além disso, que essa evolução que elas representam seja suficientemente prolongada para que seu sentido não seja duvidoso (DURKHEIM, 2014, p. 138).

Para finalizar nossa exposição do campo processual de Durkheim, exemplificaremos a utilização de seu método na análise de um fenômeno social

⁸ Florestan Fernandes afirma que a concepção de Durkheim da explicação científica era, “fundamentalmente, empírico-indutiva, mas igualmente aberta para as influências do empiricismo e do racionalismo” (1972, p. 71). No entanto, enxergamos isso como equivocado, pois Durkheim recorria ao “empírico” e aos “dados sensíveis” para comprovar alguma tese holista. Portanto, ele se aproximava mais do racionalismo, em uma forma científica, e isto pode ser percebido na citação acima, uma vez que primeiramente há uma “dedução” e, em seguida, uma comprovação através da comparação.

específico — o suicídio. Durkheim, primeiramente, define o que é o suicídio, isto é, qual o conjunto de maneiras de agir das quais possuem em comum características exteriores que podem ser reunidas em um único termo chamado “suicídio” e, para isso, recorre a dados estatísticos disponíveis. Para Durkheim, o suicídio seria toda a morte que “resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que ela produziria esse resultado” (DURKHEIM apud ALMEIDA, 2018, p. 122). Como já dissemos anteriormente, a definição é o ponto-de-partida da pesquisa, onde o pesquisador tem contato com o fato social como coisa. Para Durkheim, portanto, o suicídio é um fato social, isto é, “uma maneira de agir que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2014, p. 13). Para explicar o suicídio é necessário saber a causa que o produziu, que é sempre um fato social antecedente.

Nesse sentido, para Durkheim, o suicídio é explicado como uma questão social que varia de acordo com a razão inversa do grau de interação social dos indivíduos com a sociedade. O elemento central é a coesão social, ou seja, quanto mais existe coesão social menor a taxa de suicídio numa sociedade (ALMEIDA, 2018, p. 122).

Durkheim, através da dedução, relacionou a coesão social com o suicídio. Em seguida, comparou a variação da taxa de suicídio com o grau de interação social dos indivíduos em um determinado território e período de tempo. Logo, constatou-se uma lei, uma relação causal entre coesão social e suicídio. Em sociedades cuja coesão social é menos intensa, existe uma taxa alta de suicídio. E, pelo contrário, em sociedades onde a coesão social é maior, existe uma menor taxa de suicídio. A partir disso Durkheim diferencia alguns tipos de suicídio e suas causas:

O suicídio egoísta tem como causa os homens já não perceberem razão de ser na vida; o suicídio altruísta, essa razão lhes parece estar fora da própria vida; o terceiro tipo de suicídio, cuja existência acabamos de constatar, tem como causa o fato de sua atividade se desregrar e eles sofrerem com isso. Por sua origem, daremos a essa última espécie o nome de suicídio anômico (DURKHEIM apud ALMEIDA, 2018, p. 127).

Deste modo, finalizamos a exposição do campo analítico manifestado na obra *As Regras do Método Sociológico*, e ainda demonstramos, mesmo que brevemente, uma

utilização concreta do método durkheimiano no fenômeno do suicídio. Podemos perceber mais claramente a determinação formal do positivismo no pensamento de Durkheim através de seu método: a) valoração da ciência sendo esta a única forma de chegar à verdade e desvalorização daquilo que não é científico, tal como a filosofia; b) Durkheim valora a objetividade e a neutralidade, expondo procedimentos de como o pesquisador se tornaria capaz de expressar objetivamente os fatos sociais (que também são objetivos, exteriores aos indivíduos conscientes); c) a “sensação”, “dados sensíveis” como forma de acessar a realidade de forma objetiva e investigar a relação entre dois fenômenos; d) inspiração das ciências naturais na constituição do próprio método (tratar os fatos sociais como coisas e a utilização da comparação como o melhor procedimento para se chegar ao saber seriam alguns exemplos). Desta maneira, o método de Durkheim é positivista e seu pensamento manifestado na obra analisada foi determinado principalmente pelo paradigma positivista.

[...] Durkheim, inspirado em Comte, afirmará que as obras deste autor e de Spencer pertencem a uma fase “ideológica” da sociologia, ainda “metafísica”. O seu positivismo, no entanto, é diferente. O seu método é nomológico (em sua forma positivista e adaptada para a sociologia) e não experimental e, por isso, ele afirma que “estender à conduta humana o racionalismo científico é, realmente, nosso principal objetivo” [...]. O objetivo é o mesmo, criar uma ciência positiva da sociedade, mas o método é diferente. O “racionalismo científico”, o que denominamos método nomológico, é o escolhido e também é utilizado nas ciências naturais, com algumas adaptações, embora nem sempre reconhecidas. Ele diz que seu positivismo, “que não deve ser confundido com a metafísica positiva de Comte e de Spencer”, é consequência desse método. Assim, Durkheim vai querer se afastar da metafísica (a filosofia) e também das demais ciências humanas nascentes, pois ele se dedica a determinar qual o objetivo de estudo específico da sociologia, que ele reduz ao “fato social”. Assim, o princípio das ciências particulares, cada um com seu objeto de estudo, está preservado, bem como o lugar específico da sociologia. Durkheim desenvolve um campo analítico, o do método nomológico-positivista (VIANA, 2019, p. 91).

O método de Durkheim, portanto, é positivista, que é científicista e holista. No entanto, possui suas especificidades, pois privilegia o nomologismo, vinculado ao racionalismo, sempre se remetendo ao “empírico”, comparações, dados estatísticos para confirmar suas teses. Este método, por sua vez, gera limites à sua análise.

Os limites gerados pelo campo analítico de Durkheim

O campo analítico de Durkheim gera um anistorismo, antinomismo e reducionismo. Este tópico tem como objetivo demonstrar cada um desses elementos do pensamento de Durkheim, sendo estas as limitações geradas pelo positivismo — manifestação concreta da episteme burguesa — ao pensamento de Durkheim.

O anistorismo é uma determinada concepção de história que recusa a transformação social radical da sociedade capitalista⁹. Durkheim não vislumbra uma nova sociedade e, na verdade, se esforça para tentar reproduzir a sociedade capitalista. Ele mesmo admite isto ao afirmar que seu “método, portanto, nada tem de revolucionário. Num certo sentido é até essencialmente conservador” (DURKHEIM, 2014, XIII). Durkheim não visa a transformação social radical, mas apenas visa, no máximo, reformar a sociedade de maneira a evitar patologias em seu interior. A sociedade capitalista, portanto, é enxergada como já dada, “normal”, e o interesse deve ser em manter a sociedade no estado de normalidade, restabelecendo este estado se o mesmo for perturbado. Isto fica bastante evidente neste trecho:

Não se trata mais de perseguir desesperadamente um fim que se afasta à medida que avançamos, mas de trabalhar com uma regular perseverança para manter o estado normal, para restabelecê-lo se for perturbado, para redescobrir suas condições se elas vierem a mudar. O dever do homem do Estado não é mais impelir violentamente as sociedades para um ideal que lhe parece sedutor, mas seu papel é o de médico: ele previne a eclosão de doenças mediante uma boa higiene e, quando estas se manifestam, procura curá-las (DURKHEIM, 2014, p. 76).

O antinomismo é a negação do antagonismo e a percepção de apenas oposições. No caso de Durkheim, ele trabalha com diversas oposições: sujeito/objeto (os fatos sociais são exteriores aos sujeitos e estes devem pesquisá-lo independentemente dos indivíduos conscientes); indivíduo/sociedade (com ênfase na sociedade); individualismo/holismo (com ênfase no holismo). Para ilustrar o antinomismo de

⁹ Isso não significa que Durkheim nega a transformação de uma sociedade para outra, como foi o caso do feudalismo para o capitalismo. Mas sim que ele nega a transformação radical da sociedade capitalista.

Durkheim, citamos um trecho no qual fica evidente a oposição entre sociedade e indivíduo:

[...] descartado o indivíduo, resta apenas a sociedade; é portanto na natureza da própria sociedade que se deve buscar a explicação da vida social. Como ela supera infinitamente o indivíduo tanto no tempo como no espaço, concebe-se, com efeito, que seja capaz de impor-lhe as maneiras de agir e de pensar que consagrou por sua autoridade. Essa pressão, sinal distintivo dos fatos sociais, é aquela que todos exercem sobre cada um. [...] Em virtude desse princípio, a sociedade não é uma soma de indivíduos, mas o sistema formado pela associação deles representa uma realidade específica que tem seus caracteres próprios. [...] É dessa combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é essa combinação que a explica. Ao se agregarem, ao se penetrarem, ao se fundirem, as almas individuais dão origem a um ser psíquico se quiserem, mas que constituiu uma individualidade psíquica de gênero novo (DURKHEIM, 2014, p. 105).

Este antinomismo de Durkheim é gerado por conta de sua concepção que não consegue enxergar o antagonismo que existe entre as classes sociais e, assim, os interesses de classes dos seres humanos são imperceptíveis para ele. “Ao invés de antagonismo, o que existe é “solidariedade” (palavra que é ressignificada para se adequar ao positivismo de Durkheim)” (VIANA, 2018, p. 60). Apenas descartando que os seres humanos possuem interesses de classes antagônicos é que se poderia supor uma realidade em que seria possível, através de um esforço metodológico, tratar como *coisas* as relações sociais (constituídas por estes mesmos seres humanos) e afastar seus próprios interesses da análise.

É suficiente examinar a obra dos positivistas, de Comte e Durkheim até nossos dias, para se dar conta de que eles estão inteiramente fora da condição de “privados de preconceitos”. Suas análises estão fundadas sobre premissas político-sociais tendenciosas e ligadas ao ponto de vista e à visão social de mundo de grupos sociais determinados. Sua pretensão à neutralidade é às vezes uma ilusão, às vezes um ocultamento deliberado, e, frequentemente, uma mistura bastante complexa dos dois. [...] Dito isto, há um “núcleo racional” na problemática positivista: a *vontade de conhecimento*, a investigação obstinada da verdade, a *intenção de verdade* é uma condição necessária da prática científica. Se a investigação é deliberadamente submetida a outros fins considerados mais importantes do que a verdade — imperativos éticos, políticos ou simplesmente pecuniários —, ela está condenada de antemão do ponto de vista de sua validade cognitiva, de seu conteúdo de conhecimento. Neste caso, ela deixa de ser ciência para se tomar outra coisa: sermão, mistificação, propaganda, publicidade etc. Sem ter intenção de buscar a verdade, o discurso não tem conteúdo científico: ele se torna simples *instrumento* a serviço de objetivos extracientíficos. Esta condição — aliás quase

tautológica: para ter acesso à verdade é necessário querer ter acesso à verdade — é necessária mas de forma alguma suficiente para assegurar a objetividade científica. Ela elimina os determinantes exteriores diretos, mas não o condicionamento estrutural (sócio-cultural) do pensamento; *ela permite afastar a mistificação sicofanta, mas não o ponto de vista de classe* (LÖWY, 2000, p. 33 – grifos do autor).

Já o reducionismo é a negação da totalidade concreta: Durkheim enxerga a realidade social como o conjunto dos fatos sociais. Isto exclui diversos fenômenos sociais da análise, como já observamos anteriormente, isto é, ele analisa os “fatos sociais” sem inseri-los em uma totalidade concreta mais ampla, o que impossibilita-o de apreender todas as determinações de um fenômeno. Durkheim não enxerga que a sociedade é o conjunto das relações sociais constituídas por seres humanos reais e ativos, isto é, os seres humanos são dotados de uma autonomia relativa, podendo transformar a realidade a partir de seus interesses, ações, ideias e, efetivamente, a transformam. A própria ideia de “função” é uma negação dos seres humanos como seres reais e ativos, pois “as instituições sociais não possuem finalidades, mas tão-somente os indivíduos que lhes fornecem vida e que, nas suas mútuas relações, criam interesses e objetivos coletivos” (VIANA, 2001, p. 63).

Também, Durkheim não percebeu que os fenômenos, reais e concretos, são sínteses de múltiplas determinações (MARX, 2008) e não são, pelo contrário, apenas produtos de uma “causa única” que apenas podem ser fatos sociais antecedentes. Este limite é perceptível quando ele analisa o suicídio, retirando diversas determinações deste fenômeno, tais como o universo psíquico, a essência humana, a repressão das necessidades-potencialidades humanas, que gera neuroses e desequilíbrios psíquicos em decorrência da não realização e satisfação dos seres humanos (ALMEIDA, 2018). Na verdade, a realidade é bastante complexa e os fenômenos se manifestam de maneira em que a sua essência não é evidente. Na própria manifestação concreta dos fenômenos se encontram, em sua unidade, uma diversidade de determinações. Por isso, iniciamos a pesquisa pela aparência do fenômeno (o concreto-dado) e, a partir da abstração, o abandonamos para chegar ao fenômeno real reconstituído no pensamento (concreto-pensado).

Após iniciarmos a pesquisa pelo concreto-dado, ou seja, pela forma que o fenômeno aparece imediatamente na consciência, devemos — pela faculdade de abstração — descobrir as múltiplas determinações do fenômeno. Isto quer dizer que o objetivo da pesquisa é transpor para a mente o concreto existente na realidade. E esse é o nosso ponto de chegada, o concreto-pensado. O concreto-pensado é o real, o que existe efetivamente, porém transposto para a mente. Então, iniciamos a pesquisa pelo concreto-dado e, com o processo de abstração, o abandonamos para alcançarmos o ponto de chegada, que é o concreto-pensado (ALVES, 2020, p. 132).

Para analisar os fenômenos sociais, “não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração deve substituir-se a ambos” (MARX, 2017, p. 78). Este processo de abstração nada mais é que um processo mental que visa descobrir a determinação fundamental de um fenômeno. Após descobrir a determinação fundamental de um fenômeno, podemos finalmente relacioná-lo com diversas outras determinações que influenciam em sua manifestação concreta, isto é, relacionar uma particularidade com a totalidade concreta. O reducionismo, antinomismo e anistorismo são, portanto, as limitações fundamentais geradas pelo positivismo ao pensamento de Durkheim.

Considerações finais

No presente trabalho, apresentamos uma breve análise do livro “As Regras do Método Sociológico” escrito por Durkheim e evidenciamos a manifestação do campo analítico positivista nesta obra. Descobrimos alguns procedimentos e mecanismos analíticos de Durkheim, que foram determinados pelo paradigma positivista — manifestação concreta do modo de pensar burguês, o que gerou limitações no pensamento de Durkheim, seu reducionismo (negação da totalidade concreta), um antinomismo (não consegue perceber antagonismos, enxergando apenas oposições), e em um anistorismo (negação da transformação radical da sociedade).

Esperamos que nossa pesquisa contribua de forma positiva para a compreensão da obra de Durkheim e de seu método. A importância de sua obra é histórica, pois demonstra um esforço para sistematizar a sociologia e, por isso, é importante compreendê-la, mas é necessário compreendê-la em sua totalidade. Infelizmente, o que

ocorre concretamente é conhecer o que são fatos sociais, mas como analisá-los, na concepção de Durkheim, é pouco aprofundado.

Referências

ALMEIDA, Felipe Mateus de. O Suicídio: contribuições de Émile Durkheim e Karl Marx para a compreensão desse fenômeno na contemporaneidade. **Aurora**, v.11, n. 1, p. 119-138, Jan./Jun., 2018.

ALVES, Mateus. Stálin e a Deformação do Materialismo Histórico-Dialético. **Revista Enfrentamento**, Goiânia, v. 15, n. 26, 2020. Disponível em: <<https://redelp.net/revistas/index.php/renf/article/view/418>>.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As Ideias de Durkheim**. São Paulo: Cultrix, 1981.

JÚNIOR, João Ribeiro. **O que é Positivismo**. São Paulo: brasiliense, 1982.

LAÊRTIOS, Diógenes. **Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MAIA, Lucas. **A Leitura Epistêmica de O Capital**. Goiânia: edições enfrentamento, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

POPE, Whitney. Durkheim as a Functionalist. **The Sociological Quarterly**, vol. 16, n. 3, 1975.

SILVEIRA, Gabriel; TRIANA, Yago. A Herança Estruturalista de Durkheim nas Ciências Sociais. **Unisinos**, v. 42, n. 3, 2006.

STÁLIN, Joseph. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**. 2014. Disponível em: <<http://www.histsocialismo.com/docs/MatDialecticoHist%C3%B3rico.pdf>>.

VIANA, Nildo. **O Capitalismo na Era da Acumulação Integral**. São Paulo: Editora Santuário, 2009.

VIANA, Nildo. **O Modo de Pensar Burguês: Episteme Burguesa e Episteme Marxista**. Curitiba: CRV, 2018.

VIANA, Nildo. **Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas**. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. **A Questão da Causalidade nas Ciências Sociais**. Goiânia: Edições Germinais, 2001.

Fenômeno religioso em Maranguape-CE: uma análise a partir da realidade educacional no município

Antonia Mariana de Andrade Ramos¹

Recebido em agosto de 2022

Aceito em dezembro de 2022

RESUMO

O presente artigo discute sobre o fenômeno religioso no contexto educacional do município de Maranguape (CE), além de tratar da relação entre modernização e mudanças na forma como as religiosidades se expressam na cena pública. Diante das transformações ocorridas em uma tradicional escola da cidade, observou-se a flexibilização do discurso religioso diante do novo cenário, o que não significou o desaparecimento da religiosidade na vida escolar. Busca refletir sobre a sedimentação religiosa por meio da tradição e seu aspecto passageiro, analisar a educação como uma ferramenta de modernização e considerar os signos como importantes elementos para a rememoração das tradições. Para tanto, este artigo endossa a possibilidade de uso da sociologia fenomenológica como ferramenta de análise da conduta de indivíduos religiosos em contextos de modernização das estruturas sociais, apontando para a pluralização das feições religiosas e suas representações na vivência escolar como uma consequência das mudanças observadas no município.

Palavras-chave: Sociologia fenomenológica; Religião; Maranguape; Educação; Modernização.

Religious phenomenon in Maranguape-CE: an analysis based on the educational reality in the municipality

ABSTRACT

This present article discusses the protagonism of religious phenomenon in the educational context from the municipality of Maranguape, in addition to treating the relation between modernization and changes in the religious form of expression on the public scene. Faced with the transformations that happened in a traditional school of the city, was observed the flexibilization of religious discourse in front of the new scenario, what didn't mean the disappearance of religiosity in school life. Seeks to reflect on the religious sedimentation by the tradition and the fleeting aspect, to analyze the education like a modernization tool and to consider signs as important elements to remembrance of the traditions. Therefore, this article endorses the possibility of using phenomenological sociology as a tool for analysis of the behavior of religious individuals in a modernization context of social structures, pointing to the pluralization of religious features achievement as a consequence of the changes observed in the county.

Keywords: Phenomenological; Sociology; Religion; Maranguape; Modernization.

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), é professora de Sociologia na Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE). Maranguape, Ceará. E-mail: ramosmariana.ant@gmail.com.

Introdução

Este artigo pretende discutir as transformações que ocorreram no cenário sociorreligioso de Maranguape – Ceará e suas representações no âmbito educacional. Sendo uma cidade composta por moradores aqui considerados como agentes que participam das ações promovidas pelas instituições religiosas e estatais, percebidas nos setores culturais, sociais e políticos da cidade. A conduta² desses indivíduos é analisada tendo em vista a maneira que as gerações de residentes vão dando novas significações à relação entre religião e desenvolvimento social, incorporando ou abandonando certos sentidos em detrimento de outros. Portanto, a presente análise considera o proceder dos moradores enquanto elemento essencial para a compreensão da realidade educacional da cidade, e como as transformações ocorridas nesse campo podem ser compreendidas através da relação entre religião e Estado.

Para este trabalho, tem-se como norte a Sociologia Fenomenológica de Alfred Schütz, autor que traz uma perspectiva sociológica baseada na apreensão, conceitualização e análise dos fatos sociais, sem que prejuízos sejam inferidos aos últimos (SCHUTZ, 2018). Nesse quadro, o pesquisador se lança no exercício de apreender a realidade social e a maneira que os indivíduos a constroem, conceitualizando e analisando os problemas que surgem de forma tácita ou explícita na tecitura da sociedade. Como bem sintetiza Gabriel Peters (2011), por ser sobretudo influenciada pela fenomenologia de Edmund Husserl, a abordagem sócio fenomenológica de Schutz se relaciona com as experiências constituídas na consciência dos indivíduos, compreendendo que tais elementos “não são passivamente oferecidos a esta, mas, ao contrário, ativamente constituídos *qua* dados da experiência” (PETERS, 2011, p. 88).

² Para Schutz (1979), a conduta sempre é dotada de significado subjetivo, ainda que esse possa ou não o objetivar na sociedade. Além disso, para o autor, o termo pode ser considerado como sinônimo para ação, diferentemente de comportamento, tendo em vista que o primeiro se liga a um projeto esboçado pelo(s) ator(es), enquanto o segundo pode ser uma reação esvaziada de sentido subjetivo.

Acrescenta-se que, conforme o sociólogo austríaco, esses fenômenos vivenciados na esfera da consciência não são estáticos, considerando que “não é uma coisa delimitada e bem definida, mas uma transição de um ‘agora-assim’ para outro ‘agora-assim’” (SCHUTZ, 1979), o que nos ajuda a compreender que os indivíduos se adaptam às novas demandas que lhes são expostas na duração da realidade social. Assim sendo, em Schutz podemos analisar a sociedade a partir da consecução de eventos desencadeados pelos indivíduos motivados por um determinado objeto que através de determinadas condutas, foi projetado, tipificado e socializado entre os participantes de uma determinada ação (CASTRO, 2012), de forma que se observa a construção da vida religiosa (fenômeno forjado pela sociedade) como um elemento que também é projetado, tipificado e socializado de acordo com as demandas lançadas aos atores.

Destaca-se, porém, que a sociologia schutziana não se deteve em analisar a problemática religiosa, exercício que viria a ser empreendido por um dos discípulos dessa vertente. Peter Berger (2017) é quem abre caminho para a viabilização de um estudo que vincule a percepção religiosa no mundo moderno à análise sócio fenomenológica de Alfred Schutz, articulando categorias herdadas de seu professor, que possibilitaram-lhe a defesa da tese de que os indivíduos que incorporam alguma noção de fé em suas vidas privadas, no contexto da modernidade, não precisam abdicar de suas crenças para serem agentes³ públicos, já que conseguirão transitar pelas diversas zonas de relevância⁴ que vivenciam. Para os indivíduos, torna-se possível circular por tais espaços, tendo em vista que eles não estancarão antes de uma ou outra ação, mas agirão conforme os estoques de conhecimento (SCHUTZ, 1979) que lhes são transmitidos nas diferentes formas de socialização.

³ No sentido do agir individual na sociedade coletiva.

⁴ Em Schutz (1979), as zonas de relevância equivalem aos interesses que possuímos, bem como aos diferentes graus que podemos conferir a um interesse específico. Em Berger (2017), temos a possibilidade de um sujeito “agir como se Deus não existisse”, sendo um religioso que precisa realizar certas escolhas em um mundo que apesar da prevalência religiosa, possui estruturas secularizadas, sobretudo as burocráticas. O trânsito entre essas estruturas seria o equivalente ao movimento de uma zona de relevância para outra.

Apreendendo a religiosidade como uma manifestação que fez/faz parte da intersubjetividade dos moradores da cidade, o foco desta análise é evidenciar de que maneira esses indivíduos se comportam diante das transformações no setor educacional do município, ou seja, da necessidade de novas respostas sobre como lidar com os desafios propostos pela modernização promovida pelo Estado. Nesse caso, a sócio fenomenologia ainda se mantém como quadro que auxilia a interpretar as transformações, tendo em vista que assim como assinala Peters (2011), tal vertente:

Contribui para uma teoria sociológica cultural ou culturalista, em face da consideração dos fenômenos culturais como constitutivamente envolvidos na produção, reprodução e transformação de quaisquer aspectos da vida social, e não apenas como parte de um reino ou subcampo da mesma (PETERS, 2011, p.93).

Observa-se então, que a análise sociológica da cultura possibilita a compreensão das demandas e mutações da vida social de um determinado agrupamento, assumindo-as como não dissociadas dos fenômenos que nele estão constituídos. Portanto, assume-se que, apesar das transformações que poderão ser observadas no decorrer do texto, as manifestações religiosas vivenciadas pelos cidadãos de Maranguape não estão alheias às transformações, mas também estão atuando por meio das decisões encabeçadas pelos atores sociais, seja para o fortalecimento ou ressignificação das expressões de fé.

Assim sendo, este trabalho buscará, em um primeiro momento, discorrer a respeito do protagonismo do catolicismo por meio do assistencialismo prestado através da educação no município. Em seguida, o/a leitor/a encontrará o início das transformações ocorridas no cenário religioso e suas ligações com o período da agenda mudancista promovida por agentes estaduais que interferiram diretamente no município, para que então, por meio de uma pauta desenvolvimentista, a educação possa ser modernizada e utilizada como ferramenta de modernização. Por fim, serão apresentadas as últimas reflexões acerca da problemática analisada, em que serão consideradas as implicações e aberturas possibilitadas por esta pesquisa para o campo das Ciências Sociais e a análise do fenômeno religioso vinculado à educação.

Uma relação simbiótica

Compreendendo que “as instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico que foi produzida” (BERGER; LUCKMANN, p. 77, 2014). Por isso, importa analisarmos como se deu o processo de ascensão do catolicismo como feição religiosa dominante durante um longo período da história do município de Maranguape – CE. Destaca-se ainda que a formação de um município é uma situação complexa, algo que ocorre a partir de configurações históricas, geográficas e culturais, mas também burocráticas, envolvendo embates políticos e financeiros entre os atores envolvidos em tais processos, requerendo um aspecto que possa ser o elemento integrador de todas essas demandas.

Quando olhamos para trás, vemos a Igreja Católica como uma instituição integradora, composta por atores motivados a garantir a presença e sedimentação do catolicismo no território que hoje corresponde ao município analisado. Levando em consideração a necessidade de aprofundamento das bases da organização, observa-se a agência eclesial no desenvolvimento das primeiras estruturas administrativas de pequenos territórios, como foi o caso de Maranguape. Importa que tal realidade seja considerada, tendo em vista que a formação de uma cidade perpassa por longos caminhos que, no caso brasileiro, foram construídos e fortalecidos pela administração católica, a exemplo, o caso das freguesias que, conforme Derntl (2010) analisa, foram o “espaço suplementar para exercício da justiça civil e atos administrativos, com destaque para o recrutamento militar e a cobrança de impostos” (DERNTL, 2010, p. 63).

Ocorre que, para que determinado território pudesse ser beneficiado com a presença da administração eclesial, eram necessários alguns critérios, como: economia e demografia, bem como a intenção da população local, que deveria ser traduzida através dos atores políticos (*Ibidem*). Observa-se então que antes de haver a estrutura propriamente dita, já havia sujeitos inclinados à sua estruturação. Dessa forma, no ano de 1849, temos a Freguesia de Messejana sendo transferida para o então povoado. À vista disso, tem-se que o reconhecimento dado pela instituição, alterando a localidade de uma

freguesia para outra, nos assegura o crescimento considerado daquele núcleo de indivíduos inclinados para a projeção e tipificação do catolicismo na tecitura social daquele território. Destarte, observa-se a perenidade que o catolicismo possuía naquela formação, elemento que possibilitou seu protagonismo como responsável pela primeira organização administrativa do município e integração do núcleo formador em torno de um objetivo.

Acrescenta-se que apenas dois anos após o reconhecimento institucional dado pela Igreja Católica, o território foi elevado ao posto de vila. Contudo, os anos em que a cidade estava experimentando aparente crescimento foram abalados por um evento que atingiu o lugarejo dentre o período de 1862-1863 - um forte surto de Cólera Morbo. Atentando ao pouco conhecimento médico e excesso de religiosidade, temos um verdadeiro cenário de assombro dentre os habitantes da vila. Assim, o historiador Dhenis Maciel (2011) destaca que:

Ao pensar a epidemia de cólera em Maranguape no ano de 1862, estamos nos propondo a ver uma figura invisível, sem forma nem voz, que carregava almas para junto de si sem nem mesmo um padrão, pois ora de modo súbito e repentino, ora lento, doloroso e torturante, fazia suas vítimas (MACIEL, 2011, p. 115).

Destarte, terrível período vivido pelos habitantes ceifou a saúde e vida de moradores comuns e párocos, figuras que, no imaginário popular, eram representantes de Deus, soberanos sobre os mais variados assuntos da vila. A gravidade da doença foi tamanha, que o autor sinaliza a passagem de três líderes religiosos no curto espaço de um ano (MACIEL, 2011). Tal realidade fez com que os residentes da antiga Maranguape fortalecessem a sua relação com o sobrenatural, chamando agora por São Sebastião, “santo antipestilento”, que se tornou co-padroeiro da vila - situação que aproximara os fiéis ao catolicismo de forma ainda mais acentuada.

Diante do exposto, é possível a constatação de que os anos iniciais de formação da vila foram imbricados ao catolicismo através de uma relação impulsionada pelos próprios moradores, atores que solicitaram pela freguesia e clamaram pelo auxílio do novo padroeiro. A religiosidade encontrara fecundidade no povoado, e a relação que se

iniciou ainda no período do Brasil Império, por possuir tamanha relevância na intersubjetividade dos moradores, ganhou força para se estender por várias fases da República.

A despeito da fecundidade do catolicismo entre os habitantes do município naquele período, a estrutura estava tendo que lidar com sérios desafios em outras escalas, tal qual era a ameaça do secularismo das instituições, na qualidade de um dentre os diversos temores que atingiram consideravelmente sua organização institucional. De tal maneira, já no início do século XX, a instituição apresentou a neocristandade como uma resposta para manter e expandir sua influência na estrutura social (CANCIAN, 2016), uma solução que visava a contenção das perdas e manutenção de sua hegemonia. Considerando que no município ainda havia a legitimação do catolicismo como estrutura dominante, a fórmula proposta agiu como força de conservação da influência comportamental, política e ideológica, manifestada através do cenário educacional.

A manutenção da hegemonia através da educação.

O período de fundação do “Colégio das Freiras” data do ano de 1932, ano que corresponde a um período em que o movimento Escola Nova⁵ já ganhava força em território nacional, convertendo todos aqueles que lutassem por uma educação mais justa em encarregados pela promoção do escolanovismo (SAVIANI, 1989). Porém, eles não eram unanimidade na cena educacional brasileira, visto que concorriam com os educadores católicos, movimento que também possuía grande força naquele momento. As pesquisadoras Alessandra Schueler e Ana Maria Magaldi (2009), destacam que

O confronto envolvia com destaque a questão da feição a ser assumida pela escola pública, aspecto em disputa, ao longo de todo o período, em razão do princípio da laicidade, estabelecido a partir da Constituição de 1891. Esse fato alimentado pela então recente separação entre Igreja e Estado, se confrontava com a longa tradição marcada pela presença do ensino religioso de base católica

⁵ Como assinala Saviani (1989), a corrente buscava revolucionar o cenário educacional com uma proposta de substituir o ensino tradicional por um democrático e científico. Porém, o autor destaca que ela seria pensada pela burguesia e para a burguesia, o que distanciava ainda mais o ambiente escolar das relações travadas na esfera social, acentuando ainda mais o lugar do dominado e do dominador.

na escola pública brasileira, motivando a organização de um movimento católico que pretendia promover a reversão daquele quadro (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p.47).

As autoras assinalam também que é durante o período da Primeira República que começa a ser verificado “o crescimento de instituições de ensino de caráter confessional” (*ibidem*, p. 54), de forma que o contexto que resultou na criação do Ginásio do Instituto Santa Rita (GISR) concorre com o momento em que a neocristandade se mostrava como resposta às ameaças secularistas, o que conduz à noção de que a Igreja encontrou no território maranguapense um espaço propício para a manutenção de seu poder institucional, que já passava pelo começo de uma crise em outras localidades. Portanto, lembrando que uma instituição seja um “Programa de comportamento que, quando adequadamente interiorizado, faz o indivíduo agir espontaneamente e sem muita reflexão no setor da vida social” (BERGER, 2017, p. 77), o ginásio visava legitimar e respaldar os códigos ligados ao catolicismo na individualidade dos moradores do município a fim de que não houvesse o questionamento de seus códigos éticos e morais.

Assim, entende-se que a criação do GIRS, apesar de ser pouco posterior ao fim da Primeira República (1930), é fruto de um pensamento que se originou na decisão de fortalecer a religião por meio de um trabalho de base no combate aos novos ideais que estavam a ganhar espaço na República, movimento de reação iniciado e cultivado não apenas dentro dos muros das igrejas, mas também através de instituições de ensino, fossem elas confessionais ou não (através da disciplina de Ensino Religioso). Assim, ficou na responsabilidade da Congregação de Nossa Senhora das Caridades⁶ (CNSC), a condução do Ginásio que figurou uma ferramenta de reação ao novo que poderia chegar na cidade

Destaca-se que a CNSC ainda existe nos dias de hoje. Atualmente, as irmãs se definem na missão de levar educação às crianças que necessitam, garantir uma profissão e bom posicionamento social a fim de que possam desempenhar o papel de “boas mães de famílias, professoras, pessoas dedicadas ao bem dos irmãos.” Portanto, movidas pela

⁶Nome fictício.

caridade e pelos princípios que ainda hoje podem ser percebidos em sua ética, a congregação conduzia um ginásio que visava reproduzir o ideal de mulher específico do imaginário dessa orientação religiosa, bem como o da sociedade à época, que era majoritariamente influenciada por tal feição. A missão da organização eclesial transmite dois elementos importantes para o fortalecimento da estrutura de relevância religiosa e sua reprodução através dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres: I) a legitimação dessa instituição pela via da tradição, sedimentada pelas gerações de moradores e II) sua manutenção pela via educacional, possibilitando à instituição impedir que os moradores questionassem tal realidade.

Quanto às jovens que não encontrassem sentido naquele ideal, essas seriam marginalizadas por seus pares. Tutoras e os demais indivíduos as enxergariam como alvo de readequação aos padrões, já que, como destacam Berger e Luckmann (2014), sujeitos com “quaisquer autoidentificações contrárias que possam às vezes surgir em sua própria consciência, não possuem nenhuma estrutura de possibilidade que a transformaria em algo mais do que efêmeras fantasias.” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 212). Ou seja, em meio a um cenário em que os papéis religiosos eram legitimados e reafirmados por maior parte da sociedade, aquelas que fugissem ao estereótipo defendido pela Igreja Católica, retroalimentado pelo ginásio e ecoado pela sociedade, seriam observadas como corpo estranho, digno de correção ou abandono.

Tal ponto corrobora a perspectiva de Silva (2006), considerando sua formulação que as ações prestadas pela Igreja, apesar de servirem como o preenchimento das lacunas abertas no Estado, possuem um caráter incompleto, defendendo que esses sejam “excludentes e opressores, visto que estabelecem critérios para sua concretização, tal como o indivíduo ter uma conduta de acordo com as normas estabelecidas pelos voluntários e não reclamar dos serviços.” (SILVA, 2006, p. 340). Portanto, apesar de servir à comunidade (em um contexto ausente de pluralidade), esses serviços não asseguravam um ensino universalizado e eficiente, já que seu fim último era a reprodução de uma espécie determinada de socialização entre os indivíduos do município.

Ocorre que a influência promovida pela congregação no ensino das jovens maranguapenses perdeu a sua força por volta da década de 70, quando a direção do ginásio deixou de ser ocupada pela CNSC, passando a ser realizada pela administração pública. O evento que marcou o fim de uma era de fortalecimento e reprodução do ideal de uma instituição e o início de uma geração de mulheres que já não estavam mais imersas em um tipo específico de socialização religiosa e educacional. Tal situação aponta para o início das transformações no cenário sociorreligioso do município, ponto importante para este artigo.

Uma mudança sintomática

Certamente, a relação entre religiosidade e secularidade se destaca com um tema caro àqueles que se dedicam a analisar a sociologia das religiões, o que faz emergir uma miríade de concepções acerca da temática. O sociólogo Peter Berger, durante muitos anos de sua vida, foi exemplo de um teórico adepto da clássica teoria da secularização, vertente que ganhou força com a análise weberiana de que a burocratização e racionalização do mundo levariam ao desaparecimento do sentido de vida para os indivíduos, tornando-os presos nas “jaulas de ferro” que eles mesmos construíram, pois já não teria como voltar ao estágio anterior (SELL, 2015).

Conquanto, ao investigar as religiosidades e a forma como cada uma delas são reveladas no mundo moderno, o autor conseguiu perceber a existência de dois pluralismos, um que lida com as mais variadas expressões religiosas e outro que trata da relação dessas religiões com as estruturas seculares (BERGER, 2017). Essa posição do autor proporciona o entendimento de que as crenças nas mais variadas formas de sagrado não sumiram do mundo, mas que os indivíduos encontraram novas maneiras de alimentar a relação que com elas possuíam, mas dentro dos desafios da modernidade. Tal factualidade se torna possível pois os sujeitos conseguem recorrer à reflexão para responderem aos novos dilemas sociais. A sedimentação das formas religiosas, bem como a reflexão acerca delas, proporciona novas condutas para o ator, pois como bem sinaliza Castro (2012):

A experiência se sedimenta por meio de contextos, sugere Schutz, que observa dois diferentes contextos nos quais se dá (se realiza) a experiência numa ação social. Num primeiro contexto, o sujeito se encontra face a face com uma situação rotineira, habitual. Nesse caso, ele vai usar conhecimentos ordinários e estereotipados com os quais possa dar conta de atividades sociais já automatizadas. Num segundo contexto, o sujeito deverá, ao contrário, enfrentar uma situação nova, problemática, precisando recorrer à experiência através de uma operação de reflexão com a qual recolha sínteses de sua duração (CASTRO, 2012, p. 58).

A sedimentação é um aspecto central para a conservação de uma forma de pensar de determinados indivíduos e a condição determinante para a vitalidade das instituições. Conforme o autor pontua, o indivíduo pode reagir de duas principais formas a um problema que lhe aparece, a de recorrer aos seus conhecimentos habituais (o que é mais comum na duração da realidade) ou refletir sobre tal demanda, a fim de encontrar uma solução para o novo dilema. A partir do que é posto por Castro (2012), percebe-se que apesar de um determinado conhecimento ou tipo de conduta estarem sedimentados na sociedade, eles não são estáticos. Dessa forma, a modernização e a pluralização, somadas à secularização, apresentam novas indagações ao indivíduo que antes estava acostumado a lidar apenas com uma forma tipificada de se ligar ao sagrado e agora passa a refletir sobre novas maneiras de se relacionar com os diferentes pluralismos, entre as variadas expressões religiosas e a separação entre aquilo que é sacro e o que é burocrático.

Ademais, como poderá ser visto a seguir, a sedimentação das respostas que legitimam as crenças de uma instituição por meio de uma tradição é uma importante realidade para sua transmissão e continuidade entre os indivíduos. Conforme apontam Berger e Luckmann (2014), há um elemento característico de tal realidade, que é o enfraquecimento das certezas no decorrer das gerações, situação em que a comunicação e imposição dos códigos institucionais passa a ser questionada pelas dúvidas impostas pelo aparecimento de novas formas de socialização e paradigmas vivenciados pelos sujeitos. Com o enfraquecimento institucional é desencadeada a possibilidade de conceber a realidade de outras maneiras, que não aquelas sedimentadas na tradição, de forma que

Haverá uma consciência geral cada vez maior da relatividade de *todos* os mundos, inclusive o do próprio indivíduo, que é então subjetivamente apreendido como “um mundo” e não como “o mundo”. Segue-se que a conduta institucionalizada do indivíduo será apreendida como um papel, do qual pode desligar-se em sua própria consciência e que “desempenha” com finalidade de manobra (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 220).

À vista disso, a partir da década de 80, passa a ser observada a chegada das missões e batismos de moradores da cidade à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Chegam também igrejas evangélicas tradicionais, a exemplo de algumas congregações batistas, e até mesmo as neopentecostais, representadas pela Igreja Universal do Reino de Deus à cidade de Maranguape⁷. O território é convertido em uma forja para a pluralização de mundos religiosos, além do desafio da laicidade, reafirmada pela Constituição de 1988. Verifica-se, então, que a década de 80 foi um importante marco para pluralidade religiosa, diversificando o fenômeno religioso no município. Consequentemente, também pode ser entendido como um contexto de novos desafios reflexivos àqueles que estavam habituados com uma crença determinada e passaram a transmitir verdades cada vez menos sólidas para as gerações posteriores.

Reiterando que em Maranguape já havia sido criado um contexto de modernização das estruturas religiosas, acrescenta-se a possibilidade de modernização de outras frentes, desencadeada pela agenda governamental de Tasso Jereissati, liderança que ganhou força política por sua formação e atuação no setor privado do estado do Ceará. Conforme concordam Barbalho e Barreto (2020), “outro momento fundamental desse processo modernizador foi o dos governos autodenominados de ‘mudancistas’, que implementaram um novo ciclo político no Estado” (BARBALHO; BARRETO, 2020, p.13). Assim, nesse contexto de mudanças, destacam-se como centrais os seguintes aspectos: atração do setor industrial, readequação da máquina governamental, ampliação do sistema de esgoto e redução da mortalidade infantil.

⁷ A obra “Maranguape: sua Gente sua História, uma Cronologia” de Alfredo Marques (2006) auxilia na apreensão de alguns acontecimentos religiosos da cidade, mas a obra possui limitações quanto a chegada e atuação pública de outras comunidades e expressões de fé que não a católica ou dos mórmons, salvo por uma breve menção à Igreja Assembleia de Deus da cidade.

Considera-se que seja “lugar comum nos discursos de estudiosos, políticos, jornalistas e até mesmo de parte da população a afirmação de que o Ceará pode ser pensado antes e depois da Era Tasso” (MONTE, 2016, p. 165).

O desenvolvimentismo promovido pelo então governador não era semelhante ao que já se fazia conhecido na política brasileira, um modelo em que o principal agente se caracterizava pela centralização na União como promotora de iniciativas que proporcionassem desenvolvimento econômico de determinada localidade, e consequentemente, a sua modernização. Antes, o defendido e executado na Era Tasso é o que se destaca pelo desenvolvimentismo regional, em que os principais agentes são os locais, auxiliando na descentralização. Entendendo a gramática tassista nesses moldes, destaca-se que a partir do propósito central de fortalecer a economia do Estado, a educação passou a ser pensada como uma coadjuvante na implementação do propósito do então governador. Assim, o setor educacional do estado, e consequentemente do município, passou a receber maior atenção.

A educação como instrumento para a modernização

Apesar de ter conseguido alavancar as matrículas nos ensinos fundamental e médio, a qualidade do ensino cearense caiu durante as gestões de Tasso. Pode-se inferir que a queda na qualidade tenha sido gerada pelo crescimento exponencial no número de matrículas, mas as reflexões em torno dessa questão não são preocupações deste artigo. Destaca-se que, apesar de mais atenção e investimentos na área, problemáticas como o pagamento dos professores, necessidade de correção da defasagem etária, aumento de ofertas para o ensino médio e outras incorporaram as preocupações da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (HAGUETTE, 1999). Assim, observa-se que o governador conseguiu criar uma geração minimamente capacitada para o propósito o qual se destinava o seu governo: aumentar o quantitativo de funcionários para o “chão das fábricas”.

Por hora, importa sinalizar que a agenda modernizadora do governador teve impactos que podem ser percebidos nos anos subsequentes ao se considerar que o

programa de mudanças iniciado por ele e fora incorporado na gramática política de governos posteriores, como foi o caso de Cid Gomes (2007-2014). Destaca-se que um dos carros-chefes do governo de Gomes para a área educacional eram as escolas no modelo EEEP (Escola Estadual de Educação Profissionalizante). Acrescenta-se que, conforme Monte (2016),

Enquanto na Era Tasso a grande meta era aumentar o número de matrículas nos ensinos fundamental e médio, nos governos de Cid Gomes a palavra de ordem era a melhoria nos índices educacionais e a construção de uma rede de ensino técnico-profissional, principalmente no interior do estado. (MONTE, 2016, p.224).

Assim, o objetivo do então governador era o fomento a uma educação tecnicista, visando a capacitação dos estudantes cearenses para o mercado de trabalho. Tal lógica compactua com a agenda de Tasso, de modernização através da criação de empregos no setor industrial -perspectiva adotada pelo desenvolvimento regional, que crê na importância de elementos como a informação, educação, pesquisa e o conhecimento para que haja eficácia na produção de riquezas (FILHO, 1996). Logo, ao adotar esse modelo de escola, Cid Gomes, junto à SEDUC/CE, auxiliaram na manutenção da agenda do antigo governador, criando profissionais que estariam capacitados a trabalhar nas empresas e indústrias que fossem atraídas ao Ceará.

Quanto à legalidade e implementação do modelo profissional no Estado, pesquisas como as de Ribeiro *et al* (2020) e Oliveira e Junior (2015) contemplam tal discussão. Importa ressaltar que ambas as pesquisas se orientam de maneiras distintas quanto ao que representam as escolas estaduais de educação profissionalizante, tendo a primeira, uma percepção crítica ao modelo de EEEPs, destacando que essas escolas representam a educação como uma ferramenta do capital para a manutenção de uma rede de trabalhadores técnicos. Já na última pesquisa (OLIVEIRA; JUNIOR, 2015), a análise é construída a partir de um caráter complacente, sinalizando que os jovens que frequentavam essas escolas mais adentravam às universidades que ao mercado de trabalho, buscando destacar mais aspectos positivos que negativos.

Contudo, ambas as análises destacam o fato de que Ceará foi um dos pioneiros na implantação do programa de profissionalização a nível médio técnico, tendo recebido suporte financeiro da União para implantar a política a partir dos quadros pensados a partir e para a realidade cearense. Aqui importa ressaltar que, apesar de ter sido um programa iniciado pelo Governo Federal, a proposta se distancia da agenda desenvolvimentista centrada na União, considerando que a organização do programa, bem como sua implementação ou não, eram elementos que ficavam na responsabilidade dos estados.

Toda a análise deste tópico converge para o presente momento, o início da modernização do Colégio Santa Rita⁸, que, no ano de 2009, passou a ser uma Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP). A partir de então, a escola é tornada em um dos 26 polos de implantação do ensino médio integrado à educação profissional técnico de nível médio no Estado do Ceará, ofertando os cursos de Enfermagem, Informática e Meio Ambiente. Na ocasião, o processo de implementação se deu de maneira gradual, sendo os cursos oferecidos, inicialmente, a alunos do primeiro ano, sendo ampliado para todo o ciclo de ensino médio. Assim, no ano de 2011 a EEEP Santa Rita já funcionava em todos os ciclos com ensino médio integrado à educação profissionalizante.

Em um primeiro momento, a escola se manteve no prédio de sua fundação, o que fez com que durante alguns anos, as/os jovens que ali estudavam compartilhassem o espaço com a memória que aquele edifício carregava em sua estrutura. O antigo prédio era repleto de signos, ou seja, códigos que possibilitavam a interpretação e apreensão de seus significados (SCHUTZ, 1979), que ainda legitimavam a Igreja Católica e seu espaço dominante no município. Pela capela ao lado das dependências da escola e toda a estrutura que ainda remetia ao antigo ginásio ainda podiam ser observados grupos de alunos que encontravam em tais signos, um ambiente que legitimava as reuniões de reza do terço, levando-os para prática e manutenção de um catolicismo vivo (apesar de convescente) naquela instituição de ensino.

⁸ Nesse contexto, a escola já havia deixado de atender somente ao público feminino, sendo um aspecto deixado para trás ainda no século XX.

Ocorre que os signos católicos foram perdidos com mais uma mudança vivenciada pela escola. No ano de 2014, a EEEP foi tornada na Escola Estadual de Educação Profissional Salaberga Torquato Gomes de Matos. As mudanças não ficaram apenas no nome, mas também na estrutura, considerando que a escola ganhou um novo prédio em uma região mais afastada da cidade, local que comportava a grande e moderna construção realizada para comportar auditório, biblioteca, refeitório, salas de aula amplas, diversos laboratórios e salas administrativas. Portanto, apesar das críticas que já se fazem presentes a esse modelo de ensino, não há como deixar de sublinhar que as escolas profissionalizantes são equipamentos com uma atrativa infraestrutura para os estudantes, pois contam com um investimento que a maior parte das escolas regulares não usufruem.

Agora, sem quaisquer signos que relembassem o caráter confessional da escola, alguns estudantes que, como mencionado anteriormente, tinham o hábito de se reunirem nas dependências da escola para rezarem o terço e manterem os laços com a catolicidade vivos dentro do espaço público, foram concluindo seus estudos e/ou saindo da escola. Com o desaparecimento dos signos tradicionalmente católicos e a modernização da realidade vivenciada, assim como observou-se de forma mais ampla na cidade, surge então um movimento com uma proposta de ser um ambiente plural para alunos de qualquer expressão religiosa. O desafio de lidar com dois pluralismos também passa a fazer parte da rotina escolar agora modernizada, algo que não encontrava fundamento em sua antiga estrutura. Assim, o propósito de fundação do Ginásio do Instituto Santa Rita se perdeu no tempo, restando apenas um edifício que evidencia que aquele catolicismo enquanto fenômeno vívido vem perdendo cada vez mais força, mesmo nos espaços em que mais possuiu influência outrora.

Considerações finais

Constata-se então, que a sociologia fenomenológica nos auxilia a perceber que as mudanças transcorridas nas formas dos fenômenos religiosos são realidades sentidas, refletidas e questionadas pelos atores que as vivenciam rotineiramente. Entre os sujeitos,

há uma inegável tentativa de transmitir e assegurar o domínio de determinadas feições. Mas nota-se que, com o avanço da modernidade e das dúvidas lançadas às novas gerações que possuem certezas cada vez mais frágeis, esse objetivo encontra limites que o tornam inviável a longo prazo, tendo em vista o que é demonstrado pelo artigo, apesar da sedimentação do catolicismo na sociedade maranguapense, o vínculo dos moradores com essa crença vem se corroendo com o avanço da modernidade, o surgimento de novas possibilidades de filiação religiosa e até mesmo a de não filiação.

Nesse sentido, existem diversas expressões religiosas vivendo e se reinventando, criando movimentos, como é o caso de um movimento de oração existente no atual prédio da escola, que se defende como aberto a todos os tipos de religiões. Destarte, é inegável a existência do movimento de secularização nas estruturas burocráticas das sociedades, mas não é possível a existência de uma régua que sirva de parâmetro único e norteador para a análise de tal realidade, pois a modernidade vem direcionando a maior parte das sociedades para uma realidade pluralista (BERGER, 2017), como notou-se no início deste artigo. Assim sendo, apesar da modernização, os caminhos trilhados pela EEEP não a conduziram ao fim da religiosidade, pois os sujeitos que a ocupam, os jovens maranguapenses, ainda são religiosos, são sujeitos que transitam entre variadas zonas de relevância.

O ocorrido com o antigo Colégio das Freiras sinaliza muito bem a transição que a cidade de Maranguape passou a vivenciar na área da religiosidade, tendo a modernização afetado diretamente essa relação que outrora, fora majoritariamente dominada pelo catolicismo. Observou-se que a magia das religiões continua viva no mundo, algo que pôde ser observado na EEEP Salaberga Torquato Gomes de Matos, que apesar de ter perdido todos os elementos católicos que possuía no “Colégio das Freiras”, ainda é cenário para expressão de uma parcela do fenômeno religioso na cidade, mas agora sem expressar um único credo ou seu completo esvaziamento. O florescimento de outras concepções compartilhando o mesmo grupo de orações, unindo mórmons, espíritas, católicos e evangélicos, tal qual se reflete na organização religiosa do município.

Arrematando, nota-se que os jovens religiosos maranguapenses alimentam a perspectiva defendida por Berger (2017) e auxiliam na compreensão do papel fundamental que as Ciências Sociais possuem para a análise de tal realidade. Ainda há muito que se analisar na relação entre religiosidade e o município, como a conduta que os indivíduos maranguapenses sobre as mudanças no paradigma religioso, a própria presença religiosa nas escolas através de agrupamentos juvenis e não apenas do Ensino Religioso, bem como as outras estruturas de poder que operaram na cena pública ao longo dos anos. Logo, este artigo abre caminho para que outras apreensões, ordenações e análises sociais sejam empreendidas para melhor difusão das ciências sociais como intérprete da realidade social e seus fenômenos.

Referências

BARBALHO, Alexandre; BARRETO, Mariana. Introdução - Modernização cultural em realidades periféricas: o caso cearense. In: BARBALHO, Alexandre; BARRETO, Mariana (orgs.). **Retratos do Ceará Moderno: Emergência de um padrão de modernização cultural nas margens**. Fortaleza: Editora da UECE, 2020. p. 12-30.

BERGER, Peter L. **Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento** - 36º ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisando aspectos teóricos das abordagens institucionais. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, ano 7, nº 2, pp. 95-116, 2016.

CASTRO, Fábio Fonseca de. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 48, n. 1, pp. 52-60, jan/abr 2012.

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e Arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811**. 238 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em <[http://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-09062010-143444/pt-br.php#:~:text=Este%20trabalho%20busca%20acompanhar%20a,Mateus%20\(1765%2D1775\)>](http://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-09062010-143444/pt-br.php#:~:text=Este%20trabalho%20busca%20acompanhar%20a,Mateus%20(1765%2D1775)>)>. Acesso em 15 ago. 2021.

FILHO, Jair do Amaral. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 14, pp. 35-74, dez. 1996.

HAGUETTE, André. Contextualização da educação escolar no Ceará. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.30, nº1/2, pp. 144-162, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Maranguape**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maranguape/historico>>. Acesso em 15 ago. 2021.

MACIEL, Dhenis Silva. “**Valei-me, São Sebastião**”: a epidemia de cólera morbo na vila de Maranguape (1862-1863). 184 f. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011. Disponível em <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/2851>>. Acesso em 15 ago. 2021.

MONTE, José Cleyton Vasconcelos. **Os caminhos do poder no Ceará** a política de alianças nos governos Cid Gomes (2007-2014). 260 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016. Disponível em <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22159>>. Acesso em 15 ago. 2021.

PETERS, Gabriel. Admirável senso comum? Agência e estrutura na sociologia fenomenológica. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 57, nº 1, pp. 85-97, jan/abr 2011.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia** – 22. ed – São Paulo: Cortez, 1989.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber** – 7. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SILVA, Claudia Neves da. Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 15, pp. 326-351, jan/jun 2006.

SCHULER, Alessandra Frota; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.13, nº26, pp. 32-55, 2009.

SCHÜTZ, Alfred. **A construção significativa do mundo social**: uma introdução à sociologia compreensiva – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais** – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

A Lady de Shalott também é brasileira: uma análise socioantropológica sobre o poema “The Lady of Shalott” como registro na denúncia da violência psicológica contra a mulher

Lucas Pinheiro Tenório Farias¹

Recebido em agosto de 2022

Aceito em dezembro de 2022

RESUMO

Este artigo objetiva fazer uma reflexão sobre as diferentes formas de violência a que as mulheres foram submetidas no mundo ocidental através da análise do registro poético *The Lady of Shalott* escrito em 1833 por Alfred Tennyson (1809-1892), que representa um dos mais importantes documentos acerca do cenário de opressão feminina durante o século XIX e, a partir dele, traçar uma correlação com a atual situação de violência psicológica a que grande parte das mulheres brasileiras ainda vêm sendo submetidas, dentro dos mais variados espaços da estrutura social. Adjunto a isso, busca-se discutir o papel simbólico da musicalização no sentido de potencializar o acesso aos registros históricos e como um mecanismo importante na denúncia contra o estado patriarcal.

Palavras-chave: Poema; Mulheres Vitorianas; Violência Psicológica; Registros Históricos.

The Lady of Shalott is also Brazilian: a socio-anthropological analysis of the poem “The Lady of Shalott” as a record in the denunciation of psychological violence against women

ABSTRACT

This article aims to reflect on the different forms of violence to which women were subjected in the western world through the analysis of the poetic record *The Lady of Shalott* written in 1833 by Alfred Tennyson (1809-1892), which represents one of the most important documents about the scenario of female oppression during the 19th century and, from there, to trace a correlation with the current situation of psychological violence to which a large part of Brazilian women are still being subjected, within the most varied spaces of the social structure. In addition to this, it seeks to discuss the symbolic role of musicalization in the sense of enhancing access to historical records and as an important mechanism in denouncing the patriarchal state.

Keywords: Poem; Victorian Women; Psychological Violence; Historical Records.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e bolsista Funcap do projeto de pesquisa “Rastros da Memória em Narrativas Literárias: Grafando recordações na literatura Africana e Brasileira”. E-mail: lucaspinheiroufc@gmail.com

Introdução

A historiadora e antropóloga brasileira Lilia Schwarcz (2019), em uma de suas palestras sobre autoritarismo afirmou: “Nosso presente anda lotado de passado”. Contudo, essa reflexão não se refere somente às antigas tensões políticas que continuam abalando o cenário mundial e modificando gradativamente a conjectura social da civilização humana, como bem quis salientar a pesquisadora; mas também, pode ser utilizada como gatilho primordial para uma longa discussão sobre o resgate secular de registros históricos e culturais de modo a revelar determinados contextos sociais.

Esses vastos e milenares acervos culturais representam uma longa viagem ao passado, todavia, conforme afirma Hannerz (1997), nem sempre o próprio estudo antropológico esteve muito preocupado com o entendimento da complexidade da integração cultural que, em certa medida, é possibilitada pelo globalismo. Segundo o autor:

Quanto às interconexões culturais no espaço e à atual reorganização da diversidade cultural no mundo, é possível que elas não tenham, de fato, recebido muita atenção por parte da corrente majoritária da disciplina que tende a descrever as culturas como estáveis ou limitadas; embora eu acredite ser possível argumentar que esses fatos nunca estiveram de todo ausentes das preocupações da antropologia, mesmo que tenham aparecido sob os mais variados disfarces conceituais (HANNERZ, 1997, p. 8).

Nesse viés, a música também pode ser considerada como um produto desses registros atemporais que fazem parte dessa relação intercultural, sendo imprescindível no entendimento de determinados contextos sociais conforme nos mostra Oliveira (2007):

Afirmamos: a música comunica. E se tivéssemos que traduzir em palavras tudo o que a música nos comunica, diríamos: emoções, sentimentos, imagens, metáforas, presente — passado — futuro, tempo decorrido, continuidade, ritmo, melodia, harmonia, ideias musicais, timbres, tensão, cadência, tema, período, forma, dissonância, música para piano, Arthur Moreira Lima, Villa-Lobos, modernismo, Brasil, folclore, Bach, ostinato rítmico, século XX, dança, e quantas coisas mais (OLIVEIRA, 2007, p. 102).

Assim sendo, é imprescindível discutir a participação do repertório musical não apenas no sentido de compor os acervos da memória cultural, mas sobretudo como representante de um notável instrumento de comunicação, sendo responsável por levar ao ouvinte determinadas mensagens, cabendo a este o processo de decodificação. Essa metodologia também vem ajudando professores a tornarem as suas práticas de ensino cada vez mais interativas, visto que muitas vezes os alunos não interagem com o passado (SOARES, 2017), ainda que este esteja presente, prejudicando a longo prazo a sua capacidade crítica. De acordo com Reily (2014, p. 2): “[...], a música nos induz a fazer conexões entre memórias diversas e a criar um espaço para articular nossas vidas a outras vidas e nossos presentes com uma infinidade de passados e temporalidades”.

Ainda nessa perspectiva, é inevitável mencionar a importância da música como manifestação do contexto social no qual estão inseridos os indivíduos. Sobre isso, Neto (2017) argumenta:

A música representa o dia a dia, as formas de viver e os diversos comportamentos das pessoas. As práticas artísticas vinculadas à música não podem ser desmembradas da cultura. Cada contexto cultural, isto é, os modos diferentes de se fazer cultura manifestam seus próprios tipos musicais, que podem ser bastante diferentes em seus estilos e concepções, na qual a música e seus objetivos desenvolvem diferentes papéis em cada contexto social (NETO, 2017, p. 85).

Essa forma de expressão, também artística, poderia tornar-se uma forte aliada na denúncia das diferentes manifestações de violência que se fazem presente na sociedade, principalmente às formas de opressão a que as mulheres são cotidianamente submetidas. Um desses exemplos é manifestado na obra musical “Maria da Vila Matilde”, de Elza Soares (1930 - 2022), onde a cantora assume o papel principal de uma mulher vítima de violência doméstica. O refrão “Você vai se arrepender de levantar a mão pra mim” (SOARES, 2017) é utilizado pela artista como estratégia de mobilização contra essa realidade, que finaliza pedindo que as mulheres utilizem a central de atendimento à mulher (Ligue 180) para denunciar seus agressores. Posto isto, a cantora e compositora canadense Loreena McKennitt (1957) vem desempenhando, ao longo de décadas, um papel fundamental no entendimento de que a conservação de literaturas e registros milenares por meio da musicalização, além de resultar em um choque entre fronteiras culturais distintas, principalmente por conta das turnês que vem realizando

em diversos países, permite-nos desvelar determinados contextos. A artista revela que, ao embarcar nos estudos da cultura celta, pôde relacioná-los com mitos e tradições de povos distintos. Segundo McKennitt (2022): “Eu me vi atraído por uma rica e antiga tapeçaria de sons, ritmos e histórias. I found myself drawn into a rich, ancient tapestry of sounds and rhythms and stories. “I discovered myths and traditions that resemble one another from far corners of the globe, people who share traits and yet are distinctive”.²

Considerando essas nuances, este artigo tem como finalidade analisar o tradicional poema inglês “The Lady of Shalott”, musicado por Loreena, de forma a buscar revelar como elementos de contextos e épocas distintas podem fazer uma correlação com a atualidade e de como esse “choque cultural” pode ser interessante não só para o entendimento da diversidade artística que se faz presente além das fronteiras geográficas, mas também pode vir a contribuir com o resgate dos registros históricos da civilização ocidental, sobretudo no que se refere ao regime de opressão às mulheres.

The Lady of Shalott³

Conhecido pelos seus poemas clássicos e com uma ampla referência medieval, Alfred Tennyson (1809-1892) escreveu, em 1833, um dos registros mais célebres da literatura inglesa, *The Lady of Shalott*. Contudo, apesar de Tennyson utilizar como base para construção desse poema a antiga lenda arturiana de Elaine de Astolat⁴ o poeta teve como maior referência o retrato da opressão a que as mulheres da era vitoriana, período que marca o reinado da rainha Vitória na Inglaterra entre 1837 e 1901. Esse período é marcado por abusivos códigos de conduta que restringiam a mulher apenas ao papel maternal e do cuidado com o lar, tendo a sua sexualidade, intelectualidade bem como exposição social minuciosamente controladas (FABRÍCIO, 2015). Segundo Alwan (2019):

² Citação retirada do seu site oficial: <<https://loreenamckennitt.com/>>.

³ Optei por utilizar o poema original, tendo como base a tradução de Helena Barbas (2006).

⁴ Personagem presente no romance *Lancelot - Graal*, coleção de lendas do Rei Arthur, escrito por Robert de Boron entre as décadas de 1210 e 1230. Conta a história de uma jovem moça que morre por conta de seu amor não correspondido pelo cavaleiro Sir Lancelot.

In multiple ways, the poem *The Lady of Shalott* stressed the belief of the confined woman in the Victorian Age, yet the poet uses the title to allude to the fact that it will focus on a woman character; Tennyson places emphasis on the natural surroundings of the poem. There is seclusion during the Victorian age that is practiced on woman's existence; the lady is kept in her prison that isolates her from Camelot (AWAN, 2019, p.812).

Nesse sentido, o poema começa discorrendo sobre uma bela mulher que foi amaldiçoada a ficar em uma torre tecendo sem nunca olhar para a movimentada e alegre cidade de Camelot, a qual poderia ser vista através da janela.

Ali ela tece de noite e de dia uma teia mágica com cores alegres./Ela ouviu um murmúrio dizer,/Que uma maldição sobre si cairá/Se olhar para Camelot./ Não se sabe bem o que a maldição possa ser,/E por isso vai tecendo constante,/ E nenhum outros cuidados tem/ A senhora de Shalott (TENNYSON, 2006, p. 2).

No transcorrer desse registro secular, é perceptível notar também uma pequena referência ao mito da caverna, metáfora escrita por Platão aproximadamente entre 380 e 370 a.C, contida no livro *A República*, na qual é mencionado que a jovem prisioneira consegue ver Camelot e alguns dos seus habitantes apenas através das sombras projetadas no espelho: “E movendo-se por um espelho claro,/Dependurado diante de si o ano todo,/Sombras do mundo lhe aparecem.” (TENNYSON, 2006, p. 3).

Contudo, longe de ser uma crítica a ignorância humana, como bem quis enfatizar o filósofo, nesse caso, o presente enxerto tem como principal característica mostrar, ainda que de forma bastante subliminar, a situação de violência e submissão em que se encontravam as mulheres influenciadas pelos valores vitorianos. De acordo com Garmus (2016, p. 20 apud Brown, 1985, p. 72), a mulher ideal da era vitoriana “[...], foi completamente ociosa, considerada como um enfeite, totalmente dependente e sem função, exceto inspirar admiração e ter filhos”.

Todavia, a Lady de Shalott, cansada da monotonia da vida que levava (representada, como veremos, pelo abuso psicológico), abandona a teia e o tear, dá três passos a cruzar a sala e observa Camelot, contrariando o que estava posto pela maldição. Nesse momento, “Para longe voou a teia, e flutuou esparsa;/ O espelho partiu-se de lado a lado./A maldição caiu sobre mim,/gritou a senhora de Shalott”

(TENNYSON, 2006, p. 4):

Lutando contra um tempestuoso vento leste/ Os bosques amarelo-pálido
desvaneciam-se/ O largo ribeiro a lamentar-se nas margens,/ Pesadamente o
céu baixo começou a chover,/Sobre as torres de Camelot./ Ela desceu e
descobriu um barco/Abandonado a flutuar sob um salgueiro,/ E entorno da
proa escreveu, A Senhora de Shalott (TENNYSON, 2006, p. 4, grifo do autor).

Contudo, instantes depois de ter finalmente saído da torre em que era mantida prisioneira, logo após escrever o seu nome no barco, ao anoitecer, ela o desamarra do salgueiro, deita-se nele com seu vestido branco e segue em direção a Camelot, morrendo no percurso, cantando a sua última canção.

Assim, temáticas e personagens do ciclo arturiano, retomadas no século XIX pela pintura e pela poesia, servem ao historiador não como indícios de entrada ao mundo medieval, tal como ele teria sido, e sim da maneira como o século XIX pensava a Idade Média, ou ainda do modo como, através da inspiração medieval, os artistas do oitocentos expressavam as questões cruciais do seu próprio tempo (PESAVENTO, 2002, p. 57).

Imagem 1 – *The Lady of Shalott* (1873)



A pintura feita pelo inglês Arthur Hughes (1832- 1915) retrata o momento em que o corpo pálido da Lady chega até a cidade de Camelot, sendo observado por seus habitantes. Fonte: The Fine Art Society, Londres

Apesar das obras de Tennyson serem conhecidas mundialmente, é através de Loreena Mckennitt que o poema *The Lady of Shalott* passa a ganhar cada vez mais

notoriedade, sobretudo por deixar de ser exclusivamente parte do numeroso acervo literário inglês, para constituir uma nova camada de definição que terá, nesse momento, o processo de musicalização como o principal responsável por esta mudança de paradigma. Em 1991, Mckennitt lança o álbum *The Visit*, no qual ela realiza a musicalização de alguns registros históricos, dentre os quais está o poema de Tennyson⁵.

A musicalização pode ser uma forma de publicizar o acesso aos poemas, e que alguns artistas como Waly Salomão, faz o uso dessa estratégia (OLIVEIRA, 2017):

Como as pessoas não costumam comprar livros de poesia, uma forma de esta chegar ao público é através da canção. Foi o que aconteceu com *A Fábrica do Poema*, assim como com outros poemas de Waly Salomão. Tal fato mostra a irreverência deste poeta, que deixa sua obra ser musicada para chegar a um número maior de pessoas e, ainda, mostra a importância maior de seus poemas, continuando a escrevê-los depois (OLIVEIRA, 2017, p. 219).

Nas entrelinhas de uma metáfora: a *Lady de Shalott* também é brasileira

Segundo nos foi mostrado no tópico anterior, o poema, além de ser um dos mais célebres registros da literatura inglesa pode ser considerado também um dos vastos relatos de opressão a que a mulher do século XIX foi submetida, sobretudo pela influência dos valores vitorianos, cenário que se refletirá ainda na contemporaneidade (MORAIS, 2004 *apud* GARMUS, 2016).

Dias (2016) nos mostra que nesse período “Desde criança as mulheres eram domesticadas, educadas para o lar, para a maternidade e quando a mulher tinha comportamento diferente daquele imposto era rotulada como louca ou demoníaca, alguém que não dispunha de uma boa saúde mental [...]” (DIAS, 2016, p. 14). Além disso, esses conceitos buscavam apoiar-se na suposta justificativa científica da época que tentava provar que as mulheres eram mais suscetíveis à loucura⁶, para desta forma torná-las propriedade do estado patriarcal. Essas e outras afirmações de cunho sexista e misógino vão ser questionadas por lideranças do movimento feminista, que vai traçar

⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K5v7SAW3tl>>.

⁶ Michel Foucault (2019) em “História da Loucura” discute os códigos que fazem um indivíduo ser considerado “louco” abrindo espaço para melhor compreensão desta tentativa de patologização feminina.

estratégias para o enfrentamento a posição subordinada das mulheres, tanto dentro das instituições de Estado como na sociedade civil (BRAH, 2006).

A crença médica de que a instabilidade do sistema nervoso e reprodutivo da mulher a fazia mais vulnerável à loucura do que o homem acarretava certas consequências sociais. Tal crença era usada como pretexto para afastar a mulher de atividades profissionais, para negar-lhe direitos políticos e mantê-la sob o controle do homem, tanto por razões de família quanto por razões de Estado (MONTEIRO, 1999, p. 67).

Todavia, longe de ser uma condicionante somente da antiga Inglaterra, “O drama da violência contra a mulher faz parte do cotidiano das mulheres, do país e do mundo” (TELES; MELO, 2017, p. 5). No Brasil, essa realidade não é diferente, segundo informações retiradas do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, somente no primeiro semestre de 2020, aproximadamente 648 mulheres foram assassinadas. De acordo com os pesquisadores, esse cenário é resultante da dificuldade do acesso das vítimas aos órgãos de proteção que foi agravado pela pandemia da Covid-19. Blay (2003) nos mostra que na cultura brasileira a existência de uma hierarquia de poder do homem sobre a mulher além de ajudar na própria potencialização da violência há uma reverberação na desestruturação familiar, emocional e econômica.

Contudo, para além da violência física, ainda existe a psicológica. Conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, somente em 2020 foram mais de 13 milhões de casos desse tipo de abuso. Segundo Caponi, Silva e Salema (2007, p. 98): “A principal diferença entre violência doméstica física e psicológica é que a primeira envolve atos de agressão corporal à vítima, enquanto a segunda forma de agressão decorre de palavras, gestos, olhares a ela dirigidos, sem necessariamente ocorrer o contato físico”.

Partindo dessas considerações, poderíamos facilmente enxergar a personagem de Tennyson como sendo uma mulher brasileira vítima de violência psicológica. Para tanto, é necessário que desmetaforizemos alguns elementos fundamentais presentes no poema para o entendimento dessa afirmação, dentre os quais estão a “maldição”, o “espelho” e a fictícia “cidade de Camelot”.

Segundo nos foi mostrado no poema *The Lady of Shalott*, a jovem prisioneira é amaldiçoada a nunca olhar para a cidade de Camelot, não sendo mencionado, no

entanto, nem o motivo, nem quem teria feito tal atrocidade. Contudo, a partir do que foi exposto ao longo deste texto, a protagonista seria na realidade o retrato da mulher vitoriana marcada por uma série de códigos opressivos que tinham como principal função dar sustentação à sociedade patriarcal⁷, que, embora se trate de uma dominação histórico-social de homens sobre mulheres, colocando-as em papel de inferioridade ou invisibilidade, não deixa de contar como base de apoio à própria esfera feminina. Conforme Lerner (2019):

O patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres em um processo que durou cerca de 2500 anos para ser completado. Na sua forma inicial o patriarcado apareceu como um estado arcaico. A unidade básica de organização foi a família patriarcal, que expressaram e geram constantemente suas regras e valores (LERNER, 2019, p. 289).

Desta forma, podemos considerar então, que na realidade a “maldição” nada mais era do que uma metáfora à própria sociedade vitoriana, que, apoiada na figura masculina, buscava reprimir a presença feminina nos espaços que permeiam a estrutura social, tendo o lar como o único espaço disponível.

Ainda nessa mesma perspectiva, no que tange ao simbolismo que o espelho representa no poema de Tennyson, Pesavento (2002, p. 72) afirma: “Mas o espelho é ainda uma busca de identidade entre o ser e o seu duplo, onde o parecer ocupa o espaço do ser. O reflexo é a arte do parecer, mundo da representação que se coloca no lugar da realidade”. Para além do contexto nada favorável para uma mulher inglesa do século XIX, ainda há o conflito de identidade que será decorrente da estrutura de opressão em que se encontra a personagem. Nesse momento, a Lady mostra-se em confronto com a própria representação refletida no espelho, que imortalizada na pintura de Waterhouse (1849-1917), revela uma mulher marcada pelo cansaço do tear e das sombras que a amaldiçoam.

Nessa lógica, pode-se compreender Camelot não mais como uma cidade formidável e movimentada como assim sugerem os registros, mas sim, como o ideal de

⁷ Lerner (2019), ao definir o conceito de “patriarcado”, problematiza ainda o fato dessa construção não ser homogênea no espaço geográfico, abrindo caminhos para se estudar essa forma de dominação nas mais diferentes representações culturais.

liberdade e emancipação que, naquele momento, era inalcançável pela Lady por conta da maldição (ou a sociedade patriarcal). “Imagens pictóricas, discursos poéticos e lendas são representações do mundo que se oferecem ao historiador como portas de entrada ao mundo das sensibilidades da época que as engendrou” (PESAVENTO, 2002, p. 57).

O clímax final dessa história permite-nos compreender outra realidade muito difícil que recai sobre grande parte das mulheres brasileiras, sobretudo as negras, se considerarmos a interseccionalidade⁸, isto é, a inseparabilidade dos imperativos de raça, gênero e classe em camadas analíticas para melhor compreensão dos conflitos a que os indivíduos estão sujeitos no meio social; que é o momento em que a personagem finalmente consegue quebrar a barreira da repressão que a acorrentava dentro de valores patriarcais. Porém, apesar dessa prova de afoiteza, a Lady acabou tendo o mesmo desfecho que muitas das mulheres enfrentam ao tentar romper com a estrutura de violência: a morte. Conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, a cada oito horas uma mulher foi vítima de feminicídio, no qual 97,8% destas conhecia seu agressor. O relatório também indicou que a maioria das vítimas eram mulheres negras:

Mesmo quando parece que algumas mulheres tiveram uma sorte relativa porque escaparam à violência física direta, a memória corporal de estar-com-os-outros fez com que o passado cerque o presente como atmosfera (DAS, 2011, p. 35).

⁸ Conforme Akotirene (2010, p. 16), a interseccionalidade “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”. Já para Collins e Bilge (2020, p. 14) a interseccionalidade “[...], investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana.”

Imagem 2 – “Estou cansada das sombras” Disse a senhora de Shalott (1915)



Nesta obra o pintor John William Waterhouse (1849 - 1917) fez questão de destacar além da expressão exaurida da moça, a cidade de Camelot ao fundo da janela, e o tear, que representava naquela época uma das poucas atividades desenvolvidas pelas mulheres. Fonte: Art Gallery of Ontario.

De acordo com essas nuances, podemos perceber a Lady de Shalott não apenas como uma personagem fictícia alusiva ao retrato efetivo da opressão a que as mulheres inglesas foram submetidas em determinado momento da sua história, mas sobretudo, pode representar em linhas mais tênues o cotidiano das mulheres brasileiras que ainda sofrem com a violência nos mais variados espaços, seja ele público ou privado. Ademais, sobre a perpetuação dessa estrutura atemporal, Saffioti (2004, p. 102) nos diz:

Quer se trate de Pedro, João ou Zé Ninguém, a máquina funciona até mesmo acionada por mulheres. Aliás, imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2004, p. 202).

Considerações finais

Segundo nos mostra Hannerz (1997, p. 12), os significados por “estarem em constante movimento” e “sendo sempre recriados”, podem dessa forma conseguir tornar-se duradouros, o que ajudaria no fluxo da cultura, isto é, a sua capacidade de mobilidade. Para isso, o antropólogo considera indispensável a participação das pessoas durante esse processo, cabendo a elas nesse sentido “[...] inventar cultura, refletir sobre ela, fazer experiências com ela, recordá-la (ou armazená-la de alguma outra maneira), discuti-la e transmiti-la.” Partindo desse pressuposto, o processo de musicalização também pode se tornar um importante agente na transmissão da cultura, principalmente quando o artista busca nos registros literários históricos referências para essa criação. É nesse sentido que a cantora canadense Loreena McKennitt vem trabalhando ao longo de mais de 30 anos de carreira. Contudo, esse processo pode resultar em muito mais do que apenas uma potencialização do acesso ao registro, como foi feito pela artista com o poema de Alfred Tennyson; mas também permite-nos descobrir como contextos se apresentaram em determinado espaço de tempo. Nesse sentido, pode-se notar que, para além de uma personagem fictícia idealizada pelo poeta em questão, há um retrato ainda mais sublime que, apoiado em metáforas, busca disfarçar a sua real intenção naquele momento, a de fazer uma crítica aos violentos e opressivos códigos vitorianos.

Sabendo, pois, da capacidade do fluxo cultural em também criar possibilidades a partir “recordação” e “transmissão” mencionada por Hannerz; para a discussão da estrutura global de violência contra a mulher, e considerando que as questões de gênero ainda deixam a desejar (ADICHIE, 2015); é interessante que, para essas análises, sejam utilizados cada vez mais elementos simbólicos, principalmente, aqueles que são produtos de alta rotatividade materializados em poemas, pinturas, músicas, entre outros; como forma de estruturar e argumentar cada vez mais que a situação de vulnerabilidade social em que as mulheres se encontraram em determinado momento, é ainda vivenciada em diferentes partes do globo, nesse caso por grande parte das mulheres brasileiras, direcionando-nos a refletir sobre a ainda perpetuação desse cenário na atualidade, que ainda vêm se sustentando através da falta de políticas

públicas que questionam profundamente a cultura brasileira, trazendo à tona discussões sobre as inumeráveis violências a que as mulheres brasileiras foram submetidas mesmo antes da colonização. Estamos falando de mulheres negras, indígenas, pobres, idosas e milhares de outras classificações de identidade que são completamente invisibilizadas em detrimento da construção de um padrão de normatividade que só atende à casta dominante da sociedade brasileira, comandada exclusivamente por homens brancos e com alto poder aquisitivo.

Assim sendo, a Lady de Tennyson e as “Ladys do Brasil” são bastante semelhantes no que se refere ao tipo de violência recebida. Contudo, diferentemente da construção de um personagem fictício retratado em um poema escrito a tinta e papel, a história real das mulheres brasileiras ainda continua sendo escrita com o sangue da impunidade.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das letras, 2015

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019

ALWAN, Dheyaa. 2019. The Predicament of Woman: a Feminist Reading in Selected Victorian Poetry. **Dirasat, Human and Social Sciences**, University of Jordan, v. 46, n. 2, p. 807-816.

BLAY, Eva Alterman. 2003. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98.

BRANDALISE, Camila. 2021. ‘Humilhação’: violência psicológica atinge uma mulher a cada 3 segundos. **Universa Uol**, São Paulo. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/11/26/violencia-psicologica-faz-1-viti-ma-a-cada-3-segundos-tratada-como-lixo.htm>. Acesso em: 26 mai 2022.

BRAH, Avtar. 2006. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Unicamp, n. 26, p. 329-376.

CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. SILVA, Luciane Lemos da, Coelho, SALEMA, Elza Berger. 2007. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface, Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v.

11, n. 21, p. 93-103.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAS, Veena. 2011. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Unicamp, n. 37, p. 9-41.

DIAS, Vanuza Gonçalves. **A representação e ascensão da mulher em O despertar, de Kate Chopin**. 2016. Dissertação (Licenciatura em Letras-Língua Inglesa) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, PB, Brasil.

FABRÍCIO, Cybelle Leal. **Marginalização Feminina na Era Vitoriana Representada no Romance Tess, de Thomas Hardy**. Dissertação (Graduação em Letras Português - Inglês) - Universidade Federal do Amazona- UFAM - IEAA, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A história da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GARMUS, Beatriz. **Os reflexos da era vitoriana nas personagens femininas da obra: o leque de Lady Windermere de Oscar Wilde**. 2016. Dissertação (Graduação Letras Português - Inglês) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, Brasil.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

KOHL, Chirlei. 2019. “Nosso presente anda lotado de passado”, diz antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz na Siepe 2019. **Superintendência de Comunicação Social**, UFPR. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portafulpr/noticias/nosso-presente-anda-lotado-de-passado-diz-antropologa-e-historiadora-lilia-schwarcz-em-conferencia-na-siepe-2019/>. Acesso em: 25 de mai 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

MCKENNITT, Lorena. **The Visit**, Canada: Quinlan Road e Warner Bros Records: 1991.

MONTEIRO, Maria Conceição. Figuras errantes na época vitoriana: a preceptora, a prostituta e a louca. Fragmentos, **Revista de Língua e Literatura Estrangeiras**, Santa Catarina, v. 8, n. 1, p. 61-71, 1999.

OLIVEIRA, Sirlei da Silva Rocha. Entre a letra e a melodia. Miscelânea, **Revista de Literatura e Vida Social**, São Paulo, v. 21, p. 123-142, 2017.

OLIVEIRA, Luciana David de. **Signos e Metáforas na Comunicação da Música**. Tese (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP,

Brasil, 2007.

OTTO, Isabella. 2022. A cada 8h uma mulher foi vítima de feminicídio no Brasil em 2021. **Capricho**, São Paulo. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/a-cada-8h-uma-mulher-foi-vitima-de-feminicidi-o-no-brasil-em-2021/>. Acesso em: 14 jun 2022.

PESAVENTO, Sandra. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 30, p. 56-75, 2002.

REILY, Suzel. A música e a prática da memória—uma abordagem etnomusicológica. Música e cultura, **Revista da ABET**, Paraíba, v. 9, p. 1-18, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOARES, Elza. **Maria da Vila Matilde**. São Paulo: Circus, p. 39-31, 2015.

SOARES, Olavo Pereira. A música nas aulas de história: o debate teórico sobre as metodologias de ensino. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 78-99, 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

TENNYSON, Alfred. **Crossing Bar e The Lady of Shalott** - Tradução de Helena Barbas. p. 1-6, 2006.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19**. 2. ed. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-edo2-v5.pdf> . Acesso em: 11 jan 2023.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **14º Anuário brasileiro de segurança pública 2020**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf> . Acesso em: 11 jan 2023.

XII SEMINÁRIO NACIONAL
SOCIOLOGIA & POLÍTICA

A ESPERANÇA COMO TEMA: EMOÇÕES, EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO XII SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA

Bruno Zavataro, Cláudia Rejane Schavarinski Almeida Santos, Eduardo da Silva, Fernanda Ribas Bohler, Maurício Priess da Costa, Priscila Costa Pedroso e Thassio Moreno¹

O Seminário Nacional Sociologia & Política do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná consolidou-se como um dos principais eventos discentes das ciências sociais no Brasil. Considerando a importância da realização em tempos em que a ciência e, mais especificamente, a sociologia foram alvo de descrédito por parte da sociedade brasileira, antes que a esperança contagiasse o tema da décima segunda edição do evento (12SNS&P), a emoção norteadora de nossa organização foi a do medo. Isso porque éramos uma Comissão Organizadora inexperiente, quase que totalmente renovada em relação ao grupo que conduziu o evento na edição anterior.

A penúltima Comissão do Seminário Nacional Sociologia & Política, responsável pela realização da décima primeira edição, passou por um momento desafiador com o avanço da pandemia de covid-19, vendo-se diante da necessidade de desconstruir um evento presencial já definido e de reconstruí-lo focando numa realidade virtual. Ainda em 2021, uma de nossas primeiras dificuldades para a condução do evento que aconteceria no ano seguinte foi a de pensar, como coletivo, no formato que o 12SNS&P teria: seria um evento *online*? Seria um evento híbrido? Arriscaríamos organizar um evento presencial, mesmo que a Universidade ainda não estivesse com as portas abertas? Esse assunto atravessou muitas de nossas reuniões, até a definição do formato final - um evento majoritariamente *online*, com duas mesas presenciais que contaram com transmissão *online*.

¹ Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná e integrantes da Comissão Organizadora do 12º Seminário Nacional Sociologia & Política.

Outro ponto que demandou um alto investimento foi a escolha do enfoque que adotaríamos para o evento. Em um país em que, até o momento, contabiliza aproximadamente setecentas mil mortes por covid-19², a pandemia mostrava-se um tema quase que obrigatório para o nosso título. Contudo, outras palavras-chave ganhavam força entre as opções, pensamos em “Esperança”, “Pós-Pandemia” e “Utopia”. A intenção era problematizar a crise sanitária, mas também o aumento estarrecido de pessoas em situação de insegurança alimentar e de pobreza, os avanços de grupos neoconservadores, a depleção dos recursos naturais, a falta de proteção à vida (de vulneráveis, de minorias, de pessoas estudiosas que deixaram o país). Tendo estas questões como centro, optamos por conduzir a discussão a partir do “Papel Político e Social da Esperança”.

Nossas referências³ tiveram como ponto de partida o verbo esperar trazido por Paulo Freire (1992), contudo nossa principal referência foi Rosana Pinheiro-Machado, com destaque para o capítulo chamado “Esperança, Substantivo Feminino”, presente em seu livro “Amanhã Vai Ser Maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual” (2019). Uma passagem proeminente desse capítulo diz que “[...] do colapso, reconstroem-se mundos e modos de vida. Enquanto estivermos em pé, nossa utopia se chamará esperança, a esperança se transformará em luta, e a luta será o próprio amanhã melhor - e maior” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 190).

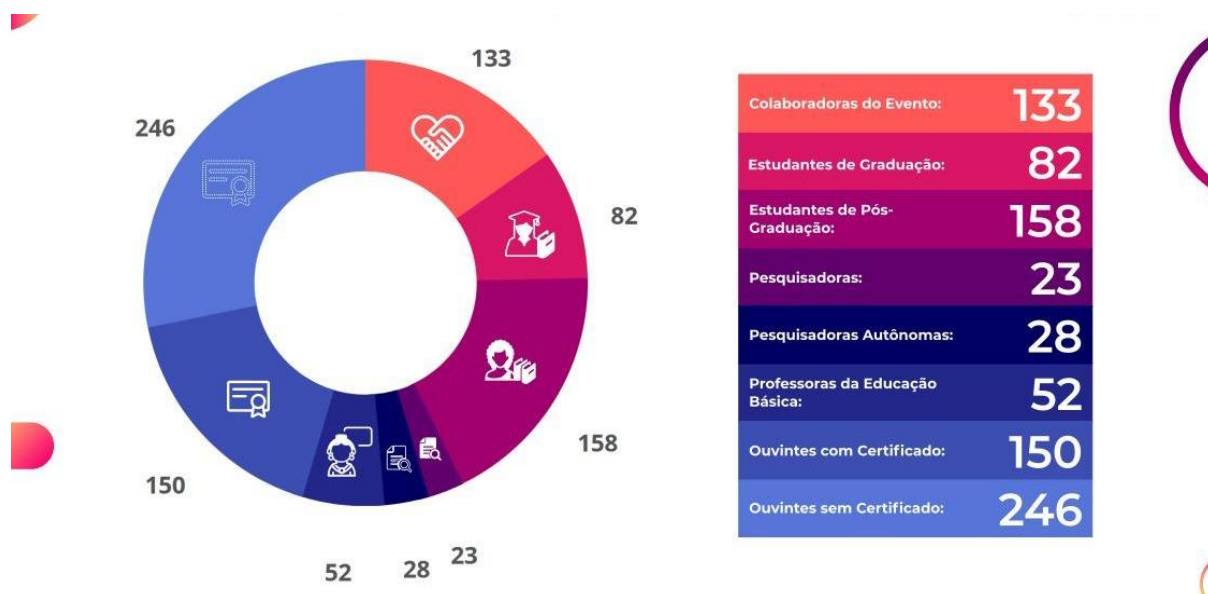
O 12SNS&P aconteceu entre os dias 13 e 23 de junho de 2022. A programação contou com: duas conferências; duas palestras; três mesas-redondas, das quais duas foram híbridas; oito minicursos; e dezoito grupos de trabalho (GT's), nos quais foram apresentados e debatidos mais de trezentos trabalhos. O evento recebeu ainda oitocentos e setenta e três participantes de diversos campos científicos e com níveis de formação distintos (abarcando estudantes graduandos e pós-graduandos, além de profissionais já formados). Para entendermos o universo alcançado pelo evento podemos observar o Gráfico 1, que demonstra a maior participação da categoria de *Ouvintes sem certificado*, seguida pelas categorias de *Estudantes de pós-graduação*, *Ouvintes com*

² Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

³ A obra de ficção 1984, de George Orwell, também foi para nós uma referência, em termos de conteúdo e em termos de identidade visual. A versão comercializada pela editora Novo Século nos trouxe as primeiras ideias para pensarmos na arte do 12SNS&P.

certificado, Pessoas colaboradoras do evento, Estudantes de graduação, Professoras da educação básica, Pesquisadoras autônomas e Pesquisadoras.

GRÁFICO 1 - PARTICIPANTES POR CATEGORIA

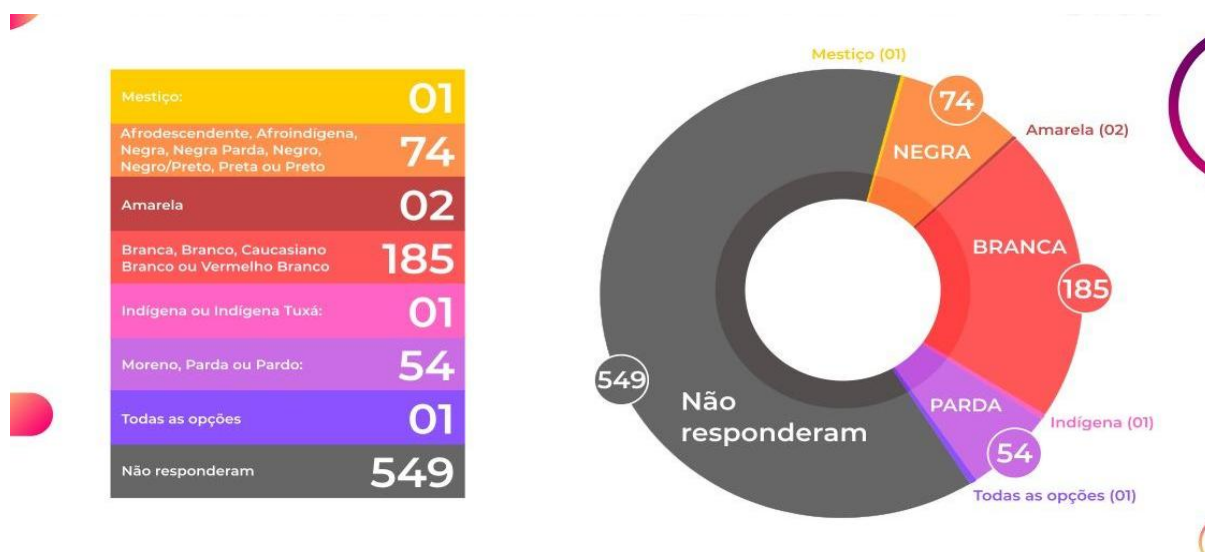


Fonte: Os autores (2022).

A equipe organizadora aplicou um questionário de inscrição que permitiu uma melhor compreensão dos diferentes perfis de participantes que buscaram o evento para apresentação e acompanhamento de trabalhos, bem como das discussões trazidas pelo 12SNS&P. Estes mesmos dados podem corroborar com a organização da próxima edição, a qual poderá, a partir desse mapeamento, focar em espaços específicos de ação para atingir um público ainda mais heterogêneo.

Verificando os dados registrados pelas pessoas participantes no ato de suas inscrições, constatamos que as mulheres compuseram a maioria do total de pessoas inscritas, totalizando quatrocentas e cinquenta participações. Identificamos ainda quatro pessoas que assinalaram a opção *Outras*, voltada para identidades não-binárias. No que diz respeito à autodeclaração étnico-racial, verificamos a ausência de respostas da maioria das pessoas inscritas (quinhentas e quarenta e nove não responderam). Entretanto, a partir das trezentas e vinte e quatro respondentes, pudemos constatar a participação de uma diversidade de corpos.

GRÁFICO 2 - PARTICIPANTES POR AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

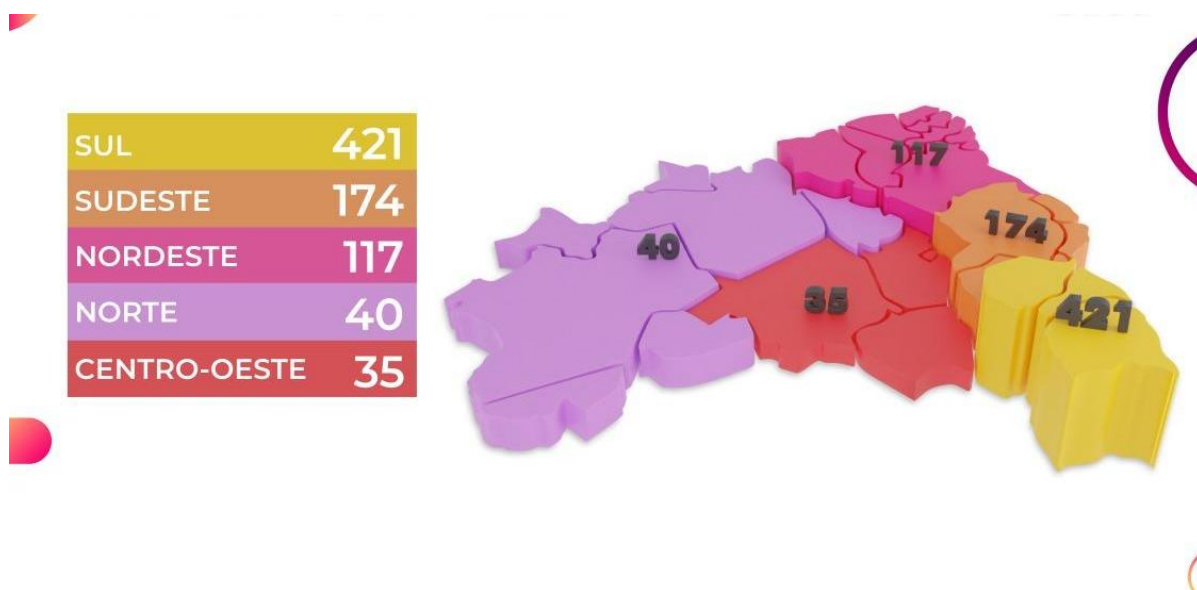


Fonte: Os autores (2022).

Destacamos ainda que o 12SNS&P mobilizou participantes de mais de duzentas e cinco instituições⁴, espalhadas por mais de duzentas e vinte e oito cidades. O evento contou com a participação de todas as regiões do Brasil. O gráfico 2 mostra a predominância da participação da região Sul, seguida das regiões Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste, respectivamente.

⁴ As dez instituições com maior número de participantes no 12SNS&P foram Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Maringá, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Centro Universitário Internacional (diferentes localidades), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (diferentes localidades), Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Ceará e Universidade Federal do Ceará, respectivamente.

GRÁFICO 3 - PARTICIPANTES POR REGIÃO



Fonte: Os autores (2022).

Esta edição da revista *Sociologias Plurais* em parceria com a Comissão Organizadora do 12SNS&P, além de celebrar a realização do evento, reúne dezoito trabalhos que foram apresentados no Seminário e receberam destaque por critérios associados à qualidade da pesquisa e relevância da temática investigada. Cada Grupo de Trabalho contribuiu com uma indicação para compor este material, cada uma delas está elencada na sequência deste texto, como um convite para uma imersão em temas necessários, insurgentes e fundamentais para as ciências sociais, discutidos no âmbito do 12SNS&P.

O primeiro artigo tem como título *A criminalização do aborto provocado pela mulher gestante ou com o seu consentimento: uma análise feminista de dados da segurança pública em Minas Gerais*, da autora Clara Frota Wardi. O trabalho foi indicado pelo GT 01 “Gênero, corpo, sexualidades, identidades e cuidado”. O texto trata sobre o perfil racial, etário e educacional de mulheres denunciadas pela prática do autoaborto em Minas Gerais, entre os anos de 2012 a 2021.

Na sequência, apresenta-se a pesquisa selecionada pelo GT 02 “Trabalho e ação coletiva no século XXI”. Com o título *Condições e relações de trabalho no setor público no contexto da pandemia da Covid-19*, de Zélia Freiburger e Kelen Aparecida da Silva

Bernardo, que exploram os dados obtidos em pesquisa realizada em 2020 pelo Grupo de Estudo Trabalho e Sociedade da UFPR e pela Rede de Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista. A análise é realizada a partir das respostas de 595 servidores públicos que participaram da pesquisa no período de distanciamento social, quando estavam trabalhando remotamente.

O próximo artigo é *A luta pela afirmação política das frações de classe economicamente dominantes: um estudo sobre a Associação Comercial do Paraná e seus presidentes de 1890 a 1946*, de Natália Cristina Granato. A autora participou do GT 03: “Instituições e poder: parentescos e genealogias”. A partir da análise prosopográfica e genealógica dos presidentes da Associação Comercial do Paraná, Granato demonstra que a influência econômica e política que os familiares desses representantes exerciam, no período de 1890 a 1946, garantiu a manutenção de interesses da classe dominante da qual eram parte.

O quarto texto, proposto pelo GT 04 “Educação, diversidades, diferenças e inclusão social”, de autoria de Viviane Vidal Pereira dos Santos e Maria Tarcisa Silva Bega, intitulado *Fatores para entender a demanda e o acesso às vagas do ensino superior no Paraná entre as décadas de 2000 e 2010*, identifica processos históricos, políticos e demográficos a partir da coleta de dados do Censo da Educação Superior e dos Indicadores de Monitoramento do Plano Nacional de Educação.

Aventado pelo GT 05 “Sociologia na educação básica”, o texto escrito por Lislaine Mara da Silva Guimarães e Maria Tarcisa Silva Bega, apresenta as estratégias adotadas pelo governo do Paraná na implantação do Ensino Remoto Emergencial – ERE e a rotina laboral dos professores de sociologia da Rede Estadual de Ensino do referido estado. *Docentes no contexto da pandemia de Covid-19: reflexões sobre o ensino de sociologia e as condições de trabalho remoto* é resultado de uma pesquisa realizada por meio de análise documental, de relatos e questionário com abordagem qualitativa.

Escrito por Juliana Magalhães de Castro, o artigo *Estratégias de atuação da ultradireita na América Latina: O Comitê Cívico pró Santa Cruz boliviano* foi proposto pelo GT 06 “Pensamento Político na América Latina”. No texto a autora analisa, a partir de um estudo de caso, a atuação de organizações de ultradireita na América Latina nos últimos anos, fazendo uso de notícias veiculadas em meios de comunicação jornalísticos

que abordaram ações e estratégias adotadas pelo Comitê Cívico Pró Santa Cruz, na Bolívia.

A questão racial no trabalhismo varguista: apontamentos para a compreensão da integração do negro no trabalho, foi o texto indicado pelo GT 07 “Pensamento Social”, de autoria de Pedro Rodrigo de Souza. O trabalho analisa os discursos e diários do ex-presidente Getúlio Vargas disponíveis no site da Biblioteca da Presidência, no período compreendido entre 1930 a 1945. Souza partiu da hipótese de que Getúlio Vargas objetivava descontextualizar a imagem do negro que até então estava diretamente vinculada ao trabalho manual, não qualificado e à marginalização social. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender para além do discurso “oficial” do regime varguista que idealizava o “trabalhador nacional” enquanto rótulo genérico e atravessado pela mestiçagem, oportunizando uma perda da dimensão étnico-racial dos sujeitos que viveram o período.

Aline Ferreira, autora do artigo *Quais são as contribuições da teoria de Lucien Goldmann hoje?*, apresentado no GT 08 “Intelectuais, Marxismo e Produção Cultural: dilemas da esquerda latino-americana”, propôs uma discussão sobre a teoria de Lucien Goldmann, tendo como objetivo evidenciar que parte de suas reflexões teóricas ainda portam frutos. Tendo como foco central a concepção de Goldmann de comunidade e crítica ao individualismo, o artigo analisa duas tendências para se pensar sobre sua atualidade e relevância teórica: 1) a partir da mobilização de alguns de seus conceitos (notadamente o de “visão do mundo”), ainda que de forma repaginada; 2) a partir da sua noção de totalidade, que compreende não apenas um sentido teórico-metodológico, mas também um sentido prático que se realiza na comunidade humana autêntica.

Por sua vez, o artigo *O papel das comissões de acompanhamento nas relações de integração vertical: representatividade de pequenos agricultores frente a grandes agroindústrias*, foi apresentado por Guilherme Bolognini Tavares no GT 09 “Ruralidades e Meio Ambiente”. O autor analisa o surgimento de novos atores na relação de integração vertical, nos conflitos existentes em tal modo de produção e, por fim, busca entender o papel da Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC) enquanto nova forma de representatividade dos agricultores integrados.

O artigo *É melhor evitar do que remediar? Apontamentos sobre as lógicas de aceitação dos problemas e de evitamento dos conflitos no contexto de migração irregular brasileira na Bélgica*, foi apresentado por Bruno Zavataro no GT 10 “Migrações Internacionais, Fronteiras e Novas Diásporas”. A reflexão traz apontamentos sobre as lógicas de aceitação dos problemas quotidianos e de evitamento dos conflitos vividos no trabalho, no contexto da migração irregular brasileira na Bélgica. Fazendo uso de entrevistas realizadas com brasileiras/os vivendo irregularmente no país europeu, entre os anos de 2012 e 2015, o texto articula a hipótese de um recrudescimento da indiferença social com as formas pelas quais as relações paternalistas/maternalistas na esfera do trabalho, induzidas pela situação de precariedade econômica e de estadia irregular, influíram na percepção da própria situação vivida pelos atores sociais e nas lógicas de aceitação dos problemas e de evitamento dos conflitos.

Guilherme Custódio da Cunha Filho e Wellington Ricardo Nogueira Maciel, são os autores do artigo *"A cidade é falada": um estudo das representações oficiais sobre as Areninhas em Fortaleza*, discutido no GT 11 “Sociologia e a Cidade” e que trouxe um estudo das representações oficiais sobre as Areninhas em Fortaleza. No texto o esforço está em interpretar os discursos de gestores governamentais sobre as Areninhas, espécies de escalas reduzidas das arenas multiuso de futebol profissional. Apresentam como fio condutor matérias em sites de jornais locais; dos portais da Prefeitura de Fortaleza e do Governo do Ceará; documentos oficiais da prefeitura municipal, como o plano urbanístico Fortaleza 2040; vídeos do canal oficial da Prefeitura de Fortaleza na plataforma YouTube; e entrevistas semiestruturadas com representantes oficiais.

A infância (des)conectada da “cidade modelo”: o ensino remoto emergencial e a segregação espacial na cidade de Curitiba, foi apresentado durante o GT 12 “Sociologias e Políticas Públicas”, por Marcelo Nogueira de Souza, Maria Tarcisa Silva Bega e Lislaine Mara da Silva Guimarães. No texto é analisado como a segregação espacial impacta as crianças e adolescentes da cidade de Curitiba e os dados evidenciam que a política educacional do município apresenta um gargalo no que se refere à inclusão digital, levando em conta que esta adquiriu novos contornos diante da pandemia de Covid-19. Em razão do isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, os autores assinalam que os sistemas de ensino passaram a adotar o modelo de ensino remoto, que,

da forma como foi implantado, acabou por revelar-se como mais um indicativo da imensa desigualdade social que acomete as crianças e adolescentes da cidade.

No trabalho intitulado *Militarização e milicianização da Segurança Pública no Rio de Janeiro*, apresentado no GT 13 “Controle Social, Segurança Pública e Direitos Humanos”, Carlos Henrique Aguiar Serra e Luís Antônio Francisco de Souza argumentam haver uma nova tendência da militarização da segurança pública no Brasil, articulando-se com a policialização das forças armadas, com a milicianização da segurança e com a rotinização do estado de exceção. O artigo apresenta, a partir de uma revisão bibliográfica e do debate público, que o eixo deste processo se encontra na violência policial, na ausência de *accountability* das polícias e na maior presença de grupos paramilitares organizados nas periferias urbanas.

Em *Repressão estatal preventiva, letalidade policial e legitimação institucional na grande Curitiba (2017-2018)*, Murillo Amboni Schio e Vyctor Hugo G. Grotti, cujo artigo foi discutido no GT 14 “Movimentos Sociais e Transformação Social”, analisam a legitimação e a regularização pelo sistema de justiça criminal dos casos de repressão estatal letal na Grande Curitiba, entre 2017 e 2018, consumando-se no arquivamento das investigações instauradas. Inserindo-se no contexto do regime de acumulação integral, o trabalho demonstra como a tendência repressiva do Estado neoliberal apresenta-se como necessária à regularização das relações sociais de produção e de reprodução do capitalismo contemporâneo.

O texto apresentado por Júlio Cesar Rigone Filho e por Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski ao GT 15 “Sociologia da Saúde”, intitulado *Entre o crime e a doença: as representações sociais do usuário de drogas durante a Ditadura Militar brasileira a partir das páginas da Folha de S. Paulo*, analisa as representações sociais de usuários de substâncias psicoativas, tais como veiculadas no jornal Folha de S. Paulo, a partir de 305 materiais jornalísticos que foram publicados entre 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985 e tiveram circulação nacional. Na esteira do conceito de representações coletivas e sociais, o trabalho investiga os estigmas, as vulnerabilidades e os enquadramentos que rondaram tais representações, valendo-se do jornalismo como fonte histórica e cultural.

Trazemos também o trabalho desenvolvido pela autora Marta F. Topel e indicado pelo GT 16 “Estudos sobre Humanos, Animais e Relações Interespécies”, *O judaísmo rabínico e o princípio de compaixão com os animais: dados do trabalho de campo*. O artigo analisa alguns obstáculos para a consumação de leis dietéticas judaicas ou kashrut na contemporaneidade, tendo como foco a circulação de carne não-kasher. Dentre as consequências desse fenômeno, o texto ressalta a fragmentação da ortodoxia judaica e o questionamento tradicional do status do judeu como povo escolhido.

No trabalho *Colonialidade, capitalismo racial e modernidade: a centralidade e a invisibilidade do Haiti*, cuja exposição aconteceu no GT 17 “Política Cultural Negra e Processos de Racialização”, Ana Paula Ricardo da Silva aborda de que maneira a colonialidade e o capitalismo colonial moldam a modernidade, em especial a importância do Haiti neste contexto. Partindo da teoria do contrato racial, formulada por Charles W. Mills, o texto problematiza a formação do Estado moderno, apontando as limitações do contrato hegemônico na formação do contrato racial e na criação de um mundo cindido em dois, e a maneira como esta divisão foi o instrumento no empreendimento capitalista para o enriquecimento da Europa.

O trabalho intitulado *Performances possíveis nas batalhas de poesia contemporâneas: voz, corpo e memória* foi apresentado por Kelly Yara de Souza Mendonça no GT 18 “Sociologia da Juventude, do Corpo e das Emoções”. O artigo discute as noções de performance das batalhas de poesia (*poetry slam*) para além do seu sentido artístico, interrogando particularmente as demandas identitárias e comunitárias de minorias, especialmente o *slam* das mulheres. Como ressalta a autora, as batalhas de poesia surgem como lugar de performance da poesia que, inserida no contexto de disputa, compartilha e corporifica memórias individuais ou coletivas, constituindo-se como narrativas de identidade e de resistência que adquirem conotações políticas e revelam demandas de minorias.

A homenagem e lembrança de cada um dos Grupos de Trabalho está representada pelos textos apresentados nesta edição. E para além disso, não poderíamos concluir sem oferecer agradecimentos em nome da Comissão Organizadora do 12SNS&P. Desta forma, agradecemos ao Professor Doutor Jaime Santos Junior e à Professora Doutora Simone Meucci, que integraram a organização do evento e que compartilharam

conosco as dificuldades e realizações de concretizar um evento deste porte. Destacamos que ambos colocaram-se como bons estrategistas e facilitadores quando questões burocráticas vieram à tona ao longo do processo.

Oferecemos sinceros agradecimentos a todas as pessoas que compuseram a Comissão Organizadora e, para tanto, precisamos dizer seus nomes: Thassio de Souza Moreno, Priscila Costa Pedroso, Maurício Priess da Costa, João Pedro Gonçalves da Silva, Jhenifer Alcantara Baptista, Guilherme Figueiredo Pires Correa, Fernanda Ribas Bohler, Eduardo da Silva, Cláudia Rejane Schavarinski Almeida Santos, Celso Luis Nogueira Pardiniho, Bruno Zavataro e Bhrenda Patricia dos Santos. É certo que as pessoas envolvidas dedicaram seu tempo para que o evento acontecesse da melhor forma, seguindo o comprometimento de fomentar discussões relevantes para as ciências sociais e para a sociedade como um todo. Acreditamos ter realizado um bom trabalho.

Direcionamos ainda nossos agradecimentos às pessoas convidadas que participaram das mesas de discussões; às Coordenações dos Grupos de Trabalho; às pessoas debatedoras de trabalhos completos e de pôsteres; aos grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná - que mobilizaram suas redes de relações para que pudéssemos contar com confirmações com as quais nem sonhávamos; às pessoas ministrantes de minicursos; às pessoas monitoras e às pessoas palestrantes. Também às pessoas componentes da Comissão Organizadora da décima primeira edição do Seminário Nacional Sociologia & Política pelo generoso compartilhamento de ideias e orientações. Todas estas pessoas dispensaram energia para que o evento fosse uma realidade.

E fazemos ainda um agradecimento especial às oitocentas e setenta e três pessoas inscritas, entre apresentadores, ouvintes e todas as demais categorias. As inscrições de cada uma destas pessoas participantes foi o que permitiu a realização do 12SNS&P. Esperamos que todas tenham tido bonitas e memoráveis experiências ao longo do evento.

Por fim, obrigadas e obrigados ao corpo editorial da revista Sociologias Plurais por abraçar a ideia desta publicação e pelo trabalho meticuloso desenvolvido para que a mesma fosse concretizada. Engrandecemos ainda o trabalho de Arilda Arboleya, a

pessoa responsável, há doze edições, por plantar a semente do evento (ALMEIDA, 2020).
Vida longa ao Seminário Nacional Sociologia & Política!

Encerramos manifestando um VIVA ÀS CIÊNCIAS HUMANAS, mas sobretudo às CIÊNCIAS SOCIAIS (e que as pessoas representantes de outras áreas dos saberes não se sintam preteridas com esse movimento). Isso porque temos nos deparado com um contexto no qual somos lidas como pessoas não difusoras e não produtoras de conhecimento fidedigno. Assim, desejamos a todas essas um futuro de possibilidades e de genuíno reconhecimento.

Referências

ALMEIDA, Tatiane Salete. Apresentação: tributo aos dez anos do Seminário Nacional de Sociologia e Política. In: PACHECO, Carolina Simões; PESSOA, Kauê; BEGA, Maria Tarcisa Silva; ALMEIDA, Tatiane Salete de. KESTERING, Virginia Therezinha; FARIA JUNIOR, Walmir José Braga. **América Latina Hoje: rupturas e continuidades**. Curitiba: Instituto Memória Editora, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus Brasil**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ORWELL, George. **1984**. Barueri: Novo Século, 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã Vai Ser Maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

A criminalização do aborto provocado pela mulher gestante ou com o seu consentimento: uma análise feminista de dados da Segurança Pública em Minas Gerais¹

Clara Frota Wardi²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

Na última década, as disputas sobre os direitos sexuais e reprodutivos, com destaque para o aborto legal, têm escalonado com o avanço do neoconservadorismo na América Latina. Estudos sobre o tema ganham espaço nas ciências sociais, entretanto pouco tem se discutido sobre as evidências da política de criminalização do aborto no âmbito do sistema de justiça. Dessa forma, em dimensão regional e em perspectiva feminista e interseccional, este trabalho pretende analisar os microdados dos últimos dez anos (2012-2021) relativos ao perfil racial, etário e educacional de mulheres denunciadas por autoaborto em Minas Gerais, advindos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), e coletados via Lei de Acesso à Informação.

Palavras-chave: direitos sexuais e reprodutivos; aborto; criminalização do aborto; segurança pública.

Introdução

O avanço do neoconservadorismo na América Latina na última década tem dado destaque a disputas de narrativas e de projetos de lei sobre os direitos sexuais e reprodutivos, com destaque para o aborto legal. No Brasil, o tema nunca foi um assunto confortável no Congresso. Além disso, desde o aumento da ocupação conservadora nas eleições de 2018, as tensões têm escalonado. Segundo levantamento feito pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA, 2021), atualmente tramita na Câmara e no Senado mais de uma centena de proposições sobre o tema. Além disso, uma ação³ que

¹ GT 01 - Gênero, corpo, sexualidades, identidades e cuidado.

² Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB) e integrante da Clínica Jurídica Cravinas – Direitos Humanos e Direitos Sexuais e Reprodutivos (FD/UnB). E-mail: clarawardi.ufjf@gmail.com.

³ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442.

pede a descriminalização do procedimento até a 12ª semana de gravidez aguarda decisão no Supremo Tribunal Federal.

A criminalização e a punição seguem sendo uma tendência dos(as) legisladores(as). Em 2021, o aborto foi tema de 26 projetos no Congresso Nacional, entre eles, dez tratavam da “criminalização e punição” e cinco do “direito à vida desde a concepção” (CFEMEA, 2021). Estes grupos, compostos por pentecostais e carismáticos católicos, consideram as propostas de lei que têm intuito de regularizar a interrupção da gestação e outras demandas das minorias sexuais uma ameaça para a “formação da família cristã” (MACHADO, 2018). Dentro dessa perspectiva, assumir a maternidade a qualquer custo seria um compromisso com a instituição *familiar* e não uma questão referente ao direito reprodutivo das mulheres.

Desse modo, observo que a disputa em torno do direito ao aborto legal não diz respeito apenas à sua ampliação, mas também, e contrariamente, à ameaça aos casos em que ele já é legalizado. Os entraves no acesso ao procedimento garantido por lei também se tornaram um dos focos de ação do governo federal, intensificados durante a pandemia da Covid-19 (BRANDÃO & CABRAL, 2021). Nesse contexto, o aborto faz-se uma questão chave para a análise sociológica e política, com relevância em diversas instituições.

No Brasil, o aborto é pouco praticado na legalidade devido à dificuldade de acesso aos serviços legais pelo desconhecimento dos trâmites ou mesmo pelo reduzido número de hospitais que realizam o procedimento (WOITOWICZ, 2009). Nesse aspecto, raça e classe são aspectos relevantes para a compreensão desse fenômeno social; mulheres negras e pobres são as mais afetadas pela falta de políticas de saúde voltadas ao aborto seguro (MONTEIRO; ADESSE; LEVIN, 2008). Foi constatado que o número de mulheres negras que morrem em decorrência de um procedimento inseguro é 2,5 vezes maior que o de mulheres brancas, o que pode ser atribuído ao menor acesso a clínicas, mesmo que clandestinas, que ofereçam melhores condições de higiene e equipe médica qualificada.

Há o risco de tal cenário se intensificar dado o contexto sócio-histórico de ameaça a políticas que versam sobre a saúde sexual e reprodutiva no país. Nesse sentido, considerando que o aborto não é ainda tratado como um problema de saúde pública, mas ainda enquanto caso de polícia no Brasil, torna-se necessário entender quais são as

evidências da criminalização no âmbito das secretarias de segurança pública, porta de entrada das denúncias dos casos clandestinos.

Com esse intuito, este trabalho busca contribuir com a análise sociológica e feminista, a partir do ponto de vista regional, sobre o perfil racial, etário e educacional das mulheres incriminadas por autoaborto⁴ no estado de Minas Gerais, a partir de microdados⁵ da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), no período de 2012 a 2021⁶. O objetivo também é avaliar a qualidade dos dados públicos e contribuir para o debate e a construção de evidências para o aprimoramento de políticas públicas sobre o tema.

Autoaborto no contexto da segurança pública

O número de denunciadas por autoaborto é realmente baixo se comparado a demais delitos e até à frequência que a prática ocorre, segundo Cunha, Noronha e Vestena (2012). Vale considerar que “a entrada desses dados no sistema de Justiça Criminal depende muito da política de segurança em determinado período, ou seja, se a questão do aborto é priorizada, o dado tende a aumentar; do contrário, a incidência baixa” (CUNHA; NORONHA; VESTENA, 2012, p. 192). Dessa forma, é possível inferir que há uma variedade e especificidade regional na forma e na frequência em que o aborto é denunciado.

Em dimensão nacional, a dinâmica institucional da criminalização da prática está tipificada no Código Penal (CP), o que significa por si só que a criminalização corresponde a uma política de proteção, que protege, no caso, o feto, em detrimento das escolhas reprodutivas das mulheres e meninas.

Destarte, o tema em questão descortina a tentativa do sistema de justiça criminal de criar uma narrativa asséptica sobre si mesmo, usando o termo de Andrade (2005), ao autolegitimar-se com a narrativa de neutralidade sob a justificativa de

⁴ Autoaborto é tratado aqui como a conduta criminalizada pelo art. 124 do Código Penal (CP), “aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento”. Vale lembrar que mulheres podem ser incriminadas por aborto também na condição de terceiras, ação tipificada em outros artigos do CP, o que não será tratado deste artigo.

⁵ Microdados são dados em seu menor nível de desagregação.

⁶ Essas informações foram coletadas para a minha pesquisa de mestrado, em desenvolvimento.

manutenção da ordem social. Segundo a pesquisadora, referência em criminologia crítica feminista, este sistema reproduz as estruturas sociais de poder, incorporadas também nos papéis sociais e nos estereótipos. No caso do aborto, foi verificado que, muitas vezes, este sistema opera como a extensão do controle da família e de outras instituições privadas sobre a sexualidade da mulher, a partir do padrão dominante construído do que seria uma *mulher de respeito*, enquanto jovem, mãe e esposa, com base nos papéis sociais e estereótipos de gênero oriundos do trabalho reprodutivo, segundo pesquisas do Ipas e do Instituto de Estudos da Religião (IPAS & ISER, 2014) e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ, 2018).

A respeito das estruturas simbólicas que formam o sistema de justiça a partir de uma perspectiva decolonial, segundo Françoise Vergès, “quando a proteção está submetida a critérios raciais, de classe, de gênero e de sexualidade, ela contribui, por sua lógica e sua implementação, para a dominação” (VERGÈS, 2021, p. 50). Em outras palavras, considerando que a criminalização do aborto é uma política que desconsidera as escolhas reprodutivas das mulheres, esse é um crime determinado por estruturas de gênero e tem seu acesso e consequências delineadas por estruturas de raça e classe.

Esse é um registro histórico que pela sua simples existência já releva tensões entre uma lei de passado patriarcal em choque com as demandas garantidas pelos fundamentos dos direitos humanos do presente, como articula Segato (2006). Dessa forma, analisar as dinâmicas institucionais e punitivistas do Estado sobre o aborto no ambiente penal torna-se muito relevante para observar vestígios produzidos por esses limites.

No contexto de pesquisa no âmbito do sistema de justiça criminal, as estatísticas oficiais devem ser consideradas como produtos organizacionais pois refletem estados operacionais, ideológicos e políticos dos órgãos que integram este sistema, segundo Vargas (2000). Dessa forma, além dos resultados de análise qualitativa, é interessante entender quais são as faltas e presenças de informações nos registros feitos pela polícia, e o que elas dizem.

Segundo Vargas (2000), um aspecto fundamental para quem trabalha com dados do sistema de justiça criminal é que “(...) de acordo com os códigos e as atividades práticas dos operadores, para cada tipo de delito corresponde uma maneira singular de

tratamento dos casos” (VARGAS, 2000, p. 252). Nesse sentido, serão analisadas as informações considerando as particularidades do tipo de crime em questão.

Procedimentos metodológicos

Os dados estatísticos sobre violência e crimes são públicos desde que respeitem a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)⁷, de 2018, e não estejam sob sigilo, segundo determinado pela Lei de Acesso à Informação⁸. Apesar disso, os dados envolvendo os delitos relacionados aos diferentes tipos de aborto não são disponibilizados na parte de estatística criminal no portal da secretaria. Em outras palavras, não há a transparência ativa⁹ desses dados públicos, como é feito com outros “crimes contra a vida”, como homicídio e feminicídio, por exemplo¹⁰. Portanto, essa busca demandou o pedido de transparência passiva das informações como procedimento de pesquisa, ou seja, o levantamento dos microdados sobre “aborto provocado pela mulher gestante ou com o seu consentimento” (art. 124 do Código Penal) por meio da Lei de Acesso à Informação.

Esses dados advêm do banco de informações do Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) — popularmente conhecido como “boletim de ocorrência” —, originalmente preenchidos pela Polícia Civil e geridos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) de Minas Gerais.

O pedido foi feito por meio do cadastro no portal e-SIC desse órgão e enviado no mês de fevereiro de 2022. Nele, foram solicitados originalmente doze campos¹¹ a

⁷ Fornece as diretrizes de como os dados pessoais dos cidadãos podem ser coletados e tratados e altera a Lei 12.965/14 (Marco Civil da Internet).

⁸ BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

⁹ Há a diferenciação entre a transparência ativa e a passiva, sendo a primeira relativa à divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, independentemente de requerimentos da sociedade; e a última, prestação de informações em decorrência de solicitações de acesso à informação.

¹⁰ Segundo o portal, são disponibilizados os seguintes dados: “crimes violentos monitorados pela SEJUSP (estupro, estupro de vulnerável, extorsão, extorsão mediante sequestro, homicídio, roubo, sequestro e cárcere privado), vítimas de homicídios consumados, furto, lesão corporal, estratificação de roubos e furtos por alvo (estabelecimentos comerciais, residências, transporte coletivo, cargas e transeuntes), veículos roubados e furtados.” Além disso, há dados sobre violência doméstica e feminicídio. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/integracao/estatisticas-criminais>. Acesso em 4 de junho de 2022.

¹¹ Esses dados foram levantados para a minha pesquisa de mestrado em andamento, entretanto neste artigo focarei nas informações a respeito do perfil sociodemográfico das autoras relativas à raça, idade e

respeito do perfil sociodemográfico das acusadas, de informações sobre a denúncia e sobre o ato em si. Entretanto, neste artigo, focarei apenas nas informações relacionadas ao sexo, raça/cor, idade e escolaridade.

A partir dos quatro campos obtidos será traçado um panorama das evidências e a avaliação sobre a qualidade desses dados, com base na metodologia da pesquisa “Criminalização das jovens pela prática de aborto: Análise do Sistema de Segurança Pública e do Sistema de Justiça do Rio de Janeiro” (2014), realizada pelo Ipas, em parceria com o ISER. Apesar de se debruçar a entender apenas os dados envolvendo adolescentes, a pesquisa oferece descrição metodológica detalhada, assim como avaliação e análise do banco de dados advindo da Segurança Pública do Rio de Janeiro. Assim como essa pesquisa, a partir dos resultados aqui obtidos, também será dado destaque às análises envolvendo o grupo de jovens denunciadas, uma vez que são a maioria.

Como forma de organizar os dados, utilizarei as categorias de análise estabelecidas pela pesquisa que versam sobre os campos sociodemográficos, como “idade”, “cor” e “escolaridade”, por exemplo. Os recursos visuais como tabelas para exibir as informações também servirão de suporte, considerando a necessidade de facilitar a visualização de dados quantitativos.

Amostra

Segundo a SEJUSP de Minas Gerais, os dados criminais começaram a ser sistematizados em 2012, ano em que o REDS foi inteiramente difundido em todo o estado. Por isso, a amostra coletada corresponde ao período de 2012 a 2021. Durante esses dez anos, constam 209 casos de denúncias de “aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento”, registradas em boletins de ocorrência.

O banco de dados recebido não contém a categoria “gênero”, apenas “sexo” das pessoas inculpatadas, o que explica o uso do termo neste artigo. Essa nomenclatura também exclui demais pessoas com a capacidade de gerar, como homens transgêneros,

escolaridade. São estes os doze campos: 1) sexo, 2) raça/cor, 3) idade, 4) profissão, 5) escolaridade, 6) estado civil, 7) antecedentes criminais na data do ato, 8) município de residência, 9) denunciante, 10) relação, que se refere à provável relação entre denunciante e autor(a) do crime, 11) local do ato, 12) modo de realização do ato.

de registros oficiais. Nesse sentido, esta pesquisa se debruça apenas nos casos de autoaborto realizados por mulheres cisgêneros.

Apesar do delito em questão ser atribuído apenas ao sexo feminino — uma vez que o crime definido enquanto “aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento” (art. 124 do CP) é voltado à “tipificação da conduta da gestante” (DPERJ, 2018) — foram recebidos 176 registros femininos (84%) e 31 (15%) casos masculinos. Segundo a SEJUSP esclareceu após o envio de recurso por meio da LAI, “ao consentir com o aborto, é possível que outras pessoas entrem no campo de autoria ou suspeição para além da gestante”.

Esse é um dado que confirma a imprecisão do entendimento desse crime pela polícia ou um erro de classificação do tipo de envolvimento no crime, evidenciando uma falha na produção de evidências oficiais sobre o delito em questão. O envolvimento de outras pessoas caberia apenas nas outras tipificações, como aborto provocado por terceiro, com ou sem o consentimento da gestante (art. 125 e 126 do Código Penal, respectivamente) e aborto qualificado¹² (art. 127 do CP).

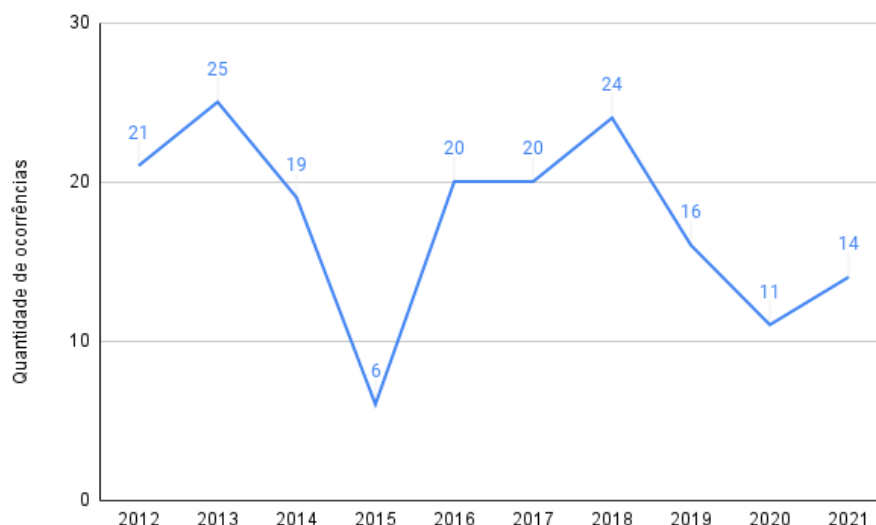
Por outro lado, se tratando da prevalência do preenchimento dos dados, apenas dois casos não tiveram o sexo preenchido, o que mostra a importância do preenchimento desse campo pela secretaria de Minas Gerais.

Dessa forma, o banco de dados trabalhado neste artigo excluiu as 31 linhas que se referem ao sexo masculino e as duas linhas sem informação sobre o sexo, registradas como *preenchimento opcional*. O foco se dará apenas nos casos envolvendo as 176 mulheres acusadas.

Do total de denúncias trabalhadas aqui, em média, são aproximadamente 18 casos por ano, com um baixo pico em 2015, totalizando seis casos, e o auge em 2013, com 25 casos. Apesar de haver variação entre esses números, com exceção do caso atípico de 2015, o gráfico expressa uma baixa na incidência a partir de 2018, com uma pequena retomada no ano de 2021.

¹² Aborto qualificado (art. 127 do CP) se refere a criminalização do aborto cometido por terceiro que resultou em homicídio ou lesão da mulher gestante.

GRÁFICO 1 – QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS POR ANO, MINAS GERAIS, 2012-2021



Fonte: SEJUSP (MG).

Perfil das mulheres denunciadas

Se tratando da raça, as informações já não são tão presentes quanto o campo “sexo”. Não há dados em aproximadamente 28% dos registros, distribuídos nas categorias de “ignorada” e “preenchimento opcional”, unificadas aqui como *sem informação*. O restante dos casos foi registrado com autoria de 39% de mulheres pardas, 15% negras, 17% brancas, e menos de 1% amarelas. É preciso pontuar que raça/cor é nomeada como “cútis” nos registros da secretaria, o que revela uma desadequação frente às categorias sociodemográficas utilizadas contemporaneamente cujo parâmetro é o IBGE. Nesse sentido, utilizarei “raça” para me referir a esse dado.

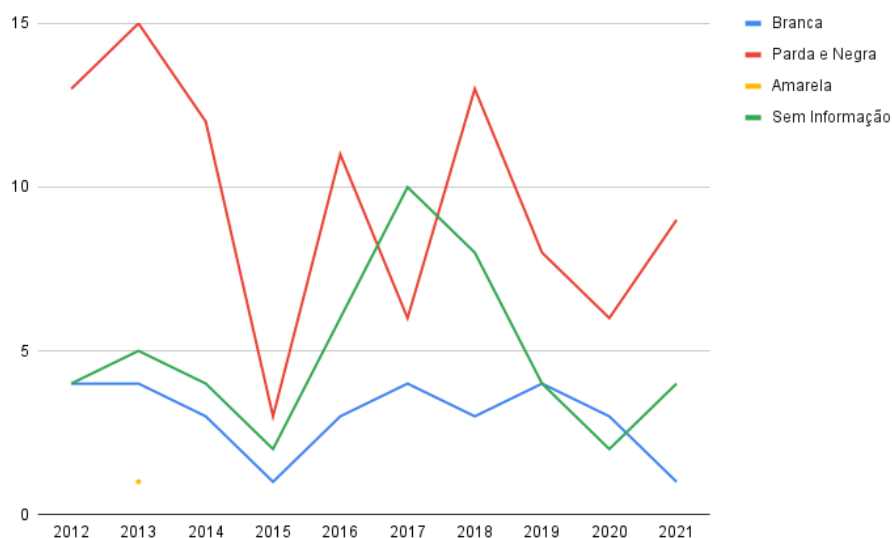
A classificação também não segue a distinção das categorias de raça estabelecidas pelo IBGE, cuja classificação de negras(os) é o conjunto entre pretas(os) e pardas(os). Nesse sentido, buscando compreender a porcentagem de negras acusadas a partir de tal parâmetro, somei a porcentagem dos dois grupos – negra e parda –, cujo total é de aproximadamente 56%, constituindo-se enquanto população mais incriminada pelo delito em questão.

TABELA 1 – RAÇA DAS DENUNCIADAS, MINAS GERAIS, 2012-2021

Raça	Quantidade	Porcentagem
AMARELA	1	0,57%
BRANCA	30	17,05%
NEGRA	27	15,34%
PARDA	69	39,20%
SEM INFORMAÇÃO	49	27,84%
Total geral	176	100,00%

Fonte: SEJUSP (MG).

A variação racial das denúncias durante os anos retratados aqui mostra que a população de mulheres brancas apresenta mais estabilidade em seu número ao longo dos anos, enquanto o quantitativo de denúncias contra a população negra tende a se manter significativamente instável durante todo o período.

GRÁFICO 2 – INCIDÊNCIA DE RAÇA POR ANO, MINAS GERAIS, 2012-2021

Fonte: SEJUSP (MG).

O ano de 2015 registrou queda nos registros, momento em que o quantitativo de denúncias envolvendo mulheres brancas e negras mais se equiparou. Ao mesmo tempo,

chama atenção o aumento significativo da ausência de informações sobre raça a partir deste mesmo momento, tendo seu cume em 2017, ano em que houve um movimento contrário correspondente às denúncias envolvendo mulheres negras. Essa queda de registros, seguida da mudança de tendência das especificações dos registros raciais, merece análises mais aprofundadas para se entender os indícios que provocaram esses movimentos.

Outra observação versa sobre a tendência de queda das denúncias nos últimos dois anos envolvendo mulheres brancas a partir de 2020, justamente o contrário do que tem acontecido com as mulheres negras.

Se tratando da escolaridade, os dados “sem informação” correspondem aqui à junção dos campos sem dados precisos, classificados como “preenchimento opcional”, “outros – escolaridade” e “escolaridade – ignorada”.

O total de denunciadas sem ao menos o diploma de ensino fundamental completo¹³ corresponde a 35%. Já a população sem ensino médio completo é de 47%. No total, 62% não têm o ensino superior. Considerando que 37% dos cadastros não têm informação precisa, há a prevalência de denúncias contra mulheres e meninas com baixa escolaridade, como já identificado em pesquisa realizada no estado do Rio de Janeiro (DPERJ, 2018). Tal prevalência pode se relacionar à idade das indiciadas, uma vez que a grande maioria é de jovens de até 24 anos, conforme veremos adiante.

¹³ Analfabeto, Ensino Fundamental Incompleto e Alfabetizado.

TABELA 2 – ESCOLARIDADE DAS DENUNCIADAS, MINAS GERAIS, 2012-2021

Escolaridade	Quantidade	Porcentagem
ALFABETIZADO	39	22,16%
ANALFABETO	3	1,70%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	8	4,55%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	19	10,80%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	20	11,36%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	13	7,39%
SEM INFORMAÇÃO	66	37,50%
SUPERIOR COMPLETO	1	0,57%
SUPERIOR INCOMPLETO	7	3,98%
Total geral	176	100,00%

Fonte: SEJUSP (MG).

Destaco o alto número de pessoas apenas alfabetizadas, que parecem não ter entrado ao menos no Ensino Fundamental, representando 22% das indiciadas. Dentre elas, aproximadamente 64% são negras¹⁴, 13% brancas e 23% tiveram a informação racial ignorada.

TABELA 3 – RAÇA DAS DENUNCIADAS ALFABETIZADAS, MINAS GERAIS, 2012-2021

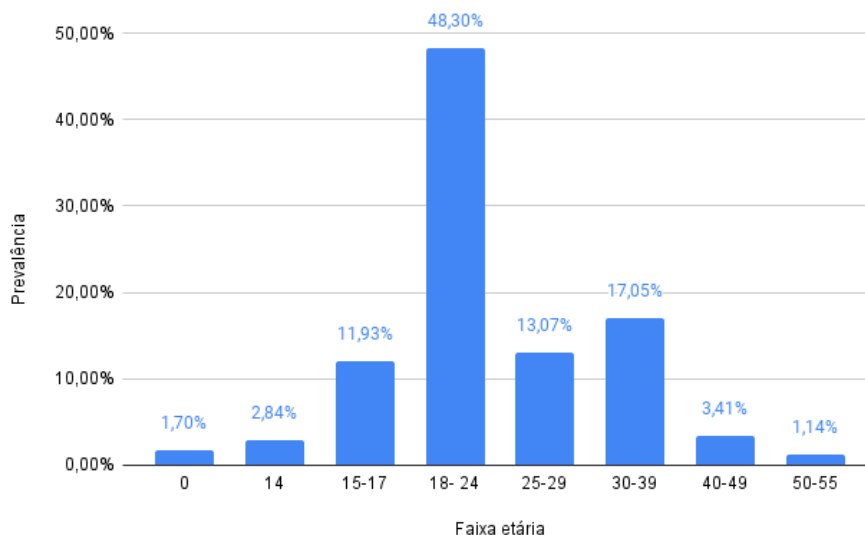
Raça	Quantidade	Porcentagem
BRANCA	5	12,82%
IGNORADA	9	23,08%
NEGRA	9	23,08%
PARDA	16	41,03%
Total geral	39	100,00%

Fonte: SEJUSP (MG).

¹⁴ Segundo os padrões do IBGE.

A base de dados recebida classifica as idades exatas, então, para dar a dimensão visual à informação e propor análises específicas considerando o contexto de aborto clandestino, agreguei os dados em grupos etários, conforme o Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – FAIXA ETÁRIA DAS DENUNCIADAS, MINAS GERAIS, 2012-2021



Fonte: SEJUSP (MG).

Chama a atenção a existência de cadastros atribuídos à idade 0 (zero). Apesar de serem quantitativamente inexpressivos, é um registro que permite fazer uma análise qualitativa ao considerar as particularidades do delito em questão. Pode-se inferir que houve uma possível confusão entre a classificação do tipo de envolvimento nesses casos, uma vez que “o” pode ter sido atribuído à idade da “vítima”, no caso, o feto. Com base no padrão de classificação da base de dados, caso essa idade se referisse à denunciada, o campo estaria preenchido como “preenchimento opcional”.

Outro ponto que destaco, que, aliás, pode ser considerando um dos mais relevantes, é a presença, mesmo que pequena, de denúncias de meninas de 14 anos, já que nessa idade elas estariam resguardadas perante o Código Penal, pela figura do estupro de vulnerável, e poderiam ter recorrido ao aborto legal. Essa constatação foi verificada por Romio (2017) no contexto de mortes por aborto, em que havia registros de óbito de meninas dessa faixa etária.

Entre as cinco meninas denunciadas, quatro são negras¹⁵ e uma de raça “ignorada”. Nesse sentido, a denúncia e o registro criminal de meninas que abortaram clandestinamente aos 14 anos demonstra indícios da injustiça sexual, reprodutiva e racial, configurando-se como uma violação de direitos humanos. Tal dado também evidencia a falta de informação dessas meninas, de seu entorno e da polícia sobre o direito ao aborto legal.

Para proporcionar essa diferenciação, optei por deixar a idade de 14 anos separada da faixa seguinte do Gráfico 3. Ao unificar as ocorrências relativas às idades de 14 a 17 anos, é possível afirmar que é significativa a prevalência de denúncias de meninas menores de idade, representando 15% do total. Dentre os registros com raça declarada (77%), todas as meninas com menos de 18 anos são negras, enquanto não há meninas brancas denunciadas nessa faixa.

TABELA 4 – RAÇA DE MENORES DE IDADE DENUNCIADAS, MINAS GERAIS, 2012-2021

Raça	Quantidade	Porcentagem
SEM INFORMAÇÃO	6	23,08%
NEGRA	6	23,08%
PARDA	14	53,85%
Total geral	26	100,00%

Fonte: SEJUSP (MG).

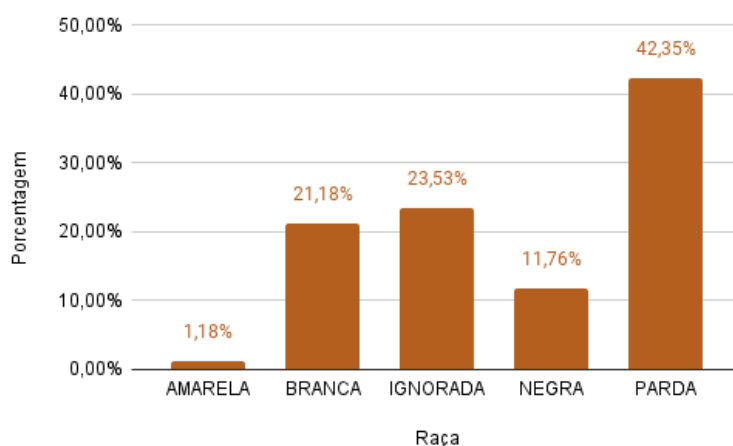
A grande maioria das denunciadas por aborto ilegal no estado de Minas Gerais estão localizadas na faixa dos 18 aos 24 anos, somando quase metade dos casos (48%). Nesse sentido, a criminalização afeta principalmente mulheres jovens com menos de 25, totalizando 63% dos registros. A tendência da presença de jovens nesse contexto também foi percebida pela pesquisa realizada no Rio de Janeiro pelo Ipas e ISER (2014).

¹⁵ Segundo a metodologia escolhida para esta pesquisa, com o intuito de aproximar os parâmetros raciais das classificações do IBGE, foram modificadas as categorizações feitas pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Segundo a base de dados enviada, foram contabilizadas três ocorrências de meninas “pardas” e uma de menina “negra”. Entendendo que “negra” deve corresponder ao padrão de “preta”, segundo os termos do IBGE, foram consideradas as quatro como negras – o que corresponderia ao conjunto de pardas e pretas.

Essa relação pode estar atrelada à falta de rede de apoio no que tange às necessidades de saúde reprodutiva das jovens, segundo a mesma pesquisa. Além disso, pode também se relacionar à falta de acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos durante o período de iniciação sexual, o que é um dos fatores que correspondem ao surgimento de gravidezes indesejadas.

Analizando o Gráfico 4, sobre a raça das jovens entre os 18 e 24 anos, é possível perceber que a denúncia contra mulheres brancas começa a ser registrada e mostra significância (21%) a partir da maior idade. Apesar disso, as denúncias de jovens negras se mantêm altas, com 54% dos casos.

GRÁFICO 4 – RAÇA DAS DENUNCIADAS ENTRE 18 E 24 ANOS, MINAS GERAIS, 2012-2021



Fonte: SEJUSP (MG).

Já a presença do registro de indiciadas em período pós-reprodutivo (a partir de 50 anos)¹⁶ reforça o possível erro na tipificação do crime de aborto envolvendo terceiros, conforme notado anteriormente na presença de registros do sexo masculino.

¹⁶ Termo e faixa etária utilizados por Romio (2017).

Conclusão

A partir dos dados aqui apresentados, foi possível compreender que a criminalização do aborto em Minas Gerais penaliza mulheres com maior vulnerabilidade social, jovens, negras, com baixa escolaridade, sugerindo que há a reprodução de estruturas sociais de dominação de raça e classe. Os registros raciais feitos pelas polícias demandam pesquisas mais aprofundadas, uma vez que os dados referentes às mulheres negras denunciadas mostram grande instabilidade ao longo dos anos, diferentemente da tendência de estabilidade do quadro envolvendo mulheres brancas.

A ausência de informações sobre o direito ao aborto legal também fica evidente nos registros de aborto clandestino, vide casos de denúncia de meninas de 14 anos, que teriam direito ao procedimento já que a gravidez nessa circunstância é considerada como estupro de vulnerável, segundo o Código Penal. A desigualdade racial está presente nesses casos e vai além, considerando que todos os registros envolvendo meninas menores de idade, com raça declarada, são de jovens negras. Nesse sentido, ficam demonstrados indícios da injustiça sexual, reprodutiva, racial e de violação de direitos humanos.

Enquanto o aborto ainda for considerado um caso de polícia e não de saúde pública no país, é fundamental entender como as evidências sobre esse fenômeno social são produzidas pelas instituições no campo criminal por meio do acesso a dados públicos, fontes ricas para o desenvolvimento de pesquisas sociológicas.

No que versa sobre a qualidade dos dados, este estudo demonstrou que existem formas de registro de informações sobre o perfil sociodemográfico das denunciadas por “aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento” pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais que expressam confusões quanto a tipificação do Art. 124 do Código Penal. Tal resultado se mostra principalmente no registro significativo de pessoas do sexo masculino enquadradas em um crime que versa especificamente sobre a conduta da mulher gestante. Esse descompasso compromete a produção de evidências a respeito desse delito e do fenômeno social do aborto clandestino.

Considerando a tendência de abertura de dados no âmbito do sistema de justiça criminal, vinculado à institucionalização de iniciativas de Justiça Aberta, o investimento

em qualificação de profissionais que preenchem esses dados e na melhoria da estrutura da informação é também um investimento na democracia e no aprimoramento de subsídios para a construção de políticas públicas.

Por fim, apesar da relevância das estatísticas, faz-se necessário analisá-las e aprimorá-las qualitativamente e, além disso, conjugá-las com materiais dessa mesma natureza para complementar e aprofundar as análises.

Referências

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista de Direito Público**, n. 17, p. 52-75, jul./ago./set. 2005.

BRANDÃO, Elaine; CABRAL, Cristiane. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, n. suppl 1, 2021 p. 1-16.

CFEMEA. **Mulheres e Resistência no Congresso Nacional 2021**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Cfemea, 2021, p. 79.

CUNHA, José Ricardo; NORONHA, Rodolfo; VESTENA, Carolina Alves. Mulheres incriminadas por aborto no Rio de Janeiro: diagnóstico a partir dos atores do sistema de justiça criminal. In: OLIVEIRA, F. L. (org.). **Justiça em foco: estudos empíricos**. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 177-204, 2012.

DPERJ. Perfil das Mulheres processadas por aborto no Rio de Janeiro. In: **Entre a morte e a prisão: quem são as mulheres criminalizadas pela prática do aborto no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro p. 15-40, 2018.

IPAS; ISER. Criminalização das jovens pela prática de aborto: Análise do Sistema de Segurança Pública e do Sistema de Justiça do Rio de Janeiro, 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. The christian discourse of “Gender ideology”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2018.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: Alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.

MONTEIRO, Mário F. G.; ADESSE, Leila; LEVIN, Jacques. As mulheres pretas, as analfabetas e as residentes na Região Norte têm um risco maior de morrer por complicações de gravidez que termina em aborto. **Revista de Saúde Sexual e Reprodutiva**, v. 37, p. 37, 2008.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde**. 215 p. Tese de Doutorado em Demografia – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

VARGAS, Joana Domingues. **Uma Alternativa Metodológica para o Uso e a Interpretação das Fontes de Informações do Sistema de Justiça Criminal**. In: Fórum de debates – criminalidade, violência e segurança pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas. Rio de Janeiro, IPEA/CESEC, 2000.

VERGÈS, Françoise. **Uma Teoria Feminista da Violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

WOITOWICZ, Karina. **A mídia alternativa na defesa dos direitos reprodutivos: discursos sobre o aborto na agenda política feminista**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba: PR – 4 a 7 de set. de 2009.

Condições e relações de trabalho no setor público no contexto da pandemia da Covid-19¹

Zélia Freiburger²

Kelen Aparecida da Silva Bernardo³

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

Como forma de enfrentamento da pandemia da Covid-19, iniciada em março de 2020, o trabalho remoto foi adotado em vários setores econômicos em todas as partes do mundo. O presente artigo tem como objetivo geral analisar as relações e condições de trabalho remoto dos trabalhadores vinculados ao setor público. Para tanto, recorreu-se ao banco de dados da pesquisa “trabalho remoto/home-office no contexto da Covid-19” realizada em 2020 pelo Grupo de Estudo Trabalho e Sociedade (GETS/UFPR) em parceria com a Rede de Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR). Tal pesquisa buscou identificar as condições gerais de trabalho dos trabalhadores que passaram a desenvolver suas tarefas na modalidade remota em razão da necessidade de isolamento social devido à crise sanitária mundial do Covid-19. A pesquisa obteve um total de 906 participantes que responderam formulário on-line, dos quais 595 estavam vinculados ao setor público. A partir de metodologia quantitativa e qualitativa, objetivamos analisar alguns dados e resultados relativos ao trabalho remoto no setor público, partindo de três eixos de análise, sendo: 1) perfil dos respondentes, oportunidade em que apresentamos dados sobre sexo, faixa etária, escolaridade, estado civil, número de filhos e cidade de atuação dos participantes. 2) Relações de trabalho, apresentando tipos de contratos, cargos e funções exercidos pelos respondentes do setor público. 3) Condições de trabalho, onde abordamos as condições ergonômicas, disponibilidade de equipamentos e suporte fornecido pelo setor público, como acesso à internet por exemplo. Ainda nesta categoria analítica apresentamos dados como ritmo de trabalho e metas de produtividade colocadas a partir da oferta de trabalho remoto para os servidores públicos. A partir das análises dos dados, identificamos aumento no ritmo de trabalho e nos dias da semana dedicados às atividades laborativas. Na avaliação da maioria dos participantes da pesquisa, o trabalho remoto é paradoxal, pois conjuga aspectos positivos e negativos ao mesmo tempo.

Palavras-chave: relações de trabalho; trabalho remoto; Covid-19; setor público.

¹ GT 02 – Trabalho e Ação Coletiva no Século XXI.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Secretariado Executivo pela PUC-PR. Docente no Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT/UFPR). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Sociedade (GETS/UFPR). E-mail: zfreiberger@uol.com.br.

³ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG) e Graduada em Serviço Social (UEPG). Docente temporária do Departamento de Serviço Social da UEPG. Membro do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GETS/UFPR). E-mail: kelenbernardo18@gmail.com.

Introdução

No contexto da pandemia do Covid-19, iniciada em março de 2020, o trabalho remoto configurou como uma estratégia de enfrentamento para mitigar a transmissão da doença e foi adotado em vários setores econômicos em todas as partes do mundo, tanto no setor público quanto no setor privado. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD-COVID19, em setembro de 2020 (IBGE, 2020), cerca de 7,9 milhões de pessoas estavam trabalhando remotamente em decorrência da pandemia.

Logo após o início do período de isolamento social (maio/2020), alguns membros do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade da Universidade Federal do Paraná (GETS/UFPR)⁴, em parceria com a Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR), iniciaram uma pesquisa na modalidade remota para levantar dados sobre as condições de trabalho dos trabalhadores em diversos setores econômicos do Brasil, cujo critério para participar seria ter iniciado o trabalho remoto em função da pandemia.

O instrumento de pesquisa se deu a partir da aplicação de um questionário desenvolvido e disponibilizado via Plataforma Google, o qual foi composto com 37 perguntas, sendo duas delas abertas, cujo período de coleta foi entre os dias 5 e 17 de maio de 2020. Sinalizamos que a amostragem é não-probabilística, por acessibilidade e conveniência, uma vez que a participação foi por adesão voluntária e a divulgação do referido questionário ocorreu por meio de redes sociais e de pesquisa. Nesses termos, obtivemos a participação de trabalhadores de diversas regiões, sendo que a cidade de Curitiba (PR) representou 34,6%, Recife (PE) com 4,2%, seguidas da cidade de São Paulo (SP) com 3,5% e Ponta Grossa (PR) com 2%. Essas localidades estão diretamente relacionadas com a rede de contatos dos pesquisadores, cujo relatório técnico científico foi intitulado “O trabalho remoto/*home-office* no contexto da pandemia Covid-19”.

⁴ Este grupo de pesquisa foi fundado em 1993, reunindo graduação e pós-graduação PPGS/UFPR. É considerado espaço institucionalizado de pesquisa interdisciplinar sobre trabalho, trabalhadores e suas organizações coletivas. Desde 2014 é coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Bridi.

Foram obtidas 906 (novecentos e seis) respostas válidas, em âmbito nacional, com participantes pertencentes ao setor público e privado. As autoras deste artigo, pesquisadoras do grupo, recorreram ao banco de dados da pesquisa realizada em 2020 para trazer alguns resultados referentes aos 595 (quinhentos e noventa e cinco) participantes do setor público, cujos cargos e funções são representados por professores, técnicos/as do Seguro Social, Gestores/as públicos, Analistas de Seguro Social, Técnicos/as Judiciários/as e Assistentes Sociais.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar as relações e condições de trabalho remoto dos trabalhadores vinculados ao setor público a partir dos dados obtidos na pesquisa (2020). Assim, partimos de uma metodologia quantitativa e qualitativa e dividimos este texto em três seções distintas, acrescidas da introdução e conclusão.

A primeira seção exibe o perfil dos participantes, oportunidade em que apresentamos e analisamos dados sobre sexo, faixa etária, escolaridade, estado civil e número de filhos. Na segunda seção discutimos a respeito das relações de trabalho dos trabalhadores públicos. Já na terceira e última seção apresentamos e analisamos as condições de trabalho, onde abordamos condições ergonômicas, disponibilidade de equipamentos e suporte fornecido pelo setor público, ritmo do trabalho, produtividade e metas, flexibilidade do horário e intensificação do trabalho.

Conhecendo o perfil dos participantes da pesquisa

Quem são os participantes da Pesquisa vinculados ao setor público? A resposta encontra-se nesta seção por meio do perfil dos participantes da pesquisa apresentando dados sobre sexo, faixa etária, escolaridade, estado civil e número de filhos. Quanto ao sexo, dos 595 participantes da pesquisa (2020) pertencentes ao setor público, 68% são mulheres e 32% são homens, portanto, maior presença das mulheres. Tal composição dialoga com os dados do Atlas do Estado Brasileiro, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que reúne informações sobre os vínculos ativos e formais de trabalho no setor público brasileiro entre 1986 e 2017. Da série analisada pelo IPEA, as mulheres tem preponderância no setor público no nível municipal, sendo que em 1986

eram 52% e passam para 66%, em 2017. Elas também constituem maioria na esfera estaduais, representando 56% e 60% do total no período temporal analisado.

Quanto à faixa etária dos participantes da pesquisa (2020), a maior parte concentra-se entre 30 e 40 anos com 41,9%, seguida de 40 a 50 anos. Destarte, é possível afirmar que há dentre os participantes da pesquisa, uma concentração maior de trabalhadores na faixa etária entre 30 e 50 anos, totalizando 72% da amostra. O levantamento de dados mostrou 27,3% do total de respondentes da pesquisa está no respectivo cargo/função entre 5 e 10 anos. O segundo maior grupo são àqueles/as que estão há mais de 15 anos, representando 25,2%, seguido dos que tem entre 10 e 15 anos, sendo estes 22,6% do total. Ocupando o cargo/função entre um ano e 5, são 19,5% e com menos de um ano 5,21% apenas. Em suma, pouco mais de 75% têm mais de cinco anos na função, o que nos leva a refletir que no setor público as carreiras são mais contínuas do que no setor privado, ainda que exista a possibilidade de contratação por cargo em comissão, terceirização e outras formas. (BOHLER *et al.*, 2020).

Ao analisar as informações referentes à escolaridade dos trabalhadores vinculados ao setor público entre os dados da pesquisa (2020), verificou-se a seguinte situação: o maior grupo, 35,9%, possui especialização; seguido daqueles que possuem o ensino superior completo com 27,9%. Os que declararam ter o ensino superior incompleto representam 4,5% e 1,1 % não terminaram ensino médio. Em contrapartida, 12,2% do total possui mestrado enquanto 17,6% possuem doutorado. Portanto, a maioria dos participantes, ou seja, 65,7% possuem pós-graduação, indicando que se trata de trabalhadores com um alto nível de formação quando comparada com o trabalhador médio no contexto nacional. Tais dados estão em consonância com os dados do IPEA apresentado por Lopez e Guedes (2021) apontam que a partir da década de 1990 ocorreu um aumento significativo da escolaridade média dos trabalhadores vinculados ao setor público. Concluimos que o trabalho no setor público, devido às especificidades relacionadas ao ingresso por concurso público, tende a ser composto por trabalhadores com formações mais elevadas.

Quanto ao estado civil, 48,7% declararam serem casados, 24,8% solteiros, 15,6% em união estável e 9,9% divorciados. Assim, a maior parte (73,5%), declararam possuírem cônjuges. Quando se analisa as condições em que o trabalho remoto ocorre,

dada a sua característica de ser hegemonicamente desenvolvido no contexto das residências dos trabalhadores, a composição familiar deve ser considerada, em especial a questão de ter filhos ou não. Dos participantes vinculados ao setor público, a maioria, 61,68% possuem filhos, sendo que 27% possuem um filho, 26% têm dois filhos e 7% têm 3 filhos, enquanto apenas 38,3% não têm filhos. Bridi, Bezerra e Zanoni (2020, p. 2) afirmam que devido ao fato de, historicamente, as mulheres serem responsáveis pelo trabalho reprodutivo e de cuidados com o lar, no contexto em que o trabalho produtivo é desenvolvido nos comícios, “o trabalho remoto se configura em razão da assimetria entre os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres” e que ainda prevalecem bem demarcados na sociedade”. Dinâmica em que “as mulheres ficaram ainda mais sobrecarregadas. Ou seja, as relações de trabalho e atividades domésticas (não remuneradas) se sobrepõem, fazendo com que elas trabalhem mais, pois as tarefas domésticas permanecem distribuídas desigualmente entre homens e mulheres.” (BRIDI; BEZERRA; ZANONI, 2020, p. 2). Vale ressaltar que o processo adaptativo do trabalho remoto no contexto pandêmico foi complexo, uma vez que os trabalhos domésticos se intensificaram pela ausência dos serviços contratados, somados às demandas das instituições educacionais com o ensino remoto. São aspectos que impactaram na atividade laborativa em geral, mas em especial no trabalho das trabalhadoras dadas as características, infelizmente ainda fortemente presentes, da divisão sexual do trabalho. A publicação “Outras Formas de Trabalho: 2018”, do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, evidencia que “enquanto 78,2% dos homens realizaram afazeres domésticos em 2018, a taxa de realização de afazeres era de 92,2% entre as mulheres, uma diferença de 14 pontos percentuais”. (IBGE, 2019, p. 02).

Nesses termos, concordamos com as análises de Castro, Detoni e Bottega (2020, p. 51) quando afirmam que o “trabalho doméstico, na divisão de tarefas, historicamente foi algo atribuído às mulheres” e no contexto de trabalho remoto “esta situação se torna ainda mais evidente. Os discursos vigentes interpelam muito mais às mulheres do que aos homens sobre os cuidados domésticos e maternos”.

Relações de trabalho no setor público

O trabalho no setor público possui especificidades próprias, resultantes de uma construção histórica “forjadas no processo de luta coletiva do movimento sindical e do arcabouço institucional próprio de uma democracia” como argumentam Braunert, Bernardo e Bridi (2021). Trata-se de um setor que, a priori, seria composto por “postos de trabalho que seguem a lógica da formalidade e da estabilidade, tanto para os trabalhadores celetistas quanto para os estatutários”. (BRAUNERT; BERNARDO; BRIDI, 2021, p. 3).

Contudo, vivenciamos processos de transbordamento da lógica privada, pautada na flexibilização e terceirização da força de trabalho, para o interior do Estado, como demonstram algumas pesquisas sobre o tema desenvolvidas por Magni (2016), Braunert (2018), Freiburger (2019), Bernardo (2020). São tendências que vem se acentuando e sendo legitimadas por meio da aprovação de legislações como por exemplo a Lei n. 13.429/2017 (BRASIL, 2017), que permite a terceirização irrestrita, inclusive as relacionadas as atividades-fim; ou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC n. 32) de 2020 que pode colocar em risco não apenas a estabilidade dos servidores, mas também a oferta e a qualidade dos serviços públicos ofertados à população (BRAUNERT; BERNARDO; BRIDI, 2021).

Observando os dados obtidos na pesquisa (2020) quanto aos vínculos e relações contratuais, constatamos que do total de 595 trabalhadores, 74,7% são estatutários e 13,9% possuem regime celetista. Apesar de um percentual baixo, a modalidade de contrato temporário também aparece na pesquisa com 6% do total. (BOHLER *et al.*, 2020).

A pesquisa de campo de Freiburger (2019) corrobora com esta realidade, já que no setor público visitado pela autora (CELEPAR)⁵ foi possível constatar a presença de empresas contratadas por meio da Lei n. 8.666/1993 (Licitações) que por sua vez mantém trabalhadores com distintos contratos de trabalho tidos como “terceirizados” na

⁵ Trata-se da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - empresa de economia mista, sediada em Curitiba, capital do estado do Paraná, criada pela Lei Estadual nº 4.945, de 30 de outubro de 1964, com o objetivo de desenvolver *softwares* para o Governo do Estado do Paraná e suas secretarias.

Companhia, que embora executem as mesmas tarefas com grau de responsabilidade similar aos efetivos, não possuem os mesmos direitos legais. Enquanto os efetivos estão amparados por contrato celetista, plano de carreira, acordos coletivos de trabalho e uma série de benefícios conquistados com o amparo do sindicato da categoria⁶, os terceirizados seguem com contratos e jornadas de trabalho flexíveis e desenvolvem tarefas similares aos efetivos. (FREIBERGER, 2019).

Esta é a lógica da terceirização que está presente tanto no setor privado quanto no público e “se constituiu na principal forma de flexibilização da contratação, a partir dos anos 1990, no Brasil”, que vem se reinventando e se apresentando em diferentes “formatos contratuais”, como a subcontratação por meio de agências de empresa, a Pessoa Jurídica (PJ), o autônomo”. (KREIN, 2013, p. 190).

A questão que se coloca é em que medida o Estado mantém o seu papel de protetor da sociedade considerando que empresas de Governo aceitam a flexibilização contratual, como as terceirizações? A busca pela resposta desta inquietude nos permite um alinhamento com as análises de Dardot e Laval (2016) que criaram o termo “governo empresarial” para se referir aos dois principais movimentos que o Estado vem fazendo com o devido apoio da sociedade: do lado externo a permissão para privatizações de empresas estatais, e do lado interno o ajuste do papel do Estado se dá pela aprovação de instrumentos de poder que legitimam um pensamento comum entre o Governo e os sujeitos sociais, condições compatíveis com os nossos achados empíricos. (DARDOT; LAVAL, 2016).

Condições do trabalho remoto no contexto da pandemia no setor público

Refletir o trabalho remoto no contexto da pandemia, demanda acionar algumas mediações, pois ele se diferencia do “trabalho remoto, home office ou teletrabalho que já vinha sendo executado no Brasil, em diversos setores da economia, sejam públicos ou privados, embora não na dimensão de outros países desenvolvidos” (BERNARDO;

⁶ Trata-se do Sindicato dos Trabalhadores em Informática e Tecnologia da Informação do Paraná, criado inicialmente como uma associação por iniciativa dos trabalhadores da CELEPAR, em 1985. (FREIBERGER, 2019).

MAIA; BRIDI, 2020, p. 13). A urgência e a provisoriedade presentes no processo de transição do trabalho presencial para o remoto são fatores que precisam ser considerados.

Castro, Detoni e Bottega (2020, p. 48) analisa que o trabalho remoto no contexto pandêmico “exigiu que montássemos estruturas de trabalho remoto que necessariamente não tínhamos, além de nos expor e deixar disponíveis o tempo todo. Somos invadidos por câmeras e contatos constantes, onde não existe mais um tempo dentro e um tempo fora.” Assim, adotamos a perspectiva teórica que teletrabalho e trabalho remoto no contexto da pandemia são distintos. Enquanto no teletrabalho, “o controle da jornada é dispensável, no entanto há a obrigatoriedade de registro em contrato de trabalho, assim como a previsão em contrato das despesas e provisões necessárias a realização das atividades laborais” (BERNARDO; MAIA; BRIDI, 2020, p. 13). No trabalho remoto, o registro em contrato individual de trabalho ou aditivo contratual é dispensado, “e o regime de trabalho é flexibilizado, ocorrendo atividades remotas e, também, presenciais” (BERNARDO; MAIA; BRIDI, 2020, p. 13).

As condições ergonômicas favoráveis para a execução do trabalho em âmbito nacional estão amparadas pela Norma Regulamentadora 17 que “visa estabelecer as diretrizes e os requisitos que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente no trabalho”. (BRASIL, 2021, s/p). Tais recomendações são importantes também no trabalho remoto, contudo, o relato desta participante chama atenção para dois pontos fundamentais na análise do trabalho remoto: aumento de trabalho e condições ergonômicas desfavoráveis.

A impressão que tenho é que trabalho muito mais e rendo muito menos. Em apenas dois meses já sinto algumas dores nas costas por conta de a estação de trabalho não ser a mais adequada. Sinto pressão para “mostrar que estou presente” através de produtividade, quando no trabalho presencial isso não existia. Saliento que estou em um setor com uma equipe muito boa e com uma chefia bastante compreensiva, o que tem tornado essa experiência bem melhor do que poderia ser (Participante da pesquisa, mulher, servidora pública, 2020).

A ausência de mobiliários ajustáveis pode trazer danos irreversíveis à saúde e os dados da pesquisa apontam para condições desfavoráveis aos trabalhadores. A pesquisa

mostrou que 55,6% dos trabalhadores avaliaram que as suas condições ergonômicas são razoáveis, pois possuem apenas mesa e cadeira, sem um local próprio para desenvolvimento de suas tarefas. Em contrapartida 31,2% dos participantes avaliaram que possuíam excelentes condições ergonômicas enquanto 13,1% possuíam péssimas condições ergonômicas. Se somarmos aqueles que têm condições razoáveis com aqueles que possuem condições péssimas, constatamos que 68,7% dos participantes não possuíam condições ergonômicas favoráveis para o desenvolvimento das tarefas, o que pode indicar riscos à saúde dos servidores públicos.

Quanto à disponibilidade de equipamentos e tecnologias disponíveis em casa, a pesquisa apontou que 57,1% entendem como razoáveis pois dispõem apenas de parte das tecnologias e equipamentos necessários para a realização de seus trabalhos. Já 38,3%, estão aqueles que avaliam como excelente, pois têm a seu dispor as tecnologias e os equipamentos que seu trabalho demanda, enquanto 4,5% avaliaram como péssimas as condições, pois não acessam tecnologia e equipamentos adequados. Assim foi possível concluir que 61,6 % participantes da pesquisa avaliaram que não possuem de forma satisfatória os equipamentos e tecnologias adequadas para a realização do trabalho remoto/home office. Em análise correlacional das condições e relações do trabalho remoto dos docentes vinculados ao setor público e privado, Maia e Bernardo (2021), chamam a atenção para a ausência de suporte das instituições empregadoras quanto às condições e aos custos decorrentes do trabalho remoto. Em relação aos custos, “são gastos que podem impactar de formas mais ou menos significativas os orçamentos de tais trabalhadores quando consideramos o contexto de crise socioeconômica acentuada pela crise sanitária.” (MAIA, BERNARDO, 2021, p. 21). Ressaltamos que, a Instrução Normativa nº. 65/2020 que trata sobre os critérios, as orientações e os procedimentos gerais que devem ser adotados nos órgãos e entidades da administração pública federal, ou seja, no setor público, a implementação de programa de gestão prevê que é de responsabilidade do trabalhador arcar com a estrutura para o exercício do trabalho realizado remotamente. (BRASIL, 2020).

Sobre os critérios de produtividade, 61,5% dos respondentes afirmaram que seus trabalhos possuem algum critério de meta de produtividade. Destes, 63,1% relataram que não tiveram alteração quanto à meta de produtividade na comparação antes e

durante a pandemia. Ocorre que dentre aqueles que afirmaram possuir critérios de meta, 24,5% afirmaram que tiveram aumento em tais critérios quando passaram a trabalhar remotamente. Paradoxalmente, 12,2% dos participantes relataram uma redução das metas de produtividade no contexto do trabalho remoto.

O trabalho remoto assume características distintas a depender das especificidades que envolvem a atividade laborativa e as condições objetivas em que é desenvolvida, tornando-se, assim, paradoxal, pois é percebido com pontos positivos e, também, negativos. Quando questionados a respeito dos aspectos negativos⁷ com relação ao trabalho remoto, 58,89% indicaram a falta do contato com colegas de trabalho; 58% afirmaram que tem mais interrupções; 56,44% relataram a dificuldade em separar vida familiar da atividade profissional e 42,67%, apontaram a questão de receber demandas em qualquer horário e dia da semana. São dificuldades que se interrelacionam e são complementares, própria das especificidades que o trabalho remoto no contexto da pandemia foi sendo delineado, profundamente influenciado pela atmosfera de medo e insegurança próprias do contexto pandêmico e de isolamento social. O relato a seguir expressa essas características:

Tem mais pontos negativos do que positivos, não existe dia e nem hora para repasses dos superiores, alunos enviam as atividades em qualquer dia e horário por *WhatsApp* e não querem acessar a plataforma, tenho que cozinhar, limpar a casa, auxiliar uma criança de 11 anos e outra de 6 anos nos estudos, enquanto tenho que cuidar do meu bebê de 8 meses, e ainda sendo gestante de 5 meses. O estresse causou problemas de saúde. O trabalho remoto chegou para desestabilizar a profissão de professor da educação básica, pois como sempre a cobrança é imensa e a valorização é zero (Participante da pesquisa, mulher, servidora pública, 2020).

Quanto as questões positivas do trabalho remoto, o principal ponto comum apontado pelos participantes foram: a flexibilidade de horários com 74%; a ausência de deslocamento e não ter que enfrentar o trânsito com o percentual de 62,2%; ausência de preocupação com aparência pessoal com 58,8% e, a possibilidade de passar mais tempo com a família com 50,6%. É interessante refletir que, para os participantes da pesquisa, a possibilidade de flexibilização dos horários de trabalho foi o fator mais citado como

⁷ Questão de número 40 do questionário, a qual os respondentes puderem escrever livremente sobre a sua percepção em relação a experiência do trabalho remoto. É por isso que a somatória é superior a 100%.

ponto positivo. O fato de poder conciliar as atividades pessoais com as laborais reveste-se de características positivas, no contexto de trabalho remoto forjado pela pandemia. Essa experiência pode demandar novos arranjos na organização do trabalho no pós-pandemia, pois a pesquisa realizada pela rede social profissional LinkedIn, evidencia que a pandemia fez com que 78% dos profissionais afirmassem que aceitariam mais flexibilidade no trabalho. Ainda, no ano de 2021, 30% dos trabalhadores se desvincularam dos seus empregos devido à ausência de políticas flexíveis. (GLOBO, 2022). São aspectos paradoxais, pois o trabalho remoto assume características completamente distintas que são influenciadas pelo ofício a ser desenvolvido e pelas questões de gênero. Como é possível visualizar no relato a seguir:

A experiência tem aspectos positivos e negativos. Positivo: tenho mais tempo para ficar com meus filhos e esposo. Negativos: no meu caso não tem como realizar o meu trabalho na essência, só a parte administrativa. Ficou bem evidente a questão de desigualdade de gênero, pois realizo 90% das atividades domésticas, enquanto meu esposo ajuda quando é conveniente (Participante da pesquisa, mulher, servidora pública, 2020).

Este relato evidencia que as diferenças demarcadas na divisão sexual do trabalho, mesmo considerando os avanços sociais e culturais das últimas décadas, ainda estão fortemente presentes na sociedade, onde as atividades do âmbito da esfera reprodutiva ainda são de responsabilidade do gênero feminino. A mulher trabalhadora que realiza um trabalho duplo, dentro e fora de casa, e estando à frente das atividades domésticas cria condições de subsistência para si mesma, e por extensão ao esposo e filhos reproduzirem sua força de trabalho para o capital. (ANTUNES, 2009). No contexto de trabalho remoto, delineado pela pandemia devido à condição excepcional em que se deu, intensifica-se as demandas tanto da esfera produtiva quanto da reprodutiva, implicando em processos de desgaste mental, físico e emocional.

O processo de intensificação do trabalho foi identificado na pesquisa, seja no ritmo, seja na quantidade de dias e horas trabalhadas. Quanto ao aumento de ritmo de trabalho, aproximadamente 46% dos respondentes indicaram perceberem aceleração ao exercer as suas funções de forma remota. Quanto aos dias de trabalho, antes da pandemia, 83,3% do total dos respondentes do setor público, trabalhavam 5 dias. Com o trabalho

remoto, o percentual dos que trabalhavam 5 dias caiu para 55,4%, aumentando os percentuais dos que indicaram trabalhar mais dias na semana. Isso ocorreu também com o número de horas trabalhadas, na comparação antes e durante a pandemia, houve aumento de 31,6% dos que afirmaram trabalhar mais de oito horas por dia durante a pandemia. Sendo assim, inferimos que o trabalho remoto para esses participantes, resultou em mais trabalho, seja no aumento dos dias trabalhos, seja no aumento da jornada de labor. Assim, dada as especificidades dessa modalidade de trabalho, os marcadores que separavam o tempo de trabalho produtivo e do reprodutivo se apagam. Como podemos identificar no seguinte relato:

Apesar do espaço ser suficiente e o tempo, também, tornou-se difícil separar as atividades de casa das do trabalho e este último terminou ocupando, de maneira intermitente, todo o tempo em que permaneço em casa, exceto na hora de dormir (Participante da pesquisa, mulher, servidora pública, 2020).

Revestida de novas roupagens, principalmente mediada pelas tecnologias de comunicação, as análises do trabalho na “oficina do artífice” por Sennet (2012, p.67-68), apontam que na Idade Média os “artífices dormiam, comiam e criavam os filhos nos locais de trabalho”. Por alguma similaridade de espaço podemos contextualizar o trabalho remoto que se impôs por medida de segurança sanitária mundial, ainda que os desafios sejam diferentes da oficina-lar medieval. Lá a destreza do mestre da habilidade artesanal ficava nos limites individuais, agora a tecnologia da informação e comunicação (TIC) escancara a tarefa da “oficina-remota” e controla não somente a produtividade diária, como também o tempo que o trabalhador ficou “logado” para desenvolvê-la. Possivelmente, esta seja apenas uma das razões pelas quais 49,41% dos trabalhadores públicos participantes da pesquisa continuam preferindo o trabalho no formato presencial. (SENNET, 2012).

Considerações finais

A partir das análises e reflexões tecidas no presente trabalho, podemos inferir que os participantes da pesquisa vinculados ao setor público são na sua maioria do sexo feminino, com alto grau de escolarização e possuem filhos. Os relatos indicam que os

aspectos de gênero, vinculados à divisão sexual do trabalho, impactam fortemente na percepção quanto aos aspectos negativos e positivos do trabalho remoto no contexto da pandemia.

No que tange às relações de trabalho constatamos que a maioria são estatutários, mas embora com baixo percentual constatamos também contratos temporários, ou seja, encontramos a flexibilização nos contratos do setor público. Constatamos ainda que havia condições ergonômicas desfavoráveis, além do que a maioria dos participantes avaliou que não possuíam de forma satisfatória os equipamentos e tecnologias adequadas para a realização do trabalho remoto.

Inferimos que o trabalho remoto para esses participantes, resultou em mais trabalho, seja no aumento dos dias trabalhados, seja no aumento da jornada de labor, assim como na intensificação do ritmo de trabalho. A partir das respostas dos participantes, concluímos que a possibilidade de flexibilizar os horários de trabalho é o ponto forte da experiência do trabalho remoto. Paradoxalmente, aspectos relacionados às questões de mais interrupções e dificuldade em separar vida familiar da atividade profissional são apontados como dificultadores dessa modalidade de trabalho e possivelmente, esta seja apenas uma das razões pelas quais a metade dos servidores públicos participantes da pesquisa continuam preferindo o trabalho no formato presencial.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BANCO de dados da pesquisa: **“Trabalho remoto/home-office no contexto da Covid-19”**, realizada pelo Grupo de Estudo Trabalho e Sociedade (GETS/UFPR) em parceria com a Rede de Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR). Curitiba, 2020.

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. **Flexibilização contratual no setor público: Condições e relações de trabalho dos professores temporários nas universidades estaduais do Paraná**. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva; MAIA, Fernanda Landolfi; BRIDI, Maria Aparecida. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia Covid-19. **NORUS - Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n.14, p. 1-32, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/issue/view/983/showToc> Acesso em: 20 de mai. 2022.

BOHLER, Fernanda Ribas Bohler; *et al.* Trabalho remoto no contexto da pandemia Covid-19 no setor público e privado. In: **RELATÓRIO técnico pesquisa trabalho remoto/home office no contexto da Covid-19: trabalho docente, setores público e privado e questões de gênero**. Parte II. Curitiba: GETS/UFPR; REMIR, 2020.

BRASIL. **Instrução Normativa n. 65, de 30 de julho de 2020**. Estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC relativos à implementação de Programa de Gestão. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-65-de-30-de-julho-de-2020-269669395>. Acesso em: 6 maio 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm. Acesso em: 19 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora n. 17 (NR-17)**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-17-atualizada-2021.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

BRAUNERT, Mariana Bettega. **Empresas públicas, racionalidade privada?** Um estudo sobre o trabalho nas companhias de economia mista do Paraná. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

BRAUNERT, Mariana Bettega; BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva; BRIDI, Maria Aparecida. Impactos da reforma administrativa sobre as formas de contratação e a estabilidade no setor público. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 26, n. 84, p. 1-19, 2021. Disponível: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/83056/79449>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRIDI, Maria Aparecida; BEZERRA, Giovana Uehara; ZANONI, Alexandre Pilan. **O trabalho remoto e as condições das mulheres no contexto da pandemia Covid-19**. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/Trabalho_remoto_e_gnero_2_-pandemia-_artigo_Uehara__Zanoni_e_Bridi.pdf. Acesso em: 12 maio 2022.

CASTRO, Thiele da Costa Müller; DETONI, Priscila Pavan; BOTTEGA, Carla Garcia; TITTON, Jaqueline. Em tempos de coronavírus: home office e o trabalho feminino. **NORUS - Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 14, p. 40-64, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/20017/12420>. Acesso em: 13 maio 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christan. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIBERGER, Zelia. **Trabalho e flexibilização na tecnologia da informação**: o caso da CELEPAR. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

GLOBO. Pandemia leva 78% dos profissionais a desejar flexibilidade no trabalho, diz pesquisa. **G1**. Trabalho e carreira. 1 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2022/05/01/pandemia-leva-78percent-dos-profissionais-a-desejar-flexibilidade-no-trabalho-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 7 maio 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Outras formas de trabalho 2018**. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101650_informativo.pdf. Acesso em: 12 mar. 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD-COVID19. set. 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em: 12 mar. 2022.

KREIN, José Dari. **As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil**. São Paulo: LTR, 2013.

LOPEZ, Felix; GUEDES, Erivelton. Três décadas de evolução do funcionalismo público no Brasil (1986-2017). **Atlas do Estado Brasileiro**. 2021. Acesso em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/indicadores>. Acesso em: 9 maio 2022.

MAGNI, Ana Carla. **Precarização dos serviços públicos**. Brasília, 06 jul. 2016. Disponível em: <http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Precariza%C3%A7%C3%A3o-dos-servi%C3%A7os-p%C3%BAblicos-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Ana-Magni-IBGE.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2022.

MAIA, Fernanda Landolfi; BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. Condições objetivas do trabalho docente na modalidade remota no contexto da Covid-19: uma análise correlacional em instituições públicas e privadas. 2021. **Emancipação**, v. 21, p. 1-23, e2118179, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/18179>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SENNET, Richard. **O artífice**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

A luta pela afirmação política das frações de classe economicamente dominantes: um estudo sobre a Associação Comercial do Paraná e seus presidentes de 1890 a 1946¹

Natália Cristina Granato²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

O estudo da relação entre o poder político e o poder econômico é central para análises críticas que se debruçam sobre o capitalismo e seu desenvolvimento. Temos como contexto a sociedade paranaense no período de Revolução Burguesa, atravessada pela afirmação política da nova classe dominante em ascensão: a burguesia ervateira e madeireira, ambas economias que se desenvolveram através da indústria. O foco deste trabalho refere-se à atuação política e econômica da Associação Comercial do Paraná. Entendemos que tal entidade procura representar os interesses das frações de classe economicamente dominantes no Paraná entre a sua fundação, em 1889, sob a presidência de Ildefonso Pereira Correia, até 1946, quando se encerra a segunda gestão de Rivadavia Fonseca de Macedo. Esta periodização contempla a representação de classe da entidade durante os primeiros anos da Primeira República e se estende até o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Fundamentamos nossas reflexões sobre a Associação Comercial do Paraná associadas à análise da representação de interesses de determinadas frações de classe dominante e a organização social e política delas, tendo em vista a relação entre as esferas política e econômica. Entendemos que a classe economicamente dominante no Paraná no período analisado era fracionada entre a burguesia industrial ervateira e madeireira, frações que aspiravam a uma maior dominação política e consolidavam a organização própria de classe, colocando os seus interesses como interesses gerais. Demonstraremos, a partir da análise prosopográfica e genealógica dos presidentes da Associação Comercial do Paraná, a relação entre a histórica influência econômica e política que as famílias desses agentes exerciam, tendo a conjuntura que antecedeu a Revolução de 1930 como um ponto de inflexão para a sua atuação, e entendendo tal afirmação burguesa dentro da lógica da “modernização conservadora”, na qual não há a ideia de transformação radical, e sim a de metamorfose, preservando aspectos do passado.

Palavras-chave: Classe dominante; empresariado; Paraná; Associação Comercial do Paraná.

¹ GT 03: Instituições e Poder- Parentescos e Genealogias, 2022. Uma versão preliminar do artigo foi apresentada no 12º Seminário Nacional de Sociologia & Política,

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Assessora Técnica na Secretaria de Estado da Educação do Paraná. E-mail: nataliagranato@hotmail.com.

Introdução

O estudo da relação entre os poderes político e econômico é central para análises críticas que se debruçam sobre o capitalismo e seu desenvolvimento. O contexto em questão é a sociedade paranaense no período de Revolução Burguesa, atravessada pela afirmação política da nova classe dominante em ascensão: a burguesia ervateira e madeireira, ambas economias que se desenvolvem através da indústria.

Neste trabalho, temos por objeto a atuação política e econômica da Associação Comercial do Paraná (ACP). Entendemos que tal entidade procura representar os interesses das frações de classe economicamente dominantes no Paraná entre a sua fundação, em 1889, sob a presidência de Ildefonso Pereira Correia, até 1946, quando se encerra a segunda gestão de Rivadávia Fonseca de Macedo. Esta periodização contempla a representação de classe da entidade durante os primeiros anos da Primeira República e se estende até o governo provisório de Getúlio Vargas.

O contexto recortado evidencia uma série de transformações sociais, econômicas e políticas, como a formação e a consolidação do Estado capitalista moderno, a transição de uma economia baseada no trabalho escravo para o trabalho assalariado, a afirmação da burguesia industrial como fração de classe que se organiza gradativamente, o primórdio do movimento operário atuante sob bases sindicais, entre outras. Em contrapartida, tais mudanças se desenrolam em um cenário que preserva uma série de características dos períodos anteriores, visto que a estrutura de dominação da grande propriedade e das classes tradicionais não foi comprometida.

Nosso ponto de partida teórico é o materialismo histórico como base para o entendimento da noção de classe social. Tal perspectiva, em linhas gerais, entende que o modo de produção da vida material condiciona a vida social, política e espiritual dos indivíduos. Esta relação entre a esfera social e econômica remete à ideia de que as classes sociais são “grupos de agentes sociais” definidos “principalmente, mas não exclusivamente, por sua posição no processo de produção, ou seja, na esfera econômica” (POULANTZAS, 1973, p.7). Esta definição pode ser encontrada na obra de Nicos

Poulantzas, autor neomarxista estruturalista que influenciou relevantes análises que relacionam o poder econômico ao poder político. O autor aponta para a variedade de frações de classe dominante nas formações sociais em um determinado modo de produção dominante. A diversidade de frações, interesses e lutas entre as classes é contemplada neste paradigma.

Fundamentamos nossas reflexões sobre a ACP associadas à análise da representação de interesses de determinadas frações de classe dominante e à organização social e política delas, tendo em vista a relação entre as esferas política e econômica. Entendemos que a classe economicamente dominante no Paraná no período analisado era fracionada entre a burguesia industrial ervateira e madeireira, frações que aspiravam a uma maior dominação política e consolidavam a organização própria de classe, colocando os seus interesses como interesses gerais. Este período também se caracteriza com a afirmação do desenvolvimento do capitalismo na sua fase industrial, ainda que de forma incipiente. Considerando a burguesia como classe dominante a partir dos apontamentos de Nicos Poulantzas, entendemos que ela é formada por um conjunto de frações burguesas dominantes que participam da dominação política e estabelecem alianças. Esta noção define-se como “bloco no poder”, que comporta frequentemente os interesses de outras classes além da burguesia, como o exemplo europeu da aristocracia fundiária (POULANTZAS, 1973, p.31).

Outro autor que desenvolve o conceito de classe dominante e norteia algumas de nossas reflexões neste trabalho é Pierre Bourdieu, tendo em vista que tal conceito refere-se a uma “população verdadeiramente real” que detém o poder devido à sua quantidade de “força social” (ou capital), relacionada à sua posição social. Desta forma, essa classe possui vantagens em relação às outras desde o momento de sua entrada nas lutas pelo “monopólio do poder” (BOURDIEU, 1989, p.28). Neste sentido, a classe economicamente dominante luta pelo poder, utilizando-se de variadas estratégias. Para Bourdieu, os agentes são portadores de um *habitus*, que varia segundo a posição que eles ocupam em determinado espaço no mundo social (BOURDIEU, 2004, p.158-159). Bourdieu refere-se a tais espaços como campos. Cada campo possui diferentes tipos de capital, como o econômico, o político, o social e o simbólico. Quanto maior o acúmulo

dos capitais pelos agentes que fazem parte da classe dominante, maior é a possibilidade desses agentes afirmarem suas posições na estrutura social.

Temos como hipótese a ideia de que as frações de classe economicamente dominantes no Paraná durante o período analisado objetivavam uma maior parcela do poder político ante as classes dominantes tradicionais que reproduziam a dominação política de modo hegemônico. Este movimento é perceptível na ação de classe da Associação Comercial do Paraná e em outros grupos que contestavam o padrão de dominação vigente na República Velha que exerciam oposição aos grupos políticos dominantes. No presente trabalho, destacamos as ações contestatórias que antecederam a Revolução de 1930, marco fundamental que estabeleceu um rearranjo de forças sociais e políticas que beneficiaram, em longo prazo, os interesses das frações burguesas emergentes. Tal inflexão, porém, não estabeleceu rupturas radicais com os interesses das classes dominantes tradicionais, visto que muitos dos agentes pertencentes às mesmas reproduziram a dominação política após a Revolução de 1930.

Boa parte da literatura sobre a Revolução de 1930 no Brasil caracteriza este processo como “modernização conservadora”. A Revolução de 1930 buscou a incorporação das aspirações das classes em ascensão, entre elas, a burguesia industrial, nas pautas do Estado (ou seja, quebrou o monopólio exclusivo das oligarquias rurais sobre o Estado). Mas isso não significa que tais classes hegemônicas da República Velha foram excluídas do processo político que estava em reformulação. Um dos autores que corroboram com esta tese é Boris Fausto (1997, p.116), o qual salienta que tal processo não modificou as relações de produção baseadas no grande latifúndio, e “o colapso da hegemonia burguesa do café não conduz ao poder político de outra classe ou fração de classe com exclusividade”. Outra autora que se aproxima da ideia da Revolução de 1930 como um processo de modernização conservadora é Maria do Carmo Campello de Souza, salientando que os interesses econômicos dominantes do período anterior não foram marginalizados. Segundo a autora, a Revolução de 1930 redefiniu os “canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central” (SOUZA, 1976, p.85).

No Paraná, a tese de continuidade das antigas famílias tradicionais no poder com influência e poder econômico no período pós-1930 pode ser conferida no trabalho “Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945”, de Ricardo Costa de Oliveira. Analisando o perfil das autoridades nomeadas pela interventoria do irmão de Plínio Tourinho, Mário Tourinho, o autor destaca a “continuidade de tradicionais grupos e famílias no poder” (OLIVEIRA, 2004, p.18), a começar pelo próprio interventor, membro de uma tradicional família local. Esta dinâmica continuou com o longo período de interventoria de Manoel Ribas, da qual o autor apontou a presença de membros de tradicionais famílias nas secretarias de Estado, na ACP, na Federação das Indústrias do Paraná, entre os deputados eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933, os deputados federais eleitos em 1934 e os deputados estaduais eleitos em 1935. Assinalamos que as famílias tradicionais e históricas da classe dominante são também promotoras da modernização e da industrialização local, o que revela uma continuidade de poder e manutenção de antigos interesses dominantes:

A continuidade de tradicionais seguimentos sociais no processo político e sua capacidade parcial de aburguesamento, em alguns casos, apontam para a perspectiva de continuidades que a transformação burguesa não consegue romper. Esse processo também pode ser analisado como uma metamorfose burguesa. O “antigo regime” se acomodando e articulando com o novo. Ao invés da revolução, das rupturas e das inflexões, assiste-se à conciliação e à coexistência (OLIVEIRA, 2000, p.61).

Demonstraremos, a partir da análise prosopográfica e genealógica dos presidentes da ACP, a relação entre a histórica influência econômica e política que as famílias destes agentes exerciam, tendo a conjuntura que antecedeu a Revolução de 1930 como um ponto de inflexão para a atuação delas, e entendendo tal afirmação burguesa dentro da lógica da “modernização conservadora”, na qual não há a ideia de transformação radical, e sim a de metamorfose, preservando aspectos do passado.

Os presidentes da ACP de 1890 a 1946: uma análise genealógica e prosopográfica

Esta seção tem como objetivo a análise genealógica e prosopográfica dos presidentes da ACP em prol da verificação dos padrões de ação econômica e política que

tais agentes, entendidos como representantes dos interesses das frações de classe que faziam parte. Tais padrões possuem relação com o processo de transformações sociais e políticas que o Paraná vivenciava.

Em linhas gerais, uma análise genealógica relaciona os indivíduos em uma dada estrutura social com a ascendência comum. No ponto de vista da análise sociológica, identificam-se famílias, organizadas em redes de dominação, que perpetuam seus poderes, influências e riquezas ao longo dos séculos. Segundo Ricardo Costa de Oliveira (2000), no Paraná, aproximadamente 45 famílias perpetuam a dominação política e econômica desde os tempos coloniais. O autor tem como evidência empírica o livro *Genealogia Paranaense*, escrita por Francisco Negrão (2004), que menciona os descendentes dos primeiros povoadores do Paraná, membros da classe dominante local. Negrão separa em seis volumes os descendentes dos primeiros povoadores do Paraná Tradicional a partir de títulos genealógicos, localizando as famílias e as alianças matrimoniais entre si. O volume I corresponde aos descendentes de Baltazar Carrasco dos Reis, o volume II corresponde aos descendentes de João Rodrigues Seixas, o volume III corresponde aos descendentes de João Rodrigues de França. A partir do volume IV, são variados títulos genealógicos³. Tais títulos evidenciam os troncos familiares que se relacionam entre si e formam a classe dominante

Por sua vez, o método da prosopografia, ou biografia coletiva, segundo Lawrence Stone (2011), é uma investigação das características comuns de um grupo de atores através de um estudo coletivo de suas trajetórias de vida. Coletaremos variáveis biográficas como nome, filiação, local de nascimento, cargos políticos ocupados, profissão e partido político de origem dos agentes que exerceram a presidência da ACP entre os anos de 1890 e 1946.

³ Volume IV: Títulos Laras, Moraes Cordeiro, Mateus Leme, Teixeira de Azevedo, Xavier Pinto, Teixeira Coelho, Pereira Braga e Oliveira Cardoso. Volume V: Títulos Corrêa de Bittencourt, Cardoso de Lima, Taques, Oliveira Vianna, Goés Siqueira, Alves, Marques da Cunha e Azevedo da Silveira. Volume VI: Títulos Macedo, Laynes, Morocine Borba, Martins Lopes, Brandão de Proença, Simas, Souza Pinto, Rodrigues Vianna, Gonçalves Marques, Marques de Jesus, Silva Pereira, Santos, Nascimento de Farias, Maravalhas, Pereiras, Mendonça, Pereira Branco, Freitas de Saldanha, Alvares de Araújo, Soares da Costa, Xavier da Silva, Falcão Bastos, Moreira da Rocha, Gonçalves dos Santos, Pletz, Muller, Kalckman e Bley. (OLIVEIRA, 2000, pp.380-385).

O quadro a seguir sintetiza algumas informações genealógicas a respeito dos presidentes da ACP:

QUADRO 1: GENEALOGIA GERAL DOS PRESIDENTES DA ACP

Presidente	Títulos Genealógicos ⁴	Localização Genealogia Paranaense
Ildefonso Pereira Correia	Rodrigues de França	Volume III
José Ribeiro de Macedo	Rodrigues de Seixas	Volume II
João Ribeiro de Macedo	Rodrigues de Seixas	Volume II
Zacharias de Paula Xavier	Carrasco dos Reis Rodrigues de Seixas	Volume I Volume II
David Antônio da Silva Carneiro	Carrasco dos Reis	Volume I
João Phamphilo de Assumpção	Rodrigues de Seixas	Volume II
João Guilherme Guimarães	Rodrigues de França	Volume III
David Antônio da Silva Carneiro	Carrasco dos Reis	Volume I
Rivadavia Fonseca de Macedo	Rodrigues de Seixas	Volume II
Arcécio Guimarães	Rodrigues de França	Volume III
João Viana Seiler	Moraes Cordeiro Rodrigues de Seixas	Volume IV Volume II

Fonte: OLIVEIRA, 2000, p. 420. Quadro: Elaboração da autora

A partir das informações no quadro acima, assinalamos que os onze presidentes da ACP eram portadores de títulos genealógicos, o que indica a força da inserção deles na classe dominante tradicional do Paraná. Destacamos a recorrência das famílias Macedo e Carneiro, que ocuparam a presidência por duas vezes cada durante o período analisado.

O próximo quadro apresenta informações sobre a periodização das gestões, juntamente com as atividades econômicas e políticas exercidas pelos presidentes da ACP.

⁴ Considera-se como portador do título genealógico a condição por nascimento, casamento ou casamento de seus filhos.

QUADRO 2: PRESIDENTES DA ACP⁵: PERIODIZAÇÃO DAS GESTÕES, ATIVIDADES ECONÔMICAS E POLÍTICAS

Presidente/ Gestões	Atividades Econômicas	Atividades Políticas
Ildefonso Pereira Correia (1890-1893)	Industrial e exportador de erva-mate e madeira	Juiz de paz da Vila de Antonina. Vice-presidente da província (1888), deputado provincial (1888-1889); Presidente da Câmara Municipal de Curitiba (1887). Membro do Partido Liberal.
José Ribeiro de Macedo (1893-1895) (1913-1917)	Industrial e exportador de erva-mate	Juiz de paz eleito em 1873 em Porto de Cima, PR, p.476, Vereador em Porto de Cima, PR, 1883, 1877 (p.483), Presidente da Câmara de Porto de Cima; Deputado Provincial por várias legislaturas. Vice-Presidente da Província. Inspetor Escolar e chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório (CARNEIRO, 1981, p.80). Chefe local do Partido Conservador.
Zacharias de Paula Xavier (1895-1897) (1901-1909) (1917-1919)	Industrial e exportador de erva-mate. Proprietário da primeira fábrica de louças do Brasil (Fábrica Colombo);	Membro do Partido Republicano Federal. Deputado provincial por várias legislaturas (1892)
David Antônio da Silva Carneiro (1897-1899)	Industrial e exportador de erva-mate. Diretor responsável pela organização dos negócios da família de Ildefonso Pereira Correia, como as marcas “Impressora Paranaense”, “Serrarias	Pertencia ao Partido oposicionista ao PRF, liderado por Vicente Machado. Deputado Provincial (1912)

⁵ GALERIA de Presidentes da Associação Comercial do Paraná (1889-2017). Disponível em: <<https://acpr.com.br/institucional/historia/>>. Acesso em 03. abr. 2022.

	São Sebastião”, “Volteio” e “Seis de Agosto”	
João Ribeiro de Macedo (1899-1901)	Industrial e exportador de erva-mate. Proprietário da Fonte mineral Ouro Fino	Coronel e chefe político local no município de Teixeira Soares. Vereador em Campo Largo (1887-1890).
João Phamphilo de Assumpção (1909-1913) (1927-1931)	Jurista e advogado	Consultor Jurídico do Estado
João Guilherme Guimarães (1919-1923)	Industrial e exportador de erva-mate	Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá. Prefeito de Paranaguá. Afastou-se da política após desentendimentos com Vicente Machado. Fundador do Partido Democrático Paranaense.
David Antônio da Silva Carneiro (1923-1927)	Industrial e exportador de erva-mate	Membro do Partido Autonomista (oposição ao PRP), fundado em 1920 e candidato à Câmara Municipal de Curitiba. Candidato à presidência do Paraná nas eleições de 1927, pelo Partido Democrático. Fundador do Partido Democrático Paranaense.
Rivadavia Fonseca de Macedo (1931-1933)	Filho do próspero comerciante curitibano e fundador da Junta Comercial do Paraná, Tobias de Macedo.	Secretário da Fazenda e Obras Públicas no governo Manoel Ribas (CARNEIRO, 1981, p.119), uma das duas secretarias existentes. Interventor provisório no Paraná. Presidente do Banestado.
Arcécio Guimarães (1933-1937) (1939-1946)	Industrial e exportador de erva-mate	Vereador em Curitiba, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.
João Viana Seiler (1937-1939)	Industrial e proprietário e sócio de firmas no setor	Membro do Partido Autonomista (oposição ao PRP), fundado em

	de secos e molhados. Industrial de laminados	1920. Candidato à Câmara Municipal de Curitiba

Fontes: ALVES (2014); CARNEIRO (1981); COSTA, (1981). Quadro: elaboração da autora.

Na análise das atividades econômicas dos onze presidentes da ACP do período em questão, assinalamos a presença dominante da indústria ervateira, desenvolvida por nove presidentes. Outras atividades como o comércio e a indústria de mercadorias diversificadas também se fazem presentes, porém de maneira secundária. Todos os presidentes da entidade durante o período analisado desenvolviam suas atividades no litoral e em Curitiba, justamente as regiões onde se desenvolviam as atividades industriais ervateiras.

Quanto às atividades políticas dos presidentes da ACP analisados, destacamos que, embora os estatutos da entidade desautorizassem a ação partidária dos seus membros (CARNEIRO, 1981, p.86), verificamos o exercício de cargos eletivos e de confiança de maneira recorrente. No entanto, assinalamos que tal presença na política não estava associada a posições de destaque e hegemonia, algo a ser conquistado pelos empresários, tal como demonstra a militância de João Guilherme Guimarães e David Carneiro em prol da afirmação de classe no campo de disputas de poder, enquanto ambos eram presidentes da entidade.

Na interpretação das atividades políticas dos presidentes da ACP, verificamos regulares atuações com aspectos reformistas, contra-hegemônicos ou dissidentes em relação ao poder dominante.

O primeiro presidente da entidade, Ildefonso Pereira Correia, o “Barão do Serro Azul”, era membro de uma família histórica que exerceu uma notável influência política e econômica que perpetuava a sua dominação desde o século XVIII (OLIVEIRA, 2000, p.388). Portador dos títulos “Ordem da Rosa” e “Barão do Serro Azul”, era filho do ex-deputado Manoel Francisco Correia Junior e irmão do senador Manoel Francisco Correia (ALVES, 2014, p.300). Sua irmã, Francisca Correia, casou-se com Antônio Alves de Araújo, era sobrinha do líder conservador Manoel Eufrásio Correia (ALVES, 2014, p.247). Durante o seu tempo, foi um dos maiores exportadores de erva-mate do país, com uma ação empreendedora que acarretou na acumulação de um volumoso capital econômico.

José Ribeiro de Macedo, o segundo presidente da Associação Comercial do Paraná, também pertencia ao Partido Conservador durante o Império, tal qual seu antecessor. Pertence a uma das famílias históricas que perpetuavam-se enquanto classe dominante desde meados do século XVIII, sendo portador do título genealógico Rodrigues de Seixas e Macedo e descendendo de Baltazar Carrasco dos Reis (OLIVEIRA, 2000, p.391).

Teve notoriedade durante o período imperial, sendo o chefe local dos Partido Conservador e alcançando o cargo de vice-presidente da província, além de receber do Império o título de comendador. Também ocupou por vários mandatos o cargo de deputado provincial, sendo defensor de reformas liberais como a emancipação dos escravos e a instrução primária. Por sua influência, Porto de Cima decretou a libertação de todos os escravos cerca de um ano antes da lei Áurea (CARNEIRO, 1981, p.80). Algumas fontes o associam como defensor da república e da criação da Universidade do Paraná, juntamente com Rocha Pombo, no ano de 1892, vinte anos antes da concretização de tal feito (CARNEIRO, 1981, p.81).

No entanto, com a Proclamação da República, envolve-se com a criação do Partido Democrático Paranaense, agremiação que proclamava a regeneração dos costumes políticos e que apresentava posições de contrariedade em relação ao Partido Republicano Federal, situacionista e liderado por Vicente Machado, e o Partido Republicano, de cunho oposicionista. A recém-criada agremiação de José Ribeiro de Macedo, porém, não possuía representatividade eleitoral ante à máquina montada pelos partidos dominantes na Primeira República (GOULART, 2008). A carreira política de José Ribeiro de Macedo não foi exitosa durante a república, muito em parte devido ao seu pertencimento a um partido que ideologicamente propunha-se a representar os mais diversos interesses de classe, como os industriais, os operários, os capitalistas, os lavradores, os artesãos, além de representar somente os interesses dos ervateiros e dos grandes proprietários rurais (GOULART, 2008, p.309).

Zacharias de Paula Xavier é o terceiro presidente da ACP e ocupou tal cargo durante três mandatos. Notabilizou-se pelo seu capital econômico associado à indústria da erva-mate e empreendimentos inovadores, como a fábrica de louças da qual era

proprietário. Ao contrário dos seus antecessores, na transição para a república, filiou-se ao partido situacionista, o Partido Republicano Federal, chegando a ser deputado restringindo-se, porém, ao mandato que começou em 1892 (GOULART, 2008; NICOLAS, 1954). Sua carreira política indica o não alcance do êxito político no período republicano, a despeito das posições que detinha durante o Império, sendo o mesmo portador do título de coronel e portador de parentesco com notáveis políticos como o seu pai, o Major Antônio de Paula Xavier, vereador em Campo Largo, e o seu cunhado, Caetano José Munhoz, grande industrial ervateiro e deputado provincial pertencente ao Partido Conservador. Sua genealogia o liga a influentes e notáveis famílias que reproduziam sua influência no Império e na República, através das gerações sucessoras e dos casamentos empreendidos por elas. Deste modo, assinalamos que Zacharias de Paula Xavier era um agente que, a despeito do seu capital econômico, não detinha capitais políticos de notoriedade durante a Primeira República.

O quarto presidente da ACP é o coronel David Antônio Carneiro. A família Carneiro faz parte do plantel de famílias históricas da classe dominante paranaense que exerce notável influência desde meados do século XIX, sendo portadora do título Soares da Costa (OLIVEIRA, 2000, p.387). David Carneiro Júnior fez um mapeamento genealógico da família no qual identifica sua origem no território brasileiro com a vinda de um capitão de milícias português para Pernambuco em 1656, atuante no combate aos invasores holandeses. (MACHADO, 2012, p.21). A presença da família Carneiro no Paraná data da transferência de David Antônio da Silva Carneiro para a região. Nascido em Iguape, São Paulo, seu primeiro cargo político foi o de Coletor de Rendas de Antonina, substituindo o seu parente, o padre José Alves Carneiro, da investidura do cargo. Desde então, inseriu-se nos negócios da erva-mate, sendo funcionário e posteriormente sócio de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul. Estabeleceu-se com a empresa David Carneiro e Cia., a partir de 1894 (OLIVEIRA, 2000, p.277).

A perpetuação da influência da família Carneiro se intensificou quando os filhos de David Carneiro estabeleceram matrimônios com as famílias históricas Monteiro de Carvalho e Loyola, entre outras conexões que ligam a família Carneiro à classe dominante tradicional.

O mandato posterior ao de David Carneiro foi exercido por João Ribeiro de Macedo. Tal como o seu irmão, o Coronel José Ribeiro de Macedo, ex-presidente da ACP, pertencia a uma família com relevantes capitais políticos no Império que não obteve cargos de alta notoriedade durante a República, restringindo a sua atuação política às posições de coronel e chefe político local dos ervaais da linha Sul do 2º Planalto, na região do município de Teixeira Soares (GOULART, 2008, p.109), além do exercício do cargo de vereador em Campo Largo no período que marca o fim do Império e o início da República, entre 1887 e 1890 (ALVES, 2014, p.493). Detentor de laços de parentesco com famílias históricas e volumoso capital econômico, José Ribeiro de Macedo não ocupava posições politicamente dominantes durante a Primeira República, fenômeno que ocorria também com outros membros da linhagem Ribeiro de Macedo⁶.

João Phamphilo de Assumpção ocupou a presidência da ACP por dois mandatos. Possuindo laços de parentesco com históricas famílias da classe dominante, sendo portador do título genealógico Rodrigues de Seixas (OLIVEIRA, 2000, p.420). Seus capitais econômicos vinculam-se às atividades jurídicas que exercia e lhes proporcionavam notável influência local. Phamphilo de Assumpção não exerceu nenhum cargo eletivo no estado durante a Primeira República, pois ele se revelava como um advogado que exerceu o cargo de consultor jurídico do Paraná.

Na transição entre a gestão de Phamphilo de Assumpção e João Guilherme Guimarães, a burguesia industrial e sua ação de classe empresarial tiveram a afirmação efetiva da participação política a nível local. João Guilherme Guimarães foi o primeiro presidente do Partido Democrático Paranaense, que possuía como endereço o Palácio do Comércio, sede da ACP, e foi organizado no interior desta entidade através da realização de conferências entre industriais e comerciantes que sentiam a necessidade da organização política coletiva, por meio de uma agremiação política e da fundação de jornais independentes (MANIFESTO, 28.jan.1927, p.2). Guimarães foi um dos defensores da atuação dos empresários e comerciantes na política (CARNEIRO, 1981, p.100), ou as chamadas “classes produtoras” do país (os agricultores, pecuaristas, industriais e

⁶ Na Assembleia Legislativa da Primeira República, membros da família como José Ribeiro de Macedo Jr, Francisco Ribeiro de Macedo, ocuparam mandatos (GOULART, 2008).

comerciantes), e atuou intensivamente em prol da representação política do empresariado no Partido Democrático e na ACP.

O presidente da ACP que sucedeu a Guimarães foi David Carneiro. Conforme já visualizamos, este agente possui vínculos de parentesco com importantes famílias da classe dominante tradicional paranaense. Também possuía notórios capitais econômicos, associados ao capital industrial e comercial ervateiro.

No entanto, sua atuação política não se colocava entre os círculos dominantes do poder, visto que pertencia ao Partido oposicionista ao situacionismo liderado por Vicente Machado organizado no Partido Republicano Federal.

O cargo mais significativo que ocupou foi deputado na Assembleia Legislativa em 1912, sendo membro da Comissão de Comércio, Agricultura e Indústria e Redação (GOULART, 2008, p. 472). No entanto, desfez-se do seu mandato de deputado ao Congresso do Estado quando “entendeu que o Partido que o elegera não consultava aos grandes e reais interesses do estado” (FALLANDO, 25.set.1923, capa). Após o exercício de tal cargo, não se ajustou à política dominante local, sendo um ativo agente contra-hegemônico durante a Primeira República.

Também assinalamos as características reformistas e progressistas de David Carneiro acerca da questão social. O empresário era um entusiasta do auxílio aos operários. Em 1910, implementou em suas indústrias um sistema de regulamentação do trabalho que proporcionava aos seus operários direitos, como de assistência médica e de previdência social, além de auxílio dentário e habitacional, este último para os funcionários com mais de 10 anos de serviço nas suas firmas. Segundo o historiador David Carneiro, seu descendente, esta regulamentação foi pioneira no Brasil (CARNEIRO, 1981, p.105).

O primeiro presidente da ACP no contexto da Revolução de 1930 foi Rivadávia Macedo. O clã Macedo é tradicionalmente ligado à burguesia comercial do Paraná, tendo como um dos pontos mais importantes a criação da Junta Comercial do Paraná, no ano de 1892, que tinha no pai de Rivadávia, Tobias de Macedo, um dos seus fundadores. Conforme o já visto, a família contava com presidentes anteriores da ACP,

como José Ribeiro de Macedo, incluído na lista de comerciantes matriculados na Junta⁷, além de João Ribeiro de Macedo e José Ribeiro de Macedo Júnior.

Rivadavia Macedo pertencia a uma fração de classe da burguesia que viu os capitais políticos aumentarem com a Revolução de 1930, êxito não alcançado pelos seus parentes presidentes das gestões anteriores da ACP. Seus capitais sociais e econômicos eram volumosos, sendo empresário da construção civil, professor de engenharia na Universidade do Paraná, proprietário de fazendas de café e criação de gado (ALMEIDA, 1968, p.187). Foi fundador do Graciosa Country Club e do Rotary Club de Curitiba (CARNEIRO, 1981, p.120).

Considerações finais

Assinalamos que os presidentes da Associação Comercial do Paraná se apresentavam como representantes dos interesses das frações de classe dominante em ascensão durante o processo de modernização capitalista, que se referem à burguesia industrial ervateira e madeireira. As atividades econômicas exercidas revelam uma aproximação com a economia ervateira, que viveu seu apogeu até a década de 1930. No geral, observamos que esses agentes ocupavam posições coadjuvantes na política local e se inseriram no campo como oligarquias dissidentes durante a Primeira República, exercendo o protesto às oligarquias tradicionais e à falta de espaço de representação política de seus interesses de classe.

Observamos uma tendência geracional que indica o declínio do poder político de algumas famílias da classe dominante durante a passagem do Império para a consolidação do jogo político da Primeira República. Isso pode ser observado na trajetória política da família Guimarães, um dos “clãs”⁸ políticos de maior influência no

⁷ Um dos mais poderosos e influentes empresários brasileiros do seu tempo, o então presidente da Associação Comercial do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, também estava entre os fundadores da Junta Comercial do Paraná, bem como os futuros presidentes da ACP Zacharias de Paula Xavier e João Guilherme Guimarães.

⁸ Na tese em que analisa a Assembleia Legislativa de 1853 a 1889, Alessandro Cavassin Alves (2015, p.384) assinala que a política paranaense durante todo o período provincial era exercida por três clãs familiares: (1) o clã Sá Ribas, (2) o clã que unificava as famílias Alves de Araújo, Oliveira e Sá e Camargo e (3) o clã Guimarães Correia.

período imperial (a exemplo de Manoel Antônio Guimarães, o Visconde de Nácar) que se organizava no interior do Partido Conservador, representando os interesses da burguesia ervateira do litoral. Neste trabalho, analisamos a trajetória da geração familiar posterior à do Visconde de Nácar, representado pelo presidente da Associação Comercial do Paraná, João Guilherme Guimarães, um dissidente oligárquico que é um dos organizadores de uma das principais organizações de protesto à política dominante, sendo presidente do Partido Democrático Paranaense. Com a Revolução de 1930, abrem-se possibilidades de pesquisa sobre as famílias que tiveram seus capitais políticos potencializados. Temos a hipótese que a família Guimarães é uma delas, levando em consideração que tal processo é marcado por uma modernização conservadora, na qual a antiga estrutura de propriedade é mantida, ao mesmo tempo em que é remodelada pelas novas dinâmicas que se colocam.

Através da análise genealógica e prosopográfica dos presidentes da ACP, sublinhamos que eles predominantemente exerceram posições contra hegemônicas durante a Primeira República e ascenderam suas posições políticas tendencialmente com a Revolução de 1930. Um leque de possibilidades e perguntas de pesquisas se colocam sobre a gênese do protesto oligárquico que culminou na Revolução de 1930 no Paraná. A burguesia industrial, representada pela ACP, coloca-se como uma das protagonistas deste processo de mudanças, ainda que elas preservem aspectos da dominação tradicional que as mesmas discursivamente combatem.

Referências

ALMEIDA, Dino. **Bandeirantes do Progresso**. Curitiba: Alfa Empreendimentos do Paraná Ltda e Papelaria Universal Ltda, 1968.

ALVES, Alessandro Cavassin. **A Província do Paraná (1853-1889): A classe política. A Parentela no Governo**. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). **Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CARNEIRO, David. **Fasmas Estruturais da Economia do Paraná**. Curitiba: Imprensa da Universidade do Paraná, 1962.

CARNEIRO, David. **Perfil histórico da Associação Comercial do Parana e Galeria dos Presidentes**. Curitiba: Reproset, 1981.

CLUB LITTERARIO. **Relatório do Presidente do Club Litterario de Paranaguá commendador João Guilherme Guimarães**, lido em sessão de posse a 1º de janeiro de 1912. Paraná: Bório, 1912.

COSTA, Odah Regina Guimarães. **Ação empresarial do Barão do Serro Azul**. Curitiba: Grafipar, 1981.

COSTA, Samuel Guimarães da. **A erva-mate**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. **A república dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite paranaense (1930-1947)**. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

FALLANDO Claro. **O Dia**. Curitiba, 25.set.1923.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precusores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa e Debate**, vol.15, n.2, pp. 225-256, 2004.

FUNDADORES do Graciosa Country Club. Disponível em: <<http://www.graciosa.com.br/sobre/fundadores/>>. Acesso em 08.abr.2022.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa paranaense (1889-1930)**. Tese. Doutorado em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

GRANATO, Natália Cristina. **O processo da Revolução de 1930 no Paraná: atores políticos e dissidências oligárquicas**. Tese. Doutorado em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021.

GRUNER, Clóvis. Um nome, muitas falas: Pamphilo de Assumpção e os discursos jurídicos na Curitiba da Belle Époque. **Revista de História Regional** 14(1): 76-104, Verão, 2009.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MACHADO, Daiane Vaiz. **O Percurso Intelectual de uma Personalidade Curitibana: David Carneiro**. Dissertação. Mestrado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. **Evolução histórica da economia paranaense**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, nº87, jan./abr., 1996, p.131-148.

MONTEIRO, Nilson. **Pedaços de muita vida: a história dos 122 anos da Associação Comercial do Paraná**. Curitiba: Edições do autor, 2012.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

NICOLAS, Maria. **Cem Anos de Vida Parlamentar: deputados provinciais e estaduais do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1954.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)**. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais. **Estudos CEBRAP**, nº 3, 1973, pp.6-39. Disponível em http://www.cebrap.org.br/v2/files/uplod/biblioteca_virtual/as_classes_sociais.pdf. Acesso em 08.abr.2022.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Universidade do mate: história da UFPR**. Curitiba: Edição da APUFPR, 1983.

Fatores para entender a demanda e o acesso às vagas do ensino superior no Paraná entre as décadas de 2000 e 2010¹

Maria Tarcisa Silva Bega²
Viviane Vidal Pereira dos Santos³

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

Neste artigo, temos como objetivo refletir sobre os principais fatores que podem ter interferido sobre a demanda e o acesso às vagas da educação superior no Paraná ao longo das décadas de 2000 e 2010. Nossa indagação parte da observação sobre os ciclos de expansão/redução de vagas ofertadas e de candidatos inscritos nos processos seletivos da Universidade Federal do Paraná, entre os anos de 2004 a 2019. Para entender esse fenômeno, buscamos identificar processos históricos, políticos e demográficos a partir de um conjunto de informações sobre o estado do Paraná - dados do Censo da Educação Superior e dos Indicadores de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação. Elencamos como principais fatores a serem discutidos no artigo: a expansão do ensino superior como um todo, que ampliou a “cartela de opções” dos candidatos para além da UFPR; mudanças demográficas, com a redução do crescimento das faixas etárias em idade escolar/universitária; a conjuntura político-econômica vigente a partir de 2015, com a adoção de políticas de austeridade, entre elas a Emenda Constitucional 95 (Lei do Teto de Gastos), que interferiu sobre a oferta de educação superior. Acreditamos que, além das ações implementadas pela UFPR ao longo das últimas duas décadas para ampliar e diversificar seu perfil discente, a demanda e a oferta de vagas foram afetadas pelo conjunto dos fatores supracitados. E que, para identificar melhor os efeitos e ganhos das políticas de expansão e das ações afirmativas na referida instituição, precisamos considerar um contexto mais amplo de mudanças políticas, econômicas e demográficas que favoreceu ou não a democratização do ensino superior no Paraná.

Palavras-chave: ensino superior; expansão; democratização; Paraná; UFPR.

Introdução

O ensino superior no Brasil experimentou um processo de expansão ao longo das décadas de 2000 e 2010, especialmente com as gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014). A literatura identifica que este

¹ GT 04 – Educação, diversidades, diferenças e inclusão social.

² Doutora em Sociologia, Professora do Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Paraná, tarcisa.silva@gmail.com.

³ Doutoranda em Sociologia, Técnico-Administrativo em Educação, Universidade Federal do Paraná, vivivps@gmail.com.

processo ocorreu tanto no setor público quanto no privado, com programas para ampliação, reestruturação e criação de novas instituições de ensino superior, bem como programas de financiamento estudantil e oferta de bolsas de estudos com incentivos tributários às instituições privadas. Aliado a este processo, também se identificam as ações afirmativas para diversificação do perfil discente. Estas políticas, que em seu conjunto atuaram visando a democratização do ensino superior, vêm de demandas econômicas e de organismos e movimentos sociais, colocadas em nível internacional e nacional, sobre o papel que as universidades devem cumprir no século XXI: de um lado, a função de formar quadros profissionais para o mercado de trabalho, para o desenvolvimento científico e tecnológico das formas de produção; de outro, promover justiça social por meio do acesso à educação e ao conhecimento científico para grupos historicamente desfavorecidos nesse cenário (SGUISSARDI, 2006; PRATES e BARBOSA, 2015; MANCEBO *et al.*, 2015, FERES JÚNIOR *et al.*, 2018).

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) está inserida neste processo e pudemos identificar a expansão das vagas ofertadas na UFPR, por meio da criação de novos cursos e a instalação de campi, com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e com o Sistema de Seleção Unificada (SISU); a adoção de ações afirmativas com o Plano de Metas para Inclusão Racial e Social - uma política própria; e a transição para a Lei 12.711 (Lei de Cotas), ao longo das décadas de 2000 e 2010. A partir dos primeiros resultados encontrados na pesquisa de doutorado⁴, notamos que, embora as vagas tenham sido ampliadas ao longo das duas décadas, houve uma diminuição no número de candidatos inscritos nos últimos processos seletivos (mais intensamente de 2017 em diante).

Para entender este fenômeno, pretendemos discutir nesse artigo alguns dos fatores que acreditamos que interfiram nesse processo. Tratamos da expansão geral do ensino superior no estado do Paraná, uma vez que a “cartela” de cursos e instituições ampliou nas últimas décadas. Para isso consultamos os dados das Sinopses do Censo da Educação Superior (2001-2019). Também buscamos refletir sobre os fatores

⁴ Pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, cujo objetivo é avaliar os efeitos das políticas para democratização sobre o perfil socioeconômico e educacional dos discentes aprovados em seus processos seletivos de 2004 a 2019.

demográficos e em que medida a redução da população em idade escolar e universitária pode interferir na redução do número de candidatos às vagas da UFPR. Neste caso, utilizamos os dados disponibilizados no Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (2014-2020), que estabelece as diretrizes e metas para a política educacional. Por fim, abordamos alguns aspectos da conjuntura político-econômica, que desde 2015 representou uma mudança na agenda de investimentos públicos e políticas sociais que afetam diretamente a oferta de serviços educacionais.

Em síntese, esse artigo resulta de um esforço reflexivo sobre o desafio de analisar um período de aproximadamente 20 anos, sob o qual incidem fatores anteriores e concomitantes, internos e externos, que precisamos considerar. Logo, analisar os efeitos das políticas de democratização do ensino superior sobre a UFPR, implica considerar esses fatores de uma conjuntura dinâmica e que interferem na oferta e na demanda por ensino superior de modo geral no Paraná.

Expansão da Educação Superior no Paraná

O ensino superior público no Paraná se desenvolveu ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo na rede estadual. Tivemos a federalização da Universidade do Paraná em 1950, a criação de cinco universidades estaduais entre 1960 e 1990. Ao longo do século XX, enquanto a rede federal se concentrou em ofertar cursos superiores na capital do estado, a rede estadual, em sua constituição, operou no sentido da interiorização, para o desenvolvimento de outras regiões do estado e atender a demanda educacional local (ALTOÉ, 2007; STROPARO, 2017; CAMPOS, 2018).

Os dados referentes às duas primeiras décadas do século XXI refletem a descentralização dos papéis de atendimento à educação básica entre estados e municípios, e a centralização da educação superior na União, a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Enfim, esforços foram traçados no sentido de ampliar a oferta e reduzir desigualdades educacionais em nível básico e superior. A partir dos dados da Sinopse do Censo da Educação Superior, de 2001 a 2019, referente ao número de instituições, vagas ofertadas e candidatos inscritos apontamos o seguinte panorama observado no Paraná:

- *Oferta municipal e estadual*: houve redução da oferta de ensino superior em nível municipal, que já era minoria na rede pública, ofertando entre 1500 a 2 mil vagas por ano, passando a focar na educação infantil. Algumas instituições municipais foram fechadas, passando sua estrutura para a esfera estadual, assim como faculdades estaduais foram agregadas e transformadas em universidades estaduais. A rede pública de ensino superior no Paraná é historicamente estadual e interiorizada. Apenas nos últimos anos o protagonismo passou a ser da rede federal. Assim, iniciamos a década de 2000 com 16 instituições estaduais e quatro instituições municipais. Em 2019 passaram a ser apenas 7 instituições estaduais, todas universidades, e três instituições municipais. Em 2001 a rede estadual ofertava mais de 15 mil vagas, equivalente a 63% das vagas públicas. A rede estadual ampliou a oferta de vagas ao longo dos anos 2000, chegando a ofertar quase 20 mil vagas em 2010. No entanto, podemos dizer que estagnou ao longo da década de 2010 na média de 18 mil vagas ofertadas anualmente. Em relação aos candidatos inscritos para essas vagas, há uma variação entre 120 a 150 mil inscrições anuais entre 2001 e 2013. Entre 2014 e 2019 a variação sobe para 170 a 210 mil inscrições. Porém, observamos a redução das inscrições depois de 2016, quando havia 216.733 inscrições em vagas estaduais, o maior número observado na rede estadual. Em 2017 foram 206 mil inscrições, em 2018 caiu para 194.154 e em 2019 atingiu apenas 163.329.

- *Oferta federal*: observamos os efeitos da União como responsável pela educação de nível superior e dos investimentos em políticas de expansão e interiorização adotadas pelo governo federal entre 2000 e 2010, com a ampliação de vagas, cursos e instituições federais de ensino superior. A rede federal conta atualmente com quatro instituições: a UFPR, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA).

A UFPR passou pelo processo de expansão e interiorização com a implantação de *campi* no interior do estado e a abertura de novos cursos. Já a UTFPR e o IFPR são instituições criadas a partir de estruturas já existentes, sobretudo na Educação Profissional e Tecnológica, mas que também receberam investimentos para sua reestruturação e ampliação. A única instituição nova criada foi a UNILA, com um projeto político-pedagógico visando a integração de países do Mercosul pela educação superior.

Assim, em 2001 a rede federal ofertava apenas 7.102 vagas, o que representava 29,6% das vagas da rede pública. A partir de 2009 vemos mais objetivamente os reflexos do REUNI na expansão da UFPR e da UTFPR, bem como a criação do IFPR, pois as vagas ofertadas pela rede federal subiram para 10 mil, e em 2010 com a criação da UNILA, quando as vagas anuais chegaram a 12 mil. Em 2015 vemos outro salto para 19 mil vagas ofertadas, ano em que a oferta de vagas por instituições públicas passa a se concentrar na rede federal (48,5% contra 46,9% na rede estadual e apenas 4,6% na rede municipal). Em 2019 a rede federal ofertou pouco mais de 20 mil vagas, representando 50,5% da oferta da rede pública.

Em termos de demanda, medida pelo número de candidatos, precisamos destacar que a expansão das vagas entre 2001 e 2009 não se reverteu em aumento do número de candidatos, o que ampliou as chances de entrada. Apenas a partir de 2010 é que notamos um crescimento significativo na demanda por vagas na rede federal e temos por hipótese que esse aumento é decorrente da criação do SISU, adotado pelas instituições federais⁵. Se no ciclo 2001-2009 havia em média 70 mil inscrições para as vagas em instituições federais, só em 2010 esse número dobrou. De 2012 a 2015 as inscrições passaram de 260 mil, sendo que em 2014 chegou a atingir 364.857. Vale ressaltar que com o SISU, candidatos de todo o território nacional podem concorrer às vagas ao realizar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e acreditamos que esse seja um dos fatores que influenciam o aumento de inscrições em instituições federais no período. De 2016 em diante as inscrições começaram a diminuir chegando em 2019 a apenas 99.459 nas vagas da rede federal. Olhando proporcionalmente, a rede federal foi a que mais cresceu em número de vagas de 2001 para 2019.

⁵ Até 2009 a UFPR ofertava mais vagas que a UTFPR. A partir de 2010, quando esta adotou integralmente o SISU como forma de seleção, passou a ser a instituição federal que mais ofertava vagas. Desde 2015 a UTFPR oferta mais de 8 mil vagas anualmente, a UFPR cerca de 6500. O IFPR oferta em média entre 1500 e 2000 vagas e a UNILA pouco mais de 1400 vagas em cursos presenciais.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS E DE CANDIDATOS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA E POR ANO, O CENSO NO PARANÁ

Ano do Censo	Número de Vagas por categoria administrativa									Número de Candidatos por Categoria Administrativa								
	Instituições Federais		Instituições Estaduais		Instituições Municipais		Instituições Privadas		Total	Instituições Federais		Instituições Estaduais		Instituições Municipais		Instituições Privadas		Total
2001	7.102	7,2%	15.183	15,3%	1.680	1,7%	75.096	75,8%	99.061	65.224	20,1%	149.093	45,9%	2.000	0,6%	108.262	33,3%	324.579
2002	6.857	5,4%	15.981	12,6%	2.010	1,6%	102.477	80,5%	127.325	70.401	20,3%	152.529	44%	2.707	0,8%	120.854	34,9%	346.491
2003	6.823	4,6%	17.777	12,1%	1.720	1,2%	121.116	82,1%	147.436	68.565	20,2%	124.428	36,7%	1.585	0,5%	144.710	42,6%	339.288
2004	7.093	4,6%	17.555	11,5%	1.787	1,2%	126.106	82,7%	152.541	62.847	18,6%	144.930	42,9%	2.017	0,6%	128.022	37,9%	337.816
2005	7.823	4,9%	17.482	10,9%	1.880	1,2%	132.558	83%	159.743	65.159	19,4%	119.382	35,5%	2.086	0,6%	149.271	44,4%	335.898
2006	7.713	4,5%	17.415	10,2%	1.498	0,9%	144.146	84,4%	170.772	64.845	19,1%	124.926	36,8%	2.008	0,6%	147.795	43,5%	339.574
2007	7.952	4,6%	17.371	10,0%	1.907	1,1%	146.896	84,4%	174.126	72.094	19,7%	126.073	34,4%	1.903	0,5%	166.436	45,4%	366.506
2008	8.380	4,7%	17.040	9,6%	1.830	1%	149.429	84,6%	176.679	64.655	18,0%	130.149	36,2%	1.826	0,5%	162.498	45,2%	359.128
2009	10.619	5,5%	18.424	9,6%	2.390	1,2%	161.295	83,7%	192.728	73.285	19,1%	131.918	34,5%	2.467	0,6%	175.252	45,8%	382.922
2010	12.511	6,4%	19.787	10,2%	2.675	1,4%	159.270	82%	194.243	140.289	30,8%	141.679	31,1%	2.077	0,5%	170.858	37,6%	454.903
2011	15.372	7,8%	19.565	9,9%	2.530	1,3%	160.867	81,1%	198.334	178.482	35,4%	142.587	28,3%	2.468	0,5%	180.698	35,8%	504.235
2012	15.048	7,4%	18.904	9,3%	2.160	1,1%	166.989	82,2%	203.101	286.137	45,7%	141.219	22,5%	2.655	0,4%	196.688	31,4%	626.699
2013	14.585	6,1%	18.890	7,9%	2.110	0,9%	202.448	85%	238.033	293.298	43,8%	138.836	20,7%	2.813	0,4%	235.161	35,1%	670.108
2014	16.331	7,9%	18.663	9,1%	2.096	1,0%	168.564	82%	205.654	364.857	47,2%	171.708	22,2%	1.872	0,2%	235.356	30,4%	773.793
2015	19.102	8,5%	18.479	8,2%	1.810	0,8%	185.016	82,4%	224.407	263.583	35,2%	185.334	24,8%	1.477	0,2%	298.076	39,8%	748.470
2016	18.769	8,5%	18.352	8,3%	1.857	0,8%	182.487	82,4%	221.465	219.224	29,8%	216.733	29,5%	1.281	0,2%	297.584	40,5%	734.822
2017	19.508	8,7%	18.186	8,1%	1.710	0,8%	184.050	82,4%	223.454	123.736	19,2%	206.000	31,9%	1.208	0,2%	314.461	48,7%	645.405
2018	20.051	9,1%	18.367	8,3%	1.840	0,8%	181.173	81,8%	221.431	102.734	16,7%	194.154	31,6%	1.415	0,2%	315.348	51,4%	613.651
2019	20.206	9,3%	18.158	8,3%	1.650	0,8%	177.966	81,6%	217.980	99.459	17,9%	170.555	30,8%	1.433	0,3%	282.867	51%	554.314

Fonte: INEP (2022a). Adaptado pelas autoras (2022).

Oferta privada: os investimentos do governo federal não se deram apenas no setor público, pois com o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES)⁶ tivemos uma ampliação significativa de oferta de vagas e também a criação de instituições na rede privada de ensino superior. Em relação às instituições, totalizavam 90 no ano de 2001 e chegaram a 182 em 2018. Em 2019 reduziram para 177. Trata-se sobretudo de instituições de menor porte e complexidade, como faculdades, mas também houve a criação de centros-universitários e estruturação de universidades. Em 2001, essas 90 instituições foram responsáveis pela oferta de 75 mil vagas, equivalente a 75,8% do total ofertado no estado. Em 2019, foram ofertadas 177.966 vagas pelo conjunto das 182 instituições, representando 81,6% do total ofertado no estado. Enquanto a rede pública aumentou 1,7 vezes o número de vagas ofertadas, a rede privada aumentou 2,4 vezes de 2001 a 2019. O pico do número de vagas privadas foi alcançado em 2013 quando atingiu 202.448 vagas (85% do total das vagas). Manteve-se numa média de 180 mil vagas ofertadas entre 2015 e 2018, com uma leve redução nos últimos dois anos.

Em relação à demanda por vagas, medida pelo número de candidatos, no período 2001-2016 as inscrições ficavam concentradas nas vagas da rede pública, em média 65%. Comparativamente, vemos que entre 2005 e 2009 a proporção de candidatos fica mais dividida entre as vagas públicas e privadas (em média 55% em vagas da rede pública e 45% da rede privada). É um período que, apesar de não ter havido crescimento significativo de candidatos na rede pública, houve na rede privada, provavelmente com a criação do PROUNI em 2005. Já o ciclo 2010-2016 conta com a ampliação do FIES e com os investimentos na rede federal com o REUNI, ambos a partir de 2010. Além disso, houve a aprovação da Lei de Cotas em 2012. Com isso, vemos um aumento geral de candidatos inscritos, tanto para vagas públicas quanto para vagas privadas, mas a rede pública eleva a proporção de inscrições para a média de 65%. Em 2017 essa média cai para 51,3%. A partir de 2018 ocorreu uma inversão na proporção e a rede privada passou a receber 51% das inscrições que se manteve em 2019.

⁶ O FIES, criado em 1999 e ampliado em 2010, com crescimento significativo até 2014. Pelo programa é possível financiar até 100% do valor das mensalidades. O PROUNI foi criado em 2005 para concessão de bolsas de 50 ou 100% no valor das mensalidades. Em contrapartida, as instituições privadas de ensino superior recebem isenção de impostos federais (MIRANDA; AZEVEDO, 2020).

Oferta à Distância: embora não seja o foco deste artigo, precisamos destacar o crescimento do Ensino à Distância. Em 2001, por exemplo, o Brasil ofertou 6.856 vagas em cursos EaD. Só no Paraná foram ofertadas 2.140 vagas, cerca de 30%. Em 2019 foram ofertadas 7.805.840 vagas, sendo 1.451.855 de instituições localizadas no Paraná. Essas vagas em cursos à distância se concentram na rede privada. São cursos mais baratos e, pela flexibilidade de horário e localização, atraindo em grande parte estudantes que precisam conciliar os estudos com o trabalho e demandas domésticas. Em 2001, das mais de 3 milhões de matrículas na graduação, apenas 0,17% eram em cursos à distância. Em 2019, houve 8,6 milhões de matrículas em cursos de graduação, sendo 25% no ensino à distância. No Paraná, esses percentuais são maiores, 1% em 2001 e 34,8% em 2019.

Fatores demográficos e político-econômicos

O Brasil vem passando por um processo de transição demográfica, iniciado na segunda metade do século passado e intensificado no século XXI. Isso significa a redução da proporção de jovens e aumento da proporção de idosos. Alguns dos fatores que contribuem para essa mudança são a queda da fecundidade e o aumento da expectativa de vida, ocorridos em função dos avanços científicos, políticos e sociais, que impactaram no desenvolvimento de métodos contraceptivos, de tratamentos de doenças, na ampliação dos serviços de saúde e saneamento, bem como nas mudanças nos padrões familiares e na ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho (BRITO, 2008).

De acordo com Brito (2008), em um cenário “ideal”, se mantidas as políticas de ampliação da oferta de serviços sociais de educação, saúde e previdência, entraríamos em uma “janela de oportunidades”, na medida em que a demanda por esses serviços desafogaria e seria possível democratizar e até universalizar alguns serviços, como a educação.

Para identificar esse processo de redução da população jovem em um cenário de ampliação da cobertura educacional, analisamos os indicadores para acompanhamento das metas do PNE (2014-2024) a respeito do Ensino Médio e do Ensino Superior. Em relação ao ensino médio, consultamos os dados da taxa líquida de matrículas, medida

pela proporção de jovens entre 15 e 17 anos matriculados nesta etapa ou que tenham concluído a Educação Básica⁷. Quanto mais próxima de 100% estiver essa taxa, há um indicativo de que os jovens estão conseguindo cursar a educação básica no tempo esperado e que outros indicadores, como abandono ou distorção entre idade e série, estão reduzindo. De acordo com Silva (2020), em 1995 apenas 25% dos estudantes tinham entre 15 e 17 anos.

A partir dos dados vemos que o estado do Paraná acompanha um movimento nacional. No Brasil, em 2012, havia pouco mais de 6,8 milhões de jovens entre 15 e 17 anos matriculados no ensino médio ou que tinham concluído a educação básica. Isso representava 63,9% do público-alvo a ser atingido. Em 2016 o número de jovens incluídos subiu para pouco mais de 7,4 milhões e o percentual atingiu 69,8% do público-alvo. Em 2019 vemos uma melhora na taxa líquida de matrícula para 73,1%, mesmo com a redução na cobertura educacional em números absolutos para 6,5 milhões, pois o público-alvo também reduziu para 9,5 milhões. Já no Paraná, em 2012, a população incluída era de 398.387 ou 68,7% da população nessa faixa etária. Em 2016, a população incluída subiu para 421.246 e a taxa líquida de matrícula subiu para 73,2%, significando aumento da cobertura educacional. De 2017 em diante os números absolutos da população incluída foram reduzindo, mas como também houve uma redução nos números absolutos do público-alvo, a taxa líquida de matrícula subiu para 78,1%.

⁷ Meta 3 do PNE (2014-2014): “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)”. (BRASIL, 2014) Essa meta possui dois objetivos que são monitorados por dois indicadores. O primeiro (3A) é que 100% dos jovens de 15 a 17 anos estejam matriculados na escola ou que tenham concluído a educação básica, o segundo (3B) é que 85% desses jovens estejam matriculados ou tenham concluído especificamente o ensino médio (taxa líquida). Ambos são calculados a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). (INEP, 2022c)

Tabela 2 - Percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava o Ensino Médio ou havia concluído a Educação Básica, por Brasil e Paraná – 2012-2019

Ano de referência	Brasil			Paraná		
	Público da Meta (N)	População Incluída (N)	População Incluída (%)	Público da Meta (N)	População Incluída (N)	População Incluída (%)
2012	10.779.114	6.886.241	63,9%	579.476	398.378	68,7%
2013	10.530.175	6.862.617	65,1%	554.768	379.824	68,5%
2014	10.443.841	7.018.101	67,2%	556.305	404.949	72,8%
2015	10.538.983	7.182.965	68,1%	551.149	405.859	73,6%
2016	10.627.810	7.426.525	69,8%	575.830	421.246	73,2%
2017	10.415.486	7.302.880	70,1%	531.701	403.941	76,0%
2018	9.744.359	6.919.093	71,0%	494.354	373.686	75,6%
2019	9.511.649	6.955.225	73,1%	460.760	359.839	78,1%

Fonte: (INEP, 2022b). Adaptado pelas autoras (2022).

É importante destacar que a melhora nas taxas líquidas de matrícula, no Brasil e no Paraná, não representa, necessariamente, a conclusão desta etapa escolar, ainda mais se considerarmos também o contexto de crise econômica, no qual muitos jovens não prosseguem seus estudos no ensino superior, pois precisam procurar trabalho. E quando olhamos a melhora nos indicadores, precisamos somar a esse contexto as políticas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, que colocou como condicionalidade as matrículas de crianças e adolescentes em escolas, possibilitando a permanência e dedicação dos jovens aos estudos, reduzindo a evasão escolar.

Para aqueles que prosseguem seus estudos, houve um aumento da “cartela” de opções de instituições e cursos, tanto no Paraná, como nos demais estados, no público e no privado, e de cursos presenciais e à distância, como vimos na seção anterior. Assim, os indicadores da Meta 12 do PNE (2014-2024)⁸, sobre as taxas bruta e líquida de matrículas, indicam a transição do ensino superior brasileiro de um sistema de elites para um sistema de massas⁹. Embora essas taxas sejam sintéticas, na medida em que não

⁸ Indicador 12A: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento). Indicador 12B: Elevar a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos. Indicador 12C: Assegurar a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público. (BRASIL, 2014; INEP, 2022d)

⁹ Baseando-se na teoria de Martin Trow (2005) de que a massificação da educação superior é atingida quando a taxa líquida de matrículas atinge de 16 a 50%, estando consolidado o sistema de massas quando ultrapassa 30%.

demonstram as segmentações do ensino superior brasileiro, tampouco das desigualdades de acesso em relação à renda, raça, gênero, dentre outras dimensões, possibilitam, dentro dos propósitos deste artigo, refletir sobre os fatores demográficos.

A tabela a seguir mostra os dados para o Brasil e o estado do Paraná em relação à taxa bruta e a taxa líquida de matrículas em 2013 e 2020. A taxa bruta diz respeito às matrículas no ensino superior, independentemente da idade e a taxa líquida trata das matrículas de pessoas entre 18 e 24 anos, idade teórica esperada para cursar essa etapa educacional. Podemos ver que houve redução da população entre 18 e 24 anos tanto em nível nacional como no estado, na medida em que aumentou o número de pessoas matriculadas ou que tenham concluído a graduação. Com isso, observamos a melhora na taxa bruta de matrículas que subiu de 32% em 2013 para 40,7% em 2005. No Paraná, era 34,2% em 2013, ligeiramente maior que a taxa nacional, e conseguiu atingir a meta de 50% já em 2020. Também houve melhora na taxa líquida, pois em 2013, no Brasil, era apenas 20,5% e, no Paraná, 25,1%. Em 2019 o Brasil atingiu 28%, ainda abaixo da meta estabelecida, e o Paraná atingiu 35,7%, acima da meta. Lembrando que a meta é que esses percentuais sejam atingidos até 2024.

Tabela 3 - Taxas de matrícula na Educação Superior no Brasil e no Paraná, 2013-2020

Localidade		Pessoas de 18 a 24 anos	Pessoas de qualquer idade que frequentam cursos de graduação	Taxa bruta de matrícula (Indicador 12A)	Pessoas entre 18 e 24 anos que frequentam ou concluíram cursos de graduação	Taxa líquida de matrícula (Indicador 12B)
Brasil	2013	22.324.833	7.148.042	32,0%	4.584.145	20,5%
	2020	21.570.732	8.785.113	40,7%	6.042.262	28,0%
Paraná	2013	1.189.893	407.192	34,2%	299.186	25,1%
	2020	1.105.200	553.057	50,0%	394.643	35,7%

Fonte: INEP (2022d). Adaptado pelas autoras (2022).

Mesmo com a melhora desses indicadores, precisamos considerar que o acesso à educação superior no Brasil na idade teórica (18 a 24 anos) ainda é um fator de desigualdade. Sendo assim, se o ensino superior experimenta um processo de expansão, pessoas fora da idade teórica também passam a ter mais acesso. Logo, mesmo que haja redução da população jovem, em termos demográficos, há um contingente de pessoas

fora dessa faixa etária que passaram a cursar o ensino superior. Assim, na medida em que os indicadores educacionais vão melhorando, o número de pessoas fora dessa faixa etária que cursam ou concluem a primeira graduação tenderá a diminuir.

Embora a transição demográfica tenha sido apontada como uma “janela de oportunidades” pelos demógrafos, um novo cenário se colocou no Brasil a partir de 2014, desafiando a manutenção desse processo de ampliação dos serviços sociais. Após passar por um cenário vertiginoso de oferta de serviços educacionais, sobretudo entre 2003 e 2014, a partir da segunda metade da década de 2010 o setor educacional começou a sofrer cortes importantes em seu orçamento.

Em 2014, Dilma Rousseff foi eleita para seu segundo mandato presidencial, em meio a uma crise política e econômica. No primeiro ano de governo, em 2015, já tentava adotar políticas para ter mais credibilidade do mercado, dentre elas, cortes no orçamento da educação, após mais de uma década de investimentos massivos na área, que atingiram os setores público e privado. (ROSSI et al, 2019) Esse cenário de crise político-econômica se intensificou com o processo de impeachment de Dilma Rousseff e a tomada de poder pelo seu vice, Michel Temer. Durante o período de atuação de Temer (2016 a 2018), ficou evidente que o enfrentamento da crise econômica seria por meio da redução dos gastos do Estado na oferta de serviços sociais (saúde, educação e previdência). Logo, foram emplacadas a reforma da previdência social e a reforma trabalhista. (ROSSI et. al, 2019)

Um dos marcos dessa nova agenda econômica foi a Emenda Constitucional 95, mais conhecida como Lei do Teto de Gastos, proposta pelo então presidente Michel Temer, aprovada no congresso em 2017. Basicamente, houve uma desvinculação dos percentuais mínimos previstos na Constituição de 1988 para investir em educação e saúde pela União, e um novo regime fiscal passou a definir os gastos públicos. Deixou-se de ter os percentuais vinculados ao PIB e ao número de habitantes e passou a operar a partir de um teto fixado pelos valores de 2017 e com previsão de reajuste da inflação, “medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)” (ROSSI et al., 2019, p. 10).

Na prática, esse ciclo de austeridade, iniciado em 2015 e agravado pela EC95, representou uma redução nos gastos federais com educação: em 2016 6,5% do total gasto

pelo governo foi destinado à Educação e em 2019 esse percentual caiu para 5,2%. Tomando as Instituições Federais de Ensino Superior como exemplo, em 2015 foram pagos 2,163 bilhões de reais para as IFES e em 2019 esse número caiu para 824 milhões. Esses cortes impactam, por exemplo, na oferta de bolsas de permanência estudantil para alunos com vulnerabilidade econômica (MUGNATTO, 2021).

Em um contexto cuja educação se torna cada vez mais central na distribuição das posições ocupacionais e sociais, de bens, serviços, informação e direitos, a conjuntura político-econômica impõe maiores dificuldades para que os jovens tenham condições de se manter estudando e vislumbrando maiores e melhores oportunidades econômicas e sociais.

Conclusões

Nesse artigo nos propusemos a refletir sobre fatores vinculados à demanda por educação superior no Paraná. Em relação à expansão desta etapa, como um todo, notamos o investimento do governo federal na ampliação de instituições e vagas públicas federais e privadas ao longo da década de 2000 e dos primeiros anos de 2010. A demanda também cresceu, principalmente entre 2010 e 2014, visto que o cenário de oportunidades se mostrava favorável tanto no setor público quanto no setor privado. De 2015 em diante, notamos uma redução significativa no número de candidatos em vagas públicas, ao passo que a rede privada continuou crescendo. Ainda que o número de candidatos possa representar mais de uma vez um mesmo indivíduo, os números evidenciam a perda no setor público.

Para pensar o caso específico da UFPR, uma das nossas hipóteses é que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) seja um fator importante, visto que a partir do mesmo exame é possível concorrer a vagas de instituições federais e privadas. No caso das instituições públicas paranaenses, apenas a UTFPR adotou o SISU como único processo de seleção. Na UFPR, do total das vagas ofertadas pela instituição, apenas 20% são destinadas ao SISU. Assim, para concorrer a maior parte das vagas da UFPR é preciso prestar o processo seletivo tradicional da instituição. Em 2016 houve um aumento de 50% sobre a taxa de inscrição (de R\$ 80,00 para R\$ 120,00), o que pode ter

afetado essa queda de candidatos, pois vivenciamos um cenário de crise econômica, desemprego e perda do poder de compra. No caso do ENEM, mudanças no sistema de isenção da taxa que, até 2018, era automática para estudantes de escolas públicas e de famílias de baixa renda, passou a ser concedida a partir de solicitação prévia, que após a análise pode ou não ser aprovada. Ainda que não tenhamos analisado dados mais recentes (2020 a 2022) e os efeitos da pandemia, outros pesquisadores vêm apontando uma queda considerável nas inscrições do SISU (RATIER, 2022).

Se os fatores demográficos poderiam operar positivamente, o cenário político-econômico impõe barreiras à “janela de oportunidades”. Com os cortes no orçamento da educação pública, especialmente às Instituições Federais de Ensino Superior, as instituições acabam tendo que operar por outros meios para conseguir recursos, com o aumento da taxa de inscrição de seus processos seletivos, reforçando o projeto neoliberal que permeia as instituições públicas para que atuem como empresas, captem seus recursos encontrem seus meios de sobrevivência. Outro fator, mais desafiador para se medir, que não trabalhamos no artigo é o processo de desqualificação moral do ensino superior público, intensificado pelos ministros da educação do governo de Jair Bolsonaro.

Assim, afastamos a força dos fatores demográficos sobre essa queda nas inscrições, na medida em que o setor público é o mais afetado. E, com os mecanismos de acesso ao ensino superior (vestibular e ENEM) mais caros e inacessíveis, estamos impondo mais limites à democratização, na medida em que é no setor privado que estão sendo ofertados cursos em horários flexíveis (noturno e EaD), buscados pelos estudantes que precisam conciliar trabalho e estudo. Mesmo com as conquistas em ampliação e reserva de vagas, talvez estejamos expelindo das inscrições justamente o público-alvo de tais políticas.

Referências

ALTOÉ, N. **As Universidades Estaduais do Paraná: os caminhos da heteronomia**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Tese de Doutorado em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007 Disponível em

<https://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/2006/URETUKPRJIXI.pdf> Acesso: 29 abr. 2022

BARBOSA, M. L. O. Destinos, Escolhas e a Democratização do Ensino Superior. **Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 14, nº 31, p. 256-286, set./dez. de 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n31p256/31533>> Acessado: 15 mai. 2021.

BRITO, Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/YZN87LBgMWZwKjFhYLCy4dx/?format=pdf&lang=pt>> Acesso: 01 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 120-A, 26 de junho de 2014. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso: 04 mai. 2020.

CAMPOS, N. Ensino Superior no Paraná (1949-2013). In: ROIZ, D. S. (Ed.). **A Educação em Perspectiva Histórica: temas e problemas**. Serra: Editora Milfontes, 2018, p. 67-98. Disponível em: <<https://editoramilfontes.com.br/acervo/A%20Educacao%20em%20Perspectiva%20Historica.pdf#page=68>> Acesso: 29 abr. 2022.

COSTA, S. Estrutura Social e Crise Política no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 61, n. 4, p. 499-533, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/T7sNNKHBwkzqckLBcycsjcF/?lang=pt&format=pdf>> Acesso: 5 jun. 2022.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2002-2019. Brasília: Inep, 2022a. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso: 04 mai. 2022.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação 2014-2024. 2022b. Disponível em < <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>> Acesso: 04 mai. 2022.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Ficha Técnica Meta 3. Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação. 2022c. Disponível: <https://inepdata.inep.gov.br/analyticsRes/res/pne/ficha_tecnica/FICHAS%20TECNICAS_03.pdf> Acesso: 04 mai. 2022.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Ficha Técnica Meta 12. Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do

Plano Nacional de Educação. 2022d. Disponível: <https://inepdata.inep.gov.br/analyticsRes/res/pne/ficha_tecnica/FICHAS%20TECNICAS_12.pdf> Acesso: 04 mai. 2022.

MANCIBO, D., MARTINS, T. B., VALE, A. A. Políticas de Expansão do Ensino Superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**. v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>> Acesso: 10 mai. 2021

MIRANDA, P. R., AZEVEDO, M. L. N. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? **Revista Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 3, e1421, p. 1-19, set./dez. 2020. Disponível em <<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1421/3245>> Acesso: 20 mai. 2022

MUGNATTO, S. Universidades têm queda de investimentos constante desde 2015. **Câmara dos Deputados**. 04 jun. 2021. Agência Câmara Notícias, Educação, Cultura e Esportes. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/768428-universidades-tem-queda-de-investimentos-constante-desde-2015/>> Acesso: 10 mai. 2022.

PRATES, A. A. P.; BARBOSA, M. L. O. A Expansão e as Possibilidades de Democratização do Ensino Superior no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 327-339, mai./ago. 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19900/12678>> Acesso: 15 mai. 2021

ROSSI, P., OLIVEIRA, A. L. M., ARANTES, F., DWECK, E. Austeridade Fiscal e o Financiamento da Educação no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 40, e0223456, p. 1-20, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/kPwjLRdn8xtJwxpt4T8R4NH/?lang=pt>> Acesso: 17 mai. 2022.

RATIER, R. Seis razões para a queda de 60% nas inscrições em universidades federais. **UOL**, 23 mai. 2022. Ecoa UOL. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-ratier/2022/05/23/seis-razoes-para-a-queda-de-60-nas-inscricoes-em-universidades-federais.htm>> Acesso 23 mai. 2022.

SILVA, M. R. Ampliação da obrigatoriedade escolar no Brasil: o que aconteceu com o Ensino Médio? **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 107, p. 274-291, abr./jun. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mqfqFrxbKWWpcjhwrGNqsgn/?lang=pt&format=pdf>> Acesso: 20 mai. 2022

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889,

out./dez. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=So101-73302015000400867&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso: 10 mai. 2021.

STROPARO, E. J. **As Motivações pela Interiorização do Ensino Superior no Paraná**. 2017, 159f. Tese (Doutorado em Educação) - Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Tese de Doutorado, Curitiba, 2017. Acesso: 10 mar. 2022.

TROW, M. A. Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII. In: eScholarship Repository, University of California, p. 1-66, 2005. Disponível em: <<https://cloudfront.escholarship.org/dist/prd/content/qt96p3s213/qt96p3s213.pdf?t=kr070m>> Acesso: 10 set. 2018.

Docentes no contexto da pandemia de Covid-19: reflexões sobre o ensino de sociologia e as condições de trabalho remoto¹

Lislaine Mara da Silva Guimarães ²

Maria Tarcisa Silva Bega ³

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

O presente artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa desenvolvida durante o Mestrado Profissional em Sociologia - ProfSocio, defendida no ano de 2021, junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. A pesquisa foi realizada buscando apresentar as estratégias adotadas pelo governo do estado na implantação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), assim como compreender a rotina laboral dos professores de sociologia da Rede Estadual de Ensino do Paraná. A investigação foi realizada por meio de análise documental, relatos da experiência dos professores e alunos, da participação enquanto docente em uma escola pública de ensino médio em Curitiba e de informações qualitativas coletadas via questionário *on-line* semiestruturado.

Palavras-chave: Covid-19; Ensino Remoto Emergencial; Trabalho Docente.

Introdução

Já é lugar comum tratar do impacto da pandemia do novo coronavírus no cotidiano da população mundial, seus rebatimentos no caso brasileiro e seus impactos na educação formal. Uma nova agenda de pesquisas foi inaugurada a partir dos primeiros casos anunciados em final de 2019 na China e, no caso brasileiro ela se tornou premente em função da imensa desigualdade social combinada à inação do governo federal no seu

¹ GT 05 – Sociologia na educação básica.

² Graduada em Ciências Sociais (2009). Especialista em Coordenação Pedagógica (2014) e Educação Especial Inclusiva (2017). Mestra em Sociologia (2021). Doutoranda em Educação (UFPR). Professora de Sociologia vinculada ao Governo do Estado do Paraná. Atua como Diretora Auxiliar no Colégio Estadual Professor Francisco Zardo. URL Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5675758843023061> E-mail: lislaineguimaraes@yahoo.com.br.

³ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1974), Mestra em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1990), Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2000) e Pós-Doutora em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2016). Professora Titular da Universidade Federal do Paraná. Atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. URL Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3581133293519315>. E-mail: tarcisa.silva@gmail.com.

enfrentamento. No caso particular da educação, todas as práticas dominantes foram colocadas em xeque, em função da migração repentina e obrigatória para o ensino no sistema virtual/remoto. Nesse sentido, objetiva-se apresentar os resultados de pesquisa participante, realizada ao longo do ano de 2020, discutindo as estratégias utilizadas pelo governo do Paraná para a educação básica pública, tendo como referência a nova rotina imposta aos professores.

Este trabalho no primeiro item descreve a suspensão das aulas presenciais e as diferenças entre o ERE e a educação a distância (EAD). No item seguinte expõe como o estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED), mantenedora do ensino fundamental II e ensino médio administrou este novo cenário, apresentando um relato cronológico da implementação e organização do ensino remoto emergencial (ERE) e alguns relatos dos estudantes. No terceiro item, apresenta relatos dos docentes de sociologia sobre o ensino e as novas condições de trabalho impostas. Conclui-se com algumas reflexões a partir do cotejamento da bibliografia que trata da aceleração do ritmo e tempo de trabalho e escolhas político-administrativas da gestão da educação no Paraná.

A suspensão das aulas presenciais e o Ensino Remoto Emergencial (ERE)

Nesse contexto de pandemia de Covid-19, as aulas presenciais na educação básica e no ensino superior foram suspensas por tempo indeterminado em vários países. De acordo com o “Monitoramento global de fechamento de escolas causados pelo Covid-19” realizado com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO, na data de 17 de março de 2020, constatou-se que 827.846.376 estudantes foram afetados com o fechamento das escolas, representando 47,3% do total de alunos matriculados em escala global (UNESCO, 2020).

Numa tentativa de manter o processo de ensino-aprendizagem e diminuir o impacto no calendário letivo, as instituições de ensino no Brasil foram autorizadas, em caráter excepcional, a suspender as aulas presenciais, através da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação (MEC) que dispõe sobre a substituição

das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020).

Com a suspensão das aulas presenciais, tornou-se necessário continuar a oferta de aulas em diferentes meios tecnológicos para evitar a propagação do coronavírus e manter o distanciamento social. Cada estado optou por utilizar diferentes ferramentas tecnológicas, dentre elas TV aberta e Internet, para manter o processo de ensino e aprendizagem.

Cabe destacar que aulas remotas e Educação a Distância (EAD) diferem em sua metodologia: a primeira é uma aula ministrada em meios digitais com duração semelhante a aula presencial; já a segunda pressupõe um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) planejado e gerenciado por docentes que elaboram as aulas e organizam o conteúdo educacional com atividades adequadas ao perfil do estudante.

Portanto, o que define a EAD não é apenas a tecnologia, mas sim, a sua estrutura didático-pedagógica baseada na flexibilidade e numa interação não presencial adaptada ao perfil do estudante, assim como o devido credenciamento das instituições que se especializaram atendendo o disposto na legislação para ofertar essa modalidade de ensino.

O ERE ofertado nesse período de pandemia de Covid-19, assemelha-se a EAD apenas no quesito tecnologia, mas difere por completo em sua metodologia de ensino, pois as aulas remotas são centradas na figura do professor transmissor de conteúdo com alunos receptores. As interações virtuais foram improvisadas, consequentemente as leituras, atividades e avaliações não utilizaram metodologias e ferramentas diversificadas para atender as necessidades de todos dos estudantes.

A proposta de ERE do governo do Paraná dividiu opiniões entre os membros da comunidade escolar. Por um lado viabilizou a oferta contínua das aulas, conteúdos

e atividades para uma parcela considerável de estudantes com acesso a recursos tecnológicos. Por outro não contemplou aqueles em condição de vulnerabilidade social, decorrente de fatores socioeconômicos e, conseqüentemente, sem acesso a recursos tecnológicos, tais como aparelho de TV, smartphone e computador.

De acordo com a pesquisa (TIC) Domicílios, divulgada em 2019, 70% dos lares brasileiros localizados em áreas urbanas têm acesso à internet. No entanto, a análise por classe social revelou grandes disparidades, pois entre os mais ricos (classes A e B), 96,5% das casas têm sinal de internet; nos patamares mais baixos da pirâmide (classes D e E), esse índice cai para 59%. Além disso, a pesquisa ainda revelou que, entre a população cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à internet usam exclusivamente o celular.

Para minimizar essa desigualdade de acesso às aulas remotas e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED/PR) informou que os alunos sem acesso a recursos tecnológicos poderiam, quinzenalmente, buscar e entregar as atividades em material impresso nos seus colégios, no mesmo dia em que o kit de merenda escolar seria disponibilizado para os alunos inscritos no programa Bolsa Família.

Ensino Remoto Emergencial (ERE) na rede estadual de ensino do Paraná

No estado do Paraná, as aulas presenciais foram suspensas em todas as escolas estaduais públicas e privadas, inclusive nas entidades conveniadas e universidades públicas, mediante decreto nº 4.258, de 17 de março de 2020. No período entre 20 de março a 03 de abril de 2020, foi decretado recesso escolar nas escolas da rede pública estadual do Paraná e nesse curto tempo de recesso, a SEED, na condição de mantenedora do ensino fundamental II e ensino médio, começou a organizar o ensino remoto emergencial (ERE) para atender cerca de 1 milhão de estudantes da rede pública estadual, distribuídos em 399 municípios.

De acordo com a APP-Sindicato (2020), o governo em caráter emergencial – amparado pela Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento do coronavírus e autoriza compras sem licitação para o combate à

pandemia – investiu em torno de 22 milhões de reais na contratação de empresas privadas para implantar um projeto de ensino a distância, com o pagamento de aproximadamente: 20,9 milhões de reais destinados às empresas de telefonia celular, contratadas para o uso de dados pelo aplicativo Aula Paraná; 900 mil reais para TV Record, emissora contratada para transmitir aulas através de canais abertos; e, por fim, 300 mil reais, para a IP-TV LTDA, para elaboração de uma “plataforma de streaming que dialogue com as operadoras de telefonia móvel” (APP- SINDICATO, 2020, p.1).

As aulas remotas para os alunos das escolas públicas estaduais de educação básica começaram a ser transmitidas no dia 6 de abril de 2020 em TV aberta, no Youtube e no Aplicativo Aula Paraná (disponível para celulares Android e IOS sem custo de dados móveis para os usuários). No entanto, os docentes não receberam do governo treinamento prévio para acessar e utilizar as ferramentas educacionais disponibilizadas, bem como equipamentos de trabalho (computadores, smartphones, conexão com a internet, entre outros) para acessar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e elaborar conteúdos e atividades. Mesmo que de forma virtual, a SEED poderia ter realizado um momento prévio de capacitação, explicando as funcionalidades do sistema de ensino remoto. Isso só ocorreu após o ERE já ter sido implantado.

Nesse contexto, todas as informações sobre o funcionamento do ERE eram recebidas, principalmente, via grupos de *Whatsapp* da escola, por meio de mensagens, áudios e vídeos de funcionários do Núcleo Regional de Educação (NRE) e da mantenedora (SEED). A proposta de implantação do “novo modelo de ensino a distância” foi apresentada em uma “live” pelo Secretário de Educação e sua equipe no dia 08 de abril de 2020. Sendo que as aulas começaram a ser exibidas na TV aberta no dia 06 de abril de 2020. A SEED também disponibilizou um e-mail e telefone para esclarecer dúvidas e auxiliar professores e funcionários no acesso ao sistema de ensino remoto. Contudo, esses canais de comunicação ficaram sobrecarregados e muitos professores não conseguiram atendimento.

O aplicativo Aula Paraná e a plataforma *Google Classroom*, apresentaram instabilidade no início de seu funcionamento, pois estavam sendo alimentados continuamente com os dados dos alunos e professores. A SEED informou que seria

necessário aguardar para utilizar esses serviços até 13 de abril 2020 nas escolas. Após esse prazo, o sistema continuou instável e passou por várias atualizações. Nesse período foram disponibilizados, via *Whatsapp* e redes sociais, vídeos com tutoriais para acesso dos professores e estudantes. Também foram exibidas duas *lives*, em 24 e 30 de abril, com o secretário da educação e sua equipe, sobre as funcionalidades da plataforma *Google Classroom*.

Ao longo do mês de abril, maio e junho foram disponibilizados mais tutoriais e *lives* sobre o ERE e as funcionalidades do AVA. Os professores tiveram que se adaptar para cumprir as novas exigências do trabalho remoto e os alunos passaram a assistir as aulas remotas pela TV aberta e no *Youtube* e a realizar as atividades assíncronas no AVA.

A frequência dos alunos passou a ser contabilizada pela realização das atividades assíncronas no *Google Classroom*. Os professores foram orientados a atribuir nota para os alunos que estavam realizando as atividades assíncronas e contabilizar as presenças proporcionais ao número de atividades realizadas pelos estudantes no Livro de Registro de Classe On-line (LRCO). Para os alunos que estavam realizando atividades impressas o professor deveria ir até a escola, retirá-las e atribuir nota e presença proporcional no LRCO.

O professor, para registrar sua frequência no trabalho remoto, deveria realizar uma postagem de conteúdo no mural de suas turmas no *Google Classroom*, no dia em que suas aulas seriam ministradas e, preferencialmente, conforme seu horário de aula no colégio. No período noturno, os docentes foram orientados a realizar suas postagens a partir das 18 horas, para justificar o recebimento de adicional noturno. Essas postagens diárias não poderiam ser programadas no sistema e a orientação da mantenedora é que deveriam conter no mínimo 44 caracteres com um conteúdo da disciplina ou uma mensagem de incentivo para os alunos.

Caso o professor não realizasse a postagem, sua presença não seria contabilizada pelo programa de análise e geração de relatórios *Power BI*⁴, acarretando falta que seria confirmada pela direção e encaminhada ao setor de Recursos Humanos

⁴ O *Power BI* é um serviço de análise de negócios e dados da desenvolvedora Microsoft. Utiliza uma coleção de serviços de software, aplicativos e conectores que trabalham juntos para transformar suas fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, visualmente envolventes e interativas.

da mantenedora para desconto em folha de pagamento. O docente poderia acompanhar sua frequência e conferir se o *Power Bi* registrou sua postagem, através do programa Presença EAD que disponibiliza um relatório semanal.

No mês de julho, entre os dias 20 a 28 de julho de 2020, foi decretado recesso escolar e no dia 01 agosto a SEED – junto com o comitê de volta às aulas – apresentou um protocolo de retorno das aulas presenciais no Paraná, com intenção de retorno para setembro, mas sem uma data definida que só seria marcada e oficializada quando autorizado pelas autoridades da Secretaria da Saúde.

No mês de agosto cria-se uma expectativa do retorno das aulas presenciais. A imprensa mensalmente anunciava um possível retorno e mostrava como as escolas da rede pública estavam preparando sua infraestrutura para garantir os protocolos de segurança necessários para evitar a propagação do coronavírus.

Estes protocolos estabeleciam medidas de segurança sanitária e pedagógicas, compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e retorno de forma escalonada por região do estado, conforme desenvolvimento da pandemia. A SEED também informou que os responsáveis pelos alunos que optassem pela não participação das aulas presenciais, poderiam continuar exclusivamente no ensino remoto.

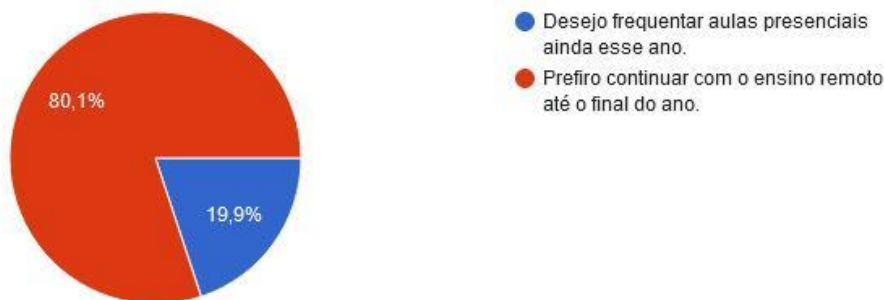
Em 5 de agosto a SEED enviou por SMS um *link* de pesquisa para os responsáveis dos alunos e membros da comunidade escolar sobre o retorno das aulas presenciais. O resultado dessa pesquisa não foi divulgado. No mesmo período, em uma *enquete*⁵ que realizei com alunos da disciplina de sociologia foi obtido o seguinte resultado:

⁵ Enquete aplicada no *Google Classroom* enquanto docente da disciplina de sociologia, nas turmas de ensino médio e médio técnico integrado do período da manhã e da noite no Colégio Estadual Professor Francisco Zardo, situado em Curitiba-PR.

Gráfico 1: Enquete com alunos da disciplina de Sociologia

Você estudante, deseja voltar a frequentar aulas presenciais ou prefere continuar apenas com o ensino remoto?

236 respostas



Fonte: Autoras.

Segue abaixo alguns comentários dos estudantes que participaram da enquete:

Ninguém está satisfeito com o atual sistema de aulas, é desagradável para todos, mas no momento é o melhor que pode ser feito, não é momento de se preocupar com a educação presencial e sim na diminuição de casos e mortes pelo covid19. Geraria muito tumulto as aulas presenciais, difícil conter alunos saudosos, além de que as escolas públicas não tem verba suficiente para seguir as normas de segurança (A, 2020).

Acho a proposta válida, porém não me sinto segura em retornar às aulas sem ter uma vacina para todos, pois a curva de contágio ainda está elevada e com o retorno, mesmo após a queda a tendência é que ela volte a subir. Além disso, por ter mãe portadora de doença crônica, sendo, portanto, do grupo de risco não me sinto segura de sair correndo o risco de trazer o vírus para dentro de casa (B, 2020).

Eu acho q voltar as aulas ainda sem terem colocado uma vacina (já testada) nos postos de saúde é uma coisa irresponsável pois a maioria se não todos os alunos ainda não entendem a importância de usar as máscaras e nem de usar o álcool em gel, e outra na França e Estados Unidos eles voltaram as aulas e já tiveram q parar pois os casos voltaram a aumentar, e já que aqui no Brasil ainda nem diminuiu acho q não seria prudente voltar as aulas esse ano, minha opinião sobre a volta do ensino seria q deveriam cancelar as aulas totalmente, tipo cancelar esse ano de ensino pois a maioria dos alunos não está aprendendo absolutamente nada com as aulas online (C, 2020).

Acho interessante à volta as aulas de modo presencial. Mas acredito que se essa retomada acontecer, que seja de modo mais seguro e cuidadoso possível, para que assim não haja comprometimento de nossa saúde (D, 2020).

Gostaria que as aulas presenciais voltassem esse ano, pois as aulas online são muito complicadas de se acompanhar e muito difícil de se compreender o material apresentado mesmo sendo ótimos professores apresentando o material e com o estudo a distância é complicado de se tirar dúvidas pois sempre a algo a mais (E, 2020).

Com as aulas presenciais aprendemos bem mais, aprendemos de verdade, porque a distância é meio complicado (F, 2020).

Nota-se que maior parte dos alunos (80,1%) está preocupada com retorno da aula presencial devido à propagação do coronavírus e por este motivo prefere continuar os estudos no AVA. Todavia, os relatos selecionados evidenciam que os estudantes não estão satisfeitos com o ERE e preferem as aulas presenciais no que tange ao processo de ensino-aprendizagem.

A APP-Sindicato sempre se manteve em oposição ao retorno presencial sem que houvesse vacinação. Em assembleia on-line da categoria, realizada no dia 12 de setembro, foi aprovada greve caso o governo determinasse a volta às aulas presenciais durante a pandemia. Da parte do poder executivo, o retorno presencial não ocorreu no mês de setembro e a SEED anunciou um estudo para retorno de apenas 2% da rede estadual de ensino, com consulta da comunidade escolar, unicamente em localidades seguras, indicadas pela Secretaria da Saúde, mantendo-se 98% da rede exclusivamente com aulas não presenciais.

No dia 9 de outubro o Governo do Estado, publicou a Resolução n.º 1231 - SESA para autorizar a retomada presencial da grade de atividades extracurriculares na rede estadual de educação a partir do dia 19 de outubro. Tal medida também contemplava as escolas municipais e privadas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Essa retomada presencial foi facultativa, sem prejuízo para quem optasse com o ERE. Contudo, para o aluno frequentar essas aulas os pais ou responsáveis deveriam assinar um termo de compromisso de cumprimento de diretrizes estabelecidas no protocolo de segurança.

Em 26 de novembro o Governador do Estado, em entrevista coletiva a imprensa, disse que nos dez dias de retorno das aulas extracurriculares e reforço escolar não houve problema de segurança para os professores e alunos, e que se o índice de contaminação do coronavírus continuasse caindo no Paraná a ideia é de que

a partir da 2ª quinzena se voltasse "próximo da normalidade para as aulas com os alunos de forma gradativa" (G1, 2020). No entanto, o retorno das aulas presenciais não ocorreu no ano letivo de 2020.

Em fevereiro de 2021, o governo elaborou um calendário de retorno às aulas presenciais com início previsto para 1º de março, mediante modelo híbrido de ensino. Os estudantes que desejassem voltar para escola, deveriam assinar um termo de compromisso e os demais que optassem por não ir presencialmente, continuariam no ensino remoto via *Google Meet* e também pelas plataformas digitais do Aula Paraná, na TV aberta e no YouTube, ou por kit pedagógico impresso (PARANÁ, 2021).

Todavia, devido elevada taxa de contaminação e falta de leitos nos hospitais do Paraná para atendimento de pacientes com Covid-19, permaneceu a suspensão das aulas presenciais até o mês de maio de 2021. No mês de junho as escolas gradativamente foram aderindo ao modelo de ensino híbrido (EH), em que os docentes tiveram que atender os alunos de forma presencial e remota simultaneamente.

Relatos dos docentes de Sociologia sobre o ERE

Para compreender esse período de ERE, na dissertação de mestrado, foi aplicado no ano de 2020, questionário *on-line* semiestruturado⁶ no intuito de coletar relatos dos docentes de sociologia sobre as condições de ensino e trabalho remoto. Os depoimentos coletados nas questões abertas possibilitaram uma maior compreensão do ERE do ponto de vista dos docentes da disciplina de sociologia e evidenciaram o mal-estar ao utilizar palavras e expressões que demonstram sentimento de negatividade frente aos limites e adversidades que os docentes enfrentam em seu trabalho.

Na primeira questão aberta: "Nesse contexto de pandemia e trabalho remoto, que tipo de apoio você, enquanto docente, sente falta ou julga importante receber nesse momento?". Foi verificado a necessidade de apoio: psicológico, financeiro, tecnológico e capacitação. Também é citada: a valorização profissional, diálogo e

⁶ Questionário *on-line* semiestruturado com 24 perguntas (22 de múltipla escolha e 2 abertas) aplicado a 27 docentes de sociologia de Curitiba e Região Metropolitana, que compõe dissertação de mestrado disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/599038>> Acesso em: 26. mai. 2021.

menos cobranças por parte da mantenedora, compreensão, colaboração e apoio da direção escolar e equipe pedagógica, necessidade de compartilhamento e troca de ideias entre docentes. Segue abaixo, relatos dos docentes:

O governo do PR deveria disponibilizar equipamentos tecnológicos individuais aos docentes como notebooks, smartphones, câmeras, etc para possibilitar o trabalho remoto. Além disso, apoio psicológico e emocional também se faz necessário nesse contexto, porém o que está ocorrendo é justamente o oposto (ameaças, sobrecarga de trabalho, perseguições, assédio moral, por parte do governo sobre as/ os docentes).

Compartilhamento de experiências no trabalho remoto. Não há reuniões entre professores para falarem o que estão fazendo, para darem ideias uns para os outros. A solidão pedagógica é o mais marcante.

Na segunda questão aberta: “Descreva como têm sido sua experiência docente com o trabalho remoto e o ensino de sociologia nesse contexto de ensino remoto emergência:”. Em relação ao ensino é citada à falta de interação e pouca participação dos alunos no AVA, além da dificuldade de aprendizagem nesse modelo de ERE. Tal situação preocupa os professores que nas respostas mencionam a questão da aprendizagem e o abandono escolar nesse momento de pandemia. Segue abaixo, relatos dos docentes:

Muitos alunos estão excluídos do processo da aprendizagem por mais que estejamos buscando várias alternativas para que não tenha muita evasão. que é um desafio no presencial também (G, 2020).

Dentro da minha prática, tento formular as tarefas com o mesmo conteúdo da SEED para que estudantes consigam fazer que seja acessando os slides das vídeo-aulas. Tenho quase 400 alunos e não mais que 10 participam dos *meets*, então, deixo que eles coloquem suas dúvidas para abordagem dos temas, no entanto, majoritariamente os *meets* têm se transformado menos em espaço de dúvidas sobre as aulas da SEED e mais em acolhimento das inquietações com o atual momento, espaço de fala sobre as dificuldades de cada um com a conjuntura e a partir daí consigo mediar algumas leituras, debates, conversas, mas tento não fazer disso mais um "conteúdo", a despeito de considerar que esse espaço de conversa está atravessado pela reflexão sociológica, pq eles estão sobrecarregados de tarefas e aulas o que, por sua vez, tem adoecido a eles e a nós (H, 2020).

Decepcionante. Não consigo contato com alunos/as. Não conseguimos dialogar sobre os conteúdos da disciplina. Eles estão cansados e desestimulados com este modelo, o que é perfeitamente compreensível (I, 2020).

A modalidade "remota" é estéril. efetivamente não há interação entre o professor e os estudantes, apenas uma forma "burocrática de manutenção de contato" que desconsidera o processo integrado de ensino-aprendizagem (J, 2020).

Nos relatos coletados também tem destaque o aumento do trabalho docente, o consequente sentimento de cansaço e exaustão frente à nova demanda imposta e as cobranças por parte da mantenedora. Também é mencionada dificuldade de transposição de conteúdos no ERE. Para exemplificar essa situação, segue abaixo o relato de um docente de sociologia da rede pública estadual de ensino, descrevendo o trabalho remoto realizado no ERE:

Minha experiência docente tem sido muito exaustiva nesse contexto de pandemia. Devido às ameaças e constantes cobranças, tendo trabalho muitas vezes além de minha carga horária. Tenho utilizado momentos de descanso para realizar atividades da escola. Além das atividades disponibilizadas na plataforma Google Classroom, preciso preparar quinzenalmente atividades impressas aos estudantes sem internet. Além de alimentar frequências/ausências dos estudantes e inserir conteúdos das aulas no RCO constantemente. Tenho procurado fazer atividades diferenciadas, porém há muitos limites impostos pelo modelo remoto. Enfim, aumentou o controle e a vigilância sobre meu trabalho nesse período de pandemia (K, 2020).

Apenas três relatos se apresentaram de forma mais positiva, um descrevendo a experiência como "boa" e outros dois evidenciando a gravação de videoaulas para o ensino de sociologia no AVA.

A gravação de aulas tem sido uma experiência interessante, mas que retira um componente importante da aprendizagem em sociologia que é o debate e a discussão (L, 2020).

Eu tenho um canal no Youtube e meus vídeos de 10 a 20 minutos já estavam quase todos prontos quando a pandemia chegou. Mando meus vídeos e proponho que eles escrevam e relacionem com situações. Não usei nenhum material fornecido pela seed. E meus alunos agradeceram enormemente. Para eles, o conteúdo ser ministrado pelo próprio professor é algo realmente significativo (M, 2020).

Contudo, de acordo com os resultados da pesquisa mencionados acima é nítida a sobrecarga laboral, estresse, esgotamento físico e mental na classe dos professores, que além de lidarem com todos os impactos da pandemia e do

distanciamento social em sua vida pessoal, também tiveram que lidar com as cobranças e exigências da mantenedora para alcançar os índices desejados e cumprir as metas estabelecidas (GUIMARÃES, 2021).

Além disso, de acordo com o relatório técnico da pesquisa nacional “Trabalho Docente em Tempos de Pandemia”:

Os docentes foram convocados, na maioria dos casos, a realizarem seu trabalho de outra maneira, em outros contextos, inclusive virtual, adaptando suas atividades, desenvolvendo habilidades para lidar com novas ferramentas e metodologias para responder a essa situação inteiramente inusitada (GESTRADO, 2021, p.21).

As dificuldades são ainda maiores quando os docentes não receberam nenhuma formação para a utilização de ferramentas tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das atividades remotas (GESTRADO, 2021, p.9).

No caso específico da Rede Estadual de Ensino do Paraná, além do desafio de utilizar diferentes recursos tecnológicos necessários para realizar o trabalho remoto, os professores tiveram que aprender a trabalhar remotamente sem uma capacitação prévia para compreender as funcionalidades do ambiente virtual de aprendizagem.

Ainda em relação ao trabalho remoto docente, cabe salientar que a reforma trabalhista por meio da Lei 13.467/2017, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e apresentou em seu texto a normatização do teletrabalho, através dos artigos 75-A ao 75-E, em que

Art. 75-B Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo (BRASIL, 2017).

Outro elemento fundamental nas relações teletrabalhistas é a utilização da tecnologia de informação e da comunicação, para tanto a legislação trata do fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária para o teletrabalho

Art. 75-D. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem

como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito (BRASIL, 2017).

Todavia, os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná tiveram que se adaptar ao trabalho remoto utilizando equipamentos tecnológicos particulares, pois não foi ofertada ajuda de custo por parte da SEED para compra de equipamentos tecnológicos e estrutura física adequada com internet de qualidade, cadeiras e mesas ergonômicas. Desse modo, a residência dos docentes precisou ser adaptada às necessidades de trabalho remoto, sem o devido suporte financeiro para tal (GUIMARÃES, 2021).

Conclusão

O ERE implantado no estado do Paraná apesar de suas limitações, disponibilizou aulas remotas, conteúdos e atividades numa tentativa de reduzir o impacto da suspensão das aulas presenciais no calendário letivo. No intuito de evitar futuras reposições de aulas aos professores e alunos, mantendo o distanciamento social enquanto necessário para evitar a propagação do coronavírus.

Nessas condições emergenciais, a mantenedora teve pouco tempo para planejar o ERE. Contudo, não houve uma ampla discussão sobre sua implementação junto à comunidade escolar e sobre quais seriam as práticas educacionais a serem desenvolvidas remotamente. A proposta de ERE elaborada pela equipe diretiva da SEED não levou em consideração à preparação dos docentes e o acesso a equipamentos tecnológicos necessários para o ensino remoto. O ERE, assim como a EAD, também necessita de mobilização de recursos financeiros e de uma formação específica e em larga escala para os profissionais que atuam nessa modalidade de ensino.

O trabalho remoto e o ensino a distância são exemplos de uma sociedade que caminha para a revolução digital. Entretanto, as desvantagens ao longo desse processo precisam ser consideradas, principalmente no que tange ao ensino público gratuito. Por mais que as tecnologias educacionais sejam promissoras, seus resultados positivos só aparecem quando são utilizadas por profissionais devidamente capacitados para essa demanda e com a efetiva participação dos estudantes no ambiente virtual de

aprendizagem. Sem a devida qualificação profissional e democratização dos recursos tecnológicos públicos os resultados não serão promissores.

A eficácia do ERE ofertado no período da pandemia, ainda é uma incógnita, assim como tudo o que têm sido feito nesses tempos de coronavírus. O impacto na vida de estudantes e professores já está sendo verificado e os investimentos realizados na implementação do ERE continuam em uso nas instituições de ensino até o momento. Contudo, não podemos pensar em uma educação de qualidade se deixarmos de valorizar o professor, garantindo melhores condições para o exercício da sua profissão. Condições estas que, dado a análise aqui empreendida, estão longe de serem alcançadas.

Referências

APP-SINDICATO. Sem licitação, **Ratinho torra mais de R\$ 22,1 milhões para implantar EaD que não funciona**. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/sem-licitacao-ratinho-torra-mais-de-r-221-milhoes-para-implantar-ead-que-nao-funciona/>> Acesso em: 01 mai. 2020.

BRASIL. **Lei 13.467/17, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acessada em: 21 nov. 2018

BRASIL, **Medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

BRASIL, **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>> Acesso em: 30 mai. 2020.

GESTRADO. **Trabalho Docente em Tempos de Pandemia**. Relatório Técnico. UFMG, 2021. Disponível em < <https://gestrado.net.br/pesquisas/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

GUIMARÃES, L. M. S. **O ensino remoto emergencial e o mal-estar docente: uma análise dos seus impactos sobre as condições de trabalho dos professores de sociologia no estado do Paraná diante da pandemia de Covid-19**. Dissertação. Mestrado Profissional em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, 2021.

PARANÁ (Estado), **Decreto nº 4.258, 17 de março de 2020**. Disponível em: <<https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Decreto-n%C2%BA-4258-i-DOE-incluindo-a-rede-privada.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2020.

PARANÁ (Estado), **Resolução n.º 15/2018 – gs/seed**. Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/qas/uploads/2688/resolucao_distribuicao_15_2018gsseed.pdf> Acesso em: 10 mai. 2020.

PARANÁ (Estado), **Resolução Seed nº 1.016 – 03/04/2020**. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/edu/resolucao_n1016_2020_gs_seed_pr_regime_especial aulas_ nao_presenciais_covid19.pdf> Acesso em: 01 mai. 2020.

RPC. Governador do Paraná diz que aulas presenciais da rede estadual podem voltar em novembro. G1. Curitiba. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2020/10/26/governador-do-parana-diz-que-aulas-presenciais-da-rede-estadual-podem-voltar-em-novembro.ghhtml>> Acesso em: 29 nov. 2020.

TIC DOMICÍLIOS 2018. Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – São Paulo: CGI.br, 2019. Disponível em: <<https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

Estratégias de atuação da ultradireita na América Latina: o Comitê Cívico pró Santa Cruz boliviano¹

Juliana Magalhães de Castro²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a atuação de organizações conservadoras na América Latina nos últimos anos a partir de um estudo de caso, por meio de notícias e das ações e estratégias adotadas pelo Comitê Cívico pró Santa Cruz, na Bolívia. Tal organização que tem setores conservadores da igreja católica entre seus principais aliados, existe desde a década de 1950, mas vem ganhando destaque na mídia desde 2016, data da principal derrota política sofrida pelo MAS no país, isto é, do referendo constitucional popular que deliberou sobre a possibilidade de reeleição do então presidente Evo Morales por mais cinco anos. O Comitê Cívico Pró Santa Cruz destacou-se como principal oposição ao governo de Evo e, em 2019, protagonizou inúmeras manifestações que pediam a renúncia do mesmo, que ocorreu em novembro do mesmo ano. Entre suas principais referências estão Luis Camacho, nome que ficou conhecido por disputar as eleições contra Evo Morales e também por ser uma das principais lideranças dos protestos que tencionaram a renúncia do então presidente. A partir de notícias retiradas de três periódicos latinoamericanos: 1) O globo – Brasil; 2) La Nacion – Chile; e 3) O Clarín – Argentina, no ano de 2019, pretendo, por meio de análise comparativa documental, me debruçar sobre o discurso produzido sobre o Comitê Cívico de Santa Cruz para então analisar as estratégias adotadas pela entidade.

Palavras-chave: América Latina; Conservadorismo; Golpe; Brasil; Bolívia.

Estrategias de acción de la ultraderecha en América Latina: el Comité Cívico Boliviano Pro Santa Cruz

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el desempeño de las organizaciones conservadoras en América Latina en los últimos años a partir de un estudio de caso, a través de noticias, de las acciones y estrategias adoptadas por el Comité Cívico pro Santa Cruz, en Bolivia. Tal organización que tiene a sectores conservadores de la Iglesia Católica entre sus principales aliados, existe desde la década de 1950 pero ha ido ganando protagonismo en los medios desde 2016, fecha de la principal derrota política que sufrió el MAS en Bolivia, es decir, la referéndum constitucional popular que deliberó sobre la posibilidad de reelección del entonces presidente Evo Morales por otros cinco años. El Comité Cívico Pro Santa Cruz se destacó como la principal oposición al gobierno de Evo y, en 2019, protagonizó numerosas manifestaciones pidiendo su renuncia, las cuales tuvieron lugar en noviembre del mismo año. Entre sus principales referentes están Luis Camacho,

¹ GT 06 – Pensamento Político na América Latina.

² Professora da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: julianamagalhaesc@yahoo.com.br.

nombre conocido por postularse en las elecciones contra Evo Morales y también por ser uno de los principales líderes de las protestas que pretendían la renuncia del entonces presidente. Basado en noticias extraídas de tres publicaciones periódicas latinoamericanas: 1) O Globo - Brasil; 2) La Nación - Chile; y 3) Clarín - Argentina, en el año 2019, pretendo, a través del análisis documental comparativo, enfocar el discurso producido sobre el Comité Cívico de Santa Cruz y luego analizar las estrategias adoptadas por la entidad.

Palabras clave: América Latina; Conservadurismo; Golpe de Estado; Brasil; Bolivia.

1. Contextualização

Desde os anos 1980, a América Latina passa por um processo político que ficou conhecido como terceira onda (HUNTINGTON, 1994). Segundo Vitullo (2006), podemos definir essa terceira onda temporalmente a partir da queda de Salazar em Portugal, em 1974, e, na América Latina, a partir de 1979, com o retorno da democracia no Equador. Após aproximadamente três décadas em regimes autoritários, países como Brasil, Argentina, Chile e Bolívia – dentre outros – passaram por um processo de transição e abertura democrática, no qual as instâncias representativas foram, paulatinamente, reestabelecidas. Segundo O'Donnell e Schmitter (1988), tal transição consistiria em um intervalo entre um regime político e outro. No caso latino americano, entre um regime autoritário e uma democracia consolidada, passando por um espaço de tempo em que os elementos internos ao regime autoritário possibilitam tal transição ao passo que as instituições democráticas se efetivem e legitimem na sociedade. É desse contexto, de transitologia e consolidologia (O'DONELL; SCHMITTER, 1988) que partimos para localizar e dimensionar os regimes democráticos na América Latina.

Ao nos debruçarmos sobre a extensa literatura produzida sobre a democracia na América Latina, devemos destacar também a dificuldade em desenvolver uma leitura não colonial sobre os processos sócio históricos do continente. O olhar subalternizado, lançado por grande parte da produção epistemológica no campo das Ciências Sociais, sobre os povos latino americanos por vezes dificulta uma análise que rompa com as estruturas coloniais. Nesse sentido, Ballestrin (2016) aponta para o fato de que a teoria política democrática contemporânea quase não ter assimilado olhares e vozes do chamado Sul Global. Assim,

consideramos importante destacar que o estudo da via institucional e representativa não é o único parâmetro para compreender os movimentos democráticos, sendo apenas uma via dentro da noção polissêmica e em constante desenvolvimento que é a democracia (LOURENÇO; PEREIRA DA SILVA; BALTAR, 2018).

Ainda dentro das leituras possíveis sobre as diversas formas de compreender o conceito de democracia na América Latina, González Casanova, buscando desenvolver uma epistemologia latinoamericana, nos traz importantes contribuições no que diz respeito a compreensão dos processos democráticos materiais dentro do contexto do que define por colonialismo interno (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007). Segundo o autor “[...] el “colonialismo” no es un fenómeno que sólo ocurra a escala internacional — como comúnmente se piensa —, sino que se da en el interior de una misma nación,[...]” (GONZÁLEZ CASANOVA, 1975, p. 89). Entender a relação entre os processos políticos vivenciados com as contradições internas a cada território nacional faz-se, portanto, necessário na medida em que é por meio das disputas existentes que os processos sócio-históricos, institucionais ou não, se desenvolvem.

Sendo exceção à regra no contexto latino americano, não observamos na Bolívia a necessidade de um regime autoritário para implementação de uma agenda de políticas neoliberais, no momento de abertura democrática na década de 1980 (ANDERSON, 1995). Contudo, ao atualizarmos a análise para o contexto atual, podemos notar uma forte relação entre a agenda neoliberal e a oposição à Evo Morales, mais precisamente às políticas sociais e de nacionalização, além do que se diz ser a vitória da política sobre a técnica (STEFANONI, 2019). Nesse sentido, os neoliberais construíram críticas ao chamado *proceso de cambio*, que pode ser entendido como a agenda de mudanças econômicas e sociais que o governo Morales aplicou na Bolívia a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento (CUNHA FILHO, C. M.; SANTAELLA GONÇALVES, R, 2010).

Ao analisar os processos bolivianos, percebe-se a impossibilidade de compreender as disputas existentes na sociedade civil, sem contextualizar o processo de consolidação do Estado plurinacional. O reconhecimento aos povos originários, a ênfase na representação

indígena e tudo o que isso significa é um fato político de grande impacto. É preciso, portanto, compreender os caminhos que foram traçados e fizeram da Bolívia esse Estado plurinacional.

O comitê cívico de Santa Cruz foi fundado no ano de 1950, formado por 24 setores da sociedade de Santa Cruz e 288 instituições da sociedade civil. Entre as bandeiras mais expressivas do comitê, está a defesa por uma autonomia departamental. Ao longo do governo do MAS, o comitê de Santa Cruz se consolidou como principal opositor do governo “socialista”, dentro e fora da institucionalidade representativa.

Para compreender a atuação do Comitê de Santa Cruz, faz-se necessário analisar o papel cumprido pelo MAS ao longo dos últimos 15 anos, com destaque para o governo de Evo Morales, no tocante ao reconhecimento e fortalecimento dos povos originários na Bolívia e criação do Estado Plurinacional da Bolívia. Entre os principais embates está a permanente acusação de uma ditadura “da maioria” e uma imposição ideológica das populações indígenas sobre as populações que não se reconhecem como tal. Tal fenômeno pode ser explicitado a partir do entendimento dos processos de colonização comuns aos territórios latino americanos, com forte presença da igreja católica e, mais atualmente, da igreja protestante. A relação feita no imaginário social entre civilização, desenvolvimento e conversão ao cristianismo se expressa na visão negativa sobre as culturas dos povos originários e suas práticas de vida. Isso evidencia-se, por exemplo, em acontecimentos políticos recentes, como o golpe institucional protagonizado pelo comitê de Santa Cruz junto de outras representações oposicionistas ao MAS na Bolívia, quando da renúncia de Evo Morales em 2019 e a cena mundialmente divulgada dos oposicionistas ajoelhados diante da bandeira da Bolívia com uma bíblia aberta. Toda a performance por trás dos fatos políticos evidencia o caráter religioso e racista da atuação da ultradireita no território boliviano.

Há ainda, no cenário de disputas protagonizado por grupos como o Comitê Cívico de Santa Cruz, um alinhamento ao pensamento civilizatório presente no colonialismo latino americano. É a partir da visão de que os povos originários são atrasados que se

justifica a “luta” pela conversão deles e a violência dos processos cujo embate político representativo é apenas uma das diversas faces.

1.1. O Estado plurinacional e seus desafios

Ao definir “nação”, García Linera nos diz que:

Las naciones son ante todo artefactos político-culturales performativos de larga duración histórica, con la suficiente fuerza para materializarse y solidificarse en un territorio, en prácticas políticas e instituciones económicas relativamente soberanas respecto a otras naciones, en la idea de un ancestro común y la voluntad de un destino colectivo único, diferenciado al de las otras naciones (GARCÍA LINERA, 2014, p. 24).

O Estado boliviano, ao longo de sua história, acumulou diversos processos de lutas e resistências até que se chegasse ao hoje denominado Estado Plurinacional da Bolívia. A ideia de plurinacionalidade colocada em prática é vanguardista na América Latina. A bandeira whipala, com seus quadrados em sete cores, representa o reconhecimento da diversidade dos povos andinos bem como suas filosofias.

O Movimento ao Socialismo chega ao poder na Bolívia em um contexto de grande crise econômica e social. Durante muito tempo, a Bolívia esteve entre os primeiros lugares nos índices de desigualdade e pobreza global. Com uma vasta riqueza natural, contando com recursos hídricos e ecossistemas diversos, a Bolívia traz em seu histórico, a marca do descaso e dependência típica das elites latinoamericanas, comumente aliadas às políticas imperialistas estadunidenses.

No início do século XXI, os impactos das imposições do chamado Consenso de Washington, a partir da “terapia de choque” aplicada no governo de Víctor Paz Estenssoro, na década de 1980, teve como consequência o aumento substancial da quantidade de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Em 2003, 66,4% da população boliviana estava na pobreza e 39,9% em pobreza extrema.

É nesse contexto que os povos indígenas se tornam protagonistas das transformações e disputas políticas em território boliviano. Dessa forma, em 2006, um Aymara assume a presidência do país, dando início a um novo ciclo de recuperação econômica e reconhecimento das populações indígenas.

1.2. A refundação da Bolívia

Em 25 de janeiro de 2009, a partir de um referendo popular, uma nova Constituição é aprovada na Bolívia, por 61,43% dos votos a favor. Entre as características mais marcantes do documento está o reconhecimento dos povos indígenas e camponeses. Dos 411 artigos da Carta Magna, mais de 80 tratavam de questões relacionadas às populações indígenas. Esse foi um avanço *sui generis* considerando os processos de colonização dos territórios latino americano e apagamento histórico dos povos originários.

Contudo, mesmo com os bons índices econômicos apresentados pela gestão do MAS, a partir do *proceso del cambio*, a oposição se intensificou. O avanço do conservadorismo, fenômeno não só restrito ao território boliviano mas expresso em outras realidades latinoamericanas, agudizou as contradições da sociedade boliviana no tocante a disputa de hegemonia. Se por um lado os povos originários se viram representados na esfera institucional, por outro, grupos conservadores se empenharam em consolidar uma oposição a partir da narrativa que tal representatividade estava sendo imposta pelo MAS, uma ditadura da maioria sobre a minoria, na perspectiva apresentada por eles.

Assim, inúmeros foram os embates protagonizados por grupos da ultradireita na Bolívia. Dentre esses grupos, destacam-se a Union Juvenil Cruceñista, ligada ao comitê cívico de Santa Cruz e o próprio comitê que, entre suas figuras emblemáticas, teve Luis Camacho, que, momentos após a anunciada renúncia de Evo Morales, em 2019, invadiu o palácio com uma bíblia em mãos, dizendo que “Pachamama” nunca retornaria ao palácio e que a Bolívia, agora, pertencia a Deus.

O simbolismo por trás desse acontecimento é expressivo. A bíblia, símbolo da colonização européia cristã na América Latina aparece também como ferramenta de identificação de um movimento cujo caráter racista salta aos olhos. Formado majoritariamente por pessoas identificadas com a etnia branca, o comitê de Santa Cruz tem no cristianismo missionário uma de suas principais características alinhado a um discurso separatista que já vem de longe. A independência do departamento de Santa Cruz é bandeira histórica, ainda presente nos discursos militantes de seus membros e organizações satélites.

A visão sobre a cultura dos povos originários, como algo “não pertencente a Deus” ressalta o racismo presente nas práticas e discursos da organização e se reflete na política defendida. Ao longo de 14 anos, o Comitê de Santa Cruz se consolidou como principal opositor do MAS a partir da construção de um discurso contra o plurinacionalismo e as identidades indígenas. A construção de Luis Fernando Camacho como um opositor forte ocorreu a partir da consolidação de um discurso dentro dos grandes conglomerados midiáticos. Até pouco tempo antes das eleições de 2019, sua figura tinha pouca visibilidade. Apesar de presente do Comitê Cívico de Santa Cruz, era pouco expressivo nas redes sociais, por exemplo.

Alimentado pela mídia internacional, o discurso de fraude eleitoral foi o que alimentou e inflamou o discurso de Camacho, que contou com a ampla divulgação das grandes mídias. Enquanto Carlos Mesa, enquanto candidato opositorista cumpriu o papel de uma figura “mais branda”, Camacho atuou agitando movimentações contra o MAS e as políticas econômicas e sociais do partido. Jornais de grande circulação como The New York Times e a revista Reuters consagraram Camacho como o grande opositorista, mas pouco falaram de sua conexão com os grupos da ultradireita conservadora da Bolívia. Camacho foi formado pela Union Juvenil Cruceñista, sendo presidente da organização em 2002. A UJC já há alguns anos protagoniza situações de violência, racismo e homofobia na Bolívia e em suas redes sociais é possível acompanhar as ações de oposição ao governo MAS.

Os movimentos internos da ultradireita conservadora, em cada território nacional, levando-se em conta suas constantes práticas racistas por meio da defesa de um ponto de vista colonizador, parece legitimar o que afirma González Casanova, quando diz que:

[...] el “colonialismo” no es un fenómeno que sólo ocurra a escala internacional — como comúnmente se piensa —, sino que se da en el interior de una misma nación, en la medida en que hay en ella una heterogeneidad étnica, en que se ligán determinadas etnias con los grupos y clases dominantes, y otras con los dominados (GONZÁLEZ CASANOVA, 1975, p. 89).

Isso ocorre expressivamente na Bolívia e é facilmente observado na análise do discurso que é construído midiaticamente sobre organizações conservadoras e também sobre o próprio MAS.

2. Análise documental-midiática

Para materializar a pesquisa sobre as narrativas em torno da organização do Comitê Cívico de Santa Cruz e sua atuação, foi feita uma pesquisa documental a partir das notícias em torno das eleições de 2019 na Bolívia e golpe institucional que deflagrou a renúncia de Evo Morales. Apresentaremos, na tabela abaixo, os resultados:

Periódico	Data	Título da Matéria	Resumo
O Globo (Brasil)	12/11/2019	“Grupo de opositor radical de Evo Morales controla ruas na Bolívia e determina quem pode passar”	A matéria discorre sobre a ausência de polícia no departamento de Santa Cruz e o controle que o Comitê de Santa Cruz exerceu no período de crise política que culminou na

			renúncia de Evo Morales.
O Globo (Brasil)	03/11/2019	“Setor Mais Radical da oposição a Evo Morales toma as rédeas de protestos na Bolívia”	A matéria coloca em oposição “mais radical” e a candidatura de Carlos Mesa, bem como ressalta o pedido de intervenção militar feito pelo grupo e de renúncia imediata do governo.
La Nacion (Chile)	08/11/2019	“Bolivia: Camacho busca aliados para forzar la renuncia de morales”	A reportagem discorre sobre a busca por aliados políticos protagonizada por Camacho na busca pela renúncia de Evo Morales
La Nacion (Chile)	22/10/2019	“Bolivia: grupos civiles llaman a paro general por virtual triunfo de morales”	O foco é no medido de intervenção militar feito pelo Comitê Cívico de Santa Cruz e seus aliados, um mês antes da renúncia de Evo Morales.
Clarín (Argentina)	11/11/2019	“Crisis en Bolivia/: Luis Fernando Camacho, el hombre clave en la caída de Evo Morales(…)”	Na matéria, o foco está nas declarações feitas por Camacho de que não havia golpe em curso, além de seu pedido para uma transição pacífica.
Clarín (Argentina)	05/11/2019	“Histriónico y fundamentalista – Quién es Luis	A matéria apresenta a figura pública de Camacho, citando a

		Fernando Camacho, el líder opositor que pone en jaque a Evo Morales en Bolivia”	presidência do comitê de Santa Cruz como uma referência central bem como seu fundamentalismo religioso.

Fonte: O Globo (2019), La Nación (2019) e Clarin (2019).

3. Possíveis paralelos

A atuação do Comitê de Santa Cruz na Bolívia apresenta, em nossa análise, semelhanças com outras organizações de ultradireita na América Latina. Como possíveis pontos em comum estão o caráter cristão conservador fortemente difundido e também a oposição a partidos progressistas e de esquerda. Ao olharmos, por exemplo, para o período recente da realidade política brasileira, notamos que o grupo que aglutinou – e elegeu – Jair Bolsonaro é um grupo que muito compartilha em termos de valores com o Comitê de Santa Cruz. Existe, inclusive, registros de um encontro, à véspera do golpe institucional na Bolívia entre Ernesto Araújo, ex-ministro das relações internacionais do governo Bolsonaro, Carla Zambelli, deputada federal da ala governista e Luis Fernando Camacho. Muitas são as análises do período que enfatizam uma conexão entre a atuação dos grupos de extrema direita nos diversos territórios nacionais na América Latina.

Camacho, assim como Bolsonaro, aparecem, inicialmente, como figuras fora do *establishment* político mas são eleitos pela grande mídia para representar uma certa oposição radical. Dessa forma e atuando também pelas redes sociais, conseguem ganhar forças e adeptos. Fortalecendo o campo político conservador e potencializando polarizações na esfera política representativa e sociedade civil. Após agitação política, Bolsonaro é eleito presidente – sem participar de debates – e Camacho é eleito governador de Santa Cruz, o que expressa bem o direcionamento para as instâncias representativas que a “militância” conservadora protagoniza.

4. Considerações Finais

Como conclusões iniciais da análise documental aqui apresentada, destaca-se a forte similitude na atuação de grupos da ultradireita na América Latina, com destaque para a agenda conservadora e sua relação com instituições religiosas cristãs, tanto católicas – no caso boliviano – quanto evangélicas, no caso brasileiro. Além disso, há um destaque para o pedido de intervenção militar, fortemente presente no discurso, o não respeito às instâncias democráticas ao passo em que, como consequência da polarização protagonizada por tais grupos, há um direcionamento para a disputa institucional e representativa, buscando aparentemente consolidar um campo representativo no legislativo.

Consideramos a necessidade de mapear, analisar e compreender a atuação de grupos de extrema direita na América Latina, pois os mesmos têm dado a cara no cenário político e aparecido, a partir das narrativas midiáticas, como protagonistas de diversos episódios recentes de intervenção direta no funcionamento da democracia representativa. Mais do que nunca, é de fundamental importância debruçar-se sobre o desenrolar da luta de classe e disputas ideológicas no continente que tem como característica marcante a dependência colonial, violência com os povos originários e desigualdades sociais. O discurso racista e de ódio presente em organizações como o Comitê de Santa Cruz legitima uma visão de mundo que retroalimenta dependências e conflitos de classe, raça e gênero, fazendo reviver antigos monstros da nossa história, como foram as ditaduras militares entre as décadas de 1960 à 1980.

O não respeito aos povos originários também aparece como marcante na agenda da ultradireita latino americana. Se citarmos acontecimentos recentes, no Brasil, por exemplo, vemos na agenda política institucional a votação de um projeto de emenda Constitucional chamado de “Marco Temporal” que simplesmente passa por cima (literalmente) das demarcações territoriais conquistadas com muita resistência ao longo dos últimos anos.

É preciso caracterizar o lado perverso do conservadorismo latino americano, sua raiz colonial e também seu alinhamento com a agenda neoliberal imposta pelo

imperialismo estadunidense. O passado e o presente se encontram, e, entre sistema colonial e uma modernização tardia, encontramos o que há de pior no tocante ao respeito à dignidade humana, diversidade e soberania dos povos.

Referências

ALVAREZ, Sonia & ESCOBAR, Arturo. **The Making Of Social Movements In Latin America: Identity, Strategy, And Democracy**. Westview Press. 1992

ANDERSON, Perry. “**Balanço do neoliberalismo**”. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1997

BARBOSA PINHEIRO, Lia & SILVEIRA FERNANDES, Edilmara Kayt. **Pablo González Casanova e a sociologia latino-americana**. In: Tensões Mundiais. Fortaleza, v.16, n. 32, 65-90. 2020

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes. 1977

CASTAÑEDA, Jorge. **Latin America's left turn**. Foreign Affairs, s.l., v. 85, n. 3, p. 28-43, may-jun, 2006

CESARINO, Letícia. **Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo, neoliberalismo e pessoa fractal**. Rev. antropol. (São Paulo, Online), v. 62 n. 3: 530-557 . USP. 2019

CUNHA FILHO, C. M.; SANTAELLA GONÇALVES, R. (2010). **The National Development Plan as a Political Economic Strategy in Evo Morales's Bolivia : Accomplishments and Limitations**. In: Latin American Perspectives

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Colonialismo Interno (uma redefinição)**. In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLASCO. 2007

LOURENÇO, Beatriz Soares. PEREIRA DA SILVA, F; BALTAR, Paula. **Colonialidade Do Saber, Dependência Epistêmica E Os Limites Do Conceito De Democracia Na América Latina**. In: Democracia na América Latina: Democratização, tensão e aprendizados. GONZÁLEZ, Maria Victória Espiñera & CRUZ, Danilo Uzêda. Buenos Aires: Clasco. Feira de Santana: Editora Zarte. 2018

O'DONNELL, G. AND SCHMITTER, P. **Transitions from authoritarian rule**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1986

QUIJANO, A. “**Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**”. In: Lander, E. (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO. 2005

Matérias em periódicos:

<https://oglobo.globo.com/mundo/grupo-de-opositor-radical-de-evo-morales-controla-ruas-na-bolivia-determina-quem-pode-passar-24076946> – acesso em 02 de setembro de 2021

<https://oglobo.globo.com/mundo/setor-mais-radical-da-oposicao-evo-morales-toma-as-redeas-de-protestos-na-bolivia-24059696> – acesso em 02 de setembro de 2021

<http://www.lanacion.cl/bolivia-camacho-busca-aliados-para-forzar-la-renuncia-de-morales/> - acesso em 05 de setembro de 2021

<http://www.lanacion.cl/bolivia-grupos-civiles-llaman-a-paro-general-por-virtual-triunfo-de-morales/> - acesso em 06 de setembro de 2021

https://www.clarin.com/mundo/luis-fernando-camacho-lider-opositor-pone-jaque-evo-morales-bolivia_o_SUPdoEHQ.html – acesso em 01 de setembro de 2021

https://www.clarin.com/mundo/luis-fernando-camacho-hombre-clave-caida-evo-morales-tumbamos-gobiernos-liberamos-pueblo-fe-_o_bqEm5BQZ.html – acesso em 01 de setembro de 2021

A questão racial no trabalhismo varguista: apontamentos para compreensão da integração do negro no trabalho¹

Pedro Rodrigo de Souza²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

A pesquisa se caracteriza por uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, exploratória, conforme as características elencadas por Gil (2010). Foram utilizados os discursos e diários do ex-presidente Getúlio Vargas disponíveis no site da Biblioteca da Presidência, datados do período de 1930 a 1945 como fonte primária para coleta de dados. Os dados coletados foram interpretados à luz dos estudos de Mota (2003), Gomes (2005), Pandolfi (1999), Skidmore (1976) e Cunha (1999). A hipótese verificada é de que Getúlio Vargas objetivava descontextualizar a imagem do negro que até então estava diretamente vinculada ao trabalho manual, não qualificado e na marginalização social. Esta imagem atrelada a este discurso de marginalidade e desqualificação social não interessava ao Estado Novo, uma vez que a chave para o progresso estava assentada na valorização do homem, do trabalhador brasileiro e suas virtudes como pilar de sustentação do trabalhismo. Esta abordagem impede que se compreenda a complexidade das relações étnico-raciais e sociais em uma sociedade de classes. O discurso de Vargas se apresenta na tentativa de ressignificar os sentidos pejorativos os quais a imagem do negro era atribuída, colocando em prática o projeto trabalhista e nacionalista do Estado Novo, a criação de uma nova unidade étnico-racial revalidada e parte de uma única raça: a raça brasileira. É possível que o caráter populista e a política nacionalista de Getúlio Vargas se caracterizaram por uma abordagem totalizante e integralizada diante dos antagonismos e conflitos sociais. Utilizando-se dos conceitos anteriormente citados para discutir quais foram os processos e elementos narrativos e discursivos utilizados pelos agentes políticos da época, buscou-se compreender para além do discurso “oficial” do regime varguista que idealizam o “trabalhador nacional” enquanto rótulo genérico e atravessado pela mestiçagem, oportunizando uma perda da dimensão étnico-racial dos/as sujeitos que viveram o período.

Palavras-chave: Política trabalhista; Questão racial; Eugenia; Getúlio Vargas.

Introdução

Durante o século XIX, na era moderna, os Estados-nacionais como conhecemos hoje foram formados, assim como, a ideia de nação e nacionalismos. A nação é uma das categorias que organizam a história e a vida das populações.

¹ GT 07 – Pensamento Social.

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC-UEM), professor mediador na Unicesumar. E-mail: pedrordesouza01@gmail.com.

Na obra *A invenção das tradições*, Eric Hobsbawm (2012) apresenta componentes constituintes que formam o ideal nacional, passando pela construção de uma narrativa de passado comum e homogêneo. No livro *Nações e nacionalismos*, o historiador destaca os elementos constituintes de invenção e de engenharia social para formação das nações. Para o autor, as nações não formam os Estados e o nacionalismo, mas, afirma, ser justamente o oposto (HOBSBAWM, 1991). Para Benedict Anderson, a nação pode ser entendida como uma “comunidade imaginada”, onde pessoas de distintas regiões e lugares, pertencendo ou não a diferentes etnias passam a se sentir reconhecidas e identificadas com um certo território. A nação é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir no seu interior, a nação sempre é concebida como uma camaradagem horizontal entre as pessoas (ANDERSON, 2008). Stuart Hall (2006) chama a atenção, de que não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classes, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, representando todos como uma grande família nacional. O discurso da cultura nacional constrói identidades que são colocadas, de modo dúbio, entre o passado e o futuro (HALL, 2006).

Diante do exposto, este trabalho pretende discorrer sobre a construção de uma identidade nacional do Brasil da primeira metade do século XX. Utilizando-se dos conceitos anteriormente citados para discutir quais foram os processos e elementos narrativos e discursivos utilizados pelos agentes políticos da época. Para isso, iniciamos com uma breve apresentação dos principais debates que permearam o meio político e científico a respeito da questão nacional. Em seguida, abordamos como as mudanças de estratégias ocorreram em diferentes momentos dos anos de 1920 até os anos 1940 na construção da chamada identidade nacional e, após, como o trabalhismo varguista do Estado Novo se apresenta como uma categoria discursiva de identidade cultural. Por fim, conclui-se que o discurso da cultura nacional sempre esteve em disputa na tentativa de invenção da nação.

Raça como categoria biológica

As teorias raciais e eugênicas ocuparam um lugar importante no debate do início do século XX na sociedade brasileira. A ideia de limpeza racial fazia parte das estratégias de biopolítica utilizadas pelo Estado brasileiro. É importante ressaltar que essa visão de mundo era legitimada por uma biociência que preconizava uma hierarquia racial pautada no modelo das ciências da natureza e no aparecimento do biopoder.

O movimento eugênico era uma confirmação daquilo que uma política social baseada nas técnicas da biopolítica poderia produzir em uma população. O corpo social é articulado a partir de duas raças (FOUCAULT, 2019). É a ideia segundo a qual a sociedade é, de um extremo a outro, percorrida por esse enfrentamento das raças, que encontramos formulado já no século XVII, onde segundo Foucault (2019) se encontraria a matriz que se construíram a fisiologia e os mecanismos da guerra social. É a partir deste discurso que nasce a teoria das raças no sentido histórico-biológico. O pensamento eugenista não ficou restrito apenas ao campo ideal e científico no Brasil, foi materializado em políticas e ações do Estado. Para Ângela de Castro Gomes (2005), foi neste período que uma série de reflexões dos políticos e intelectuais começaram a identificar as causas da pobreza e suas consequências para sociedade brasileira. “A pobreza passava a ser considerado um obstáculo para o desenvolvimento da nação e deixava de ser considerada inevitável, já que a ignorância desta ‘questão social’ e os imobilismos do Estado começam a ser apontados como as razões de sua permanência” (GOMES, 2005, p. 55).

Um dos diagnósticos sobre as causas dos problemas que o país enfrentava era a falta de novas esferas de intervenção do Estado que tratassem de incluir áreas consideradas não só importantes, mas também estratégicas para o desenvolvimento da nação, como saúde, educação e trabalho. A organização do mercado de trabalho era vista como um dos grandes problemas a serem enfrentados no período, assim como o combate à pobreza, que simbolizava a soma de todos os problemas nacionais. Incluía-se a ignorância e a doença como síndrome da pobreza, que em sua grande maioria era constituída de negros e mestiços. Como forma de resolver tais problemas, as teorias eugênicas deixam de fazer parte do mundo intelectual e passam a ter lugar na agenda

política brasileira; um plano de higiene racial forjado pelo estado em conjunto com sanitaristas e eugenistas, começou a ser colocado em prática. Estas teorias, por estarem no centro das discussões, contribuíram para a elaboração de propostas baseadas na esterilização e limpeza racial e que foram bem aceitas entre a elite intelectual brasileira. Silvio Romero e o médico Nina Rodrigues foram os grandes apoiadores das teorias raciais e consideravam a miscigenação como um mecanismo que levaria o país à degeneração e à selvageria. Estas ideias ganharam corpo e passaram a ser colocadas em prática:

Assim, nos anos 1920, diante das leis raciais, das discussões sobre o branqueamento da população e das intervenções muitas vezes impotentes do sanitarismo, as leis eugênicas, que já pululavam nos compêndios de higiene, passaram a ser acatadas por alguns médicos e políticos como mais um elemento a ser somado e praticado urgentemente nesse universo de expectativas frente ao país e ao seu povo (MOTA, 2003, p. 47).

Segundo este pensamento, as ações sanitárias e eugênicas como a adoção de medidas referentes à moléstia, epidemias e especialmente à estrutura racial nacional (MOTA, 2003), formuladas e postas em prática eram a única solução racional para a restauração nacional e a emancipação do povo; as atuações empenhadas até aquele momento não surtiram efeito; somente o empenho da medicina social, da saúde sanitária e a educação eugênica seriam capazes de tornar a sociedade melhor, mais “equilibrada”. As ações eugênicas eram entendidas como intervenções necessárias e tinham o respaldo e a legitimidade científica; o determinismo científico amparado pelo Estado acreditava que, por meio do plano político eugênico e sanitário de regeneração racial, resolver-se-ia o que era considerado pela república como o grande obstáculo para a construção de um novo Brasil: a pobreza. O incentivo da imigração selecionando elementos e etnias consideradas ideais reduziria a heterogeneidade étnica, considerando que o sangue indígena e o negro eram, como afirmavam os eugenistas, “[...] a verdadeira tragédia da nossa desordem somática e psicológica” (MOTA, 2003, p. 52). Acreditava-se que com o tempo o sangue se diluiria rapidamente com o aperfeiçoamento constante das gerações higienizadas.

De acordo com essa ideia, uma nação só seria verdadeiramente rica e próspera quando possuisse homens de linhagem hereditariamente sadia, quanto mais elevado o

índice de famílias de bem-dotados, mais próspera a nação. Essa concepção de caráter científico e biológico sobre a raça dominava o debate político no país, no qual as elites “dirigentes” posicionavam sua política de forma determinista diante dos problemas nacionais. Segundo Lilian M. Schwarcz (2001), o diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista Lacer (1911), convidado a participar do I Congresso Internacional das Raças, realizado em 1911, não apenas apresentava a tese de que o país era caracterizado como mestiço, mas apontava também a mudança a ser feita: “[...] o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento um século de sua perspectiva, saída e solução” (SCHWARCZ, 2001, p. 65). Este discurso centrado na raça se torna um discurso do poder. Um discurso que não é mais “temos de nos defender contra a sociedade”, mas, “temos que defender a sociedade, dessa contrarresta que estamos, sem querer, constituindo.” (FOUCAULT, 2019, p. 52). Este racismo de Estado pode ser caracterizado nas ações eugênicas promovidas como políticas de Estado no Brasil. A especificidade do racismo moderno se dá não pela ideologia, mas sim, pelas técnicas de poder. A um funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. “A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo. E é aí, creio eu, que efetivamente ele se enraíza” (FOUCAULT, 2019, p. 217).

A concepção do branqueamento se caracterizava pela utilização da raça como categoria biológica e se tornou central no projeto eugenista racial, que tinha na figura do ariano o tipo ideal. Para os eugenistas, a raça branca (ariana) assumiria o primeiro lugar na classificação de valores aceitos como ideais. O branqueamento das raças seria o primeiro passo para a construção de uma Nação brasileira forte e vigorosa.

O sociólogo Stuart Hall argumenta que raça não pode ser entendida como categoria biológica, e sim, como uma categoria discursiva:

[...] ela [raça] é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente ponto específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais etc. como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro. (HALL, 2006, p. 63).

Como veremos a seguir, o Estado Novo, com Getúlio Vargas à frente do projeto mais importante de seu governo, o trabalhismo, compreendeu que a utilização da raça como categoria biológica não traria os resultados esperados e imaginados acerca da criação de uma identidade nacional capaz de unificar as diferenças em nome do progresso econômico e social.

Raça como categoria discursiva

Motivado por uma nova forma de encarar a questão racial, deixando aparentemente de lado o caráter biológico e concebendo o negro como um tipo antropológico, o governo Vargas instituiu o Dia da Raça, 13 de maio, como data comemorativa e festiva, com o propósito de enaltecer o negro, de fazer o elogio à sua cultura e à sua contribuição para formação social, marcando positivamente a constituição do povo brasileiro. Como parte das programações em comemoração ao Cinquentenário da Abolição, foram preparados seminários, lançamento de livros, concertos musicais com a participação de Heitor Villa-Lobos e um chá servido no Palácio do Catete por netas da princesa Isabel. O discurso do presidente da República também era esperado, no entanto, a fala que deveria ter como propósito a comemoração do Dia da Raça foi tomada pelo enfrentamento de Vargas à Ação Integralista (AIB) que, dias antes (11 de maio), executara um golpe fracassado contra o seu governo, ocorrência conhecida como o *putsch* integralista de 1938. O discurso tornou-se uma reação à tentativa de golpe: Vargas sentenciou os integralistas, atribuindo-lhes a alcunha de inimigos da pátria, e convocou o povo a unir-se ao governo contra os adversários que teriam cometido um crime de lesa-pátria:

Continuemos a trabalhar confiantes no futuro, prontos a castigar exemplarmente os culpados pelos crimes de lesa-pátria. É o nosso dever. Havemos de cumpri-lo serenamente, sem medir sacrifícios, para maior bem maior glória do Brasil. (VARGAS, 1938, p. 29) (13-maio 1938).

Para a historiadora Olivia Maria Gomes da Cunha (1999), os festejos oficiais da Abolição sugerem um novo olhar sobre o passado à memória escravagista brasileira. A

agenda elaborada por Arthur Ramos tinha como objetivo dar visibilidade, promover e valorizar os aspectos positivos da cultura negra. A ideia era descontextualizar a imagem do negro que até então estava diretamente vinculada ao trabalho manual não qualificado e à marginalização social. “Falar da abolição acarretaria, necessariamente, referências à escravidão. A invenção de uma narrativa sobre o passado e, por conseguinte, a elaboração de uma agenda oficial dos marcos da história nacional implicam um rearranjo no enfoque da ‘realidade’ e do presente.” (CUNHA, 1999, p. 259).

Esta imagem não interessava ao Estado Novo, uma vez que no discurso deste a chave para o progresso estava assentada na valorização do homem, do trabalhador brasileiro e em suas virtudes, como pilares de sustentação do trabalhismo. Apesar do reconhecimento das diversas influências do negro na constituição da sociedade brasileira, como na religião, nos costumes e na língua, o que continuava como um entrave para o projeto político-ideológico do país era a imagem do negro atrelada ao trabalho manual e à pobreza que degradava o homem. Segundo Cunha (1999), falar em abolição necessariamente acarretaria referências a um passado negativo que gostaria de ser esquecido: a escravidão. Era necessária a invenção de um discurso que ressignificasse o passado e pudesse requalificar a história social da nação. Vargas fez uso da ressignificação da categoria *negro*, usada até então como categoria científica, transformando-a em categoria política, com a intenção de desqualificar os sentidos pejorativos atribuídos aos negros, criando assim uma nova unidade étnico-racial valorizada pelo Estado Novo e inventando uma nova forma de mencionar, representar uma parcela da sociedade brasileira. “Assim, falar da escravidão se revelava um perigoso recurso, uma vez que pretendia-se dignificar planos da cultura e da história de um *povo*, de uma *raça*, de uma *civilização*, cujos indivíduos eram quase sempre vistos através das lentes da desqualificação social” (CUNHA, 1999, p. 259).

A não menção a expressões que, de alguma forma, revisitassem a imagem pejorativa do negro e do regime escravista era essencial para o sucesso do projeto trabalhista, que se assegurava com a invenção de arquétipos, como as expressões *povo*, *nação* e *raça brasileira*, para a construção do sentimento de unidade entre as diferentes frações sociais, eliminando os conflitos de classe e étnico-raciais. Com isso, elaborava-se a compreensão da população brasileira como composta por uma “raça brasileira”, a que

pertenceria o trabalhador nacional, que era o centro das atenções e público-alvo dos discursos governamentais. Vargas não distinguia, ao menos em sua fala discursiva, as características étnico-raciais e sociais do trabalhador brasileiro, como podemos observar em seu discurso em comemoração ao 1º de Maio de 1943:

A essas disposições Governo responde com uma política trabalhista que não divide, não discrimina, mas, ao contrário, congrega a todos, conciliando interesses no plano superior do engrandecimento nacional. À medida que impulsionamos as forças da produção para favorecer o progresso geral e unificar economicamente o país, organizamos o trabalho, disciplinamo-lo sem compressões inúteis, afastando a luta de classes e estabelecendo as verdadeiras bases da justiça social (VARGAS, 1943, p. 15).

Neste outro trecho do discurso pronunciado no dia 7 de setembro de 1940, em comemoração ao Dia da Independência, notamos a importância que Vargas deu ao sentido de união que queria criar entre o povo:

Brasileiros. O lema da nossa vida tem de ser: UNIÃO E TRABALHO. Pela união, faremos da Pátria uma entidade sagrada, e, pelo trabalho, engrandecê-la-emos, tornando-a rica, forte e respeitada. Permaneçamos dignos dos nossos maiores e das nossas tradições de honra; continuemos a mostrar que sabemos sentir, pensar e agir impulsionados pelos altos interesses nacionais; demonstremos, enfim, que somos donos dos nossos destinos e estamos decididos a realizá-los sem temer perigos nem medir sacrifícios. Esse deve ser o voto mais vivo, a promessa mais consciente, o desejo mais puro, de todo brasileiro, neste dia glorioso, consagrado ao culto da Pátria (VARGAS, 1940, p. 17).

A política nacionalista de Getúlio Vargas fez com que o regime utilizasse uma abordagem totalizante e integralizada diante dos antagonismos e conflitos sociais. As identidades nacionais, segundo Stuart Hall, produzem sentidos com os quais podemos nos identificar. Estes sentidos estão nas histórias contadas, nas memórias que conectam o presente com o passado e nas imagens que delas são construídas (HALL, 2006). Como afirma Benedict Anderson (2013), a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”. A evolução do país dependia do sucesso da criação de um sentido de unidade, de um tipo de identidade brasileira, nacional; tipo este que, caracterizado pela sua força, vigor e patriotismo, abandonaria os conflitos sociais em nome de uma nação, da criação de uma *raça brasileira*. Este era o grande objetivo do projeto trabalhista de Getúlio Vargas.

A historiadora Ângela de Castro Gomes (2005) argumenta que a imagem que se pretendia construir no trabalhismo de Getúlio Vargas era a imagem de uma “raça brasileira” intencionalmente criada a fim de enaltecer a figura do homem brasileiro, aquele que tem força e energia para o trabalho, que contribui para a construção do progresso e grandeza do Brasil. A criação de uma narrativa que valorizava o trabalhador consistia em construir não somente um espírito de associação entre os trabalhadores, mas também a figura de Vargas como *um homem do povo*, já que no *povo* não haveria distinções de raça ou classe social.

A identidade trabalhista

A ideia de homogeneidade de um povo é construída por meio de estratégias políticas discursivas amplamente utilizadas pelos Estados. A formação de uma cultura nacional cria padrões de alfabetização universais, generaliza uma única língua escrita e falada, compreensível para toda a massa popular. Stuart Hall diz que a “formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais.” (HALL, 2006, p. 49). O estado precisa homogeneizar e padronizar seus habitantes (OLIVEIRA, 1997). Unificar as pessoas para que se sintam identificadas por origens comuns, falar uma língua comum, compartilhar e aprender histórias comuns, faz parte deste processo de padronização das massas. Segundo a historiadora Lucia Lippi Oliveira, no final do século XIX, os Estados passaram a agir sobre a máquina da comunicação, imprensa, rádio, assim como na educação, principalmente no ensino primário, difundindo a imagem de uma herança comum, inventando e inculcando tradições.

O regime estadonovista utilizou amplamente essas estratégias homogeneizadoras, na busca da construção da identidade cultural da nação. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), comandado por Lourival Fontes, foi uma das mais importantes estratégias para a efetivação do projeto varguista. Controlar a comunicação, a imagem do governo para o povo se mostrou de grande valia, para uma efetiva orientação da cultura popular. Desde 1931, com o Departamento Oficial de

Publicidade, substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), ainda no governo provisório, já se praticava uma política de controle da informação transmitida pelo rádio e pela imprensa. A inauguração do programa “Hora do Brasil”, em 1938, só se deu quando o DPDC se transformou no Departamento Nacional de Propaganda (DNP). O programa era transmitido diariamente por todas as estações de rádio, com duração de uma hora, mirando a divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional. Em 1939, o DIP tomou o lugar do DNP e passou a realizar o programa “Hora do Brasil” com três finalidades a cumprir: informativa, cultural e cívica. Segundo o Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o programa também tinha a função de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado, assim como fornecer uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela “boa música”, por meio de audições de autores considerados célebres (em sua maioria autores nacionais). Comentários sobre a arte popular e descrições dos pontos turísticos do país também faziam parte da programação. No que diz respeito à finalidade cívica, era contemplada por meio de “recordações do passado”, em que se exaltavam os feitos da nacionalidade. As peças de radioteatro, transmitidas na época, tinham dramas históricos como a retirada da Laguna, a abolição da escravidão e a proclamação da República como temas centrais.

Em janeiro de 1942, o novo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho deu início a uma de suas políticas mais significativas, não só pela continuidade, como pela originalidade e alcance que ganhou (GOMES, 2005). Durante o período de janeiro de 1942 a julho de 1945, Marcondes falou semanalmente pelo rádio, realizando mais de duzentas palestras, com duração de aproximadamente dez minutos, todas as quintas-feiras. No dia seguinte, as palestras eram publicadas pelo jornal *A manhã*, porta-voz do regime, podendo desta forma ser mais bem assimiladas pelo público. Segundo Angela de Castro Gomes (1999, p. 212) “Era a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio [...] A radiodifusão adequava-se como uma luva ao objetivo específico da nova programação.”

Como argumenta Gomes (1999), essa iniciativa merece nossa atenção, pois o programa semanal tinha como objetivo divulgar de forma mais rápida e ampla as medidas governamentais sobre a nova legislação social. Em razão das grandes distâncias do território nacional e das dificuldades de comunicação, o rádio foi o meio considerado mais adequado para atender e “esclarecer” os trabalhadores de norte a sul do país. Uma das principais contribuições do programa era fazer com que a legislação social fosse considerada como um patrimônio do trabalhador e da comunidade nacional. Não há dúvida que o governo, mesmo antes de 1942, desenvolvia esforços para fazer do programa “Hora do Brasil” um sucesso de audiência. Por decreto-lei (nº 1.949/1939), tornara sua transmissão obrigatória em qualquer estabelecimento comercial que possuísse aparelho de radiodifusão (GOMES, p. 213). Desta forma, a sistematização do rádio e dos serviços de radiodifusão se tornou um importante instrumento para o Estado Novo, que ampliou sua capacidade de intervenção na esfera cultural por meio das instituições criadas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública (CAPELATO, 1999). O regime criaria seus próprios aparatos culturais, veículos de promoção e de propaganda e publicações oficiais, como a revista *Cultura Política*, que contava com a colaboração de diversos intelectuais. Assim, o DIP, ao lado do Ministério de Educação, se tornou um dos principais defensores de uma cultura oficial que pretendia criar a identidade que se queria atribuir ao povo brasileiro (ARAUJO; BARBOSA, 2016). O DIP, a partir de 1939, foi vinculado diretamente à Presidência da República, produzindo e divulgando os discursos destinados a construir a imagem do regime, das instituições e do chefe do governo. Destarte, foram produzidos livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiário e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais, documentários, filmes de ficção etc. Segundo Capelato (1999), destacam-se a imprensa e o rádio como principais meios para divulgação da propaganda política. Com a organização e a produção da propaganda oficial ampliando a capacidade de intervenção do Estado nos meios de comunicação e da cultura, o DIP por meio da propaganda oficial passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem, como diz a historiadora Maria Helena Capelato:

Os discursos de Vargas, proferidos em inaugurações, comemorações e visitas, assim como o de seus ministros e assessores, forneciam o conteúdo básico da propaganda. Havia controle direto sobre os veículos de comunicação: jornais, rádios, cinema. A partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP. Os que insistiram em manter sua independência ou se atreveram a fazer críticas ao governo tiveram sua licença cassada. As “publicações inconvenientes” foram suprimidas (CAPELATO, 1999, p.173).

No Estado Novo, o empenho de politização, de censura de vozes discordantes e de penetração em todos os setores foi realizado sobretudo por meio da imprensa periódica e, em menor medida, pelo rádio. (CAPELATO, 1999, p. 174).

Inventando tradições

A invenção de tradições, como já vimos, é uma estratégia discursiva na construção de uma identidade cultural. Para Hall (2006), as tradições que parecem ou são apresentadas como antigas são muitas vezes de origem bastante recente, e algumas vezes inventadas. “Tradição inventada significa um conjunto de práticas, naturais ou simbólicas, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado” (HALL, 2006, p. 54). Segundo Hall (2006), o discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro.

Mais interessante, do nosso ponto de vista, é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos oficiais - religião e pompa principesca., folclore e maçonaria (que, por sua vez, é uma tradição inventada mais antiga, de grande poder simbólico) (HOBBSAWM; RANGER, 2012, p. 14).

Para Hobsbawm e Ranger (2012), a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.

Foi com o Estado Novo que, no Brasil, iniciou-se uma série de comemorações oficiais que buscavam destacar datas específicas, envolvendo a população em um calendário festivo. Comemorações do aniversário do Estado Novo, 10 de novembro, o aniversário do presidente, 19 de abril, e o Dia do Trabalho, 1º de maio, juntos constituíam três ocasiões-chave para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores (GOMES, 2005). Somavam-se mais três ocasiões rituais: o 7 de setembro e os dias de Natal e Ano-Bom, em que o público, a quem se destinava a fala presidencial, era mais difuso e o tema não era centrado na questão do trabalho. A criação do chamado “tempo festivo” tinha como principal destaque o 1º de maio: o Dia do Trabalho. O 1º de maio era sempre uma comemoração na qual o presidente em pessoa falava com os trabalhadores. O grande destaque cabia à figura do trabalhador, ao qual era oferecida especialmente a festa (GOMES, 2005). A historiadora Ângela de Castro Gomes nos informa sobre a primeira vez em que foi realizada a festividade:

O primeiro Dia do Trabalho comemorado pelo Estado Novo foi o do ano de 1938, quando o presidente Vargas discursou e caracterizou o teor desta festividade. A data não devia passar em branco e não podia se limitar a palavras. O presidente anunciou na ocasião o regulamento da lei do salário mínimo e assumiu o compromisso de, a partir de então, sempre “presentear” os trabalhadores com uma realização na área da política social. Mas o 1º de maio de 1938 foi apenas um ensaio, uma festa restrita, já que realizada no Palácio Guanabara (GOMES, 2005, p. 216).

A data passou a ser guardada pelos trabalhadores; nela, o presidente sempre anunciava uma iniciativa governamental no campo do direito social: o chamado “presente”. Vargas anunciou a lei que regulamentara o salário mínimo e que conferia mais segurança e garantias ao trabalhador urbano: “Ninguém pode viver sem trabalhar, e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o a dignidade social.” (VARGAS, 1938, p. 204). O Dia do Trabalho passou a assumir contornos rituais (GOMES, 2005). O presidente assumiu a partir de então um compromisso com o povo: doravante a celebração do Dia do Trabalho, viria sempre guarnecida de um anúncio aos trabalhadores de realizações na área da política social. “Não se pode afirmar que seja o seu termo, porque outras se seguirão” (VARGAS, 1938, p. 32), disse em discurso no Dia do Trabalho, em 1938.

É possível perceber nos discursos de 1º de Maio, nos quais Vargas se dirigia ao “seu povo”, principalmente no período do Estado Novo, que o projeto trabalhista foi sendo justificado e posto em prática. As palavras *povo*, *trabalhadores* e *operários* aparecem nos discursos como recursos de aproximação do presidente à população. As expressões *nação*, *povo* e *trabalhadores* serviram de conceitos que atribuíam sentido de união das classes, minimizando os conflitos e exaltando a união destas para o progresso do país. É o que podemos perceber no discurso de 1º de Maio de 1940, pronunciado no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro.

Todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão é, a este respeito, um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em prol da independência econômica da nacionalidade. O nosso progresso não pode ser obra exclusiva do Governo, sim de toda a Nação, de todas as classes, de todos os homens e mulheres, que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram (VARGAS, 1940, 22).

A elevação do homem pelo trabalho que continha em seu ideal a justiça e o valor social para os trabalhadores por meio da legislação trabalhista foi solidificada, tanto nas camadas populares como, em certa medida, na elite nacional. O trabalhismo estado-novista encarava a questão social como um problema de todos os homens e de todas as classes, já que são trabalhadores todos aqueles que produziam, que colaboraram com o valor social de seu trabalho. (GOMES, 1999). Para Ângela de Castro Gomes, o governo Vargas, entendia que o trabalho não era simplesmente um meio de “ganhar a vida”, mas sobretudo um meio de “servir à pátria” (GOMES, 1999, p. 59).

O trabalhador era o grande herói da democracia racial que se construía no Brasil (GOMES, 1999). “Desde então, no Brasil, a relação homem do povo/Estado fundou-se, em grande medida, nessa mitologia do trabalhador e do trabalho como fonte de riqueza, felicidade e ordem social.” (GOMES, 1999, pag. 71). A abordagem totalizante de Vargas realocou as antagônicas expressões raciais, sociais e econômicas da sociedade em arquétipos sociais que solidificaram a narrativa ideológica nacionalista do projeto trabalhista do Estado Novo. Esta abordagem impede que se compreenda a complexidade das relações étnico-raciais e sociais em uma sociedade de classes. O discurso de Vargas se apresenta uma tentativa de ressignificar os sentidos pejorativos no qual a imagem do

negro era atribuída, colocando em prática o projeto trabalhista e nacionalista do Estado Novo, a criação de uma nova unidade étnico-racial revalidada e parte de uma única raça: a raça brasileira.

Considerações finais

Ao longo desse trabalho, podemos perceber de que forma foram utilizadas as estratégias discursivas na construção de uma identidade nacional. A questão nacional no Brasil, na primeira metade do século XX, sempre foi encarada como problema, assim como a questão racial.

O Estado brasileiro, na década de 1920, com o projeto de branqueamento da população por meio da eugenia racial, apostou em uma narrativa biológica, racial para a constituição da identidade cultural. Com o suporte do sociólogo Stuart Hall (2006), podemos compreender que a estratégia de unificar a identidade nacional em torno da raça, é muito difícil e improvável que dê certo. A raça deve ser encarada como categoria discursiva, e não biológica. O regime varguista, da década de 1930, o Estado Novo (1937-1945), compreendeu que a ideia eugenista de unificar a população brasileira por meio da raça, suprimindo e negando a contribuição da população negra, em nome de uma herança branca e europeia não tinha surtido efeito. Era preciso uma nova abordagem, que fosse capaz de unificar a população em detrimento de raça e classes sociais. O projeto político mais importante do regime do Estado Novo foi o trabalhismo, que associado ao autoritarismo e repressão, também proporcionou mudanças na estrutura organizacional, jurídica e social do Brasil. Para que a ideologia do trabalhismo desse frutos era necessário a criação de uma identidade cultural que fosse capaz de dar sentido de pertencimento e identificação, desta forma nasce a figura do trabalhador nacional. O DIP teve um papel fundamental neste processo. A invenção de tradições, a imaginação de uma nação é uma das formas de construção de identidade, como o lugar de origem, a família, a religião, a etnia.

Referências

A POLITICA trabalhista do governo e seus benefícios. Discurso pronunciado no estádio do Vasco da Gama, Rio, por ocasião das comemorações do dia do trabalho, no dia 1º de maio de 1940. (Vide Biblioteca da Presidência da República) – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/16.pdf/view>

A REPULSA do paiz [sic] pelo atentado de 11 de maio. Discurso pronunciado, em agradecimento à grande manifestação popular do dia 13 de maio de 1938, no palácio do catete. (Vide Biblioteca da Presidência da República) – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/08.pdf/view>

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Gabriel Frias; BARBOSA, Agnaldo de Souza. Cultura e identidade nacional nos anos Vargas: tensões e contradições de uma cultural oficial. In: **Revice - Revista de Ciências do Estado**, v1, n.2, 2016, p. 72-106.

CAPELATO, M. H. propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (org). **Repensando o Estado Novo**. Editora FGV, 1999.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DISCURSO pronunciado, por ocasião da posse como Chefe de Governo Provisório da República - 03 de novembro de 1930 – (Vide Biblioteca da Presidência da República) – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/03.pdf/view>

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**.. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O CULTO da Pátria e o dever de cada brasileiro. Discurso pronunciado no estádio do “Vasco da Gama”, perante a concentração cívica da “hora da independência”, a 7 de setembro de 1940. (Vide Biblioteca da Presidência da República) – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/02.pdf/view>

O ESTADO Novo e as classes trabalhadoras. Discurso pronunciado por ocasião da assinatura de decretos – leis referentes às classes trabalhadoras do país, no palácio Guanabara, a 1 de maio de 1938. (Vide Biblioteca da Presidência da República – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/07.pdf/view>

O PATRIOTISMO do trabalhador brasileiro e a política trabalhista do governo. Discurso pronunciado no estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião das comemorações de 1º de maio de 1943. (Vide Biblioteca da Presidência da República) – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1943/01.pdf/view>

OLIVEIRA, L. P. Questão nacional na primeira república. In: LOURENZO, H. C.; COSTA, E. P. (Orgs). **As décadas de 20 e as origens do Brasil moderno**. Editora da UNESP: São Paulo, 1997. p. 185-195.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento político brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Quais são as contribuições da teoria de Lucien Goldmann hoje?¹

Aline Ferreira²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

A teoria de Lucien Goldmann destaca-se especialmente nas discussões da sociologia da cultura. Isso porque ele desenvolveu conceitos particulares para a análise sociológica da literatura, embora sua obra seja criticada em vários aspectos. Com isso, muitos intelectuais relegam sua teoria, como se o autor não tivesse deixado nenhuma herança intelectual. No presente trabalho temos como objetivo evidenciar que, na verdade, parte de suas reflexões teóricas ainda portam frutos. Atualmente podemos constatar duas tendências para se pensar sobre sua atualidade e relevância teórica: 1) a partir da mobilização de alguns de seus conceitos (notadamente o de “visão do mundo”), ainda que de forma repaginada, como vemos, por exemplo, nas obras de Löwy e Sayre; 2) a partir da sua noção de totalidade, que compreende não apenas um sentido teórico-metodológico, mas também um sentido prático que se realiza na comunidade humana autêntica. Focalizando neste segundo aspecto, argumentamos que especialmente no contexto do capitalismo neoliberal, em que o individualismo, a competição etc. são valores dominantes, a teoria de Lucien Goldmann ainda se revela frutífera não apenas para refletirmos sobre a barbárie atual, como também sobre os meios para superá-la a partir do *possível*. Nossa concepção teórica parte do pressuposto de que há uma unidade entre teoria e prática, ancorada nas obras da juventude de Lukács e no próprio Goldmann. Metodologicamente, partiremos da revisão bibliográfica das obras do nosso autor, assim como de seus intérpretes. Insistiremos na sua concepção de comunidade e crítica ao individualismo, e não na questão da visão do mundo enquanto ferramenta conceitual. Como resultado, apontamos para o potencial da teoria de Goldmann para refletir sobre o capitalismo contemporâneo, especialmente sua superação.

Palavras-chave: Lucien Goldmann; comunidade humana autêntica; aposta; visão do mundo.

Introdução

Em 1945, Goldmann lançava a seguinte pergunta em sua tese de doutorado sobre Kant³:

“Qual peso pode ainda ter a obra de Kant ou de Pascal, de Goethe ou de Racine, na era

¹ GT 08 - Intelectuais, Marxismo e Produção Cultural: Dilemas da Esquerda Latino-Americana. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil – Código de Financiamento 001. Este artigo foi publicado anteriormente no site A Terra É Redonda, espaço para a intervenção pública de intelectuais, em 06 de junho de 2022. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/lucien-goldmann-hoje/>. Acesso em: 09 out. 2022.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Doutoranda em Ciências Sociais. E-mail: allinex3@gmail.com.

³ Originalmente, sua primeira tese de doutorado tinha como título *Mensch, Gemeinschaft und Welt in der Philosophie Immanuel Kants*, defendida em 1945, na Universidade de Zurique. Em 1948, ela foi traduzida para o francês e lançada como livro sob o nome de *La communauté humaine et l'univers chez Kant: études sur la pensée dialectique et son histoire*. Em 1967, o livro foi republicado sob o nome de *Introduction à la*

das armas atômicas? O que elas podem ainda nos oferecer, o que elas podem, sobretudo, impedir?” (GOLDMANN, 1967a, p. 19). Inspirados nesta questão, e guardadas as devidas proporções, nos perguntamos: qual a contribuição que a obra de Goldmann poderia nos oferecer na era do neoliberalismo?

O nome de Lucien Goldmann é bastante familiar na área da sociologia da literatura. A menção à sua obra está presente em qualquer manual ou livro que se proponha a apresentar as principais concepções existentes da sociologia da literatura ou da teoria marxista da arte. Não é tão comum, no entanto, que sua teoria seja aplicada efetivamente nas análises sociológicas da literatura. Isso ocorre por várias razões, seja pelo fato de que ele nunca esteve na “hegemonia” (ou “moda”) do pensamento sociológico, seja porque de fato a sua teoria possui deficiências, especialmente nas suas análises do romance.

Mas, além disso, Goldmann foi também um “sociólogo do conhecimento”. Um de seus pontos de partida epistemológicos fundamentais é de que a teoria está ligada à prática. Nesse sentido, a sua concepção teórica está *necessariamente* ligada à produção material e à necessidade de transformação social no sentido da formação de uma comunidade humana autêntica. Aliás, partindo do mesmo pressuposto teórico, segundo o qual a teoria deve ser pensada junto da necessidade de transformação social, é que consideramos relevante estudar este autor.

Considerando esses pressupostos, ele desenvolveu conceitos próprios para a análise sociológica da cultura (entendida aqui como a produção artística e filosófica) que ainda hoje são utilizados por tradições intelectuais. Referimo-nos especialmente ao conceito de *visão do mundo*⁴, que é utilizado, por exemplo, por Michael Löwy e Robert Sayre, mas de forma repaginada⁵. Contudo, não pretendemos no presente trabalho

philosophie de Kant (edição utilizada no presente trabalho). Nesta tese, o autor argumenta que Kant lançou questões essenciais para o desenvolvimento do pensamento dialético, dentre as quais, a questão da comunidade em oposição ao indivíduo, porém a partir da visão do mundo trágica.

⁴ Não foi Goldmann quem cunhou o termo (ele vem, pelo menos, desde Dilthey), mas o fato é que ele o aprofundou teoricamente, atribuindo um sentido particular à sua teoria.

⁵ Por exemplo, na obra *Romantic Anti-capitalism and Nature: The Enchanted Garden*, de Sayre e Löwy (2020), o romantismo é concebido como uma visão do mundo, e não simplesmente como um fenômeno literário. Para basear teoricamente a ideia de visão do mundo, os autores partem da conceituação de Goldmann, mas modificando-a em certos aspectos. Nesse sentido, eles afirmam: “Para ele [Goldmann], uma visão do mundo é ‘um conjunto de aspirações, sentimentos e ideias que trazem membros de um grupo (na maioria dos casos, uma classe social) e que os opõem a outros grupos’. Goldmann identificou

abordar este aspecto que pode ser considerado como uma das contribuições de Goldmann hoje.

Aqui, limitar-nos-emos a apresentar a concepção de comunidade humana e tudo o que a envolve como uma de suas principais heranças intelectuais. Essa questão já foi, aliás, evidenciada por outros de seus alunos, como é o caso de Jacques Leenhardt. Para este autor, a atualidade do pensamento de Goldmann consiste em sua esperança humanista, de constituição da comunidade humana, o que se reflete também nas discussões teóricas, que têm como pressuposto a constituição dessa comunidade (LEENHARDT, 2019)⁶.

Mas por que Goldmann insistia na questão da comunidade humana naquele momento específico e o que o possibilitou chegar a esse tipo de pensamento? E, indo mais além, até que ponto ele contribuiu para o desenvolvimento de uma teoria e prática revolucionárias? Essas são algumas perguntas de fundo que devem nos nortear para refletirmos sobre as contribuições de Goldmann hoje, a fim de não recairmos naquilo que ele tanto condenava: o empiricismo, a erudição pela erudição, o amontoar de fatos um em cima dos outros. É preciso, ao contrário de remendar retalhos, compreender sua obra e explicá-la socialmente, dentro de seu contexto específico, assim como nos questionar por que buscamos refletir sobre sua atualidade. Nesse sentido, em certa medida, partimos dos pressupostos teóricos de Goldmann (1959a), embora não sigamos exatamente todos os “passos” por ele pré-estabelecidos⁷.

como as principais visões do mundo da era moderna o iluminismo, o romantismo, a visão do mundo trágica e dialética. Nossa pesquisa sobre a visão do mundo romântica não a identifica com uma única classe ou grupo, mas com indivíduos de diferentes origens sociais, muitos dos quais pertencentes à categoria social dos ‘intelectuais’, ou seja, criadores de produtos e representações culturais” (SAYRE; LÖWY, 2020, p. 02). Assim, é especialmente no tocante à visão do mundo como expressão de uma classe social que os autores têm discordância com Goldmann, mas ainda assim o utilizam como ponto de partida em seu referencial teórico.

⁶ “Enfim, a atualidade de Goldmann em 2017, ou seja, cinquenta anos mais tarde, é justamente ter incarnado uma extrema sensibilidade na atualidade dos debates teóricos. Nunca mesquinho em suas análises de eventos passados, Goldmann demonstra através de sua prática que a reflexão teórica não se desenvolve no vazio, ela casa, ao contrário, com os debates e os humores do dia. Se necessário, ela forja adversários que lhe permitam revelar a permanência de seu esforço na mobilidade das circunstâncias. Se há uma manifestação constante deste esforço no trabalho de Goldmann, é provavelmente a vontade de manter viva uma esperança humanista, é crer que ainda é possível e, portanto, urgente a construção de uma comunidade humana como dever-ser e como dever-agir” (LEENHARDT, 2019).

⁷ Com isso queremos dizer, por exemplo, que não temos como objetivo realizar uma tipologia de visões do mundo e enquadrá-lo nelas. No entanto, os seus pressupostos teóricos gerais seguem uma perspectiva dialética, anti-empiricista, com a qual coadunamos. O que, aliás, tem relação direta com a sua base

Partindo do pressuposto de que o tema da comunidade é o *cimento* que liga sua teoria como um todo (LÖWY, 1995), propomos o seguinte plano de exposição: 1) apresentar a oposição entre indivíduo e comunidade presente na obra de Goldmann; 2) elucidar o que significa “comunidade humana autêntica” segundo o autor; 3) evidenciar a relação dessa discussão com a atualidade.

A oposição entre individualismo e comunidade

A oposição entre a ideia de comunidade e a sociedade capitalista é uma constante na obra de Goldmann e faz parte da sua argumentação para defender a aposta na comunidade humana autêntica. Contudo, é certo que esta oposição não é uma novidade, especialmente no âmbito da sociologia alemã desde ao menos o final do século XIX. Em Tönnies, por exemplo, há a oposição entre vida comunitária / cultura e mundo societário / civilização, em que a primeira é identificada ao orgânico e à vida, enquanto a segunda é associada ao mecânico e à artificialidade (LÖWY, 1979)⁸.

Outro exemplo dentro deste contexto é a obra *A alma e as formas*, de Lukács (2015). Aqui, a base teórica era neokantiana e podemos constatar a oposição entre vida autêntica e vida inautêntica, entre “vida verdadeira” (comunidade) e “vida empírica” (sociedade burguesa). A questão é que, especialmente no caso de Lukács, não há resposta para essa dicotomia, não há uma perspectiva em direção ao futuro, restando apenas o desespero. As duas vidas não podem se conciliar e não há o que fazer diante disso, a não ser o fim trágico: “A vida verdadeira é sempre irreal, sempre impossível em face da vida empírica. [...] É preciso recair no torpor, é preciso negar a vida para poder viver” (LUKÁCS, 2015, p. 218). Daí a sua visão *trágica* do mundo que, inclusive, é fonte de reflexão para Goldmann, que vai se apoiar justamente nessa obra para aprofundar a concepção de visão trágica do mundo⁹. É possível constatar a sua “aplicabilidade” nas

teórica proveniente das obras da juventude de Lukács (*A alma e as formas*, *A teoria do romance* e *História e consciência de classe*).

⁸ Ver especialmente o Capítulo 1, item III (*O anticapitalismo dos intelectuais na Alemanha*) de Löwy (1979).

⁹ Como apontamos em nossa introdução, não entraremos em detalhes sobre o conceito de visão do mundo em Goldmann, mas é importante mencionar de forma breve o que isso significa em sua teoria. Segundo Goldmann, a visão do mundo é a expressão de determinado grupo social (que geralmente é uma classe social), na qual é expresso o máximo de consciência possível daquele grupo em específico.

suas duas teses de doutorado, sendo que a segunda é considerada como sua principal obra: *La communauté et l'univers chez Kant* (1948) e *Le Dieu caché* (1959).

Nas obras supracitadas nosso autor indica que Kant, Pascal e Racine possuem algo em comum, que é a visão trágica do mundo. Esta visão consegue identificar os problemas atuais da sociedade. No entanto, ela não aponta para uma saída concreta no mundo dos humanos. A “resolução” para os problemas colocados geralmente se dá pelo divino. Mas, apesar de ela não apresentar resoluções concretas, as críticas apontadas são importantes de modo que essa visão se aproxima da visão dialética. A diferença é que esta última não propõe um fim trágico para o problema colocado, mais uma esperança no porvir.

Mas qual a relação dessa reflexão com a oposição entre individualismo e comunidade? A visão trágica é crítica à nascente sociedade moderna, assim como a visão dialética. Estas duas *não são apologéticas* dos valores individualistas próprios do capitalismo, tal como ocorre com a visão racionalista, por exemplo. O racionalismo cartesiano foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento burguês, especialmente para a constituição da ideia de liberdade individual. Ele colocou no centro a razão do indivíduo, suprimindo a ideia de universo e de comunidade. Assim, o que ocorre é que progressivamente o “Nós” da comunidade é substituído pelo “Eu” cartesiano, o que aprofunda os valores egoístas. O pensamento trágico (Kant, Pascal, Racine), por outro lado, é uma oposição e de certa forma uma reação a esse individualismo, com a crítica à fragmentação dos seres humanos, buscando a manutenção de certos valores comunitários. Enquanto o racionalismo defende que o egoísmo é positivo, o pensamento trágico aponta a insuficiência desse modo de viver (GOLDMANN, 1959b).

Metodologicamente, ela permite distinguir o que é acidental e o que é essencial na obra de determinado autor. Assim, as produções culturais (obras filosóficas e artísticas) não são produtos da cabeça de um indivíduo isolado. Diferentemente deste último, a visão do mundo é um “sistema” coerente de pensamentos que pode ser “imposta” em determinados grupos e épocas. Assim, as obras culturais são a expressão de determinada visão do mundo manipulada por um criador que consegue expressar de modo mais rico possível a realidade a partir de determinada visão, com uma união entre forma e conteúdo coerentes. Sendo preciso explicar por que determinada visão do mundo se expressou em determinada época e em determinado criador. Sobre a discussão do significado deste conceito, cf. *Recherches dialectiques* (GOLDMANN, 1959a), *Le Dieu caché* (GOLDMANN, 1959b) e *Ciências humanas e filosofia* (GOLDMANN, 1980).

Um elemento importante a se destacar é que uma das recusas da visão trágica em relação à “vida empírica” é a fragmentação da realidade e dos seres humanos. Assim, Goldmann (1959b) aponta que há uma exigência da totalidade. Nesse sentido, é importante destacar que a ideia de *comunidade autêntica* está intrinsecamente ligada à ideia de *totalidade*. Enquanto o mundo burguês, o individualismo, o mundo inautêntico etc. estão associados à fragmentação. Nosso autor sustenta que a categoria central tanto do pensamento dialético quanto do pensamento trágico é a da totalidade nos domínios do indivíduo, da comunidade e do universo. Já o aspecto principal do pensamento individualista e não-dialético é a aceitação do *parcial*.

Contudo, embora a visão trágica denuncie a crise de relação existente entre os seres humanos e o mundo, tendo como consequência uma vida inautêntica, ela não pode resolvê-la. Aqui, o futuro está fechado e o passado, abolido. Trata-se de uma concepção intemporal, impedindo a possibilidade de se pensar na transformação social. O ser humano trágico apenas *pensa*, mas não consegue de fato *agir*. Quem consegue resolver esse problema é apenas a visão dialética.

Goldmann, enfim, situa historicamente a dicotomia entre indivíduo e comunidade, a partir da história da sociedade burguesa, colocando como urgente a necessidade de se ir além do pensamento trágico, a partir da dialética em direção a uma nova sociedade baseada na concepção comunitária. Esta é de fato o cimento de sua epistemologia, é sempre o seu problema de fundo e o seu pressuposto. Assim, o ponto de partida de nosso autor sempre será a recusa da sociedade burguesa e seus valores em busca dos valores comunitários. Todavia, essa busca não significa uma volta ao passado. O que significa, então, a *comunidade humana autêntica* em Lucien Goldmann? É o que veremos no tópico a seguir.

A comunidade humana autêntica

Quando Goldmann utiliza o termo “comunidade humana autêntica” e o defende como um postulado prático e teórico, ele não tem como referência as sociedades pré-

capitalistas. Na verdade, ele *aposta* na constituição do novo a partir da ação humana na história¹⁰.

Em *Introduction à la philosophie de Kant* encontramos uma classificação na qual o autor diferencia pelo menos dois tipos de “universalismos” em oposição ao individualismo. Se é verdade que há um individualismo atomista, característico da sociedade burguesa, que coloca o indivíduo acima de tudo, há também um universalismo que se opõe a este primeiro, mas de um modo autoritário, que se manifestou através do nazifascismo. Assim, não se trata aqui de defender um “todo” / “universal” absolutos em oposição ao individualismo igualmente absoluto. Na verdade, a comunidade autêntica concilia a “autonomia das partes” e a “realidade do todo”, considerando-as enquanto elementos recíprocos. Esta perspectiva não coloca o todo orgânico acima de tudo (quando há a perda da autonomia do indivíduo) – tal como o faz as “visões totalitárias do mundo” –, e nem defende o indivíduo isolado¹¹.

E aqui vemos efetivamente que a sua ideia não é jamais retomar um passado supostamente idílico, muito menos caminhar para um autoritarismo. Reforçamos essa questão, pois, à primeira vista, poderíamos supor que a concepção de comunidade humana é problemática por estar ligada supostamente a um movimento de reação e não de verdadeiro progressismo. Principalmente porque se poderia argumentar, por exemplo, que esse termo é desnecessário, tendo em vista que as palavras socialismo ou comunismo seriam mais adequadas para nos referirmos a uma sociedade futura e pós-revolucionária. No entanto, é preciso pontuar que estamos falando de um contexto no qual os termos “socialismo” e “comunismo” remetiam à experiência soviética e aos partidos comunistas, os quais Goldmann era veementemente crítico. Utilizar o termo “comunidade autêntica”, portanto, remete à esperança de uma sociedade efetivamente fundada sob as bases da igualdade e liberdade em seus sentidos plenos, e não formais tal como ocorre com a burguesa.

¹⁰ O termo “aposta” é retirado da filosofia de Pascal e adaptado ao marxismo. Goldmann (1959, p. 334) afirma que “é preciso apostar”. Por isso Löwy (2009) se refere a este autor como um “marxista pascaliano”.

¹¹ Sobre essa discussão em que há a classificação das filosofias individualistas, visão totalitária do mundo e visão da comunidade humana, ver *Introdução à filosofia de Kant*, p. 61-64 (GOLDMANN, 1967a).

É por esse motivo, inclusive, que não se trata aqui de pensar no recomeço “do zero” de uma nova sociedade, mas assimilar o que há de progressista na sociedade burguesa. O que reforça, mais uma vez, o argumento que acabamos de apresentar no último parágrafo de que não se trata de “voltar” às sociedades antigas. Em relação a este aspecto, é interessante notar o que Goldmann (1959b) fala sobre o ser humano moderno. Segundo nosso autor, este pode ser lido em dois sentidos: no sentido cartesiano ou no sentido dialético / trágico. Os autores trágicos e dialéticos elaboraram uma nova visão do *deve ser* ideal do ser humano moderno. Nesse caso, este deve ser integral o que há de conquista real no empirismo e no racionalismo, mas a partir de uma visão crítica para ultrapassar os limites dessas ideologias¹². Nesse sentido, trata-se de incorporar elementos progressistas da sociedade burguesa e superar os valores individualistas em direção a uma visão comunitária, e não eliminar o que há de progressista na sociedade atual.

Considerando então a comunidade humana autêntica como a nova sociedade a ser criada a partir do que há de progressista na sociedade burguesa, mas superando os seus limites, gostaríamos de pontuar o que há de humano e *concreto* nessa *esperança*, opondo-se a uma visão idealista. Primeiramente, é importante notar que Goldmann (1967a) parte do princípio que o indivíduo jamais pode viver sozinho. A *existência humana* é dependente dos laços comunitários, sendo ambas as coisas indissociáveis. E é por isso que sua constituição deve ser coletiva, realizada pelo “Nós” e não pelo “Eu” da filosofia moderna contemplativa. Nesse sentido há uma tendência de os seres humanos constatarem a necessidade de constituir uma comunidade autêntica. O problema é que no capitalismo há um grande obstáculo a essa constituição da comunidade humana, traduzido por meio do fenômeno da *reificação*¹³.

¹² “Pascal e, logo depois, Kant, Hegel, Goethe e Marx na Alemanha, vão elaborar uma visão nova de homem, visão que, integrando as conquistas reais do racionalismo e do empirismo da ilustração, se orienta de novo, no entanto, em direção à superação do pensamento conceitual fechado sobre ele mesmo [...]” (GOLDMANN, 1959b, p. 193).

¹³ Goldmann baseia essa discussão a partir de *História e consciência de classe*, de Lukács (2012) (que, por sua vez, desenvolveu o que já estava presente na discussão sobre fetichismo da mercadoria de Marx). Inclusive, em 1958, Goldmann proferiu uma palestra em Toulouse cuja temática era a atualidade do marxismo. Tal conferência está descrita em um dos capítulos de *Recherches dialectiques* (GOLDMANN, 1959a). A sua fala se centrou exclusivamente na questão da Reificação. Este conceito é com efeito central em sua teoria em todos os aspectos, desde a sua sociologia do conhecimento (em *Introduction à la philosophie de Kant* ele já apontava o conhecimento reificado dos neokantianos, e isso se estende às suas

O único meio para superar esse fenômeno e concretizar a constituição de uma comunidade autêntica se encontra na ação humana em direção à sua emancipação. Ação humana esta pensada em seu conjunto (do “Nós”, jamais do “Eu” cartesiano). É exatamente isso que move a sua concepção de história e de humanismo¹⁴. O conceito de história utilizado por Goldmann não é o de acúmulo de fatos mortos, mas o sentido do porvir a partir da ação humana, a *aposta* nisso. Partindo desses pressupostos, considerar a constituição de uma comunidade enquanto uma *possibilidade*, faz com que ela seja concebida não como um idealismo, mas como uma *tendência concreta* que depende da *ação humana*. No fim das contas, quando nosso autor utiliza o termo “comunidade humana autêntica”, ele está fazendo referência a nada mais do que à concepção de Marx (e não dos bolcheviques) de comunismo, isto é, à livre associação dos produtores, com a constituição de uma sociedade sem Estado nem propriedade privada. Agora, a questão é saber qual o *meio* que Goldmann defende para se chegar a essa livre associação de produtores – e aqui reside o principal problema de sua perspectiva, em nossa visão.

Ao recusar a URSS como “modelo” de sociedade e meio de se chegar ao comunismo, nosso autor, no lugar, é simpático à concepção de autogestão, mas em seu formato iugoslavo. É como se este fosse o “modelo” mais ideal possível de transição à nova sociedade comunitária. Junto dessa ideia, nos anos 1960, ele passa também a defender a perspectiva do *reformismo revolucionário*, que se apoiava na ideia da existência de uma nova classe operária que possuía uma tendência a propor a autogestão das empresas, pois a classe operária “tradicional” teria se integrado à sociedade capitalista. Essa nova classe operária seria constituída pela “nova classe média assalariada”, em referência aos operários especializados, técnicos, universitários assalariados etc. Tal concepção era sustentada por outros intelectuais, tais como Victor Foa e Bruno Trentin, na Itália, e André Gorz e Serge Mallet, na França (LÖWY; NAÏR,

obras posteriores), até a sua sociologia do romance, na qual ele defende que a estrutura do romance é homóloga ao fenômeno da reificação (GOLDMANN, 1967b).

¹⁴ A questão do humanismo em Goldmann é outro elemento central de sua teoria, especialmente em seu debate contra o anti-humanismo de Althusser e do estruturalismo formalista como um todo. Nosso autor sempre vai sublinhar a importância e a centralidade da ação humana na história, combatendo a ideia de que existem estruturas independentes dos seres humanos. Sobre isso, ver especialmente as obras *La création culturelle dans la société moderne* e *Marxisme et sciences humaines* (GOLDMANN, 1970, 1971).

2008). Assim, a ideia de que a revolução viria por uma derrocada violenta do Estado e da propriedade privada era deixada de lado, em detrimento de uma visão de reformas paulatinas a partir da autogestão das empresas que poderiam se expandir para a esfera política, generalizando-se para a sociedade como um todo. Isso porque era característico dessa época a ideia de uma “estabilidade” capitalista que dificilmente seria rompida, o que foi negado pelos eventos do Maio de 1968.

Nesse sentido, podemos dizer que, concretamente, ao menos durante os anos 1960, a autogestão era um princípio para se começar a pensar na “comunidade humana autêntica” (não que fosse exatamente um “modelo” da comunidade, mas era, no mínimo, um pontapé inicial para se pensar em uma nova sociedade). O problema, a nosso ver, é que a experiência iugoslava é bastante limitada para se pensar nesses moldes societários. Com o Maio de 1968, uma concepção mais radical de autogestão social se difundiu, na qual o reformismo não era o meio para se chegar à sua constituição, além de partir de uma concepção mais abrangente desde o início, que não se limitasse apenas à autogestão econômica¹⁵. Na verdade, com esse evento histórico, o próprio Goldman fez uma autocrítica ao questionar a suposta “estabilidade” do capitalismo. Todavia, ele permanece em defesa da autogestão social no sentido da experiência iugoslava.

Embora seja problemática e limitada, a nosso ver, a defesa da experiência iugoslava, sustentamos que a concepção de Goldman de comunidade humana em si ainda resta importante, ela contribui para refletirmos sobre a transformação social atualmente. Isso porque globalmente o seu pensamento significa a valorização da ação coletiva, considerando o poder de mudança da ação humana na história, a fim de superar a fragmentação do ser humano, representada pelas classes sociais e intensa divisão do trabalho manual e intelectual. É, enfim, no seu humanismo e na sua aposta em uma comunidade autêntica que consideramos a fertilidade de sua visão que pode contribuir para pensarmos na transformação social atualmente.

¹⁵ Sobre autogestão social, cf. o livro *Autogestão: Mudança Radical*, de Guillerme e Bourdet (1976).

A atualidade desta discussão

Lucien Goldmann sempre defendeu a unidade entre teoria e prática e isso se aplica à sua própria teoria. Lendo atentivamente sua primeira obra, que é a sua primeira tese de doutorado (*La communauté et l'univers chez Kant* [1948], depois publicada como *Introduction à la philosophie de Kant* [1967]), vemos que a discussão ali trazida está relacionada ao nazifascismo, e, filosoficamente, ao embate ao neokantismo. O que não é realizado de forma mecânica (de reflexo de *conteúdos*), mas a partir da própria *forma* como o pensamento é abordado. Quando consideramos as suas obras do final dos anos 1950 e dos anos 1960, vemos que a ênfase se dá no sentido de associar o conhecimento aos problemas da sociedade tecnocrática, marcada pelo aprofundamento da burocratização, mercantilização, assim como hiperespecialização científica. Nesse sentido, as discussões sobre reificação e totalidade, já presentes na sua primeira obra, se tornam ainda mais importantes e agora no sentido de criticar não mais os neokantianos no plano do pensamento, mas os estruturalistas “não genéticos” (a-históricos)¹⁶. Isso porque o estruturalismo, no plano do pensamento, representava aquela sociedade tecnocrática cada vez mais burocratizada, mercantilizada e, portanto, passiva¹⁷. Nada mais atual do que a reflexão sobre a reificação, totalidade e necessidade de se considerar a transformação social a partir da ação humana, em direção à comunidade humana autêntica.

Nesse sentido, pode-se afirmar que até o final de sua vida, Goldmann sempre associou sua teoria à realidade na qual vivia, com o sentido da possibilidade de mudança social. Mesmo que ele não tenha produções da década de 1970 em diante (por motivos

¹⁶ Goldmann propõe uma diferença entre estruturalismo genético e estruturalismo não-genético. Este último é marcado pela negação da história, enquanto aquele primeiro não nega a história e coloca o ser humano como centro da ação, capaz de modificar a sociedade. Por isso, nos anos 1960, o nosso autor passou a denominar sua teoria e metodologia como “estruturalismo genético”, em contraposição ao formalismo do estruturalismo “clássico”. A palavra “genético” vem de inspiração de Jean Piaget, de quem Goldmann fora aluno. Tal discussão pode ser vista de forma mais sistematizada na obra *Sociologia do romance*, no capítulo dedicado ao estruturalismo genético e seu significado (GOLDMANN, 1967b).

¹⁷ Goldmann aprofunda esses aspectos especialmente em *La création culturelle dans la société moderne*, cf. Goldmann (1971). Mas na verdade tal crítica não foi realizada apenas por ele, obviamente. Basta considerarmos as obras de Henri Lefebvre, que também associava estruturalismo e “sociedade burocrática de consumo dirigido” – termo para se referir à sociedade francesa das décadas de 1950 e 1960 (LEFEBVRE, 1969).

evidentes, já que ele faleceu em 1971), os principais temas da sua teoria permanecem atuais na medida em que tudo aquilo que ele indicou como problemas das configurações de sociedade nas quais ele viveu permanecem existindo e são ainda relevantes para compreender o capitalismo e superá-lo. Isso não quer dizer que exatamente tudo o que ele teorizou ainda faça parte da sociedade, nem que ele estava correto em todas as suas análises¹⁸. Atualizações e retificações são sempre constantes e necessárias, a depender não apenas da época da qual falamos, como também das especificidades locais (um país de capitalismo desenvolvido não é a mesma coisa que um país de capitalismo subordinado, por exemplo). No entanto, a essência da sua análise permanece atual. Isso também não significa dizer que ele foi um “gênio”, já que se trata, na verdade, da essência do pensamento marxista como um todo (desde Marx, passando especialmente por Lukács de *História e consciência de classe*). Concretamente nos referimos à crítica da intensa divisão social do trabalho (manual e intelectual), ao fenômeno da reificação e à necessidade de apostar na construção do novo. Este é um pressuposto essencial do marxismo: considerar que uma das possibilidades existentes dentro da sociedade capitalista é a de revolução social em direção à autoemancipação de toda a sociedade. E todos esses aspectos foram, de alguma forma, desenvolvidos por Goldmann, a partir da base marxista.

Considerando, portanto, essa ideia de “essência” de seu pensamento, podemos afirmar que ele continua atual, pois o capitalismo não deixou de existir, apesar de ter adquirido novas especificidades. Ao pensar sobre as características da sociedade capitalista atual e o plano do pensamento como elementos que estão unificados, encontramos a correspondência entre capitalismo contemporâneo e ideologias pós-estruturalistas¹⁹. O que encontramos atualmente é ainda a fragmentação e

¹⁸ Vide a defesa durante um período do reformismo revolucionário, e mesmo da autogestão iugoslava, que foi um fracasso.

¹⁹ “Pós-estruturalismo” entendido aqui de forma bastante genérica, em referência às ideologias que recusaram todas as ideologias totalizantes, seja a totalidade concreta do hegelianismo e do marxismo, seja o holismo do estruturalismo. Aliás, quando pensamos nas correspondências entre capitalismo contemporâneo e “pós-estruturalismo” ou “pós-modernismo”, estamos nos baseando especialmente na contribuição teórica dos autores que atualmente desenvolvem o conceito de regime de acumulação, tais como Harvey (1992) e Viana (2009). E sobre especificamente as relações entre a historicidade do plano do pensamento e dos regimes de acumulação, há a obra também de Viana (2019) chamada *Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas*.

hiperespecialização da ciência, mas de forma ainda mais acentuada do que nas décadas de 1950 e 1960. Além das perspectivas catastróficas, reformistas ou de “terceirização” política (nas quais o engajamento político aparece apenas nas épocas de eleições), com a ausência da possibilidade de se pensar em uma nova sociedade.

O cerne do pensamento de Goldmann passa exatamente pelo núcleo dessas questões. Ele nos traz instrumentos para refletirmos que o indivíduo não deve ser considerado como isolado no mundo, que ele tende a viver em comunidade. E isso tanto no plano da ação política coletiva, quanto no plano da teoria social. Ora, nada mais pertinente do que a crítica ao individualismo de Descartes realizada por Goldmann a partir de Pascal na atual sociedade neoliberal, que tem como principais valores o egoísmo, o individualismo etc. Assim como nada mais pertinente do que a sua noção de historicidade pensada em suas últimas consequências – não apenas em relação ao passado, mas também ao futuro.

Enfim, considerando o conjunto da sua produção intelectual, é muito provável que nosso autor se tornaria um crítico ferrenho da hegemonia teórica atual, pautada na fragmentação do sujeito e do individualismo (politicamente representado pelo neoliberalismo). Dada a sua morte prematura, em 1970, o que nos resta é evidenciar as suas contribuições de crítica à sociedade capitalista, conjuntamente à contribuição de outros e outras intelectuais.

Conclusão

Goldmann não estudou Kant e Pascal porque ele queria construir um conjunto de fatos de modo enciclopédico contribuindo para a sua erudição. Na verdade, os autores e temáticas por ele escolhidas tem relação com o seu tempo²⁰. É importante

²⁰ Por exemplo, no prefácio à edição francesa de *Introduction à la philosophie de Kant*, escrito em maio de 1967 (ou seja, mais de 20 anos após a primeira aparição desta obra em formato de tese doutoral), Goldmann justifica o empreendimento do livro no sentido de ir à contracorrente do estruturalismo não-genético e o do pensamento anti-humanista, moda da academia francesa nos anos 1950 e 1960. Nesse sentido, ele afirma “Em uma época onde tantos espíritos brilhantes e inteligências remarcáveis abandonam, negando o sujeito, a tradição humanista e se orientando em direção a um estruturalismo formalista ou à valorização do irracional, em uma época onde, à crise das estruturas econômicas e sociais de nossas sociedades, parece suceder uma crise não menos radical do pensamento filosófico e das ciências humanas, eu gostaria de formular a esperança que este livro ajudará alguns de seus leitores a se dirigir à *contracorrente*” (GOLDMANN, 1967a, p. 16).

sublinharmos isso, pois, a princípio, há a tendência de se pensar que os estudos teóricos não são “úteis” ou não têm “validade”, já que aparentemente não possuem um sentido prático. Isso porque estudar e fazer teoria pode nos conduzir a uma abstração demasiada. E realmente isso pode ocorrer se partirmos de uma visão reificada da teoria, na qual ela só existe como meio de erudição. Diferentemente desta visão, por outro lado, o que vemos em Goldmann é que a teoria pode e deve dialogar com a realidade (na verdade, elas são interdependentes).

Nosso autor atribui um sentido real ao seu estudo. Ele não “estuda por estudar”, mas tem como objetivo retomar categorias e conceitos que serão importantes para se pensar no futuro e na sua transformação. O que defendemos aqui é que façamos o mesmo movimento com o pensamento do Goldmann ele próprio. Não desejamos nos debruçar sobre sua produção teórica em busca da pura erudição ou da síntese da história do pensamento marxista. Atualmente, sua teoria faz sentido porque vivemos em um momento no qual a *fragmentação* e o *pessimismo* se intensificam cada vez mais, em todos os setores da sociedade burguesa. É em crítica a isso que sua teoria ainda se mostra atual e pode contribuir para a teoria social. E a resposta global para os problemas sociais se encontra ainda hoje na aposta na comunidade humana autêntica.

Referências

GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia**. São Paulo: DIFEL, 1980.

GOLDMANN, Lucien. **Introduction à la philosophie de Kant**. Paris : Gallimard, 1967a.

GOLDMANN, Lucien. **La création culturelle dans la société moderne**. Paris: Les Éditions Denoël/Gonthier, 1971.

GOLDMANN, Lucien. **Le Dieu caché**. Paris : Gallimard, 1959b.

GOLDMANN, Lucien. **Recherches dialectiques**. Paris : Gallimard, 1959a.

GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967b.

GOLDMANN, Lucien. **Marxisme et sciences humaines**. Paris: Gallimard, 1970.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: Mudança Radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEENHARDT, Jacques. Actualités théoriques dans la pensée de Lucien Goldmann. **COnTEXTES** [En ligne], n° 25, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/contextes.8426>. Acesso em: 18 maio 2022.

LEFEBVRE, Henri. **Posição: contra os tecnocratas**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LÖWY, Michael. **Lucien Goldmann, marxiste pascalien**. 2009. Disponível em: http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article21214#outil_sommaire_1. Acesso em: 16 jun. 2021.

LÖWY, Michel. Lucien Goldmann ou a aposta comunitária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 183-192, abr. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000100012>. Acesso em: 23 maio 2022.

LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. São Paulo: Lech, 1979.

LÖWY, Michael; NAÏR, Sami. **Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade**. São Paulo: Boitempo, 2008.

LUKÁCS, Georg. **A alma e as formas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SAYRE, Robert; LÖWY, Michael. **Romantic Anti-capitalism and Nature: The Enchanted Garden**. Oxford / New York: Routledge, 2020.

VIANA, Nildo. **Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

O papel das comissões de acompanhamento nas relações de integração vertical: representatividade de pequenos agricultores frente a grandes agroindústrias¹

Guilherme Bolognini Tavares²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

A relação entre conglomerados agroindustriais e pequenos agricultores revela um alto grau de interdependência. Ao passo que as agroindústrias dependem das respectivas produções e consumos individuais dos agricultores para aperfeiçoamento de seu ciclo econômico, os agricultores, em contrapartida, tendem a depender do fornecimento de insumos e, posteriormente, da aquisição de produção realizada pelas agroindústrias. Exemplo de modo de produção que traduza essa interdependência é a modalidade de integração vertical. Nesse modo de produção existe uma relação contratual entre agricultores (denominados integrados) e uma agroindústria (chamada de integradora), que tem por objetivo planejar e realizar conjuntamente a produção agropecuária, com a definição de direitos e obrigações recíprocas para as partes. Em que pese esse modo de produção seja utilizado há bastante tempo, sua regulamentação se deu apenas com a promulgação da Lei Federal n.º 13.288, em 2016. Uma das preocupações dessa legislação foi a de criar mecanismos que permitissem equilibrar a relação entre integrados e integradores, estabelecendo parâmetros mínimos de validade e diretrizes para os contratos de integração vertical. Um dos mecanismos criados pela referida norma foi o da “CADEC”, uma sigla para Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração; trata-se de uma comissão composta paritariamente, dividida em representantes escolhidos pelos agricultores integrados, membros indicados pela integradora e membros indicados pelas entidades representativas das duas partes. Surge, portanto, a partir da norma mencionada, não só uma nova forma de organização socioeconômica de agricultores, mas também uma nova classe de representação de agricultores, traduzida pelo representante do integrado na CADEC. Trata-se de uma forma de representatividade *sui generis*: que não possui correspondência em modos anteriores, é uma classe de representação que partilha o risco da atividade com a agroindústria; uma classe composta por pessoas que, voluntariamente, firmaram obrigações individualizadas com a integradora; e, por fim, uma classe de enfrentamento que não possui garantias e estabilidades sindicais, em que pese represente um grupo de agricultores com os mesmos interesses. O presente trabalho se presta a analisar, especialmente, o surgimento de novos atores na relação de integração vertical, os conflitos existentes em tal modo de produção e, por fim, a entender o papel da CADEC enquanto nova forma de representatividade dos agricultores integrados.

Palavras-chave: Integração vertical; Pequeno produtor rural Agroindústrias; CADEC.

¹ GT 09 – Ruralidades e Meio Ambiente.

² Discente (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC/UEM). Advogado, com enfoque em questões agrárias. E-mail: guilhermebologninitavares@gmail.com.

Introdução

O presente artigo tem por objeto as relações de integração vertical, nomenclatura estabelecida em legislação específica, que define uma espécie de modalidade produtiva firmada entre grandes agroindústrias (chamadas de integradoras) e produtores rurais (que recebem o nome de integrados), especialmente pequenos agricultores. Nessa modalidade de produção, o produtor rural não atua de forma autônoma e independente. O integrado fica vinculado à entrega obrigatória de sua produção a uma agroindústria integradora específica; doutro lado, a integradora fornece matéria-prima, insumos e assistência técnica ao agricultor, que deverá dispor de espaço físico e seu próprio trabalho para agregar valor àquela e, ao final de um ciclo produtivo, fazer a entrega de produto mencionada.

A remuneração do produtor integrado vem, portanto, da entrega predeterminada de produto à agroindústria que, por seu turno, garante o recebimento de produtos agropecuários que serão industrializados e comercializados por ela com maior valor agregado. Essa modalidade de produção, há muito difundida (JUNG, 2018) é utilizada, especialmente, na produção de proteína animal (avicultura, suinocultura e piscicultura, por exemplo), bem como no cultivo de fumo e outras culturas.

Por ser uma relação que pressupõe, em tese, obrigações e direitos recíprocos entre as partes, a integração vertical é essencialmente contratual, em instrumentos firmados diretamente entre integradoras e integrados. Entretanto, não se pode pressupor que as interações são balanceadas, sobretudo ante a discrepância técnica e econômica havida entre conglomerados agroindustriais e pequenos agricultores. Como aponta Wanderley (2011), se trata essencialmente da relação entre modernização da agricultura e prevalência do capital. Em que pese sua utilização de longa data no país, não havia regulamentação específica sobre integração vertical, o que veio a ser suprido apenas em 16 de maio de 2016, com a promulgação da Lei Federal n.º 13.288, passando a norma a nortear as relações contratuais havidas entre as partes.

O artigo 1º da lei é bastante claro ao pontuar que “[a lei] dispõe sobre os contratos de integração vertical nas atividades agrossilvipastoris, estabelece obrigações e responsabilidades gerais para os produtores integrados e os integradores” (BRASIL, 2016), criando as Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADECs), como um mecanismo de transparência na relação contratual.

Como se tratará adiante no trabalho, a instituição das Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração foi prevista pela lei para equilibrar uma balança notadamente desigual entre pequenos produtores e colossais agroindústrias. As CADECs, até então inexistentes no cenário das relações agrárias no Brasil, constituíram para os produtores rurais um marco inédito, uma nova forma de representatividade formal de um grupo de pessoas com interesses padronizados. O trabalho tem por objetivo, portanto, compreender o surgimento e o papel dos representantes de integrados nas CADECs na produção por integração vertical, bem como apontar, a partir da edição da Lei n.º 13.288/2016 o surgimento de novos atores sociais nessa relação que, apesar de todos os contornos que possui, mantém-se essencialmente agrária.

Relações de integração vertical: trabalho, propriedade e dependência

No modo de produção de integração vertical o agricultor-integrado cede sua propriedade e seu trabalho em prol de produção coordenada pela agroindústria-integradora, em troca de uma remuneração definida por parâmetros prefixados e aplicáveis, em tese, a todos os integrados nas mesmas condições. Ou seja, uma unidade da integradora (definida por uma planta industrial, por exemplo), possui os mesmos parâmetros de contratação e remuneração para todos os integrados a ela vinculados. Há uma padronização e homogeneização de tratamento e comportamento dos integrados como pressuposto do próprio desenvolvimento agroindustrial da atividade.

Surgem, assim, duas inquietações. A primeira: qual o grau de ingerência do agricultor sobre seu imóvel rural a partir do momento que adere a esse sistema produtivo? A segunda: há uma efetiva interdependência do agricultor com a agroindústria?

Para a primeira inquietação, é importante destacar, novamente, que a produção se desenvolve segundo as diretrizes técnicas da agroindústria. Isso abrange, inclusive, a disposição espacial de segmentos da propriedade rural e o tratamento dispensado àqueles segmentos, notadamente quanto a questões fitossanitárias e adaptações físicas ao local de produção. Por exemplo, se exige a instalação de exaustores de ventilação em aviários em configuração e capacidades predeterminadas pela agroindústria ou, também exemplificativamente, exige-se que não sejam criadas outras espécies de animais na mesma propriedade rural a certo limite de distância.

Há, portanto, uma alteração significativa na forma de interação do agricultor com sua própria terra e, conseqüentemente, no desempenho do trabalho do produtor inserido no sistema de integração vertical. O pequeno agricultor “autônomo”, antes imerso em sua subsistência, se torna uma extensão da empresa à qual se vinculou; a terra e o trabalho em sua propriedade são seus formalmente, mas não há livre disposição sobre a destinação dada a cada uma dessas coisas a partir da adesão ao sistema de integração vertical. Milton Santos (2006, p. 119) aponta, inclusive, que os nexos modernos da agricultura “buscam criar monofuncionalidades no uso da terra, dos transportes, dos portos e, assim, acabam por negar a possibilidade de um uso plural do território”, o que se verifica na integração vertical pela destinação da terra à produção hegemônica em contraponto à produção de subsistência.

Segundo Cavalcante e Mançano (2008, p. 21), “as relações contratuais de produção e compra efetuadas entre produtor e empresa são uma forma de apropriação do território” e, no contexto agrário brasileiro hodierno, as relações de integração vertical são a expressão máxima de apropriação velada de território e de negativa ao uso plural da terra. Em resposta à primeira questão, portanto, conclui-se que há uma mínima ingerência do agricultor sobre sua própria terra quando adere a esse sistema produtivo.

Isso também conduz à resposta para a segunda inquietação. A lei de integração vertical nasceu, em tese, como forma de equilibrar as relações entre agricultores e agroindústrias (SENADO FEDERAL, 2011)³ e de conferir efetiva interdependência à

³ O Projeto de Lei do Senado n.º 330/2011, da Senadora Ana Amélia (PP/RS), que se converteu na Lei n.º 13.288/2016, previa em sua “justificação” que o “Projeto de Lei tem por objetivo instituir no arcabouço

relação existente entre partes tão díspares. Pela ótica da norma, a agroindústria deveria depender, efetivamente, da produção do agricultor; doutro lado, o agricultor deveria depender – como efetivamente depende – da remuneração paga pela agroindústria. O que ocorre, todavia, é que a relação de integração vertical, apesar da existência de norma específica em sentido contrário, continua sendo assimétrica em detrimento do pequeno agricultor. Cavalcante e Mançano (2008, p. 22) afirmam que “o aumento da lucratividade dessas empresas depende das estratégias de diminuição de gastos com pagamento de funcionários, matérias-primas, impostos, et cetera” e que não é uma surpresa a constatação de que as agroindústrias remuneram mal os produtores, pagando pouco pela produção e conduzindo-os à bancarrota.

Segundo Brandenburg (2012), as agroindústrias são representantes do sistema econômico no qual se lastreiam, sendo nutridas pelos recursos do mundo com o objetivo precípuo de obter mais lucro e acumular mais capital. Concomitantemente, sobretudo pela natureza das cláusulas fixadas nas relações contratuais, é comum que as próprias terras sirvam de garantia ao cumprimento dos contratos pelos agricultores, o que contribui para uma apropriação do território (e de capital) pelas agroindústrias, não só de forma relativa, mas também de modo absoluto (CAVALCANTE e MANÇANO, 2008). Essa apropriação é resultado, também, de um modo de produção que visa o estabelecimento de um mercado voltado para produções hegemônicas (notadamente, *commodities*) e que age em detrimento dos agricultores com menor capacidade de aplicação de recursos financeiros e tecnológicos (SANTOS, 2006).

Muitas vezes, tais agricultores se veem forçados a aderir a um modo de produção que seja parte da engrenagem dessa produção hegemônica, como no caso da adesão à produção de proteína animal no sistema de integração vertical. Wilkinson (2008) aponta que o modelo de integração se transformou em uma forma excludente, que demanda cada vez maiores volumes de produção, a necessidade de maiores quantidades de dinheiro pelos produtores e uma grande especialização das atividades para viabilizar a adesão a esse sistema. Ocorre que essa adesão já nasce viciada pela dependência imposta ao integrado. O agricultor integrado somente pode produzir para

jurídico brasileiro a figura do contrato de integração” e que a “finalidade maior é, na verdade, conferir certas garantias ao elo mais fraco da relação, que é o produtor rural”.

a integradora; apenas pode aplicar os recursos tecnológicos previstos pela integradora; depende, muitas vezes, da matéria-prima que pode ser entregue exclusivamente pela integradora e, ainda assim, fica vinculado às exigências de estrutura física e fitossanitárias impostas pela integradora, sob pena de corte do sistema de produção integrada. Não se pode falar, portanto, em efetiva interdependência entre as partes, mas sim em uma dependência dos integrados em relação à integradora que não encontra contrapartida.

Sendo assim, surge mais uma questão: a lei de integração vertical nasceu especificamente com o intuito de reequilibrar essa relação, mas por meio de quais mecanismos e por intermédio de quais atores?

O papel das CADECs e os representantes dos produtores: surgimento de um novo ator social

Como exposto, não havia norma que tratasse das relações de integração vertical, em que pese sua existência há bastante tempo no Brasil (SENADO FEDERAL, 2011). Apenas com a edição da lei n.º 13.288/2016 é que foram criados parâmetros basilares de como esse modo de produção deve se desenvolver. A exemplo disso, o artigo 4º da referida norma previu quais os itens que o contrato de integração deveria obrigatoriamente conter, sob pena de nulidade, criando um balizamento até então inexistente para contratos dessa natureza. Além disso, a lei n.º 13.288/2016 criou as Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC), que é um dos requisitos indispensáveis dos contratos de integração e que, segundo o artigo 6º, parágrafo 4º da lei, tem os seguintes objetivos e funções:

I - elaborar estudos e análises econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e dos aspectos jurídicos das cadeias produtivas e seus segmentos e do contrato de integração; II - acompanhar e avaliar o atendimento dos padrões mínimos de qualidade exigidos para os insumos recebidos pelos produtores integrados e para os produtos fornecidos ao integrador; III - estabelecer sistema de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos encargos e obrigações contratuais pelos contratantes; IV - dirimir questões e solucionar, mediante acordo, litígios entre os produtores integrados e a integradora; V - definir o intervalo de tempo e os requisitos técnicos e financeiros a serem empregados para atualização dos indicadores de desempenho das linhagens de animais e

das cultivares de plantas utilizadas nas fórmulas de cálculo da eficiência de criação ou de cultivo; VI - formular o plano de modernização tecnológica da integração, estabelecer o prazo necessário para sua implantação e definir a participação dos integrados e do integrador no financiamento dos bens e ações previstas; VII - determinar e fazer cumprir o valor de referência a que alude o inciso VII do art. 4º desta Lei. (BRASIL, 2016)

Além disso, previu-se, pelo parágrafo 1º do mesmo artigo, que a CADEC deve ser composta, paritariamente, por representantes escolhidos diretamente pelos produtores integrados, representantes indicados pela integradora, representantes indicados pelas entidades representativas dos produtores integrados e das integradoras. Ou seja, foi prevista pela lei de integração vertical a criação de um órgão consultivo, fiscalizador e deliberativo, composto paritariamente por representantes de ambas as partes envolvidas na integração vertical e com poderes para, em tese, resolver litígios, definir o planejamento da produção e acompanhar o bom andamento da produção via integração vertical. Por ser absolutamente nova, o parágrafo 3º do artigo 6º da mesma norma também previu que “a constituição da Cadec respeitará as estruturas com função similar às constituídas até a data de publicação” da lei (BRASIL, 2016).

A pretensão da norma, portanto, era de que os produtores integrados pudessem negociar com a integradora, por intermédio de seus representantes nas CADECs, as condições de planejamento, execução, remuneração etc., incidentes no modo de produção via integração vertical. Se o órgão é composto paritariamente, com representantes escolhidos por cada uma das partes, a tendência prevista pela lei seria de que as decisões também adotassem um tom paritário, conferindo equanimidade às decisões tomadas pela CADEC. Como consequência lógica dessa pretensa paridade de armas e de posicionamentos, as relações deveriam se desenvolver de forma equilibrada e representando uma fidedigna interdependência entre os agricultores e as agroindústrias. Ocorre que há lacuna na norma que põe abaixo a sua própria pretensão.

Em que pese não haja exigência da norma nesse sentido, ao se mencionar no artigo 6º, §1º, inciso I que a CADEC será composta paritariamente por representantes “escolhidos diretamente pelos produtores integrados à unidade integradora” (BRASIL,

2016) a norma não previu tratamento diferenciado para a hipótese em que esses representantes sejam também produtores integrados sujeitos às diretrizes da agroindústria. A lei não exige, a partir de uma interpretação literal, que os representantes dos integrados sejam também produtores integrados; todavia, o que ocorre, é que os próprios produtores integrados elegem, dentro de seu grupo, quais serão os produtores que os representarão frente à integradora. Há o surgimento, portanto, de uma figura até então inédita no ordenamento jurídico e no contexto social da integração vertical. O representante dos produtores integrados na CADEC que seja também produtor integrado passa a ser ator e sujeito das decisões tomadas no âmbito da CADEC.

Por ter sido eleito em representação aos integrados, naturalmente cabe a esse representante confrontar decisões ou posicionamentos da integradora que sejam contrários ao interesse do grupo de produtores integrados. E é nesse ponto que surgem as disputas advindas dessa figura *sui generis* que é o representante dos produtores nas CADECs. A respeito do papel dos novos atores sociais Brandenburg (2012, p. 181) aponta que:

O novo está relacionado aos movimentos de atores, que tensionam e se contrapõem ao processo de dominação exclusiva da lógica do sistema. Esses atores, ou novos atores, são os protagonistas da reconstrução de uma ruralidade, que se situa no mundo rural, mas que, no entanto, não abrange o rural na sua totalidade, uma vez que o rural brasileiro é formado de tempos e espaços diferenciados. Não se pode falar de um novo rural, mas de uma nova ruralidade.

Os representantes dos produtores na CADEC, a todo tempo, “tensionam e se contrapõem” ao processo produtivo desejado pela agroindústria integradora, visando proteger os interesses do grupo de produtores integrados. Ocorre que, ao se oporem às decisões da integradora, estão sujeitos a represálias e retaliações, uma vez que para além da representação do grupo, também mantém suas respectivas relações individuais com a integradora. Não se trata de receio subjetivo: existem relatos

diversos de retaliações por parte das agroindústrias aos representantes dos produtores nas CADECs⁴ (FAEP, 2019).

Não há nenhuma garantia de estabilidade ou segurança decorrente da eleição do produtor rural integrado para compor a CADEC e, com isso, há uma fragilização do próprio mecanismo das CADECs, com desestímulo à participação e à importância da comissão. Exemplificativamente, o artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê estabilidade para empregados eleitos para compor entidades sindicais que, como regra, atuam em contraponto às imposições dos empregadores e em favor da classe que representa. A garantia de estabilidade e vedação da dispensa⁵ do representante sindical (a não ser em caso de falta grave) é um mecanismo de independência e autonomia para que a atuação dos sindicatos seja efetiva. Se há garantia de que não haverá retaliação, mesmo contrapondo-se incisivamente às pretensões dos empregadores, os representantes sindicais possuem liberdade para pleitearem aquilo que seja de interesse da classe.

Não se pretende aqui equiparar o grupo de produtores integrados a um grupo de trabalhadores. Entretanto, se a própria lei de integração vertical previu que “a constituição da Cadec respeitará as estruturas com função similar às constituídas até a data de publicação” (BRASIL, 2016) da lei, não é desarrazoado imaginar que pudessem ser conferidas determinadas estabilidades aos representantes dos produtores integrados que também tenham vínculo com a integradora. Justamente nesse sentido é que foi proposto o Projeto de Lei n.º 8311/2017, pelos deputados Bohn Gass (PT/RS) e Zeca do PT (PT/MS). Na justificção do projeto de lei, seus autores apontaram que o intuito do projeto era “garantir aos representantes dos produtores [...] condições para o pleno e livre exercício da representação dos interesses da categoria dos produtores integrados” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017). Segundo os parlamentares: “a prática demonstra a existência de algumas retaliações a esses representantes por parte das

⁴ Os relatos de retaliações abrangem, exemplificativamente, alterações unilaterais dos contratos, complexidade excessiva no cálculo de remuneração, fornecimento de insumos de baixa qualidade pela agroindústria, aumento de intervalos entre os ciclos econômicos.

⁵ O artigo 543, §3º da CLT prevê que “fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Consolidação.”

empresas integradoras” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017) e, como forma de obstar que essas retaliações acontecessem, a proposta do referido projeto era a de inserir mais dois parágrafos à Lei n.º 13.288/2016.

O primeiro parágrafo proposto previa que houvesse uma vedação à realização de alterações unilaterais pelas empresas nos contratos e relações havidas entre as integradoras e os representantes de produtores no período em que perdurasse o mandato do representante e até um ano após o seu término, de forma bastante semelhante à previsão do artigo 543, parágrafo 3º da CLT. O segundo parágrafo acrescentava a previsão de uma sanção às agroindústrias que violassem o dever de estabilidade proposto no parágrafo anterior, com o intuito de conceber uma “medida coercitiva e protetiva necessária que visa coibir a realização de práticas que possam prejudicar ou retaliar quem exerce esse tipo de função” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Entretanto, quando da análise pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) o parecer do Relator Valdir Colatto (PMDB/SC) foi pela rejeição do projeto de lei⁶, tendo o relator refutado a necessidade de previsão específica de sanções às integradoras e garantia de estabilidade aos representantes dos produtores. O projeto acabou por ser rejeitado na CAPADR, mas foi desarquivado em 12/03/2019 a pedido do parlamentar Bohn Gass (PT/RS) e, atualmente, aguarda Parecer do Relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

Subsiste, assim, um ator social novo no mundo rural⁷, que possui características totalmente próprias, a ponto de despertar interesse e produção legislativa voltada especificamente para esse ator. O produtor rural integrado é, por si só, parte de categoria apartada de agricultor. Isso porque não se trata de assalariado direto e, tampouco, de parceiro comercial em iguais condições com as agroindústrias.

⁶ Segundo o parecer do relator do projeto na CAPADR, Valdir Colatto (PMDB/SC), o “estabelecimento de uma proteção exclusiva aos representantes dos produtores integrados na Cadec e no Foniagro poderia dar a entender que para os outros produtores integrados seriam permitidas alterações unilaterais, promovendo assim uma diferenciação entre integrados” (Câmara dos Deputados, 2017).

⁷ Para Brandenburg (2012), o “mundo rural não existe apenas como um lugar, um espaço onde se desenvolvem atividades agrícolas ou aquelas que têm a ver com a gestão da natureza, mas também como um mundo que se reproduz no conjunto da sociedade, sob o ponto de vista de uma experiência prática (material) e simbólica”.

Paulilo (1990), inclusive, levanta uma questão relevantíssima: os produtores integrados são proprietários reais ou meramente formais de suas terras?

A venda da produção, anteriormente sujeita à livre negociação no mercado, (e sujeita, portanto, à interação do produtor com outros atores – feirantes, supermercadistas, consumidor direto e outros vizinhos) dá lugar à entrega programada de produção. As técnicas produtivas e insumos, antes de livre escolha do agricultor, frequentemente advindas de seu próprio conhecimento, dão lugar às orientações técnicas homogêneas de um corpo técnico da agroindústria. A propriedade rural, local de residência e labor, sagrado e inviolável aos pequenos agricultores, passa a ter utilização, destinação e até mesmo visitação regidas pelas disposições do integrador, que visa apenas e tão somente, a consecução dos contínuos ciclos econômicos. Não se trata, portanto, de um mero arranjo contratual ou normativo, mas de todo um rearranjo da condição existencial desses pequenos produtores.

Quando se considera que dentre esses produtores, já colocados em lugar de diferenciação de todos os outros há ainda aqueles que representam frontalmente a categoria de integrados perante as agroindústrias sem qualquer respaldo jurídico próprio, nota-se que surge efetivamente uma nova espécie de ator social que está na ponta dos conflitos das relações de integração vertical; trata-se de ator criado por força da lei de integração vertical e que está, desprotegido, na ponta de uma espécie moderna de conflito agrário.

Conclusão

A promulgação da Lei n.º 13.288 em 2016 representou verdadeira transformação no modo de relacionamento entre os produtores rurais integrados e as integradoras. Ainda há muito a se construir sobre as relações de integração vertical, especialmente a partir desse marco temporal específico. Junto com o balizamento dos requisitos mínimos que devem ser previstos pelos contratos de integração, o surgimento das CADECs foi o efeito de maior impacto na interação de agricultores e agroindústrias causado diretamente pela Lei n.º 13.288.

O impacto é relevante a ponto de criar uma nova espécie de ator social inserido no mundo rural: o representante dos produtores integrados na CADEC. Cabe a esse ator social apresentar as demandas da classe de integrados à agroindústria, confrontando-a diretamente se necessário for para proteger os interesses de seus pares. Todavia, diferentemente da proteção conferida a representantes sindicais, por exemplo, o representante dos produtores (que também seja produtor integrado) exerce seu papel sem salvaguarda jurídica específica.

Tratar da existência e da proteção desse novo ator significa abordar, também, a manutenção da autonomia e da continuidade das atividades desempenhadas pelos produtores rurais integrados. Sem que possuam garantido o direito a se posicionarem seguramente frente às decisões das agroindústrias, o que está em jogo não é apenas a questão relativa à remuneração. Nesse sentido, compreender que se está diante de uma categoria de ator social completamente nova é de extrema relevância não só para o meio acadêmico, mas também para a construção de políticas que visem conferir proteção a esses atores e, de forma reflexa, aos pequenos produtores integrados.

Como tratado, o conflito de interesses nas relações de integração vertical conduz a também a conflitos por território, ainda que de forma velada e indireta; portanto, a manutenção dos produtores integrados na atividade de forma viável é também a manutenção desses produtores dentro do mundo rural. Sem que estejam inseridos nesse meio, não se corre o risco apenas da perda de fonte de subsistência, mas também de perda de parte da essência desses agricultores.

Referências

BRANDENBURG, Alfio. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **RURIS**. V. 4, n. 1. Pp. 167-194. Campinas, 2012. Disponível em: <<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ruris/article/view/710/575>> Acesso em 24 mai. 2022.

BRASIL. **Lei 13.288 de 16 de maio de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13288.htm> Acesso em 2 out. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei da Câmara n.º 8311/2017**. Inclui os §§6º e 7º no art. 6º da Lei n.º 13.288, de 16 de maio de 2016, que “dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências”. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2148157>> Acesso em 24 mai. 2022.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista Nera** – Ano 11, N. 13 – Julho/Dezembro de 2008. pp. 16-25. Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1387/1369>> Acesso em 20 mai. 2022.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. **Boletim informativo**, Ano XXXIV n.º 1474 – 13/05/2019 a 19/05/2019. Disponível em: <<https://www.sistemafaep.org.br/arquivo/catalogs/BI1474/pdf/complete.pdf>> Acesso em 22 mai. 2022.

JUNG, Gilvani Mazzucco. **Trabalho e resistência: a experiência subordinada de avicultores no sul catarinense (1990-2016)**. Dissertação (Mestrado) Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5782/1/Gilvani%20Jung.pdf>> Acesso em 19 mai. 2022.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e Agroindústria Consensos e Dissenso**, O Caso de Santa Catarina. Editora da UFSC. Rio de Janeiro. Abril, 1988.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado n.º 330/2011**. Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2950123&ts=1594021885432&disposition=inline>> Acesso em 19 mai. 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WILKINSON, John. O estado, a agricultura e a pequena produção[online]. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, Rio de Janeiro, 2008, 229 p. ISBN: 978-85-9966-271-7. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/jfjjq/pdf/wilkinson-9788599662717.pdf>> Acesso em 22 mai. 2022.

É melhor evitar do que remediar? Apontamentos sobre as lógicas de aceitação dos problemas e de evitamento dos conflitos no contexto de migração irregular brasileira na Bélgica¹

Bruno Zavataro²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

Partindo do postulado teórico de que a primeira condição para a emergência dos problemas e dos conflitos sociais seja de que eles sejam definidos enquanto tais pelos atores sociais (condição subjetiva e cognitiva), este trabalho traz alguns apontamentos sobre as lógicas de aceitação dos problemas cotidianos e de evitamento dos conflitos vividos no trabalho, no contexto da migração irregular brasileira na Bélgica. Baseando-se na análise qualitativa de entrevistas realizadas com brasileiros e brasileiras vivendo irregularmente neste país, durante os anos de 2012 e 2015, busca-se compreender diversas situações que, embora se manifestando de forma problemática de alguma maneira, em razão das ofensas morais que elas exprimem, acabam sendo aceitas e toleradas e os conflitos evitados. Articulando a hipótese de um recrudescimento da indiferença social, da banalização das injustiças e do sofrimento, formulada como uma provocação intelectual, aborda-se o contexto particular da migração irregular, enfatizando as formas pelas quais as relações paternalistas/maternalistas na esfera do trabalho, induzidas pela situação de precariedade econômica e de estadia irregular, influem na percepção da própria situação vivida pelos atores sociais e nas lógicas de aceitação dos problemas e de evitamento dos conflitos.

Palavras-chave: Migração Irregular Brasileira na Bélgica; Condições de Emergência e de Resolução dos Problemas e dos Conflitos; Análise Qualitativa; Entrevistas; Lógicas de Aceitação dos Problemas e de Evitamento dos Conflitos; Paternalismo/maternalismo.

¹ GT 10 – Migrações Internacionais, Fronteiras e Novas Diásporas.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR (PPGSOCIO-UFPR). Mestre em Criminologia pela *Université Libre de Bruxelles*/Bélgica. Especialista em Sociologia Política pela UFPR. Bacharel em Direito e em Ciências Sociais pela UFPR. Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Migrações Internacionais e Multiculturalismo” (UFPR). Bolsista CAPES. E-mail: bzavataro@yahoo.com.br.

1. Introdução

É possível dizer que, desde algumas décadas, uma nova postura emerge no horizonte jurídico-político em escala europeia no que se refere à questão migratória. Nesta, o problema do controle dos fluxos migratórios se torna, cada vez mais, objeto de atenção política particular e de medidas restritivas e criminalizadoras (BRION *et al.*, 2001). Se as ondas migratórias com destino à Europa jamais se interromperam, contrariamente aos objetivos políticos esperados com o fechamento das fronteiras e a interrupção da imigração regulada pelo Estado a partir dos anos de 1970, o fato é que estas medidas restritivas e criminalizadoras trouxeram consequências variadas na vida das populações migrantes.

Com efeito, o recrudescimento crescente das políticas de imigração, visando tornar cada vez mais difíceis as condições de entrada e de instalação no “Espaço Schengen”, participaram da criação da figura do migrante clandestino (ilegal, sem-papel, irregular, não-autorizado, indocumentado), segundo aponta Andrea Rea. Resultado da atribuição de um status jurídico precário cada vez mais durável, “os imigrados podem doravante viver no interior das fronteiras dos Estados europeus, ficando mantidos, às vezes, às fronteiras das instituições do Estado do direito e do Estado social”, e isso durante numerosos anos (REA, 2008, p. 37).

É no âmbito deste contexto mais amplo em que se inscrevem as recentes ondas da migração brasileira para a Europa e, em particular, para a Bélgica, foco da nossa pesquisa (MARTINIELLO *et al.*, 2010; ALVES, 2005; OIM, 2009). Embora o número de nacionais brasileiros estabelecidos neste país não seja conhecido com precisão, tendo em vista o caráter dificilmente quantificável que o fenômeno da imigração irregular reveste, estimativas avançavam, por exemplo, para o final dos anos 2000, entre 38.000 a 50.000 o número de residentes brasileiros na Bélgica, a grande maioria em situação irregular de estadia (PEREIRA, 2008; PEDROSO, 2011). Trata-se, antes de mais nada, da dimensão transnacional que toma, desde os anos 1980, o movimento de emigração brasileira rumo às mais diversas destinações,

mudando, pela primeira vez na sua história, a característica do Brasil de ser um país de imigração (ROSENFELD *et al.*, 2009). Os dados disponíveis sobre a matéria mostram, no mais, a predominância na Bélgica de uma imigração brasileira pouco qualificada, preferencialmente jovem, feminina e derivada de algumas regiões do país, particularmente das regiões de Minas Gerais e de Goiás, onde uma cultura da emigração parece ter se instalado há muito tempo, indo além de razões puramente econômicas (ALVES, 2005).

O contexto político-jurídico e securitário que prevalece atualmente em matéria de controle da imigração clandestina acarreta às populações migrantes a limitação do acesso aos direitos sociais e aos recursos públicos, constituindo-se *a fortiori* fonte de insegurança, de discriminação, de problemas e de conflitos. Segundo Martiniello e coautores, “as diversas categorias jurídicas (tipos de estadia) geram direitos e possibilidades diferentes”, tais como emprego, educação, ajuda social etc. (MARTINIELLO *et al.*, 2010, p. 5). De maneira sucinta, diversas pesquisas já vêm enfatizando os obstáculos que a condição irregular de estadia impõe no cotidiano das populações migrantes, gerando formas particulares de exclusão e de negação de direitos, “em um mundo onde os ‘papéis’ se tornaram a expressão concreta da identidade” (FASSIN e MORICE, 2001, p. 260), ou seja, “um vetor cardinal de existência social, no sentido de uma identificação cidadã” (KAGNÉ, 2001, p. 46). Com efeito, a condição irregular de estadia impõe aos migrantes os setores mais degradados da habitação e do trabalho (*dirty works*) no país de acolhimento, sujeitando-os às mais variadas formas de exploração e de discriminação, com reflexos na saúde e nas relações sociais e familiares como um todo (BOUAMAMA, 2008).

Assim, no momento atual, essas pesquisas se interessam não somente: a) pelo impacto da condição irregular de estadia sobre as condições de saúde, educação, renda e trabalho, tanto o trabalho doméstico (GODIN, 2013; FREITAS e GODIN, 2013) quanto o da construção civil (MARTINIELLO *et al.*, 2010.; JOUNIN, 2006 e 2009), dois importantes setores responsáveis por acolher a mão-de-obra “clandestina” estrangeira; b) como também pelo seu impacto nas dinâmicas sociais e familiares, particularmente no que toca aos conflitos geracionais, aos problemas

com as crianças e os adolescentes (JAMOULLE e MAZZOCCHETTI, 2011; HAYEZ, 2001), ao exercício da maternidade (DAVOUDIAN, 2012) e à violência contra as mulheres (MENJIVAR e SALCIDO, 2002; HUMAN RIGHTS WATCH, 2013; PICUM, 2012). Assim, o recrudescimento das políticas migratórias produz efeitos práticos e materiais na vida e na existência de populações migrantes, gerando formas de exclusão no interior das fronteiras dos Estados nacionais.

Consiste em manter conscientemente pessoas à margem do Estado de direito e do Estado Social. Nisso, trata-se de uma política hipócrita e politicamente cínica. O sistema produz excluídos do interior que são de certa forma tolerados, embora uma minoria seja expulsa. O sistema consiste, ao lhes excluir e ao manter esta situação de exclusão, a lhes guardar à margem do direito e também à margem dos direitos sociais, civis e políticos (...). Não dispondo do direito de estadia, eles não podem reivindicar direitos sociais ligados ao exercício de uma atividade profissional (...) O acesso ao Estado social é reservado aos herdeiros, os nacionais e os estrangeiros em ordem de estadia. Ao contrário, os trabalhadores indocumentados não podem ter acesso à propriedade social que constitui a previdência social. No mais, a ausência de um documento de estadia reduz seus direitos civis (ADAM *et al.*, 2002, p. 210-211).

Apesar desses aspectos, fazendo da imigração irregular fonte de tensões, ainda são raros os trabalhos interessados particularmente nas dinâmicas dos problemas e dos conflitos cotidianos vivenciados neste contexto e às suas formas de resolução, suscitando com isso um interesse em nossa investigação.

2. Aspectos metodológicos e teóricos da pesquisa

Baseando-se no método da indução analítica³, a pesquisa tem um duplo objetivo. Primeiramente, investigar as condições dentro das quais os problemas e os conflitos emergem e são resolvidos pelos brasileiros e pelas brasileiras residindo

³ É o “procedimento lógico que consiste em partir do concreto para chegar ao abstrato, delimitando as características essenciais de um fenômeno” (DESLAURIERS, 2008, p. 339). Neste método, a construção teórica se formula de maneira indutiva, realizada de forma gradual e exaustiva sobre os dados empíricos coletados no campo da pesquisa. O procedimento deve passar pela análise aprofundada de “um pequeno número de casos, descrever suas características essenciais, retratar as causas dos fenômenos e observar como eles interagem para produzir um determinado resultado” (DESLAURIERS, 2008, p. 399)

irregularmente na Bélgica. Em segundo lugar, busca-se confrontar essa questão com a hipótese de que os problemas e os conflitos são condicionados pela situação de estadia irregular neste país. Em suma, objetiva-se produzir um conhecimento teórico (teoria) a partir da tomada em consideração das condições necessárias para o advento e recorrência de um dado fenômeno social (BECKER, 2002, p. 302).

Assim sendo, pegando uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008) como estudo de caso, tal como a brasileira na Bélgica, esta pesquisa é inspirada pelo desejo de compreender as condições dentro das quais os problemas e os conflitos emergem e são resolvidos no cotidiano da imigração irregular, a partir de uma análise qualitativa de entrevistas realizadas com 29 migrantes brasileiro(a)s, residindo irregularmente na Bélgica, entre os anos de 2012 e 2015. As entrevistas em profundidade foram realizadas com 16 mulheres e 13 homens, com idades variando de 21 a 59 anos, que se encontravam na Bélgica por razões diversas, a grande maioria sendo oriunda das mesmas regiões brasileiras, em especial dos Estados de Goiás e de Minas Gerais, como já apontado em pesquisas anteriores. São entrevistas⁴ que foram obtidas através da rede de contatos e de relações pessoais do pesquisador na Bélgica, graças a um trabalho voluntário realizado, em Bruxelas, junto à Associação de Ajuda a Migrantes em Situação Precária e Irregular, associação *Abraço*, entre os anos de 2012 e 2015 (até o seu fechamento e encerramento das atividades por falta de recursos), assim como da “técnica da bola de neve” a partir da qual as pessoas entrevistadas indicam pessoas conhecidas para a entrevista.

Teoricamente, o trabalho se apoia em pesquisas realizadas no campo da sociologia, da antropologia e da criminologia no que toca aos estudos dos conflitos e aos problemas sociais, assim como as disputas nos mais diversos contextos políticos, sociais e culturais. Parte-se da consideração de que problemas, conflitos e disputas não existem independentemente da definição que dão os atores sociais, mas sim, emergem dentro de um quadro de definição da situação que é dado pelos

⁴ Os dados foram coletados graças a uma bolsa Mini-Arc concedida pela *Université Libre de Bruxelles* (ULB)/Bélgica a quem agradeço vivamente, desde já, pela autorização da sua utilização no âmbito desta pesquisa.

próprios indivíduos e pelos grupos sociais. Com efeito, a definição da situação como sendo problemática ou conflituosa pelos indivíduos e grupos sociais se constitui como a primeira condição para que um problema ou um conflito possa emergir. Para Howard Becker, um problema social consiste em uma situação subjetivamente definida, ou seja, em uma condição objetiva que acaba por se definida enquanto problema pelos membros da sociedade, em face da qual alguma coisa deve ser feita (BECKER, 1967, p. 2).

Spector e Kitsuse (1987) assinalam que um problema social não se traduz pela simples existência de uma dada condição objetiva, mas sim por uma ação social, quer dizer, pela atividade através da qual indivíduos e grupos sociais identificam uma situação como sendo indesejável. Dessa forma, longe de uma condição objetiva, os problemas emergem como resultado de um processo de definição, de interação e de queixas que se formulam entre indivíduos e grupos sociais, ou seja, como sendo uma construção social que se desenrola pelo viés das inter-relações sociais, através daquilo que os indivíduos e os grupos pensam ser uma condição não desejável e remediável. Neste quadro, os problemas sociais são “as atividades de grupos ou indivíduos fazendo asserções de ofensas e reivindicações com respeito a algumas condições putativas” (SPECTOR e KITSUSE, 1977, p. 75).

Tais como os problemas, os conflitos e as disputas também emergem a partir da definição subjetivamente dada à situação. Para Kriesberg, o conflito é uma lesão sentida pelos indivíduos e grupos sociais (*a grief*) e a crença na possibilidade de remediar a situação, condicionando a sua emergência. Neste quadro, a atenção é dada à maneira pela qual as ofensas morais são sentidas pelos atores sociais e ao desencadeamento das formas de mobilização e de organização na emergência dos conflitos (KRIESBERG, 2003, p. 55-56). Quanto às disputas, conceito que vai preferencialmente ser privilegiado pelo campo da antropologia, Felstiner, Abel e Sarat, por exemplo, vão se interessar à maneira pela qual as ofensas (*griefs*) são percebidas ou não pelos indivíduos, chamando a atenção ao processo social de transformação através do qual as experiências se tornam ofensas, as ofensas se tornam disputas, podendo estas assumir diversas formas. Para estes autores, as

disputas se forjam a partir de três condições necessárias: nomeação (*naming*), responsabilização (*blaming*) e reivindicação (*claiming*) (FELSTINER, ABEL e SARAT, 1980-1981, p. 635-636).

3. É melhor evitar do que remediar?

Apoiando-se neste quadro teórico e analítico, busca-se neste trabalho trazer alguns apontamentos sobre a primeira dessas condições assinaladas, isto é, a sua condição subjetiva e cognitiva, a partir de uma constatação retirada da análise do nosso material: apesar de um olhar crítico sobre a própria situação vivida, exprimindo-se de maneira problemática no que toca ao trabalho, à habitação, à saúde, à vida social, familiar e conjugal e à condição irregular de estadia, diversas situações vivenciadas no cotidiano acabam, ao final, sendo toleradas e os conflitos evitados. Como compreender essas situações? Visando identificar e definir as situações que colocam problemas no cotidiano, com vista à metodologia do trabalho, a pesquisa se inspira na análise de conteúdo das entrevistas (D'UNRUG, 1974), articulando a técnica da análise temática (PAILLÉ e MUCHIELLI, 2016) com a técnica de estudo de casos. Se, de um lado, a análise temática propicia a identificação e a definição das situações dadas pelos próprios atores a partir de uma atenção particular às unidades de significação (*griefs*), de outro lado, os estudos de caso permitem analisar os processos, as dinâmicas e o desencadeamento dos conflitos uma vez emergidos. O quadro abaixo ilustra o exercício de tematização empregado, sem o objetivo de esgotar o assunto em razão da limitação deste trabalho:

Quadro 1 – Tematização dos problemas no trabalho (exemplificativa)			
Esfera do Problema	Tema	Unidade de Significação (<i>griefs</i>)	Trechos da Entrevista
Trabalho na construção	Atrasos e pagamentos parciais dos salários	Problema	<i>A maior parte dos patrões eram brasileiros. Quando eu cheguei na Bélgica, eu comecei a trabalhar para um brasileiro. Eu então trabalhei para um mesmo patrão durante dois anos, mas ele era muito problemático porque os salários eram pagos em atraso. E</i>

			<i>ele não pagava a integralidade dos salários além disso (Entrevista E.17).</i>
	Dificuldade de encontrar trabalho	Dificuldade Perigo Controle	<i>Sim, difícil. Hoje está mais difícil. Sem ter papéis é quase impossível. Está muito perigoso e tem bastante controle [...] (Entrevista E.4)</i>
	Calote do salário	Tensão	<i>[Quais são então seus problemas no trabalho?] Por exemplo, o período onde não encontra trabalho. O fim do ano é por exemplo um período de tensão porque a gente não consegue fazer dinheiro por causa da falta de trabalho. E os pagamentos também [calote do salário] (Entrevista E.4).</i>
	Controle e fiscalização nas obras	Medo Perigo	<i>Eu sempre andei despreocupado aqui, mas as pessoas são desconfiadas porque às vezes na obra e é lá que eu tenho medo. As obras são perigosas porque às vezes o controle chega e a gente precisa se esconder (Entrevista E. 7)</i>
	Controle e fiscalização nas obras	Dificuldade Complicação Desmotivação	<i>O negócio é difícil, você sabe? Porque você está no trabalho, você não está roubando nem matando pessoas. Você trabalha honestamente e você precisa se esconder porque você trabalha? Ah é muito complicado. Isso desmotiva. Você trabalha e precisa se esconder como se você fosse um criminoso. (Entrevista E. 6)</i>
	Calote do salário	Desagrado Dificuldade Frustração Dificuldade	<i>Então eu posso te dizer que eu tive muitas surpresas aqui, boas surpresas e más surpresas. [Pesquisador: quais surpresas?] A surpresa mais desagradável que eu tive foi a questão do trabalho, não do trabalho em si, mas da forma de recompensa do trabalho. (...) Eu vim aqui e a surpresa mais desagradável foi constatar que a gente trabalha e encontra muita dificuldade em relação à remuneração. Muito dinheiro ficou para trás. (...) Mas eu tive a minha primeira frustração quando eu trabalhei e tive dificuldade para receber. Aliás, essa pessoa não vive mais aqui. O outro, o italiano, ainda mora aqui. Então uma parte do dinheiro ficou para trás, outra parte foi parcelada. Que dificuldade! (Entrevista E.1)</i>
	Calote do salário	Complicação Absurdidade	<i>Mas minha história não muda. É sempre a mesma porque é muito complicado para receber, muito complicado. Você trabalha muito. É um trabalho pesado e no fim você não recebe (...) Você contrata alguém para trabalhar e você não paga porque você não quer nem saber se ele come, se ele paga o aluguel. É um absurdo! É um absurdo (Entrevista E.19)</i>

Trabalho Doméstico	Conciliação do trabalho de interna com a vida familiar	Desespero Choro Sofrimento	<i>Me dava um desespero porque eles chegaram [trouxe os filhos e o marido para a Bélgica] e devido ao fuso horário eles ficaram mais dormindo do que comigo. Me deu desespero muito grande, chorei muito na casa da madame. Ela me deixava sair às vezes às 10 horas da noite. Aí eu fiquei mais uns meses e falei para ela, às vezes ela deixava eu ficar em casa um pouquinho. Aí eu falei, não, vou arrumar um serviço de hora porque era muito sofrimento (...) Deus me abençoou e arrumei uma senhora de idade. Sempre trabalhei para pessoas idosas depois disso (Entrevista E. 12).</i>
	Calote do salário	Apertos Tensão	<i>Então a parte assim de procurar emprego eu não tive esta dificuldade. Quando eu comecei com a minha primeira patroa eu não ganhava mal. Eu ganha 1200 euros. Para alguém que tinha acabado de chegar e não sabia a língua e não sabia nada. Então essa parte de dificuldade financeira que muita gente tem eu não posso dizer que eu tive. Tive sim alguns apertos na época que teve a Brasil-Euro [caso Brasil-Euro, envolvendo uma empresa condenada por fraude fiscal e social que contratou muitas brasileiras no serviço de limpeza]. Porque eu ia receber na semana seguinte da Brasil-Euro, então todo o meu dinheiro que eu tinha eu mandei para o Brasil. Foi minha patroa nesta época que me ajudou muito (...) e nessa época foi tenso porque a gente não sabia o que a polícia ia fazer, se só ia ficar lá com o pastor ou se vinham atrás da gente também (...). Mas foi uma época meio complicada. Esse negócio de quando você chega e ficar com medo de polícia o tempo inteiro é difícil. Mas graças a Deus não vieram atrás da gente e ficaram só lá no pessoal. (Entrevista E.10).</i>
	Controle e Fiscalização no Trabalho	Complicação Medo Dificuldade	

	Humilhações	Humilhação Xingamento Tensão Grito Complicação Confusão	[E quais foram os teus problemas?] <i>Foi aguentar os portugueses. O problema maior que eu tive foi esse, foi aturar eles. (...) Os portugueses assim, em questão do trabalho não teve problema não porque não é um trabalho muito cansativo. Você faz prédio, escada, leva lixo na poubelle em cave e tudo, mas não é uma coisa muito cansativa (...) E os próprios patrões mesmo humilham muito, xingam a gente muito, grita demais, muita fofoca e muito leva e traz. Então, a parte do trabalho era boa, pagava direitinho e tudo. Mas a parte da cabeça da gente, a gente fica o tempo inteiro de tensão. O que vai vir desta vez? Por um copo de água que colocou aqui e não colocou aqui já virava uma tempestade, sabe. Então era complicado lá no serviço, é isso. Essa fofocaiada, os patrões arranjando confusão entre um e outro. (Entrevista E.10)</i>

Exprimindo-se em termos de problemas, de conflitos, de dificuldades, de tensões, de complicações, de frustrações, de absurdos, de sofrimento, de medo... busca-se então compreender diversas situações que, embora problemáticas na sua definição, em razão das ofensas e problemas que elas exprimem, acabam aceitas e não se manifestam sob a forma de um conflito aberto.

3.1. Uma hipótese provocativa: o contexto mais amplo de indiferença social

Nossa ambição, neste trabalho, é de trazer alguns apontamentos sobre esta questão com um foco especial nos antecedentes das disputas. Nas palavras de Felstiner, Abel e Sarat, “os antecedentes das disputas são tão problemáticos e interessantes quanto as disputas que podem emergir em última análise” (FELSTINER, ABEL e SARAT, 1980-1981, p. 633). Chamando a nossa atenção para uma compreensão acerca da capacidade das pessoas de suportar e tolerar a dor e a injustiça, estes autores vão ver na tolerância das situações a consequência de um processo falho na percepção das situações ofensivas, isto é, de uma experiência de injúria não percebida (*unperceived injurious experience*). São questões interessantes que visam dar conta das situações em que a indignação, as ofensas e

os sentimentos de injustiças não surgem tanto como resultado de ofensas percebidas pelos indivíduos e pelos grupos sociais, mas residem na “capacidade” de suportá-las.

Nesta linha, em 1970, Moore Junior já se questionava sobre a “impressionante capacidade humana de suportar o sofrimento e o abuso por mais trágico que este seja” (MOORE JR., 1987, p. 32). Tomando o exemplo do ascetismo, da casta dos intocáveis na Índia e dos prisioneiros dos campos de concentração, generalizando para a questão carcerária, desenvolve-se um questionamento se perguntando por que os indivíduos aceitam posições desvalorizadas e legitimam seu próprio status inferior, assim como as obrigações a ele associadas. Trata-se, para o autor, de um processo complexo que leva os indivíduos a colaborarem e a aceitarem moralmente a opressão e o próprio sofrimento, a ensinar uns aos outros e ensiná-los a si mesmos a atribuir um valor inferior ao seu trabalho, a aceitar a dor e a degradação como moralmente justificados. Sociedades inteiras podem, em certas épocas, transmitir uma ética da submissão (MOORE JR., 1987, p. 79-80).

É, nesta esteira, que Anne Vicent-Buffault (2009) abordou mais recentemente o problema da indiferença social e as formas particulares que ela toma na história. Para esta autora, nós estamos lidando com uma história paradoxal da nossa sensibilidade na medida em que estamos atualmente cada vez menos prontos para suportar a dor e o seu espetáculo, embora onipresente, o que coexiste com uma indiferença alimentada pelo desejo de segurança, de medo e de ignorância. Entretanto, a indiferença e a apatia são feitas de emoções que manifestam o “horror, desespero, cólera e frustração, essencialmente ligados ao sentimento de impotência interiorizado ao qual não nos aclimatamos” (VINCENT-BUFFAULT, 2009, p. 26), mas que pode ficar na invisibilidade por falta de poder tomar uma linguagem própria para lhes fazer sair da indiferença, mesmo exercendo-se “próximo dos olhares evitados e das situações de reprovação que vivem as pessoas, por exemplo os sem-teto, os clandestinos” (*Ibid*, p. 30).

Para Christophe Dejours, tomando a problemática particular do trabalho como fonte principal de injustiça e de sofrimento, uma transformação qualitativa estaria se operando na sociedade, ou seja, “uma evolução das reações sociais ao

sofrimento, à infelicidade e à injustiça. Evolução que se caracterizaria pela atenuação das reações de indignação, de cólera e de mobilização coletiva para a ação em favor da solidariedade e da justiça...” (DEJOURS, 2009, p. 26). É a indignação e a raiva face à injustiça e ao sofrimento que se encontram na origem do conflito, e que parece ao autor em falta atualmente em razão de um processo de banalização do mal, favorecendo “a tolerância ao mal e à injustiça, processo graças ao qual se faz passar por uma infelicidade o que pertence de fato ao exercício do mal cometido por alguns contra outros” (*Ibid*, p. 23). Para Dejours, desde os anos 1980, o mundo do trabalho foi marcado pela implementação de novos métodos de gestão, acarretando não somente as demissões massivas e a brutalidade nas relações de trabalho, como também o desmantelamento dos direitos trabalhistas e das conquistas sociais.

Neste contexto, pergunta o autor, por que as pessoas (*les braves gens*) aceitam os “trabalhos sujos”, por vezes com tanto zelo? A resposta não estaria nem nas perspectivas racionalistas, nem criminológicas e psicopatológicas, mas naquilo que o autor vai chamar “a valorização do mal”, traduzida pela tolerância, pela falta de denúncias, pela colaboração a situações injustas e sofridas, pela intensificação e discriminações no trabalho, pela manipulação da ameaça e da chantagem, etc. Operando-se pela negação da realidade e por estratégias defensivas que vão se exercer na própria percepção do problema, o enigma fundamental consiste na compreensão deste processo da banalização “graças ao qual se pode formar tropas de colaboradores e de pessoas aquiescentes a partir de uma população de bravas pessoas que dispõem, indubitavelmente, de um senso moral” (DEJOURS, 2009, p. 183).

3.2. A precarização a serviço do paternalismo/maternalismo e as lógicas de aceitação dos problemas e de evitamento dos conflitos

Embora a hipótese de um contexto mais amplo marcado pela indiferença social seja interessante, servindo como uma provocação intelectual, já que interroga diretamente um contexto social feito de indiferença, influenciando na

percepção e na definição dos problemas, gostaríamos de trazer nossa reflexão para o contexto particular da imigração irregular, notadamente no que concerne aos problemas encontrados no trabalho, tanto por brasileiros quanto por brasileiras entrevistados, chamando em especial a atenção para as relações de tipo paternalistas/maternalistas que tendem a se instaurar nas lógicas de percepção das situações vivenciadas. Ou seja, relações de dependência pessoal e de gratidão que vão influir na percepção da própria situação e, por conseguinte, dos próprios problemas e conflitos, fortemente induzidas pela situação de precarização econômica na qual se encontram e pela situação irregular de estadia na Bélgica.

Neste país, são diversos os seus trabalhos: a limpeza das propriedades; o cuidado das crianças e das pessoas idosas; o tratamento de cavalos nos haras no interior do país; o serviço em cafés e restaurantes; o serviço de corte, de penteio, de maquiagem e pedicure/manicure em clientes nos salões de beleza ou à domicílio; a prostituição nos “cafés”; o serviço de massagem em clientes; a construção e renovação de propriedades públicas e privadas; o serviço de segurança privada em estabelecimentos comerciais; a venda de bolos, de doces e de salgados sob encomenda, dentre outros trabalhos. Contudo, é principalmente no serviço doméstico, confundindo-se às vezes com o cuidado de crianças e de pessoas idosas (*carework*), e no trabalho da construção civil, de onde se obtêm, informalmente, as principais fontes de renda na Bélgica.

Trata-se de setores da economia belga que se beneficiam de um aporte considerável da mão-de-obra estrangeira e irregular e que participam, atualmente, do processo mais amplo de flexibilização do trabalho e de redução de custos da produção. Em alguns segmentos do mercado de emprego belga, como notam Martiniello *et al.* (2010), a utilização da mão-de-obra irregular é estrutural e as necessidades de flexibilidade foram sentidas de maneira notável nas estratégias empresariais, favorecidas pela constituição de verdadeiros “nichos étnicos” no interior das cadeias de recrutamento do trabalho. Na era pós-fordista, aponta Andre Rea, são as relações entre salarizados e entre estes e os sindicatos que estão abaladas pelas práticas de terceirização (*sous-traitance*), pela precarização e pelas divisões étnicas. Assim, o emprego da mão-de-obra irregular “permite associar a

precariedade do emprego e a precariedade da estadia, e com isso assujeita cada vez mais os trabalhadores a seus empregadores” (REA, 2008, p. 39). O paternalismo, define Jounin:

É um modo de engajamento no trabalho que nega o contrato e recusa a intrusão do Estado nas relações de trabalho. Ideologicamente, ele se apresenta como uma relação paternal, de ordem doméstica (quer dizer estatutária e hierárquica), em que o subordinado é obrigação do mestre, enquanto que o mestre se coloca como o protetor de seu obrigado. É uma relação cativa em que se constrói um sistema de obrigações mútuas (JOUNIN, 2006, p. 428).

Constituindo-se como um contexto favorável ao desenvolvimento de relações de tipo personalistas no âmbito das relações de trabalho, em diversas situações os patrões e as patroas vão se afirmar na qualidade de verdadeiros protetores de seus empregados, como sendo aquele ou aquela que não vai jamais deixar faltar trabalho, por mais duro que ele seja. Uma situação que se torna ainda mais complicada quando o(a) empregador(a), além de fornecer o trabalho, fornece a habitação. Assim, por detrás de relações paternalistas, escondem-se ligações sutis de dependência e lógicas de favores geradoras de sentimentos de gratidão, de afetos e de medo que podem favorecer a aceitação dos problemas vivenciados e o evitamento de conflitos.

Como escrevem Morice et Potot, normalmente, em nome de uma origem comum (étnica) ou de uma solidariedade que se constrói para fazer face aos controles do Estado (*foudres*), “o candidato à imigração ou à instalação durável fica obrigado a entrar em um processo de submissão [*asservissement*] que buscará, ao contrário, fazer-lhe passar como um serviço prestado” (MORICE e POTOT, 2010, p. 19). Neste sentido, Jounin (2006) sugere que longe de uma figura acabada do salariado moderno, o paternalismo é um elemento de seu funcionamento porque é, notadamente, em torno dos excluídos da ordem contratual que se edificam dominações do tipo paternalista.

Caso 1. J. F. [que chamaremos João], 59 anos, chegou na Bélgica no ano de 2006. Casado, pai de 4 filhos, seu João diz ter migrado para a Bélgica pelo fato de ter na época dois irmãos que viviam neste país, um deles há 17 anos, embora a intenção inicial tenha sido os EUA. Três dias após a

sua chegada, conseguiu trabalho na construção. “Ele vinha da mesma cidade que a minha e quando ele descobriu que eu estava aqui ele veio me procurar. Ele era o patrão dos membros da igreja”. Não tendo jamais trabalhado na construção, já que no Brasil passou trinta anos no transporte de leite para uma cooperativa e no trabalho no campo, seu João diz ter aprendido sem dificuldade o *métier* na medida em que toda a vida teve que lidar com o trabalho duro. “Na Bélgica, o serviço de *plafonnage* [estucagem] é pesado porque é muro. É preciso fazer um muro, do concreto. É por isso que eu não tive dificuldades”. Como ajudante de obra, seu João recebia 50 euros por dia para trabalhar de 10 a 12 horas diárias. “E tem gente que paga até 30. É de 30 a 50 o normal. Eles **aproveitam** que a pessoa não sabe nada. Agora, depois que aprende a trabalhar é outra coisa, é 10 euros a hora no mínimo”. Seu João fala que trabalhou por um ano como ajudante de pedreiro “e o cara me pagando 50. **Mas não me importei porque o cara estava me dando serviço**, não pedi aumento nem nada porque eu fiquei satisfeito, porque eu conversei com ele para dar **serviço para os meus meninos e ele deu** [trouxo posteriormente a esposa e dois filhos para a Bélgica]. Eu fiquei satisfeito, entendeu? Tem que ter sorte também, entendeu? (Caso elaborado a partir da entrevista E.17 – o destaque é nosso)

Caso 2. D.F. [que chamaremos de Márcio], 27 anos, casado, pai de três filhos, dois deles nascidos na Bélgica, chegou neste país em 2006. “Meu pai chegou e através do meu pai a gente veio. E tudo depois daí o meu pai arrumou serviço junto com ele para mim e meu irmão”. Desde que chegou na Bélgica, Márcio sempre trabalhou na construção. No Brasil, ele era proprietário de uma Lan House, vendida para cobrir os custos da viagem. Embora não conhecesse nada do trabalho na obra, acabou rapidamente aprendendo a profissão, tendo inclusive assumido a posição de chefe de equipe desde o início, recebendo em média 12,50 euros a hora. “Toda a vida aqui eu fui chefe de equipe. Éramos 4, 5, 7 e era eu que dava as ordens”. De uma forma geral, relata não ter tido grandes problemas no trabalho, tendo inclusive “deixado as portas abertas com cada patrão que passou”, exceto com um patrão português em razão do calote do salário que ele, seu pai e seu irmão vão ser vítimas e que vai acabar em um conflito aberto, radicalizando-se pela violência [golpe de canivete na barriga do patrão] e no envolvimento da justiça penal, de advogados e de associações no caso. “Para cada um ele deve 4.600 euros, dois meses que trabalhamos para ele. **Tudo o que fizemos por ele e ele não quis nos pagar (...)** Ele, ele nos **ameaçava** sempre que os brasileiros que não têm papéis não têm direitos, que era preciso bater nos brasileiros para que eles trabalhem. Uma conversa de louco. Ele nos ameaçava sempre assim. Ele chegava cedo na garagem e já fazia seu sermão. [Ele dizia o quê?] Que tinha que ser do seu jeito. Às vezes colocava a cadeira aqui, mas não, a cadeira deve estar lá. Ele não aceitava nada. Ele nos ameaçava de manhã, fazia seu discurso, só contava merdas. **Grosseiro!** Ele não tinha educação para falar com as pessoas. Meu Deus, ele fazia cada coisa que você não podia imaginar”. Márcio conta que trouxe muita gente para trabalhar para ele, imaginando ser “alguém digno e respeitador dos direitos”. Inclusive, Márcio narra que o patrão sempre dizia apreciá-lo muito e prometia que no dia que “teus filhos ficarem doentes eu os levarei ao hospital”. “O cara me apreciava tanto e fazer o que ele fez” (...) **E a gente trabalhou muito para ele, muito. Era uma consideração com ele, todo mundo sabia. A gente só ficava em casa no domingo e ele fez isso com a gente**” (Caso elaborado a partir da entrevista E.6 – destaque nosso).

É na articulação da precariedade jurídica, induzida pelas políticas migratórias restritivas e criminalizadoras, e da precariedade econômica, colocando-se ambas ao serviço das formas de submissão ao trabalho, que os problemas são sentidos em grande medida. Sob este aspecto, seguindo Alain Morice, as leis de imigração se colocam ao serviço de uma reativação do paternalismo no trabalho, configurando-se por um processo de endividamento dos trabalhadores que fazem com que “o emprego se faça mais precioso e o preço diminua” (MORICE, 2007, p. 163). São relações que se observam, por exemplo, no setor da construção através das suas cadeias de terceirizações na medida em que a noção de culpa, ligada ao status, alimenta o medo e a culpabilidade no trabalhador, favorecendo ainda mais as relações personalistas:

Quando este tipo de recrutamento (*mise au travail*) se efetua através de redes que tiram coesão e eficácia ao mesmo tempo da ilegalidade e do sentimento de pertencimento étnico, torna-se difícil fazer-lhe uma resistência em nome do direito contratual. Ainda menos uma resistência moral porque sempre volta o duplo problema do medo e da dívida: dívida àquele que fornece trabalho, medo de ser expulso. Sob este ponto, o sistema de recrutamento (*embauche*) que existe nos terceiros da construção bem remete ao espírito do paternalismo, diferindo em um ponto essencial: é da desestabilização do operário que ele tira a sua força, mesmo que esta avance ocultada atrás da ideia de uma comum solidariedade (MORICE, 2007, p. 164).

Na esteira de Dejours, Morice (2007, p. 165) formula a hipótese da emergência de um sistema de defesa que se traduz pela negação de uma realidade sobre a qual os trabalhadores em situação irregular de estadia não têm controle. A “dívida moral”, então traduzida em termos de expressão de gratidão e de relações pessoais, influi na percepção e nas representações dos problemas, favorecendo lógicas de aceitação e de evitamento dos conflitos no trabalho. Agindo na própria percepção da situação, o paternalismo faz com que a situação, embora definida e sentida de alguma forma como problemática pelos trabalhadores, acabe bastante colorida pelo viés do apoio recebido, dos serviços prestados, dos presentes recebidos, dos empréstimos de dinheiro, do alojamento “oferecido”, das promessas de regularização da estadia... Manifestando-se, de alguma forma, na figura de um

tipo protetor, assegurando a sobrevivência graças ao “trabalho duro”, como também as “possibilidades” de permanência na Bélgica, a dependência induzida por esta condição tem a força de regimentar o trabalhador em uma relação de fidelização, de lealdade e de gratidão, fundada na assistência, no favor e na proteção, da qual não se pode reclamar muito:

*Caso 3. J. [o qual chamaremos de Miguel], 37 anos, reside irregularmente na Bélgica há 10 anos. Tendo residido anteriormente em Portugal por 1 ano e 6 meses, em 2001, quando trabalhava como segurança em uma boate privada em Lisboa, “eu arrumei um português que ia lá direto, que eu trabalhei como segurança de boate e aí o cara morava aqui, tinha um café e ele vivia me convidando e de lá eu vim para cá em 2002, mais ou menos isso”. Na sua chegada na Bélgica, foi trabalhar para esse português com o qual permaneceu até ser deportado três anos depois. Além do trabalho, o apartamento “foi até o meu primeiro patrão que alugou. Como eu saí dele eu fui obrigado a sair. [Ele pediu para você sair?] Pediu, só que era eu quem pagava, mas como estava no nome dele eu tive que sair” (...). Quando foi deportado em 2005, Miguel permaneceu no Brasil por 4 meses, tendo voltado para a Bélgica por insistência do patrão que inclusive comprou as suas passagens aéreas. “E ele mandou e eu voltei. Hoje ele é quebrado. Hoje ele **só fez asneira na vida** e vive de favor, **dá até dó**. Esse é aquele que **eu queria dar um pau** no início porque quando eu saí dele, ele não quis me pagar os últimos meses, os últimos dois meses. Foi esse mesmo” (...) Miguel narra que lutou durante 3 anos com o patrão para conseguir a regularização, os papéis: “só que aí eu falo assim que as pessoas não são transparentes. Eu lutei 3 anos com ele para ele me dar os papéis e ele nunca fez nada por mim. E aí até quando eu fui deportado. Mas eu já vim com emprego arrumado. Assim eu não sofri na Bélgica, não sofri, não posso dizer olha eu penei. Nunca ganhei menos de 50 euros por dia, graças a Deus”. [E você não chegou a pensar em denunciar o português?] **Eu jamais denunciaria ele porque como eu te disse ele me deu a mão. Foi ele quem me trouxe para aqui. Apesar de que ele não me pagou os dois últimos meses, mas ele sempre pagou antes. Me deu abrigo, comida, casa, dormida. Isso eu dou muito valor** (Caso elaborado a partir da entrevista E.2 – destaque nosso).*

O registro em termos de favor e de ajuda, exercendo-se sobre a percepção mesma das situações, manifestando-se em lealdades, afetos e sentimentos de dependência econômica, veste-se de gratidão pela oportunidade oferecida e pela confiança dada, reforçando o estabelecimento de relações leais. Contudo, como observam Damien e Lazzeri (2006, p. 8), “no coração da confiança se coloca em permanência o risco de uma dependência e o jogo de uma dominação: sempre submetida a sua revogação potencial, a confiança contém nela a possibilidade

mesma do conflito”. No seu estudo sobre os *ferrailleurs* da construção civil na França, nota Jounin que os setores que conhecem uma mercantilização expansiva da mão-de-obra, também conhecem e colocam em prática fidelizações seletivas e informais, lealdades pessoais e o recobrimento da relação de trabalho por ligações pessoais, familiares e étnicas. “É a recriação de proteções pontuais, de privilégios, de confianças mútuas entre indivíduos, enfim por todo tipo de derrogações práticas ao direito comum da mercantilização da força de trabalho” (JOUNIN, 2006, p. 399).

São formas de dependência que vão se inscrever no interior de relações étnicas e linguísticas, sobretudo na chegada na Bélgica, momento em que os contatos sociais são mais restritos e a língua coloca problema na busca de trabalho, mesmo que tenda no futuro a diversificar a rede de recrutamento, engajando os trabalhadores e trabalhadoras em uma relação de fidelização que lhes constrange fortemente a aceitar o primeiro trabalho que aparece e a conservá-lo, mesmo que difícil e problemático, mas que confere uma “certa proteção” em vista do desemprego. O recrutamento por indicação que se estrutura sob a forma de “apadrinhamento” e de cooptação, é um fator nos mecanismos de percepção das situações vivenciadas, através do qual as lógicas de fidelização e de lealdades, subjacentes às relações paternalistas, reforçam uma “obrigação moral”. Como destaca Jounin, um “salariado introduzido por um próximo não coloca somente em perigo o seu lugar e sua face, mas igualmente aquelas do próximo que, mais ou menos com força, colocou-se como fiador de seu comportamento: um homem introduzido vale duas lealdades engajadas” (JOUNIN, 2006, p. 424).

O contexto de proximidade das relações reforça, dessa forma, o verniz do paternalismo e do maternalismo, como é também o caso do trabalho doméstico. Sob este ponto, Judith Rollins (1985) vê na relação de trabalho, estabelecendo-se entre a trabalhadora doméstica e sua patroa, uma característica típica do maternalismo, diferenciando-se de um paternalismo fundado na autoridade patriarcal. As mulheres, diz esta autora, foram empregadoras de domésticas desde o século XIX e isso teria instituído uma relação distinta daquela que se observa com empregadores, caracterizando-se por uma dinâmica feminina e íntima no interior

de uma “relação de uma forma distintamente feminina” (*a relationship in distinctively feminine way*). Assim, o paternalismo se diferencia do maternalismo sob alguns aspectos:

[O paternalismo] é um aspecto de uma base de poder política-econômica-ideológica, o aspecto que se relaciona com a troca de proteções patriarcais por serviço e lealdade; maternalismo, por outro lado, é um conceito relacionado aos papéis de suporte intrafamiliar de nutrir, amar e assistir as necessidades afetivas (ROLLINS, 1985, p. 179).

Inscrevendo-se em um contexto de relações de proximidade e de intimidade, o próprio trabalho doméstico carrega em si a força de afetar a percepção da situação a partir de formas e de arranjos medidos “mais em termos de qualidade do relacionamento do que em aspectos práticos do trabalho” (ROLLINS, 1985, p. 185). Neste caso, a ênfase é dada nos afetos e nas emoções como um meio para melhor controlar as trabalhadoras domésticas e assegurar a posição de mando. Contudo, é preciso distinguir as situações de trabalho vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas e as relações de proximidade que se estabelecem na medida em que: o “trabalho de diarista”, fazendo a limpeza para diversos empregadores durante a semana, e o trabalho de limpeza de escritórios e estabelecimentos comerciais, diferem, afetivamente, do “trabalho de interna” para uma mesma família, com ou sem crianças. Neste caso, de preferência caracterizado por um cotidiano feito de compartilhamentos, de intimidade e de confiança, em que as identidades, como nota Helma Lutz, constroem-se através de uma relação de trabalho personalizada, enfatizando lealdade e dependência mútua, ou seja, um trabalho não somente “exigente técnica e fisicamente”, como também “emocionalmente carregado” (LUTZ, 2011, p. 75).

Caso 4. M. [que chamaremos de Aline] tem 46 anos. Ela reside na Bélgica, juntamente com os dois filhos há 9 anos, tendo-os primeiramente deixado no Brasil, com a avó, durante 3 anos até conseguir reunir a família na Bélgica. “Eu fiquei sem eles, porque minha mãe morreu, depois de 3 anos que eu estava aqui. Porque eu **sofri** muito aqui Bruno [dirigindo-se ao pesquisador em lágrimas], muito!”. Aline relata que foi na Bélgica que teve que trabalhar pela primeira vez, “aqui na Bélgica eu tinha que ralar”, já que no Brasil cuidava da casa até o falecimento do marido.

Inclusive acha que migrou para a Bélgica para esquecer e fugir deste problema. Com 6 meses que estava na Bélgica foi deportada após um controle de ticket na linha de transporte do *Tram*, ocasião em que pôde ver sua mãe pela última vez antes da sua morte. Narra que na sua chegada ficou 6 meses sem conseguir trabalho. “Porque por fim **eu fui morar na casa de uma portuguesa que trabalhava na Representação de Portugal e eu olhava o neto dela por 10 euros por dia. Eu fazia tudo. Ela foi muito boa para mim.** E depois de tudo isso, depois que meus filhos vieram, eu nunca fui ver ela. Ela foi muito boa, **uma mãe para mim**”. Tendo trabalhado em cafés, no momento em que se desenrolou a entrevista, fazia “5 anos, até a semana passada, que eu trabalhei 5 anos no mesmo lugar”, no bairro do Uccle em Bruxelas, “na casa privada de gente riquíssima, riquíssima, riquíssima”, na qual Aline “fazia de tudo”. Muito embora nossa entrevista tenha abordado, sobretudo, a situação de violência conjugal que ela vivenciou com um companheiro belga, e que ainda vivenciava, perguntada sobre outros problemas encontrados durante os 9 anos na Bélgica, Aline destaca o trabalho. “Sim, Bruno. **O trabalho as pessoas aproveitam muito da gente. Você não tem papel.** Esse último trabalho agora é [hesitação]. Eu decidi e eu respondi mal porque eu disse para ela [patroa]. E ela me disse assim: toda a vida você falou para mim que ia ter o papel. E eu disse: eu nunca disse isso! Ah que o seu filho ia casar e que você ia conseguir os papéis. Eu nunca disse isso. Mas eu disse: olha aqui, eu nunca disse isso e você? O que você fez por mim? **Eu não posso reclamar dela, de jeito nenhum. Os presentes, as coisas que ela já me deu. Só coisa boa. Eu não posso reclamar dela. Eu fui e falei para ela: você também poderia ter me ajudado. Só que quando eu falei assim, eu bati com a mão na mesa. Não podia ter falado assim também né? Por que eu não pensei? Mas a gente esgota, Bruno, de sofrer, de sofrer, entendeu?** (Caso elaborado a partir da entrevista E.8 – destaque nosso)

Caso 5. N. L. [a qual chamaremos de Gisele], 26 anos, reside irregularmente na Bélgica há 6 anos. Foi um amigo brasileiro, que era cavaleiro em um Haras no interior da Bélgica [cidade de Namur], que a convidou a migrar. “Ah, eu vou já que eu não tenho serviço ele falou que vai me emprestar o dinheiro, eu vou. Aí eu vim e cheguei aqui e fui morar com ele e eu fui trabalhar num haras e cuidar de cavalos. Adorei a experiência e aí eu trabalhei lá durante 1 ano e **ganhava uma mixaria demais** e fiquei um tempo por lá. Aí eu e ele começou a não dar certo e eu vim embora pra Bruxelas e vim morar na casa de uma colega que eu conhecia por outras pessoas também”. Em Bruxelas, Gisele começou a trabalhar nos serviços de limpeza “daquele jeito, tudo **muito difícil, correndo da polícia** e se escondendo toda vez que falava: vai ter um controle. Todo mundo e nem eu ia trabalhar. Era muito difícil”. Gisele relata que trabalhou na limpeza para uma patroa, mas acabou ficando **durante 3 anos com a antiga patroa, “muito boa para mim e é minha amiga até hoje. Só que ela teve que me mandar embora porque eu não tinha documento, do mesmo jeito que era nos outros lugares. E ela ficou muito triste e eu fiquei muito triste e aí eu fiquei**

magoada e briguei com ela um tempo por causa disso (Caso elaborado a partir da entrevista E.14 – destaque nosso).

Inscribendo-se, muitas vezes, em expressões de amizade e de “parentesco”, opera-se um deslocamento suscetível de agir na percepção da situação de trabalho em razão das emoções e dos afetos ancorados, baseando-se nas lógicas de proteção, confiança, fidelidade, gratidão e dependência capazes de influir na aceitação dos problemas e no evitamento dos conflitos. Com efeito, o quadro no qual se inscreve a relação de trabalho doméstico e irregular é ambíguo, já que bastante colorido por expressões de afeto, de amizades e de proximidades das relações de trabalho, no interior de um “esquema de família emocional”. Neste quadro, somente as ofensas morais (*griefs*) e as humilhações sentidas no cotidiano têm a força de romper com esse esquema, dando ensejo à emergência de conflitos e às constantes mudanças de trabalho (*turnovers*).

A degradação e a ruptura dessas relações impõem importantes custos aos trabalhadores da construção civil e às trabalhadoras domésticas, não somente materiais, mas também emocionais, assim como representam a perda de uma certa forma de “proteção” que asseguravam os patrões. O rompimento da retórica igualitária e do esquema de família emocional que as ofensas (*griefs*) manifestam, expõe os trabalhadores à sua “miséria da posição” (BOURDIEU, 1993), revelando a precariedade na qual se encontram, a assimetria de poder nas relações de trabalho e as lógicas de dominação maternalistas e paternalistas. Para Lutz, fazendo referência ao trabalho doméstico, mas que podemos estender ao trabalho na construção civil, “como esta relação de emprego é marcada pela pessoalidade, ela pode a qualquer momento se tornar precária” (LUTZ, *op. cit.*, p. 75).

4. Considerações finais

A centralidade que foi largamente dada, nesta discussão, aos problemas, aos conflitos e às disputas na esfera do trabalho, enfatizando alguns aspectos das lógicas de aceitação dos problemas e de evitamento dos conflitos, no âmbito do trabalho na construção civil e na domesticidade, é devida, em parte, ao fato do

trabalho se constituir como um problema de importância capital nos testemunhos recolhidos na pesquisa. Por outra parte, é devido ao fato dele se colocar como um aspecto fundamental na constituição das identidades sociais. Trata-se, muito embora preferimos não tratar disso neste trabalho, visto a sua limitação, de lógicas que se notam também em outras esferas de vida com respeito à saúde, à habitação e às relações familiares e amorosas, acentuando formas de dependência e de “proteção pessoal”, a exemplo dos problemas conjugais. São questões que pretendemos abordar em trabalhos posteriores.

Por ora, o objetivo foi trazer alguns apontamentos sobre os antecedentes das disputas, abordando o “destino” de diversas situações sociais encontradas na pesquisa que, embora se definindo de maneira problemática pelos próprios atores entrevistados, acabam sendo aceitas e toleradas no cotidiano. Mesmo que possamos admitir, de maneira provocativa, a hipótese de um contexto mais amplo de recrudescimento da indiferença social, de banalização das injustiças e do sofrimento, tomando aspectos de uma legitimação moral suscetível de agir sobre a percepção dos próprios problemas, é principalmente em relação ao contexto particular de precarização, induzido pela condição econômica e de estadia irregular na Bélgica, permeadas por relações de lealdade e de dependência reveladoras do paternalismo/maternalismo, uma das chaves para uma melhor compreensão das lógicas subjacentes de aceitação dos problemas e de evitamento dos conflitos do trabalho.

Referências

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ADAM, I.; MOHAMED, N. B.; KAGNÉ, B.; MARTINIELLO, M. e REA, A. **Histoires Sans-Papiers**. Bruxelas: Editions Vista, 2002.

ALVES, H. A. **L’immigration des Brésiliens Sans Papiers à Bruxelles. Au-delà des raisons économiques**. Mémoire d’Etudes. Université Catholique de Louvain. Faculté Ouverte de Politique Economique et Sociale, 2005.

BECKER, H. S. (ed). **Social Problems: a modern approach**. New York: John Wiley & Sons, 1967.

BECKER, H. S. **Les Ficelles du Métier**. Paris : La Découverte, 2002.

BOUAMAMA, S. (ed.) **La République à l'Ecole des Sans-Papiers**. Paris : L'Harmattan, 2008.

BOURDIEU, P. (dir.) **La Misère du Monde**. Paris: Editions du Seuil, 1993.

BRION, F.; REA, A. ; SCHAUT, Ch. E TIXHON, A. (eds.) **Mon Délit ? Mon Origine. Criminalité et Criminalisation de l'Immigration**. Bruxelles : De Boeck & Larcier, 2001.

DAMIEN, R. E LAZZERI, Ch. (coord.) **Conflit, Confiance**. Paris : Presses Universitaires de France, 2006.

DAVOUDIAN, Ch. (ed.) **Mères et Bébés Sans-Papiers**. Toulouse : Éditions Érès, 2012.

DEJOURS, Ch. **Souffrance en France**. La banalisation de l'injustice sociale. Paris: Editions du Seuil, 1998.

DESLAURIERS, J.-P. A Indução Analítica. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J.-P.; GROULX, L.-H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R. e PIRES, A. P. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, pp. 337-352.

D'UNRUG, M.-Ch. **Analyse de contenu et acte de parole**: de l'énoncé à l'énonciation. Paris: Editons Universitaires, 1974.

FASSIN, D. e MORICE, A. Les épreuves de l'irrégularité: les sans-papiers, entre déni d'existence et reconquête d'un statut. In, SCHNAPPER, D. **Exclusions au Cœur de la Cité**. Paris : Ed. Economica, 2001, pp. 263-309.

FELSTINER, W. L. F.; ABEL, R. L. e SARAT, A. The emergence and transformation of disputes: naming, blaming, claiming... In, **Law & Society Review**, vol. 15, n. 3/4, 1980-1981, p. 631-654.

FREITAS, A. e GODIN, M. Carrières migratoires des femmes latino-américaines dans le secteur de la domesticité à Bruxelles. In: **Revue Européenne des Migrations Internationales**, vol. 29, n. 2, 2013, p. 37-55.

GODIN, M. Domestic Work in Belgium: Crossing Boundaries Between Informality and Formality. In, TRIANDAFYLIDOU, A. **Irregular Migrant Domestic Workers in Europe**. Wey Court West: Ashgate, 2013.

HAYEZ, J.-Y. Enfants et Adolescents Sans Papiers. In, PICKELS, A. (ed.) **A la Lumière des Sans-Papiers**. Bruxelles: Editions Complexe, 2001, p. 61-70.

HUMAN RIGHTS WATCH. “La loi est contre moi”. **Accès des femmes migrantes à la protection contre la violence intrafamiliale en Belgique**, 2013. Relatório Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/belgium1112frForUpload.pdf>. Acesso em 20/09/2020.

JAMOULLE, P. e MAZZOCCHETTI, J. **Adolescences en Exil**. Louvain-La-Neuve: Editions Academia-L’Harmattan, 2011.

JOUNIN, N. **Loyautés Incertaines. Les travailleurs du Bâtiment entre Discrimination et Précarité**. Tese de Doutorado em Sociologia. Université Paris-Diderot – Paris VII, 2006.

JOUNIN, N. **Chantier Interdit au Public. Enquête Parmi les Travailleurs du Bâtiment**. Paris: La Découverte, 2009.

KAGNÉ, B. Sans-Papiers en Belgique. Éléments d’analyse d’une catégorie sociale à facette multiples. In: PICKELS, A. (ed.) **A la Lumière des Sans-Papiers**. Bruxelles: Editions Complexe, 2001, pp. 41-59.

KRIESBERG, L. **Constructing conflicts: from escalation to resolution**. New York/Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

LUTZ, H. **The New Maids. Transnational women and the care economy**. New York/London: Zed Books, 2011.

MARTINIELLO, M.; REA, A.; TIMMERMAN, C. e WETS, J. **Nouvelles Migrations et Nouveaux Migrants en Belgique**. Gent: Academia Press, 2010.

MENJIVAR, C. e SALCIDO, O. Immigrant Women and Domestic Violence: Common Experiences in Different Countries. In: **Gender and Society**, vol. 16, n. 6, 2002, pp. 898-920.

MOORE JR., B. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MORICE, A. **Recherches sur les paternalisme et le clientelisme contemporains: methodes et interpretations**. Mémoire pour habilitation à diriger des recherches. École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2007. Disponível em: http://reseau-terra.eu/IMG/pdf/Morice_2000_HDR.pdf. Acesso em 06/06/2022.

MORICE, A. e POTOT, S. Travailleurs étrangers entre emancipation et servitude. In: MORICE, A. e POTOT, S. (eds.). **De l'ouvrier immigré au travailleur sans papiers**. Paris: Editons Karthala, 2010, p. 5-21.

ORGANISATION INTERNATIONALE POUR LES MIGRANTS (OIM). **Assessment of Brazilian Migration Patterns and Assisted Voluntary Return Programme from Selected Member States to Brazil**. Research Report (September 2007- February 2009).

PAILLÉ, P. e MUCCHIELLI, A. L'Analyse Thématique. In: **L'analyse qualitative em sciences humaines et sociales**. Paris: Armand Colin, 2016, p. 235-317.

PEDROSO, L. E. V. **O Recente Fenômeno Imigratório de Nacionais Brasileiros na Bélgica**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

PEREIRA, M. **Brasileiros Récem-Chegados na Bélgica: Percorso entre Direitos e Estratégias de (Sobre)Vivência**. In: Abraço ASBL, julho de 2008.

PLATFORM FOR INTERNATIONAL COOPERATION ON UNDOCUMENTED MIGRANTS (PICUM). **Stratégies pour Mettre Fin à la Double Violence Contre les Femmes Sans-Papiers. Protéger leurs Droits et Assurer la Justice**, 2012. Disponível:

http://picum.org/Documents/Publi/2012/Strategies_pour_mettre_fin_a_la_double_violence_contre_les_femmes_sans-papiers.pdf. Acesso em 15/09/2020.

REA, A. **Sociologie de l'Immigration**. Paris: Édition La Découverte, 2008.

ROLLINS, J. **Between Women: Domesticity and Their Employers**. Philadelphia: Temple University Press, 1985.

ROSENFELD, M.; GOIS, P.; LENZ, A.; REA, A. e REYNTJENS, P. Immigration Brésilienne en Europe: Dimension Transnationale. In: **Revue Hommes et Migrations**, n. 1281, 2009.

SPECTOR, M. e JOHN I. KITSUSE. **Constructing Social Problems**. New York: Aldine De Gruyter, 1987.

VINCENT-BUFFAULT, A. **L'Eclipse de la sensibilité**. Eléments d'une histoire de l'indifférence. Lyon: Parangon, 2009.

“A cidade é falada”: um estudo das representações oficiais sobre as Areninhas em Fortaleza¹

Guilherme Custódio da Cunha Filho²
Wellington Ricardo Nogueira Maciel³

Recebido em julho de 2022
Aceito em outubro de 2022

RESUMO

No ano da disputa da Copa do Mundo de futebol no Brasil, em 2014, foram inauguradas em Fortaleza as Areninhas, espécies de escalas reduzidas das arenas multiuso de futebol profissional. As Areninhas são campos de futebol amador urbanizados e requalificados pela Prefeitura de Fortaleza localizados em bairros com alto índice de vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As Areninhas possuem campo com grama sintético, bancos de reservas, arquibancadas, alambrados e vestiários, contrastando com a arquitetura simples dos tradicionais campos de futebol de subúrbio de terra batida e arquibancada de madeira. Nesse sentido, o presente trabalho busca interpretar os discursos de gestores governamentais sobre as Areninhas a partir da leitura de matérias em sites de jornais locais e nos portais da Prefeitura de Fortaleza e do Governo do Ceará, de documentos oficiais da prefeitura municipal como o plano urbanístico Fortaleza 2040, da visualização de vídeos no canal oficial da Prefeitura de Fortaleza no YouTube e de entrevistas semiestruturadas com representantes oficiais.

Palavras-chave: Areninhas; Fortaleza; Futebol amador; Representações.

Introdução

Uma cidade é objeto de muitos discursos, revelando modalidades sensíveis de leitura do urbano. Falam da cidade, para além da literatura e da história, os discursos médicos, políticos, urbanísticos, policiais e jurídicos, todos carregados de conceitos e princípios, dando a ver o urbano sob um aspecto técnico. Porém, esses discursos não deixam de empregar metáforas para qualificar a cidade, partilhando eles também uma possibilidade de qualificar e de sentir o mundo (PESAVENTO, 2007).

¹ GT 11 – Sociologia e a Cidade.

² Doutorando em Sociologia (PPGS/UECE), Pesquisador do Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa do Ceará, guifilz46@hotmail.com.

³ Doutor em Sociologia (PPGS/UFC), Professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), wellington.maciel@uece.br.

Neste trabalho,⁴ interpreto os discursos dos gestores governamentais sobre as Areninhas, buscando compreender recortes de significados apresentados por determinados atores sociais. Nesse sentido, a cidade se faz representar pelas suas imagens. As imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadoras do conhecimento dela (FERRARA, 2000).

O símbolo da imagem urbana é um recurso utilizado para resgatar a aparência urbana e é responsável por uma tentativa de fazer a cidade, principalmente a moderna, apresentando um visual sempre novo, saneado e adequado. A imagem organiza a cidade e a torna simbólica e representativamente eficiente. Ela é também apelativa, funcionando como um cartão-postal, uma espécie de publicidade que concretiza o modo de reconhecer e avaliar uma cidade. A imagem urbana só se revela nos espaços institucionais e o seu reconhecimento supõe a percepção coletiva que consagra e faz circular valores, marcas, referências e identidades urbanas (FERRARA, 2000).

Institucionalizada, a imagem corresponde à assinatura do poder público sobre a cidade e, coletiva, garante a estabilidade desse poder que se acredita eficiente porque permanece. A imagem da cidade garante a permanência e, nela, a eficiência [...] A ideologia da imagem urbana está na assinatura dos poderes público e técnico e é apreendida à medida que se circunscrevem seus limites e justificativas (FERRARA, 2000, p. 129).

A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e o representa. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, esperanças, desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia (PESAVENTO, 2007).

Cercado por jornalistas, políticos e por moradores da comunidade, o ex-governador Camilo Santana (PT) discursou durante a inauguração da Areninha do município de Russas. Logo após, o então governador retirou o seu traje social, colocou um uniforme de cor branca e verde e entrou em campo na partida que marcou a

⁴ O presente artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada "A cidade das Areninhas: transformações urbanas do sensível" de autoria de Guilherme Custódio da Cunha Filho, sob a orientação do professor Wellington Ricardo Nogueira Maciel, defendida em agosto de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

inauguração da Areninha de Russas. No intervalo do jogo, sorrindo, ele respondeu para o repórter que tinha prometido fazer dois gols e que os havia marcado.

Primeiro é uma alegria, isso aqui é o que há de melhor. Grama sintética padrão FIFA, iluminação, vestiário, bebedouro, banheiro, todo iluminado. Vai funcionar aqui de manhã, à tarde e à noite. Essa é uma política importante que nós estamos implantando no Ceará para resgatar o esporte, descobrir talentos e tem um aspecto social muito importante, muitas vezes tirar o jovem da rua e trazer para cá. Isso aqui vai virar um espaço onde as pessoas vão vender churros, vender pipoca, vender merenda. Enfim, vai ter uma convivência das pessoas daqui de Russas, isso para mim é muito importante (Ex-governador do Ceará).⁵

É comum na inauguração das Areninhas a comemoração do ritual mencionado, onde um gestor governamental coloca um uniforme e bate uma bola com outros representantes estatais ou com membros da comunidade onde a Areninha é entregue. Assim como é habitual ouvir no rádio e ver na televisão e nas redes sociais as propagandas da Prefeitura de Fortaleza e do Governo do Ceará sobre as Areninhas. Esses comerciais são cercados de imagens e discursos sobre os novos campos de futebol presentes no Estado do Ceará.

As Areninhas são espaços que concentram imagens que comunicam princípios e projetos políticos de determinados agentes sociais. "O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras" (BOURDIEU, 1989, p. 15). A seguir, apresento os significados concedidos às Areninhas pelos representantes governamentais, ou seja, as representações oficiais sobre esses campos de futebol na cidade.

As Areninhas como espaços de "promoção de paz", de "formação cidadã", da "modernidade", da "regulamentação", "de descobrimento de novos talentos", "de vida" e "fantásticos"

Os representantes oficiais apresentam as Areninhas como "um espaço de promoção de paz" e de "redução da violência". Para o então prefeito de Fortaleza,

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bnIyvTtps4M>. Acesso em 02 de junho de 2020.

Roberto Cláudio (PDT), a "Areninha é um espaço de promoção de paz, de redução da violência e ocupação da juventude".⁶ De acordo com o ex-governador do Ceará, Camilo Santana (PT):

Nós só vamos conseguir enfrentar essa situação de violência, de insegurança, primeiro ocupando os espaços públicos, dando oportunidade para as pessoas também poderem ocupar os espaços públicos. Um equipamento desse tipo, além de você ocupar o espaço público, você está preparando essas crianças, esses jovens, dando oportunidade para o futuro. Esse é o caminho para que a gente possa construir um Estado, uma cidade, com mais oportunidade, mais segura e mais justa (Ex-governador do Ceará).⁷

O então governador do Ceará atribui sentidos para as Areninhas, relacionados a um caminho para a construção de um Estado e de uma cidade com mais oportunidades, segurança e mais justiça. Corroborando com esse discurso do ex-governador a fala⁸ do ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, de que a saúde e a "segurança" foram as prioridades do seu segundo mandato. As Areninhas difundem nas suas narrativas oficiais imagens centrais que os gestores querem transmitir sobre uma cidade atual e futura, como espaços pacíficos e mais justos. As imagens sobre as Areninhas atuam como uma metonímia das representações oficiais sobre a cidade de Fortaleza e o Estado do Ceará. "Ou seja, antes de existir como concretude, a cidade já existe como representação simbólica, traduzindo uma vontade" (PESAVENTO, 2002, p. 165). Para Roberto Cláudio, na inauguração da Areninha do bairro Pirambu:

Essa é uma obra de lazer, é uma obra de esportes, é uma obra de requalificação dos bairros, mas é fundamentalmente uma contribuição da prefeitura para a promoção da paz, para o combate à violência. As Areninhas estão sendo instaladas aonde o crime, aonde as drogas, ainda exercem um papel muito forte. A gente quer tirar o jovem da rua e dar a ele uma alternativa, um caminho, um espaço para ele exercer atividade física, para ele interagir, para ele ficar saudável. Esse espaço que vai servir a comunidade, as senhoras, as crianças, mas fundamentalmente servirá aos jovens e a promoção de mais paz e de menos violência nas comunidades (Ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio).⁹

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nYsgFgYVj3Q>. Acesso em 16 de maio de 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=10Lu4iGjxxI>. Acesso em 16 de maio de 2020.

⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/10/para-2-gestao-roberto-claudio-elege-saude-e-seguranca-como-prioridades.html>. Acesso em 16 de maio de 2020.

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r7TfmcM2HGo>. Acesso em 26 de maio de 2020.

O Plano Fortaleza 2040¹⁰ nos mostra que o Projeto Areninhas tem como objetivo "[...] entregar para a população equipamentos esportivos de qualidade nos quais a comunidade possa, além de praticar atividade física, ter um 'espaço seguro' de convivência, lazer e formação cidadã." (FORTALEZA, 2016, p. 101).

O mencionado plano urbanístico apresenta as Areninhas como equipamentos esportivos para uma "formação cidadã". Para a governadora do Ceará, Izolda Cely (PDT), "o esporte é um dos canais mais importantes de 'formação cidadã'. As crianças gostam, participam, se animam e, junto com isso, podem aprender tantas coisas importantes para a vida delas".¹¹ De acordo com Roberto Cláudio, a "Areninha é oportunidade para o jovem sair das ruas e vim para cá, se ocupar, queimar sua energia, praticar um esporte e encontrar uma alternativa para construir o seu 'caminho de cidadania'".¹² Para o então secretário municipal de esporte e lazer, Márcio Lopes, a Areninha é "um equipamento esportivo que vai muito além da estrutura física do equipamento, é um equipamento que na verdade é um 'templo de cidadania'".¹³

Sobre a ideia de "cidadão" presente na fala dos gestores governamentais sobre as Areninhas, Milton Santos (2007) nos mostra que no capitalismo, no lugar do "cidadão", se formou um consumidor que aceita ser chamado de usuário. O sociólogo paulista José de Souza Martins (2012, p. 44) destaca que o "cidadão" brasileiro no "mundo da modernidade":

É uma pessoa incompleta, imitadora. Mesmo o cidadão, num grande número de casos, é mera imitação, pois o comportamento eleitoral e político é frequentemente um comportamento carneiril subjugado por deveres de lealdade próprios da dominação pessoal, do clientelismo e do populismo. É um cidadão que vota por obrigação e não por dever; e que não se considera investido de direitos em relação à conduta dos votados, às leis e às instituições. Por isso mesmo, ao mesmo tempo em que não é um cidadão verdadeiro, não é também o agente humano de um pensamento conservador, agente da transformação da tradição num conjunto de ideias, princípios e condutas que fundamentam uma opção de vida e uma crítica social consistente.

¹⁰ Entregue para a cidade em dezembro de 2016, o Plano Fortaleza 2040 é um plano de desenvolvimento urbano para a capital cearense com estratégias a serem implementadas no curto, médio e longo prazo, tendo como horizonte o ano de 2040, contemplando: plano mestre urbanístico, plano de mobilidade e plano de desenvolvimento econômico e social.

¹¹ Disponível em: <https://www.vicegov.ce.gov.br/2020/01/23/governo-do-ceara-e-prefeitura-de-fortaleza-entregam-nova-areninha-no-bairro-vila-uniao/>. Acesso em 17 de maio de 2020.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=smokVLpcG18>. Acesso em 21 de maio de 2020.

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n5RXgCaMfyQ>. Acesso em 21 de maio de 2020.

Corroborando com a representação oficial de um espaço público para a formação do cidadão, as Areninhas são núcleos do Projeto Atleta Cidadão, da Prefeitura de Fortaleza. O Atleta Cidadão, para jovens de 7 a 17 anos, proporciona a prática esportiva de modalidades como o futebol, a capoeira, o futsal, a natação, o caratê e o basquete em diversos espaços de Fortaleza. Funcionam na cidade 80 núcleos desse projeto, beneficiando 4800 pessoas.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2003) reflete sobre as políticas públicas de esporte. Para Bourdieu (2003), uma das chaves de divulgação do esporte e da multiplicação de associações é o progressivo reconhecimento e incentivo dos poderes públicos. O esporte é um meio bastante econômico de mobilizar, ocupar e controlar os adolescentes, sendo um instrumento de conquista política das massas (BOURDIEU, 2003). No esporte "[...] os alunos estão no campo de jogos, vigiam-se com facilidade, entregam-se a uma actividade 'sã' e descarregam a sua violência sobre os seus colegas em vez de a descarregarem nos edifícios ou de se mostrarem indisciplinados com os seus mestres" (BOURDIEU, 2003, p. 194). Bourdieu (2003) considera o esporte como uma das paradas em jogo da luta política.

Em uma entrevista concedida na manhã de 04 de julho de 2018, o ex-coordenador das Areninhas, Jefferson Carvalhal, apresentou esses espaços de formação do cidadão como campos de futebol "modernos" e "organizados". A estrutura física das Areninhas, com os seus alambrados, arquibancadas, vestiários e gramado sintético representariam a modernidade no futebol amador de Fortaleza.

A modernização dos campos veio para agregar a forma de utilização. Pessoas que não jogavam mais, muitos ex-atletas formando ranchos de veteranos. Caminhar e fazer academia as vezes é muito monótono. Um rancho, correr atrás de bola é outra coisa. Muita gente da maioridade, os veteranos, passaram a utilizar as Areninhas. As ligas se motivaram por conta do equipamento moderno a fazer competições. Mais times apareceram para jogar nas Arenas. Então isso movimentou as competições do subúrbio, movimentou as competições locais e movimentou os projetos sociais (Ex-coordenador das Areninhas, Jefferson Carvalhal).

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2015) nos possibilita pensar as Areninhas na "modernidade líquida", ou seja, a partir da sua ideia de que a mudança é a

única permanência na modernidade, assim como a incerteza é a única certeza. Para Bauman (2015), há cem anos o "ser moderno" significava buscar o "estado final da perfeição". Nos tempos atuais, significa uma infinidade de aperfeiçoamentos sem ter em vista um estado final. Nesse sentido, as Areninhas representariam a "mudança" e o "aperfeiçoamento" em relação aos tradicionais campos de futebol de subúrbio.

As formas da vida moderna podem diferir em muitos aspectos - mas o que une todas elas é exatamente a fragilidade, transitoriedade, vulnerabilidade e inclinação à mudança constante. "Ser moderno" significa modernizar-se - compulsiva e obsessivamente; nem tanto "ser", muito menos manter sua identidade intacta, mas eternamente "tornar-se", evitar a conclusão, continuar indefinido. Cada nova estrutura que substitui uma antiga, declarada fora de moda e do prazo de validade, é apenas outro arranjo contingente - considerado temporário e "até segunda ordem" (BAUMAN, 2015, p. 90).

Assim como Bauman (2015), José de Souza Martins (2012) fala da modernidade como um momento de permanência do transitório, da angústia cotidiana da incerteza na presença de um progresso linear e de um futuro aparentemente sem fim. Porém, Martins (2012) mostra também a modernidade como um momento da história contemporânea caracterizada por desigualdades e desencontros. Nesse sentido, nós, latino-americanos, estamos em uma condição de "vítimas" mais do que "beneficiários" da "modernidade". "A modernidade anuncia o possível, embora não o realize. A modernidade é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar" (MARTINS, 2012, p. 19).

Nessa mesma entrevista, o ex-coordenador das Areninhas relatou que considera "interessante" o fato de que quando se tem algum problema disciplinar nas Areninhas, como uma briga, os jogadores recebem uma advertência e ficam no "pé da Areninha", passando a respeitar a regulamentação por vontade de jogar e receio de perder o espaço. Para ele, "todo mundo" entra na regulamentação de forma automática. Na Areninha do bairro Pirambu,¹⁴ a partir da fala do administrador desse campo de futebol, Edivanio

¹⁴ A Areninha Pirambu foi a quinta Areninha inaugurada e entregue pela Prefeitura de Fortaleza, em 12 de março de 2016. Localizado no litoral da zona oeste de Fortaleza, o bairro Pirambu é caracterizado por altos índices de pobreza, violência e criminalidade.

Eduardo, os envolvidos em brigas durante os rachas são punidos com um mês de afastamento e o jogo termina logo após o ocorrido.

As Areninhas, como o "dentro", são representadas como espaços das regras e das normas, enquanto a cidade, o "fora", principalmente as periferias onde estão localizadas as Areninhas, aparece nos discursos governamentais como um lugar desorganizado, violento e sem estrutura. A cidade das Areninhas (Fortaleza) está localizada predominantemente na periferia do município, exceto por algumas delas, localizadas em áreas nobres da cidade, como as Areninhas do Campo do América, no bairro Meireles, e do Parque do Cocó, por exemplo.

Ainda para o ex-coordenador das Areninhas, Jefferson Carvalhal, "cada Areninha tem os seus horários predefinidos. Assim que acaba não tem estresse, o time já sai e o outro entra. É uma coisa bem organizada no sentido da agenda também. Há um respeito muito grande entre os usuários das Arenas. Isso acontece bastante".

Ao lado do portão principal, de cor verde, da Areninha do bairro Pirambu, é possível observar uma placa amarela com uma série de proibições, como um "manual de etiqueta e de boas maneiras" (ELIAS, 1994) desse "espaço organizado". A placa mostra que no interior desse equipamento não é permitido o uso de bicicleta, uso de patins ou skate, chuteiras com travas, entrada de animais, entrada com alimentos e bebidas e fumar. Na parte inferior da placa de cor amarela, a Prefeitura de Fortaleza alerta aos usuários do campo de futebol que "faça a sua parte! Mantenha o equipamento limpo e bem cuidado. A Areninha Pirambu também é sua".

A fala dos gestores e a placa mencionada espera um determinado padrão de comportamento dos jogadores e dos demais usuários nas Areninhas. Como nos lembra Norbert Elias (1994, p. 134), durante o "processo civilizador", "as boas maneiras continuam em processo de formação. O novo padrão não surge da noite para o dia. Algumas formas de comportamento são proibidas não porque sejam anti-higiênicas, mas por que são feias à vista e geram associações desagradáveis".

O liso e o polido são identificados com o belo. O liso e o polido são características valorizadas na atualidade, evidenciando um "excesso de positividade" e fundamentando uma ética ou política do belo. As palavras dos gestores governamentais sobre as Areninhas, como um espaço "organizado", apresentam esses campos de futebol

de uma maneira positiva, como uma "coisa agradável", onde a sua "estranheza" e o "belo natural" são recusados (HAN, 2019).

A ideia de uma cidade "organizada" e "moderna" é defendida por Roberto Cláudio na apresentação do Novo Código da Cidade De Fortaleza. O código mencionado tem o intuito de servir como um manual do cidadão, uma espécie de "guia com boas práticas" para tornar Fortaleza uma cidade mais competitiva, "organizada", sustentável e harmônica.

O Novo Código será para modernizar as normas e convívios dos cidadãos com Fortaleza e garantir um passo de vanguarda para a cidade, que vai se modernizar, respeitar mais o meio ambiente, ter uma indústria e uma forma de construção mais inteligente e sustentável e uma forma de flexibilizar a economia local (Ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio).¹⁵

Os discursos oficiais analisados procuram constituir um conjunto integrado de significados das Areninhas a partir da articulação de estratégias discursivas fundamentais, formadas pelos termos "promoção de paz", "espaços seguros", "formação cidadã", "caminho de cidadania", "modernização", "regulamentação" e "harmonia". Esses discursos mostram as Areninhas como parte do projeto político de Roberto Cláudio e do então governador Camilo Santana para a cidade de Fortaleza e o Estado do Ceará, respectivamente.

Na inauguração da vigésima segunda Areninha, no bairro Granja Lisboa, em 8 de maio de 2017, Roberto Cláudio destacou que as Areninhas "tem sido um espaço também de descobrimento de novos talentos, muito desses meninos agora estão virando jogadores profissionais a partir da descoberta do seu talento nas Areninhas".¹⁶ Antes, no início da construção da Areninha do bairro Pirambu, em 2015, Roberto Cláudio havia anunciado que estaria dando para a comunidade um equipamento que oferece para os jovens "um caminho de descobrir um talento para o esporte".¹⁷

As falas de Roberto Cláudio se encontram com uma ideia bastante difundida no futebol, o "subúrbio" como um "celeiro de craques" (GUEDES, 1982). Para a antropóloga

¹⁵ Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-apresenta-o-novo-codigo-da-cidade-de-fortaleza>. Acesso em 18 de maio de 2020.

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1oIu4iGjxxI>. Acesso em 22 de maio de 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pLTUrQ4XTco>. Acesso em 22 de maio de 2020.

carioca Simoni Lahud Guedes (1982), em seu estudo etnográfico sobre os significados do futebol na trajetória de vida de operários de uma fábrica do Rio de Janeiro:

Quando o garoto entra na adolescência e seu corpo já se assemelha ao dos adultos, ocorre o que poderíamos chamar o primeiro momento da carreira. É na interação com os "peladeiros" adultos da vizinhança que o menino tem avaliada sua capacidade para o futebol. Dentro de critérios que são difíceis de sistematizar e quase impossíveis de ser verbalizados pelos entrevistados, alguns garotos são selecionados como "bons de bola", "craques" e, a partir daí, são incluídos nos jogos dos adultos. Nas primeiras vezes, entram para substituir alguém, como "tapa-buracos". Logo, se são bons, passam a ter uma inclusão mais sistemática e sua pequena fama amplia-se por áreas mais extensas da vizinhança. Começam a se reproduzir os "entendidos de futebol" (GUEDES, 1982, p. 64-65).

As Areninhas podem ser compreendidas, a partir do discurso do ex-prefeito de Fortaleza, como um espaço para o "projeto de vida" (VELHO, 1994) de jovens que sonham em "virar jogadores profissionais" e ascenderem do amadorismo para o profissionalismo. De acordo com o antropólogo Gilberto Velho (1999), um projeto é elaborado e orientado pelas noções de mundo, "ethos", estilos de vida e emoções dos indivíduos. Os projetos de vida, presentes nas Areninhas a partir da fala de Roberto Cláudio, podem ser individuais, quando elaborados por somente uma pessoa ou sociais quando projetos individuais se unem e os indivíduos passam a buscar o mesmo objetivo. Esse tipo de projeto tem características políticas, pois envolve a negociação de desejos e sonhos.

O sonho de ascender socialmente tornando-se um jogador de futebol profissional que, muitas vezes, é partilhado pela família, em especial o pai. Sonha-se tudo a que se tem direito, isto é, tornar-se um jogador da primeira divisão, num "clube grande", ter salários elevados, fama e tudo que daí deriva. A história de vida de muitos jogadores profissionais bem sucedidos, difundida amplamente pelos meios de comunicação de massa, dá credibilidade ao sonho, na medida em que muitos deles originam-se das classes trabalhadoras urbanas (GUEDES, 1982, p. 64).

As Areninhas são representadas como espaços para o lapidamento do "dom" (DAMO, 2007) daqueles que aspiram ser jogadores profissionais. Então, a partir da fala de Roberto Cláudio, as Areninhas revelariam jovens talentosos que possuem um "jeito", um "isso" ou um "algo a mais" para a prática do futebol (DAMO, 2007). O ex-prefeito

descreve as Areninhas como equipamentos de oportunidades para os jovens jogadores que possuem um jeito diferenciado de correr, dominar e bater na bola. Como nos lembra a antropóloga Mariane Pisani (2012, p. 97):

O dom é característica de valor positivo para jogadores de futebol. Quem possui o dom tem maiores possibilidades e chances de se tornar um profissional reconhecido e valorizado. O dom seria equivalente a um "cartão de visitas" com o qual o jogador comprova sua habilidade. O dom ainda é visto, pelos praticantes, como uma qualidade que antecede ao treinamento, logo natural e que "está no sangue". Apesar de estar presente apenas em alguns jogadores, o dom pode ser aperfeiçoado, "lapidado" é o termo que se usa, o mesmo que para pedras preciosas, mas não incutido. O dom se tem ou não se tem e é substancial na visão nativa.

As Areninhas, esses campos de futebol para o "descobrimento" do talento, do "dom", de jovens de bairros pobres de Fortaleza, também são representadas pelos gestores governamentais como "um espaço para a comunidade se agregar, aonde há um espaço qualificado como esse tem família, tem meninada, tem projeto social, e um espaço público vira um espaço de vida, de harmonia e de convivência comunitária" (Ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio).¹⁸

As Areninhas são representadas como "espaços de vida" e da "biopolítica" (FOUCAULT, 1999). Michel Foucault (1999) nos mostra como o poder tende a se transformar entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX com o intuito de governar não somente os indivíduos a partir de um número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto de sujeitos de uma população. A biopolítica, por meio de biopoderes locais, se ocupa da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade e da natalidade, por exemplo, na medida em que elas se tornaram preocupações políticas.

Ora, agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no "como" da vida; a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder (FOUCAULT, 1999, p. 295-296).

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nYsgFgYVj3Q>. Acesso em 23 de maio de 2020.

Esse novo tipo de governamentalidade é uma tecnologia do poder que possui a "população" como objeto. O intuito da biopolítica é controlar as vidas dos indivíduos para garantir uma melhor gestão do trabalho. A vida faz, portanto, parte do campo do poder. Assim, a fala de Roberto Cláudio mostra as Areninhas como um espaço da vida e do "direito de intervir para fazer viver" (FOUCAULT, 1999) dos moradores da periferia de Fortaleza, pois "Areninha é sinal de paz, de alegria, de harmonia, de integração, de esporte e lazer" (Ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio).¹⁹

A gente quando entrega um equipamento como esse, a gente já sabe mais ou menos o que vai acontecer depois porque já entregou vários outros. O entorno muda, o que era escuridão, o que era isolamento, passa a ter vida, passa a ter comunidade, passa a ter gente na calçada, passa a ter namoro na arquibancada. Daqui a pouco alguém tocando violão, daqui a pouco está as mulheres também dando uma caminhada no entorno para ver o filho ou o neto jogar. Passa a ter vida comunitária e familiar (Ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio).²⁰

A partir do discurso de Roberto Cláudio, antes das Areninhas havia a escuridão e o isolamento nos bairros da periferia da cidade, porém, depois da inauguração desses campos de futebol, eles passaram a ter um lugar de vida. As Areninhas, como espaços de "vida comunitária" e de sociabilidades baseadas na "harmonia" e "integração" entre os seus usuários e os moradores do entorno, também são apresentadas pelo então secretário municipal de esporte e lazer, Márcio Lopes, como "um equipamento de baixo custo".²¹ Os novos e "modernos" campos de futebol são representados como obras com um valor reduzido de construção.

Diferente dos tradicionais campos de futebol de subúrbio, onde o único lazer do espaço é o campo em si, os discursos dos gestores governamentais mostram as Areninhas como um complexo integrado para a "alegria", o "esporte" e o "lazer" da comunidade onde elas são entregues. Para o então secretário municipal de esporte e lazer, durante a inauguração da Areninha do bairro Pirambu, em 2016:

É um equipamento fantástico com duas quadras de futsal, um campo com grama sintética da melhor qualidade, uma área de caminhada, um espaço

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xUUdshRIk9E>. Acesso em 23 de maio de 2020.

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VAMOS4RNV4k&t=7s>. Acesso em 02 de junho de 2020.

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xUUdshRIk9E>. Acesso em 26 de maio de 2020.

exclusivo da capoeira que era uma reivindicação muito antiga desse segmento esportivo. Nós temos uma quadra de futevôlei, outra de vôlei de praia, um espaço para a criançada com parquinho infantil, com academia ao ar livre. Quer dizer, um equipamento completo, com vista maravilhosa para o mar, extremamente iluminado (Ex-secretário municipal de esporte e lazer, Márcio Lopes).²²

A representação oficial das Areninhas como um "equipamento fantástico" é um discurso comum dos gestores governamentais. De acordo com Roberto Cláudio, sobre a autorização para a construção da Areninha do Campo do Itaoca, em 2018:

Vão ter duas quadras, *playground*, academia de ginástica, um grande calçadão para caminhada, luz em led, para além dos equipamentos que a Areninha já tem. Vai ser um grande polo de lazer, de esporte, aonde a Areninha está sendo implantada, ela acaba promovendo mais paz, prevenção de violência.²³

Conclusão

As Areninhas são representadas como lugares para a "promoção de paz", "formação cidadã", "descobrimento de novos talentos" e "fantásticos", entre outros símbolos, pois, "como o dinheiro, e como Deus, os símbolos sempre estiveram presentes [...] Na realidade, o que conta é o que fazemos deles" (WAGNER, 2017, p. 4).

Como lembra Wellington Maciel (2010, p. 189), "Fortaleza foi objeto, no decurso de sua história, de intervenções de ordens diversas com o intuito de adequar o seu espaço urbano às demandas dos setores sociais comprometidos com os ideários de 'modernidade', 'progresso' e 'desenvolvimento'". Nos últimos anos as Areninhas passaram a ser investidas de "sentidos dominantes" e apresentadas como "marco simbólico da Fortaleza contemporânea" (MACIEL, 2010) e do Estado do Ceará.

A cidade contemporânea é representada nas ciências sociais como um espaço em construção permanente "[...] no contexto de uma expansão contínua dos universos sociais e urbanos" (AGIER, 2015, p. 491). Nesse sentido, pensar a cidade de Fortaleza a partir das narrativas sobre as Areninhas nos possibilita perceber a existência de prioridades discursivas, como o que se conservou e "[...] o que sucumbiu na poeira do

²² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r7TfmcMzHGo>. Acesso em 26 de maio de 2020.

²³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aU6gEz_b2DI. Acesso em 26 de maio de 2020.

tempo e o que foi apropriado e ressignificado por distintos atores ou instituições sociais" (BARREIRA, 2012, p. 27).

O exemplo das Areninhas ilustrou "[...] como o espaço urbano é um campo de investimento não só econômico, mas afetivo, bem como lugar de conflito" (MACIEL, 2010, p. 191). Uma parte das representações oficiais sobre as Areninhas analisadas nesse trabalho corrobora com as ideias da Federação Internacional de Futebol (FIFA) sobre as arenas multiuso de futebol profissional como espaços rígidos, com as suas divisões, regras e normas. Como "a cidade é feita essencialmente de movimento" (AGIER, 2015, p. 484), a bola não para por aqui. Ela continua a rolar no gramado sintético das Areninhas.

Referências

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 3, dez, p. 483-498, 2015.

BARREIRA, Irllys. **Cidades narradas**: memória, representações e práticas de turismo. Campinas: Pontes Editores, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Para que serve a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Como se pode ser desportista? *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 181-203.

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão**: a formação de futebolistas no Brasil e na França. 1.ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Os Significados Urbanos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2000.

FORTALEZA (Município). Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Plano Fortaleza 2040**: vida comunitária, acolhimento e bem-estar. v.4. Fortaleza: Iplanfor, 2016.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. *In*: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUEDES, Simoni Lahud. Subúrbio: celeiro de craques. *In*: DAMATTA, Roberto (org.). **Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982. p. 59-74.

HAN, Byung-Chul. **A salvação do belo**. Petrópolis: Vozes, 2019.

MACIEL, Wellington Ricardo Nogueira. **O Aeroporto e a Cidade: usos e significados do espaço urbano na Fortaleza turística**. Fortaleza: EdUECE, 2010.

MARTINS, José de Souza. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. *In*: MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, SP, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan/jun, 2007.

PISANI, Mariane da Silva. **Poderosas do Foz: trajetórias, migrações e profissionalização de mulheres que praticam futebol**. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WAGNER, Roy. **Símbolos que representam a si mesmos**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

A infância (des)conectada da “cidade modelo”: o ensino remoto emergencial e a segregação espacial na cidade de Curitiba¹

Marcelo Nogueira de Souza²

Maria Tarcisa Silva Bega³

Lislaine Mara da Silva Guimarães⁴

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

O artigo analisa como a segregação espacial impacta as crianças e adolescentes da cidade de Curitiba. Através da análise do efeito-território, ancorada nos dados apresentados, conclui-se que o território é, também, capaz de gerar desigualdades. São justamente os bairros com os piores indicadores sociais e o maior percentual de crianças e adolescentes os que apresentaram as menores porcentagens de domicílios com acesso à internet. Os dados evidenciam que a política educacional do município apresenta um imenso gargalo no que se refere à inclusão digital, sendo que este adquiriu novos contornos diante da pandemia de Covid-19 pois, em razão do isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, os sistemas de ensino passaram a adotar o ensino remoto, que, da forma como foi implantado, acabou por revelar-se como mais um indicativo da imensa desigualdade social que acomete as crianças e adolescentes da cidade.

Palavras-chave: Segregação espacial; Desigualdades; Crianças e adolescentes; Ensino remoto emergencial; Curitiba.

¹ GT 12 – Sociologia e Políticas Públicas.

² Doutor em Sociologia. Mestre em Políticas Educacionais. Bacharel em Ciências Sociais. Pesquisador do grupo de pesquisa Políticas sociais: análise comparada das experiências brasileiras, do Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional - PDUR (projeto de extensão) e do projeto As metrópoles e o direito à cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano, vinculado ao Observatório das Metrópoles - Núcleo Curitiba. Atua nas áreas de Análise de desigualdades sociais/territoriais, Políticas Públicas, Sociologia Urbana, Efeito-território. Atualmente desenvolve pesquisas que versam sobre os temas: territorialidade, desenvolvimento e desigualdades, impactos sociais da Covid-19, Políticas Públicas. Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Sociologia na UFPR, onde realiza estágio pós-doutoral pelo PNPd/Capes.

³ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1974), Mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1990), doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2000) e Pós-Doutorado em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2016). Professora Titular da Universidade Federal do Paraná; atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Desenvolve investigações sobre os seguintes temas: juventude, cidadania, políticas sociais, participação social, sociologia urbana e impactos do Covid 19 em territórios urbanos.

⁴ Possui graduação em Ciências Sociais. Especialização em Coordenação Pedagógica e Educação Especial Inclusiva. Mestrado em Sociologia. Atualmente é Doutoranda em Educação (UFPR), Professora de Sociologia e Educação Especial do Governo do Estado do Paraná. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: intensificação do trabalho docente, ensino remoto emergencial, políticas públicas, precarização do trabalho e receitas e despesas.

Introdução

A estrutura etária de uma população tem relação direta com variáveis econômicas e sociais. As regionais administrativas de Curitiba possuem diferenças significativas no que tange às suas estruturas etárias, níveis de renda, educação familiar, etc. revelando, assim, uma imensa desigualdade, típica das grandes metrópoles brasileiras e marcada por um processo de segregação espacial.

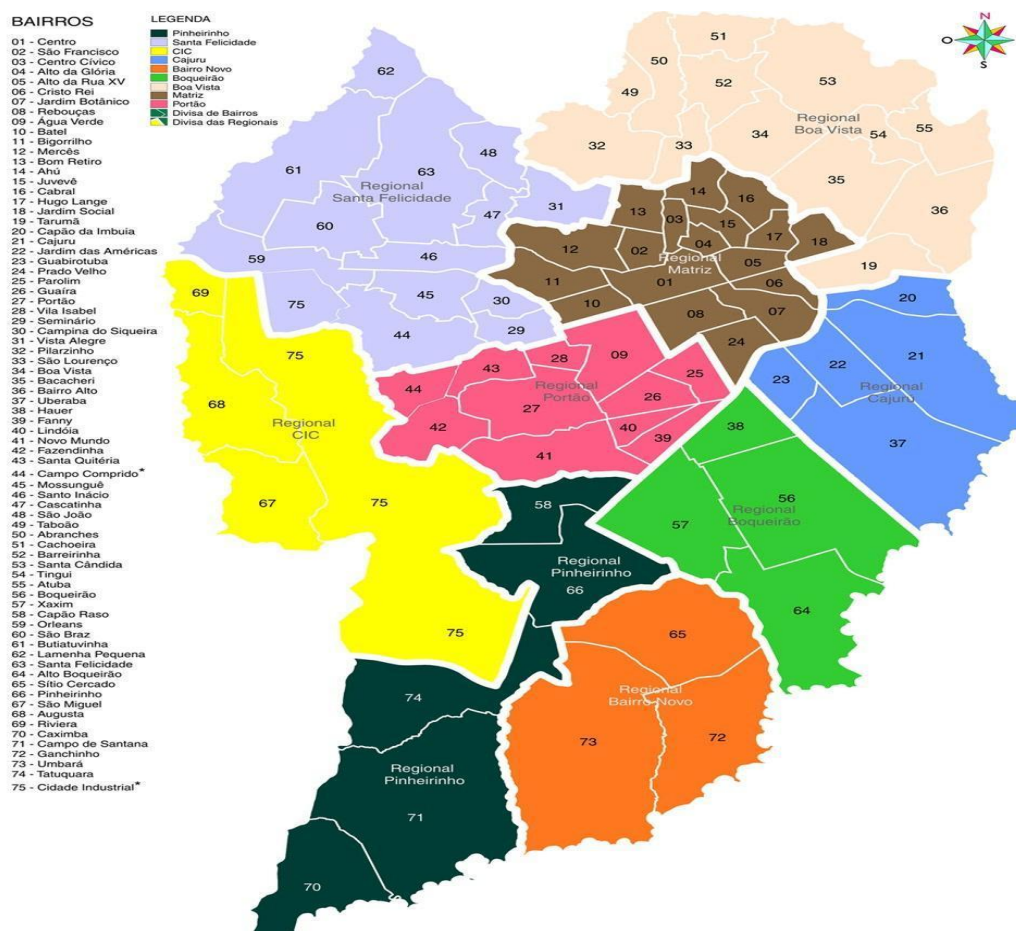
Como procuramos demonstrar na primeira seção do artigo, a regional Matriz, que abarca os bairros da região central da cidade – e 11,48% de sua população composta por crianças e adolescentes de 0 a 14 anos –, apresenta os melhores indicadores sociais relativos à renda, nível de instrução e ocupação. Já a regional Pinheirinho, que abarca os bairros mais periféricos da cidade – e 24,99% de sua população composta por crianças e adolescentes de 0 a 14 anos –, apresenta os piores indicadores sociais em relação às mesmas variáveis observadas. Já na segunda seção, a análise dos dados revela que são justamente os bairros com os piores indicadores sociais e o maior percentual de crianças e adolescentes os que apresentaram as menores porcentagens de domicílios com acesso à internet. Essa imensa desigualdade no acesso à internet adquiriu novos contornos diante da pandemia de Covid-19 pois, em razão do isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, os sistemas de ensino passaram a adotar o ensino remoto, que, da forma como foi implantado, acabou por revelar-se como mais um indicativo da imensa desigualdade social que sempre caracterizou a educação pública brasileira. Quando tomamos como público-alvo o alunado da rede municipal de ensino de Curitiba, ou seja, os estudantes do Ensino Fundamental na faixa etária de 6 à 14 anos de idade, percebemos que essa desigualdade no acesso à internet está diretamente associada à segregação espacial, característica da cidade, vindo a se somar a outras tantas formas de desigualdade muitas vezes ocultas pelo mito da cidade modelo.

Os dados apresentados revelam que ser criança na cidade de Curitiba adquire significados bem distintos de acordo com a região analisada.

Infância e Pobreza: estrutura etária, desigualdade e segregação espacial em Curitiba

O efeito da estrutura etária sobre a desigualdade já foi objeto de estudo de inúmeros pesquisadores das mais variadas áreas, sendo Paglin (1975), um dos mais conhecidos. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Curitiba contava com uma população de 1.751.907 habitantes, tendo apresentado, de 2000 a 2010, um crescimento populacional de 10,05%. Os dados revelaram ainda que a população de 0 a 14 anos correspondia, em 2010, a 349.960 habitantes, o que equivalia a 19,97% da população. Os supracitados dados demográficos, no entanto, sofrem grandes variações de acordo com as regiões administrativas da cidade (representadas na figura 1).

Figura 1: Regiões administrativas da cidade de Curitiba (2014)

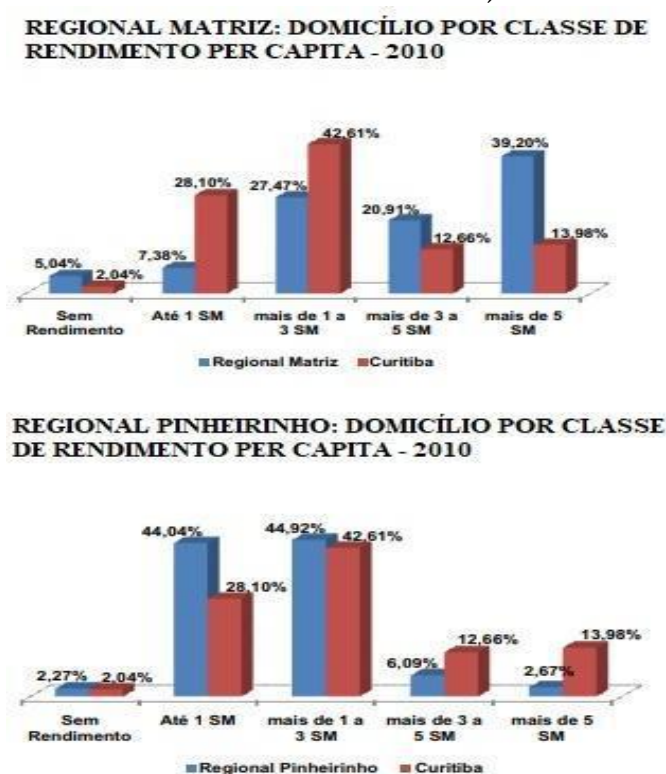


Fonte: IPPUC (2014).

De acordo com Fausto Brito (2008), em relação à caracterização sociodemográfica, o Brasil possui um nível de desigualdade relativamente alto, de forma que a pirâmide etária dos grupos mais pobres da população possui semelhança com taxa de fecundidade alta e o grupo que detém mais renda apresenta uma pirâmide etária como a da população com taxa de fecundidade baixa. Nesse sentido, para uma melhor compreensão das desigualdades intrametropolitanas, o autor destaca a importância da análise da estrutura etária da população segundo a sua região demográfica e os diferentes níveis de renda. O que se nota, de acordo com o autor, é que, em ambos os aspectos, o processo de transição demográfica é desigual, com diferentes níveis de estrutura etária dentro dos grupos sociais e das regiões (Brito, 2008).

A figura 2 faz um comparativo entre os rendimentos per capita, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, com base nas duas regionais aqui analisadas (Matriz e Pinheirinho).

Figura 2: Domicílio por Classe de Rendimento Per Capta – 2010 (Regionais Matriz e Pinheirinho)



Fonte: IPPUC (2014)

Como se pode notar, quando cruzamos os dados percebemos que, em Curitiba, a regional Matriz, que abarca os bairros da região central e que apresenta os melhores índices de desenvolvimento socioeconômico da cidade – incluindo as maiores classes de rendimento per capita –, apresentou, no período de 2000 a 2010, um crescimento populacional de 1,7% – o menor crescimento entre as regionais. Dos 145.433 habitantes da regional, 23.611 eram crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, 11,48% da população. Já a regional Pinheirinho⁵, que abarca os bairros mais periféricos e afastados do centro da cidade, em especial os bairros localizados ao sul do município (que, em 2015, passaram a fazer parte da regional Tatuquara) e que apresenta os piores índices de desenvolvimento socioeconômico da cidade – incluindo as piores classes de rendimento per capita – apresentou, no mesmo período, um crescimento populacional de 29,34%. Dos 168.425 habitantes da regional, 42.087 eram crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, o que equivalia a 24,99% da população da regional, mais que o dobro da regional Matriz aqui analisada comparativamente.

Essa imensa diferença na classe de rendimentos e na estrutura etária das duas regionais é apenas mais uma das faces da imensa desigualdade intrametropolitana característica dos grandes centros urbanos brasileiros. A título de comparação – de acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014) – os bairros periféricos do Tatuquara, Campo de Santana e Caximba, localizados ao sul do município, pertencentes, até então, a regional do Pinheirinho, apresentaram Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM⁶), abaixo de 0,700. Já a regional Matriz, onde estão localizados os bairros da região central, os mais desenvolvidos socioeconomicamente, apresentaram índices sempre superiores a 0,900.

Como procuramos demonstrar, o território é uma variável importante nos estudos sobre a produção e reprodução das desigualdades. Em relação à desigualdade

⁵ Em 14 de novembro de 2015, foi criada a Regional Tatuquara abarcando os bairros Tatuquara, Campo de Santana e Caximba, que, até então, pertenciam à Regional Pinheirinho.

⁶ O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. É uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

socioespacial observa-se, num plano macro – nos termos de Marques, Scalon e Oliveira (2008) – a manutenção do padrão centro-periferia, que concentra nos bairros periféricos a maioria dos pobres e nos bairros das áreas centrais os grupos de média e alta rendas. Nesse sentido, a desigualdade na estrutura etária das duas regionais de Curitiba pode ser analisada de acordo com esse padrão, no qual a segregação é medida em grande escala. Esse é um tipo de segregação que promove o isolamento das populações residentes nas periferias e se dá em vários aspectos, desde a distância física que separa essas regiões das áreas que concentram os postos de trabalho e serviços – em geral localizados nos bairros da região central – até o distanciamento em relação ao convívio com outros grupos sociais. A distância social, naturalizada pela distância física, acaba por legitimar o lugar de cada grupo, minimizando, desta forma, o conflito.

Em relação às suas responsabilidades, a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, tem seguido o padrão segregacionista. De acordo com Bruel, Assunção, *et al.* (2014):

A distribuição dos estudantes nas escolas do município não se dá de forma aleatória ou equilibrada. Ao contrário, é bastante heterogênea, concentrando-se em determinados estabelecimentos de ensino e em certas regiões da cidade, indicando a existência de uma forte diferenciação e segmentação das redes de ensino, gerando uma distribuição bastante desigual de oportunidades pelo território (BRUEL; ASSUNÇÃO, *et al.* 2014, p. 317).

Há uma forte diferenciação e segmentação da rede de ensino, o que acaba por gerar uma distribuição bastante desigual de oportunidades pelo território, aqui analisados através do recorte centro-periferia. De acordo com Lazaretti, Teixeira e Oliveira (2019, p. 1), “ao nascer em famílias com baixo nível de renda e educação, os indivíduos são suscetíveis a reproduzir as características socioeconômicas herdadas”.

Longo & Vieira (2017), ao analisarem a importância do Estado na geração de oportunidades educacionais, destacam as ações que podem ajudar na mobilidade socioeconômica dos indivíduos, concluindo que indivíduos residentes em regiões com maior investimento e oportunidades públicas de educação tendem a se beneficiar de forma que o nível de educação progride.

De acordo com Brito (2008), os investimentos maciços em educação implicam uma grande vontade política e, no caso dos serviços relativos à população jovem, como os educacionais, a redução do ritmo de crescimento da demanda poderia favorecer a universalização da cobertura e a melhoria da qualidade do ensino (Brito, p. 10). Qualidade esta que, na conjuntura atual, é cada vez mais indissociável da inclusão digital.

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2014), são justamente os bairros com o maior percentual de crianças e adolescentes os que apresentaram as menores porcentagens de domicílios com acesso à internet. Enquanto os bairros da área central da cidade apresentaram percentuais de acesso à internet sempre acima de 72%, em relação aos bairros periféricos, verificou-se percentuais bem abaixo, em torno de 50%.

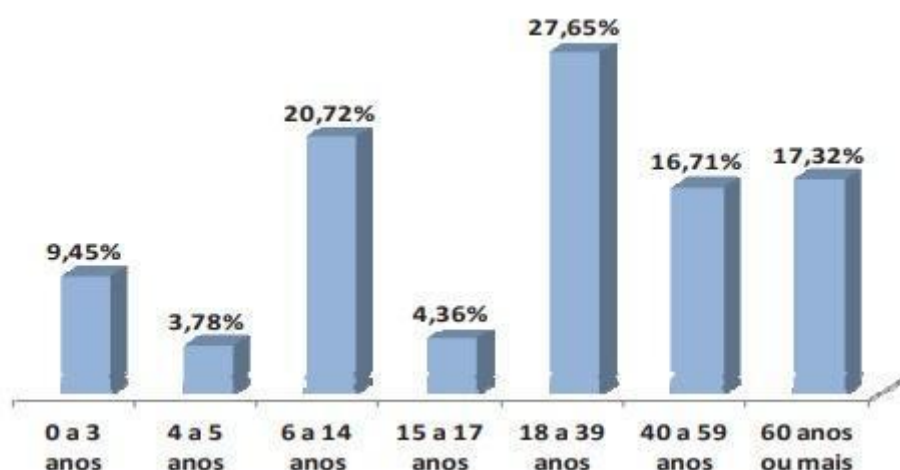
A infância (des)conectada da “cidade modelo”: o ensino remoto emergencial e o efeito-território como variável explicativa da exclusão digital em Curitiba

Curitiba é conhecida mundo afora como “a cidade modelo”. De acordo com o IBGE (2012), entre os 5.565 municípios brasileiros, a cidade ocupava a 10ª colocação em desenvolvimento humano (IDHM), com um índice de 0,823. O IDHM abarca três dimensões: longevidade, educação e renda. Entretanto, dois anos antes, em 2010, era divulgado o relatório do Fórum Urbano Mundial da ONU e Curitiba figurava entre as mais desiguais do mundo, com um Índice de Gini (que mede a desigualdade social) de 0,55%, aparecendo em 17º lugar no ranking global, sendo a quinta cidade mais desigual da América Latina. Ou seja, Curitiba é também reconhecida internacionalmente pela desigualdade social.

Não há dúvidas que a redução das desigualdades sociais está diretamente associada à políticas públicas voltadas à população mais pobre. De acordo com Brito (2007), os benefícios demográficos estão fortemente condicionados pela gravidade da situação social. De acordo com o autor, “isso fica nítido quando se constata que a maioria da população jovem, no Brasil, é pobre” (Brito, 2007, p. 13).

Em relação a Curitiba, de acordo com o Plano de Ação para Atendimento à Criança e ao Adolescente para 2014-2017 divulgado em 2013, das 16.895 pessoas em extrema pobreza, 6.578 eram crianças e adolescentes (38,31%). Como demonstrado no gráfico 1, a faixa etária de 6 a 14 anos, corresponde a 20,72%, o segundo maior percentual de pessoas em situação de pobreza extrema. Mas, se somarmos com as faixas etárias mais jovens, esse percentual chega a 33,95%, se constituindo no maior percentual de pessoas em situação de pobreza extrema de Curitiba.

Gráfico 1: Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária em Curitiba



Fonte: Plano de Ação para Atendimento à Criança e ao Adolescente para 2014-2017 de Curitiba (2013)

A esse respeito, na conjuntura atual, a inclusão social é indissociável da inclusão digital. No entanto, mesmo antes da pandemia, a imensa desigualdade no acesso à internet já era objeto de estudo de inúmeras pesquisas – como a TIC Domicílios, divulgada em 2019, e que já apontava que, apesar de 70% dos lares brasileiros, localizados em áreas urbanas, terem acesso à internet, o mesmo apresentava grandes disparidades. A análise por classe social, por exemplo, revelou que, entre os mais ricos (classes A e B), 96,5% das casas têm sinal de internet; ao passo que, nos patamares mais baixos da pirâmide (classes D e E), esse índice cai para 59%. Além disso, entre a população cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à internet usam exclusivamente o celular. Essa imensa desigualdade no acesso à internet adquire novos

contornos diante da pandemia de Covid-19, pois, em razão do isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, os sistemas de ensino passaram a adotar a educação a distância, sendo que esta, da forma como foi implantada, tem se revelado como mais um indicativo da desigualdade social que sempre caracterizou a educação brasileira.

A pandemia de Covid-19 – doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) – foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na província de Hubei, República Popular da China, em 1 de dezembro de 2019. Desde então, tem feito milhões de vítimas fatais em todo o planeta, tendo o Brasil, na data de finalização do presente artigo, ultrapassado a marca de mais de 600.000 óbitos em decorrência da doença, o segundo em número de mortes, atrás apenas dos EUA. Visando minimizar os impactos, autoridades sanitárias de todo o mundo passaram a recomendar medidas de distanciamento social, consideradas essenciais para o controle da doença. Ficar em casa passou a ser, desde então, palavra de ordem no enfrentamento da moléstia. No entanto, diante da atual conjuntura, o simples ato de ficar em casa adquire significados absolutamente diferentes, como bem ilustrado por Pretto, Bonilla e Sena (2020):

Em um país com uma enorme desigualdade social, como o Brasil, é necessário especificar que essa casa, para as classes média e alta, se constitui numa edificação com diversos cômodos, que permite arranjos para o desenvolvimento de atividades individuais e coletivas; já para as classes populares, a casa é, muitas vezes, um único cômodo, onde convivem muitas pessoas, de pequenos a idosos, o que torna praticamente impossível permanecer nesse espaço o dia todo, ou desenvolver qualquer tipo de atividade que exija o mínimo de concentração e dedicação, como são geralmente aquelas ligadas à experiência educacional. No entanto, com esse enorme contingente juvenil sem aula nas escolas, começam a surgir, aqui e em diversos países, soluções para que a educação continue, em casa, sob a responsabilidade dos grupos familiares. Portanto, as hashtags #fiqueemcasa e #aescolacontinua têm significados absolutamente diferentes para uma ou outra realidade, uma ou outra classe social (PRETTO; BONILLA; SENA, 2020, p. 2-3).

As aulas presenciais na educação básica e no ensino superior foram suspensas por tempo indeterminado em vários países como medida para evitar a propagação do coronavírus. De acordo com o “Monitoramento global de fechamento de escolas causados pelo COVID19” realizado com base nos dados do Instituto de Estatística da

UNESCO, na data de 16 de maio de 2020, constatou-se que 1.213.390.181 alunos foram afetados com o fechamento das escolas, representando 69,3% do total de alunos matriculados.

Curitiba, seguindo a tendência mundial, suspendeu o ensino presencial e a secretaria municipal de educação passou a oferecer material pedagógico especial, no formato de videoaulas. Através do decreto 516, publicado no Diário Oficial do Município do dia 8 de abril, em razão da pandemia de Covid-19, ficou estabelecido a suspensão das aulas em escolas, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado (CMAEEs) e creches contratadas.

De acordo com o decreto, as aulas do currículo da rede foram preparadas pela equipe técnica dos departamentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental e o conteúdo, ministrado por professores da rede municipal de ensino, foi desenvolvido para o público da pré-escola, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e da Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Para estudantes do 6º ao 9º ano do Fundamental, o conteúdo foi produzido pelo Governo do Estado. O conteúdo passou a ser apresentado no dia 13 de abril em videoaulas pela Paraná Turismo, canal 9.2 UHF e também através da internet pelo Youtube. Em relação à educação infantil ficou determinado que os estudantes terão que registrar o acompanhamento das aulas, em cadernos ou folhas, os quais serão entregues posteriormente pelos pais ou responsáveis nas escolas. Para isso, a prefeitura distribuiu às famílias que precisavam, folhas, cadernos, lápis e demais materiais necessários para essas anotações. Para os estudantes do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano), a Secretaria Municipal de Educação firmou convênio com o governo estadual, que ficou responsável pela produção de conteúdo para este segmento.

Também houve a utilização do aplicativo Aula Paraná, onde o aluno podia acompanhar a aula ao vivo. Além disso, a secretaria firmou parceria com o Google Classroom, que é um sistema de gerenciamento de conteúdo para escolas que permite a criação, distribuição e avaliação de trabalhos, permitindo também a interação entre o professor e o aluno. Ou seja, para este segmento da educação básica, o acesso à internet se faz ainda mais necessário.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) dividiu opiniões perante a comunidade escolar desde que foi implementado pois, se por um lado viabilizou a oferta contínua das aulas e disponibilizou conteúdos e atividades para uma parcela de estudantes que têm acesso aos recursos tecnológicos; por outro, não contempla aqueles que vivem em condição de vulnerabilidade social em decorrência de fatores socioeconômicos (analisados na seção anterior) e, conseqüentemente, não possuem acesso aos recursos tecnológicos necessários.

A distribuição desigual da população no espaço urbano da cidade de Curitiba, analisada anteriormente, também tem impactos sobre a acessibilidade à internet e, conseqüentemente, sobre os estudantes de segmentos sociais vulneráveis, residentes nos bairros da região periférica aqui analisados, uma vez que essa situação de brutal desigualdade no acesso, aprofunda ainda mais o fosso entre as diferentes classes sociais, com as mais vulneráveis desprovidas até mesmo de informações sobre a pandemia.

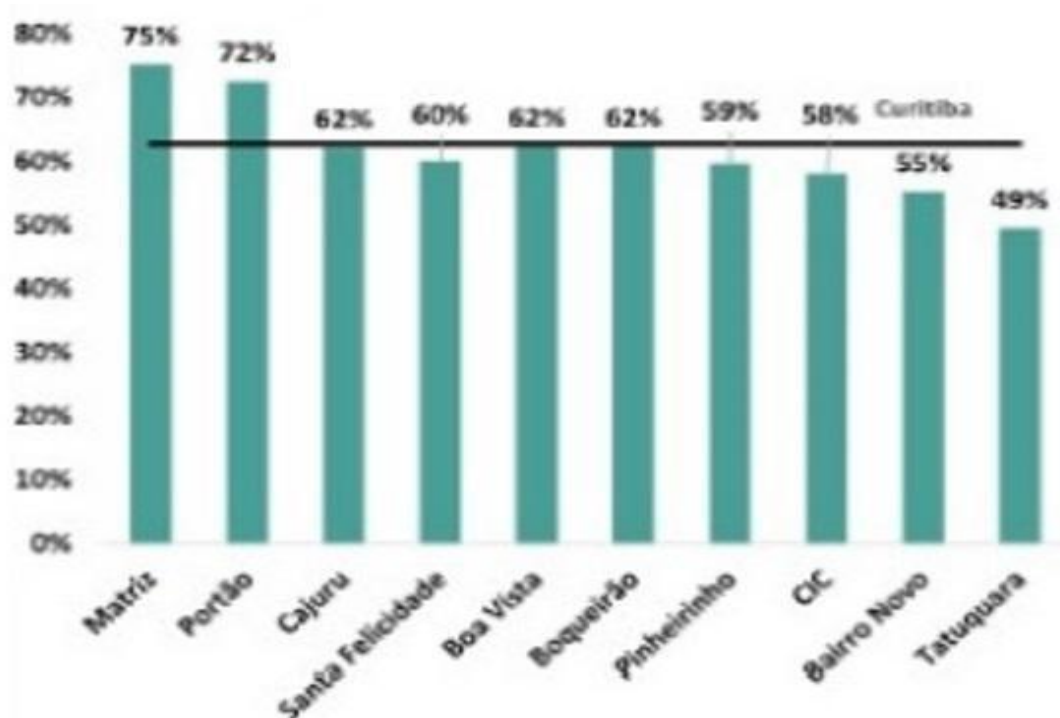
De acordo com Andrade e Silveira (2013), a região, o bairro, o território são também capazes de gerar desigualdades. A análise do efeito-território se pauta na investigação das inter-relações entre as características tanto dos espaços (territórios) quanto dos grupos sociais presentes nestes.

De fato, os bairros periféricos aqui analisados – regional Pinheirinho – apresentam os piores indicadores sociais relativos à renda, escolaridade, etc e, também, os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Além disso, a regional apresentou, no período de 2000 a 2010, um crescimento populacional de 29,34%, enquanto o município como um todo, apresentou um crescimento de 10,37%. Dos 168.425 habitantes da regional, 42.087 eram crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, o que equivalia a 24,99% da população.

Em 2017, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC) realizou um amplo estudo sobre as condições de moradia em Curitiba. Nesse estudo, a Regional Tatuquara (que abarca os bairros Tatuquara, Campo de Santana e Caximba) já aparece desmembrada da Regional Pinheirinho, o que ocorreu em novembro de 2015, através de decreto da prefeitura. A Figura 3 apresenta dados desse estudo do IPPUC. Como se pode notar, as regionais Pinheirinho e Tatuquara – que no Censo Demográfico de 2010 ainda faziam parte de uma mesma regional e contavam com a maior proporção de crianças e

adolescentes de 0 a 14 anos – foram as regionais que (somadas às regionais CIC e Bairro Novo) apresentaram a menor porcentagem de domicílios com internet.

Figura 3: Percentagem de domicílios com internet (por macro zona de Curitiba)



Fonte: IPPUC (2017)

A esse respeito é importante destacar que há, recentemente, uma convergência de estudos que tratam da segregação espacial como um fator impactante importante sobre as oportunidades educacionais. Um exemplo são os estudos realizados no âmbito do grupo de pesquisa “Observatório da Educação e Cidades” que reúne trabalhos realizados no Brasil nas últimas décadas, com o objetivo de investigar e compreender o impacto da segregação residencial e/ou do efeito-vizinhança sobre oportunidades educacionais. Esses estudos partem do pressuposto de que a concentração da pobreza é um fator estrutural explicativo dos comportamentos individuais e, por extensão, dos resultados escolares.

Em 27 de setembro de 2021, após 18 meses de pandemia, a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba retornou com as aulas presenciais, mas mantendo os dois

formatos de atendimento – presencial e remoto – para que os pais e responsáveis escolham a que consideram mais adequada para a organização familiar.

De acordo com os dados apresentados, podemos seguramente afirmar que nesses 18 meses de pandemia e de ensino remoto milhares de crianças e adolescentes em idade escolar vivenciaram um “*apartheid digital*”, termo utilizado por Bonilla e Oliveira (2011) para designar a desigualdade de acesso de grandes contingentes populacionais às tecnologias da informação e comunicação.

Considerações finais

É impossível compreender a desigualdade se não nos atermos à infância, que é considerada a etapa mais vulnerável da vida, especialmente em países como o Brasil. As desigualdades iniciadas na infância tendem, muitas vezes, a definir o destino de crianças e adolescentes. A privação ou concentração de oportunidades acontecem desde muito cedo. Como procuramos demonstrar no artigo, apesar de Curitiba ser conhecida mundo afora como “a cidade modelo”, ela é uma das mais desiguais do mundo. Os dados apresentados revelam que ser criança na capital paranaense adquire significados bem distintos de acordo com a região analisada. A análise do efeito-território ancorada nos dados que analisamos nos permite afirmar que o território é, também, capaz de gerar desigualdades. Assim, a regional Matriz, que abarca os bairros da região central da cidade – e 11,48% de sua população composta por crianças e adolescentes de 0 a 14 anos – apresenta os melhores indicadores sociais, relativos à renda, nível de instrução e ocupação. Já a regional Pinheirinho, que abarca os bairros mais periféricos da cidade – e 24,99% de sua população composta por crianças e adolescentes de 0 a 14 anos – apresenta os piores indicadores sociais, em relação às mesmas variáveis observadas.

Há de se destacar, ainda, que, de acordo com o Plano de Ação para Atendimento à Criança e ao Adolescente para 2014-2017, divulgado em 2013, das 16.895 pessoas em extrema pobreza na cidade, 6.578 eram crianças e adolescentes (38,31%). Além disso, a faixa etária de 6 a 14 anos, corresponde a 20,72%, o segundo maior percentual de pessoas em situação de pobreza extrema. Mas, se somarmos com as faixas etárias mais jovens,

esse percentual chega a 33,95%, se constituindo no maior percentual de pessoas em situação de pobreza extrema de Curitiba.

São justamente os bairros com os piores indicadores sociais e o maior percentual de crianças e adolescentes os que apresentaram as menores porcentagens de domicílios com acesso à internet. Essa imensa desigualdade no acesso à internet adquiriu novos contornos diante da pandemia de Covid-19 pois, em razão do distanciamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, os sistemas de ensino passaram a adotar o ensino remoto, que, da forma como foi implantado, acabou por revelar-se como mais um indicativo da imensa desigualdade social que sempre caracterizou a educação pública brasileira. Quando tomamos como público-alvo o alunado da rede municipal de ensino de Curitiba, ou seja, os estudantes do Ensino Fundamental na faixa etária de 6 à 14 anos de idade, percebemos que essa desigualdade no acesso à internet está diretamente associada à segregação espacial, característica da cidade, vindo a se somar a outras tantas formas de desigualdade e expondo uma de suas faces mais cruéis, a privação do direito fundamental à educação e, conseqüentemente, a negação da possibilidade de futuro para um contingente tão significativo de crianças e adolescentes que, historicamente, sempre foram as menos amparadas por investimentos realizados pelo Estado.

Curitiba não foge à regra do país; aqui, as condições desiguais que envolvem raça e gênero, também envolvem idade.

Referências

ANDRADE, L. T.; SILVEIRA, L. S. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 381-402, 2013.

BONILLA, M.H.S.; OLIVEIRA, P.C.S. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In: BONILLA, M.H.S.; PRETTO, N.L. (org). **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011.

BRITO, F. R. (2007). **A transição demográfica no Brasil**: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade (Texto para Discussão, No. 318). Brasília: IPEA.

BRITO, F. R. (2008). Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da População**, 25(1), 5-26.

BRUEL, Ana Lorena; ASSUNÇÃO, Heracto Kuzycz; BALISKI, Patrícia; TAVARES, Tais Moura. Organização social do território e distribuição de oportunidades educacionais: um estudo exploratório sobre o caso da Região Metropolitana de Curitiba. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F, MOURA, Rosa. **Curitiba: transformações na ordem urbana**.1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.

CURITIBA. **Plano de Ação para Atendimento à Criança e ao Adolescente para 2014-2017**. 2013.

DESCHAMPS, Marley Vanice. Região Metropolitana de Curitiba: estrutura social e organização social do território. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F, MOURA, Rosa. **Curitiba: transformações na ordem urbana**.1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Documentação do Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. IPEA, 2015. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>> Acesso em: 11 de set. de 2021.

IPPUC. Avaliação de vulnerabilidade ambiental e socioeconômica para o Município de Curitiba. 2014.

IPPUC. **Consolidação de dados de oferta, demanda, sistema viário e zoneamento**. Relatório 5. Pesquisa Origem-destino domiciliar. 2017.

KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca. **Educ.Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 805-831, jul.-set. 2012.

LAZARETTI, L. R., TEIXEIRA, F. O., & OLIVEIRA, S. V. (2019). Desigualdades socioeconômicas e demográficas nos municípios do Rio Grande do Sul/Brasil: um índice de vulnerabilidade à pobreza. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**.2019.

LONGO, F. V.; VIEIRA, J. M. (2017). Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, 38(141), 1051-1071. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017162420>.

MARQUES, Eduardo; SCALON, Celi; OLIVEIRA, M. Comparando estruturas sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 215-38, 2008.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PAGLIN, M. The measurement and trend of inequality: a basic revision. **American Economic Review**, 65(3): 520-531, 1975.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. BOLZON, A.; COSTA, M. A.; MARQUES, M. L. A. (Coords.). Brasília: Pnud Brasil, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/GnZQS3>>.

PRETTO, N. De L.; BONILLA, M. H. S.; SENA; I. P. F. de S. (Orgs). **Educação em tempos de pandemia**: reflexões sobre as implicações do isolamento físico imposto pela COVID-19. Salvador: Edição do autor, 2020.

TIC DOMICÍLIOS 2018. **Comitê Gestor da Internet no Brasil** – CGI.br. Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – São Paulo: CGI.br, 2019. Disponível em: <https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/> . Acesso em: 15 set. 2021.

Militarização e milicianização da Segurança Pública no Rio de Janeiro¹

Carlos Henrique Aguiar Serra²
Luís Antônio Francisco de Souza³

Recebido em julho de 2022
Aceito em outubro de 2022

RESUMO

O presente artigo pretende argumentar que há uma nova tendência da militarização da segurança pública no Brasil. A militarização da segurança e a policialização das forças armadas fazem com que estas instituições percam sua especificidade constitucional. Trata-se de uma continuidade da ditadura de 1964-1985 em que ocorreu a politização dessas instituições. O artigo argumenta, a partir de uma revisão bibliográfica e do debate público, que o eixo deste processo se encontra na violência policial, na ausência de *accountability* das polícias e na maior presença de grupos paramilitares organizados nas periferias urbanas. No caso específico do Rio de Janeiro, observa-se que a militarização se coaduna com o processo de milicianização da segurança pública. Esta milicianização se potencializa em larga escala a partir da segunda metade dos anos 1990, no Rio de Janeiro. Assim sendo, pretende-se discutir no contexto da tomada do poder pela extrema-direita no Brasil, esta “milicianização” das polícias militares, mas também, da segurança pública no Rio de Janeiro. Por fim, argumenta-se que há uma rotinização do estado de exceção, segundo inspiração teórica de Giorgio Agamben.

Palavras-chave: Segurança Pública; Militarização; Polícia Militar; Forças Armadas; Milicianização.

Introdução

Paz armada, polícia pacificadora, ocupação territorial, controle territorial, confronto armado, força tática, Batalhão de Operações Policiais Especiais, guerra às drogas, combate aos traficantes, carros blindados, helicópteros blindados, armas de fogo, fuzis, metralhadoras, inimigo, guerra, polícia militar, crimes militares, justiça militar, processo crime militar, prisões militares, linha de comando, ordem hierárquica, disciplina e uniforme. Do que estamos falando? Das forças armadas ou da polícia? Nunca as

¹ GT 13 - CONTROLE SOCIAL, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS.

² Doutor em História. Professor adjunto do Departamento de Ciência Política e da Pós-Graduação em Ciência Política da UFF. E-mail: chaserra@id.uff.br.

³ Doutor em Sociologia. Professor livre-docente do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp, campus de Marília. E-mail: luis.af.souza@unesp.br.

distinções ficaram mais difíceis e os contornos mais problemáticos, como se não houvesse mais distinção entre guerra e paz ou entre guerra e política. A segurança pública, desde a ditadura militar, se tornou extensão das forças armadas e nunca foi tão fortemente marcada pela lógica da guerra e pela presença maciça de militares nos postos-chaves de comando, tanto das polícias militares como das secretarias de segurança pública (BATISTA; BATISTA, 2012; SERRA; ZACCONE, 2012; BRITO; OLIVEIRA, 2013).

O que está ocorrendo? Estamos diante de uma ruptura da ordem institucional ou de uma continuidade, afinal, um dos componentes essenciais da história política do país é o autoritarismo de suas instituições (MÉNDEZ et al., 1999). Evidentemente, as forças armadas são elemento constituinte da dimensão política do Estado brasileiro, mesmo porque elas são parte do chamado monopólio estatal da violência legítima. Não é preciso escavar as camadas mais profundas de nossa história para saber que esse monopólio se converteu, com frequência, no *motu* para a prática de várias formas de violência estatal em orquestração com diferentes atores como guerrilhas, narcotráfico, paramilitares e milícias (KRUIJT, 2001; CRUZ, 2017). Nos últimos anos da ditadura militar e nos primeiros anos do período em geral denominado de transição para a democracia, a sociedade brasileira foi assaltada pela repressão policial e pela recessão econômica. Arriscamos mesmo a afirmar que recessão foi, no plano econômico, o que é o estado de exceção no plano político. A recessão autorizou a adoção de medidas de ajuste econômico que implicaram em redução de direitos trabalhistas e de garantias do estado de bem-estar, assim como a repressão autorizou o uso da violência como forma de controle social dos grupos subalternos e dos grupos insurgentes. Em outros termos, a adoção das medidas neoliberais tem como condição a escalada do uso da força, da disseminação de controle social, de aumento das taxas de encarceramento e da violação sistemática dos direitos de cidadania (WACQUANT, 1999; PINHEIRO, 2001; PEREIRA, 2010). É o que estamos denominando de neoliberalismo militarizado, que se fortalece dos destroços das garantias do estado e é amparado pela violência sistemática das chamadas forças da ordem em conluio com a privatização da segurança e com a degradação do espaço urbano (DARDOT et al., 2021).

Não por menos, as cidades se tornaram praças de guerra, com o emprego de táticas de vigilância, controle de acesso, checagem de fronteiras, ocupação territorial,

controle digital de identidades. Nesse novo urbanismo militarizado não há igualdade de armas entre os “combatentes”. A guerra urbana, como instrumento de paz, tem-se tornado rotina, mesmo porque nela não existe uma distinção clara entre vencedor e perdedor nem há qualquer possibilidade de armistício. É uma guerra permanente porque ela tem utilidade econômica, política e social (CALDEIRA, 2001; LEITE, 2012; GRAHAM, 2016).

Pode-se mesmo afirmar que o local e o global se articulam e se influenciam mutuamente nesse cenário de construção histórica de um estado de exceção militarizado. Os fatos históricos no Brasil, como os chamados ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, no ano de 2006, e a chamada onda de ataques orquestrada pelo Comando Vermelho (CV) no Rio de Janeiro, em 2010, denominados pela mídia de ataques de caráter terrorista, foram utilizados como justificativa para a adoção de medidas de exceção (SALLA, 2006; TEIXEIRA, 2016). Em junho de 2013, na esteira dos movimentos que ficariam conhecidos como a Primavera Árabe (2010), diversas cidades do Brasil, e em especial Rio de Janeiro e São Paulo, foram palco de intensos conflitos entre manifestantes e forças de segurança. Esses eventos começaram em torno da reivindicação do chamado passe livre, mas rapidamente foi catapultado por interesses políticos de direita e respingaram na já baixa legitimidade do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que já vinha sofrendo ataques por parte do chamado centrão e da emergente ala mais à direita do espectro político nacional. A insegurança social que emergiu nesse período foi ampliada pela lente dos grandes eventos internacionais que foram sediados no país, assim como pelo impacto dos diversos ataques terroristas em capitais europeias. Nesse contexto, a infausta lei nº 13.260/2016, também conhecida como Lei Anti-Terrorismo, teve sua tramitação acelerada.

As sombras do militarismo e das milícias na segurança pública

O quadro de incertezas e o clamor por intervenção militar se acelerou a partir do ano de 2016: criminalização dos movimentos sociais, vigilância ideológica, perseguição e mortes de lideranças do MST e de lideranças indígenas, proscrição da discussão em sala de aula de temas ligados aos movimentos sociais, problemas de

gênero, sexualidade, onda de anistias e indultos a policiais militares envolvidos com assassinatos e chacinas no Brasil. O acionamento da nefanda Lei de Segurança Nacional (LSN) e o uso frequente das Garantias da Lei e da Ordem (GLO) provocaram o acirramento da militarização do governo federal, como parte integrante de uma tendência mais ampla de militarização da administração pública (NÓBREGA JR, 2012; BOTELHO, 2020). A repercussão desse quadro social e político tenso se dá, como sempre, no cárcere onde presos e presas são reduzidos à condição de não sujeitos de direitos (TEIXEIRA, 2006). De fato, o contexto aponta para o uso estratégico da militarização e da exceção como contrabalanço às políticas sociais adotadas pelos governos do PT (LEIRNER, 2020; ZANIN, MARTINS, VALIM, 2020).

Evidentemente, os poucos, mas importantes, avanços sociais e políticos obtidos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, já começaram a sofrer forte crítica e a merecer oposição sistemática no campo político partidário desde o governo Collor até o governo de Fernando Henrique, com todas as conotações neoliberais presentes em suas plataformas e nas agendas de seus apoiadores mais sistemáticos ou mais oportunistas. A agenda política de mudanças, fortemente marcada pela afirmação dos direitos sociais, fruto das lutas populares dos anos finais da ditadura militar, foi gradualmente distorcida e desidratada pelos acordos que garantiram mais de uma década de conservadorismo político e regressão econômica. Neste contexto, o clamor por segurança, por mais polícia nas ruas, maior rigor na punição penal ganhou espaço midiático e foi colocado nos debates parlamentares (ZAVERRUCHA, 2005; MÉNDEZ et al., 1999). Ou seja, foi aprovada a lei de crimes hediondos, foram criadas as prisões de segurança máxima e foi adotada a guerra às drogas. Mas, o quadro político nacional recente, em 2016, instaurado a partir de um golpe de Estado branco com o impedimento de uma presidenta sem cometimento de crime de responsabilidade e a prisão de um ex-presidente em um processo crime fraudulento, atingiu um nível de desmonte do Estado de direito só visto no contexto da imposição do Ato Institucional número 5, em 1968 (TEIXEIRA, 2016). Senão vejamos, em fevereiro de 2018 foi decretado o sigilo sobre as ações dos militares na intervenção do Rio de Janeiro e os crimes cometidos por militares em ação de policiamento ganharam foro privilegiado. O governo federal baixou decretos que desvirtuam o escopo da Lei de Acesso à Informação (LAI). Sem contar a insegurança

jurídica de professores que podem ser denunciados em razão de seus posicionamentos teóricos ou políticos em sala de aula. Não tem como contemporizar, pois, como afirma Giorgio Agamben (2004b), os militares e o militarismo representam a face mais evidente do estado de exceção.

Evidentemente, os militares brasileiros têm uma agenda política e econômica e sempre usaram seu poder e prestígio político para interferir nos destinos da nação brasileira. É fato que eles estiveram silenciosos nas casernas durante quase duas décadas. Mas, desde a eleição do Lula para presidente, eles ficaram mais assertivos em seu desacordo com as medidas adotadas pelo governo. Em particular, eles se tornaram críticos ferrenhos das Comissões da Verdade que fizeram uma devassa da violência sistemática promovida durante a ditadura: mortes, ameaças, prisões ilegais, cassações arbitrárias, tortura e conluio com esquadrões da morte. Eles se tornaram críticos das políticas de inclusão social e na educação. Eles criticaram a reserva de parte dos royalties do petróleo para a educação e saúde. Mas não apenas isso, tudo indica que os militares se alinharam às classes dominantes na definição econômica do Brasil como lócus de extrativismo selvagem e na situação política do país de alinhamento tácito aos interesses do império. A ideia de um país com uma agenda de política externa crítica em relação à submissão aos EUA e aberta para rearranjos estratégicos configurados nos chamados BRICS, colocou os militares em estado de alerta nas casernas e eles se engajaram no estratagema fraudulento do golpe institucional e na eleição presidencial subsequente (LEIRNER, 2020).

Portanto, o processo de militarização das forças policiais e de policialização das forças armadas não responde apenas às clivagens locais, mas se articula com as estratégias de guerra híbridas, com seu propósito de mudança de regime e de boicote à autonomia dos estados soberanos. Os militares brasileiros se converteram em garantidores da ordem interna e em fiéis defensores dos interesses imperiais. Os militares, ao assumirem, pelo voto, o poder máximo da nação, levaram ao extremo o processo de militarização da política. Não é à toa que o número de militares no governo federal supera a presença de militares em todos os governos de generais empossados pelo golpe de 1964 (SERRA, SOUZA, BATTIBUGLI, 2019).

Observando à distância, parece seguro afirmar que o poder que os militares exerceram durante a ditadura foi permissivo em relação a ação de grupos de extermínio no campo e nas cidades e em relação às unidades paramilitares atuando no interior mesmo do aparato estatal. Esses grupos foram, sem dúvida, responsáveis pela face mais violenta e assassina da ditadura. A ditadura militar foi instituída a partir de um ato de força e só se manteve durante 21 anos graças ao uso sistemático e ilegal da força contra grupos insurgentes. Neste sentido, as milícias sempre exerceram papel complementar ao arbítrio do regime de exceção (GODOY, 2014; HUGGINS et al., 2006). E hoje parece que a história se repete como farsa. Sem dúvida, os generais militares eram farsantes, no entanto a farsa maior está transcorrendo neste exato momento sob nossos olhos nos salões dos palácios de Brasília. A militarização da política é uma tendência permanente ou passageira? Independentemente do resultado das eleições presidenciais de 2022, uma nova configuração política está emergindo no país.

De toda forma, percebe-se uma mudança no quadro das relações complexas entre as forças da ordem e os grupos paramilitares. As milícias sempre foram o braço violento do Estado junto com suas organizações policiais militares mais brutais. E os limites entre umas e outras sempre foi cinzento, com policiais fazendo parte das duas ou tendo interesses nas duas. Ninguém fala muito, mas sabe-se já há tempos que os policiais têm vários negócios na chamada segurança privada e se imiscuem nas organizações criminosas. Mas as pesquisas empíricas e o relatório da CPI da Assembleia Legislativa do RJ sobre as milícias sinalizam para as mudanças desses papéis (ALERJ, 2008). Porque as milícias não apenas fazem o varejo do mercado da morte nas periferias urbanas como também assumiram um papel de gestoras de bairros e territórios (MANSO, 2020). Papel este muitas vezes facilitado pelas ações da polícia, como foi o caso das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) que expulsaram os chamados traficantes e permitiram a entrada dos milicianos nos territórios. Mas também esse papel foi facilitado pelas constantes intervenções das forças armadas por meio das GLO. Duplo processo que necessita de investigação sociológica: a militarização da política e a milicianização das políticas urbanas. Ou seja, militares e milicianos (e pastores) estão penetrando profundamente nas estruturas do Estado brasileiro (ALVES, 2011; CANO, DUARTE, 2012; MANSO, 2020). Não é possível hoje compreender a situação da

segurança, da violência e dos mecanismos de punição no Brasil contemporâneo sem observar a imbricação das forças policiais, das forças armadas e da força das milícias.

O terceiro excluído: as milícias no Rio de Janeiro

Desde 2018, estamos testemunhando uma radicalização da militarização da política no Brasil. Nos porões desse processo encontramos a militarização do chamado crime organizado. Afinal, as milícias são parte integrante do crime organizado, com enraizamento profundo nas chamadas forças da ordem. E esse processo vem ocorrendo no Rio de Janeiro desde as UPPs (FLEURY, 2012; BRITO & OLIVEIRA, 2013). No Brasil, as polícias são, de fato, governadas pelos militares e lançam uma sombra sobre as organizações criminosas. E a crescente participação das milícias na construção da ordem/desordem social vem sendo notada pelos pesquisadores como uma articulação perversa entre grupos de extermínio e prestação de serviços compulsórios às comunidades (ZACCONE, 2013; ALVES, 2011).

Durante a última década, o domínio do chamado crime organizado não decaiu, mas foi fortemente comprometido pelas milícias que, ao mesmo tempo expulsam os traficantes e ocupam o espaço deixado vazio que pelo lado certo da vida errada, que pelo lado errado da vida certa (MACHADO DA SILVA, 2013). As pesquisas estão demonstrando que os grupos comandados por policiais, bombeiros, agentes penitenciários e militares, na reserva ou na ativa, exercem maior terror sobre a população do que o Comando Vermelho. A milícia exerce um controle militarizado das áreas geográficas para efeito de ganhos econômicos. O Rio de Janeiro se tornou um laboratório de ilegalidades e de violência armada, associando uma estrutura de poder político e econômico (ALVES, 2011; CANO & DUARTE, 2012; SILVA, 2018).

Os milicianos exploram gás, luz, televisão a cabo, vans do transporte alternativo, pontos ilegais de venda de produtos, acesso às casas de programas habitacionais do governo e já estão atuando como corretoras informais, grilando terrenos, construindo prédios e vendendo imóveis. Quando encontram bocas de fumo, os milicianos avançam a golpes de metralhadora para ocupar o território e mercadejar a droga. A disputa entre milicianos e traficantes pelos pontos de venda tem sido particularmente violenta. Os

paramilitares, que eram considerados um mal menor, utilizados informalmente (mas publicamente) como estratégia de combate ao tráfico, se tornaram o maior problema da segurança pública do Rio de Janeiro. E as estatísticas oficiais não refletem a gravidade de problema, mesmo porque, segundo relatos de moradores das comunidades do Rio de Janeiro, os cemitérios clandestinos estão se tornando normais no cenário das periferias e morros (OLIVEIRA et al., 2018). E como já foi afirmado antes, a intervenção militar de 2018 sequer enfrentou as milícias e pode-se legitimamente perguntar a razão desse armistício em torno dos milicianos. Ao contrário, as operações do Exército ignoraram ostensivamente as áreas dominadas pelos paramilitares (G1, 2018).

Em 9 de abril de 2019, em Guadalupe, na zona norte do RJ, o músico Evaldo Rosa dos Santos, de 51 anos, morreu após o carro em que estava com a família ser atingido por mais de 80 tiros disparados por soldados do Exército. Os militares alegaram que os ocupantes atiraram contra a guarnição, o que não foi comprovado. Em 12 de fevereiro de 2015, no Complexo da Maré, o veículo em que estavam 5 amigos desarmados foi atingido por seis disparos de fuzil. Todos os ocupantes tiveram ferimentos. Vitor Santiago Borges foi atingido por dois tiros, ficou paraplégico e teve a perna esquerda amputada. O soldado Diego Neitzke assumiu a autoria dos tiros. O promotor militar Otávio Bravo afirmou que o soldado agiu em legítima defesa imaginária e, portanto, cometeu “erro de fato plenamente escusável pelas circunstâncias”. Esse mesmo argumento foi usado para a absolvição dos soldados que mataram Matheus Martins da Silva, de 17 anos, durante a Operação Capixaba, no Espírito Santo, no início de 2017. Desde 2012, os militares são acusados de pelo menos 35 mortes no Rio de Janeiro (VIANA, 2020).

A vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, e o motorista, Anderson Gomes, foram assassinados em 14 de março de 2018. As apurações apontaram que os membros da milícia do Rio das Pedras foram responsáveis pela execução, como forma de represália à atuação da vereadora contra a presença das milícias nas comunidades dos morros cariocas. Um dos atiradores era o armador da milícia e em uma de suas residências foram encontrados mais de cem fuzis. O ex-oficial do Bope, Adriano da Nóbrega, que se tornou um dos chefões da milícia do Rio das Pedras, com conexões nos altos corredores do poder, foi um dos assassinos e foi morto em circunstâncias ainda obscuras, mas,

certamente, como queima de arquivo. Ainda não se apurou adequadamente quem foram os mandantes da execução (RAMALHO, DEMORI, 2018; RODRIGUES, 2020).

Estas são cenas corriqueiras de abuso e violência por parte de policiais militares, agindo como membros de gangues urbanas ou de milícias. Além das chacinas, das ameaças e de toque de recolher, as polícias e as milícias desenvolvem ações muito parecidas. No final de 2019, a presidência da república enviou um Projeto de Lei ao Congresso que amplia as circunstâncias em que militares que atuam em Operações de Garantia da Lei e da Ordem podem matar civis sem serem punidos. O que é conhecido juridicamente como excludentes de ilicitude, ou seja, as circunstâncias que autorizam a morte sem que isso seja considerado homicídio diante da lei.

A propositura de uma lei que na prática normaliza a exceção é um dos componentes essenciais de um estado de exceção. Porque, na verdade, trata-se de inserir na lei a impunidade que já ocorre na prática. Por exemplo, desde 2010, nenhum militar foi condenado pela morte ou lesão de civis em ações autorizadas pelas GLO. O quadro da milicianização da segurança pública se completa com o desmantelamento dos órgãos de controle, como as ouvidorias de polícia. Os casos de violência por parte da polícia militar, por parte de militares em ações de policiamento e de milicianos demonstram os dois padrões clássicos de atuação criminosa do Estado: a) a vítima da violência policial torna-se algoz, sendo enquadrada legalmente como tendo cometido crime contra os policiais; b) a chamada resistência seguida de morte ou auto de resistência, em que a pessoa assassinada pela polícia torna-se responsável pela sua morte, porque a polícia instaura procedimento para investigar a responsabilidade do morto(!) *Mutatis mutandis*, este é o modelo que estamos vendo se reproduzir em todas as ações das milícias e nos discursos dos políticos, dos comandantes das forças e de pastores neopentecostais que as apoiam.

Considerações finais

Olhando pela lente da história, as ironias presentes nos avanços políticos e jurídicos do Brasil são evidentes. Os avanços são medidos pela capacidade da lei de acomodar os interesses das classes dominantes e de seus representantes. Hoje, estamos

reféns de policiais militares, de militares e de milicianos, sendo que não sabemos identificar quem é quem nesses papéis intercambiáveis.

As medidas de exceção, consagradas até mesmo pela Constituição Federal, estão se tornando norma. Quer pela intervenção militar regulamentada pelas GLO, quer pelo uso estratégico de normas e de decretos, quer pela presença massiva de militares nas mais diferentes instâncias de governo. As mudanças mais amplas no papel dos militares nas guerras, na gestão do terrorismo e no combate às drogas foram cruciais para que a política se tornasse palco de paradas militares (GROS, 2006). O militarismo opera nas sombras de um Estado de direito que está sendo aos poucos desmantelado pelo neoliberalismo.

As intervenções, ocupações, operações e diferentes estratégias militares deixaram as margens da República e estão ganhando o status de gestão pública. Todas as margens são perigosas, segundo Mary Douglas (1976). Sobretudo quando as margens se confundem com o centro e este é o efeito do estado de exceção. Ouvia-se muito nas periferias de São Paulo nos 1970: “os militares sabem o que estão fazendo”. É assustador perceber que, no final, Michel Foucault (1999) tinha razão quando afirmou que precisamos inverter a proposição de Clausewitz: a política é a extensão da guerra por outros meios. Hoje, talvez, a política se tornou a extensão da guerra e, por conseguinte, em extensão da exceção. As relações de poder estão encontrando sua ancoragem no modelo da guerra e em táticas militares. O militarismo é a manifestação mais evidente do estado de exceção (AGAMBENb, 2004). Mas ele também permite a inserção da dimensão fúnebre na vida cotidiana e o exemplo da pandemia não deixa dúvidas.

Daqui para diante, precisamos investir muito esforço de pesquisa para compreender como esses processos de militarização da segurança, de policialização dos militares e de milicialização das forças policiais se articulam com a agenda de destruição do Estado e de seu monopólio legítimo da violência. A privatização econômica, o enfraquecimento do Estado de direito e a militarização da política se tornaram fatos e devem ser interpretados à luz do conceito de estado de exceção. Essa análise não tem apenas um interesse acadêmico, na verdade, ela deve fazer parte da agenda dos atores políticos, em busca de alternativas sociais não dominadas.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004a.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004b.

ALERJ. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ação das Milícias no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ALERJ, 2008.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao extermínio**: a história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Editora Sepe/APPH-Clio, 2011.

BATISTA, Nilo; BATISTA, Vera Malaguti (orgs). **Paz armada**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BATTIBUGLI, Thaís. **Polícia, democracia e política em São Paulo (1946-1964)**. São Paulo: Humanitas, 2006.

BICUDO, Hélio. **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte**. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

BOTELHO, Maurilio Lima. Estado de exceção e militarização do espaço urbano. In ROCHA, André Santos da (org.). **Baixada Fluminense**: estudos contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas. Duque de Caxias: ASAMIH. 2020, pg. 62-74.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (orgs). **Até o último homem**. Visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2001.

CANO, Ignacio & DUARTE, Thaís. **“No sapatinho”**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011), Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CÍCERO, José. **Testemunhas oculares desmentem versão da polícia sobre mortes em Paraisópolis**. Agência Pública, 2019. Disponível em <https://apublica.org/2019/12/testemunhas-oculares-desmentem-versao-da-policia-sobre-mortes-em-paraisopolis/> Acesso em 22 de abr. 2022.

CRUZ et al., Ana Vlândia Holanda. **A ditadura que se perpetua**: Direitos Humanos e a militarização da questão social. *Psicologia: Ciência e Profissão* v. 37 (núm. esp.). 2017. p. 239-252.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O pequeno exército paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

DARDOT et al., Pierre. **A escolha da guerra civil**. Uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e segurança**. Força Pública do estado de São Paulo: fundamentos histórico-sociais. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FLEURY, Sônia. **Militarização do social como estratégia de integração**. O caso da UPP do Santa Marta. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, no 30, mai./ago. 2012, p. 194-222.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. O nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

G1 Rio de Janeiro. **O que são e como agem as milícias acusadas de matar Marielle Franco**, 2018. Disponível em https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/15/o-que-sao-e-como-agem-as-milicias-acusadas-de-matar-marielle-franco.ghtml?fbclid=IwAR17N1xpfw8gydPZkOWdPpNcopDrGJ9c5ERurwbgvOPnews3f_8uzn9o_HA Acesso em 22 abr. 2022.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GODOY, Marcelo. **A casa da Vovó**. Uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2014.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**. O novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GROS, Frédéric. **États de violence**. Essai sur la fin de la guerre. Paris: Galimard, 2006.

HUGGINS, Martha et al. **Operários da violência**. Policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Editora da UnB, 2006.

KRUIJT, Dirk. Low intensity democracies: Latin America in the post-dictatorial era. **Bulletin of Latin American Studies Research**. Blackwell Pub. Malden, v. 20, n.2, 2001. p. 409-430.

LEIRNER, Piero. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020.

LEITE, Márcia. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389. 2012.

LOPES JR, Aury. Lei 13.491/2017 fez muito mais do que retirar os militares do tribunal do júri. *Revista Consultor Jurídico*, 2017. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2017-out-20/limite-penal-lei-134912017-fez-retirar-militares-tribunal-juri> Acesso em 22 abr. 2022.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Cidades controladas. O controle do crime violento na cidade do Rio de Janeiro. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Número 67. Fevereiro de 2013.

MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias*. Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Editora Todavia, 2020.

MÉNDEZ, Juan et all. *The (Un)Rule of law & the underprivileged in Latin America*. Notre Dame: Notre Dame University Press, 1999.

MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil. Abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, Dulce et all. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

MINGARDI, Guaracy. *Tiras, gansos e trutas*. Cotidiano e reforma na polícia civil. São Paulo: Scritta, 1992.

NÓBREGA JR. José Maria Pereira. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. *Revista de Sociologia e Política*. 18 (35). Fevereiro de 2010. p. 119-130.

OLIVEIRA, Cecília et all. Tá tudo dominado. As milícias assumiram o controle do Rio de Janeiro. *The Intercept*, 2018. Disponível em <https://theintercept.com/2018/04/05/milicia-controle-rio-de-janeiro/?fbclid=IwAR1Ae2eB-WcWMt5CSlbdnXNdOTEl5xUoth155SSvbDabflB8-JRVuTVoVwc> Acesso em 22 abr. 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Revista Mana*, v.20, n. 1, 2014. p. 125-161.

PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão*. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Chile e Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Transição política e não-estado de direito na república. SACHS, Ignacy et all (Org). *Brasil, um século de transformação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAMALHO, Sérgio; DEMORI, Leandro. Outro miliciano de CPI na qual Marielle trabalhou esteve na Câmara horas antes do crime. **The Intercept**, 2018. Disponível em <https://theintercept.com/2018/03/21/outro-miliciano-marielle-franco-camara-crime/> Acesso em 22 abr. 2022.

RODRIGUES, Henrique. Adriano da Nóbrega: Relembre estratégia sem sentido da operação que matou miliciano. **Revista Fórum**, 2022. Disponível em <https://revistaforum.com.br/politica/2022/4/6/adriano-da-nobrega-relembre-estrategia-sem-sentido-da-operao-que-matou-miliciano-112639.html> Acesso em 22 abr. 2022.

ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**. Uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: Edusp, 2010.

SALLA, Fernando Afonso. Considerações sociológicas sobre o crime organizado no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 71, 2008.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar e ZACCONE, Orlando. Guerra é paz: os paradoxos da política de segurança de confronto humanitário. In: Batista, Nilo e Batista, Vera Malaguti (orgs). **Paz armada**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

SILVA, Vinicius Felix da. **O Estado de Exceção Pacificador**: modulações e paradigmas da exceção em Agamben e na política pública de pacificação do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Santo André: UFABC, 2018.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar e BATTIBUGLI, T. Perspectives on the militarization of public security in contemporary Brazil. **ONATI SOCIO - LEGAL SERIES**, v. 1, p. 1-16, 2019.

TEIXEIRA, Alessandra. **Prisões da exceção**. Política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

TEIXEIRA, Alessandra. **O crime pelo avesso**. Gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. São Paulo: Alameda, 2016.

VIANA, Natália. Soldado que deixou jovem paraplégico no Rio agiu em “legítima defesa imaginária”, diz promotor militar. **Agência Pública**, 2020. Disponível em <https://apublica.org/2020/01/soldado-que-deixou-jovem-paraplegico-no-rio-agiu-em-legitima-defesa-imaginaria-diz-promotor-militar/> Acesso em 22 abr. 2022.

VILELA, Rafael. Intervenção militar na segurança do Rio atinge os mais pobres e não resolve violência. **Brasil de Fato**, 2018. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/23/intervencao-militar-na-seguranca-do-rio-atinge-os-mais-pobres-e-nao-resolve-violencia/> Acesso em 22 abr. 2022.

WACQUANT, Loïc. "The militarization of urban marginality: lessons from the brazilian metropolis". **International Political Sociology**. Volume 2. 2008. p. 56-74.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida**: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2013.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan/Editora da UFRJ, 1994.

ZANIN, Cristiano, MARTINS, Valeska, VALIM, Rafael. **Lawfare, uma introdução**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia, 1999-2002. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Repressão estatal preventiva, letalidade policial e legitimação institucional na Grande Curitiba (2017-2018)¹

Murillo Amboni Schio²
Vyctor Grotti³

*Recebido em julho de 2022
Aceito em outubro de 2022*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a legitimação e regularização dos casos de repressão estatal letal na Grande Curitiba, de 2017 e 2018. Tal legitimação se consuma no que denominamos de Sistema de Justiça Criminal, composto pelas polícias, Promotoria, Judiciário e sistema prisional e na ritualística processual que produz o arquivamento de tais investigações, principalmente, pelo recurso jurídico da excludente de ilicitude, especificamente da legítima defesa. O aumento da repressão como um todo, e em especial a repressão letal, insere-se dentro de um contexto, a saber, o regime de acumulação integral, cuja forma estatal corresponde ao Estado neoliberal. Para tanto, lança-se mão de uma discussão a partir do materialismo histórico, quer dizer do método dialético, para analisar o Estado neoliberal e o neoliberalismo em suas expressões gerais, assim como em sua expressão no período pós-redemocratização brasileira. Dentro desse contexto, pretende-se demonstrar como a tendência repressiva do Estado neoliberal se apresenta como necessária à regularização das relações sociais de produção e reprodução do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Repressão estatal letal; Estado neoliberal; Grande Curitiba; Discurso Jurídico e Legitimação.

Introdução

Desde o fim da ditadura militar-burguesa de 1964 e a reinauguração da democracia em terras brasileiras em 1985, os homicídios praticados pelo Estado, através das polícias, tornou-se a principal política estatal lidar com a criminalidade, consolidando sua

¹ GT 14 - Movimentos Sociais e Transformações Social.

² O autor possui Bacharelado e Licenciatura em História pela UFPR, Especialização em Gestão Pública e Direitos Humanos e Cidadania pela UEPG, Especialização em Direito Penal e Criminologia pela PUC-RS, Mestrado em Sociologia pela UFPR e atualmente é bolsista CAPES/CNPq do programa de doutorado da mesma instituição. Email: murilloaschio@gmail.com.

³ O autor possui Bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Especialização em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC), Mestrado em Sociologia pela UFPR e, atualmente, faz doutorado em sociologia na mesma instituição. Email: vgrotti@hotmail.com.

tendência de crescimento em números que, inclusive atualmente, saltam aos olhos pelo seu volume e constantemente crescimento.

Este trabalho busca explorar e compreender a repressão estatal letal e a sua legitimação pelo Estado brasileiro neoliberal, nas suas instituições que compõem a face penal do Estado, determinações e especificidades no atual regime de acumulação integral, se valendo da teoria marxista do Estado e dos regimes de acumulação. A regularização dessa situação é entendida no nosso trabalho como uma das *políticas estatais repressivas neoliberal* (forma social neoliberal) que visa regularizar as relações sociais necessárias para a produção e reprodução do capitalismo contemporâneo.

Algumas noções são fundamentais para compreender tal política estatal (gatilho fácil), dentre elas destacam-se o modo de produção capitalista, regime de acumulação integral⁴ e Estado neoliberal, assim como os conceitos de totalidade, lutas de classes e formas de regularização das relações sociais. O que tal posição teórica implica em reconhecer? Que múltiplas determinações, não apenas características da economia e seus sentidos vulgares que conhecemos hoje, mas de aspectos culturais, religiosos, políticos etc., atuam simultaneamente para reproduzir o modo de produção capitalista? Todavia, possuindo uma determinação fundamental que é o próprio modo de produção capitalista (e modo de produção está longe de tratar apenas de aspectos econômicos) e sua necessidade de garantir a melhor sociabilidade para isso, a qual, na periferia, nos bairros das classes exploradas e marginal (lumpem), é caracterizada pela repressão violenta e letal das forças repressivas estatais. Daí a necessidade de entender o papel do estado neoliberal de forma geral, porém com foco na política repressiva preventiva, aqui compreendida como uma política repressiva estatal neoliberal. Não se trata, portanto, de pretender escrever tudo ou de dar explicações para tudo, e sim de ter consciência de que nosso trabalho busca analisar a múltiplas determinações, das quais apenas alguns aspectos serão mais abordados – e outros apenas mencionados.

⁴ Em suma, o regime de acumulação integral é o regime de acumulação da contemporaneidade, do atual estágio do capitalismo, caracterizado pelo toyotismo como modo de organização do processo de trabalho, pelo hiperimperialismo quanto à intensificação da exploração internacional e, também, pela forma estatal neoliberal (VIANA, 2019).

Desenvolvimento

O Estado é um dos principais regularizadores das relações sociais que, no regime de acumulação integral, emerge junto com o Estado Neoliberal, a partir da década de 1980. Ocorre que a ideologia neoliberal é anterior ao próprio Estado neoliberal, fato este que, por vezes, gera certa confusão sobre a origem de um e de outro. Desde a década de 1930, Friedrich Hayek desenvolveu as bases do que consistiria no neoliberalismo, mas é com o lançamento do livro *O Caminho da Servidão* (2013), em 1944, que as bases ideológicas foram lançadas. Esta obra é a de maior destaque do economista, não prosperando imediatamente em razão de certa estabilidade da ideologia keynesiana. Obviamente que ele não foi o único ideólogo neoliberal, mas foi seguido por uma miríade de pensadores que constituíram a Sociedade Mont Pèlerin, uma espécie de *think tank* da época. Portanto, é fundamental distinguir ideologia neoliberal e Estado neoliberal. Assim define Harvey:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p. 12).

Com sua fé e crença na capacidade regularizadora do mercado, o neoliberalismo, como ideologia, pauta-se em algumas proposições-chave, dentre as quais destacam-se: 1) limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para a manutenção das regras do jogo capitalista – o estado como mediador de duas esferas distintas, o mercado e a sociedade; 2) por consequência da primeira, os gastos estatais, principalmente em esferas sociais, deveriam ser reduzidos ao máximo a fim de impedir problemas relacionados a inflação, algo que muitos países sofreram com o ruir do estado integracionista, circunscrevendo ainda mais a esfera de atuação do Estado; 3) privatizar todas as empresas estatais existentes, até mesmo aquelas consideradas estratégicas, sob

o argumento da ineficiência pública e do excesso de gastos com funcionalismo; 4) abrir completamente a economia frente ao mercado mundial estabelecido e a franca expansão da divisão internacional do trabalho; 5) valorizar e facilitar as atividades financeiras e especulativas, com aumento de juros e câmbio em favor dos credores internacionais; 6) valorizar a desigualdade como algo positivo; 7) e por fim, se valer em maior grau da repressão como meio de controle das disparidades e insatisfações que as práticas político-econômicas neoliberais criam (PAULANI, 2006; HARVEY, 2008; VIANA, 2015).

Já o Estado neoliberal emerge em fins da década de 1970 e início de 80, consolidado nos países imperialistas pelos governos de Margaret Thatcher na Inglaterra em 1979, de Ronald Reagan em 1980 nos EUA e de Helmut Kohl na Alemanha, em 1982 e se firmando pelo globo a partir do Consenso de Washington na década 90. É devido à crise do regime de acumulação intensivo-extensivo (ou conjugado) que o neoliberalismo é resgatado, recuperando e adaptando algumas das principais teses de Hayek e da Mont Pèlerin Society, entre outros, às necessidades da mutação do estado e outras esferas sociais (HARVEY, 2008; VIANA, 2009; PRADO, 2005). Como reação à derrota de sua visão de mundo pelo predomínio do keynesianismo e do Estado integracionista no pós-guerra, Hayek reuniu diversos pensadores conservadores – entre os quais von Mises e Milton Friedman, que viriam se tornar expoentes em vida do neoliberalismo – para discutirem sobre quais estratégias tomariam frente a maré de intervencionismo e regularização estatal pela qual se caracterizava a reconstrução dos destroços do conflito mundial (PAULANI, 2006). Essa reunião se deu na Suíça, em Mont Pellerin e nela a desigualdade era alçada como um valor positivo, até mesmo essencial, para as sociedades ocidentais (ANDERSON, 1995). Sua manifestação concreta em cada território possui particularidades que apenas o estudo de caso pode sanar. Os desvios da teoria e dinâmica de cada Estado moldam diferentes processos de implementação. Ainda que seja possível falar de uma teoria neoliberal dominante, mas também não única, é impossível falarmos de um Estado neoliberal único concretamente considerado. Segundo Harvey, seria de fato surpreendente ver mesmo o mais fundamentalista Estado neoliberal seguindo a ortodoxia neoliberal o tempo inteiro” (2008, p.81).

Uma das principais características do neoliberalismo, por distintas correntes de crítica ou de apoio, é a do Estado mínimo. A nomeação é problemática, visto que um

Estado mínimo pode levar a interpretação de ausência, de fraqueza, de impotência. O italiano Norberto Bobbio, um neoliberal convertido, nos ajuda a resolver a questão quando contemporiza que uma relativa diminuição dos aparelhos estatais é acompanhada por uma maximização de sua força (BOBBIO, 1987). Em outras palavras, o Estado neoliberal é um estado forte, repressivo, violento, características estas que são realçadas na atuação estatal, quando comparados com outros Estados que também eram fortes, repressivos e violentos. Prado é taxativo ao afirmar que “o neoliberalismo não vem a ser a doutrina do Estado mínimo” (2005, p.25). Para o regime de acumulação integral, a repressão estatal adquire uma importância a altura do acirramento da luta de classes que emerge desde fins dos anos 1960, com a crise do capitalismo conjugado, exigindo que o Estado integracionista e seus derivados respondam às mudanças sociais em curso (HARVEY 1992; VIANA, 2015). Seu papel repressivo é destacado enquanto forma de regularização das relações sociais nas sociedades contemporâneas, como tendência de Estados e governos de todas as cores. O neoliberalismo e o Estado neoliberal levam adiante um projeto de classe e que, para se ver efetivado numa base popular, empregou um esforço pragmático de defesa da causa das liberdades individuais. O papel do Estado foi e é fundamental, principalmente por seus aparatos de cooptação, propaganda e repressão (HARVEY, 2008).

A partir dos anos 1980, o Estado neoliberal se expande pelo mundo, assim como sua ideologia, tendo como uma de suas atribuições fundamentais criar e regularizar as condições institucionais para a retomada da acumulação capitalista (DUMÉNIL; LÉVY, 2004), afetada pelas conquistas do pós-guerra, ligando-o intimamente à reestruturação produtiva (o surgimento das cadeias produtivas, por exemplo, ou do avanço da pejetização, emprego através da contratação de pessoas jurídicas, empresas dotadas juridicamente de qualidade humanas, e da terceirização na questão trabalhista) e com o neoimperialismo. Chesnais (1996) traz um panorama do processo de monopolização e centralização de diversos setores produtivos nas mãos de limitados grupos de empresas. Frente à consolidação da doutrina neoliberal e do livre mercado, assiste-se à uma contínua fusão e aquisição de amplos setores por holdings e trusts, num amplo processo de monopolização e oligopolização. Florescem as chamadas cadeias de produção global, que se valem de intensa e extensa exploração do trabalho para maximizar a distribuição

e o consumo mundial. Somam-se a diminuição das políticas assistencialistas e de seguridade social, tal qual o sistema previdenciário; a contra ofensiva aos direitos trabalhistas conquistados por movimentos sindicais e de operários; privatização de empresas, serviços e propriedades estatais; a financeirização da economia, etc. (VIANA, 2009).

Se necessário, o Estado neoliberal recorre sem a menor dificuldade a legislações coercivas ou criminalizantes e ao uso do policiamento para rechaçar movimentos de oposição. Os manifestantes se tornam terroristas, bandidos e traficantes, figuras que hoje povoam o imaginário coletivo. Novamente aqui, mais uma contradição entre a ideologia neoliberal e o Estado neoliberal na prática: o braço repressivo e coercitivo é fortalecido nesse novo momento de acumulação do capital para manter o fluxo de negócios e os interesses corporativos do capital. Aqui, assim como Harvey (2008), discordamos daqueles à esquerda e à direita que dizem que no neoliberalismo o Estado é irrelevante e dispensável. Reconfigurar as funções do Estado é muito diferente do discurso eliminatório que persevera no debate público quando se trata de neoliberalismo. Sintetizamos a questão da seguinte forma:

O Estado neoliberal é a forma estatal necessária ao novo regime de acumulação, o regime de acumulação integral, que é um complemento necessário ao processo de reestruturação produtiva e alteração nas relações internacionais e que se caracteriza por conter os gastos estatais, desregular o mercado e “flexibilizar” as relações de trabalho, subsidiar o capital oligopolista e aumentar a política de repressão e vigilância social. Não existe uma fórmula única para se efetivar este processo, pois isso depende da situação de cada país, das forças sociais e políticas que apoiam determinado governo, do poder de pressão da população, entre diversas outras determinações (VIANA, 2009, p. 87).

Esse é um diagnóstico e uma análise já apresentada por diversos autores sob outros signos: a criminalização da pobreza e da miséria ou a economia penal (WACQUANT, 2003), a militarização do espaço urbano (GRAHAM, 2016), o controle social como indústria (CHRISTIE, 2011), para citar alguns. Conjuntamente com os abalos sociais que o mundo conheceu nos fins da década de 60 e 70 e com a consequente reação neoliberal ao Estado providência, mais conhecimento por Estado de Bem-estar social na sua vertente europeia, discutidos acima, paulatinamente se configura e se constrói o Estado hiper repressivo em formas estatais democráticas e republicanas, em resposta ao

grande crescimento de desempregados, da desigualdade social, da piora dos salários e das oportunidades e condições de emprego etc., como tendência dominante do capitalismo neoliberal e cuja reação não é propriamente a um consequente aumento dos crimes praticados em decorrência da piora das condições de vida. Tratam-se antes de macropolíticas definidas do que reações “naturais” a um “provável” aumento do recurso criminal para sobrevivência e afirmação das populações pauperizadas.

Dentre as diversas transformações sociais que a sociedade capitalista sofreu com a crise do regime de acumulação conjugado, na década de 1970, e a emergência do neoliberalismo enquanto expressão da nova dinâmica que o capitalismo assume desde então, e como resposta para a crise que enfrentava, salientamos a característica repressiva no papel do Estado e das suas instituições. Com as privatizações, as desregulamentações do trabalho, os ajustes fiscais e monetários, a desregulamentação dos mercados, a diminuição da interferência estatal em questões financeiras, uma série de implicações na vida da classe produtora de mais-valia se sucedeu no sentido de aumentar a exploração e intensificar o processo de acumulação. Para tanto, o Estado neoliberal, como já anunciava a Comissão Trilateral na década de 1970 na tentativa de salvar o regime de acumulação conjugado, deveria assumir funções repressivas ainda mais violentas e intensificadas a fim de regularizar o mal-estar social generalizado, frente aos efeitos sociais que a forma neoliberal do capitalismo propunha (ASSMANN, 1979).

O Estado neoliberal foi gerado no Brasil já na década de 80, de forma transitória e inicial. A nível internacional, os países de capitalismo central já estavam em processo de mudanças do regime de acumulação intensivo-extensivo para o integral, fato este que pressionava os países de capitalismo subordinado a promoverem alterações para criar condições mais favoráveis para um novo ciclo de acumulação do capital. A ditadura militar brasileira, nesse contexto, também fora enfraquecida especialmente em razão da luta operária, através de greves e outras formas de resistência contra as suas condições de trabalho. A repressão da ditadura militar contra a mobilização da classe trabalhadora fazia ora a resistência operária avançar e pressionar o capital e seus representantes, ora entrava em refluxo (BRAGA, 2013). O “milagre econômico”, por sua vez, já apresentava seus sinais de esgotamento, fazendo com que o Estado brasileiro recorresse ao capital

financeiro internacional para suprir o crescente déficit da balança comercial (ALVES, 2005).

O início da implantação do neoliberalismo no Brasil teve impulso no fim dos anos 80 e início dos anos 90, especialmente com a adesão brasileira ao Consenso de Washington, o qual se baseava em Essa cartilha foi seguida pelo governo Collor quanto à abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, quanto à forte política monetária de combate à inflação e à desestatização (SILVEIRA, 2009). O governo de FHC foi marcado pela guinada brasileira ao neoliberalismo, com consequente afastamento do Estado na economia, efetivado pelo elevado índice de privatizações e abertura ao capital financeiro internacional. Um dos fatores que possibilitou a continuidade do caminho liberal foi justamente a contenção da inflação pelo “Plano Real”, trazendo a impressão que o Brasil “estava no rumo certo”. Nesse rumo, o trabalho acabou sendo especialmente afetado por uma precarização legal na contratação de trabalhadores e reformas que diminuíram os direitos trabalhistas e previdenciários. Os governos que se seguiram, por sua vez, deram continuidade à solidificação neoliberal do Estado Brasileiro.

No aspecto repressivo, o governo FHC intensificou a construção de presídios e consequente aumento dos índices de encarceramento – passou-se de 65,2 presos por 100 mil habitantes no ano de 1988 a 181,5 em 2003. Durante o governo do PT, deu continuidade às políticas repressivas, especialmente após a nova lei de drogas, a qual ampliou o rol de condutas consideradas como tráfico de drogas, ao mesmo tempo que intensificou as penas privativas de liberdade cominadas a esse delito. Amparados nessa lei, as polícias brasileiras direcionam cada vez mais seus esforços à repressão nas favelas e comunidades periféricas, sendo a guerra às drogas a principal responsável pela criminalização e homicídios de pessoas no país, especialmente pela polícia (ALVES, 2018).

Avançando para a dimensão discursiva do Estado neoliberal, na problemática da legitimação e naturalização da repressão preventiva, é mister compreender e relacionar o enunciado técnico-jurídico que confere legitimidade através do direito com o contexto do capitalismo neoliberal e do Estado neoliberal que o corresponde, por

exemplo. É a partir de conexões como essa que, ao nosso ver, a compreensão e o desvelamento do uso da repressão letal enquanto política estatal neoliberal deve prosseguir. A linguagem, no nosso caso o discurso jurídico, envolvendo diferentes instituições burocráticas, e diferentes classes sociais auxiliam em seu processo, como a burocracia e a intelectualidade, é um importante elemento para se compreender, no nível do discurso, como se opera a justificação e legitimação da repressão letal. A justificação está em reconhecer, em acordo com Bakhtin (2010), que o signo tem diferentes significados, é o que denomina de plurivalência dos signos, e podem ser tributários de outros sentidos na relação do signo com outras classes sociais. A dinâmica do signo e do discurso sustenta o argumento de se acessar o concreto e o particular do discurso enquanto objeto de estudo — em nosso caso, o discurso jurídico do sistema de justiça criminal, proferido por um conjunto específico de frações da burocracia (estatal, repressiva etc.).

E a sua importância também reside em sua especificidade enquanto discurso. Não podemos deixar de apontar que para o que denominamos de Sistema de Justiça Criminal, composto por Polícias, Ministério Público, Justiça Criminal e complexo prisional, corresponde a uma rede institucional com funções particulares dentro do Estado brasileiro. Mas tais signos, os signos das leis, os enunciados jurídicos, constitucionais e processuais, são também compartilhados por diversas outras instituições, o que confirma sua particularidade dentro de uma totalidade. Há dentro desse sistema uma forma de interação através do discurso que pensamos ser singular em sua generalidade: a necessidade de se valer do direito e do devido processo legal, mesmo que invisibilizado, a fim de legitimar e justificar a repressão estatal letal e para tanto procuramos demonstrar as regularidades dos argumentos que compõem o veredicto final, que se aglutinam em torno do discurso da **legítima defesa**, conforme pesquisados pelos autores em suas dissertações (GROTTI, 2022; SCHIO, 2022). Vejamos, a seguir, o quadro relativo à letalidade policial, comparada com a vitimização de policiais mortos em e fora de serviço para o caso brasileiro.

Quadro de Dados de Letalidade Policial e Vitimização Policial brasileira e paranaense segundo os Anuários de Segurança Pública 2007-2021

	Letalidade Policial		Vitimização de policiais civis e militares mortos em serviço		Vitimização de policiais civis e militares mortos fora de serviço	
Ano	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
2007*	1820	S/d	72	S/d	S/d	S/d
2008*	2060	S/d	156	S/d	S/d	S/d
2009*	2177	S/d	78	S/d	186	S/d
2010	2434	119*	101	19	186	S/d
2011	2042	147*	91	10	191	S/d
2012	2332	167	160	23	287	30
2013	2202	178	98	2	309	3
2014	3146	198	79	4	336	5
2015	3330	246	80	6	288	13
2016	4240	265	93	1	293	11
2017	5179	267	82	4	301	5
2018	6175	321	81	3	232	3
2019	6351	288	52	0	114	1
2020	6416	373	51	2	131	0

Fonte: autor, com base nos dados dos Anuários de Segurança Pública publicados entre 2007 e 2020. Nos anos com asterisco diversos estados não forneceram as estatísticas requisitadas. *Os dados disponíveis foram apenas da Polícia Militar.

A letalidade, conforme podemos observar, desde 2007, com a ressalva de que diversos Estados não apresentaram os dados referentes às PCs, segue uma tendência de aumento, com um salto de crescimento de 2014 em diante. De 2010 a 2013 o cenário nacional e o cenário paranaense se mantiveram relativamente estáveis. O salto para o primeiro se dá no biênio de 2013-2014, com um aumento de aproximadamente 50%, e para o segundo de 2014 para 2015, com um crescimento de aproximadamente 25%. A tendência de crescimento se confirma nos anos seguintes para os cenários de repressão estatal letal enquanto que a vitimização policial, tanto dentro e fora de serviço tem um pico entre os anos 2012-2017, e segue em queda brusca desde então. No Paraná, para cada policial morto, em 2017, cerca de 30 civis; no ano de 2018, a proporção chega para

aproximadamente 1 para 53; no ano de 2019 apenas um policial morto para 288 civis e no de 2020 uma proporção de 186 civis mortos para cada policial. O quadro nacional para o mesmo período de anos era de uma proporção de 13 para 1 em 2017; 20 para 1 em 2018; 38 para 1 em 2019 e 35 em 2020. Se há uma correlação possível entre as mortes de policiais e os casos de repressão estatal letal, ela se demonstra inversamente proporcional. Fato é que se confirma o crescimento constante e regular da repressão estatal letal desde 2007 para ambos os cenários. Os números são verdadeiramente absurdos.

Para fins de comparação, num esforço conjunto pelos jornais Guardian e Washington Post, foram documentadas 1,1 mil mortes pela polícia em 2014, 991 em 2015 e 1.080 em 2016 nos EUA (VITALE, 2021). Os jornais mantêm o projeto em andamento desde então e possuem um sítio online que pode ser achado pelo nome *Police Shooting Database 2015-2022*. No ano de 2021, 853 pessoas foram mortas pela polícia nos EUA, já no Brasil, no ano de 2020, foram mais de 6,4 mil. Quanto ao perfil observado nos EUA os negros e latinos são relativamente os mais vitimados, compondo 2,5 mil dos pouco mais de 6,8 mil casos de repressão estatal letal contabilizados entre 2015 e 2021 nos EUA (VITALE, 2021). Cerca de 3 mil correspondem à população branca, e a grande maioria são homens, entre 15 e 44 anos. Em comparação com o Brasil, ressaltasse que o perfil das mortes violentas intencionais (MVI) no Brasil atende a pobres, com pouca escolaridade, jovens, homens, negros e residentes de periferias em grandes centros urbanos (WASELFISZ, 2014; AZEVEDO: In: SOZZO, 2017).

Enquanto membros específicos da burocracia, àquela encarregada da repressão, é necessário que a polícia racionalize suas ações, confira a elas uma capa de legitimidade, anunciando o caráter impessoal e em estrito cumprimento do dever legal, apoiada para tanto nos princípios, burgueses em essência, que carrega a lei. Como já salientamos, existem diversos tipos de repressão e modalidades que podem ou são exercidas no exercício diário do trabalho policial. Para os nossos propósitos, exemplificaremos apenas dos discursos legitimadores dos casos de repressão estatal letal, reconhecendo a importância do discurso legitimador de outras modalidades repressivas, que também chegam, ou não, ao sistema judiciário todos os dias e se acumulam aos milhares. Todos esses discursos formaram, de nossa perspectiva, um quadro muito mais completo de todo o discurso ideológico neoliberal de repressão, ordem e controle social. Nosso

recorte vai ainda mais além, por exemplo, a quantidade de casos de repressão estatal letal no Estado do Paraná, que entre 2010 e 2020, conforme o quadro acima, acumulou mais de 2,5 mil casos *registrados*. Para o mesmo período, no caso nacional, são mais de 30 mil mortes registradas. Algumas guerras não registraram tantos mortos. Não à toa que outro discurso corrente, e que auxilia a legitimação da política, é que se trata de uma guerra, logo, o tratamento que se dá e que deve ser empregado é o de inimigo. Assistindo a jornais e ouvindo comentários de amigos, conhecidos e parentes, parece-se sempre se dualizar entre a glorificação da ação, como remédio amargo, mas necessário e proporcional à força da “doença”, ou o descrédito e descrença da instituição policial e dos policiais, mas com ressalvas a ação criminosa daqueles que são alvo da repressão.

Nossas discussões e apresentações das problemáticas envolvendo o registro policial e estatística, ao nosso ver, indicam para números maiores em quase todos os Estados. Estamos diante de um cenário realmente aterrador, onde a execução, o gatilho fácil, se demonstra como política de Estado no seu trato com o que se identifica por criminalidade, em sua forma neoliberal no atual regime de acumulação integral e em sua fase discricionária, onde assiste-se a tendência de endurecimento das políticas de controle social necessárias para a reprodução capitalista. Tamanhos números de repressão estatal letal, por mais que sejam sustentados por inúmeros outros discursos, possuem uma forma jurídica específica e ao nosso ver, crucial, pois sacramentam a quase inevitável invisibilização de tais mortes através do *arquivamento* de tais processos. Nas manifestações cotidianas, *normalizadas* e encampadas pela força da lei, são muitas vezes apontadas como casos isolados, mações podres, falta de treinamento, erro humano etc.

É justamente na esteira da questão de como se dá o arquivamento dos inquéritos policiais referentes à repressão letal, através da análise do discurso, obtemos a alguns elementos acerca do modo pelo qual a forma jurídica apresenta seu discurso legitimador, realizado na interação entre polícia, através do registro de ocorrência e relatório do ocorrido, Ministério Público, acatando ou não a denúncia, solicitando ou não mais diligências e sustentando ou não o arquivamento, e o Judiciário, que acolhe ou não os argumentos, os avalia perante a coerência e a legalidade expressa no discurso escrito em relação ao corpo legislativo, e decide, proferindo sua sentença. Em alguns casos, advogados e defensoria pública entram em cena, mas são raros. As testemunhas

aparecem, mas geralmente para a confirmação da legitimação. O contraditório nunca é levantado na construção do Inquérito Policial Militar (IPM) e textualmente materializado no Relatório. É essa tríade que compõe a consumação e formatação do discurso. Neste sentido que Souza afirma “*antes do soldado puxar o gatilho, ele já foi puxado pelo juiz*” (2020, p. 322). Ou melhor, pelo sistema de justiça criminal. São raros os juízes ou promotores que por alguma razão nadam contracorrente e contrariam o arquivamento ou questionam o discurso hegemônico, e sua existência, para nós, mais confirma a regra do que aponta para uma possível solução.

A investigação policial serve, portanto, para apurar a autoria e a materialidade de determinado crime. A definição de crime é uma descrição de determinadas condutas ou atos que são criminalizados e servem, de antemão, de justificativa para a ação investigativa policial. Se matar é um crime, logo, é autorizado e requerido das forças repressivas que se investiguem e descubram a autoria do caso, e constitucionalmente, cabe nos casos de homicídios dolosos à PC. Contudo, como foi possível verificar em nossa análise, na prática são instaurados Inquéritos Policiais Militares (IPM), e a investigação e o relatório final ficam a cargo do comandante ou responsável do batalhão onde está lotado o(s) policial(is) envolvido(s). Com mudanças insignificantes para nossos propósitos, os IPM cumprem o mesmo papel que os Inquéritos Policiais (IP) que seriam de competência e redação do delegado da Polícia Civil (PC). Vale mencionar que nessas situações, e que correspondem a enorme maioria, são os PMs que são os autores dos casos de repressão estatal letal. Na letra da lei todos esses casos deveriam ser investigados pela PC igualmente aos homicídios cometidos entre civis, mas na prática há, colocamos assim, uma “invasão” das competências da PC pela PM referentes aos casos de repressão estatal letal. Esse é um ponto de disputa entre as duas polícias e de grande debate jurídico, mas aqui apenas o mencionaremos. Soma-se que em tais situações, quando PMs são os autores, há manifestação do Ministério Público Militar, visto que no Brasil jaz uma dupla justiça: a comum e a militar - há inclusive Superior Tribunal Militar e uma estrutura mais ou menos espelhada na estrutura institucional da justiça comum - e os PMs são considerados militares, então num primeiro momento são avaliados pela justiça militar e em tais casos, como está previsto legalmente, são

remetidos aos promotores não militares, os quais pedem, na quase totalidade dos casos, o arquivamento das investigações.

Percebemos a importância das interações dos órgãos que compõem o Sistema de Justiça Criminal (SJC) para a regularização da sociabilidade burguesa através da repressão estatal letal. Isto ocorre especialmente através do discurso, o qual é formulado pela polícia para justificar o homicídio praticado por seus agentes, devidamente legitimado pelo Ministério Público e Poder Judiciário. Essa formulação ocorre em fina consonância com o esperado juridicamente e factualmente pelas outras instituições do SJC, revelando inclusive uma grande sobreposição dos argumentos apresentados pela polícia e dos assumidos pelo promotor ou promotora titular do caso. O contraditório inexistente em tais processos, prevalecendo um discurso unissêmico sobre o ocorrido, arredondando-se o discurso nas balizas legais e resultando no arquivamento de tais ocorrências via de regra (GROTTI, 2022; SCHIO, 2022). Essa sem dúvida é uma faceta da repressão estatal, tal qual o encarceramento e seu aumento espetacular desde a década de 90, ou então a confusão e sobreposição de competências das diferentes polícias, como pode-se perceber com a PRF participando de chacinas na cidade do Rio de Janeiro juntamente aos destacamentos especiais da PM, etc.

Conclusão

O neoliberalismo, ideologia criada na primeira metade do século XX, foi posto em prática nos países centrais somente no final dos anos 70, consolidando-se na década seguinte. Nos países de capitalismo subordinado, como é o caso do Brasil, o neoliberalismo se solidificou nos anos 90. Essa ideologia prega a ausência de entraves para o mercado, nem que, para tanto, faça valer à força essa pretensão. O *Estado mínimo* necessita de um *Estado máximo* justamente para garantir aquele. Nesse contexto, a polícia aparece como instituição estatal essencial que busca regularizar as novas condições sociais, utilizando da repressão para tais fins.

Para legitimar a repressão estatal letal é necessário que tudo esteja *arredondado*, isto é, estar o discurso acerca de cada homicídio enquadrado em um “permissivo” legal,

como a legítima defesa, para que o Ministério Público e o Poder Judiciário analisem o fato e arquivem, isentando tanto o Estado quanto o agente policial de responsabilidade.

Esse *arredondamento* se inicia durante a fase investigativa, nos Inquéritos Policiais. Por este meio, apesar de estar rigidamente disciplinado legalmente, há diversas possibilidades para a criação discursiva, possibilitando à polícia a construção de uma narrativa específica sobre o que se investiga. A própria instituição já prepara o policial para apresentar uma versão condizente com o principal recurso jurídico aceito judicialmente: a legítima defesa. Para construir essa perspectiva, a ideia de confronto policial ou reação do morto perante uma abordagem policial são as histórias mais frequentes. Soma-se a isso a própria criminalização da pessoa morta pela polícia para enfatizar o seu perigo à equipe policial.

Desse modo, o discurso investigativo da repressão estatal letal é construído pela própria polícia com vistas a legitimar a sua própria ação. A conclusão da investigação acaba sendo homologada pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, os quais reforçam a legitimidade da ação repressiva.

Referências

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho** – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES, Jaime Amparo. **The anti-black city. Police terror and black urban life in Brazil**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org). **Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIFALI, Ana Cláudia . Segurança pública, política criminal e punição no Brasil nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014): mudanças e continuidades. In: Máximo Sozzo. (Org.). **Pós-neoliberalismo e penalidade na América do Sul**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

ASSMAN, Hugo. **A Trilateral Nova Fase do Capitalismo**. São Paulo: Petrópolis. 1979.

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRAGA, Lisandro. **Classe em Farrapos** – Acumulação integral e expansão do lumpemproletariado. Goiânia: Pedro e João Editores, 2013.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- CHRISTIE, Nils. **Uma razoável quantidade de crime**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, p.11-36, 2004.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: 2007-2021. Disponíveis em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>.
- GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GROTTI, Vycor H. G. **Repressão estatal e discurso: a legitimação da letalidade policial em Curitiba (2017-2018)**. 2022. 144f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná. UFPR, Curitiba, 2022.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão**. Campinas: Vide, 2013.
- PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.
- PRADO, Eleutério F. S.. Pós-Grande Indústria e Neoliberalismo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-28, jan./março 2005.
- SCHIO, Murillo A. **Repressão estatal preventiva, letalidade policial e legitimação institucional na Grande Curitiba (2017-2018)**. 2022. 144f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná. UFPR, Curitiba, 2022.
- SILVEIRA, Ramaís de C. **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil - de Sarney a FHC**. 2009. 176f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SOUZA, A. P. **O policial que mata**: um estudo sobre a letalidade praticada por policiais militares no Estado de São Paulo. 2020, 135f. Tese (Doutor em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida: Editora Santuário, 2009.

VIANA, Nildo. **Estado, Democracia e Cidadania** — A dinâmica da política institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. **Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas**. Curitiba: CRV, 2019.

VITALE, Alex S. **Fim do policiamento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (A onda punitiva). . Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WASELFISZ, Júlio J. **Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2014.

Entre o crime e a doença: as representações sociais do usuário de drogas durante a Ditadura Militar Brasileira a partir das páginas da *Folha de S. Paulo*¹

Júlio César Rigoni Filho²
Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski³

Recebido em julho de 2022
Aceito em outubro de 2022

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo identificar as representações sociais do usuário de substâncias psicoativas publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, a partir de 305 matérias nacionais publicadas entre 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985, durante o período da Ditadura Militar brasileira. Esse período é marcante devido aos aspectos políticos, culturais, jurídico-legais e médicos diretamente associados às drogas. Entre esses aspectos, destacam-se o contexto da Guerra Fria, a contracultura, a difusão de determinadas substâncias, os acordos internacionais da Organização das Nações Unidas, a promulgação de leis nacionais e o surgimento nacional de modelos de tratamento advindos dos Estados Unidos. Nesse contexto, selecionam-se objetos empíricos a partir da *Folha de S. Paulo*, dada a sua ascensão nacional na década de 1960 pela fusão da *Folha da Manhã* e da *Folha da Noite* e como empresa de mídia aliada do governo ditatorial, que logo tornou-se um dos jornais de maior circulação do país. O suporte teórico centra-se inicialmente no conceito de representações coletivas e sociais, em Durkheim e Moscovici. À luz de Foucault, Goffman, Becker, Butler e Le Breton investigam-se os estigmas, vulnerabilidades e enquadramentos que rondam tais representações, utilizando o jornalismo como fonte histórica e cultural. Dessa forma, constituiu-se o corpus consultando o repositório virtual do jornal a partir de adjetivos que se referem ao sujeito que faz uso de substâncias psicoativas, tais como: 'drogado' 'toxicômano', 'usuário de drogas', 'usuário de entorpecentes', 'viciado em drogas' e 'dependente químico'. As matérias nacionais foram agrupadas em um banco de dados com datas, títulos, links de acesso, tipologias jornalísticas (reportagens e notícias) e a presença ou ausência de imagens. Com base nos postulados de Bardin e Minayo, foram compiladas categorias e subcategorias baseadas no conteúdo das matérias. Assim, obtiveram-se duas categorias (saúde e crimes) e oito subcategorias (tratamento, prevenção, doença, crimes urbanos, mortes, prisões e torturas, legislação e tráfico de drogas). O processo metodológico do estudo inclui também a análise lexical das matérias por meio do software IRAMUTEQ. Neste artigo apresentam-se os resultados preliminares da análise lexical da categoria saúde, com foco nas representações de tratamento, prevenção e doença.

Palavras-chave: Ditadura Militar; *Folha de S. Paulo*; representações sociais; saúde; usuário de substâncias psicoativas.

¹ GT 15 – Sociologia da Saúde.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: julinhorigoni@hotmail.com.

³ Professora do Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: marisetejh@gmail.com.

Introdução

Recentemente, em 2019, o Governo Federal aprovou uma série de mudanças na legislação sobre drogas do Brasil. Dentre seus pontos mais polêmicos, destacam-se o endurecimento da política nacional de combate aos entorpecentes, a facilitação de internações involuntárias e o fomento e fortalecimento de Comunidades Terapêuticas (BRASIL, 2019). Tais mudanças causaram uma série de discussões entre entidades, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Desde 2016, com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o CFP alerta para os desmontes nas políticas de saúde mental, podendo gerar retrocessos, como o retorno ao modelo manicomial. (CARTA DE BAURU, 2017)

Entretanto, além da alteração da legislação, diversas questões que envolvem as práticas recentes sobre drogas no país constituem discussões políticas, seja em assembleias estaduais, no Parlamento ou em movimentos sociais. Ao observar a história recente das políticas sobre drogas do país é notável o impacto da Ditadura Militar (1964 – 1985) na consolidação do modelo repressivo e em práticas que envolvem aspectos morais, judiciais e religiosos ao tratamento do usuário. Ainda, proliferam-se desinformações e notícias que constituem um ‘pânico social’ sobre drogas, como diversos pesquisadores elucidam ao analisar as páginas dos principais jornais do país. Isso prejudica as práticas efetivas de conscientização e tratamento sejam implementadas no país (BRITO, 2021).

Por isso, nessa pesquisa, problematizam-se sobre as maneiras pelas quais o contexto da Ditadura Militar impactou nas representações sociais sobre o usuário de drogas durante o regime ditatorial em notícias e reportagens veiculadas na *Folha de S. Paulo*. Nesse sentido, inicialmente exploram-se aspectos históricos e sociais da Ditadura.

O contexto da Ditadura Militar com vistas às práticas de combate às drogas

De acordo com Santos (2013) o período que antecede o ano de 1964 envolve uma efervescência política e cultural. No aspecto político, a renúncia do então presidente Jânio Quadros em apenas oito meses de governo e sua substituição pelo vice João Goulart marcava uma alternância paradoxal, tendo em vista a resistência à sua tomada de posse.

Somando-se a isso, a atmosfera gerada pela Guerra Fria e pelos movimentos de contracultura agregam valores às práticas de combate ao comunismo e de concepção da juventude como uma categoria singular da sociedade (BRITO, 2021).

Nesse aspecto de radicalizações, como considera Rezende (2013), a manutenção do poder ditatorial por vias ideológicas consistia na disseminação do medo ao comunismo, devido as pressões exercidas pelos EUA na América Latina frente ao contexto da Guerra Fria.

Ainda para a autora, a autoridade do regime militar tinha um pano de fundo composto por ideias, valores e intenções que compunham a defesa das práticas e instituições. A socióloga aponta que no início do regime militar esses valores tornam-se úteis para legitimar a ditadura, servindo ainda para camuflar seu viés autoritário. Nesse processo de legitimação, a abordagem psicossocial torna-se um elemento constante. Assim, quanto mais conhecimento sobre aspectos sociais, espaciais e culturais da população fossem conhecidos, maior seriam as chances de modalização e manipulação das ações individuais e coletivas. E na concepção militar, as instituições sociais deveriam propagar tais valores.

Para cumprir com a função de identificar os valores comunistas a serem combatidos na sociedade brasileira, a Escola Superior de Guerra (ESG) passou a identificar características, comportamentos e ideias consideradas subversivas, defendendo a segurança nacional. Embora a ESG não tenha sido criada durante o regime militar, mas sim na década de 1940, suas ações fortalecem-se nesse período.

Para Brito (2021), o ano de 1968 pode ser considerado emblemático para identificar as representações ligadas ao consumo de drogas e juventude. Isso, devido ao medo de que movimentos sociais ligados às práticas contestatórias pudessem formar uma rede capaz de afetar os comportamentos juvenis. Os meios de comunicação e as práticas artísticas passaram a ser considerados pela Escola Superior de Guerra como instrumentos de formação das práticas subversivas, envolvendo temas considerados desagregadores das famílias e dos valores sociais. Logo, a contracultura passa a remeter à subversão.

Em 1973, o Serviço Nacional de Informação (SNI) considerava o abuso de drogas, enquanto ‘toxicomania’, considerando que o viciado faria de tudo para obter a droga, inclusive envolver-se em movimentos revolucionários. Ainda em 1973, Brito (2021) retoma um levante policial realizado em uma residência universitária da Universidade de Brasília que resultou na prisão de 33 jovens moradores, sob acusação de viverem em um local de acentuada promiscuidade. Tal episódio escancara a visão que a polícia tinha da juventude, no que diz respeito à censura dos corpos, considerados sujos, barbudos e cabeludos.

Frente ao crescimento da vida urbana, há uma intensificação nas condições precárias de vida, atingindo principalmente a população de baixa renda. Em relação à saúde desses indivíduos, por concentrarem-se em regiões precárias não tinham acesso a uma estrutura sanitária e enfrentavam, dado o baixo poder aquisitivo, a desnutrição (PONTE; NASCIMENTO, 2010).

Retornando ao aspecto da saúde pública, é possível considerar que a medicina previdenciária passa a sinalizar fragilidades perante os problemas dos trabalhadores, impossibilitando respostas às demandas geradas pelas práticas desenvolvimentistas.

Em 1974 é criado o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) para financiar organizações médicas em prol da construção, ampliação e aquisição de equipamentos em hospitais particulares, caracterizando o início do que Ponte e Nascimento (2010) classifica como drenagem dos recursos governamentais em prol da

medicina curativa privada, em um processo de sucateamento dos serviços públicos. O autor traz alguns números para ilustrar essa situação: Em uma década, de 1964 a 1974, o número de instituições hospitalares privadas salta de 944 para 2.121, um aumento de mais de 200%.

Em relação ao tratamento de saúde para usuários de drogas, Alarcon, Belmonte e Jorge (2012) compreendem que no período havia apenas os modelos hospitalocêntrico ou moral. Os estudiosos consideram que as bases policiais, inertes na legislação criminal sobre drogas, são dispositivos que consideram a abstinência total como única medida.

No caso das iniciativas assistenciais de tratamento ao uso de drogas, destacam-se o surgimento das comunidades terapêuticas no Brasil. Para Lima (2017) as comunidades terapêuticas são instituições com estruturas semelhantes ao isolamento, com a valorização da vida comunitária, práticas de terapia ocupacional e envolvimento em rituais religiosos.

Historicamente, esse modelo remonta ao final da década de 1960, tendo influência do estreitamento entre Brasil e EUA durante a Ditadura. Para a autora há uma relação complexa de complementaridade, tensão e disputa entre religião e saúde. Tomando como exemplo uma das principais comunidades terapêuticas formadas no regime militar, a Comunidade Terapêutica Senhor Jesus, fundada em 1978, em Campinas, pelo Padre Haroldo Rham. O missionário estadunidense considerava o uso de drogas como “uma expressão do afastamento da graça de Deus e não um objeto da saúde pública. Nesse sentido, a competência para o tratamento daqueles que usavam drogas seria requisitada à religião e, secundariamente, se fosse necessário, à saúde pública” (LIMA, 2017, p.7).

Somando a essa importação de um modelo estadunidense para o tratamento do usuário de drogas, Farias e Passos (2018) lembram que a crise no sistema de saúde durante o final da década de 1960, devido ao sucateamento dos institutos e hospitais públicos, gera práticas voluntárias e assistencialistas no campo da saúde mental.

Já em 1974, o então ditador Ernesto Geisel iniciou um processo de abertura política segura, lenta e gradual, em um regime que mantinha o controle das oposições e movimentos sociais. Nesse contexto, para Santos (2013), os movimentos sociais passam a discutir temas como a saúde mental, destacando-se na década de 1980, o movimento pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, que teve como seu estopim as críticas internacionais sobre a violência e os maus-tratos em manicômios. Com isso, combateu-se a tortura nos processos de tratamento de saúde mental. Todavia, ela é um dos principais componentes da ditadura que ainda se manifesta atualidade e, por isso, é considerada uma das ‘heranças malditas’ do regime militar (KEHL, 2015).

Para compreender a legitimação da tortura após a Ditadura, é necessário retomar o contexto histórico de abertura e transição democrática. Em 1979 a Lei da Anistia foi promulgada como forma de ‘perdão’ aos exilados políticos, presos, clandestinos e militares envolvidos em crimes durante o regime. Para diversos historiadores e pesquisadores do período militar, a anistia é entendida como uma espécie de tentativa de apagamento da memória coletiva e individual sobre as práticas de repressão e tortura promovidas durante a ditadura, sem qualquer reparação histórica ou judicial.

De tal forma, apropriando-se dos argumentos defendidos pela historiadora, pode-se considerar que a tortura se mantém enquanto sintoma da displicência histórica brasileira, já que, nas práticas cotidianas do país ela apresenta-se: seja na violência policial, na violência contra as minorias sociais, nos discursos sobre a tortura como um ‘mal necessário’ e até nas práticas de saúde para doentes mentais e usuários de drogas.

Reflexões teóricas sobre as representações sociais

O conceito de representações torna-se caro à sociologia à medida que permeia as teorias de diversos autores. Embora nem sempre os autores partilham de noções comuns sobre as representações, é no dissenso entre suas concepções que as ideias e abordagens sobre o processo representativo ganham forma.

Entretanto, é a sociologia de Durkheim (2007, 2021) que mais se debruça sobre as representações. Para Oliveira (2012) o conceito de representações coletivas permeia o começo e o final da obra de Durkheim (2007), posicionando-se em momentos específicos, como no prefácio da segunda edição de *As Regras do Método Sociológico* e na conclusão de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* além das entrelinhas de sua teoria.

Durkheim (2012) toma as representações coletivas como estados de consciência coletiva distintos da consciência individual, assim, as representações coletivas correspondem aos processos mais elevados da vida mental, já que a vida social é “inteiramente feita de representações” (DURKHEIM, 2007, p. XV).

Oliveira (2012) também aproxima as representações coletivas com o conceito de fato social. As representações são menos imperiosas e coercitivas que os fatos sociais, enquanto esses são forjados pelas interações sociais, sendo coletivo, exterior e objetivo, assim como as representações.

Identificando as representações como produto dos laços sociais, elas são capazes de os ultrapassar atingindo as práticas sociais. Mesmo que esse aspecto não seja tratado diretamente na obra de Durkheim (2007, 2021), “o conceito de representações coletivas é ao mesmo tempo forma de conhecimento e guia para as ações sociais, justamente os sentidos mais desenvolvidos por toda a corrente da Psicologia Social desenvolvida e liderada por Serge Moscovici” (OLIVEIRA, 2012, p.71).

Tendo apresentado a evolução do conceito de representações coletivas em Émile Durkheim (2007, 2021), passa-se a investigar a apropriação desse conceito por Serge Moscovici (1978, 2003) na constituição da Teoria das Representações Sociais.

Embora Moscovici (1978) recusa-se a conceituar as representações sociais de forma definitiva, o autor tenta defini-la como versão contemporânea do senso comum, pois referem-se a “um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais” (MOSCOVICI, 1978, p.181).

A autora defende que a centralidade dos estudos em representações sociais decorre da construção de sentido e significação, sendo papel da sociologia debruçar-se sobre os fatos sociais de modo a entender como eventos singulares dependem do senso comum e tornam-se compreensíveis. Há, de tal modo, dois processos elementares nesse contexto: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem relaciona-se a classificação que oferecemos aos não familiar, aquilo considerado ameaçador. Logo, envolve uma série de juízos e valores na tentativa de ancorar, enquadrar ou categorizar determinado objeto. Já a objetivação corresponde a concretização e visibilidade de uma realidade, aliando um conceito a uma imagem e tornando essa imagem uma cópia da realidade.

De tal forma, a comunicação é uma partilha de representações, que só são compartilhadas se forem de interesse. Logo, a “comunicação é parte do estudo das representações, porque as representações são geradas nesse processo de comunicação e depois, claro, são expressas através da linguagem” (MOSCOVICI, 2003, p. 373).

Em síntese, é com a linguagem e a comunicação que as relações sociais são formadas e as representações sociais geradas e expressas. No caso das mídias, em específico o jornalismo, Jovchelovitch (2000) entende que o sujeito adquire perspectivas nesses meios, ampliando suas experiências. Tanto para Moscovici (1978) quanto para Jodelet (2001), a mídia tem um papel relevante na construção e disseminação de representações sociais. Pois “a comunicação cotidiana é em parte mediada pelos canais de comunicação de massa, representações e símbolos tornam-se a própria substância sobre as quais ações são definidas e o poder é – ou não – exercido” (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995, p.20).

Moscovici debruça-se sobre a mídia para compreender os mecanismos de comunicação através de três perspectivas, a difusão, a propagação e a propaganda. Cada um desses sistemas caracteriza-se a fonte, a lógica e a função, que na concepção do teórico valem-se do conteúdo e da forma das mensagens.

A difusão caracteriza-se pela transmissão de assuntos gerais de forma ampla, sem que a mensagem seja estruturada de forma contraditória e desarticulada entre si,

apenas para garantir o acesso às informações. Já a propaganda envolve a dicotomia entre o certo e o errado, manifestando o interesse de um grupo específico na produção de um efeito desejável ao comportamento do público. Por isso, é um dos objetivos da propaganda a formação de uma representação social. Por último, a propagação relaciona-se ao campo das atitudes, ou seja, uma mensagem construída para controlar as crenças de dado grupo.

Partindo das noções de Berger e Luckman (1995) sobre o papel da linguagem no processo de socialização dos indivíduos, analisa-se a construção da realidade por intermédio da linguagem e da interação comunicacional na sociedade, gerando aprendizados e construções relacionadas às representações sociais (MOSCOVICI, 1978, 2010; JOVCHELOVITCH, 2011). Esse processo é mediado pelos veículos de comunicação, circulando e mantendo as representações sociais (GUARESCHI, 2000). Já Sá (1998) é enfático ao afirmar que as mídias de massa são as principais fontes para estudo das representações sociais, principalmente na possibilidade de concretizar ideias em imagens.

Percurso metodológico e principais resultados obtidos

Pretende-se apresentar com maior clareza os procedimentos diretamente relacionados com a exploração dos objetos de estudo, como sua construção e delimitação, além de expor alguns breves resultados já obtidos em busca da extração das representações sociais.

Esses objetos constituem-se por matérias jornalísticas da *Folha de S. Paulo* obtidas por buscas de termos que referenciam o sujeito que utiliza substâncias psicoativas, sendo eles: “drogado”, “toxicômano”, “usuário de drogas”, “usuário de entorpecentes”, “viciado em drogas” e “dependente químico”.

Contudo, antes de decidir pela *Folha de S. Paulo*, foram explorados os acervos eletrônicos dos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Estadão*, sem demarcação temporal, pesquisando em todo o período do acervo. Pires (2007) defende que a *Folha de S. Paulo*

se tornou um dos mais relevantes jornais e grupos comunicacionais do país. Isso, devido as alianças do Grupo Folha com os governos militares que possibilitaram a expansão dos parques gráficos do jornal e as mudanças editoriais que decorreram no período. Entretanto, ao mesmo ponto que se mostrava uma mídia defensora do regime militar, o Grupo Folha envolveu-se em lutas contra a ditadura, apoiando o movimento de reabertura política e contratando jornalistas ‘subversivos’ para suas redações e sucursais.

Realizaram-se uma série de leituras flutuantes entre as matérias localizadas. Nesse processo percebeu-se a existência de páginas duplicadas e/ou com possíveis ausências do termo, frutos de inconsistências do banco de dados do jornal. Ainda, o recorte pretendido para esta pesquisa resguarda os textos que expressam acontecimentos exclusivamente nacionais. De tal modo, feita essa triagem inicial, houve a coleta das características morfológicas das matérias a serem utilizadas em uma planilha com suas datas, títulos, abrangência, localização no jornal e presença de fotografia. Assim, das matérias localizadas pelo acervo da *Folha de S. Paulo*, de 01/04/1964 a 15/03/1985, 293 foram selecionadas.

A análise de conteúdo aplicada ao jornalismo consiste em tentativas de compreensão do processo de produção das notícias e seus impactos e possibilidades de leituras pelos públicos, reconhecendo as forças organizacionais que compõem os valores das informações veiculadas. De tal modo, “a análise de conteúdo da mídia seria um dos métodos mais eficientes para rastrear esta civilização por sua excelente capacidade de fazer inferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado” (LAGO; BENETTI, 2007, p.123).

Para Bardin (1977), o processo de codificação envolve a transformação de dados brutos dos textos em busca de uma representação do conteúdo. Para esta pesquisa, a unidade de registro será o tema, enquanto unidade de significação baseada em núcleos de sentido que compõem o material. E será com essas constatações que, em cada categoria e subcategoria, pretende-se traçar o perfil do usuário de drogas.

As matérias, divididas a partir de dois amplos grupos, crimes e saúde, passaram por outras duas subdivisões, a fim de extrair com maior profundidade o seu conteúdo e evidenciar as relações existentes entre os próprios temas presentes nos grupos de textos sobre crimes e sobre saúde. O grupo dos crimes concentra 214 matérias, das quais, 141 são notícias e 73 são reportagens. Já o grupo de saúde concentra 79 matérias, das quais 5 são anúncios, 26 são reportagens e 48 são notícias.

As matérias sobre saúde, interesse deste artigo, abraçam três subgrupos. As práticas e processos de tratamento para o ‘vício em drogas’ envolvem textos que apresentam ao público algumas comunidades de tratamento, como o Centro de Reintegração Social da Prefeitura de São Paulo, a Clínica Maxwell e o Centro Nosso Lar, além de outras instituições. Ainda, com menor intensidade, há a presença de grupos de apoio como forma de tratamento. As práticas de prevenção constituem o menor subgrupo e retrata as campanhas e iniciativas escolares. Por último, há o subgrupo de teorias, pesquisas e debates, no qual encontram-se as discussões bioquímicas sobre as substâncias e seus efeitos, o retrato da atuação de pesquisadores, a divulgação movimentos sociais e a cobertura de eventos de conscientização, além da baixa presença dos órgãos oficiais de saúde nas discussões e atuações em saúde e drogas.

Tendo em vista que se constituiu um *corpus* homogêneo, à medida em que as matérias possuem relações entre si, os dados textuais podem ser tratados a partir de decomposição baseada em sua construção lexical e semântica. Para tanto, a classificação hierárquica descendente, uma das formas de análise propiciadas pelo IRAMUTEQ, institui uma partição nos segmentos textuais baseando-se nos vocabulários do *corpus*.

Entretanto, enquanto procedimentos de pré-análise, converteram-se as imagens das matérias do acervo do jornal em textos. Em seguida, esses textos foram analisados pelo software. Ressalta-se que o IRAMUTEQ é considerado uma ferramenta de processamento de dados, “e não um método de pesquisa, o que torna seus resultados instrumentos de exploração, busca e associação em material de pesquisa” (DE SOUZA *et al.*, 2018, p.2).

No caso deste artigo, se pretende discutir os resultados parciais obtidos pela análise lexical da categoria saúde, com enfoque para as representações em torno do tratamento, prevenção e doença. Para tanto, a análise via IRAMUTEQ envolveu 48 notícias, logo, apenas as notícias referentes ao grupo da saúde. Os conteúdos textuais formaram seis classes pela partição proposta pela classificação hierárquica descendente, permitindo contrastar os resultados obtidos pela análise de conteúdo. As seis classes consistem em: notícias sobre as práticas escolares de prevenção às drogas; conteúdos sobre o consumo de drogas no país; informações sobre drogas, saúde e sociedade; notícias de movimentos sociais, eventos e atuações religiosas em prol do tratamento e de aspectos de saúde sobre drogas; iniciativas públicas de integração social do usuário de drogas; e iniciativas particulares de tratamento e suas relações com órgãos públicos, como o instituto nacional de previdência social. Expressos os percursos metodológicos e os principais resultados obtidos, passa-se a um aprofundamento e reflexões sobre esses dados.

Discussões dos resultados obtidos

A noção de doença do usuário apoia-se em um discurso médico, que, majoritariamente valoriza os profissionais da psiquiatria. Os conteúdos textuais retomam o uso de tratamentos medicamentosos ou biológicos (eletrochoques), inclusive com o desenvolvimento de tecnologias de análises criminalísticas e criminais, para não só tratar em um ambulatório os usuários, mas para prevenir o crime. De tal modo, há uma fusão entre crime e doença na categorização do usuário de drogas. Nota-se o uso dos dados estatísticos de forma desconexa, isto é, há várias fontes de informações sobre a quantidade de usuários de drogas e quantidade de sujeitos em tratamento, cujas coletas de dados e estudos não são reveladas.

Já o ‘processo de cura pela redenção e salvação’ repousa em um discurso religioso, nas quais as práticas de tratamento são conduzidas, em sua maioria, por usuários recuperados. Nesse aspecto, o usuário de drogas, enquanto ‘sujeito de

comportamento errado e moral duvidosa', é um indivíduo a ser recuperado por meio de atividades laborais e contato com a natureza, em locais similares a fazendas. Essas práticas filantrópicas ou beneficentes são mantidas pela comunidade, ou financiados pelo próprio governo. Como é o caso do Centro Nosso Lar, cujo perfil desejado de indivíduo para o tratamento corresponde a pacientes viciados não crônicos, de classe média ou carentes. Já os benefícios do Centro são expressos pelas práticas esportivas e ausência de contato com 'doentes mentais comuns' reforçando a ideia de 'recanto para a cura'.

Neste ponto observam-se os aspectos da saúde pública durante o regime militar, evidenciando como o sucateamento dos institutos públicos fez com que surgissem iniciativas privadas ou assistenciais de cuidado e atenção ao usuário de drogas. Embora, ainda, muitos desses usuários fossem enquadrados como criminosos ou degenerados, mas não doentes mentais comuns, suas liberdades eram parcialmente suspensas, seja ainda no aspecto do assistencialismo e de iniciativas religiosas ligadas à saúde. Pode-se refletir sobre o caráter excludente de tais indivíduos da sociedade: enviá-los para uma fazenda poderia ser a solução para o 'desconforto social' em conviver com um 'viciado', por exemplo.

Já as iniciativas de prevenção, como campanhas e ações educacionais, mostram-se pequenas e associadas ao processo de triagem dos sujeitos considerados ameaçadores. Logo, pretende-se apresentar as características físicas, psicológicas e comportamentais do usuário de drogas como forma de amedrontar e alertar os jovens para tomarem cuidado com as drogas e para identificarem usuários, caracterizando uma vigilância.

Próximo a isso, a difusão das informações sobre os transtornos de uso de substâncias psicoativas enquanto doença perpassa pelas discussões bioquímicas sobre as substâncias e seus efeitos, o retrato da atuação de pesquisadores, a divulgação movimentos sociais e a cobertura de eventos de conscientização, além da baixa presença dos órgãos oficiais de saúde nas discussões e atuações em saúde e drogas. Como, por exemplo, uma série de conferências feitas pela confederação das famílias cristãs em

defesa dos valores familiares. Nessas discussões, convocadas por um psiquiatra, as drogas são vistas como ameaça à sociedade e a família é o que dá sustentação à massa. O termo 'praga' é utilizado como sinônimo de droga e o indivíduo drogado é considerado propenso a drogar-se, constituindo-se como subversivo.

Os grupos sociais envolvidos nessas ações são constituídos, em sua grande maioria, por apoiadores do regime militar, alas conservadoras e contam com o patrocínio de empresas privadas. Por exemplo, a divulgação de um evento de conscientização promovido pela Caderneta de Poupança e Conselho Brasileiro Sobre Problemas de Alcoolismo e Toxicomania, com apoio da *Folha de S. Paulo*. Nele, o alcoolismo é destaque. Curiosamente, na análise lexical do IRAMUTEQ a única droga com volume considerável para ser listada dentre os termos que originaram as categorias, é o álcool. Portanto, pode-se aventar que o alcoolismo enquanto doença é percebido como imoral e maléfico no desenvolvimento do país, já que é uma doença que se alastra, conforme alguns textos jornalísticos explicitam.

A figura do usuário masculino é destaque em uma série de notícias e reportagens lidas ao longo da pesquisa. Sua presença é um ponto válido de questionamentos: seria o homem mais envolvido com as drogas do que as mulheres? Pelos quais motivos as informações sobre os malefícios de saúde sobre as drogas são mais frequentes ao homem do que as mulheres? Seria o caráter ideológico do regime militar, que pretendia valorizar a força de trabalho em prol da nação e que não poderia servir-se de indivíduos doentes ou imorais? Esses questionamentos rondam a pesquisa, e ainda pretendem ser abordados e problematizados.

Considerações finais

Ao longo da pesquisa, que não se encerra neste artigo, pretende-se ampliar as análises a partir da ampliação dos resultados com a adição das reportagens sobre saúde, e das notícias e reportagens sobre criminalidade, não acrescentadas nesta fase inicial de análise de dados,

Nessa fase exploratória, notou-se que a mescla entre os métodos de análise de conteúdo e análise lexical permite ampliar o entendimento tanto os enquadramentos sobre o usuário de substâncias psicoativas quanto elucidar aspectos temáticos, argumentativos e imagéticos em tais narrações sobre o cotidiano. Somando-se a isso, as representações estão promovidas por uma mídia apoiadora do regime militar. Destaca-se ainda a tentativa de esquecimento da memória da *Folha* como jornal apoiador do regime ditatorial, por meio de estratégias de construção de uma imagem de mídia democrática e independente na atualidade.

Já nas questões de saúde e cuidado, o período da Ditadura inaugura uma série de iniciativas de prevenção às drogas, seja em iniciativas governamentais ou sociais. Entretanto, no campo das práticas de tratamento, os modelos manicomiais ou hospitalares passaram a conviver com as Comunidades Terapêuticas, cujo modelo de tratamento advém dos Estados Unidos no final da década de 1960 e no início dos anos de 1970. Tais instituições aproveitam-se do sucateamento da saúde pública.

Destaca-se como ponto para reflexões futuras, as críticas aos modelos de tratamento asilares, manicomiais e que violam os direitos humanos, tendo em vista a legitimação da tortura enquanto prática de Estado, bem como a importância do Movimento de Reforma Psiquiátrica Brasileira, durante o processo de redemocratização política, nos anos de 1980. Ainda nessa década, há o surgimento da AIDS e sua incidência no Brasil, fator que atenua as representações degradantes do usuário de drogas.

Referências

ALARCON, Sergio; BELMONTE, Pilar Rodriguez; JORGE, Marco Aurélio Soares. O campo de atenção ao dependente químico. **Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo**, p. 63-82, 2012.

ASSIS, Jaqueline Tavares de; BARREIROS, Graziella Barbosa; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. A internação para usuários de drogas: diálogos com a reforma psiquiátrica. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 16, p. 584-596, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. **Tóxico-Subversão: Anticomunismo e Proibicionismo na Construção do “Inimigo Interno” durante a Ditadura Militar no Brasil**. Tese (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37332>. Acesso em: 22 de maio de 22.

BRASIL. Lei 13.840, de 5 de maio de 2019. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm>. Acesso em: 22 de maio de 22.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A droga da subversão: anticomunismo e juventude no tempo da ditadura. **Revista Brasileira de História**, v. 41, p. 39-65, 2021.

CARTA DE BAURU 30 ANOS. 2017. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/11/relatorio-encontro-de-bauru-1.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 22.

FARIAS, Jessica Souza de; PASSOS, Rachel Gouveia. Saúde Mental e Drogas: O Avanço do Conservadorismo em Tempos de Golpe– o Caso das Comunidades Terapêuticas. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Edipro, 2021.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia De Almeida Neves. **O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho. JOVECHELOVITCH, Sandra. (org) **Textos em Representações Sociais**. Ed. Vozes. Petrópolis. 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Nota Técnica: Perfil das Comunidades terapêuticas brasileiras**. Brasília: Diest/IPEA, 2017.

JODELET, Denise. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública: A Construção Simbólica de Espaços Públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em psicanálise, sua imagem e seu público. In: ALMEIDA, A. M. DE O.; SANTOS, M. DE F. DE S.; TRINDADE, Z. A. **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011.

KEHL, Maria Rita. Tortura e Sintoma Social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir Pinheiro. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. Boitempo Editorial, 2015, p. 123-132.

LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIMA, Rita de Cássia Cavalcante. As comunidades terapêuticas religiosas e a política social de drogas. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2017.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Márcio de. O conceito de representações coletivas: uma trajetória da Divisão do Trabalho às Formas Elementares. **Debates do NER**, v. 2, n. 22, p. 67-94, 2012.

PIRES, Elaine Muniz. Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/2224/1325>. Acesso em 24 de mai. de 22.

PONTE, Carlos Fidelis, NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Os anos de chumbo: a saúde sob a ditadura. In: REIS, José Roberto Franco; VELASQUES, Muza Clara Chaves (orgs.). **Cantos, contos e imagens: puxando mais uns fios nessa história**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, p.181-218.

REZENDE, Maria Jose de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984**. Londrina: Editora UEL, 2001.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SANTOS, Desirree dos Reis. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de (et al.). O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/pPCgsCCgX7t7mZWfp6QfCcC/abstract/?lang=pt>.

Acesso em 24 de mai. de 22.

O judaísmo rabínico e o princípio de compaixão com os animais: dados do trabalho de campo¹

Marta F. Topel²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

No texto analiso alguns obstáculos para a consumação das leis dietéticas judaicas ou kashrut na contemporaneidade. O foco é a circulação de carne não-kasher, isto é, de carne não idônea para o consumo dos judeus em comunidades ortodoxas de Israel e do Brasil. Essa situação, como mínimo preocupante, é correlato do maltrato sistemático dos animais para consumo nas modernas granjas e frigoríficos. As consequências desse fenômeno são várias, entre as quais têm destaque uma fragmentação da ortodoxia judaica e o questionamento do status dos judeus como povo escolhido, fator constitutivo da cosmovisão judaica tradicional.

Palavras-chave: Judaísmo; Leis Dietéticas; Senciência; Compaixão com os animais.

A modo de introdução

Quando dei começo à minha pesquisa sobre a kashrut ou as leis dietéticas judaicas, assim como elas são seguidas pelos judeus ortodoxos na atualidade, não imaginava que parte substantiva da pesquisa estaria dedicada à compreensão do seguinte fenômeno: a circulação e consumo de carne *taref*, isto é, de carne não idônea para o consumo dos judeus, entre judeus ortodoxos de Israel e de diversas comunidades diaspóricas.

A surpresa pela descoberta foi grande, principalmente porque entre judeus tradicionalistas que abandonaram a grande maioria dos preceitos judaicos, e entre um número não desprezível de judeus seculares, consumir carne não-kasher costuma ser o último elo que os une à religião, o que demonstra a importância da comida na memória

¹ GT 16 - Estudos sobre humanos, animais e Relações interspecies.

² Marta F. Topel, antropóloga, professora Livre Docente no Programa de Letras Orientais (DLO/USP) e no Programa de Pós-graduação LETRA/USP. Autora de numerosos artigos sobre judaísmo contemporâneo, fundamentalismo religioso e fundamentalismo judaico e de dois livros sobre a ortodoxia judaica: *Jerusalém & São Paulo: a nova ortodoxia em cena* (Topbooks 2005) e *A ortodoxia judaica e seus descontentes: dissidência religiosa no Israel contemporâneo* (Annablume 2011). Em 2021 publicou o livro: *O Sagrado no judaísmo: lei, comida e identidade* (Telha editora, 2021) que será lançado em julho de 2022.

religiosa judaica. No imaginário judaico, a carne *taref* e o porco são concebidos como o símbolo por antonomásia das leis dietéticas judaicas.

A kashrut regulamenta a dieta dos judeus e, como fora analisado em diferentes textos por Mary Douglas (1966; 1993), Jacob Milgrom (1933) e David Kramer (2009), ela cumpre diferentes funções.

Para compreendê-las, antes é necessário destacar que o judaísmo ortodoxo é uma religião ortoprática, isto é, uma religião baseada em práticas e rituais, razão pela qual a kashrut não deve ser entendida como uma faceta do judaísmo ou como um acréscimo à religião judaica; muito pelo contrário, a kashrut é um dos pilares do judaísmo junto ao descanso sabático e às leis de pureza familiar, a kashrut é um dos prismas através do qual os judeus ortodoxos regem suas vidas e, como consta na Bíblia hebraica, através de suas leis se santificam.

As leis dietéticas judaicas abrangem um sem-número de regras e costumes, além da classificação dos animais em proibidos e permitidos para o consumo. Assim, misturas e utensílios também são alvo da kashrut, do mesmo modo que as formas corretas de limpar os alimentos.

Nas páginas que seguem focarei a atenção no *tzaar baalei chaim* (o princípio de compaixão com os animais), princípio talmúdico que revela uma sensibilidade inusual em relação aos animais, cujas sementes se encontram na bíblia hebraica. Esse princípio parte do pressuposto de que a senciência é o critério mais importante para estabelecer um relacionamento ético entre os seres humanos e os animais. Posteriormente, mostrarei como a violação do princípio do *tzaar baalei chaim* nos dias de hoje levou a divisões dentro da ortodoxia judaica, existindo judeus ortodoxos que seguem uma dieta vegetariana ou vegana, e judeus ortodoxos que comem carne. As implicações desse fenômeno são de extrema relevância.

Judaísmo, meio-ambiente e o princípio de compaixão com os animais

A relação do judaísmo com o meio-ambiente surge da tensão entre dois versículos do Gênesis: 1:28 e 2:15. No primeiro, “E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do

mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra”³, Deus abençoa os humanos e parece haver uma garantia absoluta do poder do homem sobre o meio-ambiente. Aliás, deste versículo vem a legitimação da visão antropocêntrica ocidental, a ideia de que na tradição judaico-cristã está o germe e a justificativa para a exploração sem limites da terra pelo homem.

Entretanto, no versículo do Gênesis 2:15 nos deparamos com uma visão diferente. “E tomou o Senhor Deus o homem, e o pôs no jardim do Éden para o lavrar e o guardar”⁴. Esse versículo exprime a ideia de que Deus colocou Adão e Eva no paraíso para cultivá-lo e guardá-lo, isto é, impôs aos humanos uma relação de administradores do mundo no qual moram. São esses dois versos complementários ou contraditórios? Os comentadores judeus da bíblia admitem que ambos os versículos podem reconciliar-se através de uma síntese. Alguns rabinos afirmam que em Gênesis 1: 28 não há uma ordem, mas uma benção; outros, como o rabino S. R. Hirsch, concluem que Deus, e não a humanidade, é o dono de toda a Terra que a deu em comodato ao homem com certas condições.

Em relação ao princípio do *tzaar baalei chaim*, segundo as fontes judaicas são dez as leis que obrigam os judeus a serem compassivos com os animais:

a. É proibido causar dor aos animais - *tzaar ba'alei chaim* (*Talmud - Baba Metzia* 32b, baseado em Êxodo, 23: 5).

b. Somos obrigados a aliviar o sofrimento de um animal, mesmo que o animal pertença a nosso inimigo (Êxodo, 23: 5).

c. Se um animal depende de você para se sustentar, você é proibido de comer qualquer coisa até alimentar o animal primeiro (*Talmud - Brachot* 40a, com base em Deuteronômio, 11: 15).

d. Recebemos a ordem de conceder aos nossos animais um dia de descanso no *Shabat* (Êxodo, 20: 10).

³ Bíblia Online - ACF - Almeida Corrigida Fiel. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/1?q=g%C3%AAnese>>.

⁴ Bíblia Online - ACF - Almeida Corrigida Fiel. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/1?q=g%C3%AAnese>>.

e. É proibido usar duas espécies diferentes para puxar o mesmo arado, pois isso é injusto com o animal mais fraco (Deuteronômio, 22: 10).

f. É uma *mitzvá* mandar embora uma ave do ninho antes de tomar seus filhotes (Deuteronômio, 22: 7).

g. É proibido matar uma vaca e seu bezerro no mesmo dia (Levítico, 22: 28).

h. É proibido cortar e comer um membro de um animal vivo (Gênesis, 9: 4).

i. O abate ritual (a *shechitá*) deve ser feito com o mínimo de dor para o animal. A lâmina deve ser examinada meticulosamente para assegurar a forma de morte mais indolor possível ("*Chinuch*" 451; "*Pri Megadim*" - Introdução às Leis *Shechitá*).

j. A caça de animais por esporte é vista com séria desaprovação por nossos Sábios (*Talmud* - Avoda Zara 18b; "*Noda BeYehuda*" 2-YD 10)

A lista das leis relativas ao princípio do *tzaar baalei chaim* mencionadas nas fontes judaicas demonstram uma preocupação e uma sensibilidade incomum para a época com o bem-estar dos animais. Apesar disso, é importante assinalar que na *Halachá* existe uma tensão entre essencialismo e pragmatismo claramente observável na esfera da kashrut. No caso dos animais permitidos poderia se afirmar que consumir sua carne é um mal necessário: na medida em que não se consegue estabelecer uma sociedade de vegetarianos ou veganos, comer carne é um modo de sublimar nossa agressividade.

A preocupação com estatuto dos animais aparece no livro do Gênesis (1: 29)⁵. Assim, na história da criação do mundo, Deus alerta o homem que todas as ervas e todas as árvores serão servirão para seu sustento, regra que sinaliza que no Paraíso a humanidade era vegetariana.⁶ Esse versículo levou à criação de um acordo entre os exegetas judeus de todos os tempos: no paraíso, estágio no qual não existiam as leis da história e as da natureza, a humanidade era vegetariana. Só depois do dilúvio Deus permitiu ao homem alimentar-se de animais. Tendo se corrompido e maculado a Terra, a geração de Noé e seus descendentes receberam a permissão de comer carne porque Deus

⁵ Gênesis, 1: 29. "E disse Deus: Eis que vos tenho dado toda a erva que dê semente, que está sobre a face de toda a terra; e toda a árvore, em que há fruto que dê semente, ser-vos-á para mantimento."

⁶ É interessante assinalar que imediatamente lemos: Imediatamente depois, lemos que também os animais devem ser herbívoros: "E a todo o animal da terra, e a toda a ave dos céus, e a todo o réptil da terra, em que há alma vivente, toda a erva verde será para mantimento; e assim foi (Gênesis, 1: 30)."

entendeu que o ser humano não estava preparado para um ideal que hoje definiríamos vegetariano ou vegano⁷.

Yael Shemesh (2006) afirma que existem diversas opiniões sobre as razões que autorizaram os humanos a comer carne após o dilúvio. Depois de uma análise minuciosa dos posicionamentos dos legisladores medievais e de rabinos contemporâneos, como os rabinos S. R. Hirsch e A. I. Kook, Shemesh (2006: 150/1) chega às seguintes conclusões:

Em geral, os sábios talmúdicos e comentaristas tradicionais pensaram que comer carne é certo. Nenhum deles prega ou recomenda que seu rebanho ou leitores mudem para um regime vegetariano... No entanto, a literatura talmúdica e os comentadores tradicionais apresentam a ideia de limitar o consumo de carne e até mesmo incluem declarações que encorajam o vegetarianismo ou indicam reservas sobre matar animais.

Paralelamente, nas diferentes fontes judaicas convivem interpretações materialistas e místicas que tentam reconciliar a tensão entre as regras que obrigam o homem a ser compassivo com os animais e a necessidade de matar animais para comer carne.

Norma e conduta, ontem e hoje: violações da kashrut na indústria da carne

Os grandes rabinos de todos os tempos chegaram a um acordo: a existência de uma classificação dos animais permitidos e dos animais proibidos para o consumo dos judeus e as complexas regras de abate dos animais constituem limitadores ao consumo desenfreado de carne. Mas, se, desde o início, o judaísmo teve de se confrontar com as regras relativas ao *tzaar baalei chaim* e com as necessidade ou avidez do homem em comer carne, na atualidade o desafio é maior, dada a violência e crueldade que caracterizam a produção de proteína animal nas modernas granjas e frigoríficos. Simultaneamente, os abatedores rituais nas diversas diásporas devem seguir as leis locais, o que dificulta ainda mais respeitar os mandamentos relativos à compaixão com os animais. No Brasil, por exemplo, o princípio do *tzaar baalei chaim* é violado, não só

⁷ Gênesis, 9: 3. “Tudo o que vive e se move servirá de alimento para vocês. Assim como dei a vocês os vegetais, agora dou todas as coisas.”

porque o abate dos animais seguindo as regras da kashrut é inviável em frigoríficos industrializados, como veremos em seguida, mas, também, porque as leis brasileiras – como provavelmente acontece em outras diásporas – exigem determinados requisitos no processo do abate. Em relação a este tópico, um abatedor ritual de São Paulo me explicou:

A legislação [brasileira] exige um período de vinte e quatro horas antes de que o animal seja retirado da granja para o abate: então, se corta a refeição do animal. Para que? Porque assim o animal vai se limpando: essa é uma exigência da vigilância sanitária. Ele vai fazer as suas necessidades fisiológicas e vai saindo todo o excesso de comida. Depois ele é conduzido em jejum e já no abatedouro espera entre seis e doze horas para o abate. É muito tempo sem que o animal se alimente para que fique limpo.

Quando perguntei ao abatedor ritual se o jejum incluía água, a resposta foi que segundo a *Halachá* o animal poderia tomar água, algo proibido pela lei brasileira. Apesar disso, ele foi enfático em destacar que o abate ritual segundo as leis judaicas causa menos sofrimento ao animal que os choques elétricos ou as pistolas pneumáticas usados no abate comum.

Esta afirmação se contradiz com as explicações do mesmo abatedor sobre o sofrimento dos animais antes do abate. Os relatos de outro abatedor ritual, também brasileiro, foram extremamente minuciosos no intuito de descrever o nível do sofrimento dos animais nos abatedouros locais, tanto nos abatedouros de aves como nos de carne bovina. Segundo ele, as transgressões *haláchicas* são muitas, mas os rabinos não dão ouvidos às queixas e denúncias dos abatedores e supervisores de kashrut. A crueldade estrutural com os animais, a negligência e as infrações das leis brasileiras levaram esse abatedor a fotografar algumas cenas e enviá-las à ONG PETA.

Em Israel, um vídeo da ONG *Anonymous*⁸, colocado no ar no canal 11 da televisão nacional, em 18 de outubro de 2017, é eloquente. Nele são mostradas cenas de cruéis e violentas em abatedouros do país nos quais trabalham funcionários do Rabinato e de agências privadas de certificação de carne kasher. Esses funcionários deveriam atestar

⁸ ONG israelense que luta pelos direitos animais.

que os procedimentos de abate seguem a Lei judaica.⁹ Entretanto, o que se observa é um cenário no qual recorrentemente são violadas as leis do *tzaar baalei chaim*, como no momento em que funcionários brincam com frangos jogando-os uns aos outros. Enquanto a câmera percorre o espaço, vemos frangos feridos jogados em bacias e no chão. Em *off*, são entrevistados abatedores que se queixam das condições de trabalho, e compartilham com o espectador a seguinte realidade: carne não-kasher é certificada como kasher. Eles também salientam que os problemas na produção de proteína animal em Israel são silenciados nas comunidades ortodoxas, apesar de os Grandes Rabinos conhecerem a situação. Além do mais, o rabino Avi Zarki, entrevistado no mesmo vídeo, explica que segundo a Lei judaica a faca do *shochet* deve ser verificada 12 vezes antes do abate, o que é impossível de ser feito numa fábrica que trabalha em “ritmo assassino”.

O rabino Oren Duvdevani, supervisor de kashrut, a quem entrevistei em Jerusalém durante o trabalho de campo, afirmou:

Na ação do abate em Israel existe um problema catastrófico, um problema que deriva do fato de que o abate segundo a *Halachá* foi feito para reduzir o consumo de carne e o abate industrial tenta alcançar o mais que pode. As metas da produção implicam uma contradição essencial com as leis da *Halachá* e isto se reflete, principalmente, no ritmo do abate e no modo como se trata os frangos. Eu me refiro a uma situação objetiva, a uma situação objetiva nada boa: uma situação que não segue as leis da *Halachá*. Por isso, eu não como frango em Israel, só como frango no exterior. No exterior, pelo fato de as quantidades serem muito menores [porque a demanda é menor], a situação é muito melhor porque não há tanta pressão.¹⁰

A omissão, o silêncio e a anuência das lideranças rabínicas em relação a uma transgressão tão grave como a circulação e consumo de carne não-kasher nas comunidades ortodoxas é difícil de compreender, uma vez que transgressões menores da Lei judaica como o cumprimento das saias das mulheres ou que tipo de couve-flor é idôneo para o consumo dos judeus ortodoxos.¹¹ Acho importante assinalar que outras

⁹ Segundo a *Halachá*, o abate deve ser feito com uma faca afiada através de procedimentos especiais e deve ser verificada várias vezes. O animal não deve ter consciência que será abatido.

¹⁰ Nos abatedouros de carne bovina, os problemas são maiores, e conseqüentemente, aumenta a violação das regras relativas ao *tzaar baalei chaim*. Entre as infrações mais gritantes encontramos o tratamento do animal antes de ser abatido.

¹¹ Apesar disso, cada vez mais aparecem aqui e acolá manifestações de rabinos ortodoxos que se opõem a determinadas práticas que violam o princípio do *tzaar baalei chaim*. Um exemplo recente é o abaixo-

centenas de prescrições e proscricções são alvo de intensa divulgação para evitar que lacunas ou pontos cegos na enunciação das regras levem indivíduos a transgredir uma lei ou um costume.

O pioneirismo dos codificadores judeus e o fascínio (a necessidade?) da carne

Uma das questões mais interessantes e relevantes em relação ao princípio do *tzaar baalei chaim* para nossos dias é o fato de ele revelar uma visão pioneira e progressista entre homens que viveram na Idade Média. Eles são pioneiros não só se os compararmos com pensadores e filósofos medievais não judeus, como com filósofos e cientistas contemporâneos. Estou me referindo a conceber a senciência – embora, obviamente, nas fontes judaicas não apareça esse termo – como o critério para reger a conduta dos homens para com os animais. Os exemplos são vários.

Assim, importantes legisladores medievais a exemplo de Maimônides (1138-1204) advertem que as pessoas não devem se amontoar com suas respectivas galinhas quando as levam ao abatedor ritual porque a galinha que vê uma outra ser morta sofrerá indevidamente. Um abatedor ritual brasileiro confirmou que esse princípio é respeitado por uma das agências certificadoras locais. Literalmente: “As galinhas [da empresa] Mehadrin são abatidas de duas em duas, num lugar à parte. As outras não veem, elas são enfiadas num saco de tal modo que elas não veem o *shochet* com a faca e não veem as galinhas que já morreram”.

No que diz respeito à proibição de separar o bezerro da mãe antes do sétimo dia depois do parto, Maimônides explica com as seguintes palavras por que a prática deve ser abolida:

Não há diferença entre a dor humana e a dor do restante dos seres vivos, já que o amor de uma mãe pelo filho e a saudade dele não dependem do raciocínio,

assinado de sessenta rabinos ortodoxos israelenses que condenam a prática de enviar animais vivos para serem abatidos em Israel. Sobre isso, ver: SURKES, S. Sixty senior rabbis call for end to “evil crime” of live animal shipments. **The Times of Israel**. 3 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/sixty-senior-rabbis-call-for-end-to-evil-crime-of-live-animal-shipments/> . Acesso em 26 junho 2021.

mas da atividade dos registros mentais (*koach medamé*), registros que se encontram na maioria dos seres vivos assim como nos humanos¹².

Nachmânides (1194-1270), outro legislador importante escreveu o seguinte:

Não há diferença entre a preocupação humana e a preocupação dos animais, porque o amor da mãe e sua ternura para com os filhos de seu ventre não são o resultado do raciocínio ou da fala, mas são produzidos pela capacidade de criar imagens mentais que existe nos animais, assim como está presente no homem¹³.

É importante destacar que a polêmica entre ambos os exegetas é em relação ao *taam ha'mitzvá* (a razão de existir o preceito) e não sobre a capacidade de sofrimento dos animais. Assim, enquanto Maimônides acredita que a razão da *mitzvá* é não causar sofrimento ao animal, Nachmânides pensa que a razão desse preceito é guiar o homem pelo caminho reto, afastando-o da crueldade.

Filósofos contemporâneos, como Peter Singer (2010), sugerem que não é moralmente justificável excluir animais, aos que denomina animais não-humanos, de considerações morais, uma vez que eles têm a capacidade de sofrer. Qualquer ser que demonstre interesse em não sofrer merece que esse interesse seja levado em consideração, e um não-humano que age para evitar o sofrimento tem exatamente esse interesse.

As últimas duas décadas têm sido prolíficas em pesquisas sobre o status moral e jurídico dos animais (SINGER, 2010; REGAN, 2004; FRANCIONE, 2013), e a tendência é conceber o especismo como um paradigma obsoleto, farto em equívocos éticos e epistemológicos. Esses dados nos permitem concluir que os legisladores judeus medievais se adiantaram séculos no que diz respeito a conceber a senciência como parâmetro para um relacionamento menos cruel com os animais não-humanos, salientando a semelhança existente entre o sofrimento dos seres humanos e os dos animais.

¹² MAIMÔNIDES, M. B. **Guia dos Perplexos**. Parte 3, Capítulo 48. Disponível em: https://www.sefaria.org/Guide_for_the_Perplexed. Acesso em: 20 junho 2021. Tradução livre do inglês.

¹³ Comentários do Ramban (Moshe ben Nachman ou Nachmánides) ao livro Deuteronômio, Disponível em: <https://www.sefaria.org/>. Acesso em 20 junho 2021. Tradução livre do inglês.

Chegados nesse ponto, faz-se necessário resolver, ou tentar resolver, o seguinte quebra-cabeças: por que as lideranças rabínicas fazem vista grossa diante de tantas transgressões advindas do consumo de carne não kasher nas comunidades ortodoxas? Em comunidades nas quais o controle social é extremamente rígido e nas quais o cotidiano é regido nos mínimos detalhes por centenas de leis e regras para evitar transgressões, desvendar esta charada constitui um desafio.

No livro *O sagrado e o impuro no judaísmo: lei, comida e identidade*¹⁴, aventei algumas respostas. Uma delas está diretamente relacionada ao poder econômico da indústria da carne, contra a qual os rabinos não têm conseguido se impor, no sentido de exigir que sejam seguidas as regras da kashrut no tratamento e no abate dos animais. Em Israel essa situação é clara. Em algumas é possível seguir as regras do abate, mas países com comunidades judaicas pequenas como o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, que exportam grande parte da carne de boi consumida em Israel, estão presos na mesma armadilha: o ritmo da produção industrializada de proteína animal impede colocar em prática as regras da kashrut para o tratamento e abate de animais.

Uma segunda possibilidade seria a de que as lideranças rabínicas, pressionadas por alguns rabinos militantes do veganismo e outros espantados com a divulgação de vídeos e relatos sobre o que acontece nos abatedouros de atualidade, façam uma intensa e abrangente difusão do que acontece na indústria da carne, revelando que a criação e abate industrial de animais ferem não só o princípio do *tzaar baalei chaim*, mas também questões eminentemente técnicas encontradas na Lei Judaica. No último caso, proibir o consumo de carne que, apesar de ter um selo kasher, não é idônea para o consumo dos judeus observantes, poderia desencadear reações adversas no público ortodoxo, dificilmente controláveis pelos rabinos.

É possível cogitar, inclusive, a desobediência de setores da população ortodoxa que não estejam dispostos a prescindir da carne em seu cardápio uma vez que consumir carne, não só nas festas do calendário judaico e no *Shabat*, mas também no cotidiano, é um costume muito arraigado nas comunidades ortodoxas atuais em particular, e na sociedade ocidental como um todo. A possibilidade de que segmentos significativos

¹⁴ No prelo: Editora Telha, 2021.

dentro da população ortodoxa desobedeçam às leis estipuladas pelos rabinos não seria um fenômeno novo. Além do mais, essa realidade se assemelharia a tantas outras nas quais a liderança religiosa é contestada a partir das bases. A reticência e a negativa de um significativo número de mulheres ortodoxas israelenses em deixar de usar peruca depois das repetidas admoestações públicas de Grandes Rabinos, entre eles, o Grande Rabino Ovadia Yosef, é um exemplo de que nem sempre a autoridade dos rabinos consegue se impor¹⁵.

Outra questão relevante diz respeito a como os rabinos e a população ortodoxa enfrentariam o fato de terem transgredido as leis relativas à kashrut durante anos, isto é, no passado. E como reagiriam os indivíduos ao se sentirem traídos pelos rabinos, supervisores e abatedores rituais que, conhecendo a situação, não os alertaram sobre os perigos de consumir carne? Uma pista pode ser encontrada no relato de Grandin (1980: 383) sobre a reação de um grupo de mulheres ortodoxas norte-americanas ao descobrir que um abatedouro kasher de bois empregava o sistema de algemar e içar os animais:

A maioria dos judeus ortodoxos nos Estados Unidos nunca testemunhou abate de animais. Isso é especialmente verdadeiro para a geração mais jovem [...]. Se os consumidores judeus fossem informados de como seu ritual sagrado foi corrompido em algumas plantas [de produção de carne], eles exigiriam uma interrupção [do processo]. Um grande matadouro kasher parou de algemar e içar e instalou dois cercados de contenção ASPCA porque as donas de casa fizeram piquetes nos supermercados [cujos donos eram] proprietários da fábrica.¹⁶

Por último, é necessário indagar no significado e no valor da carne nas sociedades ocidentais, porque os problemas considerados, mais precisamente, a impossibilidade, a negativa ou a dificuldade de deixar de comer carne entre os judeus ortodoxos estão relacionadas com questões que vão além da ortodoxia judaica. Assim, várias pesquisas revelam que comer carne é um indicador de prosperidade e de prestígio e, antes de mais nada, comer carne é uma forma de mostrar a nós mesmos que

¹⁵ Sobre isso, ver: GALAHAR, Ari. Rabbi Yosef comes out against wig-wearing. **Yediot Achronot**. 09 June 2010. Disponível em: <https://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3949586,00.html> . Acesso em 19 junho 2021.

¹⁶ Tradução livre do inglês.

dominamos a natureza selvagem e o meio-ambiente incivilizado (LEROY e PRAET, 2017; WILLARD, 2013; FIDDES, 1991).

Fiddes (1991: 14-15) explora concepções leigas e acadêmicas muito difundidas que partem do pressuposto de que a carne é a comida por excelência e, em alguns casos, é considerada sinônimo de comida. A partir dessa constatação, o antropólogo britânico cunha a expressão “fome de carne”¹⁷ para indicar situações nas quais uma alimentação isenta de proteína animal faz as pessoas não se sentirem saciadas. Em outras palavras: privar-se de comer carne é equivalente à inanição para a maioria de indivíduos e grupos das sociedades ocidentais. Mas, se essa ideia faz parte do senso comum, Fiddes não restringe a sua análise a essa forma de compreensão do mundo e traz os exemplos de Lévi-Strauss e Edmond Leach, dois antropólogos para quem, de modos diferentes, comida e carne seriam equivalentes. Diante dessas observações, a conclusão de Fiddes (1991: 15) é contundente: o fato de que carne e comida são consideradas sinônimos reflete a preeminência da carne, não só na dieta ocidental, mas, também, no pensamento ocidental.

Levando isso em consideração, ainda é necessário assinalar que a escolha do que comemos não é apenas uma questão de preferências, é um ato imbuído de significado social, prática cultural e ideologia política (WILLARD, 2003: 105). Barthes (1975: p. 47) vai além e afirma que existem várias fontes nas quais nos inspiramos para escolher nossas refeições além do apetite, como a cultura, a tradição familiar, a política e a retórica da alimentação e da nutrição. A comida é um sistema de comunicação, uma coleção de imagens e um conjunto cultural de convenções para diferentes situações.

Paralelamente é possível afirmar que existe, também, uma questão de gênero no carnismo. Nessa linha, a narrativa histórica e a retórica que acompanharam o consumo de carne o masculinizaram, ao afirmar que força física e resistência são adquiridas através do consumo de carne. Partindo do pressuposto que o poder físico está historicamente associado à masculinidade e à virilidade, é possível concluir que a carne tem sido percebida como um objeto masculino ou para homens (Willard 2003: p. 112). Por sua vez, Rifkin (1992: p. 244), a partir de uma perspectiva que se aproxima à de

¹⁷ Em inglês: *meat hunger*.

Fiddes, afirma que a identificação de carne crua com poder, dominação masculina e privilégios existe como um dos símbolos culturais mais antigos e arcaicos ainda visíveis na civilização contemporânea (RIFKIN, 1992: p. 244).

Século XXI: a entrada em cena do veganismo e mais uma divisão na ortodoxia judaica

Duas figuras de dentro da ortodoxia israelense têm feito apelos ao público ortodoxo para que, diante da situação de maltrato sistemático aos animais nas granjas e nos frigoríficos do país, os judeus ortodoxos deixem de comer carne.¹⁸ Trata-se dos rabinos Amnon Ytzchak e Assa Keisar. Ambos têm gravado aulas veiculadas em diferentes plataformas da internet descrevendo a situação a seus seguidores e, com base nos textos canônicos do judaísmo, nos quais sobressai o princípio do *tzaar baalei chaim*, ambos têm condenado as práticas da indústria da carne. No seu livro: *Não colocarás obstáculos na frente de um cego: O que está escrito na Torá, Profetas, Escritos, Mishná, Talmud, primeiros e últimos sábios sobre o derramamento de sangue dos seres vivos*, o rabino Keisar (2017/18) coloca a senciência como critério principal para colocar um fim ao maltrato sistemático aos animais, seja nas granjas, seja nos frigoríficos e abatedouros israelenses.

O consumo de carne não kasher é compreendido por ambos os rabinos como uma gravíssima transgressão, cujos desdobramentos são igualmente graves, atingindo a própria santidade do povo de Israel, o povo escolhido por Deus para ser um povo de sacerdotes. Da perspectiva dos rabinos Ytzchak e Keisar, uma dieta com carne equivale a uma dieta não-kasher, a uma dieta impura, e uma dieta impura abala os alicerces do judaísmo além de fragilizar espiritualmente aqueles que a seguem.

A compreensão que têm os rabinos mencionados das leis da kashrut vai ao encontro das abordagens de Mary Douglas (1966) quando afirma que indagar na santidade da kashrut permite dar conta de todas e cada uma das regras e, assim, esboçar

¹⁸ Nos Estados Unidos existem vários rabinos e sectores maiores dentro da ortodoxia que defendem uma dieta vegetariana ou vegana, além da pressão de diferentes ONGs judaicas da sociedade civil. No Brasil este tema não foi levantado dentro das comunidades ortodoxas.

um sistema consistente no qual o sagrado é o atributo de Deus que, necessariamente, se opõe àquilo considerado abominável. Sagrado, em hebraico *kadosh*, significa separar, colocar à parte, e isso é o que se exige de um povo santo: o povo de Israel, o povo escolhido por Deus, deve se separar de todos os povos para concretizar o desejo divino de ser um povo de sacerdotes (DOUGLAS, 1966: 49).

Num artigo posterior, “Atonement in Leviticus”, Douglas (1993) afirma que os autores do Levítico construíram, através das regras de pureza das quais a kashrut são a forma mais importante, o corpo como se fosse o santuário, e o santuário como se fosse o corpo. As consequências desse fenômeno permitem compreender a importância das leis dietéticas e seu lugar medular na visão de mundo judaica, uma vez que:

[Assim] levar para o corpo do adorador a carne de um animal que recebeu sangue em seu corpo é equivalente ao adorador comer sangue diretamente; e levar comida impura para o corpo humano é equivalente a levar impureza para o santuário¹⁹ (DOUGLAS, 1993: 121 tradução livre do inglês).

Deus é santo, Deus é puro, e na medida em que o povo de Israel se consagra por meio das leis de pureza – entre as quais têm papel fundamental as leis dietéticas – ele se transforma em um povo santo num processo que o aproxima de Deus e o torna semelhante a Deus. Por sua vez, partindo do pressuposto de que *tumá* (impureza ritual) e *kedushá* (santidade) são opostos semânticos, e que a fonte e quintessência da santidade é Deus, Milgrom (1993: p.110) conclui que o povo de Israel tem a obrigação de controlar a ocorrência de impurezas.

Ser puro e ser santo como Deus é puro e santo, levou a que ao longo de séculos de História o povo de Israel se separasse dos outros povos; a kashrut foi um dos mecanismos mais importantes para conseguir esse objetivo. Entretanto, as funções das leis dietéticas têm mudado com o advento da Modernidade, a Emancipação dos judeus e a sua posterior assimilação às sociedades hospedeiras. Assim, a partir do século XIX, quando a maioria dos judeus se separa da religião em maior ou menor grau, as leis dietéticas mudaram de função e separaram judeus de judeus, uma vez que judeus ortodoxos não compartilhavam a mesa com judeus reformistas ou seculares. No século XXI

¹⁹ Tradução livre do inglês.

uma nova fragmentação identitária acontece dentro do judaísmo: judeus ortodoxos vegetarianos ou veganos se recusam a compartilhar uma refeição com judeus ortodoxos que consomem carne.

Tendo como base a situação acima analisada, uma pergunta sobressai: poder-se-ia afirmar que os judeus ortodoxos que incluem carne na sua dieta estão se afastando da missão de ser um povo santo? E quais seriam as consequências desse afastamento? Acredito que a resposta a essas interrogações exige uma nova, longa e sólida.

Referências

BARTHES, R. Towards a Psychosociology of Contemporary Food Consumption. **European diet, from Pre-industrial to Modern Times**. Eds. E. Forster & F. Forster. New York: Harper & Row, 1975, p.47-59.

DOUGLAS, M. Atonment in Leviticus. **Jewish Studies Quarterly**. v.1, 1993/4.

DOUGLAS, M. **Purity and danger**: An analysis of concepts of pollution and taboo. London: Routledge & Kegan Paul, 1966.

FIDDES, N. **Meat as a natural symbol**. New York: Routledge, 1991.

FRANCIONE, G. L. **Introdução aos direitos dos animais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

GRADIN, T. Problems with Kosher Slaughter. **International Journal for the Study of Animal Problems**. n. 1(6), 1980.

KEISAR, A. **Não colocarás obstáculos na frente de um cego**: O que está escrito na Torá, Profetas, Escritos, Mishná, Talmud, primeiros e últimos sábios sobre o derramamento de sangue dos seres vivos (versão íntegra). Jerusalém: 2017/8 (hebraico).

KRAMER, D.C. **Jewish eating and identity through the Ages**. New York: Routledge, 2009.

LEROY, F.; PREAET, I. Animal killing and postdomestic meat production. **Journal of Agriculture and Environmental Ethics**. 3, 2017.

MILGROM, J. The Rationale for Biblical Impurity. **JANES - Journal of the Ancient Near Eastern Society**. v. 22, Issue 1, p. 107-111, January 01, 1993.

REGAN, T. **The case for animal rights**. University of California Press, 2004.

RIFKIN, J. **Beyond beef**: the rise and fall of the Cattle Culture. New York: Plume, 1992.

SHEMESH, Y. Vegetarian ideology in talmudic literature and traditional biblical exegesis. **Review of Rabbinic Judaism**. n. 9, 2006.

SINGER, P. **Libertação Animal**. São Paulo: Martin Fontes, 2010.

TZUBERI, Ch. And the Woman is a High-Priest”: From the Temple to the Kitchen; From the Laws of Ritual Im/Purity to the Laws of Kashrut. In: ILAN, Tal, BROCKHAUS, Monica; HILDE, Tanja (eds.). **Introduction to Seder Qodashim**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2012.

WILLIARD, B. E. The American story of meat: discursive influences on cultural eating practice. **The Journal of Popular Culture**. 36(1), 2003.

Colonialidade, capitalismo racial e modernidade: a centralidade e a invisibilidade do Haiti¹

Ana Paula Ricardo da Silva²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

Este trabalho propõe-se a descrever e analisar de que maneira a colonialidade e o capitalismo racial moldam a modernidade, sobretudo a importância do Haiti nesse contexto. Assim, objetiva-se problematizar a formação do Estado a partir da divisão racial criada no mundo colonial, com a escravização de seres humanos negros e a consequente perpetuação da exploração, sob a ótica da teoria do contrato racial, cunhada por Charles W. Mills. Para tanto, são apontadas as limitações do contrato hegemônico, que formam o contrato racial e criam um mundo cindido em dois, e como esta divisão foi instrumento utilizado no empreendimento capitalista para o enriquecimento da Europa e, particularmente, o papel do Haiti neste cenário. Para desenvolver seu argumento, este artigo está dividido em três partes: Primeiro, buscamos delinear a teoria do contrato racial, problematizando a formação do Estado moderno. Segundo, buscamos entender a expansão capitalista no mundo colonial, que é sustentada pelo racismo anti-negro, e constrói o conceito moderno de raça. Na terceira parte, situamos o Haiti no mundo colonial e na modernidade, sua centralidade e sua invisibilidade nesses contextos, ora considerado a “pérola das Antilhas”, ora uma “memória subterrânea”. As perspectivas presentes neste trabalho contribuem para a Sociologia Política por refletirem acerca das tradições e linhagens do pensamento político e explorar uma corrente crítica fundamental para o entendimento da realidade racial.

Palavras-chave: Capitalismo racial; contrato racial; colonialidade; Haiti; modernidade.

Introdução

O presente estudo parte do entendimento de que é necessária uma (re)construção do pensamento histórico sociopolítico, que centralize a raça em suas análises da fundação do Estado e da sociedade moderna. Nesse sentido, cunhamos uma análise de parte da história sociopolítica haitiana, sob a ótica da teoria do contrato racial, teoria crítica ao Contrato Social, que refuta a ideia de que o Estado e a sociedade surgem a partir do consentimento de indivíduos tidos como iguais. Segundo Charles W. Mills, o Estado surge da “necessidade” de dominação dos brancos sob pessoas não brancas e a sua

¹ GT 17 – Política Cultural Negra e processo de Racialização.

² Bacharel em Direito pelo Centro Universitário UNA (2019), advogada e mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CAPES. E-mail: anap.rds@hotmail.com.

consequente exploração, a fim de cumular riquezas e garantir o poder. Dentro desse contexto, a pergunta central é: De que forma o contrato racial, enquanto sistema político de opressão, atuou na formação do Haiti?

Argumenta-se que a supremacia branca utilizou de seus aparatos políticos e econômicos para dominar o Estado haitiano quando lhe foi conveniente, usurpando suas riquezas para impulsionar o crescimento econômico europeu, e o isolou do mundo moderno, quando esta nação se rebelou contra tais explorações e se declarou independente.

Contrato Racial: uma visão raio-x da formação da política moderna

A presente seção pretende demonstrar, que, diferentemente do que a história sociopolítica hegemônica defende, a formação política moderna não se dá de modo consensual, entre indivíduos tidos como iguais, que percebem benéfico em dispor de sua liberdade ao Estado em prol do desenvolvimento da sociedade. O que ocorre, na realidade, é a divisão racial do mundo, entre brancos e não-brancos, e a consequente dominação dos primeiros sobre os segundos.

A escravização negra e a questão racial foram ignoradas e silenciadas por todos os contratualistas, clássicos e modernos, que ao tentar explicar as origens e funcionamento da sociedade e do governo em suas obras, nada mencionam sobre o fator racial que marca a fundação do mundo moderno. Nesse sentido, Mills aponta que os intelectuais escrevem sobre o que lhes interessa, o que consideram importante, logo, o silêncio de autores como Hobbes, Rousseau, Locke, Kant, Mill, dentre outros, demonstra que o contrato social, enquanto teoria, não é suficiente e adequado para explicar a experiência de pessoas não-brancas na formação política moderna, por possuir limitações, que revelam a cumplicidade dos mesmos com o contrato racial (MILLS, 1997, p. 94).

O contrato racial é, de forma simplificada, o pacto firmado entre a supremacia branca para garantir seus privilégios socioeconômicos sobre seres humanos não-brancos, que são “objetos”, vítimas do contrato e não partes livremente contratantes (MILLS, 1997, p. 12). No mesmo sentido, Mills assinala que “supremacia branca é o

sistema político sem nome que tornou o mundo moderno o que é hoje. Você não encontrará este termo na introdução, ou mesmo em textos avançados de teoria política” (MILLS, 1997, p. 1, tradução nossa³).

Assim, o racismo (supremacia branca) não é apenas uma “doença social”, como acreditam alguns teóricos, ou mero fruto da falta de conhecimento e ignorância, para além disso, a supremacia branca é um modelo político de dominação local e global operado pela branquitude, e, apesar de nem todos os brancos serem signatários do contrato racial, todos eles se beneficiam de seus privilégios.

O objetivo deste contrato é sempre o privilégio diferencial dos brancos, como grupo superior, em relação aos não-brancos, como grupo inferiorizado, e a partir dessa cisão e hierarquização explorar os seus corpos, terras e recursos (MILLS, p. 11, 1997).

Então, na invasão europeia, mais precisamente na invasão de Colombo à América, o contato que ocorre entre os povos nativos e estrangeiros, em um primeiro momento é de receptividade dos povos originários para com os viajantes, mas, em um segundo momento, este contato objetifica-se, e o ser humano negro perde a condição humana, tornando-se apenas “*nigger*”⁴, visto como força de trabalho produtivo. Aimé Césaire, em “Discursos sobre o colonialismo”, descreve que entre colonizador e colonizado não há contato humano, pois apenas há espaço “para o trabalho forçado, intimidação, roubo, violação, para a cultura imposta, desconfiança, para o silêncio dos cemitérios, para a presunção, para a grosseria, para as elites descerebradas” (CÉSAIRE, 2020, p. 31), sendo assim, conforme o autor, a colonização opera através da coisificação do ser humano não-branco.

E como poderia, um ser “desprovido de racionalidade” e, conseqüentemente, “escravo”, ser parte livremente contratante da fundação de um Estado? A realidade é que o Estado é fundado dentre aqueles homens que realmente importam, os que realmente são pessoas, ou seja, o homem branco europeu e, por não ser um contrato entre todos, é um contrato racial.

³ Em inglês, no original: “White supremacy is the unnamed political system that has made the modern world what it is today. You will not find this term in introductory, or even advanced, texts in political theory”.

⁴ “Asante desqualifica a ideia de identidade racial como uma construção social e histórica localmente específica, associando-a com o termo antiquado e pejorativo “crioulo” [“nigger”]” (GILROY, 2001, p. 355).

Em que pese brancos e não-brancos se encontrarem no mesmo espaço geográfico, não possuem os mesmos direitos, há a negação de oportunidades socioeconômicas e participação política igual para todos, esta exclusão demonstra que o espaço político da política não é coextensivo ao espaço geográfico. Mills constata que uma das consequências do contrato racial, é a racialização de espaços que precisam ser dominados, espaços estes onde políticas reais serão construídas (MILLS, 1997, p. 41 - 53).

O contrato racial, assim como o social, possui esferas moral e política, mas diferencia-se deste por possuir também uma esfera epistemológica. Assim sendo, o contrato racial é: a) moral, por possuir um código moral e uma certa psicologia moral; b) político, pois explica como a sociedade foi criada ou crucialmente transformada e como o Estado foi estabelecido; c) epistemológico, visto que produz cegueiras, criando um estado cognitivo de superstição e ignorância, uma lente para enxergar o mundo erroneamente (MILLS, 1997, p. 9-19).

Para explicar o racismo que molda o Estado moderno e cristaliza-se em suas estruturas, tanto em um panorama local, quanto global, “o “Contrato Racial” procura explicar como as coisas são e como elas vieram a ser assim – descritivo – bem como o modo como deveriam ser – normativo” (MILLS, 1997, p. 10, tradução nossa⁵), servindo de base teórica para analisar a política, a economia e as demais esferas da vida civil.

Operacionalização do Contrato Racial na expansão capitalista

Entender a origem do racismo enquanto fenômeno social e, antes disso, o surgimento da noção de “raça”, é um desafio que já foi enfrentado por diversos autores e ainda é campo teórico em disputa, assim como o capitalismo e sua relação com o racismo.

Aqui partimos do entendimento de que o marxismo possui limitações históricas por ignorar a influência da escravidão negra no contexto de expansão industrial e considerá-la mero desenvolvimento orgânico das sociedades ocidentais. Sendo assim,

⁵ Em inglês, no original: “(...) the “Racial Contract” seeks to account for the way things are and how they came to be that way - the descriptive - as well as the way they should be - the normative (...)”.

nosso interesse é abordar autores que centralizem a questão racial nos estudos sobre a expansão capitalista.

Racismo e capitalismo estão entrelaçados de tal forma que falar de capitalismo, sem mencionar a questão racial, é no mínimo desonesto. Nesse sentido, sobre o silêncio de Marx e Engels a respeito do tema, Moore aponta que isto não se deu por falta de conhecimento ou de material antropológico, etnológico e sociológico, mas sim ao seu eurocentrismo (MOORE, 2007, p. 61).

Os séculos XVII e XVIII são marcados pelo colonialismo, que modifica profundamente a estrutura da modernidade com transformações econômicas baseadas no sequestro, violência e exploração de seres humanos negros, a fim de suprir demandas europeias (MORRS, 2017, p 49). E, muito embora a subjugação e dominação do povo preto tenha sido um marcador do período, não se pode dizer que o racismo surge na modernidade. O que ocorre na modernidade é apenas a expansão, modernização e aprimoramento das formas de opressão racial, a fim de sustentar o empreendimento capitalista.

Nas sociedades feudais da Europa, já existiam formas de divisão étnica, religiosa e nacional. A operação capitalista, por meio do empreendimento colonial, expande formas mais antigas e pré-capitalistas de diferenciação racial, que constroem o conceito moderno de raça (JENKINS, et al, 2021, p 6-11):

Em outras palavras, o capital não se acumulou historicamente sem relações de desigualdade racial previamente existentes. Este processo funciona de duas maneiras. Primeiro, as desapropriações violentas inerentes à acumulação de capital operam alavancando, intensificando e criando distinções raciais. Em segundo lugar, a raça serve como ferramenta para naturalizar as desigualdades produzidas pelo capitalismo, e esse processo racializado de naturalização serve para racionalizar a distribuição desigual de recursos, poder social, direitos e privilégios. O capitalismo racial é uma estrutura altamente maleável. Às vezes, conta com métodos abertos de exploração e expropriação que arrastam populações racializadas para modos capitalistas de produção e acumulação, como escravidão, colonialismo e cercamento (JENKINS, et al, 2021, p. 3, tradução nossa⁶).

⁶ Em inglês, no original: "In other words, capital has not historically accumulated without previously existing relations of racial inequality. This process functions in two ways. First, the violent disposessions inherent to capital accumulation operate by leveraging, intensifying, and creating racial distinctions. Second, race serves as a tool for naturalizing the inequalities produced by capitalism, and this racialized process of naturalization serves to rationalize the unequal distribution of resources, social power, rights, and privileges. Racial capitalism is a highly malleable structure. It has at times relied on open methods

A invenção do negro é uma construção histórica e consciente da supremacia branca, que objetiva cumular riquezas em benefício próprio, e para que isto fosse possível, foi necessário exagerar as diferenças sociais já existentes.

Como visto anteriormente, o ser humano racializado não é parte consentida e igual do contrato social, as instituições foram construídas para lhe dominar e subdesenvolver, não o contrário, o que foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, que explorou a força de trabalho negra africana através da escravização.

Eric Williams, na obra *Capitalismo e Escravidão* (1975), denuncia que, sem a escravização negra o desenvolvimento do capitalismo não seria possível, já que “o capitalismo mercantil do século XVIII desenvolveu a riqueza da Europa por meio da escravidão e do monopólio” (WILLIAMS, 2012, p. 284) e aponta, ainda, a importância da colônia de São Domingos, atual Haiti, neste processo, considerada a “pérola das Antilhas”, era a “menina dos olhos” do colonizador, e, mais tarde, seu maior pesadelo.

Entendendo a centralidade que o Haiti possui para a formação da modernidade, expansão do capitalismo e história revolucionária afro-diaspórica, a próxima seção dedica-se a analisar a centralidade e a invisibilidade do Haiti no mundo político moderno.

Haiti: a pequena grande nação negra

Como visto anteriormente, o contrato racial produz o apagamento histórico de determinados eventos, causando ignorância e levando ao epistemicídio dos povos racializados (MILLS, 1997, p. 15), não coincidentemente, as mazelas presentes na sociedade haitiana são mundialmente conhecidas, ao contrário de sua história de luta por libertação, e a influência da Revolução de 1804 para o mundo moderno, que estão situadas à margem.

Sendo assim, não parece justo contar a história de um povo apenas a partir de um crime ao qual foram acometidos, embora, como já foi mencionado, esse momento

of exploitation and expropriation that wrench racialized populations into capitalist modes of production and accumulation, such as slavery, colonialism, and enclosure”.

histórico seja importante para o entendimento do mundo como ele foi construído e é hoje. Ainda assim, faz-se importante ressaltar a vida pré-existente à colonização, nesse sentido Aimé Césaire aponta que “(...) Eram sociedades comunitárias, e não para alguns poucos. Eram sociedades não só ante-capitalistas, como já foi dito, mas também anticapitalistas. Eram sociedades democráticas, sempre. Eram sociedade cooperativas, sociedades fraternais” (CÉSAIRE, 2020, p. 34), cabe ainda salientar que, antes das invasões coloniais estes povos estavam no trilho de seu desenvolvimento, até serem descarrilhados pelo invasor, o que por sua vez, atrapalhou o desenvolvimento social, político e econômico dos Estados, o que se perpetua até os dias de hoje, “é o colonizado quem quer ir adiante, é o colonizador que o mantém atrasado” (CÉSAIRE, 2020, p. 36).

Colombo invade a ilha que hoje conhecemos como Haiti, que abrigava povos nativos, à procura de ouro, em nome deste, atrocidades foram lançadas pela mão do homem branco europeu aos povos originários, que foram exterminados, “passando de meio milhão, ou talvez um milhão para sessenta mil em quinze anos” (JAMES, C.R.L, 2010, p. 19). Como solução para a continuidade da colônia espanhola no país, a qual chamaram de Hispaniola, no ano de 1517, quinze mil seres humanos foram sequestrados do continente africano e levados para serem escravizados no Haiti (JAMES, C.R.L, 2010, p. 19).

A rica ilha foi objeto de disputa entre espanhóis, franceses e ingleses, porém em 1695, através do Tratado de Ryswick, a França recebeu o direito legal sobre a parte ocidental das terras. Em um primeiro momento, os franceses utilizaram da mão de obra branca, “os *engagés*, que poderiam ser libertados depois de um período de alguns anos” (JAMES, C.R.L, 2010, p. 20), mas estes não suportaram as condições de trabalho impostas, então milhares de negros africanos foram sequestrados para Haiti, chegando a milhões de pessoas (JAMES, C.R.L, 2010, p. 20).

É necessário ressaltar que este processo não foi pacífico, as revoltas negras eram constantes, daí a necessidade da utilização da força bruta e encarceramento dos escravizados (JAMES, C.R.L, 2010, p. 22). Os quilombos, por exemplo, representaram grande parte da resistência negra no Haiti e um perigo para a colônia, principalmente durante os cem anos que antecederam 1789 (JAMES, C.R.L, 2010, p. 34).

A colônia francesa de São Domingos era considerada a “pérola das Antilhas” devido ao seu solo fértil e clima favorável, que permitiam o plantio de cana de açúcar, café, tabaco, algodão, cacau e anil, tudo isto em grandes quantidades e boa qualidade. O Haiti neste período enriqueceu a França com a produção açucareira, em 1789 era considerado o “mercado do Novo Mundo” e objeto de desejo de todo fazendeiro, sobretudo dos britânicos, visto que a colônia se tornou maior do que qualquer outra colônia inglesa, o que colocou a França na liderança do mercado açucareiro.

Dessa forma, a exploração do Haiti e a escravização negra sustentaram economicamente a Revolução Francesa, pois foi através das fortunas geradas que surgiu o impulso por liberdade da burguesia francesa, cansada dos abusos evidentes à classe (JAMES, C.R.L, 2010, p. 58 - 64).

Entretanto, os ideais iluministas de “liberdade, igualdade e fraternidade” presentes no contexto das Revolução Francesa, com a universalização do homem e seus direitos, não se aplicava à colônia francesa de São Domingos, atual Haiti, que ainda se encontrava sob domínio francês. Tendo em vista este paradoxo, nota-se que esse período histórico está estruturado pelo racismo, muito embora seja a referência imposta a toda humanidade (RIBEIRO, et al, 2021, p. 10), o que torna as formações políticas modernas não apenas capitalistas, mas, sobretudo e antes disso, racistas (JENKINS, et al, 2021, p 6-11).

Em 1789, com as notícias a respeito da Revolução Francesa, os negros escravizados em São Domingos estavam se movimentando e se organizando ainda mais, como quem anunciava uma revolta. Mas não era revolta, a Revolução Haitiana estava nascendo, sob o grito de “vingança!”, “mas esses brancos menosprezavam demais os escravos para acreditar que fossem capazes de organizar um movimento em larga escala” (JAMES, C.R.L, 2010, p. 92). Em 1791, “os negros de Le Cap e arredores estavam prontos e aguardando. O plano foi concebido em escala massiva e eles visavam ao extermínio dos brancos e à tomada da colônia para si. Havia talvez doze mil escravos em Le Cap, seis mil dos quais eram homens” (JAMES, C.R.L, 2010, p. 91 - 92).

É apenas em 1804, após diversos embates, altos e baixos, que a colônia de São Domingos se torna independente, ao derrotar o exército francês, este período histórico

ficou conhecido como Revolução Haitiana, que se consolidou como a segunda Revolução ocorrida nas Américas, e a formação primeira nação negra independente.

Entretanto, a Revolução não foi aceita no mundo colonial, a França e demais potências europeias não reconheceram a independência do Haiti e o isolaram do comércio internacional. Diante disto, em 1825, forçado a fazer reparações aos colonos, o país assumiu a chamada “dívida da independência”, uma indenização que teria de ser paga à França pela perda de terras que os fazendeiros possuíam no país, “este acordo impôs ao Haiti uma dívida absurda e indevida, tornando-se um dos principais fatores que retardaram seu crescimento nas décadas (e séculos) seguintes” (NORONHA, 2017, p. 27), isto em troca de reconhecimento internacional e restabelecimento das relações econômicas.

A Revolução Haitiana é tida, historicamente, pela narrativa hegemônica, como um “não-evento”, pois constituía uma ideia impensável para a época, e, é ao mesmo tempo uma *memória subterrânea*,⁷ já que é tratada com uma menor relevância (RIBEIRO, et al, 2021, p 25). Entretanto, a Revolução, movida por negros e negras, gerou impactos no sistema colonial capitalista e significou um marco na história das lutas e resistências da diáspora africana (QUEIROZ, 2017, p. 99).

Por fim, quando o Haiti se tornou a primeira nação negra, ela não foi aceita pois aqueles seres humanos não eram reconhecidos como tais, um Estado naqueles moldes, embora existisse, não poderia e nem deveria, já que a supremacia branca não fazia parte dele. A insubordinação deste povo ao contrato racial, em busca de sua independência, demonstrava tamanho perigo para supremacia branca que esta utilizou-se de seu poderio político e econômico para garantir que esta pequena grande nação negra passasse pela “máquina do esquecimento”⁸

⁷ “Como Michel Pollak chama a atenção, dizer que algo é clandestino ou subterrâneo na construção de memória, não é dizer que ele deixou de existir, mas que há uma correlação de forças que impede que ele ganhe visibilidade” (RIBEIRO, et al, 2021, p 25).

⁸ Ver em CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

Considerações finais

Para responder à pergunta que orienta esta pesquisa, utilizou-se como base teórica o pensamento de Charles W. Mills, que conforme exposto, possui potencial crítico para explicar de modo racializado a formação do mundo moderno. A partir deste estudo podemos perceber que, embora teorias do “contrato social” e teorias marxistas sejam referências universais e quase hegemônicas, para uma análise racializada da modernidade, essas teorias possuem limitações, muitas vezes propositais, por desconsiderarem ou não darem o devido peso à colonialidade que atravessa o mundo moderno e o divide em raças.

Por meio da análise crítica da bibliografia secundária apresentada e do estudo de caso sobre a colonização haitiana, e, posteriormente, sua Revolução podemos concluir que o contrato racial esteve presente na formação do Estado no Haiti, e um dos mecanismos utilizados por este contrato foi o empreendimento capitalista, que enriqueceu a França durante a colonização com a exploração massiva de seres humanos negros e, em que pese a luta e conquista da independência haitiana ter ocorrido em 1804, este marco não foi reconhecido pelos países europeus e é, ainda hoje, uma memória subterrânea.

A análise feita neste artigo é parte de um estudo maior, da pesquisa em andamento, que busca investigar a influência do contrato racial na (re)construção do Estado Haitiano, analisando de forma mais profunda e atual as práticas racistas operacionalizadas no país através das políticas públicas internacionais, que seguem perpetuando a dominação, instabilidade política e vulnerabilidade socioeconômica no país. Com o estudo, pretende-se preencher a lacuna presente na literatura a respeito da operação supremacista branca na (re)construção do Haiti, utilizando-se de uma corrente teórica pouco debatida, que é o contrato racial.

As perspectivas presentes em ambos os trabalhos contribuem para a Sociologia Política por refletirem acerca das tradições e linhagens do pensamento político e explorarem uma corrente crítica fundamental para o entendimento da realidade racial, permitindo uma nova leitura do fenômeno em solo haitiano.

Referências

- ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar**. In: Nascimento, Elisa Larkin. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do Séc. XIX**. São Paulo: Annablume Editora, 2008.
- BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e o Haiti**. São Paulo: n-1 Edições, 2017.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado** – pesquisas de antropologia política. Trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, p. 207 – 234, 2003.
- DUARTE, Evandro Charles Piza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. A Revolução Haitiana e o Atlântico Negro: o Constitucionalismo em face do Lado Oculto da Modernidade. **Revista Direito**,
FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERES JÚNIOR, João. **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: EdUFMG/Humanitas, 2014.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. **A history of pan-african revolt**. Oakland: PM Press, 2012.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Overture e a revolução de São Domingos**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- JENKINS, Destin; LEROY, Justin; **Histories of Racial Capitalism**. Columbia University Press. 2021.
- MILLS, Charles W. **The racial contract**. Itahaca, NY: Cornell University Press, 1997.
- MILLS, Charles W. O contrato de dominação. **Meritum** - Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 15-70, 2013. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/2162>. Acesso em 28 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.46560/meritum.v8i2.2162>.

MIRANDA, B. D. F. **OS ECOS ELIDIDOS DA REVOLUÇÃO DO HAITI NO BRASIL**. Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História, 16 (27), 358-361, 2019. Disponível em: https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/687. Acesso em 28 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18817/ot.v16i27.687>.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 344 p., 2007.

MOORE, CARLOS. **O Marxismo e a Questão Racial**: Karl Marx e Friederich Engels frente ao racismo e à escravidão. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenefro, 2010.

MOREL, Marco. **A revolução do Haiti e o Brasil escravagista** - o que não deve ser dito. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

NORONHA, Luiza Lazzaron. **Acertando as contas com o passado**: a demanda de reparação do Haiti contra a França em decorrência da escravidão e da colonização. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Relações Internacionais, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/178825>. Acesso em: 01 de jun. 2022.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. **Constitucionalismo brasileiro e o atlântico negro**: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana. 2017. 200 f. 28 Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Ahead of print, Vol. XX, N. XX, 2021, p. XX-XX.

RAMOSE, M. **Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana**. Tradução de Rafael Medina Lopes, Roberta Ribeiro Cassiano Dirce Eleonora Nigro Solis. Rio de Janeiro: Ensaios Filosóficos, v. IV - outubro 2011.

RIBEIRO, Deivide Júlio; REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. O Haiti como Memória Subterrânea da Revolução e do Constitucionalismo Modernos. **Revista Direito e Práxis**, Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/56540>. Acesso em: 01 jun. 2022. DOI: 10.1590/2179-8966/2021/56540.

ROBINSON, Cedric. **Black Marxism**: The Making of the Black Radical Tradition. London: Zed Press, 1983.

Robinson, C.J (2018). Capitalismo racial: el carácter no objetivo del desarrollo capitalista. **Tabula Rasa**, (28), 23-56. Doi: <https://doi.org/10.25058/20112742.n28.2>

RODNEY, Walter. **Como a Europa Subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

WELSING, Frances Cress. **The Isis (Yssis) papers:** the keys to the colors. Chicago: Third World Press, 1991.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Performances possíveis nas batalhas de poesia contemporâneas: voz, corpo e memória¹

Kelly Yara de Souza Mendonça²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

Proponho discutir noções de performance na prática das batalhas de poesia (*poetry slam*), indo além do sentido artístico para expressar demandas identitárias e comunitárias, com foco nas comunidades com participação exclusiva de minorias, especificamente o slam de mulheres. As batalhas de poesia surgem como lugar de uma performance de poesia que aciona, compartilha e corporifica memórias individuais e coletivas. Inserida no contexto de disputa, a performance adquire conotações políticas ao reverberar demandas de minorias, narrativas de identidade e resistência. São narrativas de autorrepresentação sintetizadas na escrita, na performance e no corpo através de uma experiência que revela produção e troca de saberes subjugados.

Palavras-chave: poesia; performance; memória; feminismo contemporâneo.

Introdução

Poetry Slam é o termo em inglês que designa as batalhas de poesia e tem sua origem na década de 1980, em Chicago, nos Estados Unidos. Surge com a intenção de oferecer uma opção mais acessível e menos elitista aos saraus e leituras, e desde a sua criação levanta questões sobre parâmetros acadêmicos e literários na expressão poética. O slam – como é chamado no Brasil e neste texto – chega ao país em 2008, organizado em espaços acessíveis e gratuitos, ganhando visibilidade num período de fortalecimento da produção marginal e periférica³. A poesia falada é resgatada como herança cultural, parte

¹ GT 18 – Sociologia da Juventude, do Corpo e das Emoções.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Sociologia (PPGS/UFPR), bolsista CAPES. E-mail: kelly.mendonca@ufpr.br.

³ Segundo a organização do SLAM BR, em 2019 estavam ativas mais de 150 comunidades de slam em 21 estados. Os eventos ocorrem mensalmente, com disputas regionais e nacionais para escolha do representante do país na Copa do Mundo de Slam, na França. (D'ALVA, 2019). No período da pandemia de COVID-19, alguns eventos foram realizados em formato virtual e as atividades presenciais retornaram

da tradição oral que no Brasil se manifesta em jogos orais competitivos, nos desafios, pelepas e repentes (D'ALVA, 2019). Chegando, então, aos poetas de rua contemporâneos, expressa em uma linguagem característica da literatura marginal contemporânea, uma literatura feita por minorias, à margem dos núcleos de saber (FERRÉZ, 2005).⁴

Os textos declamados devem ser autorais, com duração máxima de três minutos, sem utilização de adereços, figurinos e música, e o público avalia como júri popular. Por ser autoral, a maior parte das poesias tem caráter autobiográfico e discussões sociais do contexto da/do poeta, gerando forte identificação por parte do público. Participar do slam expressa uma narrativa que começa no momento da escrita e ganha potência na fala e na presença de um público. Dessa forma, surge como lugar de uma performance que aciona, compartilha e corporifica memórias individuais e coletivas, em um espaço de autorrepresentação e reinvenção de si. Reunidos em praças, estações de metrô, centros culturais, universidades ou periferias, pessoas de todas as idades e representantes dos mais diversos grupos sociais reúnem-se para declamar, ouvir e disputar entre si. Cada participante – chamado de *slammer* – tem três minutos para engajar o público na sua narrativa e a reação é imediata. Os jurados, escolhidos entre o público, avaliam a performance e atribuem notas.

O termo performance, nesse contexto, remete ao uso de estratégias artísticas para expressar o texto a uma determinada plateia: gestos, entonação de voz, ritmo, movimentos do corpo, roupas. O termo é polissêmico, com possibilidades diversas de aplicação e disputa de sentidos. Mesmo para uma área de estudo específica, como o Estudos da Performance, o termo muda de acordo com a finalidade pois podemos falar de performance no sentido artístico, político ou ritual. Partindo dessa reflexão, procuro discutir brevemente os sentidos de performance presentes no slam de poesia, a partir da seguinte questão: de qual performance estamos falando e como é acionada pelos grupos

em 2022. Há comunidades com participação exclusiva de minorias, como o slam de mulheres, de negros, da comunidade LGBTQIA+, de indígenas, da comunidade surda, entre outros.

⁴ O movimento de literatura marginal e periférica que vem crescendo no Brasil, desde os anos 1990, rompe com a linguagem culta e provoca desconforto no campo literário com a reivindicação de reconhecimento por parte de escritores e com a inserção dos espaços periféricos como palco de apresentações (NEVES, 2017). A popularidade do slam foi impulsionada pelo contexto de saraus periféricos, famosos nos anos 2000, em São Paulo, como a Cooperifa e Sarau do Binho; feiras literárias periféricas, como a FLUP; projeção nacional de nomes da literatura marginal, como Sérgio Vaz, Ferréz; a disponibilização de letras do grupo de rap Racionais MCs em forma de livro e a inclusão dele na lista de vestibulares; entre outros.

minoritários que dela participam? Aponto noções de performance que permitem considerar os tensionamentos de identidade e autorrepresentação, e a performance como epistemologia que reconhece na prática a transferência de saberes.⁵

A revanche da voz

Inicialmente, trago a reflexão de poetas, slammers e pesquisadores em sua relação direta com a prática do slam, destacando como expressam a ideia de performance. O criador do slam, Marc Smith (SMITH; KRAYNAK, 2009), o define como *performance de poesia* que une texto com apresentação poética para uma audiência incentivada a reagir. A disputa é composta por cinco aspectos: poesia, performance, competição, interação e comunidade. Smith usa o termo *poeta-performer* para designar as/os participantes. É uma prática que considera a performance como parte essencial da experiência poética, distanciando-se, portanto, do domínio academicista ao mesclar a arte da performance com a arte da escrita, afirma (*ibid.*). É um espaço que posiciona a performance no mesmo patamar artístico do texto e poetas no mesmo patamar do espectador-ouvinte. As competições seriam, então, um artefato teatral para chamar a atenção do público para essa forma de arte. Smith complementa a definição criando um cenário diverso e lúdico: slam é também um circo de palavras, uma escola, uma arena, um playground, um templo, um show burlesco, um solo sagrado e – por que não? – tudo misturado (*ibid.*, p. 5). Nas palavras enunciadas e nas imagens que representam há uma ideia de movimento, de coletivo, de apresentação, de ritual, de brincadeira, de sagrado. E tudo isso remete à noção de performance.

Uma definição elaborada das batalhas de poesia é apresentada por Roberta Estrela D’Alva, atriz, poeta, slammer e pesquisadora – que trouxe o slam para o Brasil – destacando a urgência, a dinâmica e o imprevisível desse fenômeno:

⁵ As reflexões deste texto derivam da pesquisa de doutorado em andamento, no PGHIS-UFPR, com base na observação participante de eventos presenciais e virtuais de slam em São Paulo e Curitiba, em 2019, que articula noções de memória, narrativa, trauma, numa abordagem do feminismo decolonial, da História Oral e dos Estudos da Performance.

Um círculo poético onde as demandas “do agora” de determinada comunidade, suas questões mais pungentes, são apresentadas, contrapostas e organizadas de acordo com as experiências que esta vivencia. Tudo isso acontece de forma dinâmica, roteirizada, em um percurso bem definido que conta com claros pontos de partida e de chegada (uma abertura e um fechamento), criando entre esses dois momentos um espaço que é preenchido com *performances-poemas* e onde tudo pode acontecer. (D’ALVA, 2011, p. 121, grifo meu).

Em outro texto, aponta o slam como movimento social, cultural e artístico, espaço de livre expressão e coexistência, “uma das mais democráticas formas de *poesia performática* em todo o mundo” (D’ALVA, 2019, p. 270, grifo meu). Assim como Smith, traz outros elementos que reiteram sua complexidade, “junção de política, arte, entretenimento e jogo, somada à sua vocação comunitária” (*ibid.*, p. 271).

Em outra colaboração para o debate do tema, Susan Somers-Willett (2009), pesquisadora e slammer, em uma das primeiras pesquisas sobre o *poetry slam*, considera o evento em seu caráter teatral que corporifica autor e verso através da performance. O apelo estaria em criar não uma cultura oral, mas uma *cultura performativa*, que considera a recepção e insere o público na performance através de uma experiência multissensorial que combina movimentos, sons, trajes e trejeitos. Somers-Willett avança na temática ao destacar o aspecto autoral em sua relação com expressões de diversidade e autorrepresentação. A pesquisadora destaca o espaço aberto de expressão marginal que motiva a presença de minorias étnicas, da classe trabalhadora, mulheres, pessoas LGBTQIA+, entre outras minorias, que narram suas vivências tensionando e negociando identidades. No Brasil, a dinâmica das comunidades de slam também é fortemente marcada pela participação desses grupos para quem esse espaço se configura como resposta ao contexto de conservadorismos, unindo vozes que concretizam a possibilidade do encontro, revelando a necessidade de fala e escuta (D’ALVA, 2019) e uma urgência em expressar o agora (SOMMERS-WILLETT, 2009).

Nesse contexto de urgência, as performances de poesia compartilhadas por representantes das minorias carregam narrativas de autorrepresentação, de identidade política, identidades em negociação, e criam engajamento através de uma dinâmica troca identitária entre poetas e público. A representação da identidade perpassa o corpo sendo este o que sente as vivências narradas. As percepções são também sensoriais, constituindo formas de sentir e dar significações ao mundo (LE BRETON, 2016), são

experimentadas pelo corpo e, num processo reflexivo, pensadas, organizadas e devolvidas através da performance. Poetas expressam identidades que são performativas, ou seja, diz Sommers-Willett (2009), são apresentadas com propósito determinado e baseadas em uma performance que é repetida e reencenada ao longo do tempo. O público reconhece e valoriza a autenticidade de poetas que expressam um conteúdo poético e performático de acordo com a sua identidade, que evidenciam “realidade” e “verdade”.

Considerando uma abordagem teórica, o potencial da performance relacionado ao texto poético foi explorado por Paul Zumthor, medievalista e linguista suíço que se dedicou aos estudos das poéticas da oralidade, e vê na performance o “único modo vivo de comunicação poética” (ZUMTHOR, 2018, p. 33). Enfatizando os aspectos subjetivos, a performance é considerada como algo que ultrapassa o curso comum dos eventos, modificando o conhecimento, revelando noções de teatralidade e um desejo provisório de realização. Zumthor sugere uma ampliação do conceito para compreender elementos não textuais, o público, o contexto cultural, as relações entre a representação e o vivido, e o momento de cristalização desses elementos através da percepção sensorial que resulta no engajamento do corpo. As expressões corporais são dinamizadas pela voz, emanção do corpo e motor da energia coletiva, revelando “uma necessidade vital de revanche, de tomar a palavra” (*ibid.*, p. 17). O corpo é elemento irredutível na ideia de performance, como presença e profusão do sensível.

A performance é outra coisa. Termo antropológico e não histórico, relativo, por um lado, às condições de expressão, e da percepção, por outro, *performance* designa um ato de comunicação como tal; refere-se a um momento tomado como presente. A palavra significa a presença concreta de participantes implicados nesse ato de maneira *imediata*. Nesse sentido, não é falso dizer que a performance existe fora da duração (*ibid.*, p. 47).

Um “espaço de ficção” é criado pela teatralidade da performance, implicando uma ruptura com o ambiente “real”, propõe o autor. Poetas e público são conduzidos a um espaço que ultrapassa o curso normal dos acontecimentos, uma fissura pela qual se introduz uma alteridade, reitera Zumthor (2018). Dessa forma, a performance demanda uma vontade externa que preenche de sentidos, ainda que provisórios, os espaços em branco deixados pelo autor. No slam de poesia, ultrapassa o limite temporal, conduzindo

o público por “tempos-espacos memoriais, históricos, espirituais, míticos e afetivos” (D’ALVA, 2011, p. 122), e a partir da identificação do público com o poema, ou seja, da relação entre a representação e o vivido, “esse tempo se estende ou se contrai, distancia ou aproxima o passado, presentifica ou desmorona o presente”.(Idem). É uma experiência que implica riscos por seu caráter transformador.

Performance e memória

O slam exclusivo de mulheres foi criado em 2015, em Brasília, a partir da demanda por presença feminina nas finais nacionais. O objetivo era criar um espaço seguro onde mulheres se sentissem acolhidas para suas apresentações. Atualmente, já são mais de vinte iniciativas no Brasil (D’ALVA, 2019). A iniciativa resulta do reconhecimento de espaços que não valorizam a expressão de mulheres, logo, novos espaços devem ser criados por elas, contestando uma prática de escrita, oralidade e performance majoritariamente masculina, como relata Mel Duarte (2009), poeta e slammer.⁶ São práticas de feminismos contemporâneos que propõem e concretizam comunidades, ressignificam a participação política das mulheres, promovendo novos modos de existência (RAGO, 2013); e evidenciam um potencial político e estratégico de segmentos interseccionais e configurações identitárias que demandam seus lugares de fala (HOLLANDA, 2020). Expressões de um feminismo decolonial reverberam na forma e no conteúdo dos eventos, em aspectos como a livre expressão, o rompimento com a escrita acadêmica, o compartilhar de vivências e identidades, o resgate de uma memória histórica marginalizada, a organização de minorias em torno de uma comunidade.

Além das noções de expressão artística e protesto, presentes na maioria dos slams, há um interesse na visibilidade, no protagonismo, no desenvolvimento e no

⁶ Na pesquisa em andamento, proponho analisar como narrativas de identidade, memória e resistência são articuladas nos slams de mulheres, compreendendo esses eventos como espaços alternativos, de expressão e acolhimento, onde mulheres conjugam escrita, oralidade e corporalidade, criando e compartilhando *narrativas de si*. Iniciei essa reflexão durante pesquisa de Mestrado em Sociologia (UFPR), com pesquisa etnográfica na Marcha das Vadias, entre 2014-2017. Argumentei que a Marcha das Vadias produzia um espaço de contestação através de uma performance política que reformulava um repertório de transgressão, transmitindo significados e memória, dando origem à um *corpo-performance*, potente, político, temporal (MENDONÇA, 2017).

acolhimento de mulheres. Alguns desses aspectos que revelam potencial político estão presentes na descrição dos slams de mulheres nas redes sociais. O Slam das Guriás, em Curitiba, *“tem como objetivo ser um espaço de resistência e protesto feminino, um meio de dar voz a todas as mulheres através da poesia”* (SLAM DAS GURIAS CWB, 2019). O Slam das Minas-BA, realizado em Salvador, é uma proposta *“de criar um espaço de visibilidade e fortalecimento das artistas da cena local, visando superar em nível pessoal e coletivo a discriminação e o preconceito”, além de “buscar alternativas que proporcionem o protagonismo das mulheres negras e periféricas no meio cultural.”* (SLAM DAS MINAS BA, 2018). O Slam das Minas do Rio de Janeiro e de São Paulo, enunciam diversidade e inclusão, *“uma brincadeira lúdico poética para desenvolvimento da potência artística de mulheres (sejam héteras, bis, pans, lésbicas ou trans) e pessoas queer, agender, não binárias e trans.”* (SLAM DAS MINAS RJ, 2017). E, o *“Slam das Minas-SP nasceu [...] para criar um espaço de voz e acolhimento para as minas, monas e manas [...]”* (SLAM DAS MINAS SP, 2016).

Nesses espaços, a performance de poesia conjuga expressões estéticas e práticas corporais em uma narrativa que se conecta à experiência pessoal e coletiva das vivências de ser mulher, mulher negra, lésbica, periférica, artista marginal etc. São narrativas de autorrepresentação sintetizadas no corpo: as experiências vivenciadas estão depositadas no corpo; as memórias dessas vivências são organizadas e assimiladas pela escrita; acionadas, corporificadas e devolvidas ao mundo na performance; acolhidas e ressignificadas pelas outras mulheres. Os relatos narram vivências de maternidade, sexualidade, machismo, assédio e outras violências contra mulheres praticadas no passado e no presente, conexão com a ancestralidade, o resgate da herança histórica, a importância da rede de apoio formada por outras mulheres, entre outros.

E essa narrativa começa na escrita. A escrita considera o resgate histórico que dá sentido ao presente. No relato de Mel Duarte (2019), quando as mulheres escrevem, partilham perspectivas de existência e de futuro, reconhecem as que vieram antes, incentivam as que aqui estão e projetam um outro futuro para as que virão depois. O slam amplia os sentidos do termo “poeta” – slammer é quem escreve e fala poesia. Como se o texto não fosse suficiente, a escrita transborda na performance, verte e demanda uma estética, uma voz, um corpo para expressá-lo, uma escuta para compreendê-lo.

É simbólico que ao chegar numa roda de *slam* elas peçam, gentilmente, “licença pra chegar”. Pedido de quem chega trazendo uma carga valiosa: sua poesia, sua voz, sua presença; mas que reconhece também a presença do/a outro/a, que traz a escuta, o acolhimento, o sentido. Pedir licença denota horizontalidade, certa intenção de igualar poeta e ouvinte, *slammer* e público, mas que também é um aviso dos riscos que permeiam a sua presença. E então, chegam e falam:

Aqui estamos nós, donas de
nossas próprias palavras,
revolucionárias do cotidiano,
regando a terra outrora batida
por nossas antepassadas,
firmando nossas pegadas,
sabendo que hoje, cada vez
que nossa fala se propaga
equivale a dez que antes
foram silenciadas

Mulheres de uma geração
atrevida, filhas dos saraus e
das batalhas de poesia,
alquimistas, libertárias,
propagandistas da oralidade
compartilhando nossas travessias,
bradando nossa realidade!
[...]
(DUARTE, 2019, Orelha do livro).

Gestos leves, olhar firme e voz cadenciada. Enquanto declama, a poeta olha nos olhos das mulheres que ali estão e, ao final, com as palmas e gritos de aclamação, sente que a conexão foi estabelecida. Nesse processo, em uma dimensão terapêutica, a necessidade de dizer se coloca em relação à escuta como responsabilidade pelo outro, estabelecendo um caminho entre o individual e o coletivo para a construção da memória (ARFUCH, 2009). A poesia como testemunho de vida, relato confessional e autobiográfico, conectada às histórias e relatos de outras mulheres. Nesse deslocamento do individual para o coletivo, a experiência é singular, porém, sem pertencimento, promovendo uma *experiência do comum*, que desfoca a distinção entre o texto e a experiência. A poesia seria um meio de atualização da narrativa do passado em presente (GARRAMUÑO, 2014), acionando memórias.

A memória como prática cultural performada e transmitida no slam de mulheres é um dos pontos de conexão da pesquisa com os Estudos da Performance.⁷ Diana Taylor, expoente desse campo, confirma os múltiplos sentidos do termo, dizendo que “performance é uma prática e uma epistemologia, um fazer criativo, uma lente metodológica, uma forma de transmitir memória e identidade, e uma forma de compreensão do mundo.”⁸ (TAYLOR, 2016, p. 39). Ao considerar como objeto atos e comportamentos *ao vivo*, questiona seu caráter efêmero e considera a transferência de conhecimento que dela decorre. A partir dessa perspectiva, é possível considerar algo que é performance, como a prática artística do slam, e que também pode ser lido *como* performance, motivando uma leitura atenta ao seu caráter ritual, aos cenários e intencionalidades que estão em torno da expressão artística. Dessa forma, compreendendo que a performance está fundamentada nos corpos, autobiografias, experiências, que se tornam performativos a partir da consciência dos praticantes e na expressão pública (CARLSON, 2009; 2011).

Entendo a performance no contexto do slam como geradora de *atos de transferência* (TAYLOR, 2003), ao comunicar conhecimento social, memória e identidade através das ações encenadas e reiteradas, por meio de práticas corporais e expressões estéticas. Como ritual, oferece o deslocamento, a criação de um espaço de coexistência entre real e performativo, propondo alternativas ao cotidiano. Os atos de transferência também consideram o que permanece como arquivo, pois se a performance demanda o corpo presente, o “ao vivo”, o que descrevo e analiso aqui já não é mais performance, mas o que permaneceu dela. Portanto, expressam noções de repertório, que consiste na memória corporal e requer presença; e de arquivo, elementos materiais que permitem o retorno à performance, que se intercalam na produção e na investigação da performance. Esse pensamento destaca a ideia de que corpos, assim

⁷ O campo se estabelece a partir de uma corrente dramatúrgica, na década de 1970, questionando noções estruturalistas e destacando os indivíduos como agentes em seus próprios dramas. Nos anos 1980-90, o debate considerado universalista, ocidentalizado e unidimensional passa a ser contestado e ampliado para dar conta de categorias artísticas, culturais, sociais, políticas. A performance deixa de lado roteiro e ações padronizadas a fim de proporcionar um local para a exploração de estruturas e modelos de comportamento alternativos (CARLSON, 2009, 2011).

⁸ “Performance is a practice and an epistemology, a creative doing, a methodological lens, a way of transmitting memory and identity, and a way of understanding the world.” (TAYLOR, 2016, p. 39).

como livros e documentos, transmitem informações e participam na circulação de saberes.

Considerações finais

Organizar um espaço de expressão poética e artística com participação exclusiva de mulheres, indica outras formas de fazer que surgem com a expansão das possibilidades de expressão e partilha do sensível, como argumentado por Rancière (2009). O filósofo francês demonstra que as escolhas estéticas são também políticas e determinam quem pode ter acesso à experiência artística – pois a forma delimita a participação. Propor essas “outras formas de fazer”, mais democráticas, representativas, populares, remete aos debates contemporâneos acerca dos limites da arte, que se complexificam e expandem, dialogando com outros espaços, meios e públicos.

Considerando a produção artística e literária contemporânea nesse contexto, o slam surge como um dos “frutos estranhos”, para utilizar o termo de Florencia Garramuño, que escapa às categorizações, que coloca em questão a especificidade de um meio ao entrecruzar espaços e linguagens, uma *arte inespecífica*. Nessa prática do não pertencimento, indica outras formas de organizar os relatos e as comunidades (GARRAMUÑO, 2014).

Anteriormente, indiquei considerações sobre o slam como poesia de performance ou performance performática, enfatizando a relação texto/performance. Em seguida, a ideia de uma cultura performativa que insere o papel do público na análise; de uma expressão de identidade; e de um espaço de ficção que desloca poeta e público para um lugar fora do “real”. Finalmente, a partir da abordagem que considera o slam *como* performance, conjugando vários dos aspectos mencionados, é possível perceber intenções e elementos do entorno que, uma vez conectados, adquirem outros significados. Mais do que propor uma definição única, considero interessante transitar entre as possibilidades que a performance oferece de forma a enriquecer a pesquisa. Procurei, rapidamente, demonstrar suas implicações na análise de uma prática que envolve performance artística – mas não apenas; que expressa performances identitárias,

articula memórias, estabelece comunidades e projeta outras formas de viver – mas não apenas. Afinal, a performance nunca é somente o que está dado.

Referências

ARFUCH, L. Mujeres que narran: trauma y memoria. **Labrys estudos feministas**, jan-dez/2009. Disponível em <<https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/leonor.htm>>.

ARTIÈRE, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, vol 11, n. 21, 1998. pp. 9-34.

CARLSON, Marvin. **Performance: uma introdução crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CARLSON, Marvin. O que é a performance? In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca. (orgs) **Gênero, cultura visual e performance: antologia crítica**. V. N Famalicão: Ed. Húmus e Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2011. p. 23-32.

D'ALVA, Roberta Estrela. Slam: voz de levante. **Rebento**, São Paulo, n. 10, junho 2019. pp. 268-2.

D'ALVA, Roberta Estrela. Um microfone na mão e uma ideia na cabeça – o poetry slam entra em cena. **Synergies Brésil**, nº 9 – 2011, pp. 119-126.

DUARTE, Mel (org). **Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

GARRAMUÑO, Florencia. **Frutos estranhos: sobre a inespecificidade na estética contemporânea**. Tradução de Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MENDONÇA, Kelly. **Repertórios de transgressão: narrativas visuais e performance política na Marcha das Vadias**. Dissertação de mestrado. Mestrado em Sociologia. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2017.

NEVES, Cyntia Agra de Brito. Slams - letramentos literários de reexistência ao/no mundo contemporâneo. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 92-112, out. 2017.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.

TAYLOR, Diana. **The archive and the repertoire: Performing cultural memory in the Americas**. Duke, 2003.

TAYLOR, Diana. **Performance**. Durham/London: Duke University Press, 2016.

SMITH, Marc Kelly; Kraynak, Joe. **Take the Mic: The Art of Performance Poetry, Slam, and the Spoken Word**. Naperville: Sourcebook, 2009.

SOMERS-WILLET, Susan B.A., **The cultural politics of slam: race, identity and performance of popular verse in America**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2009.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

Páginas oficiais:

SLAM DAS GURIAS CWB. Slam das Gurias 4 edição. Curitiba, 9 jun 2019. **Facebook:** @slamdasguriascwb. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/2367940989893951?active_tab=about>. Acesso em jun/2022.

SLAM DAS MINAS – BA. Slam das Minas – Edição de aniversário. Salvador, 6 mar 2018. **Facebook:** @slamdasminas.ba. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=321614308361575&set=a.150106087122930>>. Acesso em out/2022.

SLAM DAS MINAS RJ. Sobre. Rio de Janeiro, 2017. **Facebook:** @slamdasminasrj. Disponível em <<https://www.facebook.com/slamdasminasrj/>>. Acesso em jun/2022.

SLAM DAS MINAS SP. Sobre. **YouTube**, 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/c/SlamdasMinasSP/about>>. Acesso em out/2022.

Teses e Dissertações defendidas no Departamento de Sociologia da UFPR em 2022

Com intuito de divulgar a produção científica do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, ao qual a Revista Sociologias Plurais é vinculada, esta seção é dedicada à publicização das Teses e Dissertações defendidas ao longo do último ano – a ser publicada sempre no primeiro número de cada volume de nosso periódico. Se pautando pelo ano de 2022, esta lista compila os títulos, resumos, orientações e autorias das pesquisas acadêmicas realizadas com alto nível de exigência e excelência por discentes¹ da instituição.

¹ As autoras e autores de alguns trabalhos não puderam ser contatados e por isso não figurarão na lista. Contudo suas pesquisas devem ser mencionadas por representarem importantes contribuições para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR: Guilherme Figueiredo Pires Correa (*O Migrante Venezuelano nas Redes Sociais Virtuais: Youtubers e a webdiáspora nos anos de 2018 a 2022*); Hector Ribeiro Molina (*O trabalho docente no ensino privado em Curitiba: condições de trabalho, pandemia e ação sindical*); Kelem Ghellere Rosso (*Trabalhando no Madero: estratégias de controle e a centralidade do trabalho juvenil no capitalismo dependente*); Marcelo Gonçalves Marcelino (*As elites tecnocráticas estratégicas na presidência do banco central do Brasil: a classe dominante na legitimidade estatal capitalista na ditadura civil-militar-empresarial (1965-1985)*); Silvana Aparecida da Silva (*Os atores agroecológicos do mst e os espaços de sua formação: das cartilhas e cadernos formativos a práxis nas jornadas de agroecologia e no assentamento de reforma agrária*); Tatiane Salete de Almeida (*Discutindo sexualidade e gênero: quebrando o tabu com BBB*); Vanessa Cristhina Zorek Daniel (*Os embates entre conservadores e progressistas: a polarização no Brasil recente sob o olhar da sociologia das emoções*); Victor Hugo Oliveira Silva (*Saboreando o néctar: emoção e devoção nos festivais Hare Krishna na região Sul do Brasil*); Viviane Rodrigues Darif Saldanhas de Almeida (*De Carrossel a Aventuras de Poliana: avanços e permanências com relação a personagens negros presentes nas telenovelas brasileiras voltadas ao público infantil*).

**E AGORA, PARA ONDE MARCHA O SINDICALISMO NOS CORREIOS? :
IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES**

AUTOR: BERNARDO PAIM CUNHA MASSON

ORIENTADORA: MARIA APARECIDA BRIDI

RESUMO

A Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), aprovada no governo Temer, é parte da agenda neoliberal da classe dominante brasileira que, além de retirar direitos dos trabalhadores, altera os rumos do movimento sindical do país. Esta pesquisa analisa os impactos no movimento sindical dos trabalhadores nos Correios focando três eixos que atingem a estrutura das entidades representativas dos trabalhadores: o fim do imposto sindical, a diversificação nas formas de contratação, e o fim da ultratividade, que garantia a manutenção de cláusulas histórica do Acordo Coletivo de Trabalho. Nesta pesquisa utilizamos a bibliografia pertinentes a discussão do Trabalho, bem como análise de documentos oficiais dos Correios e dos Sindicatos e Federações, Dissídios Coletivos, estatutos sociais, boletins e entrevistas com dirigentes sindicais. Os estudos demonstraram que houve significativa redução no financiamento das entidades, um sindicato de base perde cerca de 30% de sua arrecadação, por exemplo. Além disso, greves perderam força com os trabalhadores terceirizados e autônomos assumindo funções finalísticas da empresa. A execução do fim da ultratividade inviabilizou a resistência dos trabalhadores frente a retirada de direitos. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos conseguiu, em 2020, impor sua demanda, apesar da oposição do movimento sindical e da greve da categoria, eliminando 50 cláusulas do ACT, restando 29, e, destas, apenas 2 com impacto econômico, o que reduziu em cerca de 35% a remuneração da categoria. Com isso, fica evidente que há uma alteração na correlação de forças da luta de classes em prol do empregador a partir da promulgação da Reforma Trabalhista, deixando o movimento sindical enfraquecido e com a questão: para onde ir?

"SINDICATO É PRA LUTAR?" O IMPACTO DA ESTRUTURA CORPORATIVA E SINDICALISMO MUNICIPAL DE CURITIBA.

AUTORA: CAMILA SAILER RAFANHIM

ORIENTADORA: MARIA APARECIDA BRIDI

RESUMO

Em 1980, quando no mundo se falou em década maldita do sindicalismo, no Brasil surgia o "novo sindicalismo", contexto de fundação de dois dos sindicatos da cidade, o Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba (SISMUC) e o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC). Posteriormente, em especial a partir dos anos 2010, há o surgimento de outras entidades sindicais de representação de parcelas diferentes (ou diferenciadas) da grande categoria de servidores municipais. O sindicalismo municipal de Curitiba mudou sua configuração e os trabalhadores passaram a estar organizados não em dois, mas em seis diferentes sindicatos, em aparente contrariedade à regra da unicidade sindical, segundo a qual só poderia existir um único sindicato para cada categoria em cada base territorial. Diante disso, questiona-se como se dá a organização sindical diante do sistema de sindicalismo de Estado brasileiro, fundado, entre outros, pelo pilar da unicidade sindical. A configuração da representação sindical dos servidores municipais de Curitiba e o significado das limitações do sindicalismo de Estado para o caso concreto é o objeto desta pesquisa. Objetiva-se compreender a fragmentação dessa categoria em diferentes entidades quando todos têm o mesmo empregador, o município de Curitiba, além de observar a maneira pela qual os sindicatos investigados têm se organizado e de que formas representam os trabalhadores perante o empregador e a sociedade, a despeito das limitações impostas pelo sindicalismo de Estado. A análise foi feita a partir de uma base empírica composta por seis entrevistas em profundidade, na modalidade semiestruturada, realizadas com dirigentes e ex-dirigentes dos sindicatos municipais de Curitiba; 84 questionários, respondidos por trabalhadores da base no XII Congresso do SISMUC em 2019; e observações de campo, decorrentes da participação em assembleias, paralisações, congressos e outras atividades dos sindicatos investigados. Ao final,

afastou-se a hipótese de crise do sindicalismo, mas constatou-se que a instituição que se mantém viva é o sindicalismo de Estado. Assim como concluiu que a adesão a esse modelo e a disputa por espaços de poder dentro dele são possibilidades de explicação para a reconfiguração do sindicalismo municipal em Curitiba.

“O ZÉ ERA ASSIM: ME AME OU ME ODEIE”: A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA NA TRAJETÓRIA DE JOSÉ JANENE

AUTORA: CARLA ANDREIA ALVES DA SILVA MARCELINO

ORIENTADOR: RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

RESUMO

José Mohamad Janene (1955-2010) foi um político brasileiro que ao longo de sua carreira chegou a ser apontado como o “homem que mandou no Brasil”. De uma família de imigrantes libaneses, Janene teve suas bases na região Norte do Paraná, expandindo sua atuação ao âmbito nacional, levando consigo vários de seus familiares, especialmente os irmãos, todos envolvidos nos negócios políticos dele. Família de empresários, o *modus operandi* dos Janene era o de financiar campanhas eleitorais em troca de cargos e contratos com o Estado, visando a beneficiar as próprias empresas. O objetivo da presente pesquisa é analisar a trajetória de José Janene, no intuito de levantar quais foram os capitais que permitiram que este agente conseguisse fazer a transposição da barreira do poder local e chegar ao poder nacional e exercer papel fundamental na articulação política nos anos 2000. Utilizou-se como base epistemológica a praxiologia de Pierre Bourdieu, mediante o estudo dos campos, capitais e *habitus*, fazendo uso da metodologia da construção de trajetórias, traçando as alocações e deslocamentos de Janene e seus familiares no espaço social, analisando suas posições nos campos e os capitais que os permitiram estar em posição de domínio dentro deles. Observou-se que os capitais decisivos que asseguraram as posições de domínio à José Janene e seus familiares foram o econômico, caracterizado pelas empresas, pela posse de terras e o agronegócio; o social, com as alianças e as amplas e diversas redes de contatos e favorecimento; e o capital simbólico, vindo do seu perfil pessoal de homem de bastidor, bom negociador, controlador e hábil, que lhe assegurava reconhecimento no meio político. Janene operou de forma a praticar a conversão de capitais, transformando capital econômico e social em capital político, o capital político em simbólico e em econômico mais uma vez, retroalimentando o seu poder. As alianças e o dinheiro, especialmente, foram decisivos na passagem do poder local ao nacional feita pelo agente

estudado. A partir da trajetória de José Janene pode-se concluir que a política é um grande negócio de família, assim como, que poder econômico e poder político estão atrelados, vez que em grande parte dos casos, os bem-sucedidos economicamente contam, de alguma forma, com o aparelho do Estado para tal.

BORRANDO A FRONTEIRA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A DIVERSIDADE DAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO, AS EMOÇÕES E A INTERSECIONALIDADE DAS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS PARANAENSES

AUTORA: CAROLINA SIMÕES PACHECO

ORIENTADORA: ANA LUISA FAYET SALLAS

RESUMO

Esse estudo teve como objetivo “borrar” as “fronteiras” identificadas por Touraine e demais autores da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, a partir de pesquisa empírica sobre as ocupações estudantis secundaristas que aconteceram no Paraná em 2016, desenvolvida com base na realização de entrevistas semiestruturadas com 26 ocupantes de diferentes regiões do estado. A crítica à Teoria dos Novos Movimentos sociais foi estabelecida a partir de teorias marxistas, interseccionais e sobre as emoções, com as quais refutei o pressuposto de uma dicotomia entre racionalização e subjetivação, que, por sua vez, implica em uma cisão entre estrutura e identidade sociais e entre razão e emoção, demonstrando sua inadequação para analisar ações coletivas e movimentos sociais brasileiros. Isso porque as estruturas e as identidades sociais não estão dissociadas, mas, sobretudo, imbricadas por explorações e dominações, assim como as resistências a elas, que também articulam aspectos como raça, gênero e classe. Por conseguinte, demonstro que não é profícuo categorizar os movimentos sociais como “tradicionais” e “novos”/“novíssimos”. Como exemplo, apresento a diversidade de formas de participação nas ocupações, conformada por militantes organizadas e estudantes autonomistas e independentes, e assim, argumento que mais vale observar como os diferentes grupos estabelecem alianças e conflitos no curso das mobilizações, do que dicotimizá-los. Na sequência, demonstro que houve uma estratificação emocional entre esses grupos, que impactou suas experiências de maneira diferencial, baseada também em aspectos interseccionais. Ao tratar das emoções destaco, ademais, seu caráter macroscópico, demonstrando que elas “conectam” indivíduos e estrutura social, nas esferas micro, meso e macro. Por fim, utilizei métodos quantitativos para apreender aspectos gerais sobre as mobilizações, observando sua conformação territorial. Para isso,

elaborei mapas que explicitam sua descentralização, impulsionada por essa diversidade de formas de participação e pela estratificação emocional, bem como seu fluxo e refluxo, impactados também pela ação de apoiadores e opositores.

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ESPAÇO DE PODER NA GUINÉ-BISSAU : UMA ABORDAGEM SOBRE RELAÇÕES DE PARENTESCO/FAMÍLIA NO CAMPO POLÍTICO

AUTORA: DAIANA FERNANDO MBUNDÉ

ORIENTADOR: RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

RESUMO

A família é uma entidade extremamente importante na tradição guineense, ocupando um lugar sagrado no topo da hierarquia social. A devoção e a responsabilidade atribuídas às mulheres com objetivo de manter essa aliança tradicional as colocam como peças fundamentais desse jogo que envolve poder, hierarquia, capital social e sentimentos de pertencimento. O presente trabalho pretende averiguar a participação feminina no espaço de poder político na Guiné- Bissau e as que puseram a sua independência a serviço afirmativa da família pertencente a classe dominante tradicional, nesta perspectiva, é necessário analisar papel social e político das mulheres na formação e reprodução dessa aliança no espaço de poder desde período da luta pela independência da Guiné-Bissau até dias atuais. Para tal análise, resalto os principais aspectos biográficos de suas trajetórias individuais e, quando for o caso, de familiares que fazem parte da formação da classe dominante tradicional que ocuparam e ainda estão no espaço de poder por serem antigos combatentes da liberdade da pátria guineense contra a colonização portuguesa. A reflexão está baseada em livros, artigos sobre feminina no espaço de poder, nas obras sobre a construção da classe dominante tradicional, informações obtidas pelos membros do partido político e no trabalho de campo realizada em Guiné-Bissau.

“NOS HACEN FALTA A TODOS”. NOTAS ETNOGRÁFICAS DE ACOMPANHAMENTO A BÚSQUEDAS DE PERSONAS DESAPARECIDAS

AUTORA: EDNA BRAVO LUIS

ORIENTADORES: ANA LUISA FAYET SALLAS E PEDRO RODOLFO BODÊ DE MORAES

RESUMO

O desaparecimento de pessoas tem impactado a sociedade mexicana como um fenômeno social e político de longa data, no entanto, academicamente falando, somente nos últimos anos experimentou várias abordagens com as quais desvendar suas particularidades e as redes que constituem os mecanismos do desaparecimento; esforços para responder ao que tem sido colocado como uma crise nacional de direitos humanos. A tese aborda o que está dado como implícito nessas formas de violência: os fundos emocionais, a partir dos quais os familiares dos desaparecidos desenvolveram formas criativas de resistência civil contra a inação do Estado mexicano. Para isso, recorre às propostas da abordagem teórico-metodológica da sociologia e da antropologia das emoções, tais como: ser afetado (Favret-Saada, 1990), percepção participante (Sarah Pink, 2009) e o corpo como diário de campo encarnado (Mazariegos, 2019) com as quais reconstrói etnograficamente o acompanhamento à V Brigada Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, realizada em Veracruz de Ignacio de la Llave, México. Este trabalho possibilita abordar o poder político latente nas complexas formas de gestão emocional desenvolvidas e implementadas pelos familiares ao longo da busca por seus entes queridos, essas que não escapam à subjetividade de quem está em campo (a pesquisadora), mas a permeiam, a envolvem e a transbordam. De forma que na análise dá-se destaque à dimensão afetiva para dar conta dos universos emocionais (Calderón, 2015) das buscas por pessoas desaparecidas, circulantes nas interações entre pares, entre familiares e pessoas solidárias que os acompanham, com funcionários de governo, bem como nos espaços, isto é, em seu caminho através da praça pública, nas prisões, nos trajetos pelos caminhos rurais a procura de valas clandestinas ou no ingresso a locais de extermínio; onde amor, ternura, afeto, vergonha, angústia, alegria e dor não ocorrem de

forma independente e isolada. Nesses espaços, afetos, sentimentos e emoções apresentam-se em conjunto e assim dão sentido a experiências avassaladoras, que escapam à apreciação visual e auditiva do exercício etnográfico mais clássico. Reconhecer isso incita na autora uma reformulação narrativa com a qual expor a violência recente desde quadros éticos e morais distintos, onde a empatia não é rejeitada, mas incluída ao longo do processo investigativo e criativo que transborda esse texto em forma de narrativa poética, mensagens de encorajamento para as famílias dos desaparecidos, bordados etnográficos de grupos familiares, consignas e um “cuadernillo” ou cartilha etnográfica, através dos quais dar conta dos momentos em que pesquisar em contextos dolorosos é sustentada pela transmissão esperançosa que as buscadoras e os buscadores nos proporcionam. Tal transmissão emocional dá conta do vínculo indissolúvel entre psiquismo, sujeito e a sociedade, com o qual esta comunidade de vítimas faz do desaparecimento uma dor coletiva, e das pessoas desaparecidas uma ausência que nos pertence.

O UNIVERSALISMO CONSTRUCTIVO DE JOAQUÍN TORRES GARCÍA COMO CONTRAPONTO AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO URUGUAI (1934-1949)

AUTOR: ELSON FERREIRA DE ARAÚJO

ORIENTADOR: ALEXANDRO DANTAS TRINDADE

RESUMO

Este trabalho analisa a obra escrita do artista plástico Joaquín Torres García, sob a hipótese principal de que sua doutrina estética, o universalismo constructivo, apresenta compatibilidades de agenda em relação aos agentes que se contrapuseram ao processo de modernização do Uruguai, fortemente marcado pelo nacionalismo, laicização do Estado e democratização. Entre os agentes que ofereceram esse contraponto ao processo de modernização destaco a Acción Católica, grupo ligado a Igreja Católica uruguaia, através da comparação entre as revistas Tribuna Católica, desse grupo, e Circulo y Cuadrado, veículo de comunicação do grupo Asociación de Arte Constructivo, de Torres García; Ainda na seara de contrapor a obra escrita de Torres García ao processo de modernização uruguaio, observo a compatibilidade de sua teoria com o projeto de educação da Facultad de Humanidades y Ciencias, em seus primeiros anos de funcionamento, quando foi dirigida pelo iminente filósofo Carlos Vaz Ferreira. Nesse ponto, defendo que o projeto de educação da citada faculdade se apresenta como um desdobramento possível da concepção de educação legatária da obra Ariel (1900), fundadora do modernismo uruguaio, ao qual argumento que Torres García dá novo fôlego a partir da década de 1930. Trata-se de refletir sobre a ideia e o lugar da ciência no processo de disputa pela modernização uruguaia, como parte da disputa sobre o que é a ciência e o seu lugar na modernidade, como um debate aberto a diversos sentidos e que se tornava objeto de testilha relevante na construção do imaginário social de um Uruguai moderno. A perspectiva da análise está circunscrita a forma como a teoria de Torres García se aproxima e se distancia das duas questões, do modernismo e da modernização, argumentando que compartilha da noção antimoderna, em relação a versão liberal do conceito de modernização. O estudo recorreu a metodologia de análise de conteúdo como forma de captar a postura ideológica implícita na obra escrita de Torres García,

destacando sua compatibilidade com o projeto social da ala da Igreja Católica uruguaia, em específico, com a ala representada pela Acción Católica, como também as possíveis compatibilidades com o arielismo, na forma como se apresentou nas diretrizes educacionais da Facultad de Humanidades y Ciencias em seus primeiros anos de funcionamento. O objetivo é identificar a ideologia subjacente ao projeto intelectual de Torres García, através da aproximação de sua obra escrita com agentes que colocavam seus interesses como orientadores na disputa pelo sentido da modernização uruguaia, em processo e aberto a possibilidades divergentes. Um aspecto importante para esse objetivo de identificar a ideologia contida na obra escrita de Torres García, foi acompanhar o debate em torno da definição do lugar da ciência e o espaço que deveria ocupar na universidade, que perpassa as contendas entre positivistas e espiritualistas na disputa pela direção da Universidad de la Republica (UdelaR). Essa questão ganha relevo pelo fato de sinalizar para a disputa pelos sentidos possíveis que a questão da modernização assumia. O recorte temporal do estudo está circunscrito pelos anos que Torres García viveu pela segunda vez em Montevidéu (1934-1949).

**“ON-LINE ATÉ ATINGIR A META”: PERCEPÇÕES DO TRABALHO DOS(AS)
MOTORISTAS DE APLICATIVO**

AUTOR: FABIANO FRANCO DANIEL

ORIENTADOR: JAIME SANTOS JUNIOR

RESUMO

O fenômeno do trabalho por aplicativo se espalha pela atual sociedade capitalista e proporciona inúmeras e desafiadoras consequências. Entendê-lo tornou-se imprescindível diante do rumo que se pretende tomar enquanto sociedade e enquanto classe trabalhadora. Com o objetivo de compreender a experiência de mulheres e homens no papel motoristas intermediados por aplicativos, esta dissertação analisa as percepções, anseios e perspectivas associadas a esse tipo de trabalho no Distrito Federal, valendo-se de uma abordagem que relaciona as trajetórias de vida e ocupacionais. A partir de entrevistas com trabalhadoras e trabalhadores de aplicativos de mobilidade urbana, a pesquisa objetivou apreender as trajetórias de vida e ocupacional das pessoas entrevistadas e captar as percepções sobre a ocupação. Buscou compreender, também, as estratégias utilizadas pelos(as) motoristas no dia a dia da ocupação, assim como, captar as perspectivas dos(as) entrevistados em relação aos aplicativos, ao mercado de trabalho e à vida pessoal. Resultou da pesquisa a compreensão sobre o universo dos motoristas, a partir da visão dos sujeitos, que põe o trabalho por aplicativo em outra perspectiva, ou seja, para além dos signos que pretendem caracterizar a profissão, por exemplo, o signo da precariedade, elementos mais afeitos às estratégias de vida no trabalho, alternativas ao mercado de trabalho e perspectivas profissionais e pessoais emergiram dos relatos.

AGÊNCIA, ENTENDIMENTO E (RE)CONSTRUÇÃO DE SI: NARRATIVAS DE MULHERES TRANS RESIDENTES NO ESTADO DO PARANÁ

AUTOR: FABIO AUGUSTO DE SOUZA

ORIENTADORA: MARLENE TAMANINI

RESUMO

A presente pesquisa teve, como finalidade, compreender como se dá o processo de entendimento de si, de agência e de (re)construção de si e de corpos, por mulheres transexuais residentes no Estado do Paraná. Foi a partir da narrativa de tais mulheres, que se construiu o problema de pesquisa, qual seja, compreender a vivência e as estratégias utilizadas para o entendimento e (re)construção de si, e se, o que elas almejam, é a inserção na matriz binária heteronormativa ou outras formas de existir. Para tanto, foram apresentados percursos históricos-científicos que se referem tanto à criação da pessoa transexual, iniciando pelo hermafrodita e pelo corpo dimórfico, quanto foi realizada a aproximação e interpretação de tais textos a partir das narrativas de mulheres travestis e transexuais. Ainda, partindo dos estudos de gênero e da perspectiva das teorias feministas pós-estruturalistas, buscou-se compreender as narrativas das mulheres transexuais, por ampla pesquisa bibliográfica e de campo que nortearam a metodologia de análise qualitativa aplicada para a conclusão deste trabalho. A pesquisa de campo se deu por entrevistas semiestruturadas, com sete mulheres transexuais residentes no Estado do Paraná. Da conclusão da pesquisa em campo, foram estabelecidas as categorias analíticas utilizadas para a sua análise, quais sejam, o entendimento de si, o nome, a passabilidade e a melancolia de gênero. Referidas categorias foram objeto de investigação, a partir, em especial, dos escritos de Judith Butler, Michel Foucault, Paul Preciado e Donna Haraway. Notou-se, quando da conclusão da pesquisa, que, as mulheres entrevistadas, fazem uso de estratégias reflexivas que lhes permitem existir e reconstruir seus corpos e vivências no interior da matriz de sexo-gênero binária heteronormativa. Verificou-se, ainda, que a escolha e a retificação de seus nomes e gênero, em suas certidões de nascimento e em documentos emitidos pelo Estado, confere-lhes um maior sentimento de pertencimento e existência

perante a sociedade e ao aparato burocrático estatal. Muitas das mulheres entrevistadas, expuseram que a retificação de seus documentos de identificação, aliada à realização de procedimentos estéticos e ao uso de roupas, acessórios, maquiagens e ornamentos que se conectam à estética do universo feminino, acabou por lhes permitir uma maior passabilidade e aceitação em seus locais de convívio social, familiar e de busca por assistência junto ao Estado. Aliada à essa busca por passabilidade, percebeu-se, a partir de suas narrativas, o que Butler chama de melancolia de gênero, uma vez que, algumas delas reconhecem que pretendem atingir um grau de feminilidade que sequer existe entre as mulheres cis, ou seja, um ideal-imagético de sexo e gênero inatingível, porque criado e presente na esfera da idealização. Como conclusão, notou-se que há, a partir das suas narrativas, uma grande dificuldade em imaginar a possibilidade de entendimento e reconstrução de si para além do binarismo de gênero, o que não retira o potencial de agência transformadora e reflexiva que orienta suas vidas e existência, visto que elas denunciam a falácia da ordem natural estabelecida entre sexo e gênero.

“SE EU SOUBESSE QUE ERA VOCÊ, EU NEM TINHA VINDO”: DISTINÇÃO E HIERARQUIA NO TRIBUNAL DO JÚRI

AUTOR: GIOVANE MATHEUS CAMARGO

ORIENTADOR: ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO

RESUMO

Este trabalho resulta de uma etnografia realizada entre os anos de 2018-2022, que teve por objetivo analisar a instituição do tribunal do júri. O objetivo inicial da pesquisa era compreender o modo como os oficientes deste espaço estrategicamente desqualificam a parte contrária e suas teses em plenário, contudo, conforme a pesquisa avançou, percebeuse que, para além das interações estratégicas que ocorrem durante o julgamento, o júri se trata de um ritual judiciário que institui distinções hierarquizantes das mais variadas, seja entre os profissionais jurídicos que reivindicam a identidade de "tribuno" ou aqueles que se submetem ao rito enquanto jurados, acusados, vítimas e testemunhas. Neste sentido, embora seja comum encontrar na sociedade brasileira discursos poéticos e romantizados que representam o júri como um espaço democrático onde os "iguais julgam seus iguais", identificou-se que o júri, enquanto um espaço de socialização dos seus agentes e da sociedade, tem a eficácia de não apenas estruturar as distinções e hierarquias sociais, mas também as estruturas mentais utilizadas para compreender o mundo social e esses elementos. O estudo sociológico dessas relações iniciou-se a partir da observação dos julgamentos na cidade de Paranaguá (PR), utilizando a análise de quadros desenvolvida por Erving Goffman. No entanto, em decorrência da pandemia da covid-19, iniciada em 2020 e que impossibilitou a realização desses julgamentos no Estado do Paraná, recorreu-se a outras fontes complementares, como entrevistas, análises de "doutrinas" jurídicas e fontes virtuais, como conteúdo relacionado ao marketing jurídico e cursos de formação e mentoria on-line para juristas.

**"É UMA CADEIA, QUEIRA OU NÃO QUEIRA": UM ESTUDO SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE CURITIBA/PR CONSIDERANDO TRÊS DIFERENTES CASOS**

AUTOR: MARCELO DIOGENES COSTA JUNIOR

ORIENTADOR: ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar a implementação da medida socioeducativa de internação para adolescentes no município de Curitiba/Pr, especificamente, nos seguintes Centros de Socioeducação: Cense Curitiba, Cense Fazenda Rio Grande e Cense São Francisco. Compreende-se os Censes enquanto sistemas de controle social racializados, à medida que a clientela favorita dessas instituições no Estado do Paraná é de adolescentes pretos e pardos, dando sequência a um modelo institucionalizador que, historicamente, têm esses indivíduos enquanto seu principal público-alvo, ancorando-se na educação e preparação para o mundo do trabalho para implementar penas. A metodologia utilizada foi de entrevistas estruturadas e com questionário fechado com 12 agentes de segurança socioeducativos atuantes nessas instituições, sendo esses responsáveis pelo fluxo de atividades e garantia de segurança nesses espaços, compreendidos aqui enquanto burocratas de nível de rua. Observa-se, em relação às estratégias de reabilitação a qual essas instituições lançam mão (Plano Individual de Atendimento – Pia, escolarização e profissionalização), uma indiferença oficial em relação às mesmas que, ou não se concretizam ou não são efetivas na vida da maioria dos adolescentes institucionalizados nos centros de internação. Apresenta-se, ainda, os seguintes elementos: identificação de treinamentos ou capacitação para os agentes de segurança socioeducativos; identificação de qual função se sobressai no dia a dia da instituição (socioeducativa/securitária); análise sobre suas relações com os adolescentes institucionalizados e, por fim, a articulação desses profissionais com a equipe técnica das unidades.

INSEMINAÇÃO CASEIRA NA CONCRETIZAÇÃO DE PROJETOS DE LESBOPARENTALIDADE NO BRASIL

AUTOR: MARIANA GONÇALVES FELIPE

ORIENTADORA: MARLENE TAMANINI

RESUMO

Esta pesquisa se debruça sobre as lesboparentalidades concretizadas com o uso da inseminação caseira, prática de reprodução autônoma que se utiliza de doadores não-anônimos. Esta prática é disseminada em grupos online que, ao contrário das tecnologias reprodutivas clínicas, não é regulamentada no Brasil pelo CFM. Com o uso de entrevistas em profundidade realizadas com onze tentantes, e participação em três grupos de inseminação caseira no aplicativo de mensagens WhatsApp, compreendeu-se as dinâmicas estabelecidas entre o casal de mulheres, nesses contextos conhecidas como tentantes, e os demais elementos dos processos de inseminação caseira. Em específico, identificou-se como são construídos os compromissos dentro do relacionamento dos casais de mulheres tentantes (no que diz respeito a quem irá gestar, compreensões de família com filhos, entre outros). Em relação ao doador, analisou-se como ele é escolhido por elas e de que forma essa relação é estabelecida; também analisou-se como são as relações com a rede de trocas entre tentantes nas práticas de IC escolhidas por esses casais. Por fim, identificou-se nas falas elementos compartilhados em suas relações familiares que interagiram na construção do planejamento de família com filhos. Concluiu-se que a inseminação caseira é uma prática coerente com o projeto lesboparental, ou seja, em muitos casos a inseminação caseira não aparece enquanto única opção que possa se colocar frente a uma limitação financeira, mas como única prática que corresponde a certas exigências das próprias tentantes. Outrossim, as lesboparentalidades aqui se performam através de vínculos biológicos e sociais, correspondendo a um modelo já conhecido de parentesco, no qual a mãe que não gesta se constrói através da relação e do planejamento em conjunto com a companheira. Os grupos de inseminação caseira são de extrema importância não apenas para a disseminação das práticas, mas para o controle e circulação de doadores e protocolos de

atuação, assim como denúncias e demais informações pertinentes em relação a circulação de doadores nesses espaços. Os doadores são escolhidos de diversos modos, de acordo com o planejamento pessoal de cada tentante. No entanto, elementos como aparência física correspondente à mãe que não irá gestar, localização e número de doações que resultaram positivos, podem ser diferenciais. Ainda assim, existe um elemento de confiança subjetivo, um "feeling", que é acionado devido ao próprio elemento de não-anonimato do doador.

REPRESSÃO ESTATAL PREVENTIVA, LETALIDADE POLICIAL E LEGITIMAÇÃO INSTITUCIONAL NA GRANDE CURITIBA (2017-2018)

AUTOR: MURILLO AMBONI SCHIO

ORIENTADOR: LISANDRO RODRIGUES DE ALMEIDA BRAGA

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o discurso jurídico de legitimação e regularização dos casos de RPL (RPL) em processos da Grande Curitiba de 2017 e 2018. Tal legitimação se consuma no que denominamos de Sistema de Justiça Criminal, composto pelas polícias, Promotoria, Judiciário e sistema prisional, e na ritualística processual que produz o arquivamento de tais investigações, principalmente, pelo recurso jurídico do excludente de ilicitude da legítima defesa. O trabalho se debruça sobre o Relato Policial e as manifestações do Ministério Público, pois dentro das peças que compõem o processo, estes representam a síntese das versões e argumentações das duas instituições, e são as principais fontes para se analisar a composição e formação do discurso. O aumento da repressão como um todo, e em especial a repressão letal, se insere dentro de um contexto discursivo, a saber, o regime de acumulação integral, cuja forma estatal corresponde ao Estado neoliberal. Para tanto, lança-se mão de uma discussão a partir do materialismo histórico, quer dizer, do método dialético, para analisar o Estado neoliberal e o neoliberalismo em suas expressões gerais, assim como em sua expressão no período pós-redemocratização brasileira. Dentro desse contexto, pretende-se demonstrar como a tendência repressiva do Estado neoliberal se apresenta necessária à regularização das relações sociais de produção e reprodução do capitalismo contemporâneo.

**ATORES E REDES DA AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO
CONTESTADO: RECAMPENIZAÇÃO E O RESGATE DE TRADIÇÕES
CAMPONESAS**

AUTOR: PEDRO HENRIQUE VANZO DE PAULA

ORIENTADOR: ALFIO BRANDENBURG

RESUMO

À luz das contribuições clássicas e contemporâneas do campo de estudos da Sociologia Rural, nos aprofundamos em investigar, para essa pesquisa, uma ruralidade particular para o contexto brasileiro, qual seja, uma ruralidade marcada pelos fenômenos da recampenização e da ecologização, através da existência e atuação ativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Construindo um forte movimento no rural brasileiro desde as últimas décadas do século passado, o MST vem contribuindo em alterar a realidade agrária e fundiária no Brasil, através da reconstituição do movimento camponês no país e o levantamento constante da pauta da Reforma Agrária para dentro - e também para fora - do Estado brasileiro. Já na última virada de século, o Movimento também vem incluindo outras pautas em suas ações, tal como a pauta ecológica, e vem, desde então, promovendo a Agroecologia no interior de Acampamentos e Assentamentos rurais espalhados pelo Brasil. Tais movimentos nos instigaram a procurar compreender, enquanto objetivo e exercício central da pesquisa, os verdadeiros sentidos das ações e das práticas da Agroecologia no interior do MST, e com isso acabamos nos aproximando de uma realidade e de um acampamento rural específico: o Acampamento Maria Rosa do Contestado. Localizado no município de Castro - PR, e mobilizando cerca de 65 famílias na produção de alimentos agroecológicos desde 2015, o Acampamento Maria Rosa do Contestado nos permitiu conhecer contornos singulares da ecologia emergente naquele território, através do desenvolvimento cotidiano da vida e do trabalho de dezenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Seguindo a orientação teóricametodológica da Teoria Ator-Rede, principalmente através das contribuições de Bruno Latour, fomos seguindo atores e redes da agroecologia no interior do acampamento Maria Rosa e conhecendo melhor os contornos da ecologia emergente

naquele território. O movimento de seguir os atores e mapear as redes da agroecologia naquele acampamento nos permitiu conhecer uma diversidade de atores humanos e não humanos no interior de tal processo (ecologização), que tem tido como característica principal o resgate de tradições camponesas por parte dessa população que tem voltado ao rural brasileiro em busca de construir vida e trabalho. É, conforme constatamos através dos trabalhos de campo naquele território, uma agroecologia que tem se construído tendo como base uma ancoragem em memórias e tradições de famílias que nasceram e se criaram no rural brasileiro, ao mesmo tempo que também uma prática de vida e de trabalho que se modifica e se atualiza constantemente à luz de novos conhecimentos e experiências cotidianas. É, para todos os efeitos, uma agroecologia emergente fruto de processos de continuidades, mas também de rupturas, no que diz respeito a produção e reprodução da categoria social do campesinato no Brasil. Tem sido, assim, uma agroecologia de tradição e de tradução simultaneamente, através do resgate de tradições camponesas que, por sua vez, são confrontadas também com um mundo moderno globalizado em questão.

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DOS POVOS INDÍGENAS: HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO INDIGENISTA E A SUA DIMENSÃO POLÍTICA.

AUTORA: RENATA BROCKELT GIACOMETTI

ORIENTADOR: DIMAS FLORIANI

RESUMO

O presente estudo teve como propósito aproximar diversas disciplinas das ciências sociais, ambientais e jurídicas, ao buscar identificar e problematizar a relação existente entre os campos da autonomia política e dos problemas socioambientais no Brasil envolvendo os povos indígenas brasileiros. Para tanto, é realizada análise da racionalidade jurídico-política do Estado brasileiro frente à questão indígena, contemplando os obstáculos e os limites para tratar da autonomia política - dos territórios e das culturas - dessas diversas e distintas “nações” em um mesmo Estado nacional. A teorização realizada se pautava na adoção das categorias de autonomia política para compreender os principais conflitos socioambientais incidentes em áreas com populações indígenas (terras indígenas demarcadas ou não). Associado a isso, a pesquisa procura desenvolver uma análise histórica do direito indigenista, na legislação brasileira, sempre a partir de uma dimensão política da norma; tal análise é separada em dois momentos: (1) histórico-legislativo do período colonial até a Constituição Federal de 1988, visando compreender a dinâmica de formação do Estado brasileiro; (2) histórico-legislativo da Constituição Federal de 1988 até o presente (2021), com foco nos direitos territoriais e sociais, visando averiguar a presença ou não de autonomia política indígena. A partir de três abordagens, a pesquisa passa ao levantamento da existência ou não de autonomia política dos povos indígenas brasileiros. A primeira abordagem visa demonstrar a existência de uma racionalidade econômica que impacta diretamente nos territórios indígenas, a partir da teoria decolonial e pós-desenvolvimentista. A segunda, a existência de um poder conflitivo do Estado brasileiro em relação aos povos indígenas. A terceira, a existência de normas simbólicas as quais seriam elaboradas tão somente para apaziguar anseios sociais sem que ocorresse a efetiva aplicação no mundo concreto. Como conclusão, restou evidenciada uma lógica na formação do Estado brasileiro

através de racionalidade econômica que perpassa nosso atual modelo de desenvolvimento, indo para além da dicotomia direita-esquerda; também foi observado que o movimento indígena pode ser considerado um movimento social pensado e articulado de autonomia política; por fim, o levantamento histórico da legislação indigenista no período (de 1988 até 2021) demonstrou uma tentativa reiterada de expropriação dos direitos territoriais indígenas, sugerindo-se a existência de normas simbólicas, como também os avanços e retrocessos em relação aos direitos sociais daquele mesmo grupo.

OS SABERES DA RESISTÊNCIA NEGRA NO QUILOMBO INVERNADA PAIOL DE TELHA: A LUTA CONTRA-COLONIAL E O PENSAMENTO QUILOMBOLISTA

AUTOR: TAUTÊ FREDERICO GALLARDO MARCIEL DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: DIMAS FLORIANI

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar as formas de resistência territorial e cultural da saga de luta dos quilombolas do território Invernada Paiol de Telha na cidade de Reserva do Iguaçu, no estado do Paraná. Para tanto contextualizamos a luta quilombola a partir das transformações políticas, culturais e epistemológicas na segunda metade do século XX e início do século XXI, no que tange aos direitos e garantias dos povos e comunidades tradicionais. Estabelecendo um paralelo com outros territórios tradicionais. Não obstante o escopo é compreender a partir dos relatos orais, da inserção e convivência na comunidade e dos trabalhos e pesquisas sobre a temática, como as mais variadas formas de preservação das tradições ancestrais, ainda que em um contexto de esfacelamento cultural, pode caracterizar-se como um saber tradicional, o saber elaborado ou que emerge da resistência negra quilombola e retroalimenta-se a partir das mais variadas formas simbólicas e concretas de preservação da memória antiescravista. Nesse sentido a cosmologia e as cosmovisões quilombolas ao estabelecerem diálogos com o pensamento transdisciplinar e complexo também se afirmam como uma matriz não eurocêntrica de resistência das comunidades tradicionais negras. Conjuntamente o projeto quilombista pode aglutinar-se e sustentar as formas de manutenção da ancestralidade, foi esse o cenário identificado na trajetória dos herdeiros do Fundão. Na esteira da luta pela reconquista do território construíram mecanismos descolonias e contra-coloniais de organização e ação política ancorada em uma chama espiritual indutora de profunda resiliência para retomada, ainda que parcial, do território expropriado ao longo do século XX.

O PROTAGONISMO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO NA SOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS SUBMETIDOS AO PROCEDIMENTO DE MEDIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL (PMPP): PERSPECTIVA CRÍTICA E ANÁLISE DE CONTEÚDO

AUTOR: THIAGO DE LIMA

ORIENTADOR: SIDNEI MACHADO

RESUMO

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem sido espaço de arena de lutas entre capital e trabalho, um verdadeiro dinamômetro de forças conflitantes. Na década de 1990, durante a ofensiva neoliberal (Plano Real), o TST firmou jurisprudência que condicionava o ajuizamento do dissídio coletivo à prévia submissão do conflito coletivo à mediação perante o Ministério do Trabalho (1993). Mais de 13 (treze) anos após o sepultamento desse entendimento jurisprudencial (2003), a mediação pública ressurgiu, agora sob a roupagem de "política judiciária de solução adequada de disputas de interesses". Propagada como medida de "acesso à justiça" e "pacificação judicial", revelou-se na década de 1990 como estratégia política e econômica para a contenção do poder normativo da Justiça do Trabalho, a serviço da desindexação salarial e do avanço das cláusulas sociais e de benefícios em prejuízo às condições salariais. Esta pesquisa se propõe a aprofundar o estudo sobre a prática da conciliação judicial em negociações coletivas perante o TST, no período de 2016 a 2019, promovida por meio de mediações/conciliações pré-dissídio (PET e PMPP - Procedimento de Mediação Pré-processual), a fim de desnudar os sentidos por trás das práticas conciliatórias nas negociações coletivas perante a referida Corte. O que se promoveu por meio de uma pesquisa empírica realizada com base em análises críticas de dados extraídos dos acordos firmados em mediação/conciliação pré-dissídio no recorte temporal mencionado, com foco nas negociações de reajuste salarial, cláusulas sociais e benefícios. Isso sem prejuízo da revisão dos marcos teóricos sobre os macrotemas afetos à pesquisa (acesso à Justiça, Poder Judiciário e negociação coletiva), da contextualização

histórica subjacente e do estudo dos adventos normativos tangenciais (Reforma Trabalhista de 2017 e entre outros).

**ENTRE O DIREITO DO TRABALHO DE EXCEÇÃO E A JURISPRUDÊNCIA DE
RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DOS REQUISITOS DA PETIÇÃO
INICIAL NAS DECISÕES DO TRT/PR PÓS REFORMA TRABALHISTA (LEI
13.467/2017)**

AUTOR: VANESSA ROBERTA DO ROCIO SOUZA

ORIENTADORA: MARIA APARECIDA BRIDI

RESUMO

O conjunto de transformações desencadeadas a partir da crise dos anos 70, em que prevalece o processo de globalização e uma lógica sob a dominância de interesses financeiros e mercadológicos, tem promovido significativas mudanças no cenário das relações sociais, impactando formas de trabalho, agendas políticas e alterando racionalidades. O fortalecimento de uma nova razão neoliberal vem modificando subjetivações individuais e institucionais, naturalizando narrativas de competitividade e meritocracia que influenciam produções legislativas e interpretações judiciais que, no plano das relações de labor, destoam do ideal histórico protetivo de preservação de direitos e garantias sociais conquistados. Esse panorama de embate de discursos, sobre o qual se produziram teorias divergentes, instigou a pesquisa sobre as possíveis influências que tal racionalidade teria sobre as decisões do poder judiciário brasileiro, após a Reforma Trabalhista (lei federal 13.467/2017). O estudo desses impactos toma, como base de análise, acórdãos produzidos no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, entre 2017 e 2020, e que decidiram acerca do novo requisito exigido para apresentação das petições iniciais e ajuizamento das ações trabalhistas (artigo 840, § 1º, da CLT), levando em consideração uma abordagem sociojurídica, contextual e interdisciplinar dos conceitos de sociedade de austeridade, direito do trabalho de exceção, instrumentalidade processual e amplo acesso ao poder judiciário. O acompanhamento dos posicionamentos judiciais, por meio do estabelecimento de indicadores e a partir da análise crítica do discurso, possibilitou afirmar que, muito embora exista o avanço de um direito que naturaliza a ideia de que a disputa entre direitos trabalhistas ocorre entre iguais ou entre pessoas que tenham um mesmo acesso aos meios, desconsiderando o

desequilíbrio historicamente constatado entre litigantes no processo do trabalho, subsiste, ainda, uma jurisprudência de resistência que busca não apenas uniformizar posicionamentos jurídicos dissonantes como, também, impor limites a essa mercadorização das relações, resgatando o papel da Justiça do Trabalho como guardiã de direitos e garantias sociais constitucionalmente previstos no estado democrático de direitos.

REPRESSÃO ESTATAL E DISCURSO: A LEGITIMAÇÃO DA LETALIDADE POLICIAL EM CURITIBA (2017-2018)

AUTOR: VYCTOR HUGO GUAITA GROTTI

ORIENTADOR: LISANDRO RODRIGUES DE ALMEIDA BRAGA

RESUMO

O presente trabalho estuda a relação entre a repressão estatal letal e a sua legitimação através da análise do discurso. Para tanto, analisamos o discurso de 33 (trinta e três) investigações arquivadas envolvendo homicídios praticados por policiais contra civis. Esses discursos estão inseridos em um contexto de repressão estatal letal, o qual entendemos ser um importante recurso para estabilização da sociabilidade burguesa no modo de produção capitalista. Situando esse problema na contemporaneidade, no Estado neoliberal, analisamos como esse fenômeno vem aumentando a cada dia que passa no mundo e no Brasil, com o propósito específico de manter as classes dominadas sob controle, ainda que de forma preventiva. A investigação dos homicídios dessa natureza, pela própria polícia, é um importante momento para a construção da ideia de legítima defesa e da criminalização do morto, recursos discursivos utilizados como argumentação para arquivamento das investigações e consequente legitimação da repressão estatal letal.

A VELOZ TRAVESSIA ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO: A TRAJETÓRIA E A POÉTICA DO JOVEM FERREIRA GULLAR EM UMA SOCIEDADE EM MUDANÇA

AUTOR: WALMIR JOSÉ BRAGA DE FARIA JÚNIOR

ORIENTADOR: RODRIGO CZAJKA

RESUMO

Esta tese investiga como se articulam a trajetória social e a obra do poeta Ferreira Gullar no período 1947-1954, e o que esta análise revela sobre fatores sociais e culturais mais amplos. Dessa maneira, a pesquisa se desenvolve mediante algumas trocas entre os Estudos Literários e a Sociologia, utilizando as contribuições de autores como Raymond Williams, Antonio Candido, Pierre Bourdieu e Gisèle Sapiro. A estratégia de resgatar a trajetória social do autor contribuiu para dar legibilidade aos seus dois primeiros livros de poesia, *Um pouco acima do chão* (1949) e *A Luta Corporal* (1954). Além disso, ao incorporar a forma destas obras à análise, também foi possível apreender parte da série de relações sócio-históricas que nelas foram concretizadas. Ao reconstruir a trajetória de Gullar em São Luís/MA, cidade de origem do poeta, foi possível verificar que, tal como outros intelectuais, ele colaborou para capilarizar a dominação da classe dominante local sobre espaços relevantes da vida social e para rotinizar símbolos em sintonia com tais interesses. Analogamente, *Um pouco acima do chão*, o livro de estreia do autor, revelou-se um terreno fértil para perceber a relação ambivalente de Ferreira Gullar com tal atmosfera social e seu ambiente literário, isso seja pelo fato de o autor contribuir na recriação da tradição poética herdada, pela convenção romântica adotada, seja pelo escritor romper com tal parâmetro ao fim do livro. Além disso, as conexões do jovem poeta com a elite local, assim como o seu vínculo com uma roda de intelectuais que orbitava entre o Rio de Janeiro e São Luís, mostraram-se relevantes para se compreender como ele pôde se estabelecer no Rio de Janeiro. Na então Capital Federal, o autor passou a cultivar laços com o intelectual Mário Pedrosa, e com o círculo de amigos, artistas e intelectuais que girava ao redor do crítico de arte e que, no início dos anos de 1950, passou a ser conhecido como o Grupo Frente. Ao analisar esta formação cultural, foi possível registrar, entre outras coisas, como os vínculos entre Gullar, Pedrosa e o círculo

são essenciais para se entender como o primeiro pôde se reinventar como poeta, havendo um considerável contraste entre a tradição (re)inventada em seu primeiro livro e as inovações vistas cinco anos depois em *A Luta Corporal*. Além do mais, argumentamos que o mergulho anterior de Gullar na tradição e sua dedicação em recriá-la foram tarefas fundamentais para que o autor pudesse depois se reinventar como um poeta inovador. Esta veloz travessia entre a tradição e a inovação estava relacionada à sociedade em mudança do período, com suas transformações e continuidades, ambivalências e contradições, e à mutação em curso da classe social intermediária a que o jovem escritor pertenceu. Vale destacar, ainda, que a análise da forma de *Um pouco acima do chão* e de *A Luta Corporal* mostrou-se relevante para se verificar o valor heurístico do livro de poesia como fonte para a Sociologia, ao trazer à luz as respostas profundas do jovem escritor ao modo de vida concreto e possibilitar uma outra leitura da sociedade da época.

Nominata de Pareceristas

Ana Maria Silvello Pereira
Angelo Remedio Neto
Anna Kristyna Araújo da Silva Barbosa
Ariadne Natal
Bianca Hammerchmidt
Carlos Augusto Silva Fabris
Carlos Eduardo Santos Maia
Carlos Henrique Aguiar Serra
Catia Grisa
Daniel Canazart
Deborah Nimtzovitch Cualhete
Fabio Augusto de Souza
Felipe Cazelli
Felipe Ribeiro Cazelli
Gabriel Lula Paschoal de Souza
Greice Herédia dos Santos-Moura
Jhonatan Gonçalves
Josnei Di Carlo
Kauê Pessoa
Ketiley Giovana Araujo Menezes
Lucas A. Jesus da Silva
Lucas Cioni
Lucas Silva
Maria Pilar
Marilha Gabriela Reverendo Garau
Marcelo Nivert Schlindwein
Matheus Silva
Max Gimenes
Michael Batista Lima
Michel Aires de Souza Dias
Muryatan Santana Barbosa
Nathalia Valderrama Bohórquez
Pedro Vanzo
Rodrigo Czajka
Rodrigo Kummer
Rozane Maria Triches
Sonia Itoz
Tiago Roberto Ramos
Valmir de Souza
Walmir Braga Júnior
Warllon de Souza Barcellos